

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 226

JANEIRO - MARÇO

1955

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955

REVISTA

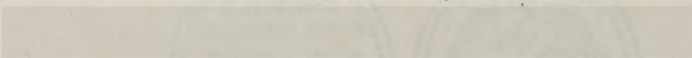
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

NO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO



Digitized by the Internet Archive
in 2024



TRABALHOS ORIGINAIS

VIDA E OBRA DE VARNHAGEN

CLADO RIBEIRO DE LESSA

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

5.º CAPÍTULO

O POLEMISTA

Muito pouco existia feito, já tivemos ocasião de dizer, no campo da historiografia crítica do Brasil, quando Varnhagen iniciou sua vida de estudioso e investigador do nosso passado.

O brasileiro, em regra geral, pela influência da raça ou do clima, sempre se tem mostrado mais imaginoso que observador, mais entusiasta que ponderado, mais literato que cientista, mais amigo de glosar e tecer considerações sobre temas já bastante conhecidos, do que de fatigar-se com a pesquisa fria e modesta da verdade, tarefa desprovida, na maioria das vezes, de atrativos para pessoas com êsse temperamento, tanto pelo trabalho em si, que é árduo, como pelos resultados, freqüentemente mediocres, até nulos, e quantas mais vezes cheios de decepções e desgostos! Quantos ídolos apeados dos seus pedestais de barro depois de imensas canseiras! Quantas glórias dissipadas como miragens! E, ao cabo de tudo, quantas lutas para convencer os resistentes, os aferrados aos preconceitos, às primeiras idéias recebidas, os preguiçosos mentais de todos os tipos! E que imensa coragem se torna necessária para suportar-lhes as críticas e os ataques, quase sempre estribados tão somente naqueles monumentos que o historiógrafo pesquisador acabou exatadamente de derribar!

Varnhagen, porém, distinguia-se profundamente, sob o aspecto psicológico, da generalidade de seus contemporâneos brasileiros das classes ilustradas, graças à solidez dos juízos, ao orgulho em possuir idéias e modos de ver próprios, estivessem ou não de acôrdo com os do *século das luzes*, e a refratariedade aos entu-

siasmos fáceis. Em alguma coisa deveriam ter influído para tão acentuado contraste duas circunstâncias: a primeira, de lhe correr nas veias sangue alemão, isto é, do povo da terra mais estudioso e aferrado às próprias convicções que se conhece; a segunda, de se lhe haver formado o espírito em Portugal, terra convulsionada ao tempo pelas agitações liberais, é verdade, mas onde a antiguidade da cultura nas classes superiores, assim como a propaganda tradicionalista ativa das mais qualificadas figuras representativas da velha ordem constituíam uma barreira natural ao avasallamento sem restrições das inteligências jovens pela torrente das ideologias novas. Esse clima não o tiveram seus contemporâneos brasileiros, e daí o antagonismo espiritual que logo se estabeleceu entre a maioria dêles e o compatriota educado na Europa, antagonismo que, se não teve mais freqüentes e graves conseqüências, foi tão somente porque a carreira diplomática, em que cedo este último ingressou, contribuiu para que rareassem as oportunidades de choques e conflitos, reduzindo-lhe ao mínimo as ocasiões de convivência com os mesmos.

Varnhagen, côncio do valor próprio (1), não admitia de boa sombra divergências de juízos e restrições à veracidade das teses que defendia. Não que se julgasse infalível. Pelo contrário, freqüentes vêzes mudou de parecer sobre pontos de história civil e literária, e tinha garbo em ostentar essas evoluções, que depunham em abono do seu espírito ponderado, e isento de idéias preconcebidas (2). Seus escrúpulos na investigação da verdade, que

(1) No *Ofício-Protesto*, depois de reconhecer alguns defeitos de estilo e linguagem no que escrevia, apresenta nestes termos, a segurança, em que estaria, dos próprios méritos:

«... ao mesmo tempo seria eu hipócrita e faltaria à verdade se, por uma falsa modéstia, não admitisse o ter plena consciência dos serviços que tenho feito à pátria na crítica histórica. Serviços, aliás, já por V. S. [o cônego Fernandes Pinheiro, secretário do Instituto] algures apregoados, e se não conhecesse que, no decurso de toda a minha vida, sem deixar de atender às obrigações de ofício, tenho com perseverança votado às letras brasileiras as horas vagas que outro poderia haver esbanjado (pág. 11). Coteje-se o trecho acima com o de Alexandre Herculano na *Resposta a Vilhena Saldanha* (*Opúsculos*, V., pág. 156), em que também a convicção do valor próprio se manifesta sem falsa modéstia.

(2) No folheto *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa*, *Timon* 3.º, Varnhagen faz praça da sua lealdade de historiador, que acima de tudo colocava a verdade, defendendo-a com sacrifício do seu amor-próprio de escritor anteriormente induzido em erro.

«Qual de nós dois [êle ou J. F. Lisboa] prestou à verdade histórica mais rendido culto, se eu ou o meu antagonista, o tempo melhor descobrirá».

«Pela minha parte creio que servirão de (sic) confirmar esse meu culto, nascido dos escrúpulos de uma consciência louvavelmente timorata, tôdas essas

o levaram mais de uma vez a imprimir folhetos e apêndices às memórias que dava à publicidade, sempre que lhe vinham ao conhecimento novas fontes documentais ou indícios capazes de modificar juízos anteriormente emitidos, eram notáveis, e não são muitos os nossos compatriotas que, neste particular, podem empalhar com o ilustre sorocabano. Bastarão para demonstrar o que acabamos de dizer alguns exemplos apanhados a esmo.

Em 1839, nas *Reflexões Críticas*, aventou a idéia de ser Manuel de Moraes, o jesuíta de S. Paulo, o autor da *Razão do Estado do Brasil* induzido por uma passagem de De Laet. Em 1851, ao editar a obra de Gabriel Soares, atribuiu-a a D. Diogo de Menezes, governador geral do Brasil, e mais tarde verificou — nem êle próprio se lembrava porque processos mentais — ter saído aquêlê livro da pena de Diogo de Campos Moreno (3). Outra suposição, que depois verificou ser falsa, foi exposta nas *Reflexões Críticas*: a de que João de Barros tivesse chegado a escrever o seu livro sôbre a Terra de Santa Cruz, obra que apenas planeara, mas à qual faz na *Ásia* freqüentes remissões (4).

retificações sucessivas, que, em vista de novos exames e mais profundo estudo, tenho-me apressado a fazer aos meus escritos (pág. 20)».

Entre as aludidas retificações havia uma a equívoco inserto nas *Reflexões Críticas*, malevolamente apontado por Abreu e Lima, que dêles fizera carga, apresentando-o como prova da versatilidade do historiador. Em tempo oportuno defendeu-se dignamente alegando que mudara de parecer e se assim o declarara «era porque o seu amor à verdade era superior ao capricho de sustentar uma opinião em que deixara de ter fê» (*Réplica Apologética*, pág. 19).

Veja-se mais esta passagem do *Suplemento* ao tomo I da *História Geral*:

«A boa fé e verdade com que nos prezamos de escrever, e sem as quais, ocupando-nos de história, não fôramos aliás merecedores de crédito, nos impelem a juntar a êste volume algumas adições e retoques, que nos são ora (fins de 1855) pela maior parte subministrados pelo encontro de muitos documentos, que antes desconhecíamos, e pelo exame de outros, que não tínhamos à mão» (pág. 481).

Até o fim da vida corrigiu-se constantemente. Nos *Provarás* contra Teófilo Braga gabou-se disto (págs. 5-6 e 7-8). Numa carta a José Carlos Rodrigues, que esboçou mas não chegou a remeter, fazendo reparos a uma memória critica de Aprígio Justiniano da Silva Guimarães a sua *História das Lutas*, ainda mostrou orgulhar-se, com rara coragem para o mestre consagrado, que era, da historiografia nacional, de «graças à muita constância e nenhum amor próprio com que trabalhava, e a novas e incessantes investigações, ter tido que mudar não somente duas, mas até três ou quatro vêzes de opinião» (Carta de... de abril de 1877. Minuta no Arquivo Varnhagen, M.R.E.).

(3) *Post-Facio* à segunda edição da *História das Lutas*, 1874, págs. V-VI (na 3ª edição, 1943, pág. 31). Em 1851 (na edição da obra de Soares) atribuiu a *Razão do Estado do Brasil* a D. Diogo de Menezes governador-geral (*Revista do Instituto Histórico*, XIV, pág. 371). ...

(4) V. *Réplica Apologética*, pág. 19.

Em 1840, ao publicar no *O Panorama*, a novela *O Descobrimento do Brasil*, supunha êsse grande feito intencional. Já no tomo I da *História Geral*, essa opinião aparece modificada, e o historiador propendia a acreditar na absoluta casualidade da descoberta, certamente pelo encontro da fôlha avulsa das instruções de Vasco da Gama para serem observadas por Pedro Álvares Cabral (5). No começo da vida, quando escreveu a biografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides (1841) admitia sem restrições a lealdade dêsse cabo de guerra. Já em 1871, na 1ª edição da *História das Lutas* encontramos êsse juízo bastante abalado pela interpretação que o autor deu ao seu procedimento com Serrão de Paiva, negando-se a tomar parte com o comandante da frota de socorros aos insurgentes no encontro naval de Tamandarê, em que, talvez por causa da falta do seu auxilio, o último foi derrotado pelo holandês Lichthardt (6). Também a respeito das facções que se defrontavam na chamada Guerra dos Mascates, sua opinião oscilou: a princípio foi favorável à nobreza de Olinda; posteriormente inclinou-se para o lado dos habitantes do Recife (7). João Fernandes Vieira foi um dos vultos históricos a que prestou irrestrito culto no entusiasmo dos seus primeiros anos. Supunha-o bravo, leal e desinteressado, tal como o canonizaram os autores do *Valeroso Lucidemo*, do *Castrioto Lusitano* e da *História delle guerre del Brasile*, e nesse estado de espírito se achava ao escrever para *O Panorama* a biografia do madeirense. Anos após, os estudos diretos nos documentos originais do tempo, servidos por uma reflexão amadurecida, fizeram-no perceber por baixo dessa aparência de varão de Plutarco um indivíduo corajoso, resoluto, e com raras capacidades de organizador, mas ganancioso, desprovido de escrúpulos, e servido por um grande senso oportunista em matéria de interesses pessoais, um indivíduo que soube fazer da guerra meio para enriquecer, e libertar-se dos compromissos com seus patrões holandeses da véspera; e que também não recuava diante do assassinato para eliminar os rivais, assim como os queixosos de suas extorsões que ousavam levar aos pés do trono súplicas de justiça e proteção contra suas arbitrariedades. Ao passo que a figura de Vieira se amesquinha moralmente, exaltava-se, em cotejo com ela, o vulto impoluto de André Vidal, dotado de qualidades de guerreiro e organizador em nada inferiores ao de *Castrioto Lusitano*, porém, superando-o em muito

(5) Reproduzida em *fac-simile* fotolitográfico em extra-texto do tomo I da *História Geral*, entre págs. 422-423.

(6) *História das Lutas*, 3ª edição, págs. 248-250 e 255-257.

(7) Cfr. *História das Lutas*, 1871, pág. 39.

no caráter, na abnegação (8), na modéstia do procedimento. No campo da história literária também teve mais de uma vez de voltar atrás do que afirmara. Uma das mais importantes retificações foi acerca da autoria das trovas que compunham o Cancioneiro da Ajuda ou do Colégio dos Nobres, como era conhecido. Supôs a princípio fossem de um só autor, o Conde de Barcelos, e dezoito anos depois (9) pelo confronto com o Cancioneiro da Vaticana verificou pertencerem a vários trovadores que viveram desde os tempos de D. Sancho I até D. Afonso III. Já depois de espontaneamente corrigido por ele o engano dessa atribuição, Teófilo Braga abalancoou-se a argui-lo pelo equivoco, e não foi, certamente, esta alfinetada do pretensioso ilhéu, circunstância das mais próprias para abrandarem a exaltação dos termos em que se desenvolveu a polêmica, na qual tomaram parte como litigantes: de um lado o Visconde de Pôrto Seguro; e do outro Teófilo

(8) No vol. III do *O Panorama* (1839), págs. 241 e seguintes e 344, Varnhagen faz largos elogios à iniciativa e ao desinteresse pessoal demonstrados pelo madeirense na restauração de Pernambuco, cujo movimento chefiou na primeira fase, assumindo a responsabilidade de desobedecer às ordens do governador geral da Bahia para que os insurgentes incendiassem os canaviais por onde passassem, a fim de prejudicar os holandeses. Ora, ao tempo em que semelhante ordem chegou, os pernambucanos já estavam na posse segura da maioria dos engenhos, e, dando-lhe cumprimento, seriam eles os únicos prejudicados. Vieira, melhor informado das condições locais da guerra que o governo da Bahia, resolveu não cumprir a ordem. Para prova, porém, do desinteresse que o animava, isto é, de que sua desobediência não tinha por objetivo poupar os próprios bens, ordenou a queima exclusiva dos próprios canaviais.

Isto era o que lhe constava em 1839. Estudos posteriores convenceram-no de que o procedimento de Vieira fôra exatamente o contrário do apregoado pelos seus panegiristas:

«Que a abnegação não era, como se tem pretendido, a virtude mais saliente de João Fernandes Vieira, se confirmou logo depois da insurreição armada, quando, como dono de muitos canaviais, se opôs a que eles fossem incendiados, e ainda, melhor, no fim da guerra, pelo seu proceder nos governos de Angola e da Paraíba» (*História das Lutas*, 1871, pág. 170).

Sabia ter vivido o caudilho em boas avenças com os invasores da pátria, como, aliás, a maioria dos vassallos portugueses antes da grande reação provocada pelas drásticas providências tomadas pelos sucessores de Nassau. Conhecia, a princípio, apenas a segunda apostazia do madeirense, explicável, em suma, pelo patriotismo súbitamente esclarecido de um homem até então entregue apenas a cogitações mercantis. Já não lhe seria, porém, possível admitir essa interpretação favorável ao caráter de Vieira depois de saber que ele já combatera os holandeses no primeiro Arraial do Bom Jesus, e, depois, por interesse se submetera ao domínio estrangeiro e lhe fôra auxiliar eficaz nas opressões contra seus compatriotas (Carta a J. C. Rodrigues).

(9) Cfr. *Trovas e Cantares* (1849), pág. IV, e *Post-Scriptum* às *Trovas e Cantares* (1850), pág. 341, com *Novas Páginas de Notas* (1868), pág. 376.

Braga e Adolfo Coelho. Não devemos omitir, também, a menção de um fato que muito abona o critério e magnanimidade de sentimentos de que deu provas numa dessas retificações. Varnhagen, a princípio, supunha a novela de Cavalaria intitulada *Palmeirim de Inglaterra* da autoria do espanhol Luís Hurtado, influenciado, sem dúvida, pela autoridade de Salvá, que assim o afirmara no seu *catálogo*, baseado num acróstico da primeira edição espanhola de 1547, e no tomo I da *História Geral* consignou essa opinião numa nota (pág. 445). Manuel Odorico Mendes, que estudara a fundo a questão da autoria dessa novela, objetou-lhe que ele se enganava, e as honras da composição original cabiam efetivamente ao português Francisco de Morais. O sorocabano respondeu que aguardava as razões do maranhense para se decidir, e prestou-se, «por amor da verdade, a ajudá-lo no empenho que tomara» (palavras do próprio Odorico Mendes), verificando em março de 1858, na biblioteca do Museu Britânico, no texto do raríssimo exemplar lá conservado da edição em espanhol de 1547, alguns pontos importantes à fixação da autoria de Morais. Convencido de que a razão estava com o erudito tradutor de Virgílio, Varnhagen confessou-o com toda a lealdade no livro *Da Literatura dos Livros de Cavalarias* (10) dando as honras da descoberta a quem de direito se deviam.

Sobre o tão controvertido enigma da autoria das *Cartas Chilenas* hesitou, inclinando-se a princípio, embora sem grande convicção, quando editou o *Florilégio*, a atribuí-las a Alvarenga Peixoto, e, dezessete anos depois, decidindo-se pela autoria de Cláudio Manuel da Costa (11).

Poderíamos multiplicar quase ao infinito tais exemplos. Em todos esses casos, porém, era o próprio mestre que se corrigia e retificava a si próprio, sem que tivesse a sofrer a humilhação de quinaus passados por algum discípulo, ou quem quer que ele pudesse ter nessa conta. Por isso mesmo que não se furtava às auto-correções, não via de boa sombra o empenho em lhe apontarem erros ou lhe chamarem a atenção para algum ponto ou circunstância em que não atentara devidamente. Ressentia-se, ferido no amor próprio de mestre dos mestres, procurava defender seu parecer por todas as formas, e quando não podia desconhecer a justiça da observação que lhe fôra feita, desmanchava-se em

(10) *Op. cit.*, págs. 97-100. V. também o *Opúsculo acerca do Palmerim de Inglaterra e do seu autor...* por Manuel Odorico Mendes. Lisboa, 1860, pág. 8.

(11) Cfr. *Florilégio*, II (1850), pág. 366, nota, com *Carta ao Sr. Dr. L. F. da Veiga acerca do autor das «Cartas Chilenas»* (1867), págs. VI-VII.

queixas contra aquêles que, em vez de justa homenagem aos grandes méritos de sua obra, preferiam malevolamente catar-lhe as falhas, para exibição dos conhecimentos próprios, não abrindo um merecido crédito de tolerância a quem, como êle, apesar da amplitude dos conhecimentos que possuía, era uma criatura humana sujeita ao preceito do *errare humanum est*. E acrescentava que os seus censores também teriam que errar e corrigir-se muitas vêzes, o que, evidentemente, não era prova bastante de que o erudito Varnhagen houvesse sempre acertado, e não merecesse, uma vez ou outra, alguma restriçãozinha... Esta última atitude, porém, só a tomava o historiador em desespero de causa. Enquanto houvesse recursos de defesa e expedientes protelatórios, agarrava-se a êles como os náufragos às táboas de salvação. Nosso ilustre compatriota tinha muitas afinidades de temperamento com o filósofo inglês Herbert Spencer, tal como nô-lo apresenta Will Durant em sua *História da Filosofia*. Como o campeão do Evolucionismo e do Individualismo, era dogmático e intransigente desde que possuía convicções assentes sobre uma questão de fato ou de doutrina, abroquelado numa cândida confiança em si, e em desmedido apêgo à originalidade de suas idéias, visto que elas, ainda quando menos exatas, tinham sempre, na pior das hipóteses, o mérito de serem uma emanção da sua poderosa individualidade. Como o inglês, seria capaz de varrer o mundo à procura de provas para suas teorias e opiniões, mas incapaz de, por um momento, colocar-se no ângulo segundo o qual os outros encaravam essas questões (12).

Das diferenças de formação cultural entre êle e a maioria dos seus compatriotas, combinadas com os efeitos de índole de que a natureza o dotara, a um tempo vaidosa e combativa, resultaram oportunidades para polêmicas e prélios literários bastante multiplicados pela amplitude do campo em que o sorocabano exercia sua capacidade investigadora. Não terçou armas apenas contra brasileiros e portugueses. Teve também que entrar em luta com estrangeiros do porte de d'Avezac, Major e Netscher. Não combatia por prazer, sente-se-o bem; preferiria, como Alexandre Herkulano, continuar alheio à celeuma que levantava e deixar que o desenvolvimento de sua obra tão importante se encarregasse de responder aos adversários (13). Não confiava muito, porém,

(12) Cfr. Will Durant: *Op. cit.*, trad. de Godofredo Rangel e Monteiro Lobato, pág. 347.

(13) «Era naturalíssima essa resistência [às idéias novas contidas na *História de Portugal*], e eu seria demasiado imprudente se esperasse que não aparecessem adversários para as combater; mas a tenção que desde logo formei foi a de não replicar ao menos por agora. Lembrava-me (se é lícito buscar para as coisas pequenas grandes exemplos) a sorte da *História Crítica de*

no discernimento e na vocação dos pósteros para se constituírem em paladinos gratuitos da justiça que presumia, com ou sem razão, ter a sua causa. Se o autor não acudisse em defesa dos próprios escritos não o suporiam arrasado pelos argumentos dos adversários? Esta suspeita bastava para torná-lo o mais infeliz dos mortais. Poucas vêzes mostrou-se irritado e deixou escapar no calor da defesa palavras e frases descomedidas. Discutia urbanamente, em termos de homem educado, opondo argumentos a argumentos, fatos a fatos. Dançava conforme a música, retribuindo cortesias com cortesias, desprezos com desprezos, ironias com ironias, sarcasmos com sarcasmos. Está visto que não havia por que guardar contemplações com a grosseria de adversários medíocres e enfatuados, a blasonarem de historiôgrafos, como Abreu e Lima; ou de declamadores pedantes e sem originalidade, como a parceria de Teófilo Braga ou a de Antônio Henriques Leal. Achava nesses casos, e, pensamos nós, com muita razão, que não convinha atirar pérolas a porcos que não as saberiam apreciar; o que lhe cumpria era desancar-lhes de rijo o pau, pondo-lhes a nu a presunção, a falta de caráter, e a ignorância.

★ ★ ★

Varnhagen tomou parte em polêmicas de todos os tipos. Algumas não tiveram a menor importância, provocadas que foram por coisas de nonada ou simples mal entendidos, como as sustentadas com Major, o Cônego Fernandes Pinheiro e Netscher; e outras de valor, em que a divergência versava sobre pontos de grande significação histórica ou social, como as mantidas com o Visconde de Santarém, d'Avezac, e João Francisco Lisboa. Teve-as a se desenvolverem em ambiente elevado, de mútuo respeito e de cultura, como as já mencionadas com Santarém e d'Avezac, e também a que sustentou com Cândido Mendes; outras houve que resvalaram pelo terreno das descomposturas e retaliações

Espanha, de Masdeu, que não passou dos fins do século XI porque o ilustre historiador consumiu os últimos anos da vida em satisfazer cabalmente aos reparos e críticas que de toda a parte choviam contra aquêle grandioso monumento da literatura castelhana» (*Opúsculos*, V, págs. 155-156. *Resposta a Vilhena Saldanha*).

Veja-se agora esta passagem da carta de Pôrto Seguro a José Carlos Rodrigues publicada no *O Novo-Mundo* de 23 de maio de 1874:

«Por vêzes tenho declarado que trato de evitar polêmicas; e que, entregue ao serviço público, e, no tempo que dêle posso feriar, a estudos a que me considero obrigado em satisfação de mui sagrados deveres, não me seria possível estar a cada momento distraíndo-me dêles, para, incorrendo na censura dos mais sensatos, perder o tempo a enristar lanças contra qualquer garoto, que do meio da rua se lembre de atirar-me pedradas. V. também *Ofício-Protesto*, pág. 10.

pessoais, nas quais os adversários foram, todavia, os que mais se excederam; estão nesse número as pugnas com Abreu e Lima (14), Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Antônio Henriques Leal. Nasquelas em que se digladiou com Joaquim Norberto e Netscher predominou de sua parte a leve ironia cortês... Na maioria dessas discussões deixou-se levar pelo amor próprio do autor que corre zelosamente em defesa das diletas criações do próprio espírito; na que entreteve com d'Avezac, além dêsse estímulo, atuaram como impulsores o dever de ofício e os móveis do patriotismo.

Trataremos delas sucessivamente, pela ordem cronológica em que se foram sucedendo. Abrimos exceção para uma única sequência, a mais importante de tôdas, e que, por isso, julgamos dever tratar em capítulo especial. Referimo-nos à que o sorocabano sustentou com João Francisco Lisboa, a princípio apoiado por Domingos José Gonçalves de Magalhães, e na qual seródia e indiscretamente se imiscuiu Antônio Henriques Leal. Nessa houve de tudo: uma importante tese a defender: a do justo e providencial triunfo da moral e da civilização representadas pelos colonizados portugueses, sôbre a barbárie dos aborígenas — o culto da justiça histórica, em fazer ver a qual das partes competia a culpa do rompimento das hostilidades entre os incolas da terra e os forasteiros colonizadores; — o amor próprio de um pensador original a erguer-se contra a insinuação de haver sido em algum tempo sugestionado por idéias de outrem, com a agravante de ser êste o seu próprio antagonista; — o brio revoltado do homem de bem, escrupuloso e sincero, contra a torpe acusação que lhe assacaram de ter procedido covardemente em relação a João Francisco Lisboa, em sômente publicar depois da morte dêste as

(14) Na resposta a Abreu e Lima designou-o simplesmente como «um plagiário difamador que se intitula general», e cumpriu o voto de nunca mencionar-lhe o nome, «para não honrá-lo vendo-o escrito pela sua pena» (pág. 4). Procurava imitar o procedimento dos magistrados de Efeso, condenando ao anonimato o miserável que, para ganhar notoriedade, pusera fogo a uma das sete maravilhas do mundo, o templo de Diana. Varnhagen usou ainda várias vêzes dessa forma de despique, veso que não escapou à penetrante observação de Capistrano de Abreu. A Melo Moraes (o velho) chamou em nota à *História das Lutas* «o laborioso editor vivo, que foi nessa tradução [das *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque] companheiro do finado Accioly».

Tratando dos descobrimientos de diamantes em Minas não faz a menor referência ao livro de J. Felício dos Santos, ressentido certamente por haver êle negado a Varnhagen (Pai) a prioridade no fabrico de ferro em grande escala no Brasil, atribuindo-o ao Intendente Câmara nas forjas do Morro do Pilar.

No artigo de polémica contra T. Braga que remeteu ao *Diário Popular* de Lisboa, não menciona o título do livro do critico português, que continha as alegações injuriosas que rebatia, citando com precisão, não obstante, o número das páginas em que se encontravam.

cartas que o maranhense lhe dirigira, e isto «por se temer de tão robusto adversário...».

Antes de iniciarmos a transcrição das peças polemísticas de Varnhagen e dos seus contraditores desejamos chamar a atenção do leitor para um ponto importante. Nas passagens em que a concisão e a ordem do arrazoado não permitiam resumos sem sacrifícios da clareza dos argumentos, fomos insensivelmente levados a copiar, textualmente às vêzes, expressões e frases inteiras dos contendores. Fazemos esta advertência para que, encontrando-se uma ou outra passagem desses escritos reproduzida sem aspas, não se nos leve o fato à conta de plágio. Temos, aliás, em abono da nossa conduta a opinião do ilustre Anatole France, que costumava dizer: Quando encontrarmos algum pensamento escrito com correção e clareza não excedíveis, não vejo porque motivo deixarmos de reproduzi-lo tal qual, para adotarmos uma redação própria diferente, que muitas vêzes não consegue exprimir com a mesma fidelidade essa idéia.

POLÊMICA COM O 2º VISCONDE DE SANTARÉM

Quando Varnhagen em 1839 publicou o *Diário de Pero Lopes de Sousa* propôs-se numa extensa nota (págs. 73 a 77) reabilitar a memória de Vespúcio da pecha de cabotino e mistificador, preocupado em, mediante publicações por ele feitas ou consentidas, usurpar a Colombo e aos navegantes portugueses a glória de descobridor do Novo-Mundo.

Personagem misteriosa, sobre quem pouco mais se sabia do que o que elle próprio de si dissera nas cartas a Pier Francesco dei Medici e Pedro Soderini, narrando quatro viagens que dizia haver feito, duas das quais (1497-98 e 1499-500) por conta de Castela, e duas outras (1501-02 e 1503-04) por ordem da coroa portugêsa, glorificado em vida por Hylacomylus, passou depois por um período em que foi tratado de impostor pelos cronistas espanhóis na esteira de Las Casas e de Herrera; voltara a gozar no século XVIII de certa aura de popularidade, graças aos trabalhos panegirísticos de Bandini e Canovai, seus conterrâneos, quando a publicação da *Corografia Brasilica* de Aires do Casal veio novamente amarrá-lo ao pelourinho da História.

Escrevendo depois de Casal e de Robertson, que se deixara levar pelos cronistas espanhóis hostis a Vespúcio, o 2º Visconde de Santarém, erudito e brilhante pesquisador da história diplomática portugêsa, acérrimo defensor das glórias dos navegadores da sua pátria, numa carta dirigida ao douto Navarrete, que publicara vários documentos importantes sobre o florentino, recente-

mente descobertos, pretendeu reduzir a quase nada o valor do tão discutido navegador. Santarém estribava-se para suas conclusões, — tôdas no sentido de considerar a Vespúcio figura secundaríssima na empresa das descobertas, mentiroso e parlapatão, pretendendo inculcar-se como pessoa de grande valor como navegante, a ponto de el-rei de Portugal mandá-lo chamar a seu serviço quando em Sevilha descansava das fadigas da segunda viagem empreendida por conta de Castela — no absoluto silêncio dos arquivos quinhentistas portugueses tanto a respeito seu como do mencionado amigo Julião de Bartolomeu del Giocondo.

«Nem nas chancelarias originaes do Rei D. Manuel, nem nos 82.902 documentos do Corpo Cronológico, nem nos 6.095 das gavetas, nem nos numerosos pacotes de cartas de reis, príncipes e outros personagens, depositados nos arquivos reais, não achei, fôsse a que título fôsse, citado o nome de Vespucci, nem os de Julião ou Bartolomeu del Giocondo».

Daí o considerar a maioria, senão tôdas as viagens que o florentino se attribuia, simples parto de sua imaginação, sendo também personagem de ficção o tal Giocondo empregado como emissário pelo rei venturoso, súbitamente esquecido de que possuía diplomatas e agentes officiaes em Castela, mais qualificados para essa missão. As narrativas de Vespucci teriam sido feitas por ouvir dizer, puro fruto das espionagens exercidas em Lisboa, nas rodas de embarcadicos, após as viagens de reconhecimento do litoral brasileiro recém-descoberto, e que êle, para dar-se importância à distância, e deslumbrar seus soberanos florentinos, contava como tendo-as feito em pessoa, omitindo, porém, prudentemente, para não ser publicamente desmascarado como impostor, os nomes dos comandantes das flotilhas e dos pilotos.

Levar-nos-ia longe a análise da monografia de Santarém, publicada em 1842, sem data, num volume com o título de *Recherches historiques et bibliographiques sur les voyages d'Americe Vespuce*. Limitar-nos-emos a transcrever as conclusões, insertas às págs. 114-116:

«1º — Deve-se a prioridade do descobrimento do Novo-Continente, sem dúvida alguma, a Colombo; ou, se não foi o primeiro a descobrir essa parte do globo, foi, pelo menos, o que a reencontrou e fê-la conhecer de modo positivo; pois que, se chegou a verificar o que o sacerdote egípcio indicara a Solon o ateniense, relatado por Platão no Timeu, sôbre a ilha Atlântica; se levou a efeito a suposição de Elio; se realizou a famosa profecia de Sêneca em Medéa; se demonstrou que a história contada por Aristóteles e Teofrasto sôbre o misterioso navio cartaginês não

era um sonho; se verificou que tampouco era um sonho o que São Gregório indicava em uma de suas cartas a S. Clemente; se Colombo, enfim, comprovou mediante sua descoberta a existência das regiões que Madoc antes dêlé visitara, como o pretendiam posteriormente Hakluyt e Powell; se realizou o que era tão incerto, tão problemático, tão misterioso para os antigos, sua glória torna-se, por isso mesmo, tanto maior e mais digna de admiração».

«2º — A prioridade da descoberta da parte ocidental do Novo-Continente deve-se a navegantes portugueses, que, por uma série de expedições, foram os primeiros a explorar essas vastas regiões.

3º — Américo Vespúcio jamais comandou qualquer expedição, pois que, mesmo na segunda viagem de Hojeda (1499-1500) não passava de um empregado subalterno. Essa expedição a *única de que parece haver feito parte*, limitou-se a reconhecer a costa da Venezuela e foi dirigida pelo célebre piloto biscaíno Juan de la Cosa.

4º — Sendo problemáticas as viagens atribuídas a Vespucci, e destituídas de provas que lhes garantam a autenticidade, não se poderá classificar êsse navegador entre os primeiros a descobrir o Novo-Continente; pois que, se se pudesse classificar entre êstes os viajantes que visitaram êsses países após Colombo e Cabral, então Pinzon (1499-1500), Lepe (1500); de las Bastidas (1501); disputariam essa honra a Vespucci, e com tanta maior razão, visto que eram êles os próprios a comandarem as expedições às quais se ligam seus nomes».

* * *

Era êsse o estado da questão quando Varnhagen publicou em 1839 (15) a edição do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, que lhe viria valer a primeira e uma das principais polémicas em que tomou parte (16).

(15) A carta escrita sobre Vespucci a Navarrete pelo Visconde de Santarém com as *notas adicionais* foram primeiramente publicadas em apenso à obra do conhecido historiógrafo espanhol (*Coleccion de los viajes*, etc.) e no *Bulletin* da Sociedade de Geografia de Paris, a partir de outubro de 1835. As «conclusões» acima saíram no número de fevereiro de 1837. Êsses estudos sobre o florentino (*Recherches...*) foram publicados depois em volume (1842),

(16) É possível que não fôsse a primeira, e goze dessa prerrogativa a que entreteve em Lisboa com Inácio Pizarro de Moraes Sarmiento a respeito de um drama da autoria dêste último, o *Lopo de Figueiredo*, da qual faz menção Camilo Castelo Branco, e que excluimos por não dispormos de elementos para apreciá-la devidamente aqui no Brasil.

Entre as importantes descobertas de história geográfica aí consignadas, figura a de ter sido a ilha de S. João (atual Fernando de Noronha) descoberta em 1503 por Fernão de Loronha, comparsa da expedição dêsse ano, em que Vespucci, segundo suas próprias declarações na carta a Soderini, tomara parte. A ilha se identificava naturalmente com a encontrada em agosto de 1503 pela frota de seis velas enviada a explorar o nosso litoral.

Varnhagen foi logo concluindo, um pouco afoitamente, que o comandante da expedição (hoje geralmente reconhecido como Gonçalo Coelho, e em tempos ulteriores também pelo próprio Varnhagen) fôra o dito Fernão de Loronha, «porque ao comandante é que sempre tocava a honra do descobrimento, e o tempo que mediava entre o feito e 16 de janeiro de 1504 (data da doação da ilha, como capitania, ao referido Noronha) não era mais do que o necessário para a viagem de regresso, contratar o arrendamento da ilha descoberta, e, por fim, andar como pretendente a suplicar a doação e capitania pelos paços reais (pág. 73)».

Ora, essa combinação de datas e a identificação irrefutável da ilha descoberta em agosto de 1503 («*novamente* achada e descoberta cinquenta léguas ao mar da nossa terra de Santa Cruz, que lhe temos arrendada», diz o diploma régio) com a que foi objeto da munificência real ao opulento cristão-novo, parecia-lhe ter como corolário lógico a veracidade das relações de Vespucci, já comprovada quanto à viagem com Hojeda em 1499-1500, também para as viagens de 1501, e principalmente, a de 1503.

Quanto à viagem de 1501-02 a verossimilhança do relato vespuciano estava, além do mais, corroborado, de há muito tempo, pela narrativa chamada do *piloto anônimo* da frota de Cabral, impressa por G. B. Ramuzzi em 1550 (fôra-o pela primeira vez em 1507, na coleção de Francazio de Montalboddo, de Vicenza, mas Varnhagen não tinha em 1839 conhecimento desta obra), que relatava haverem os remanescentes da expedição de Cabral encontrado em Bezenegue, na viagem de regresso, «três navios que o rei mandava a descobrir [explorar] a nova terra, que haviam encontrado quando iam para Calicut».

Os desafetos do florentino faziam muito cabedal, como armas contra a autenticidade de seus relatos, do fato dêle cometer cincadas e omitir *coisas particulares que os outros navegantes jamais omitem*, sem levarem em consideração que Vespucci não escrevera as cartas que se lhe conhecem para a publicidade da imprensa, e apenas, em correspondência íntima, tratara de pontos que supunha apresentassem interesse para os destinatários.

O caráter íntimo da correspondência explicava igualmente porque não fizera menção dos nomes de nenhum português das

expedições de 1501 e 1503. Realmente, o que é de capital importância para nós modernos, empenhados em fixarmos prioridades no domínio da história geográfica, tinha para o missivista e seus correspondentes, contemporâneos dos acontecimentos, e, de mais a mais, estrangeiros e indiferentes aos ciúmes patrióticos dos portugueses em relação a suas glórias nacionais, importância secundária. Em que interessaria, por exemplo, a Francisco de Medicis ou Pedro Soderini, saber que os chefes das frotas de exploração e os pilotos se chamavam Manuel da Silva ou João Fernandes? O que não lhes seria somenos era conhecer a extensão de terras do litoral perlustradas, as latitudes máxima e mínima atingidas, as particularidades do clima, das produções e dos habitantes das zonas recém-descobertas.

Para Varnhagen, essa omissão mesma constituía mais um título de autenticidade dos incriminados relatos; visto que, se Vespucci fôsse um impostor e escrevesse de oitiva, nenhuma dificuldade teria em informar-se do nome dos capitães e pilotos, e, nesse caso, é que se lhe impunha não esquecê-los, para dar mais visos de veracidade à impostura. O piloto anônimo português também não nos transmitira o nome do chefe da expedição encontrada em Bezenegue, e êsse era português e escrevia para seus compatriotas.

Quanto aos *erros intoleráveis* de Geografia e as *incoerências e contradições* que se lhe apontavam, o sorocabano, com a autoridade que lhe vinha de seus estudos matemáticos, achava-os perfeitamente naturais, facilmente explicáveis e dignos de indulgência. Para regiões das quais não existiam ainda mapas, e ainda se desconhecia a ação das correntes marítimas, o rumo das singraduras, as distâncias percorridas e as latitudes observadas estavam indicadas com suficiente exatidão, especialmente a do Cabo de S. Agostinho. Pretenderem-se medições de distâncias bem feitas, particularmente marítimas, por uma viagem do começo do século XVI, escrevia Varnhagen, «é não fazer idéia dos erros que ainda hoje, no século XIX, no século das ciências, se cometem a êste respeito em mares já tão sulcados. E por que razão se não haverá de dar aos impressores alguma parte nesses erros, tais como os das datas, que variam conforme as edições?» — A única coisa que se lhe poderia notar, era a referência, como objetivo da viagem, da cidade de *Melcha*; a qual, no caso de significar *Málaca*, não era de admirar que então se ignorasse sua posição, pois apenas de nome conheciam os europeus em 1503 essa península, que ainda não tinham atingido. Ainda, assim, a anormalidade da indicação dêsse ponto para fim da viagem poder-se-ia explicar pela má vontade do comandante da frota para

com Vespucci. Sendo seu inimigo poderia muito bem, para enganá-lo, dizer-lhe que iam para Málaca, quando o destino da frota era a terra de Santa Cruz.

Quanto à pecha que os escritores espanhóis, e modernamente Robertson, que seguia em suas pégadas, lhe assacavam, de pretender usurpar a glória de Colombo como descobridor do Novo-Mundo, não havia para ela o menor fundamento. Vespucci não tivera a menor interferência no batismo da quarta parte do mundo com o seu nome. Fôra à sua revelia que Hylacomylus (Martin Waldzeemüller) na *Cosmographiae Introductio* de 1507 propusera aos geógrafos essa denominação. Seu alheamento a quaisquer intuios de se pavonear com títulos de outros demonstrava-se, outrossim, com a carta de João Ruysch, feita em 1508, depois do batismo de Waldzeemüller, e em que a parte referente ao Brasil diz apenas *Terra Sanctae Crucis sive Mundus Novus*. Ora, era nãoção corrente que o florentino influíra na fatura desse mapa, e nenhuma oportunidade melhor do que essa teria para insinuar-se como descobridor da quarta parte do orbe, se alimentasse tal pretensão.

* * *

No ano seguinte ao da impressão do *Diário*, o 2º Visconde de Santarém, então residente em Paris, publicou uma extensa apreciação dessa obra em um folheto avulso com o titulo de *Analyse du journal de la navigation de la flotte qui est allée à la Terre du Brésil en 1530-1532, publié pour la première fois à Lisbonne par M. de Varnhagen (sic). Paris. Imprimerie de Faint et Thunot, 1840, reimpressa em 1910 nos Opusculos e Esparsos desse escritor, vol. I, págs. 367 a 390.*

Limita-se quase todo o trabalho a uma resenha da publicação em que se considera o *Diário* inferior ao roteiro de Tomé Lopes, e de outros. Sômente nas últimas páginas o critico levanta objeções contra a tese varnhageniana da importância dos relatos de Vespucci, e contra as opiniões do sorocabano de ser a ilha de Fernando de Noronha de descoberta recente em 1504, baseada na carta de donatária, e a de haver sido o agraciado o chefe da expedição de 1503.

Assim se podem resumir os argumentos contrários de Santarém:

O *Novamente* empregado no diploma régio não significava sempre recentemente, há pouco tempo, como queria Varnhagen. Às vêzes tinha também o significado, que modernamente prevaleceu, de *mais uma vez*. Como prova de que essa era a acepção em que o advérbio fôra empregado na carta de D. Manuel,

citava o exemplo do planisfério de Juan de la Cosa, companheiro de Hojeda, que é de 1500, e onde já figurava perfeitamente desenhada a ilha em questão (17).

Em segundo lugar, atentando-se para o hábito que tinham os navegantes portugueses de batizar os acidentes geográficos com os nomes dos santos do calendário correspondentes aos dias dos descobrimentos, à medida que os iam encontrando, *regra de que o autor criticado tão bem notara as coincidências*, seguia-se que a ilha de S. João fôra achada a 24 de junho, uma vez que o rei fizera doação a Noronha da ilha dêsse nome, e logicamente não poderia ser a mesma que Vespúcio afirmava haver descoberto a 10 de agosto de 1503.

Enquanto não se descobrissem documentos mais categóricos e dignos de fé, Gonçalo Coelho (suposto por Varnhagen na mesma nota ao *Diário* comandante da expedição de 1501), na fé de Damião de Gois, teria de ser considerado o chefe da flotilha de seis velas que partira a descobrir em 1503, e não Fernando de Noronha, tanto mais que, recordando a referida ilha, dando-se crédito a Vespucci, como fazia Varnhagen, um fracasso do comandante, que aí perdera, por imperícia, um dos seus navios, seria incrível que o rei, em vez de castigá-lo, o premiasse, e ainda mais, escolhendo para recompensá-lo justamente terras ligadas à recordação de sua inabilidade náutica.

* * *

Varnhagen mais tarde teve ocasião de continuar desenvolvendo, em sucessivas publicações, como já expusemos, novos argumentos em favor do florentino, mas o seu contendor não pertencia, desde 1855, ao número dos vivos. É impossível prever qual a atitude que tomaria em face das revelações e argumentos contidos na série de monografias iniciada em 1858 (18). É pro-

(17) O Dr. Duarte Leite acredita que o mapa de La Cosa tenha sofrido adições e correções posteriores. Neste caso o argumento apresentado por Santarém perde muito da sua força, tanto mais que a tal *Isla descubierta por Portugal* parece referir-se às terras de Vera Cruz descobertas por Cabral, e que foram então reputadas insulares.

(18) Com o opúsculo *Vespuce et son premier voyage* (Paris, 1858). Seguiram-se: *Examen de quelques points de l'Histoire Geographique du Brésil* (m. 1. e ano); *Americo Vespucci — Son caractère, ses écrits, même les moins authentiques, sa vie et ses navigations, etc.* (Lima, 1865); *Le premier voyage de Vespuce définitivement expliqué dans ses détails* (Viena, 1869); *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin, et les restes des documents et éclaircissements sur lui* (idem, 1870). A parte expositiva desta última memória é escrita em português, apesar do título francês; *Post-Face aux trois livraisons sur Amerigo Vespucci* (m. 1. e ano); finalmente, *Ainda Amerigo Vespucci: novos estudos e achegas, especialmente em favor da interpretação dada à sua primeira viagem, etc.* (m. 1. 1874).

vável que, por motivos de amor próprio, não quisesse dar o braço a torcer, nem aceitasse a identificação da primeira viagem de Vespúcio ao serviço de Castela, em 1497-98, com uma exploração do Yucatan, golfo do México e litoral da Flórida durante a qual teria sido reconhecida a insularidade de Cuba, e que Herrera e seus seguidores supunham erradamente desdobramento da expedição em que o florantino tomara parte com Hojeda em 1499-500. Questões desta ordem, em que escasseiam os dados positivos e incontroversos, tendem a eternizar-se, entrando com grande contingente para a obstinação dos contendores o amor próprio nacional, com que cada qual reivindica as prioridades para os navegantes seus compatriotas. É, porém, bastante significativo que Harrisse e Vignaud, insuspeitos pela nacionalidade, e que no nosso tempo estudaram profundamente êsses controvertidos pontos de história geográfica, tenham endossado as conclusões de Varnhagen.

Os argumentos contra a chefia da expedição de 1503 por Fernando de Loronha (ou Noronha) devem ter impressionado a Varnhagen, pois que, na primeira edição da *História Geral* (1854) não mais insistiu nela. Não desistiu, porém, de continuar a atribuir-lhe o descobrimento, nesse ano e na mesma expedição, da ilha que hoje tem o nome do donatário (19). Teria vindo como *comandante do navio que primeiro a descobriu*, e não como chefe da frota. Varnhagen estranha, também, numa publicação de 1846 (20) que o erudito português houvesse vertido a expressão *ora descobriu* da carta régia de doação por *avait nouvellement retrouvée*, a fim de apoiar a conclusão de que a ilha fôra já descoberta há bastante tempo. «O *retrouvée*», diz o historiador brasileiro, «falsifica a tradução. *Novamente*, até na bôca dos cegos de Lisboa quer dizer *recentemente*; é o latim: *nove, noviter*, o francês *nouvellement*, e se a carta diz *ora*, é certo que a ilha acabava de ser descoberta pela primeira vez».

Varnhagen não perdoava facilmente as divergências e restrições feitas às teses que defendia, e por tôda a vida conservava certa prevenção contra as pessoas, que, por um motivo ou outro, lhe caíam no desagrado. No caso particular do Visconde de Santarém acrescia a circunstância de haver sido ministro e mentor de D. Miguel, o soberano que reputava usurpador, coisa que constituiria sempre um espinho no calcanhar do antigo soldado do Duque de Bragança. Na carta ao Cônego Januário, secretário do Instituto, em que de Santos lhe perguntara (6 de janeiro

(19) Vol. I, págs. 20-21.

(20) *Réplica Apologética*, pág. 12, nota.

de 1841) se já tinha chegado o *Bulletin* da Sociedade de Geografia de Paris, em que vinha a notícia das suas publicações, observa que «como seriam feitas pelo seu *rival visconde*, não esperava nelas muito favor». Conhecemos, também a respeito dessa idiosincrasia, um documento bastante significativo, do qual devemos cópia diplomática ao Sr. José Antônio Soares de Sousa, bisneto e detentor do arquivo do Visconde do Uruguai, e que há pouco tempo brindou nossas letras com uma magnífica biografia d'êste estadista. É uma longa carta, datada de Madrid, 12 de janeiro de 1855, na qual tomou patrioticamente, mas de modo um tanto presunçoso, a liberdade de indicar ao nosso plenipotenciário em missão especial junto ao governo de Napoleão III, para tratar da velha questão de limites com a Guiana Francesa, qual a maneira que lhe parecia mais acertada para que se abrissem com êxito as negociações.

Depois de transmitir alguns dados sôbre os precedentes diplomáticos do litígio, aconselhava o Visconde do Uruguai (21) a, logo que chegasse a Paris, tratasse de conquistar para a nossa causa o Sr. Paiva, ministro de Portugal, que «sem ter extraordinários talentos, possuía o *savoir faire*, e tinha muita opinião, e gozava de certo ascendente até com o chefe de Estado» (22), mas não se esquece de dar uma contra-recomendação quanto ao Visconde de Santarém, que após a queda de D. Miguel viveu sempre em Paris onde era muito relacionado: «o Visconde de Santarém, como diplomata, em meu entender, vale pouco: é uma velha vaidosa e sem tato».

POLÊMICA COM JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA

José Inácio de Abreu e Lima, filho do sacerdote seu homônimo, cognominado o *Padre Roma*, pretendeu em 1843 suprir a falta de livros didáticos de *História do Brasil* escrevendo sôbre a matéria um *Compêndio*, que E. e H. Laemmert editaram. Apressou-se a oferecer um exemplar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acompanhando-o de carta em que procurava exaltar o seu trabalho, que, segundo êle, se recomendava pela

(21) Fôra recentemente agraciado com êsse título. Em *Post Scriptum* Varnhagen o felicita pela mercê imperial.

(22) Êsse diplomata (Francisco José de Paiva, 1819-1868) era primo de um certo Marquês Araújo de Paiva, que se deixou prender na teia dos encantos de uma cortezã célebre, Teresa Lachmann, a ponto de desposá-la. Podem ler-se pormenores interessantes sôbre essa aventureira, que posteriormente ao suicídio do marido ainda possuiu artes de tornar-se condessa e princesa de Henckel de Donnersmark, na obra de Frédéric Loliée: *La Fête Impériale* (Éditions Tallandier).

boa divisão das épocas da história pátria, carta que foi lida na sessão de 14 de setembro desse ano.

«Uma coisa, porém, ressalta no meu *Compêndio*, e é quanto basta para dar-lhe algum valor. Tudo quanto existia escrito acerca do Brasil era sem método, sem plano algum histórico: era um montão de fatos atirados ao acaso, sem discriminação de épocas nem de períodos; e tanto é assim que o Instituto já se ocupou deste objeto, tratando antes de tudo de triangular o terreno sobre que devia um hábil corógrafo traçar a carta da nossa história. Não havendo, porém, o Instituto decidido definitivamente esta importante questão preliminar, tomei a resolução de fazê-lo neste *Compêndio* pela maneira por que se acha delineado nas oito épocas ou capítulos, em que dividi a história pátria até a coroação do Senhor D. Pedro II».

«Eis as côres que assinalam as épocas constantes do meu *Compêndio*: 1ª — Descobrimento; primeiras explorações; estado físico do país; 2ª — Colonização; 3ª — Transição para o domínio estrangeiro; 4ª — Volta ao domínio pátrio; guerra dos holandeses; 5ª — Estudo da colônia; melhoramentos; administração interna; 6ª — Estabelecimento da Corte no Brasil; administração d'el-rei; 7ª — Independência; administração do primeiro imperador; 8ª — Menoridade; administração das Regências e Maioridade» (23).

Com exceção do oitavo e último capítulo que era todo de lavra própria, os restantes não passavam de compilação de vários autores, entre os quais era Varnhagen contemplado, logo no primeiro, graças às suas recentes pesquisas consignadas nas *Reflexões Críticas* e na edição do *Diário de Pero Lopes de Sousa*. Prestaram-lhe também subsídios a *Corografia Brasileira* de Aires do Casal, a *História do Brasil* de Southey, recopilada por Beauchamp; o resumo de *História do Brasil* de Bellegarde; a obra *Le Brésil* de Ferdinand Denis, a *História do Brasil* em continuação à de Southey, por Armitage; os *Anais do Rio Grande do Sul* de S. Leopoldo, e a história da revolução pernambucana de 1817 pelo Padre Dr. Muniz Tavares. A base principal, todavia, foi fornecida pelo livro de Beauchamp, escritor já bastante desacreditado por plagiário.

Abreu e Lima não tinha pretensões a historiógrafo original, nem quanto ao fundo das idéias, nem quanto à forma literária. No entanto supunha-se ingenuamente estar «dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual», e «preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira» (24), o que já não era pequena presunção para um compilador.

(23) *Revista do Instituto Histórico*, V., pág. 370.

(24) *Compêndio de História do Brasil*, I, pág. VII (Prefácio).

Ouçâmo-lo na explicação da arquitetura do seu livro:

«Resta-me dizer os meios que empreguei na redação dèste Compêndio, que *muito pouco tem de própria lavra*. Servi-me em grande parte do trabalho alheio, porque nem me era possível compulsar arquivos, e *muito menos repassar centenaes de livros* para recolher um ou outro fato, uma ou outra relação, quando antes de mim tinham alguns praticado êste exame: portanto, a minha obra não é uma composição inteiramente original, mas uma *compilação* de vários autores, *que julguei mais habilitados...* organizando-os depois [os fatos históricos] em série, por meio de uma muito exata dedução cronológica».

Menciona em seguida os autores e obras de que se valeu, que são os já por nós nomeados, e procura explicar o motivo da desigualdade de estilos que se haveria de notar na obra, preparando assim o campo para a indulgência dos censores, que esperava conseguir mediante esta franca confissão:

«A variedade, pois, do estilo, que se encontra no meu Compêndio, não é um defeito, como se poderia supor, mas tão pouco é filho da arte, pois que, *como já disse, muito pouco há de própria redação*; extratando ou copiando, conservei muito de propósito o *estilo dos autores*, de que me servi, alterando uma ou outra palavra, numa ou noutra frase» (25).

Para emitir parecer sôbre o valor da obra oferecida, o Instituto, na mesma sessão em que foi lida a carta de Abreu e Lima, designou os sócios Conselheiro Bento da Silva Lisboa e Dr. Diogo Soares da Silva de Bivar.

O secretário perpétuo, Cônego Januário da Cunha Barbosa, não gostava, por motivos políticos, de Abreu e Lima, e essa animosidade vinha desde os primeiros tempos do período regencial. O filho do Padre Roma, muito apegado a D. Pedro I, pertencia ao chamado partido *Caramuru*, que pretendia restaurar no trono o fundador do Império. Januário, profundamente nativista, era pela continuação do govêrno da menoridade, e assim hostilizavam-se mutuamente pelos periódicos do tempo.

Quando José Bonifácio se viu destituído da tutoria dos príncipes pela regência trina, o *General* Abreu e Lima animou-se a chefiar um movimento sedicioso na vila da Praia Grande, depois cidade de Niterói, com o fito de repor o velho sábio nas funções que lhe confiara o imperador abdicatário. O movimento foi abafado e a atitude do general levada ao ridículo pelo velho adversário dos Andradas, o redator da *Mutuca Picante*, numa peça

(25) *Idem*, págs. VIII e XI.

teatral burlesca e satírica, que intitulou *A Rusga da Praia Grande ou o Quichotismo do General das Massas* (26). Nessa peça o veterano das lutas jornalísticas da Independência atribuía ao general da Grã-Colômbia o empenho de pôr abaixo a Regência e o Ministério para que se «propagasse por tôdas as Províncias o sistema de Jacuipe e de Panellas, o único que podia realizar no Brasil a igualdade dos senhores de engenho e dos soldados» (27).

Varnhagen ao tempo da publicação do *Compêndio de História do Brasil* estava em Lisboa, como adido à legação do Brasil. O Cônego Januário, seu grande amigo, lembrou-se de remeter-lho, certo de que o sorocabano não deixaria, como inimigo rancoroso dos compiladores e plagiários, de apresentar um parecer condenando em regra o livro, o que lhe lisongearia a natural animosidade contra o autor dêle. Suas perspectivas não se frustraram. Varnhagen, numa bem deduzida demonstração, que ocupa 24 páginas da *Revista do Instituto* (28), arrazou o trabalho de Abreu e Lima, qualificando-o de plagiário em 2º grau, pois copiara textualmente, ou quase, a Beauchamp, que por sua vez não fizera mais do que plagiar a Southey.

O Instituto, na sessão de 19 de janeiro de 1844, aprovou em plenário o parecer da comissão de redação da *Revista* (não o da julgadora nomeada a 14 de setembro anterior), baseado na informação de Varnhagen e que era redigido nos seguintes termos:

«A Comissão de redação da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* examinou o *Primeiro Juízo* acêrca do novo *Compêndio da História do Brasil* que publicou o Sr. J. I. de Abreu e Lima; e achando cordatas as considerações feitas pelo nosso sócio o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente contra o plágio tomado do insignificante escritor francês Beauchamp: é de parecer que o Instituto deve adotar e publicá-lo na *Revista*, para que possa chegar ao conhecimento dos possuidores do dito *Compêndio*; visto que, para a instrução elementar, é menos recomendável que o do Sr. Bellegarde. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1844. — (ass.) J. da Cunha Barbosa. — Antonio José de Paiva Guedes d'Andrade» (29).

(26) «Tipografia de Thomaz B. Hunt & C. Rio de Janeiro, 1834» — in — 4.º de 76 páginas.

(27) Antônio da Cunha Barboza: *Cônego Januario da Cunha Barboza — Esbôço bio-bibliográfico, na Rev. do Inst. Hist.*, t. LXV, p. 2ª, pág. 265.

(28) No tomo VI (1844), págs. 60-83. O trabalho de Varnhagen foi elaborado ainda em 1843, depois de 28 de outubro.

(29) *Revista do Instituto*, t. VI, págs. 124-125.

Varnhagen era inimigo impiedoso dos plagiários. Beauchamp, especialmente, ocupava lugar de honra (de *desonra* no caso) em seu *Index* desde 1839 pelo menos (30). Ora, fôra êste o escritor que o confiante escriba pernambucano tomara para guia principal, e fornecedor de longos períodos a trasladar *ipsis litteris* no seu *Compêndio*.

No *Primeiro Juízo* (31) julgou de boa tática anestesiar o paciente antes de meter-lhe o escalpelo. Por isso começou por cantar lóas à intenção do autor, e fazer um ditirambo aos progressos das letras pátrias nos últimos tempos, graças sobretudo à proteção dispensada aos estudiosos e literatos pelo «desvêlo paternal» do imperador, e dos poderes públicos, e às atividades do Instituto Histórico. Em seguida o crítico elogia a edição pela sua nitidez e bom acabamento, assim como pelas magníficas litografias que a ilustravam. Estranha, todavia, a inserção de retratos inventados, como os do índio Camarão e o do preto Henrique Dias, êste último dado como comprovinciano do autor sem que se conhecesse a origem dessa afirmativa. Quando não fôsse conhecida a iconografia autêntica dos vultos históricos, como era o caso, seria preferível, em sua opinião, o uso de bustos cegos para «materia-lizar a memória dos homens célebres».

O prefácio (de que transcreveu um trecho) também o entusiasmara, pelo tom de patriotismo que nêle reinava, e não menos pela modéstia, pois a princípio não entendera ao pé da letra a declaração do autor, de que compilara, transcrevendo, na maioria das vêzes textualmente, os trechos cuja matéria aproveitara.

Mas, depois de começada a leitura, que decepção!... O entusiasmo foi substituído por melancolia e tristeza quando percebeu que, conforme a declaração do prefácio, o texto seguido de preferência fôra o de Beauchamp, para o período compreendido entre a colonização por Martim Afonso e a chegada da Família Real. Entristecia-o não só o saber quantos erros e falsidades se iriam inocular no ânimo desprevenido dos leitores por uma pessoa de boa fé e com desejos de acertar, como também a importância que com êsse livro o autor reivindicava para Beauchamp, «que como escritor público não inspirava outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude, e respeita a propriedade mais sagrada que existe sôbre a terra — a do entendimento».

(30) *Reflexões Críticas*, págs. 79-80, nota d.

(31) O título por extenso é: *Primeiro Juízo*, submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acêrca do «*Compêndio da História do Brasil*» pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima.

Passa a demonstrar como Alphonse de Beauchamp se apropriara do trabalho de Southey, e na sua ignorância e ineptia se traíra, revelando o furto literário praticado. Depois de protestar que não o movia em absoluto o propósito de melindrar o autor, ou de prejudicar os editores, aliás beneméritos pela sua empresa, mas tão somente o de «lançar uma pequena pedra no edificio da nossa regeneração intelectual por que anelava o Sr. Abreu e Lima, e anelavam todos os brasileiros» — o censor declara rejubilar-se por entrar num campo onde poderia exprimir pura e simplesmente a verdade, sem o constrangimento das «pequenas atenções urbanas e sociais, que às vèzes obrigavam a dourar muito as verdades para poderem ser ditas». *Nada tinha a tratar com o Sr. Lima*, pois o seu compatriota lavara as mãos de tóda a responsabilidade, ao declarar que não tivera tempo para pesquisar em arquivos e bibliotecas, e com tóda a sinceridade fôra o primeiro a confessar haver copiado, donde os saltos e variedades de estilo do seu livro. As censuras e reparos que fazia diziam respeito ao trabalho do plagiário Beauchamp, «que antes o autor do compêndio nunca tivesse visto», pois que assim, impossibilitado de ceder à tentação de copiá-lo para facilidade do trabalho, se veria obrigado a servir-se do original de Southey «para o compendiar em um estilo todo seu, senão tão sedutor, seguramente mais exato, como temos as provas do que [*sic*, em vez de *naquilo que*] compilou de Armitage» e de outros escritores mais modernos, entre os quais êle próprio censor na biografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides (pág. 160 do Compêndio). A propósito nota o crítico como o respeito pelo texto de Beauchamp, «que se projetara copiar», fôra, quiçá, o motivo de não se haverem contemplado os maiores feitos de um tão grande compatriota, esquecendo-se até de que fôra êle quem tivera a glória da derrota dos holandeses de que fazia a menção à pág. 115 do Compêndio (ataque rechaçado à capitania do Espírito Santo)».

Passando ao que chamava a «fastidiosa, mas indispensável anatomia da parte aproveitada do mencionado escritor francês», Varnhagen exhibe, em colunas paralelas, excertos da tradução de Beauchamp publicada em Lisboa pelo livreiro Desidério Marques Leão, e do 1º e 2º capítulos do Compêndio de Abreu e Lima, demonstrando como os erros em que caíra o plagiário francês, como, por exemplo, a respeito dos antigos paulistas, em que se fizera eco das calúnias de Charlevoix e Vaissette, tinham sido conservados, e, em certos casos, agravados até, pelo compilador. que no seu cômodo trabalho nem sequer advertira as contradições em que incidira o francês ao inspirar-se no texto de Southey (parágrafo final do Cap. X da obra do historiador inglês).

A contradição versava a propósito dos mamelucos paulistas. Beauchamp seguindo na trilha dos jesuitas espanhóis — que tinham inspirado aos cronistas seus compatriotas acima citados as injúrias e calúnias acêrca do caráter dos antigos habitantes de S. Paulo, englobando-os todos na designação de *mamelucos*, e tratando-os de *casta perversa*, que, nascendo no seio do Brasil, *nêle espalhara mais de uma vez o terror e a desolação*, — afirmara que êles tinham sido comparados pelos seus costumes *dominadores ou salteadores do Egito*, e seu ódio contra os jesuitas provinha de êstes pôrem obstáculos às suas opressões, etc... O autor do Compêndio, que o copiava, em geral, servilmente, nesse ponto afastara-se algo do seu texto para requintar na injustiça, mimoseando os mestiços euro-ameríndios com os qualificativos de *piratas da terra*, *horda de aventureiros*, *tão cruéis como os mamelucos do Egito*, *raça híbrida*, etc., o que só poderia provir, quanto à última designação, de sua ignorância do significado real da raiz grega de que provém, que na nossa língua corresponde exatamente a *injúria*. Pois bem: adiante Beauchamp, esquecendo-se do que escrevera, e guiado por Southey (*Op. et loc. cit.*) expressava-se a respeito dêsses mestiços de forma diametralmente oposta:

«Entretanto formava-se no Brasil uma nova raça de mestiços, que por sua perseverança nos trabalhos, por seu *valor altivo*, e, mais que tudo, por sua *independência quase selvagem*, tinham de assegurar para si, e para a dinastia de Bragança, a posse das mais ricas minas, e da mais bela porção do mundo habitável (Tomo I, pág. 346 da *História do Brasil* de Beauchamp); «— e Abreu e Lima consagrava êsse juízo contraditório às págs. 94-95 do tomo I do seu livro!

A respeito da expulsão dos jesuitas pelos paulistas em 1640, eram surpreendentes as falsidades veiculadas pelo plagiário francês e endossadas pelo Compêndio. À pág. 207 lia-se que os habitantes daquela capitania, sublevados, tinham organizado *nova forma de governo*, erigido tribunais próprios, instituído sacerdotes e criado até um chefe para a nova igreja, com o nome de *Papa*!

Neste ponto o censor repete uma exclamação muito conhecida, e empregada irônicamente contra os que metem levemente o nariz em assuntos de história: «*Et voilà comment on écrit l'histoire!*»

Varnhagen aponta muitos outros erros de Beauchamp, conservados tais quais por Abreu e Lima, e que lhe seria fácil corrigir se abandonasse o francês para abeberar-se em trabalhos de contemporâneos que se tinham ocupado em estudar particularmente certos aspectos da história pátria. Entre essas falhas estavam as inexactidões a respeito da época da expedição de Cristovam Jacques,

da da arribada de Martim Afonso a S. Vicente; do número de navios franceses apresados por êsse capitão; dos nomes das tribos índias que habitavam o país por ocasião do descobrimento, tão deturpados, que quase se tornavam inidentificáveis com os verdadeiros; do número das capitánias e de donatários agraciados por D. João III, etc. . . . , justamente os pontos em que êle censor trouxera correções e conquistara fatos novos para a história pátria.

Nessa primeira apreciação crítica, da qual ressaltava o quase nenhum valor científico e os inconvenientes didáticos do livro de Abreu e Lima, Varnhagen se houve sempre com a maior cortesia nas expressões, como cavalheiro finamente educado que era. O *general* da Grã-Colômbia, porém, não aceitou conformado tão justas restrições. Cego pela vaidade ferida, e vendo no «Juízo» do sorocabano, não a expressão sincera da verdade, mas a complacência do censor em servir à animosidade do Cônego Januário, de quem o julgava protegido e apaniguado — retorquiu de modo grosseiro e desabrido.

* * *

Ainda em 1844 saía dos prelos pernambucanos de M[anuel] F[iguerôa] de Faria a *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, ou Análise do «Primeiro Juízo» de Francisco Adolfo de Varnhagen àcerca do «Compêndio de História do Brasil»* (32).

O autor procurou defender-se e contra-atacar. A parte da defesa saiu fraca, muito embora pretendesse refutar ponto por ponto as críticas de Varnhagen. Para conseguir maior efeito no público tentou sorrrateiramente passar de criticado a censor, arrasando o Cônego Januário, Varnhagen, e de cambulhada todos os amigos de ambos, inclusive os sócios mais assíduos do Instituto Histórico, pela rua da amargura.

Para o autor do *Compêndio* essa corporação possuía um quadro social onde figuravam mais de 300 nomes de brasileiros ilustres, mas os quais não freqüentavam as sessões, e quando por ventura compareciam, por ocasião de solenidades especiais, para dirigir a palavra ao imperador, eram para isso convidados por um recado ou carta do *secretário perpétuo*. Os únicos que lá iam com assiduidade eram «meia dúzia de parasitas insignificantes, comandados, disciplinados e inspirados pelo intitulado secretário perpétuo». Constituíam êsses tais os fregueses da «taverna onde bebia e folgava o Padre Januário», e que era o seu *escritório de*

(32) In 8.º de 148 páginas. Tem no fim a data de «Rio de Janeiro, 30 de maio de 1844». Neste mesmo ano o «general» passou-se a Pernambuco, sua província natal.

agências, ou — casa de câmbio, onde trocava diplomas honorários por comendas, hábitos e outros títulos honoríficos». Dessa forma a sentença condenatória do seu *Compêndio*, oriunda de «meia dúzia de indivíduos sem crédito literário nem reputação do menor quilate», a agir sob o ditado do referido secretário perpétuo, «não faria senão realçar o seu merecimento». Havia, porém, incautos e mal informados, e, para estes, verem o «Nome Excelso do Imperador» acolitando e protegendo uma obra inculcada de tão miserável, poderia levá-los à conclusão de que o autor surpreendera a boa fé do mesmo Augusto Senhor, buscando a sua «Sagrada Égide», para encobrir as mazelas do seu trabalho. Eis o motivo por que tornava-se necessária aquela *Resposta*.

O Padre Januário, «libelista de profissão, até do Instituto Histórico quisera fazer sentina de suas *nojentas injúrias*, e houve homem [este agora é Varnhagen] que se lhe associava». Em 1834 e 35 Januário o insultava sob o anonimato; agora assinava o nome. Sabia, portanto, a quem se deveria dirigir; «a besta não lhe escaparia»; o Padre Januário haveria de senti-lo «nas ancas com botas e esporas até o dia do *requiem in aeternum* de um dos dois».

Em primeiro lugar não fôra plagiário, porque plágio era o uso de pensamentos ou expressões alheias como suas, isto é, sem referi-las aos legítimos autores. Ora êle no prefácio citara alto e bom som os livros de que se servira, e, por conseguinte, o chamá-lo de plagiário consistia numa grosseira calúnia, da qual resultava a mais grave injúria que se podia fazer a um escritor como êle se presava de ser, e «cuja moralidade estava acima da compreensão do Cônego Januário».

Para emporcalhar o seu *Compêndio* o secretário perpétuo do Instituto, «de acôrdo talvez com mais alguém», lançara as vistas para «êsse pobre moço [Varnhagen] seu cliente e *mais alguma coisa*, e lhe encarregara com a possível brevidade uma *solene descompostura*».

«O pobre diabo, sem conhecê-lo, e pelas simples informações do insigne secretário *ad perpetuam*, que (já se sabe) seriam as mais frizantes, pegou da pena, e não houve *insolência, sandice, calunia e disparate*, que não assoalhasse em um monturo de papel sujo».

«Note-se», alerta Abreu e Lima, «que o Instituto nomeara uma comissão composta dos Srs. Bivar e Bento Lisboa para opinarem sobre o *Compêndio*, e êstes senhores apresentaram parecer concluindo pela conveniência de não se emitir por enquanto opinião nenhuma a respeito, porque eram vivas muitas pessoas de elevada posição social a que o livro se referia». O Padre Januário, porém, que já possuía o juízo da autoria de seu cliente Varnhagen,

sentindo que a aprovação do parecer Bivar-Lisboa «ia inutilizar esta obra prima da calúnia e da injúria mais revoltante, que era a menina dos seus olhos, tais artes fez, tais voltas deu, que o referido Parecer não foi aprovado», e foi substituído pelo *juízo* do Sr. Varnhagen, «que não era melhor que o do Padre Januário, nem dos que se achavam reclusos na Santa Casa da Misericórdia», e que, de mais a mais, fôra emitido por «um sócio correspondente, sem missão do Instituto para isso».

Passa em seguida a fazer uma série de críticas à competência de Januário como historiógrafo. Não o acompanharemos na transcrição do chorrilho de injúrias que lhe prodigalizou. Sua paixão ou má fé é tal, que referindo a opinião de Frei Gaspar a respeito de João Ramalho, endossada pelo secretário perpétuo do Instituto, de que aquêlê aportara ao Brasil em 1490, *oito anos, pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia a América*, diz que, quando fôsse verdadeiro o fato alegado, apenas se deveriam contar *pouco mais de dois anos*, pois era fato incontroversó que o genovês descobrira a América em 1492. Frei Gaspar e o Cônego Januário, que o seguia, referiam-se visivelmente à chegada de Colombo, na sua *3ª viagem, à terra firme de Paria* (Venezuela), que se deu em 1497; e portanto, unicamente em 1498 se veio ao conhecimento da existência de terras *continentais* ao Ocidente, pois nas duas viagens anteriores o *Almirante* apenas visitara os arquipélagos das Antilhas e nada sabia a respeito de continentes. Abreu e Lima fingiu ignorar essa circunstância para arguir o seu inimigo de incompetente num ponto que, por muito corriqueiro, êle não poderia desconhecer. Outro lugar em que a má fé, ou melhor, a ignorância o levou a uma arguição injusta, foi a propósito da derrota da expedição de Aires da Cunha e dos filhos de João de Barros, que o Cônego Januário dissera, em um escrito seu, ser para a *Capitania da Paraíba*. Abreu e Lima certamente ignorava que João de Barros e Aires da Cunha não tinham recebido terras como donatários sômente no litoral do hodierno Maranhão, mas que também as obtiveram no litoral nordestino correspondente aos atuais estados de Paraíba e Rio Grande do Norte.

Até aqui o introito.

A *Análise* propriamente dita é aberta com uma história, que ao autor contara, uns dois anos antes, um amigo interessado em transformar um moço português em cidadão brasileiro. Êsse moço nascera *per accidens*, em S Paulo, e era filho de um oficial *alemão*, engajado para trabalhar nas minas de Ipanema; sua mãe tampouco era brasileira. Nascera «em S. Paulo como teria nascido na China, se em lugar de seu pai ter sido engajado para trabalhar em S. Paulo, o houvesse sido para Macau, que é uma colônia

portuguêsa». Êste último se retirara «para Portugal com el-rei antes da Independência do Brasil, levando consigo a seu filho», criado e educado como súdito de Portugal, e que «assentara praça no Exército Português, em cujas fileiras occupava o posto de 2º tenente de artilharia».

Abreu e Lima diz ter apresentado a seu amigo as seguintes objeções: — Não concebia como fôsse possível declarar brasileiro a um homem filho de estrangeiro, que *nem ao menos cidadão português era*, ido para Portugal antes da Independência, tendo permanecido sempre lá e aceitado emprêgo como súdito daquelle govêrno, quando outros muitos, «nascidos no Brasil, de pais brasileiros, e de familias muito conhecidas, só porque não tinham concorrido [sic] ao chamamento do imperador, depois do ato da Independência, nenhuma administração se tinha atrevido a declarar-lhes cidadãos brasileiros sem um ato expresso do Poder Legislativo».

O amigo lhe respondera: — Você não conhece as nossas coisas; tudo se arranjará sem escândalo, da melhor forma; o homem vai ser empregado como súdito do Império fora do Brasil, e ninguém protestará contra isso, pois êle não terá a tolice de fazer alarde de sua qualidade de estrangeiro, denunciando seus protectores. Com efeito, daí a pouco tempo soubera que o Senhor Francisco Adolfo de Varnhagen fôra despachado adido de 1ª classe para a Legação Brasileira em Portugal, com um conto de réis forte de ordenado, e indenizado pela perda do posto de 2º tenente de artilharia que tinha em Portugal com a mesma patente no Imperial Corpo de Engenheiro do Brasil, cria que com a data de 6 de junho de 1842.

Ninguém trouxera Varnhagen ao Brasil para felicitar-nos, com a aquisição do seu gênio transcendente. «Êle mesmo se trouxe para amostra. Veio negociar-se, ou, por outra, veio chaveco português, e, achando comprador no Rio de Janeiro, vendeu-se e arvorou bandeira brasileira, com direito salvo de voltar ao que era, quando isto lhe faça conta, porque, enfim, o casco é português».

O Instituto Histórico pedira ao govêrno que autorizasse um adido da legação brasileira em Lisboa a extrair cópia de documentos antigos existentes na Torre do Tombo. O Sr. José Maria do Amaral logo se dedicara a êsse trabalho. Na sua labuta encontrara-se com Varnhagen, «que também andava à cata de novos tesouros, porque enfim de tudo se pode fazer especulação; e se não há minas de ouro por tôda a parte, ouro é o que ouro vale. Já o *Diário* de Pero Lopes lhe tinha rendido alguma coisa».

outro lhe renderia mais, *assim como o seu «juízo» acabava de render-lhe o hábito de Cristo».*

«A especulação a que se tinha dado, de revolver arquivos e cartórios, e a publicação do Diário de Pero Lopes de Sousa se lhe antolharam de proveito no começo da nossa emancipação literária, porque alguns documentos poderiam ser úteis, e até necessários para a nossa história», — [Abreu e Lima queria explicar razoavelmente a sua contradição entre o que ia dizer contra a ignorância e o *pejantismo* de Varnhagen, e os elogios que lhe prodigalizara aos talentos de investigador no texto do Compêndio, quando não sonhava sequer que êle viesse a ser um dia o seu censor]; — porém algumas notas do Sr. Varnhagen lhe pareceram logo de muito mau agouro, porque revelavam *pouca instrução, pouco critério, pouco ou nenhum talento*. Sem embargo, um arquiteto não é pedreiro, e o que esboça e planeja um edificio tem necessidade de pedreiros e carpinteiros para construí-lo; ora, êle *supunha* nesse caso que o Sr. Varnhagen *pudesse servir de pedreiro ou de cavoqueiro* para o arquiteto, que viesse por fim a levantar o monumento histórico do Brasil, e por isso não só lhe prodigalizara elogios como até o tratara com uma urbanidade de cavalheiro (de que êle mesmo se tornara indigno), ainda não admitindo as *suas absurdas opiniões* acerca de Cristovam Jacques, de Américo Vespucci, de Fernão de Noronha, etc...».

O criticado *supunha* (pelo menos assim o disse) que a sua obra inspirasse uma crítica literária; na carta ao Instituto, qualificada por *Januário de mui polida* (33), não escondera o caráter de *ensaio* do livro, mas *ensaio* para dar lugar a correções feitas com *critério e bom senso*. Estava disposto a aproveitar as correções justas e a desprezar os ataques de *zoilos encapotados*. Fôra, porém, obrigado a mudar de procedimento em vista de «tão infame intriga como a do Padre Januário contra êle, encarregando a *êsse mcço Varnhagen* um libelo famoso, obra da *mais rematada loucura*», etc...».

É-nos absolutamente impossível seguir a Abreu e Lima em sua verrina, que constitui um pequeno volume in-4º de 148 páginas. O interessante é que êle mais de uma vez verbera, por excessivamente longa, a crítica de Varnhagen, que se contivera em 24 páginas apenas da *Revista do Instituto*. Procura responder, sem economia de impropérios e insultos de tãda a espécie, às objeções bem mais comedidas do sorocabano. Para êle a crítica *encomendada pelo Padre Januário* não podia ser confiada a pior

(33) Cfr. *Revista do Instituto*, t. VI, Suplemento, pág. 20, Relatório do Secretário Perpétuo. Abreu e Lima parece não haver percebido que o adjetivo *polida* fôra empregado com ironia.

advogado, pois que Varnhagen, «se tinha um tino admirável para descobrir papéis velhos e sepulturas», isto é, «se tinha em grau eminente o instinto da *Traça* e do *Chakal* [sic]», não possuía, no entanto, «talento, inteligência, ou instrução sólida», qualidades indispensáveis à crítica literária.

O seu *Primeiro Juízo* era «um mundo de asneiras e disparates». Escrevera-o a mandado de Januário, «a quem tudo devia». Era obrigado a responder a «um tecido de falsidades, de sandices, de erros grosseiros, e, até, de torpes calúnias», composto por um *pedante*, um *imbecil*, *brasileiro de meia cara*, «*gatuno miserável*», etc. . . .

O que há em tudo isso de delicioso para nós, que hoje olhamos para a polêmica através da distância interposta por um século às paixões dos contendores; depois que Varnhagen, apesar de tôdas as restrições que se lhe possam fazer, goza da merecida consagração da posteridade, e dos foros do primeiro historiador do país, enquanto que o esquivador Abreu e Lima já caiu em quase completo olvido, — é o período seguinte, característico da estulta pretensão e da absoluta falta de auto-crítica dêsse *general* decrépito, metido a historiador:

«Declaro francamente que renuncio a qualquer glória, que me possa caber pela completa derrota do meu antagonista, porque é *tal a sua ignorância* nas coisas do meu país, que não há proporção entre as nossas forças (!?)».

«Que furor impotente e grotesco!» — exclama Pedro Lessa, em conclusão a um resumo do panfleto de Abreu e Lima. «Hoje, e quando depois de tantos anos Varnhagen repousa serenamente na sua pura glória imarcessível de primeiro historiador da nação brasileira (primeiro na ordem cronológica e no merecimento), o que resta de tôda a selvageria dêsse incidente é a certeza de que Abreu e Lima escreveu o seu *Compêndio de História do Brasil*, copiando um francês, que era um vil plagiário, e Varnhagen consumiu a mocidade nos arquivos e bibliotecas, preparando-se conscienciosamente e ininterruptamente, como um beneditino, para a sua nobre e fecunda missão patriótica de criador da historiografia brasileira» (34).

Com o resumo que fizemos até aqui chegamos à pág. 32 do panfleto. Desta até a última o companheiro de lutas de Bolívar e Santander tenta defender-se das críticas de Varnhagen, que atribuía cumulativamente a Januário, com insultos e brutalidades dêsse jaez: «estas duas bestas que mutuamente se fazem nojentas

(34) *Discursos e Conferências*, pág. 197.

carícias e atiram coices a todo mundo (pág. 121, nota)», e outras que não repetimos pelo respeito que nos merecem os leitores. De mistura vão alguns reparos, sempre na mesma linguagem, ao que reputa erros e incoerências encontrados nos escritos do sorocabano, e às suas imperfeições de estilo, que chama de «língua de morro, empestada de vícios, e de péssimo gosto», etc... Não os apontaremos aqui, nem sequer sumariamente, pois que se deduzem naturalmente da carta de refutação escrita por Varnhagen ao secretário do Instituto Histórico, em seguimento à tréplica que foi forçado a escrever em respostas às sandices do *general* malcriado e precocemente caduco, isto é, como apêndice à *Réplica Apologética*, parte da refutação que saiu também na *Revista do Instituto Histórico* (tomo XIII, 1850, págs. 396-401).

* * *

A tréplica de Varnhagen, da qual já nos servimos e que citamos tantas vêzes, em vista dos elementos autobiográficos que encerra, é um folheto muito menos extenso que o do pseudo-general da Colômbia, muito mais comedido na linguagem, e, seguramente, bem mais valioso quanto à doutrina que contém.

O sorocabano, como declara, não pretendia escrever um folheto rebatendo tópico por tópico e respondendo a insulto com insulto, de forma a acompanhá-lo *pari-passu* nessa longa verrina, em que o autor, «à maneira do quadrúpede jaquaticaca, deixara tão apestado [*sic*] o campo para melhor se escapar», que era absolutamente impossível segui-lo. Com grande constrangimento via-se forçado, na falta de outro meio, a valer-se da imprensa, uma vez que o seu ofensor se aproveitara da circunstância de estar êle ausente, e portanto, «não poder repelir a injúria pelos meios que tem em si todo o homem de brios». Procuraria ser o mais comedido possível. Recebera educação, e por isso preferia a derrota, se, para alcançar a vitória, lhe fôsse necessário renunciar ao procedimento que em vista de sua criação lhe cumpria ter. Tampouco honraria o seu indigno caluniador mencionando-lhe o nome.

Êste preferira responder com verrinas contra o censor, a rebater-lhe os tópicos da censura. Achava natural que houvesse comedido, na rapidez com que escrevera, erros de linguagem e imperfeições de estilo. Quem não os comete, ainda entre os mais afamados escritores, como Cervantes, Barros, Bernardes e Camões? Quem com maior desculpa poderia cometê-los do que êle, «escritor noviço», numa censura que constituia mais um termo de infração do que uma obra literária, e que nem sequer pensara ver publicada? O desprezo do plagiário lhe tirara «nessa ocasião a paciência para apurar as frases».

Pelo menos uma vantagem já se colhera da sua censura. Provocara o compilador, para responder-lhe, a estudar muito mais do que fizera para escrever os dois tomos do *Compêndio*. E que bom proveito lhe fizesse o livro que já tencionava escrever em «estilo todo seu» (35).

Quanto aos tópicos que versavam sobre a vida privada do ofendido, e a de seu defunto pai, falsamente relatados pelo caluniador, responderia com o verdadeiro e documentado retrospecto dos principais fatos de sua existência, que por serem, talvez, pouco conhecidos, no Brasil, julgasse o impostor que poderia deturpá-los para caluniar à vontade. Sua inépcia fôra ao ponto de invetivar um ministro da guerra que o despachara oficial engenheiro; outro, dos estrangeiros, que lhe abrira as portas da carreira diplomática; e o terceiro, finalmente, do Império, que o propusera para uma ordem honorífica; sem perceber que com isso estava dando uma retumbante demonstração dos méritos do caluniado, pois três ministros diferentes lhe achavam valor, enquanto quem lh'o negava era um só, e, «de mais a mais, tão suspeito como o seria um ladrão contra o magistrado que o houvesse acusado de criminalidade».

Varnhagen, em seguida, apresenta o resumo de sua biografia até o ingresso na carreira diplomática, e remata a exposição com as seguintes considerações:

«Aí estão os fatos. Diz agora o meu caluniador que não sou brasileiro, e lá no seu estilo polido, que o sou *de meia cara*: que nasci *per accidens* no Brasil, e que êsse nascimento não deve valer (lá para êle). Pois homem! — E qual nascimento teve lugar aqui ou acolá, sem ser por circunstâncias acidentais? — Qual é o brasileiro, a não ser caboclo puro, que não deve aos vaivens do mundo o seu nascimento no território do Império? — Mas supondo ainda a possibilidade de marcar raias a tal respeito, não vêdes que com isso se iria criar um triste cisma? Não vêdes que com tal teoria procurais render ao Brasil o serviço de lhe roubardes a maior parte dos sábios com que êle já se honra, do século passado para cá? — Acidentalmente nasceria no Brasil aquêle cuja mãe levasse já em seu seio o futuro fruto, e expusesse êste à luz estando de jornada. Mas *eu que nasci nas casas que meu próprio pai tinha feito construir, e estreei com a minha cabeça a pia batismal da paróquia* para cuja criação meu pai desde

(35) Êsse livro saiu em 1845, e, portanto, já estava impresso quando Varnhagen publicou a *Réplica Apologética*. É a *Sinopsis ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, Pernambuco. Na *Tipografia de M. F. de Faria*, 1845 — In 4º de VIII — 448 páginas. Escrito sob a forma de *Anais*, constitui uma compilação muito mais apurada e digna de fé que o *Compêndio*, embora, como êle, não se baseie em pesquisas originais.

tempos trabalhara ! Para humilhar o caluniador mais que para me exaltar, dir-lhe-ei que os que nascendo em um país, *ficam naturalmente nêle, e se acham quando menos pensam seus cidadãos*, terão em geral sempre patriotismo; mas nem êstes, nem ninguém, e menos o *pseudo-general boliviano* [*sic*, em vez de *colombiano*], pode pôr em dúvida o patriotismo daquele que na ausência da pátria se ocupa dela incessantemente, e por fim a ela se recolhe depois de vencer para isso dificuldades, e de dar provas de abnegação para coroar esta firme resolução».

«Porém o meu detrator não se contentou com querer que eu não fôsse brasileiro; quiz por força, *ad odium*, naturalizar-me português. E como eu nunca me naturalizei tal, quiz êle aí nacionalizar a meu pai, que nasceu alemão e alemão morreu, sem ter querido nunca naturalizar-se... O prurido de aportuguesar a todos foi tal que não escapou da sentença um criado espanhol, que eu levava comigo e deixei no Brasil em casa da Exma. Marquesa de Maceió, com quem ainda hoje está. Foi um colono que à minha custa passei ao Brasil. Nem sequer ao menos soube ser sagaz. Esqueceu-se de que «celui qui médit de tout, ne médit de rien du tout».

«A excitação e a raiva passou ainda muito além destas invenções. Chegou o caluniador a descobrir uma latrina aérea, e pensou ver sobre um telhado substâncias asquerosas (36), que só podiam sair de sua cabeça».

Depois de uma breve e sentida comemoração dos serviços prestados ao Brasil pelo seu recém-falecido amigo o Cônego Januário, Varnhagen encerrou a sua contestação datando-a de Granada, 13 de maio de 1846.

* * *

Passaremos agora a fazer um resumo da segunda parte da *Réplica Apologética*, ou *Apêndice B*, pois que o *Apêndice A* consta de documentos comprobativos de suas afirmações e de cartas elogiosas aos trabalhos que escrevera assinadas por sumidades das letras européias.

(36) Para darmos uma idéias dos recursos de ataque de que se servia o energúmeno ferido em sua estulta vaidade pela critica verdadeira e serena do sorocabano, transcreveremos a passagem de sua verrina a que êste revidou com as palavras acima :

«O Padre Januário... deu-lhe [a Varnhagen] um quarto na Biblioteca Pública (*), até achar pousada, etc...».

(*) «Os empregados da Biblioteca contam muitas anedotas destas hospedagem. O Varnhagen dormia em um quarto por cima da Biblioteca, *por onde trepava para o telhado, e ali fazia tôdas as suas necessidades*; porém

Seguiremos o sistema adotado pelo sorocabano, de transcrever, sob a forma de perguntas e em grifo, as objeções de Abreu e Lima; acompanhando cada uma da respectiva resposta.

1ª — *Como explicava êle Varnhagen haver dito em 1839 que se perdera a obra de João de Barros sobre a terra de Santa Cruz, e em 1843 opinar que não a chegara a escrever?*

— Mudara de opinião num intervalo de quatro anos em vista dos estudos feitos, e se fazia pública essa mudança é porque o amor que votava à verdade sobrepujava o «capricho de sustentar uma opinião em que deixara de ter fé». Eis os fundamentos dela :

1º — Em 1842 lhe comunicara o Conselheiro Costa e Sá não se fazer menção de tal obra numa lista dos manuscritos deixados por João de Barros, lista essa em poder dos Barbas de Leiria.

2º — O objetivo de Barros era escrever, em relação às conquistas portuguesas, uma obra no plano da que veio a realizar Faria e Sousa (com exceção da parte referente ao Brasil) : a primeira parte compreenderia a Europa; a segunda, a África; a terceira, a Ásia (esta foi a única que escreveu e publicou); e a quarta, Santa Cruz. Tinha o plano de tôdas as partes já concatenado, de forma a poder fazer aos leitores da Ásia, única que chegou a redigir, remissões aos seus diversos livros e capítulos, como se já estivessem escritos. Êle próprio se denunciara nesses termos : «Das quais partes querendo nós escrever sucessivamente... com adjutório divino que para isso imploramos»... «a terceira, que é esta que temos entre mãos». «A quarta parte da história «diz êle (Dec. I, L. I, Cap. 1º) haverá (no futuro) nome *Santa Cruz*.

Desta forma, as citações feitas por Barros na primeira década (livro 5º, capítulo 2º e livro 6º, capítulo 1º) à quarta parte de sua obra, se deviam entender como remissões a um escrito projetado em que êstes assuntos se deveriam tratar mais minuciosamente, da mesma forma que as referências às outras duas partes, à sua Geografia, etc. etc. ... «Barros podia, como certos escritores modernos, comparar-se... aos alfaiates que talham mais obra que a que podem cozer».

um português, que lhe servia de criado, dormia em um canapé na sala das ciências (de que o Padre Januário faz muito pouco caso, porque delas nada entende) ao pé da mesa do bibliotecário; uma noite, em que o tal criado estava bêbedo, pegou no sono, deixando uma vela acesa sobre uma cadeira, a vela consumiu-se, prendeu o fogo à cadeira e a Biblioteca teria sido devorada pelas chamas, se não fôsse um dos empregados, morador na mesma Biblioteca, que chegou a tempo de evitar o incêndio» (texto e nota à pág. 29).

2ª — Como considerava Southey bom historiador do Brasil, se na sua obra havia tantas lacunas reconhecidas pelo próprio elogiador?

— Reportava-se ao que escrevera no *Primeiro Juízo*. Southey não errara por falta de crítica, mas sim porque não pudera consultar os documentos que êle Varnhagen desenterrara dos arquivos de Lisboa, pesquisas essas que o próprio historiador inglês previa pudessem acrescentar e modificar suas conclusões. Fêz o que poderia fazer de melhor uma pessoa nas suas condições. «Notar hoje erros em Southey, pelo socorro de novos inventos (na maior parte dos quais tive parte) é proceder tão miseravelmente como um pedante que, ao concluir atualmente seus estudos científicos, fôsse notar faltas de ciência em Plínio ou em Lineu».

3ª — Como justificava serem fábulas as passagens dos antigos viajantes que afirmavam a existência de indígenas gigantes e anões?

— Pelo simples bom senso; e, quando êste não se julgasse suficiente, pela autoridade de viajantes cientistas, como d'Orbigny, por exemplo, que viajara por grande parte da América do Sul, e que na sua obra *L'Homme Américain* (de *l'Amérique du Sud*) dizia que em poucas partes do mundo se exagerara tanto a estatura humana como na América. Tinham-se inventado colossos de três metros ao lado de pigmeus de cinco ou seis palmos apenas, e essas fábulas, criadas e admitidas em tempos em que só se apreciava o maravilhoso, tinham-se, com pequenas alterações, conservado até o século das luzes, o XIX (Cfr. t. I, pág. 88). Entre êsses exageros estavam os cálculos acêrca da estatura gigantesca dos Patagões, que são homens da altura média dos nórdicos, e apenas têm pés muito maiores.

4ª — Por que afirmara não haver uma nação «Tapuia», quando eram numerosas as antigas referências a êsse povo?

— Porque em sua opinião não havia uma nação selvagem, com características antropológicas definidas, a qual êsse nome se pudesse aplicar com exclusividade. *Tapuia* queria dizer apenas *inimigo*, como explicava Simão de Vasconcelos, e era nome dado pelos Tupis a todos os adversários, qualquer que fôsse a sua raça, e até mesmo aos da sua própria. Os Tupis mansos do Pará chamavam aos seus irmãos de sangue, ainda bárbaros, de *Tapuias*. Os do sul chamavam *Tapuitinga* (*tapuia branco*) aos franceses, inimigos dos portugueses seus aliados, como se poderia ver no *Dicionário Brasileiro*, pág. 42.

5ª — Porque chamava ao Rio de S. Mateus o «bem conhecido Cricaré», quando êste nome indígena não figurava em geral nos mapas, e apenas Cazal o mencionara?

— Porque êsse nome era conhecido por muitos autores, como o da *Razão do Estado do Brasil*, Aires Casal, Gabriel Soares, Pizarro (II, pág. 105), Milliet de St. Adolphe; no seu *Dicionário Geográfico do Brasil* traduzido por Caetano Lopes de Moura, etc.

6º — *Por que razão não levava em conta o padrão de Cananéia, no qual se diz ler-se esculpida a era 1503?*

— Porque o examinara pessoalmente, com o Major Oliveira e seus filhos, possuidores de uma fazenda próxima; no local lavraram um auto do que se via nesse padrão, que não continha data nem esfera armilar, divisa de D. Manuel. Êsse padrão julgava-o levantado por Martim Afonso de Sousa, como provaria noutro lugar. — A demonstração veio efetivamente numa carta escrita de Madrid ao Instituto (que saiu no tomo IX (1849) da *Revista*, pág. 375), e depois na *História Geral* (I, 51). O marco está hoje em dia erguido junto à mesa da presidência na sala das sessões nobres do Instituto Histórico.

7º — *Qual o fundamento para asseverar, como o fizera à página 132 das «Primeiras Negociações Diplomáticas», que P. Lopes conquistara a feitoria francesa em Pernambuco, na viagem de regresso ao Reino?*

— Pelo documentos, alguns em francês, que descobrira e publicaria em seu competente lugar. Os céticos que recebessem com a espera o tormento do seu ceticismo. Os documentos aos quais alude Varnhagen são os libelos de Bertrand d'Ornesam, senhor de Saint-Blancard, apresentados, no tribunal da comissão mista de Irun e Fuenterrabia, contra Pero Lopes e seus companheiros, pela tomada da nau de sua propriedade *La Pelérine*, cujo capitão, pelo que consta dos depoimentos de Pero Lopes e de outros, saqueara a feitoria portugueza em Pernambuco, trucidando seus defensores, e colocara em seu lugar uma guarnição francesa sob o comando de De la Motte, desalojada por Pero Lopes. O libelo de Saint-Blancard está redigido em latim, mas a firma foi reconhecida por uma declaração em francês de J. Pyrot, secretários dos comissários de sua pátria a 11 de março de 1838. A transcrição do libelo saiu às páginas 441-444 do tomo I da *História Geral*.

8º — *Por que acreditava nas navegações de Vespucci e insistia em sua defesa?*

— «Por um sentimento invencível de justiça humana», exclama Varnhagen. Estudara a questão em vez de se associar ao clamor geral levantado contra o florentino, só porque não merecera a glória, que à revelia sua lhe conferiram, transmitindo seu nome a um continente. A memória do navegante, felizmente, já

não precisava de defensores : o grande Humboldt chamara a si esta tarefa na conclusão do *Exame crítico da história geográfica do Novo-Continente*».

9º — Como se animara a apresentar idéias novas acêrca do Caramuru ?

— Remetia o leitor ao que dissera em sua edição do ano anterior dos nossos dois primeiros poemas épicos [*Épicos Brasileiros*. Nova edição (1843)]. E aguardava a sentença. Varnhagen aí, num fragmento de sua memória *O Caramuru perante a História*, mais tarde publicada na íntegra, contesta a viagem à França do casal Caramuru-Paraguaçu, o batismo da índia pela rainha de França Catarina de Médicis, etc. . . atribuindo essas tradições a um fenômeno de sincretismo, muito freqüente na gênese das lendas.

10º — Como autenticava os nomes dos doze primeiros donatários do Brasil beneficiados por D. João III ?

— Pelos documentos da Tôrre do Tombo, de que já dera notícia, os registos das cartas de doação existentes nos livros da chancelaria de D. João III, corroborados pelos fatos que adicionaria noutra obra [*a História Geral*]. Para os céticos nada adiantaria fazer no momento dissertações sôbre a matéria.

Transcreveremos agora textualmente as reflexões com que o sorocabano encerrou o *Apêndice B* de sua *Réplica Apologética*.

«Escrever uma história, encarar nela devidamente os fatos, e contá-los com algum interêsse para o leitor, e com proveito para o país, *não é ser mero compilador* (37). Para escrever uma história é necessário ter fé viva no que se escreve, e um *entusiástico* amor pela verdade : é necessário que a alma do historiador se tenha arrebatado à vista da grandeza dos acontecimentos que tem de escrever, a fim de apresentá-las elevada e nobremente. Para ajuizar os fatos é necessário que o historiador tenha erudição no assunto, crítica histórica, independência de caráter, luzes gerais dos conhecimentos humanos e consciência : é necessário que seja grave, urbano, e que tenha miras de bom estadista. Para ser compilador, e ainda melhor, plagiário, basta ter ido à escola e saber copiar traslados, e ter muito atrevimento, — como têm sempre os mais ignorantes».

(37) Varnhagen fez esta afirmação porque o seu contendor escrevera que todo o historiador: ou *inventa*, quando escreve de acôrdo com a sua imaginação ou conjeturas; ou então, se se baseia em documentos autênticos ou escritos anteriores ao seu, qualquer que seja o valor literário que se lhe atribua, *compila sempre*, e não poderá, portanto, fugir ao qualificativo de compilador.

Abreu e Lima, na *Resposta ao Cônego Januário*, dera a polêmica por encerrada, e não voltou à questão. Ainda que outros fossem então seus propósitos, estamos certos de que não mais levantaria a cabeça. Varnhagen arrazara-o literalmente.

POLÊMICAS COM JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA

Foram duas. A primeira teve lugar em 1851; a segunda desenrolou-se em 1555 e 1857. As peças concernentes àquela estão no tomo XIII da *Revista do Instituto Histórico*; as relativas à última no tomo XVIII da mesma revista e no segundo volume da *História Geral*.

* * *

Varnhagen já não simpatizava com o literato fluminense desde 1847. Nesse ano saíra em Lisboa, em edição pouco divulgada, a peça histórica com o título de *Amador Bueno*, da autoria do sorocabano, e, logo depois, no Rio de Janeiro, Joaquim Norberto iniciava a impressão de uma paródia ou *plágio* (nessa conta a tinha Varnhagen), que foi suspensa apenas a obra do paulista começou a circular (38). Êste, segundo suas próprias palavras, disfarçou e calou a queixa contra esta «ação inqualificável». Em 1851 publicou-se a biografia de Bento Teixeira Pinto por Joaquim Norberto (39). Comentando a opinião do sorocabano, nas *Reflexões Críticas*, de que não estava disposto a *dar inteiro crédito* «ao Abade Diogo Barbosa Machado, que atribuíra a Bento Teixeira os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, tanto por causa de um ponto da vida do indigitado autor que não se conformava com o teor dos *Diálogos*, como por uma declaração do adicionador da Biblioteca de Pinelo (tomo 3º, col. 1.714), que distinguia os *Diálogos* de um tal «Brandaon, vecino de Pernambuco», do *Tratado de la Grandeça i fertilidad de la provincia del Brasil, ó Nueva Lusitania, i descripção de Pernambuco*, que, este sim, dava como da autoria de Bento Teixeira — escreveu :

«Ê para sentir que o Sr. Varnhagen não estivesse disposto a *dar-lhe inteiro crédito* [o grifo é de Norberto], pois não me parece que a sua conclusão destrua a asserção do incansável Abade Barbosa Machado; mas a falta de mais perfeito conhecimento

(38) Cfr. *História Geral*, II, pág. 466. Não compreendemos como J. Norberto pôde plagiar a Varnhagen, pois o diplomata-historiador desde 1841 estava fora do Brasil, e não seria possível ao indigitado plagiário ter conhecimento do que o outro fazia em Portugal. O próprio fato de haver suspenso a publicação de sua peça sobre o mesmo assunto depõe em favor da honestidade de Joaquim Norberto.

(39) *Revista do Instituto*, t. XIII, págs. 274-278.

dêsse manuscrito [a cópia dos *Diálogos* existente na Biblioteca Pública de Lisboa] me inibe de entrar na elucidação de um ponto tão importante, que o nosso ilustrado consócio deixa em dúvida, pois trata-se daquele que, como dizem os Srs. Ferdinand Denis e Magalhães, serve de ponto de partida na história literária do Brasil» (40).

* * *

No número seguinte da *Revista* saiu sob o título *Bento Teixeira Pinto, artigo II (Para uma explicação)* (41), a resposta de Varnhagen ao que considerava uma interpelação de Joaquim Norberto.

Lamenta que o colega em divergência de idéias não houvesse conversado com êle (42), antes de publicar a biografia; teria ouvido as suas razões, como já em outra ocasião (o grifo é nosso) e assim se evitaria uma polêmica desagradável para êle Varnhagen, e que mais ainda o seria se dela saísse completamente vitorioso. Agora não havia remédio senão defender-se em letra de fôrma.

Sentia a injustiça do contraditor, que sabendo-o estudioso dessa questão antes dêle, e tendo transcrito muitas frases suas (43), que mostravam o quanto manuseara os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, o acusasse de leviano por não estar disposto a dar inteiro crédito a Barbosa, assim como «por não lhe parecer que sua conclusão [dêle Varnhagen] destruísse a asserção dêsse *incançável abade*».

Antes de tudo, uma advertência. Se o Abade Barbosa fôra *incançável*, não lhe constava que houvesse sido *infallível*; e uma prova dentre as muitas que poderia apontar, é que admitira na *Biblioteca Lusitana* um escritor português *André de Teive*, que nunca existiu, levado a isso pela semelhança de nome com *André Thevet*, o conhecido autor da *Singularitez de la France Antarctique*. Demais, se fôra *incançável*, não era essa qualidade privilégio seu, e não devia ser invocada como argumento *ad hominem* para contraditar os que, após criteriosas investigações, impugnassem algum lapso em que aquêle bibliógrafo houvesse incidido.

Passa depois a tratar do «não estar disposto a dar-lhe inteiro crédito», sublinhado por Norberto.

(40) *Revista citada*, pág. 277.

(41) Páginas 402-405 do mesmo tomo.

(42) Varnhagen em 1851 estava no Brasil e exercia as funções de 1.º secretário do Instituto.

(43) Extraídas das *Reflexões Críticas* (1839), págs. 98-99.

Se o consócio não houvesse insistido nessa proposição, grifando-a, ter-lhe-ia poupado a presente resposta, pois não ligaria importância ao epíteto de *incaçável* anteposto a Barbosa, e que empregado dêsse modo poderia ser interpretado como antítese de qualidades entre êle Varnhagen e o autor da *Biblioteca Lusitana*.

Repetia agora os argumentos já expendidos, julgados por Norberto insuficientes para destruir o asserto do *incaçável* Barbosa.

1º — Barcia, adicionador de Pinelo, falara da existência de um tal Brandão, autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Note-se que se chamava *Brandonio* no manuscrito de que se trata, o interlocutor que expõe e convence o outro; e que o mesmo Barcia atribuíra a Bento Teixeira um *Tratado da Grandeza e fertilidade da província do Brasil*.

2º — Não se conformava o teor dos «Diálogos» com o que se sabia da vida de Bento Teixeira, incluindo o seu naufrágio (44).

Barbosa guiara-se, naturalmente, no seu artigo bibliográfico, por uma declaração de *diferente letra e época* existente no msc. atualmente na Biblioteca de Lisboa, e que pertencera a *seu irmão* [D. José Barbosa, clérigo regular]. Quem a escreveu? Merecerá crédito à vista de outros fatos contraditórios? O *incaçável* abade de pouca crítica deixara o ponto por decidir, eis por que perdera a fé neste seu asserto; cumpria à crítica elucidar a questão, *não começando por agredir aos que mostrassem o caminho* (os grifos são de Varnhagen). Como brasileiro que era, não poderia ser suspeito de querer defraudar o Brasil das glórias que competiam a um filho tão eminente (45), mas também achava que já éramos bastante ricos, e podíamos, por amor à verdade, ser generosos para o que não fôsse nosso. Bento Teixeira (Pinto?) era nome que ainda estava por apurar, assim como Rollim de Moura e André Nunes da Silva. Termina Varnhagen a sua explicação declarando que permanecia com as mesmas idéias de 12 anos antes, e grifara as expressões que tiveram a honra de ser postas em relêvo pelo seu ilustre consócio, para tornar patente que, nem

(44) Esta razão se verificaria improcedente. A suposição do naufrágio de Bento Teixeira decorria de haver Gomes de Brito, na *História Trágico-Marítima*, incluído como sendo da autoria do primeiro, que teria sido uma das vítimas, a *Relação do Naufrágio da Nau «Santo Antônio»*, mas ficou posta de parte depois que o próprio Varnhagen em 1872 descobriu um exemplar da segunda impressão original do «Naufrágio», da qual contava que fôra escrita pelo piloto Afonso Luís.

(45) Até a publicação das «*Denúncias de Pernambuco* (São Paulo, 1929)» acreditava-se que Bento Teixeira fôsse pernambucano. A publicação dessa série de depoimentos prestados em 1593 perante o Visitador do Santo Ofício veio provar que era cristão-novo e portuense.

por isso, êle viera acrescentar nenhum fato averiguado para o esclarecimento dêsse ponto duvidoso da nossa história literária.

* * *

Capistrano de Abreu escreveu algures que raramente Varnhagen fôra benévolo, ou, pelo menos, justo, para com os compatriotas que adquiriram alguma notoriedade nos estudos históricos, e entre êsses nomeia Melo Moraes e Pereira da Silva, que apenas citara pelas iniciais, acrescentando que «com Joaquim Norberto êle ainda fizera pior» (46). Há poucos anos o Dr. Luís Filipe Vieira Souto, referindo-se especialmente à réplica que acabamos de compendiar, escreveu que «Varnhagen afastara-se do terreno biográfico para levá-lo ao pessoal demonstrando aquêlê tom dogmático, contra que se rebela Macedo ao traçar-lhe, aliás de modo perfunctório, o elogio fúnebre no Instituto Histórico» (47).

Convenhamos que êsse «tom dogmático» era necessário para amedrontar contraditores levianos, que não estudavam devidamente a matéria sôbre a qual apresentavam objeções. Quando um investigador consciencioso como Varnhagen emite opinião contrária à de velhos escritores e cronistas, baseado em pesquisas a que se entregou pessoalmente, e que lhe forneceram elementos anteriormente desconhecidos para refutá-los, ou pôr em dúvida suas afirmativas, compete a quem quiser defender êsses velhos autores apresentar novas razões que destruam as alegadas. Foi isso que fêz Joaquim Norberto? — Absolutamente. Passando por cima dos argumentos aduzidos nas *Reflexões Críticas* (págs. 98-100), limitou-se a elogiar o *incaçável* Abade Barbosa Machado, e a concluir, por esta qualidade do bibliógrafo português, que Varnhagen deveria rejeitar a evidência dos indícios em contrário pelo respeito às suas venerandas palavras. As pesquisas de Capistrano de Abreu e as mais recentes (completando-as) do Sr. Rodolfo Garcia, sôbre a autoria dos *Diálogos* provaram o fundamento da falta de confiança que o sorocabano depositava nos assertos do Abade de Santo Adirão de Sever, e a boa intuição de suas críticas.

* * *

A segunda discussão entre os mesmos contendores teve lugar em 1855 e 1857. Eis os precedentes do caso.

D. Pedro II, na sessão de 15 de dezembro de 1849, ao designar os membros do Instituto que deveriam explanar as teses do programa de dissertações já aprovado, escolheu para Joaquim

(46) *Ensaio e Estudos, primeira série*, pág. 212.

(47) *Cruz e Espada*, 1938, pág. 60.

Norberto o seguinte tema : *O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve êle alguns indícios para isso ?*

Nas sessões de 6 e 20 de dezembro de 1850 desincumbiu-se o escritor fluminense de sua tarefa, lendo uma extensa e erudita memória em que concluía : «É, pois, evidente, à vista de documentos irrecusáveis, coetâneos e incontestáveis, que os portugueses suspeitaram da existência das terras que Pedro Álvares Cabral descobriu, demandando-as, quando deu à sua viagem direção inteiramente nova da que levara Vasco da Gama, e não para fugir às calmarias da costa d'África», e citava em reforço dessa tese um trecho de Varnhagen na *Crônica do Descobrimento do Brasil*, em que o autor julgava sem fundamento a hipótese de terem sido as naus de Cabral obrigadas a seguir êsse rumo por motivo de tempestades, inclinando-se de preferência para a opinião de João de Barros, segundo a qual houvera intenção de evitar as calmarias de Guiné (48).

Em contrário de Joaquim Norberto, isto é, pela absoluta casualidade do descobrimento, opinaram o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira (49) e também Antônio Gonçalves Dias, em trabalho lido na sessão de 26 de maio de 1854, e impresso no mesmo tomo da *Revista* com o título de *Reflexões acêrca da memória do illustre membro o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva* (50). Nas sessões de 15 de setembro, 13 de outubro, 24 de novembro e 7 de dezembro, ainda de 1854, J. Norberto procurou rebater as objeções do escritor maranhense numa *Refutação às Reflexões do digno membro o Sr. Dr. Antônio Gonçalves Dias*, impressa em seguimento ao trabalho refutado (51). Foi na *Refutação* que inseriu os comentários que deram origem aos protestos de Varnhagen. No espaço compreendido entre a leitura e a impressão da memória Norberto tomara conhecimento do tomo I da *História Geral*, que traz no frontespício a data de 1854, mas que só foi pôsto à venda em princípios de 1856 (52). Alguns poucos exemplares, no entanto, tinham sido remetidos antecipadamente pelo correio a membros do Instituto, pelo que J. Norberto

(48) *Revista do Instituto*, XV (1852), págs. 141-142.

(49) V. *Memória sobre o descobrimento do Brasil — Algumas considerações*, mss. oferecido ao Instituto Histórico mediante carta datada de 24 de maio de 1854, e publicado na *Revista*, t. XVIII (1855), págs. 279-288.

(50) Tomo XVIII, págs. 289-334.

(51) Págs. 335-405.

(52) V. *Obras de João Francisco Lisboa, segunda edição*, 1901, vol. II, pág. 208.

pôde lê-lo a tempo (53) de inserir no seu trabalho uma nota que irritou profundamente o sorocabano. Varnhagen, em virtude de haver descoberto um fragmento das instruções de Vasco da Gama para Cabral, inclinava-se então a julgar casual o descobrimento. A nota de Norberto, inserta sob nº 51, à pág. 401 do t. XVIII da *Revista*, era do teor seguinte :

«O Sr. F. A. de Varnhagen transcreveu de novo (54) em uma das notas da sua recente história do Brasil a carta do mestre João, sem contudo ligar grande importância às palavras do astrônomo e médico da frota de Pedro Álvares Cabral; a transcrição da carta tem por fim provar que mestre João não se devia fiar no aceno dos selvagens sobre o número de ilhas de que supunha compor-se a terra de Santa Cruz; a questão é importante!... Será bom que sempre aqui declare, não sem admiração, que o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, modificando as suas idéias, tem o descobrimento do Brasil por casual, sem que, contudo, ousasse de tocar nessa questão, que tão debatida há sido, e na qual elle tomou previamente parte».

* * *

A resposta aos termos do período que acabamos de transcrever na íntegra veio pelo tomo II da *História Geral* (55). Varnhagen grifou as passagens refutadas e rebateu-as sucessivamente, não sem protestar que só inseria sua defesa na *História Geral* porque o ataque do consócio saíra num dos tomos da *Revista*; quando não, preferiria responder por meio de uma fôlha avulsa, a fim de que suas palavras, depois de produzirem o desejado efeito, se apagassem como as que se escrevem sobre a areia das praias. Fiel ao costume de não contribuir para a notoriedade das pessoas com as quais entrava em antagonismo, omitiu o nome de Norberto, como já o fizera com o de Abreu e Lima, e o faria mais tarde com o de Melo Moraes e o título de uma obra de Teófilo Braga.

Deixava ao leitor, dizia o historiador, o decidir se os comentários que ia refutar se enquadravam nas formas correspondentes ao respeito pela associação de que ambos faziam parte, e em cuja *Revista* escreviam, ou se, pelo menos, nos estilos exigidos pela urbanidade e pela boa educação.

Depois de expor, para que o público pudesse ajuizar da matéria com conhecimento de causa, os precedentes da questão (os mesmos que, no início dêste sub-capítulo referimos ao tratar da

(53) Cfr. *Os Índios Bravos*, texto e notas de págs. 4 e 6-7.

(54) Já fôra impressa na *Revista*, t. V (1843), págs. 342-344.

(55) Págs. 465-467.

primeira polémica) Varnhagen procura pôr em relêvo que fôra êle quem dera a conhecer a carta de Mestre João, que jazia ignorada no arquivo da Tôrre do Tombo, publicando-a na *Revista*; na edição da *História Geral* vinha com uma melhoria : trazia decididamente a assinatura do médico e astrônomo da frota — *Johannes Emelaeus*. Declara a seguir que jamais consignara qual o fim (e muito menos único) da transcrição, entre os documentos justificativos, da referida carta. Que seu contendor apontasse o lugar dessa afirmação ! Onde também tratara do aceno dos selvagens a propósito do *número de ilhas* de que supunha compor-se a terra encontrada ? E onde chamara ao Brasil terra de *Santa* (e não *Vera*) *Cruz*, antes da fundação da primitiva colônia de Pôrto Seguro ? Pasmava-se com tantas transformações. Não sabia a que atribui-las. Certamente que não a lealdade, elevação de alma, e talento.

Exibia para cotejo com o que escrevera Norberto, o que unicamente constava do texto da *História Geral* (pág. 18 do vol. I) : «Em ambas estas cartas [a de Caminha e a de Mestre João], datadas de 1 de maio, se chama à terra *Ilha de Vera Cruz*». Na nota correspondente (pág. 423) lia-se : «Sendo mui conhecida a carta de Pero Vaz de Caminha, que, desde que foi a primeira vez publicada por Cazal, há sido reproduzida em várias obras, contentar-nos-emos por agora de incluir aqui a do físico mestre João, que demos em outros lugar a conhecer, apenas tivemos a fortuna de a descobrir na Tôrre do Tombo».

«A questão é importante !» — eis a urbana exclamação que ainda por cima devia à justiça do consócio; êste, não saciado... acrescentara ainda estas dignas frases :

«*Será bom* que sempre aqui declare, não sem admiração, que o Sr. F. A. de Varnhagen, *modificando as suas idéias*, tem o descobrimento do Brasil por *casual*, sem que contudo ousasse de tocar nessa questão, que tão debatida há sido, e na qual êle *tomou previamente parte*».

Demos agora a palavra ao autor da *História Geral* :

«*Será bom*, etc. *Resposta* : Creio que foi mau e vou prová-lo. «Não sem admiração etc.» *Resposta* : Será verdade; mais o consócio não devia admirar-se de tal, quando já a conhecia desde 1851, em que, ouvindo ler em uma sessão as primeiras páginas desta história, me disse que recebera uma facada por cada vez que ouvira tratar de *descobrimto casual*. «Modificando as suas idéias». *Resposta* : Sim senhor, desde que escrevi uma espécie de novela no ano de 1840, antes de ter a fôlha primeira das instruções dadas a Cabral. Não é a primeira vez que modifico minhas

idéias, quando, por novos fatos conheço que estava enganado. Assim permitisse Deus que viesse eu a *modificar* com o tempo a idéia que faço de algumas pessoas. «Sem que contudo ousasse de, etc. . . .» *Resposta* : Nem todos podem *ousar tudo* nem dizer *ousar de*. «Questão que tão debatida há sido, etc. . . .» *Resposta* : Por ventura citamos polêmicas velhas, hoje inúteis em vista dos documentos que se lêem nas obras de Jaboatão e Frei Gaspar ? «*Tomou previamente parte*, etc.» *Resposta* : Não há tal : certas frases de uma novela foram aproveitadas pelo consócio, galvanizando-as a seu bel prazer. Tudo deve, porém, ser permitido ao abalizado consócio, que propondo-se a escrever histórias, não começa recomendando-se por sua imparcialidade e espírito justiceiro, quando ao ver diante de si tantos documentos inéditos : as instruções a Cabral, o roteiro da Bretôa, a precatória contra Pero Lopes e outros muitos, em vez de congratular-se com quem, à força de aturadas pesquisas, roubadas ao descanso, os descobrira ou copiara, só para a criticar que publicássemos duas vezes um importantíssimo, que não ocupa, sequer, uma página ! E a carta de Caminha não se tem impresso tantas vezes ? Não creio um mal, e antes é um grande bem, que os escritos de venerável originalidade sejam reproduzidos; isto sem deixar de reconhecer que, inversamente, fôra um grande bem que nem sequer uma vez se imprimissem certos outros escritos cançadíssimos, cujos autores, baldos de verdadeiro mérito e de bom critério, não fazem mais do que repetir o que já foi dito, obrigando o público, e as academias a lê-los ou a ouvi-los sem proveito».

A réplica foi dura, própria a deprimir o moral do contendor e de molde a não admitir tréplica. Cremos, todavia, que pelo *contrário*, teve o condão de estimular a vocação de historiador de Joaquim Norberto, visto como depois dêsse incidente, o vemos, de simples comentador de cronistas, passar a pesquisador de fatos, e a brindar-nos com magníficos estudos sobre Gonzaga, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto (56), e também com uma *História da Conjuração Mineira*, baseados todos êsses estudos, em grande parte, em documentação original e inédita. É possível que a antipatia existente entre Varnhagen e Norberto proviesse de diferenças de temperamento, sendo o primeiro um espírito frio e positivo, e o último romântico; do mesmo modo como êsse antagonismo psicológico teve grande influência nas pugnas literárias que o sorocabano sustentou com Teófilo Braga. Seja como fôr,

(56) Joaquim Norberto tinha por hábito, nas obras poéticas dos escritores coloniais que preparava para a casa Garnier, precedê-las de estudos biográficos-críticos, aos quais juntava os juízos e apréciações dos literatos brasileiros e estrangeiros sobre os mesmos. Os de Varnhagen, porém, na certa por motivo de ressentimento do editor, jamais mereceram a honra de uma transcrição, ou, sequer, simples referência.

se outra utilidade não tivesse a *descalçadeira* do autor da *História Geral*, em Joaquim Norberto, bastaria esta, de meter em brios um historiador incubado, para justificar-se como proveitosa aos olhos da posteridade.

POLÊMICA COM D'AVEZAC

«Estou com o pé no estribo para partir para Paris a entender-me com o Dr. Silva acêrca da resposta que ambos vamos dar a *certo individuo que se apresenta como campeão officioso da questão do Oiapoc contra o Brasil*», eis como escrevia de Madrid, a 21 de novembro de 1857 o Encarregado de Negócios do Brasil na Espanha ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial e seu íntimo amigo.

Esse indivíduo que *se apresentava como campeão officioso da França contra o Brasil* era nem mais nem menos que o Sr. Marie-Armand Pascal d'Avezac-Macaya, literariamente conhecido apenas pelo primeiro apelido, chefe de seção no Ministério da Marinha e das Colônias do 2º Império, secretário-geral (no momento Presidente) da Sociedade de Geografia de Paris, e membro da Academia das Inscrições e Boas Letras.

D'Avezac publicara no *Bulletin* da Sociedade que no momento presidia (meses de maio e junho de 1857, com *separata*) uma longa e elogiosa apreciação, cheia de restrições, porém, da *História Geral do Brasil* (57). Varnhagen propunha-se a rebater-lhe, uma por uma, as críticas, e em seu próprio reduto. Realmente, no ano seguinte apresentou oralmente a réplica, em francês, perante a Sociedade de Geografia, que a recolheu também no seu *Boletim*, brindando-o com o título de sócio correspondente.

Fervia a esse tempo a questão dos limites do Brasil com a Guiana Francesa. O Visconde do Uruguai, plenipotenciário do Império em missão especial junto ao governo do Imperador dos Franceses, não pôde chegar a um acôrdo nas discussões com o Barão His de Butenval, que consumiram mais de um ano, desde 19 de fevereiro de 1855 até 2 de julho de 1856. Em 1858, ao mesmo tempo em que Varnhagen respondia às objeções de d'Avezac, Joaquim Caetano da Silva, numa série de sessões da Sociedade de Geografia, defendia, com grande cópia de argumentos e de erudição, os direitos do Brasil à fronteira representada

(57) Com o título de: *Considerations géographiques sur l'Histoire du Brésil — Examen critique d'une nouvelle Histoire Générale du Brésil, récemment publiée en portugais à Madrid par M. François — Adolphe de Varnhagen. Rapport fait à la Société de Géographie de Paris dans les séances des 1er Mai, 15 Mai et 5 Juin, 1857. Paris. Imprimerie de L. Martinet, 1857. Separata dos boletins de agosto, setembro e outubro de 1857.*

pelo curso do rio cuja foz se situava imediatamente a oeste do cabo de Orange (58).

D'Avezac, sob o pretexto de fazer a apreciação crítica desapixonada de um livro de história, preocupou-se quase que só em defender o que pretendia fôsem os direitos da França na questão de limites com o Brasil, fazendo, portanto, uma espécie de *memorandum* da sua causa. Quase todo o texto das *Considerations Géographiques* são orientadas nesse sentido. Empenhado em produzir no público a impressão de que apenas o apêgo a velhos preconceitos a pretensões territoriais desmedidas, herdados dos portugueses, poderia levar os brasileiros a insistir na obtenção da linha divisória pela qual aquêles sempre se bateram, procurou demonstrar o *lusitanismo* de Varnhagen, acusando-o de não se ter colocado, como historiador do verdadeiro ângulo dos brasileiros e sim do dos conquistadores, etc. Seu objetivo real patentea-se aos olhos menos perspicazes. Sabendo da existência no Brasil de uma corrente, não dizemos propriamente anti-portuguesa, mas com tendências a exaltar o valor das populações aborígenes em detrimento da influência civilizadora da colonização ibérica; ao mesmo tempo que simpática, por influência literária, à França e às suas idéias, — d'Avezac julgou propícia a oportunidade para criar um clima no Brasil hostil a Varnhagen e aos defensores de nossos direitos, inquinando-os de apegados aos interesses e preconceitos lusitanos; e, simultâneamente, uma atmosfera de condescendência para com as exageradas pretensões francesas. Supunha com as idéias simplistas que os seus compatriotas ao tempo tinham, e em geral ainda conservam, a respeito da inteligência dêstes *selvagens*, como nos chamam, que teríamos a ingenuidade do corvo da fábula e largaríamos à França o queijo do Amapá. Não nos deixamos, felizmente, seduzir pelas belas palavras da raposa gaulesa. Nosso indianismo lisonjeado não fez causa comum com o estrangeiro contra os interesses nacionais, mas... *calomniez, calomniez, il restera toujours quelque chose...* a fama gratuita do lusitanismo de Varnhagen, tão atassalhada pelo despeito de Abreu e Lima, ganhou novas forças com a campanha de d'Avezac, e até os nossos dias persistiu arraigada no espirito de muitos representantes do nosso escol intelectual. Felizes de nós se êste livro, e particularmente o resumo puro e simples da polêmica entretida pelo sorocabano com d'Avezac, puder levar à consciência dos leitores quão infundada, espúria e anti-patriótica foi a origem dessa crença, e

(58) A exposição histórica e a defesa dos direitos brasileiros, de que as leituras acima, em número de seis apenas, constituem o início, saíram em dois volumes com o título de *L'Oyapoc et l'Amazone: Question brésilienne et française par Joaquim Caetano da Silva*, Paris. Imprimerie de L. Martinet. 1861 — 2 vols., in 8º grande.

como a justa compreensão de nossos legítimos interesses e brios nacionais exigem que a repilamos!

O trabalho de d'Avezac constitui um volume *in-4º* de 271 páginas e dois mapas. As primeiras 144, subscritas *Paris, mai 1857*, constituem a parte expositiva da crítica; as restantes são ocupadas por numerosas notas e comentários em que o geógrafo francês transcreve e discute os documentos em que baseia suas asserções. O contraditor de Varnhagen não era prolixo. Sua argumentação cerrada torna impossível resumir-lhe com clareza e fidelidade as idéias. Qualquer condensação terá que ser forçosamente falha, senão no enunciado, pelo menos nos argumentos em que se alicerça. Na impossibilidade, pois, de resumir-los, limitar-nos-emos a apontar uma ou outra das restrições do francês à *História Geral*, tanto mais que, devendo nós expor com certo desenvolvimento a réplica de Varnhagen e a tréplica do seu antagonista, na qual se reeditam na maior parte os argumentos expendidos nas *Considerations Géographiques*, o laconismo na resenha dessa obra não prejudicará a compreensão dos termos da polêmica, que é o essencial.

* * *

São os seguintes os tópicos em que o erudito francês encontrou senões ou discordou francamente da obra do sorocabano. Limitou-se à análise do primeiro volume, único publicado ao tempo em que a Sociedade de Geografia o encarregou de dar parecer sobre o livro :

1º — O autor da *História Geral* não se colocara do ponto de vista propriamente brasileiro. Em vez de começar pela descrição da paisagem, de fazer um retrospecto do aspecto geral do país, de descrever os primitivos habitantes, com seus usos e costumes, e ver nos colonizadores portugueses os invasores do solo pátrio, preferira colocar-se ao lado dos conquistadores, e abrir sua *História* com uma introdução acêrca dos descobrimentos e a expansão dos portugueses pelas duas partes do mundo. «O filho legítimo do solo dedica o seu primeiro olhar à terra natal, aos habitantes primitivos, dos quais é, de pleno direito, o representante, e procura piedosamente seus vestígios apagados; observa curiosamente, à medida que ela tem lugar, a aparição em suas costas, dos estrangeiros, vindos de terras desconhecidas, etc. . . O historiador do Brasil optara pelo ângulo exclusivista e cioso dos conquistadores e sofrera suas inexoráveis conseqüências». De acôrdo com essas influências o autor era levado a interpretar o tratado de Tordesilhas no sentido mais largo e favorável às pretensões portuguesas contra a Espanha quanto ao continente ame-

ricano. Esse tratado, aliás, apenas obrigava Portugal e Castela reciprocamente, mas não lhes conferia exclusividades em relação a direitos de terceiros, baseados na prioridade de ocupação do solo.

2º — O historiador, apesar de reconhecer a precedência cronológica dos espanhóis (incluindo Hojeda, o que era demais) no descobrimento do Brasil, dava primasia na importância à expedição de Cabral. No resumo, porém, da expedição de Pinzon, quantas barbaridades no campo da ciência! Segundo o autor da *História Geral*, os navegadores espanhóis chegaram antes de Cabral ao Brasil. Até aí nada de mais; ao tratar, porém, do desembarque no Brasil, não afirmava francamente a descoberta do cabo de S. Agostinho por Pinzon, deixando em aberto este ponto; referia-se à passagem pela foz do Amazonas, e escrevera que depois disso, remontando a costa para o norte, Pinzon *entrara em vários portos*, e que seu nome *ficara ligado*, com ou sem razão, ao rio Oiapoc, declarado por vários tratados limites setentrional do Brasil. Eis o que consistia para êle, d'Avezac, «verdadeiros absurdos, somente explicáveis por uma deferência, forçada talvez, a preconceitos nacionais intratáveis, o que os absolvía a seus olhos; bastaria assiná-los para que se lhes fizesse pronta justiça, se a incorrigível leviandade da turba de compiladores não estivesse sempre disposta a repeti-los em confiança sem maior exame».

3º — O volume compunha-se de uma série de 31 capítulos ou seções, que se sucediam unidos ponta a ponta, à maneira de uma cadeia, sem que o espírito de síntese houvesse trabalhado no sentido de reuni-los em grupos menos numerosos e mais nitidamente caracterizados, de forma a fazer guardar na lembrança os grandes traços do conjunto.

4º — O autor da *História Geral* dava, quanto à descoberta e tomada de posse, o primeiro plano aos portugueses, como já fizera notar, de forma a repelir para segundo os espanhóis. Os franceses, como era natural, só apareciam em terceira linha.

Quanto ao comando das duas expedições exploradoras de 1501 e 1503, o autor guardava — *sem dúvida em atenção às conjecturas de Casal*, que dava à primeira, Gonçalves Coelho, e à segunda, Cristóvão Jacques, por chefes — silêncio absoluto, e numa nota (à pág. 424, nota 8) completa indecisão. No entanto, um nome de comandante havia, mencionado em correspondência oficial, a quem, para se lhe encontrar o lugar, se devia atribuir a chefia da expedição de 1501, que Vespúcio dizia haver atingido elevadas latitudes austrais: — D. Nuno Manuel. Quanto à de 1503 era coisa sabida que fôra Gonçalves Coelho seu comandante.

Em seguida d'Avezac alude aos *solecismos* históricos cometidos por Varnhagen, «por simples inadvertência, sem dúvida, tratando-se de Hojeda, mas de propósito deliberado, e *sob o império de preocupações estranhas*, na parte relativa a Pinzon», e adianta que voltaria à matéria. Faz um retrospecto de diversas expedições portuguesas e espanholas que vieram especialmente ou tocaram de passagem no Brasil, durante os primeiros anos do século XVI, lastimando que o autor não se tivesse lembrado das «indicações precisas que se encontravam em documentos que êle, aliás, conhecia muito bem, acêrca das primeiras viagens de Franceses ao Brasil». Varnhagen, conjecturalmente, arriscara-se a atribuir a data de 1508 a um folheto alemão anônimo e sem data, no qual se falava da presença em tempos anteriores, de franceses nas mesmas costas. A *Neue Zeitung auss Pressilgt Landt* (era este o título do folheto em questão) segundo o parecer dêle d'Avezac, referia-se a fatos anteriores, quiçá à expedição de 1503, que também se destinava a Malaca (59).

5º — O autor poderia ter dado maior desenvolvimento à descrição do cenário natural em que se ia representar o drama da civilização, e que fôra feita com brevidade excessiva. Coisa alguma dissera, tampouco, a respeito da evolução geológica do segmento do planeta em que se viria assentar geograficamente a nação brasileira.

6º — A respeito das nacionalidades indígenas o historiador brasileiro, levado pelas etimologias dos nomes de tribos, que na sua maioria representavam alcunhas, às vêzes injuriosas, dadas pelas hordas vizinhas, com as quais viviam em guerra, ultrapassara os limites de uma justa reação contra os pluralizadores de raças quando afirmara conhecer uma única raça em todo o país. Do fato dêsses nomes representarem alcunhas, aplicadas às vêzes com reciprocidade (*Tupinambás* e *Tupiniquins*), outras como relações de parentescos (*Tamoios* e *Teminínós*), e de falarem mais ou menos a mesma língua, e apresentarem caracteres antropológicos pouco diferentes de tribo para tribo, não era motivo suficiente para só por isso, arbitrar-se-lhes a unidade étnica. Quanto ao nome *Tapuia*, bem que pudesse significar inimigo, como explicara o autor da *História Geral*, a verdade é que não se applicava a todo e qualquer inimigo o designado por êsse nome pelos povos tupis, mas tão somente ao de uma raça diferente da sua. Haja visto que

(59) Sabe-se hoje que a expedição referida na *Neuen Zeitung* teve lugar em 1514, que foi a descobridora do Rio da Prata, e seu piloto o célebre João de Lisboa. Deve-se o fato à descoberta feita em 1895 por Konrad Haebler, de um exemplar manuscrito da *Gazeta* no arquivo da família Fugger, de Augsburg, em que vem a data precisa da arribada à ilha portuguesa de um dos navios da expedição: 12 de outubro de 1514.

Gabriel Soares, que filiava aos Tapuias os Aimorés, dêles distinguia os Goitacazes, Guaianazes e Ubirajaras, que também não pertenciam à família tupi. A própria diferença de linguagem entre a população tupi feminina e a masculina, o nome de Caraibas dado aos sacerdotes ou pagês das tribos tupis, já não constituía indicio de uma distinção de raça e origem? Em lugar de desdenhar cumpria salvar do esquecimento êsses fracos indícios da pré-história americana, porque com o seu auxílio talvez algum pósteros de engenho pudesse qualquer dia fazer jorrar um feixe de luz, que se projetaria sobre o passado dessas nações bárbaras, sob a forma de uma interpretação racional de sua evolução e deslocamentos em tempos pré-colombianos.

* * *

Os pontos principais, porém, da crítica do geógrafo francês, pontos a que dedicou a segunda parte do seu livro, mais extensa que a primeira, foram as objeções a três das conclusões de Varnhagen, a saber: as relativas ao descobrimento do país; aos limites setentrionais do Brasil; à situação do meridiano divisor dos domínios espanhóis e portugueses.

1º — *Descobrimento do país*

Quanto ao descobrimento, o Sr. Varnhagen não pudera furtar-se a reconhecer a prioridade dos espanhóis, embora *procurando amortecer o golpe nas vaidades hereditárias dos portugueses* debaixo de restrições e precauções oratórias. Ultrapassara, porém, êsses recursos, admitindo Hojeda como um dos descobridores do Brasil, e isso pelo fato de haver identificado a sua viagem com a descrita por Vespucci como tendo sido a segunda por êle realizada ao serviço de Castela.

Ora, na primeira dessas viagens Vespúcio manteve-se sempre acima da linha equinocial, enquanto que na segunda avançou de vários graus para o sul dela. Por outro lado vê-se Hojeda, no processo movido à coroa de Castela por Diogo Colombo, filho do almirante, em que foram ouvidos os navegadores, que tomaram parte nas primeiras expedições, declarar explicitamente haver navegado somente 200 léguas antes de Pária, e sendo essas léguas das usuais de 15 1/2 ao grau, não poderia ter alcançado a leste além do rio Maroni. Pensava pois, de acôrdo com Humboldt, que a primeira viagem de Vespúcio, em cuja narrativa se falava por engano em 16º de latitude norte em vez de 6º (60) é que era a

(60) D'Avezac explica êsse engano, muito freqüente nos antigos textos, pela interpretação de um traço longo oblíquo, que tinha a função de vírgula, com o algarismo 1 (*Considérations*, pág. 68).

de Hojeda, feita em companhia de La Cosa e do florentino, como o próprio navegante espanhol declarara. Nessas condições, Hojeda não tocara em terras brasileiras, e sua viagem não podia ser a mesma que a segunda do florentino. Esta deveria, antes identificar-se com a de Vicente Pinzon, ou, melhor ainda, com a de Lepe. «*Quandoque bonus dormitat Homerus*... O Sr. Varnhagen, ao acordar, haveria de admirar-se do seu sonho, e seria o primeiro a apagar o nome de Hojeda de sua lista dos descobridores de qualquer parte do Brasil.

A respeito da viagem de Pinzon, além das narrativas contemporâneas de Pedro Mártir e Ângelo Trevizano, havia as atestações jurídicas de uma dúzia de testemunhas que nela tomaram parte, e depuseram em juízo, e outras mais, que tinham conhecimento de suas particularidades sem haverem participado da expedição. Segundo as declarações concordes de Arias Perez, Manuel de Valdovinos, dos dois Garcia Hernandez (de Huelvas e de Palos), o ponto em que abordaram fôra exatamente o cabo depois chamado de Santo Agostinho, distante setecentos e cinquenta ou oitocentas léguas da Bôca do Dragão, limite oriental em terra firme das descobertas de Colombo. Um escritor consciencioso não podia hesitar em presença de tantos depoimentos : foi no cabo de Santo Agostinho que Pinzon desembarcou e tomou posse da terra em nome de seus soberanos.

O Sr. Varnhagen interpretara as indicações do mapa de La Cosa como referindo-se às descobertas de Hojeda, sem que seus olhos tivessem sido advertidos (*dessilés*) pela legenda inicial : *Este cavo se descobrió el año de mil y CCCCXCIX por Castilla, syendo descubridor Vicentians*». As lacunas que os estragos do tempo tinham produzido no litoral do Maranhão interpretara-as o Sr. Varnhagen como omissões voluntárias. Nessas lacunas, isto é, em linguagem vulgar, nesse *buraco* é que deveria estar figurada a grande embocadura obstruída por bancos de areia a que se referiam os pormenores contidos nas narrativas de Pedro Mártir e Trevizano, essa *Boca de los Leones*.

Nenhuma narrativa nem testemunho permitia pensar que a expedição tivesse tocado em terra entre a tal *Boca de los Leones* e a *Boca do Dragão*. O mapa de La Cosa tampouco indicava qualquer rio entre o Amazonas e o Essequibo, o que demonstrava como a navegação se fazia a bastante distância do litoral para observar-lhe os acidentes. Como é que o Sr. Varnhagen se animara a dizer que Vicente Pinzon tinha continuado sua rota para o norte *entrando em vários portos* e que seu nome *ficara ligado ao rio Oiapoc* ? !

Quanto à expedição de Lepe havia a assinalar que, depois de dobrar o cabo de S. Agostinho para o sul, prosseguira explo-

rando a costa até um rio ou baía que denominou de S. Julião (naturalmente por ter aí chegado a 8 de março), atualmente o *Rio de Contas*.

A propósito das explorações francesas primitivas tinha a observar que o Sr. Varnhagen, interpretando a viagem descrita na *Neuen Zeitung auss Pressilgt Landt* como tendo ocorrido em 1508 (61), e julgando-a a mesma de Solis ao Rio da Prata, ao qual evidentemente o opúsculo se referia, admitia como concessão que as viagens de franceses remontassem a essa data. Deveria dizer, contudo, que eram anteriores, pois que os indígenas afirmavam ter já visto por diversas vêzes êsses *homens louros*, que certamente eram Normandos. Era coisa conhecida que já em 1503 Binot Paulmier de Gouneville estivera no Brasil. Interpretando, porém como lhe parecia natural, a viagem referida na *Neue Zeitung* com a de D. Nuno Manoel, a que se reportara o Embaixador Vasconcelos em carta a D. João III (a *Zeitung* falava em D. Nuno, Cristovão de Haro, etc.), e só podendo êste ser o comandante desconhecido da expedição de 1501, em que veio Vespucci, que a descreveu, e na qual foram atingidas altas latitudes austrais, é evidente que os franceses teriam tido prioridade sobre os portugueses no descobrimento da costa do Brasil.

«Que importava, porém, a prioridade da descoberta, e até da ocupação, aos filhos de nações que pretendiam ser, por direito divino, senhoras absolutas de tôdas as terras descobertas ou a descobrir dentro dos limites determinados antecipadamente pela onisciência pontifical?, «— exclama d'Avezac, como legítimo eco do pensamento de Francisco I, aquêlê soberano que dizia ignorar *qual a cláusula do testamento de Adão que legava o mundo aos seus irmãos, de Castela e de Portugal, deserdando-o a êle*.

Linha de Demarcação

Quanto a esta linha divisória dos descobrimentos e conquistas a serem realizados por espanhóis e portugueses, e que deveria ficar situada a 370 léguas ao ocidente do arquipélago de Cabo Verde, o Sr. Varnhagen, muito mais esclarecido que os antigos comissários, delimitadores e examinando a questão já depois que ela deixara de ter interêsse politico, não escapara todavia, à sedução exercida pelas antigas tradições portuguesas, sendo por isso levado a resolver o problema num sentido muito largo a seu favor. Começando a contar as 370 léguas do cabo mais ocidental da ilha

(61) Humboldt conjecturava que essa viagem tivesse se realizado de 1525 a 1540. O estreito visitado teria sido o de Magalhães, e não o estuário do Prata, como geralmente se admite.

de Santo Antônio, da mais ocidental do arquipélago o que achava justo (conquanto não fôsse esta a pretensão primitiva dos portugueses); admitindo mais que essas léguas fôsem das de $16 \frac{2}{3}$ por grau equinocial, e fazendo a correção correlativa à latitude do ponto de partida, pela qual os 22 graus convertiam-se em $23^{\circ}14'51''$, — o historiador brasileiro concluía que a linha devia passar a três léguas a oeste da cidade do Pará.

Admitindo-se ainda, que a construção do edificio fôsse impecável, nem por isso deixaria de ser erguido sobre o vácuo, pois claudicava no valor efetivo da légua, que, segundo o estabelecido nas conferências de Saragoça em 1524, e nas de 1681, deveriam ser contadas à razão de $17 \frac{1}{2}$ por grau equatorial, como o fazia em 1587 Gabriel Soares, e como certamente o fêz Magalhães em 1519, quando avaliou as 370 léguas do Tratado em 22 graus, para o paralelo de Santo Antônio. Ora, ainda nessa hipótese, a mais favorável a Portugal que se podia adotar, a linha de demarcação passaria a vinte léguas marítimas a leste do Pará.

Ora, o grau era estimado variamente quanto ao seu conteúdo em léguas, segundo as diversas estimativas da extensão do círculo máximo terrestre. As léguas, porém, não podiam ser senão as usuais do tempo, isto é, de 4 milhas, segundo o padrão romano. Ora, a milha valia oito estádios, e o estádio tinha a extensão média aproximada de 185 metros. A milha valia, pois, 1.481 metros segundo a média tomada de várias mensurações compreendidas entre os marcos miliários das antigas vias romanas. A légua de quatro milhas tinha, pois, a extensão de 5.924 metros, o que dava a relação de $18 \frac{3}{4}$ aproximadamente para o grau equatorial; e sendo o grau de longitude sob o paralelo da ilha de Santo Antônio de Cabo-Verde, de 106.437 metros, devemos concluir que as 370 léguas do tratado de Tordesilhas equivaliam a $20^{\circ}36'$, o que situa o meridiano de demarcação a $48^{\circ}21'$ a oeste de Paris. isto é, a cinqüenta léguas a leste de Belém do Pará, entre o Gurupi e o Turiaçu na costa setentrional do Brasil, e entre Ubatuba e Santos ao sul. Era essa, nas condições atuais (1857) da ciência, a solução do programa tão longamente agitado.

O tratado de limites obrigava, naturalmente, a ambas as partes contratantes a respeitarem seus termos, mas está claro, não poderia ser invocado em relação a terceiros, cuja reserva de direitos está sempre subtendida em qualquer tratado. Para que Portugal pudesse, pois, excluir qualquer outra nação, e por conseguinte a França, seria preciso possuir dois direitos de que não estava investido: o primeiro, à posse das terras além da linha de demarcação, o que aquêle país, aliás, jamais se arrogou em princípio; e o segundo, que o possuído às terras d'aquém-linha fôsem válidos em relação a outra potência que não a Espanha.

Em seguida d'Avezac entra numa longa digressão histórica a respeito do avanço das pretensões portuguesas até o Amazonas, das discussões que tiveram lugar entre portugueses e espanhóis a respeito da situação da linha demarcadora, da disputa sobre as Molucas, citando de modo triunfal a opinião de Gabriel Soares, autor competente e insuspeito que dizia começar o Brasil no Amazonas, *sob a linha equinocial*. Isto quanto aos limites antes da fusão, numa só cabeça, das coroas ibéricas. O geógrafo francês passa, porém, como um meteoro, sobre o largo período de 60 anos dos reinados filipinos, período importantíssimo para a questão discutida, pois foi durante êle que Pedro Teixeira chegou ao Napo e tomou posse das terras ao ocidente dêsse rio para a *coroa de Portugal*, e que Bento Maciel Parente recebeu a doação, como capitania, das terras do Cabo do Norte, cujo limite a oeste era o rio Oiapoc.

Limites setentrionais do Brasil

No § 14 das suas *Considérations Géographiques* o crítico de Varnhagen entrou francamente no ponto nevrálgico da discordância, a localização do Oiapoc ou Vicente Pinzon, o rio que, segundo o art. 8.^o do Tratado de Utrecht, ainda em vigor quanto a êste ponto, constituía a linha divisória entre os domínios portugueses e os de S. M. Cristianíssima na América.

É impossível acompanhá-lo, em breve resumo, nos pormenores de sua exposição, tendentes todos a provar que a França precedera a Portugal na ocupação de terras das Guianas, e a mostrar também as apalpadelas dos geógrafos para situar o rio de Vicente Pinzon. Mencionaremos apenas os tópicos principais. D'Avezac fala duma informação recebida pelo cavalheiro d'Audiffredys, dos Índios que habitavam ao sul do Araguari, segundo a qual a distância daquele ponto ao forte de Macapá era de 15 léguas, e a 10 somente havia uma grande baía chamada Oiapoc, aonde vinha desembocar um rio do mesmo nome. Pergunta : «Não é isso designar a situação precisa dessa baía a cinco léguas ao norte de Macapá, no local a que concorrem, por um lado, o pequeno rio Carapanatuba, e pelo outro o canal que passa entre Marajó e Mexiana, e em cuja extremidade aposta já encontramos o nome de Oiapoc?» No mesmo sentido se exprimira Berredo, governador do Maranhão, ao dizer que as terras portuguesas terminavam no *rio de Vicente Pinzon*, que os franceses chamavam *Wiapoc*, «em um grau e trinta minutos ao norte da Equinocial». Berredo, que era autoridade portuguesa, devia conhecer o sentido preciso do tratado de Utrecht, e escrevia no local. Podia-se encontrar também alguns vestígios dêsse nome nos arredores do

Cabo Norte na angra chamada de *Cabaça*, que é a tradução portuguesa do vocábulo brasílico *Yapoco*. Mais importante, porém, era um documento oficial emanado do gabinete de Lisboa, em que Roque Monteiro Paim, em janeiro de 1699, respondia ao embaixador francês, e segundo o qual o Oiapoc, então em litígio, estava situado a 2°50' de latitude norte.

O próprio João Teixeira, cosmógrafo nacional português, «tão hábil em acomodar a Geografia às fantasias da política», colocava o «rio de Vicente Pinzon» por onde passa a linha de demarcação das duas conquistas (portuguesa e castelhana) a oeste do cabo do Norte, na altura de dois graus, numa pequena embocadura do rio, ornada no ângulo de nordeste com uma figura de torre ou marco de pilar. Essa situação do rio de Vicente Pinzon na proximidade imediata do Cabo Norte era a mesma adotada por Roberto Duddley no seu *Arcano del mare* e adotada pelos geógrafos de nomeada como De l'Isle, d'Anville, La Condamine, Bellin, Juan de la Cruz Cano y Olmedilla e outros.

Uma única carta apenas, a do Padre Samuel Fritz, gravada em Quito em 1702, colocava em um rio que poderia representar o Oiapoc atual, o nome de Vicente Pinzon. Mas... Samuel Fritz, fôra preso como espião no Pará, ao fim da viagem que fizera descendo o rio Amazonas, e detido por quase dois anos até ser honrosamente reconduzido por uma escolta militar à sede de sua missão em Quito. Não percorrera as costas da Guiana. Assim o seu mapa, muito exato no que respeita ao curso do rio Amazonas, apenas consagrava, quanto às indicações do litoral, os dados fornecidos pelos portugueses do Pará, parte interessada na questão, e por essa época, no auge de suas pretensões recém-levantadas.

Fôra por êste documento, mais do que suspeito, que se deixara levar o Sr. Varnhagen para fazer figurar, na carta que juntara ao seu livro, esta mentira geográfica: *Rio Oiapoc ou de Vicente Pinzon*, e como era necessário na vizinhança imediata do Rio Oiapoc um cabo do Norte, êste viajara por sua vez para vir assentar seu nome sôbre o de Orange (62).

* * *

A defesa de Varnhagen foi feita perante a própria sociedade, ao tempo presidida pelo seu antagonista, numa dissertação em francês a que deu o título de *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil* (63), impressa no *Boletim de*

(62) Apesar dessa ironia, o geógrafo francês não negava que os holandeses também dessem cumulativamente ao Cabo de Orange o nome de Cabo do Norte (V. *Considérations*, págs. 138-139, texto e nota 3).

(63) V. no 2.º cap. da 1ª parte dêste livro o título por extenso.

março e abril de 1858, e em *separata* de mil exemplares à custa do autor.

A réplica é dividida em parágrafos como a crítica do geógrafo francês, mas êstes levam títulos para facilitar a verificação dos pontos controvertidos. Damos a seguir a tradução da réplica, tão condensada quanto possível.

Descoberta do Brasil

Como escritor que se prezava de consciencioso, não obedecia a *preconceitos nem procurara satisfazer vaidades* de qualquer espécie. No que se referia à viagem de Hojeda esperava tranqüilo o *veredictum* imparcial de seus confrades em face das provas que ia apresentar.

Pusera, é verdade, Cabral no primeiro plano, como figura mais importante. Não estava escrevendo a história da América, mas a da civilização do Brasil pelos portugueses. Ora, fôra o português Gaspar de Lemos, destacado com um navio da frota de Cabral, quem primeiro dera a conhecer à Europa a existência do Brasil, e não os espanhóis Hojeda, Pinzon e Lepe. Conferira, portanto, o primeiro lugar a quem tinha maior importância.

O próprio fato de haver pôsto Hojeda como antecessor de Cabral, fato que êle fôra o primeiro a proclamar, baseado na confiança que lhe inspiravam as narrativas de Vespúcio, provava bem que não era capaz de faltar à verdade histórica para lisonjear vaidades de ninguém.

Hojeda, primeiro descobridor do Brasil

Sustentava, apesar das opiniões em contrário do seu digno crítico, que Hojeda, na sua primeira viagem em companhia de Vespúcio, descobrira o Brasil pelos fins de junho de 1499. Eis as provas :

1º — O próprio navegante espanhol declarara que, na sua primeira viagem a Pária, depois de descoberta esta costa por Colombo (agosto de 1498) tinha consigo Vespúcio e La Cosa. Esta declaração está de acôrdo com a data que o florentino atribui a sua viagem a Pária pelos meados do ano seguinte.

2º — Em sua primeira viagem Hojeda tinha em sua companhia um tal Nicolau Perez. Sabemos pelos depoimentos dêste último que essa viagem fôra aquela em que Hojeda partira da Espanha em 1499, pouco antes de Niño. Só podia, pois, coincidir com a segunda viagem de Vespúcio, iniciada em maio de 1499.

3º — Vespúcio só fizera duas viagens ao serviço de Espanha ao tempo em que escrevera a *Lettera*. As datas e cotas de latitude da primeira referiam-se a épocas e regiões que nada tinham que ver com o que sabíamos das viagens de Hojeda. Só a segunda viagem de Vespúcio, pois, poderia ser identificada com a de Hojeda, o qual declarara haver navegado uma vez em sua companhia.

4º — Um estudo atento dessa segunda viagem do florentino mostrava que ela se ajustava com a primeira do espanhol.

Hojeda dizia que, depois de sua chegada à América :

Seguira a costa para o norte;

Desembarcara na ilha Margarida e na dos Gigantes (*Curaçáo*);

Encontrara pérolas;

Dirigira-se, por fim, à Espanhola (Haiti), onde sabíamos de suas alterações com Roldan.

— Vespúcio também pelo seu lado deixara escrito que, depois de um certo desembarque :

Seguira a costa para o norte;

Desembarcara em uma ilha, evidentemente a Margarida, onde faltava água fresca, e cujos habitantes se nutriam de peixes;

Desembarcara na ilha dos Gigantes;

Adquirira algumas pérolas;

Por fim, fôra à Antilha, descoberta há poucos anos por Colombo, onde, apesar das intrigas e perigos em que o puseram os cristãos da ilha, se refizera para voltar à Europa.

Havia, é verdade, duas discordâncias entre o relato de Hojeda e o de Vespúcio : O primeiro não falava do desembarque no Brasil mencionado pelo segundo. A data da partida do florentino para a Europa não concordava com o que sabíamos quanto ao regresso de Hojeda. Essas divergências, porém, podiam explicar-se, e não restaria então motivo algum para impedir a identificação da segunda viagem de Vespúcio com a primeira de Hojeda.

Este fôra interrogado exclusivamente sôbre a descoberta da *terra firme* ou Pária; poderia ter querido fazer depoimento restrito, tanto mais que, tocando no Brasil, desrespeitara as instruções recebidas, que lhe proibiam taxativamente desembarcar em terras da demarcação de Portugal. Deveria ainda recordar-se, em 1515, de já haver sido condenado por ter desembarcado, ao regressar da primeira viagem, na ilha de Santiago de Cabo-Verde, domínio português. Nessas condições, a falta de referência a desembarque no Brasil não importava em negá-lo. De acôrdo com as boas regras da crítica, sômente essa negativa explícita poderia ter fôrça suficiente

para destruir a afirmativa de Vespúcio, que escrevia livremente em Portugal para a Itália, e cujas cartas se imprimiram mais de uma vez antes dêsse depoimento. Admitindo-se como autêntica a carta escrita de Cabo-Verde, a 4 de junho de 1501, em que, falando da descoberta de Cabral, Vespúcio dizia que a terra por êste encontrada não era senão parte da já por êle anteriormente descoberta, ter-se-ia uma *quinta prova* em favor da narrativa do florentino e do desembarque de Hojeda no Brasil.

6º — Hojeda declarara que, ao chegar a Pária, tinha percorrido duzentas léguas de costa. Êstes algarismos, levavam-no retroativamente ao cabo de Orange, junto ao qual a costa se mostra mais elevada, e é lá que Vespúcio parece haver desembarcado, depois de sair do pôrto do Maranhão, visto que o novo desembarque tivera lugar em uma baía onde os habitantes obtinham pérolas dos seus inimigos a oeste, que as pescavam. Dessa baía continuara, como Hojeda, a seguir a costa até a ilha Margarita.

7º — A cruz encontrada, evidentemente em 1500, à margem de um rio na costa setentrional do Brasil, num local que correspondia ao do desembarque de Hojeda, segundo a narrativa de Vespúcio. Nada mais natural do que supor essa cruz inaugurada para atestar o descobrimento em 1499, que, segundo o florentino, se fizera perto de um rio.

Mais dois testemunhos, ainda, de grande importância, alheios aos depoimentos de um e de outro, que demonstravam à evidência que ambos haviam descoberto a costa do Brasil em 1499.

Testemunho em favor de Hojeda. À chegada dêste ao Haiti Roldão, depois de visitar a frota, comunicara oficialmente a Colombo que Hojeda *acabava de percorrer seiscentas léguas de costa* (64), o que vinha situar o descobrimento justamente no ponto em que êle Varnhagen o colocara.

Testemunho em favor de Vespúcio. Empoli que partira em companhia de Albuquerque para a Índia, a 6 de abril de 1503, um mês antes da partida de Vespúcio para sua quarta viagem, tocando no Brasil diz que êsse país fôra descoberto já *d'outras vezes* (altre volte) por Vespucci. Conseqüentemente o navegante florentino, segundo Empoli, já estivera no Brasil uma vez, pelo menos, antes de 1501.

Quanto ao outro ponto da discordância, isto é, as datas divergentes entre o regresso do florentino e o de Hojeda, explicava-se facilmente. Hojeda, fatigado das discussões com Roldan, ter-se-ia apressado a regressar a Espanha. Vespúcio, amigo de Colombo, demorara-se para se refazer, e voltara mais tarde.

(64) Carta reproduzida por Navarrete no t. III, pág. 7 de sua obra.

Estava por isso longe de aceitar as correções de Canovai às datas do regresso, aliás muito concordes entre si. Apesar de tudo convencencia-se de ter havido erros tipográficos nos textos impressos dessa segunda viagem; infelizmente, porém, os panegiristas, sempre prontos a fazerem substituições que tornavam o texto mais obscuro, não tinham prestado atenção às faltas evidentes, «cuja correção restabelecia a harmonia que deve reinar na verdade» (65).

Não fôra, pois, *por não haver prestado tôda a atenção* à obra do grande Humboldt, nem por *inadvertência manifesta*, ou ainda para obedecer a *quaisquer prevenções*, mas sim em virtude de convicções profundas, «superiores a tôdas as razões de auto-ridade», que êle incluía Hojeda entre os descobridores do Brasil. Voltava, pois, contra o sábio censor a ponta horaciana que lhe fôra dirigida,

«... Quandoque bonus dormitat Homerus», e pedia por isso, ao seu contendor, houvesse por bem corrigir a inscrição que na primeira das cartas por êle apresentadas à crítica colocara na embocadura do Maroni : «Ponto mais oriental que se pode atribuir às descobertas de Hojeda».

Descoberta de Pinzon

D'Avezac acusara-o também de haver cometido *solecismos* (erros grosseiros) a respeito da viagem de Pinzon, e isto de *propósito deliberado*, e *sob o império de preocupações* alheias à ciência.

Mencionando a viagem dêsse navegante em 1500, êle Varnhagen começara por dizer que, «*sem se preocupar com o fato pouco importante de saber se fôra ou não no Cabo de S. Agostinho* que o espanhol tomara posse da terra, acreditava indubitavelmente que houvesse estado na costa do Brasil sete meses depois de Hojeda. D'Avezac, porém, era da opinião de que *um escritor consciencioso não podia mais hesitar na sinonimia de S. Maria de la Consolación e S. Agostinho*».

Pelo contrário — exclama o historiador brasileiro — os escritores escrupulosos e conscientes, êstes é que não podem deixar de hesitar muito ainda sôbre a sinonimia geográfica do ponto de desembarque de Pinzon.

Os depoimentos de várias testemunhas concordavam, é verdade, em que Pinzon descobrira em 1500 um cabo chamado em 1513 e em 1515 de *Santa Cruz* ou *Santo Agostinho*. Seria êsse, porém, o Santo Agostinho dos portugueses, no litoral de Pernambuco, a 8º 1/3 de latitude sul, descoberto em 1501?

(65) Varnhagen dá em nota algumas correções plausíveis, págs. 18-19.

Seria necessário demonstrá-lo antes de censurar-lhe a hesitação.

A costa do Brasil, depois do cabo de S. Agostinho dos portugueses para o norte, inclina-se um pouco para leste até a ponta das Pedras, ao norte de Tamaracá. Ora, a carta do Museu Naval de Madrid não dava esta direção à costa ao norte do cabo de Pinzon, e sim a de oeste — quarta de noroeste. Além disso, algumas das testemunhas diziam que, após o cabo descoberto, seguira-se a costa no rumo de noroeste, e o próprio Pinzon declarou que fôra na direção de oeste-quarta de noroeste. Antes de se destruir o argumento poderoso baseado nesses testemunhos, não se podia interditar a hesitação a um escritor consciencioso.

É verdade que algumas das testemunhas diziam haver do ponto de desembarque até Pária 750 ou 800 léguas de distância. Os argumentos tirados dessas estimas eram no caso de valor insuficiente, como já o reconhecera Humboldt. Eram de tal forma exageradas que nos levariam ainda ao sul do atual cabo de S. Agostinho. De mais a mais, as testemunhas que assim depunham não estavam bem informadas, visto que confundiam quase tôdas o *S. Maria de la Consolación* com o *Rostro-Hermoso*, que, segundo a doação real ao descobridor, fôra o segundo (66). A indicação do número de léguas, aliás, não fôra dada por Pinzon, que êste não confundira os dois cabos.

Restava, pois, a *provar* que o cabo de Pinzon, que em 1513 também se chamava *Santo Agostinho*, era o situado a 8°20' de lat. sul, e não uma das numerosas pontas existentes ao norte da referida latitude. Outro argumento, tirado das declarações de Colmenero, Ramiro e Valdovinos, levava-o a crer que o desembarque não se poderia ter efetuado no cabo de S. Agostinho dos portugueses. Segundo êsses depoimentos o rumo fôra, a partir das ilhas de Cabo-Verde, o sul-sudoeste, e, segundo a coleção de Francanzano, de sudoeste. Seguindo esta última direção, não chegariam nunca a S. Agostinho, e tomando exatamente o rumo de sul-sudoeste, alcançariam geomêtricamente a *Ponta de Pipa* na lat. de 6°10'. Levando-se em conta, porém, os ventos aliseos e as correntes, que todos tendiam a desviar os navios para oeste,

(66) Êsse documento, cuja cópia foi oferecida por Varnhagen ao Instituto Histórico e saiu na *Revista* (XXII, págs. 445-450), demonstra bem que o *S. Maria de la Consolación* estava em terras que se julgavam *da conquista castelhana*, o que seria impossível em se tratando do S. Agostinho atual, pois que dessa forma não restaria aos portugueses um centímetro quadrado de terras na América. Êste argumento contra a identificação do cabo descoberto por Pinzon com o S. Agostinho escapou inexplicavelmente a Varnhagen, mas não ao Sr. Dr. Duarte Leite, que caiu no excesso oposto ao da corrente a que se filiava D'Avezac, querendo transportar êsse cabo para terras além do meridiano de partilha e até do Brasil atual.

forçosamente os navegantes só poderiam ter atingido o litoral para além dos recifes das *Urcas* e *Lavadeiras*. Ora, justamente a oeste dêsses escolhos, *dos quais nenhuma das testemunhas fazia menção*, a costa tomava precisamente a direção indicada por Pinzon, e, portanto, não seria despropositado supor que o primeiro desembarque de Pinzon se houvesse efetuado na Ponta do *Mel* ou do *Retiro Grande*, e que o *Rostro-Hermoso* fôsse ou esta última ponta, ou a de *Mocuripe* (67).

Após gabar-se de se haver justificado de não seguir a respeito de Hojeda e Pinzon as opiniões correntes, o historiador brasileiro pede permissão para defender-se da acusação de *pretender corrigir o sábio* Navarrete.

Pois bem! provocado injustamente, via-se forçado a confessar uma triste verdade. Por muito grandes que houvessem sido os serviços prestados à história pela publicação de Navarrete, mandava a justiça que se reconhecesse que a coleção de documentos que imprimira fôra, na quase totalidade, extraída da preparada pelo grande historiador Muñoz, impedido pela morte de publicar mais que o primeiro volume de sua obra admirável, cuja profundidade de crítica por êle se podia avaliar. A coleção de Muñoz, composta de muitos volumes, conservava-se manuscrita em Madrid, na biblioteca da Academia de História. As próprias *Notícias exatas de Américo Vespúcio*, publicadas por Navarrete no seu tomo III, págs. 315-334, tão gabadas pelo seu antagonista, não passavam de um simples resumo dos documentos reunidos por Muñoz.

Quanto ao texto de Navarrete propriamente dito, era forçoso concordar que não se tratava de obra de grande engenho. Tinha até erros consideráveis, um dos quais apontado por êle Varnhagen, e reconhecido pelo seu contraditor. Navarrete dizia também que Enciso dava ao grau 17 1/2 léguas de extensão, o que não era verdadeiro quanto à longitude.

Voltando ao ponto sobre o qual fôra criticado, tornava a afirmar que o erudito espanhol, quanto aos assuntos relativos a Vespúcio, claudicava com freqüência, por não possuir idéias formadas sobre as suas viagens. Confundia, como Herrera, as duas viagens a serviço da Espanha. Quando, porém, se pudesse considerar a Navarrete uma autoridade da envergadura de Humboldt, por exemplo, ainda assim, só os espíritos vulgares costumam crer que as grandes ilustrações não estão sujeitas aos erros em que freqüentemente incide a fraca razão humana. O próprio Sr. d'Ave-

(67) Na segunda edição da *História Geral* Varnhagen mostra-se propenso a identificar o *Santa Maria de la Consolación* com a ponta de Mocuripe no Ceará, e o *Rostro-Hermoso* com a de *Jererécoára*, mais adiante (pág. 79).

zac estava disso tão convencido, que, concordando embora, em muitos pontos, com Humboldt, dêle se afastava quanto à identificação da segunda viagem de Vespucci, que o geógrafo alemão queria fôsse a mesma de Pinzon, e o seu contraditor, a de Lepe. Nessa atribuição perdera de vista que :

- a) Lepe partira de Palos e Vespucci de Cadiz;
- b) Lepe em janeiro de 1500, e Vespucci sete meses antes, em maio de 1499;
- c) Lepe vira as águas do Amazonas ou *Mar Doce*, enquanto que Vespucci nada escrevera a respeito.

E isto sem falar da nova dificuldade em que o Sr. d'Avezac de *motu-proprio* se metera, marcando em uma de suas cartas essa paragem meridional à qual imagina ter Lepe chegado, o que não poderia justificar pelas narrativas de Vespucci que êle aceitava. Grande inconseqüência havia na injustiça que lhe fazia o crítico ! Censurava-lhe o ter feito Vespúcio desembarcar, quando ao serviço de Castela, muito ao sul, ao dar-lhe para ponto de desembarque 5º de latitude meridional, e, no entanto, o censor o fazia desembarcar com Lepe a 14º ao sul ! E como conciliar essa viagem com uma ou outra das narradas por Vespucci, quando o navegante indicava latitudes tão diferentes daquela ?

Com maior infelicidade ainda, censurara-lhe o crítico francês haver crido, como ainda cria, que a carta em pergaminho do Museu Naval de Madrid contivesse algumas indicações fornecidas pela primeira viagem de Hojeda, e, na mesma ocasião, o Sr. d'Avezac queria atribuir a Pinzon tôdas as que se encontravam nas costas do Brasil, e tão sòmente por causa de uma legenda com o nome dêsse navegador, pela qual o crítico se admirava de que os olhos do historiador brasileiro não houvessem sido advertidos (*dessilês*). Ora, tanto conhecia essa inscrição, que a reproduzira numa nota do seu primeiro volume. A inscrição, porém, para êle, não significava mais do que expressava o seu próprio conteúdo. Errava na data relativa a um fato bastante conhecido (1499 em vez de 1500), o que a fazia pouco recomendável a seus olhos; da mesma forma não se poderia impor aos que partilhavam da opinião do Sr. d'Avezac sôbre o cabo de S. Agostinho, pois que a inscrição estava colocada sôbre uma ponta que, nem ao norte, nem ao sul possuía característica alguma que a fizesse supor ser o S. Agostinho atual. Se o seu sábio contraditor tivesse reparado melhor, teria visto que as duas caravelas próximas eram bastante significativas como indicação da viagem de Lepe, e, conseqüentemente, a nomenclatura das proximidades se lhe deveriam reportar. Portanto, as inscri-

ções da carta não poderiam provir tôdas dos descobrimentos de Pinzon (68).

Tornando a Vespucci, e deixando de lado certos pontos em que as asserções do geógrafo seu contraditor, relativamente à primeira viagem do florentino, já haviam sido por êle implicitamente refutadas no opúsculo *Vespuce et son premier voyage*, tais como ler a lat. 6° onde estava 16°, e a confusão de *Ity* com *Haiti*, passava a reclamar contra uma manifesta inadvertência do critico. Referindo-se ao texto em que o florentino indicava o ponto de desembarque no Brasil (na segunda viagem) esquecera-se o censor de fazer duas correções já indicadas por Canovai no próprio lugar citado por êle Varnhagen. D'Avezac fazia dizer a Vespúcio que êste ponto ficava na latitude austral de 8° e afastado 800 léguas das ilhas de Cabo-Verde, quando êsses números provinham de uma lição errada da antiga edição, sendo que se deviam ler 5° e 500 léguas. Êste erro de Bandini, já corrigido por Canovai, fôra-o também por Napione. A lição correta constava do texto publicado em latim por Hylacomylus e do de um exemplar da edição italiana antiga, existente no Museu Britânico, onde êle Varnhagen o examinara e pudera convencer-se do engano de Bandini.

Linha de demarcação

Como aplicar, porém, na prática, as resoluções do convênio de Tordesilhas? Como traçar sôbre as águas e a terra acidentada êsse meridiano, que passava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo-Verde? As discussões nasceram das dificuldades da aplicação do princípio. Indicavam-se para isso vários meios, e o mais seguido de todos por ser o mais simples, consistiu em reduzir as léguas a graus de longitude. «Preocupando-me», diz Varnhagen, «a princípio, em saber a quem deviam pertencer as Molucas, e ao mesmo tempo, conhecer a superfície de cada uma das primeiras doações de terra no Brasil, achei essencial começar por saber por mais paragens da terra essa linha meridiana devia passar. Enciso e Faleiro, geógrafos castelhano e português, respectivamente, um de 1519, e outro de 1535, davam a cada grau 16 léguas e 2/3. E julguei achar uma confirmação para a preferên-

(68) Varnhagen, sustentando que o mapa encerrava indicações procedentes da viagem de Hojeda, estava na pista segura, pois que se tratava do planisfério do biscainho Juan de la Cosa, companheiro de Hojeda e Vespúcio na viagem de 1499-1500. Sabia da sua descoberta pelo Barão de Walckenaer e do empréstimo a Humboldt, desde 1840, pelo menos (Cfr. *Crônica do Descobrimento do Brasil*, penúltimo capítulo), mas das suas palavras no escrito de polémica parece deduzir-se que não desconfiava que o mapa do Museu Naval de Madrid fôsse o próprio de La Cosa, adquirido pelo govêrno espanhol aos herdeiros de Walckenaer.

cia dessas léguas no fato de que elas correspondem justamente ao valor de 3.000 braças *de craveira*, introduzidas no Brasil desde a primitiva colonização, e ainda em uso para as grandes extensões. E confesso que tive a felicidade de reconhecer que êsse resultado dado ao cálculo na hipótese de léguas de $16 \frac{2}{3}$ ao grau não se afastava do de Enciso, se o procurarmos no seu livro e não na citação incompleta do Sr. d'Avezac».

O seu sábio crítico assegurava que Enciso colocara seu meridiano entre o Turiaçu e o Gurupi; e todavia, é incontestável que êle o fazia passar pela ilha de Marajó, na embocadura do Amazonas; e o ilustre relator disse se teria convencido se não houvesse interrompido a citação justamente no ponto em que Enciso se explicava melhor : «... Há de saber V. A. que dêste limite q̃ está certa de la mar Dulce adonde comieça la partiçõ segu la capitulació, etc.». Ora, o Sr. d'Avezac tomara o Maranhão de Enciso pelo Maranhão atual, quando aquêlê geógrafo não applicava êsse nome senão ao atual rio do Pará, pois nos diz que era um rio «situado a 25 léguas do mar Doce», isto é, do Amazonas. O meridiano de Enciso passaria mais a oeste ainda, se a contagem das léguas não houvesse principiado na ilha do Fogo.

O sábio crítico afirmara que os seus cálculos de superfície das capitánias tinham o duplo defeito da *falta de exatidão* e de *nunca haverem tido applicação possível*. E acrescentava ainda que o historiador brasileiro se deixara levar pelas antigas tradições portuguezas a resolver o problema num sentido excessivamente largo.

Felizmente, logo em seguida, o construtor desejara construir também, e dava a conhecer a profundidade dos alicerces da construção por êle levantada. Fizera passar a sua linha de demarcação muito a leste da dêle, e, depois de ter-lhe feito a justiça de considerar esta última resultado de cálculo, parecia ter-se logo arrependido e passado a conferir ao cálculo das léguas de $16 \frac{2}{3}$ ao grau o titulo de *suposição de Varnhagen*, reservando para a sua linha o de *Determinação resultante do cálculo exato*.

Antes de examinar a base dêsse *cálculo exato* seria preciso atentar-se para o anacronismo flagrante da crença em que estava o censor, de serem as léguas do Tratado de Tordesilhas das de $17 \frac{1}{2}$ ao grau. Autoridades insuspeitas ao crítico diziam o contrário, como Pedro Mártir de Anghiera, falando a respeito da viagem de Magalhães, e os astrônomos de Badajoz em 31 de maio de 1524, no seu relatório, que eram acordes em como a contagem de $17 \frac{1}{2}$ léguas por grau constituía uma inovação devida aos portuguezes, inovação que se censurava, e, portanto, não estava ainda em uso em 1494. A acreditar em Pimentel êsse uso teria

sido introduzido depois que a freqüência das navegações para o Oriente fizera nascer a idéia de uma divisão média entre a de que se serviam holandeses e alemães (15 léguas por grau) e a então empregada por franceses e ingleses (20 por grau).

No anacronismo do emprêgo de léguas de $17\frac{1}{2}$ ao grau fazia justiça ao Sr. d'Avezac em reconhecer que êle se enganava em boa companhia, isto é, com Gomara, Galvão, Gabriel Soares, Ulloa, e o próprio Navarrete, mas antes dessa introdução, tão arbitraria como o fôra mais tarde a adoção em Portugal da légua de 18 ao grau, proposta por Pimentel e ainda em uso, só se empregava nesse reino e no de Castela a légua de $16\frac{2}{3}$ ao grau, se bem que os astrônomos admitissem, em teoria, uma de comprimento tal que seriam necessárias $15\frac{1}{8}$ para constituir um grau, mas que na prática os marítimos, à imitação dos italianos, faziam um pouco maior, admitindo a conta de 15 exatas para êsse arco de meridiano. No relato da primeira viagem de Vespúcio, comentada por Navarrete, êste escritor dizia que as léguas de que falava o florentino eram as de 15 por grau «então em uso».

Era evidente que, apoiado nessas autoridades, poderia ter resolvido em termos ainda muito mais largos o importante problema da linha de demarcação. Se admitisse o grau de 15 léguas o meridiano iria além do cabo Norte, mais ou menos onde o colocou o cosmógrafo Diogo Ribeiro. Mais ainda. Se quaisquer considerações alheias à justiça e à equidade tivessem atuado em seu espírito para arranjar uma linha favorável ao Brasil, *nessa questão de atualidade*, que, no ardor de abordá-la por tôdas as faces o Sr. d'Avezac procurara minar pelas próprias bases da demarcação de Tordesilhas, nada mais fácil lhe seria a êle Varnhagen do que adotar o cômputo das léguas de $14\frac{1}{6}$ ao grau. Estas eram as léguas árabes, usadas por Cristovam Colombo, segundo o seu contraditor, de acôrdo, aliás, com Fernando Colombo, e com o que se deduz de uma das notas autógrafas do almirante no exemplar da *Imago Mundi* de Pedro d'Ailly conservado em Sevilha. Fácilimo lhe seria justificar a adoção das bases de cálculo árabe, dada a notoriedade da influência exercida por êsse povo na península, maximê nas questões relativas às matemáticas, à astronomia e à cosmografia. Subentendendo-se no tratado de Tordesilhas essa espécie de léguas, a linha divisória passaria pelo Oiapoc.

Depois de assim justificar-se de ter, por consciência, adotado justamente o cômputo que dava resultados *menos largos* para o Brasil, passa a criticar o método direto, que o seu antagonista julgava preferível no estado atual da ciência.

Estava de acôrdo com o sábio crítico em que a légua, em 1494, fôsse de quatro milhas, isto é, de 4.000 passos ou 20.000

pés, ou ainda, se se preferisse, de 32 estádios, visto que Isidoro de Sevilha dava a cada estádio 125 passos. Não possuía, porém, as mesmas convicções a respeito do verdadeiro valor da milha e do pé no referido ano de 1494. Não podia admitir que êsses valores fôsem os mesmos de que faziam uso os romanos vários séculos antes.

Admitindo-se, contra tôdas as noções transmitidas por documentos históricos, que o padrão romano de extensão se houvesse conservado em ambas as monarquias peninsulares depois do domínio dos bárbaros do norte e dos árabes, ainda assim seria preciso conhecer primeiro a rigor qual fôra o pé romano nas suas antigas colônias ibéricas. Nem nas Galias nem mesmo nas colônias da Itália o pé romano tinha valor suficientemente uniforme : é o que se concluía, não só dos meios aproximativos da medição de várias distâncias compreendidas entre marcos miliários, como ainda do conhecimento de vários padrões, que se conservavam, do pé romano. Assim, não podia considerar como *cálculo exato* o que se baseasse na suposição gratuita de que o pé romano fôsse adotado na Espanha em 1494. E ainda nesse caso seria impossível admitir, como valor verdadeiro dessa medida, a média encontrada para o pé romano na França e na Itália.

Tendo demonstrado quanto fôra arbitrária a idéia de tomar o pé romano como medida básica para a determinação das 370 léguas de 1494, Varnhagen passa a demonstrar que naquela época não se poderia ter subentendido senão a légua comum usada para indicar as distâncias nos grandes caminhos. Em Portugal a antiga légua era a ainda em uso no Brasil, de 3.000 braças *craveiras*, e, na Espanha, a légua comum de 8.000 varas era ainda um pouco maior : totalizava 3.039,65 braças. Ora, cada braça *craveira* de duas *varas* ou 80 polegadas, segundo o padrão melhor conservado, pode ser, na prática, considerada de 2 m,20, se bem que, a rigor, seu valor fôsse um pouco maior. Por conseguinte, cada pé geométrico português se reduz a 0m,33. «Isso nos dá, — continua Varnhagen — para a légua portuguesa antiga e atualmente (1858) em uso no Brasil, 2.464,20 m [sic] (69), as quais divididas por 1.064,37 m (?) segundo o método do nosso crítico, nos dão mais de 23 1/6, e êsse resultado seria ainda mais favorável se não se houvesse desprezado essa fração na avaliação das braças, efetivamente maiores que 2,20 m, e se tivéssemos preferido o valor dessa légua comum da Espanha, de 39,65 braças a mais que a portuguesa».

(69) Reproduzimos em tradução textual as expressões de Varnhagen, que confessamos não entender. 3.000 *braças craveiras* de 2,20 m dão exatamente 6.600 metros, e não 2.464,200 m. E por que essa divisão por 1.064,37 ?

Depois de dar assim por plenamente justificada a solidez do cálculo beseado em léguas de $16 \frac{2}{3}$ ao grau, Varnhagen acrescenta que, ainda admitindo as premissas arbitrarias dessa légua de 5.924 metros ($18 \frac{3}{4}$ aproximadamente por grau) o crítico ainda se devia ter enganado nas operações aritméticas, pois o cálculo dava em resultado, um arco um pouco menor que $20^{\circ}36'$.

Em conclusão : julgava-se autorizado a retirar à linha traçada pelo seu antagonista as honras de *resultante de cálculo exato*, e substituí-la pela mais modesta e exata de *suposição de d'Avezac*.

O sábio censor enganara-se com a digressão sobre a maneira pela qual se avaliavam as latitudes para explicar o das longitudes, quando era sabido que alguns tratadistas tinham aplicado o grau de $17 \frac{1}{2}$ léguas à latitude antes de admiti-lo para as longitudes.

Outra inexatidão do Sr. d'Avezac fôra a de supor que houvesse acôrdo em 1524 na redução das 370 léguas a $20^{\circ}13'$ e a de marcar em sua carta posição errada para a linha resultante do cálculo combinado em 1681. Essa linha, para cair no verdadeiro lugar, deveria situar-se entre a colocada pelo famoso Magalhães e a que resulta da admissão das léguas de $16 \frac{2}{3}$ por grau. Dêste modo, na carta do Sr. d'Avezac estavam indevidamente colocadas, não só a linha estipulada em 1681, como ainda a do cosmógrafo Diogo Ribeiro, que no original ficava muito mais a oeste. E teríamos tido uma terceira linha mal traçada se o Sr. d'Avezac não se houvesse abtido de fazer figurar a de Enciso segundo a sua interpretação.

Algumas palavras, agora, sobre três pontos :

1º) uma passagem de Gabriel Soares, transcrita pelo seu crítico;

2º) o lugar em que fôra inscrito o nome cabo Norte na primeira tiragem da sua carta do Brasil;

3º) a maneira segundo a qual êle sempre considerara a questão do Oiapoc em geral.

Quanto ao primeiro, lamentava como editor e comentador da obra de Soares, que o seu censor houvesse preferido servir-se da edição de 1825, feita por um manuscrito tão imperfeito quanto o da Biblioteca Imperial de Paris, para a passagem importante transcrita a propósito do rio de Vicente Pinzon, falsamente colocado sobre a linha equinocial pela distração de um copista que repetira algumas palavras. Pedia ao Sr. d'Avezac que lançasse os olhos para o texto de edição por êle feita em 1851, principalmente com as explicações que julgara dever acrescentar-lhe no final da nota 10ª, pág. 470 do segundo volume da *História Geral*.

A propósito do lugar onde fôra a princípio gravado o nome de Cabo Norte sôbre a carta do Brasil que desenhara, isto é, lá onde o estabeleceram o holandês Laet e o francês Corneille, e onde, de qualquer forma seria mais justificável do que na ponta Magoari da ilha de Marajó, onde o Sr. d'Avezac crê poder admitir essa *mentira geográfica* (para servir-se de uma expressão sua) esperava do crítico lhe fizesse a justiça de recordar-se de que antes de imprimir o seu relatório já recebera diretamente, da mão de um colega de ambos, a *errata* sôbre êsse pormenor, *errata* que saiu com o 2º vol., mas que, no exemplar da Sociedade de Geografia, estava colada no fim do primeiro.

No que respeita à questão do Oiapoc, não trataria dela em sua defesa, deixando-a aos cuidados do Dr. Da Silva (70). Rejubilava-se, todavia, de que um simples acidente, que apenas ocupava duas linhas do seu livro, tivesse bastado para encher a maior parte das 268 páginas do relatório do censor, levando-o a reproduzir textos de tratados e a estudar protocolos de negociações entabuladas depois da publicação do seu livro. Apesar de sua qualidade de diplomata brasileiro, como historiador esteve sempre tão afastado de pensar em questões de atualidade, que, convencido de que a associação dos dois nomes se fizera com tôda a razão, e uma vez que não podia ocupar-se em dar as provas dêsse fato, preferira passar por êle da mesma forma que a respeito do cabo de S. Agostinho, e se limitara a indicar por uma simples frase saber bem que era aquela uma questão a discutir e esclarecer.

Sempre estivera convencido de que o direito do Brasil era claro em face da letra dos tratados, e que bastaria deixar a decisão à arbitragem de uma terceira potência para que êle fôsse reconhecido. Vêzes há em que os tratados, leis e cânones da Igreja se verificam posteriormente estarem em desacôrdo com a verdade histórica, descoberta depois de sua promulgação, e nem por isso deixam de ser válidos, em virtude da clareza das intenções que animaram os signatários. Tendo, pois, estas convicções, é claro que, ainda quando não fôsse pessoa de consciência, não teria necessidade de servir-se dessa ocasião para favorecer a causa do Brasil, repetindo mais uma vez a grande verdade de que o nome de Vicente Pinzon, com ou sem razão, estivera algum tempo associado ao Oiapoc, como o demonstravam grande número de cartas portuguesas se espanholas inéditas do século XVI, e também as holandesas impressas de Ortelius e Van Langeren.

(70) Joaquim Caetano da Silva, o autor da obra *L'Oyapoc et l'Amazone*.

Explorações primitivas

A respeito das expedições de 1501 e 1503, não obstante ter já, de há muito, razões para acreditar que Gonçalo Coelho houvesse sido o chefe das duas, como não possuía absoluta certeza disso, e, por outro lado, julgasse o pormenor dos comandos de importância secundária, preferira limitar-se a dizer que Vespúcio fizera parte de ambas. Esse silêncio, e o fato de pôr em primeiro plano o nome de um florentino, mostrava bem que o historiador não se colocara do ângulo exclusivista e intransigente da antiga metrópole, como alhures o inculpara o Sr. d'Avezac. O censor, todavia, indeciso por sua vez, e tentado a admitir D. Nuno Manuel como chefe de uma dessas expedições, segundo uma indicação que dêle próprio haurira, censurara-lhe o silêncio, atribuindo-o a *respeito pela autoridade de Aires do Casal*. Realmente, não poderia esperar por essa humilhação literária vinda depois de haver escrito as *Refleções Críticas* revelando o nome do autor da *Notícia do Brasil* (Gabriel Soares), depois de haver publicado o *Diário de Pero Lopes* com anotações em que fixava com precisão as datas da descoberta das principais paragens da costa do Brasil; e depois, finalmente, de haver publicado um trabalho (*Primeiras Negociações Diplomáticas*) em que provara como a expedição de Cristovam Jacques não fôra em 1503, como dissera Casal, e sim em 1526.

Quanto à expedição ao sul do Brasil revelada pelo folheto de Dresden (*Cópia der Neuen Zeitung*) rejubilava-se de que o Sr. d'Avezac aceitasse sua interpretação de que a viagem nêle descrita se referisse ao rio da Prata, e de que se houvesse realizado vários anos antes da data conjecturada por Humboldt. Aproveitava a oportunidade para adiantar que começava a crer que a viagem da *Zeitung* fôsse a mesma feita em 1506 a mandado de Portugal, vindo como piloto Vasco Gallego de Carvalho e João de Lisboa, sendo que este último, muito célebre em Portugal, fôra o primeiro a regressar. De qualquer forma, nem o ano da expedição, nem a data do impresso podem ser as atribuídas por Humboldt, pois que na *Loculentissima quoedam terrae totius descriptio* de Schöner (publicada em 1515) vêm já em latim indicações visivelmente extraídas dêsse folheto (71).

Feitos dos francezes no Brasil

Determinar a data precisa da viagem descrita no opúsculo de Dresden era muito importante, ainda, pelo fato de ser o mais

(71) As conjecturas de Varnhagen, mostram-se acertadas quanto ao último ponto, pois que o exemplar manuscrito descoberto por Häebler indica a data de 12 de outubro de 1514 para a chegada do navio à ilha da Madeira.

antigo, dentre os documentos autênticos, a fazer menção de viagens de marinheiros franceses ao Brasil. As conjecturas relativas à presença em 1503 e 1504, em nossas águas, de navegantes dessa nação, baseavam-se na captura de três navios deles por Cristovam Jacques; e como se julgava que a expedição sob seu comando se houvesse realizado em 1503 e 1504, claro era que teríamos de admitir navios franceses nas nossas costas já desde êsse tempo. Desfeito, porém, o engano sobre a data da viagem de Jacques, já o Sr. d'Avezac não se podia servir como argumento da *Informação* de 1584, que êle próprio Varnhagen comunicara ao Instituto do Rio.

Quanto à viagem francesa de 1539, na coleção de Ramusio, em que se trata de Denis de Honfleur, não só a rejeitara, como da mesma fizera um resumo em nota às *Reflexões Críticas* (pág. 75). O Sr. d'Avezac, porém, sempre tão escrupuloso, não reproduzira bem em sua tradução o texto de Ramusio. No impresso italiano o grande capitão dieppense (Pierre Crignon) diz formalmente que *uma parte* do Brasil fôra descoberta pelos portugueses há trinta e cinco anos (desde 1504), e *a outra por Denis de Honfleur há vinte*, desde 1519, portanto. Tão longe estava de abrigar, a respeito da prioridade ou da importância das antigas viagens francesas ao Brasil idéias exclusivistas ou injustas, que até podia orgulhar-se de haver dado a conhecer grande número de fatos e documentos relativos a essas navegações. Respeitava em tão alto grau as aspirações dos povos de zelar por suas glórias históricas, ainda as mais problemáticas, que não regateava louvores aos dieppenses pela sua pretensão de haverem descoberto a América antes de Colombo, em 1488, da mesma forma que algumas famílias do Brasil pretendiam ter o português João Ramalho chegado a São Paulo mais ou menos pela mesma época, antes da expedição do genovês à procura das Índias.

É verdade ainda que, sendo brasileiro, e escrevendo uma história da civilização do Brasil pelos portugueses, isto é, pelos antepassados da maioria dos atuais brasileiros, nunca se poderia colocar do ponto de vista francês, holandês, inglês ou espanhol. Pelo mesmo motivo não poderia, tampouco, encarar a história do país como um negro ou um índio. O Sr. d'Avezac, que tão altamente considerava um trabalho do Sr. Martius, deveria ter notado que nesse ponto, como em muitos outros, encontrara-se de acôrdo, por inspiração própria, com seu amigo o sábio bávaro. Em muitos casos o *domínio das preocupações ou das tradições do orgulho nacional português* era também, para o Brasil atual, o *domínio dos preconceitos salutarres da sua nacionalidade*, ou, pelo menos, dos interesses nacionais, como, por exemplo, na questão do Oiapoc.

Nacionalidade histórica

Seu antagonista dissera ainda, que êle Varnhagen não se colocara do *ponto de vista brasileiro*, dando ao conceito de *própria-mente brasileiro* a significação de índio tupi puro sangue. Deixava-lhe tôda a responsabilidade dessa maneira de entender a nossa nacionalidade.

Embora existissem, mesmo entre os seus compatriotas, pessoas, que, esquecendo-se de nem sequer ser o nome de Brasil pertencente à América, partilhavam da boa fé, sem perceber-lhes a gravidade, de opiniões semelhantes, e outras mais extravagantes ainda, não podia deixar de lamentar que um europeu, o Sr. d'Avezac, lhes tivesse vindo prestar apoio, pregando uma teoria que, por muito inocente que fôsse na aparência, acabava por ser radicalmente subversiva da nossa verdadeira nacionalidade, representada no escudo das armas do império pela cruz da ordem portuguesa de Cristo, sob cujo padroado teve lugar a colonização, e pela esfera armilar, símbolo do Rei D. Manuel, que reinava por ocasião da descoberta. Essa nacionalidade era ainda representada por uma dinastia portuguesa, e pela religião, língua, usos, costumes, grande parte da legislação, e, finalmente, por tôda a bela literatura portuguesa com o seu Camões, o seu Vieira e o seu Filinto, rico espólio que o Brasil não poderia jamais repelir.

Recebendo a nação brasileira da mãe pátria legados tão importantes, recebera também a responsabilidade que êles lhes impunham. Fora dêste princípio tudo era ingratidão e tudo era logicamente falso. Repelia pois, com sentimento bem desculpável de dignidade ferida, e em nome dos que no Brasil compartilhavam de suas opiniões, êsses gritos de guerra em favor dos membros dêsse novo partido anti-europeu, que começava por desconhecer o mérito dos seus próprios antepassados.

Sempre considerara a questão da nacionalidade histórica como a mais delicada de tôdas para o historiador brasileiro, e por isso só começara a redigir seu livro após longas meditações. O resultado delas fôra o discurso lido na *Academia de História* de Madrid, que publicara com o segundo volume sob o título de *Os Índios perante a nacionalidade brasileira*, que concluía por considerar a nossa nacionalidade como um galho da cultura e da civilização portuguesa. O maior elogio, pois, que se podia fazer ao seu livro, era o de considerá-lo escrito mais no sentido dos colonos da Europa do que dos negros ou dos índios. Se êstes últimos, saindo das florestas virgens, houvessem invadido as cidades ou as primeiras feitorias da civilização; se se tivessem apoderado de todo o país; se ainda atualmente aí dominassem, a história nacional deveria considerar os índios em primeiro plano. Da mesma forma,

se os negros tivessem por acaso conseguido apoderar-se do poder e tornar-se predominantes na nação, como no Haiti, a história nacional teria que conferir o primeiro lugar ao elemento negro. Todavia, no próprio Haiti, o historiador local jamais poderá *re*negar da França, nem na língua, nem nos códigos, nem na religiãc, nem enfim, em todos os atributos da vida civilizada.

Etnografia indígena

Estudando todos os grandes grupos ou tribos do Brasil chegara à conclusão de que, na grande maioria, eram apenas tupis; isto é, com raras exceções, que assinalara, os Tupis aí constituíam uma única nacionalidade *étnica*. Está claro que não se referia a nacionalidades no sentido de *unidades políticas*, pois sabia muito bem que os índios ainda se achavam no estado primitivo do govêrno de família ou tribo, em que cada uma representava um pequeno corpo político independente.

Por falta de têrmo mais adequado exprimira ainda a mesma idéia dizendo que, em geral, êsses povos invasores pertenciam à mesma *raça*. O Sr. d'Avezac estranhava o emprêgo do têrmo, argumentando com o fato de que na França todos falam a mesma língua, e nem por isso têm a mesma origem *étnica*. Aceitando a comparação respondia :

— O que distingue principalmente os franceses dos demais povos é a língua; e, no entanto, se bem que a França tenha experimentado invasões de romanos, francos, hunos, mouros e normandos, na própria França se convém em considerar os franceses em geral como de *raça gaulesa* ou *céltica*. E certamente que hoje em dia ninguém se animaria a contestar êsse principio, simplesmente porque entre os franceses atuais se podem encontrar alguns de origem hebraica, africana ou calmúdica. Era justamente no sentido primitivo, muito restrito, e bem diferente daquele em que o empregara, que o têrmo *raça* começava a ser banido (72), graças à *filosofia* e à *nossa religião*, que nos ensina que *procedemos todos da mesma cepa*.

Não contente em negar a unidade, em geral, da nacionalidade *étnica* dos Tupis, o crítico levava sua opposição ao ponto de não admitir que os povos vencidos pelos Tupis, os chamados englobadamente de Tapuias, pudessem pertencer a diferentes *raças* ou *nacionalidades* (empregando a palavra no sentido que êle Varnhagen lhe dera). Justamente os fragmentos de várias tribos de línguas completamente estranhas umas às outras, e à dos Tupis, que foram encontradas, sob a denominação de Tapuias, como ca-

(72) O sentido que Varnhagen dava à expressão *raça* era a de *etnia*, ou de *raças* no sentido histórico, e não no rigorosamente antropológico.

ravanas esparsas no meio dos povos invasores, provavam muito claramente que os Tapuias pertenciam a diversas nações ou grupos raciais, não a um único.

O crítico também o censurava por não haver colocado no texto a nota a propósito de uma navegação, recuada talvez de 4.000 anos, entre o antigo e o novo continente, cujo conhecimento se tivesse talvez perdido em virtude das invasões simultâneas da metrópole e das colônias; assim como por não haver dito palavra a respeito das imigrações através do estreito de Bhering. Êsses remotos deslocamentos de povos, vagos e conjecturais, não pertencentes à história propriamente dita, mas à pré-história americana, o último dos quais conhecia desde os bancos colegiais, não tinham razão de ser no texto do livro, para não interromper o fio da narrativa com matéria estranha e quase conjectural, sendo que o primeiro nem sequer menção expressa merecia.

Ponto de partida da História do Brasil

Segundo o Sr. d'Avezac, a narrativa do seu livro não se iniciara no Brasil e sim na Europa. O censor explicava melhor seu pensamento dizendo que preferiria que o livro houvesse começado pela descrição do país e dos índios seus habitantes, deixando em seguida a êstes o tempo de verem chegar os europeus, contando nesse número, em último lugar, aos portugueses.

Em primeiro lugar, com perdão do crítico, sua narrativa começava no Brasil, com a chegada de Cabral a Pôrto Seguro. O capítulo precedente era uma simples introdução, e não poderia colocá-lo no meio da narração sem perturbar-lhe muito a seqüência. De mais a mais, quanto aos capítulos relativos à terra e à gente (7º ao 10º) o crítico sabia bem, pela nota 44, que a princípio pensara em colocá-los no começo da obra (73), mas que decidira-se finalmente pelo outro arranjo, para ligar melhor a história do Brasil à da humanidade em geral.

Depois de tôdas as hesitações felicitara-se de haver adotado na matéria um termo médio. E ainda quando o seu ponto de partida não houvesse sido a América, estaria de acôrdo com o sábio historiador americano Bancroft, autor da *História dos Estados Unidos*, que começara o seu livro pelas palavras : «O entendimento de Colombo, etc. ...».

Para terminar :

Agradecia ao Sr. d'Avezac seus benevolentes conselhos e admirava as belas páginas que escrevera, ornadas de aparato

(73) Foi o que fez efetivamente na 2ª edição da *História Geral*. A isso Capistrano de Abreu chamou pomposamente adotar as vistas luminosas de D'Avezac.

científico completo, a propósito das épocas geológicas do país, mas tinha a fazer notar, que justamente um dos seus maiores esforços fôra o de ser breve sem tornar-se obscuro ou insuficiente, e por isso o capítulo da descrição da terra fôra aquêlê em que mais trabalhara para ser exato sem fazer ostentação dos têrmos técnicos das ciências matemáticas, físicas e naturais, que tanto estudara, e ainda cultivava por prazer.

Não era pela extensão que se devia julgar do valor, da exactidão ou da clareza de um quadro geográfico na história : pelo contrário, os melhores, nessas obras, eram os feitos a largos traços, com maior vigor, e nos quais o autor conseguia, mediante artificios literários, esconder sob aparências agradáveis, a profundeza árida das ciências, cuja nomenclatura tem às vêzes sons muito bárbaros para sujeitar-se aos preceitos do bom gôsto.

Eis por que, na descrição geral do Brasil, em vez de deter-se muito na Geologia, na Fitologia ou na Zoologia em tôdas as classes fizera todo o possível para não cair em exageros científicos. Falando das diversas formações, procurara disfarçar as noções geológicas com pinturas pitorescas; e reduzir as noções botânicas às das árvores que forneciam madeiras de construção, produtos de comércio e frutos comestíveis. Tratara dos animais e das aves sob o aspecto da utilidade e do prazer que proporcionavam pela caça; e, finalmente, não se esquecera dos tigres e das serpentes, procurando atenuar o horror que inspiravam pela comparação patriótica com o que fôra antigamente, sob êsse aspecto, a Europa, quando ainda imersa na barbárie.

Escrevendo a história da civilização de sua pátria não era, evidentemente, obrigado a começar pelas épocas geológicas, pois que êsses pormenores pertenciam a outro ramo dos acontecimentos humanos. Propusera-se compor a história *civil* do Brasil e não sua *história natural*.

Antes de adotar, para melhorar o seu livro em nova edição, o conselho de começá-lo pelas grandes revoluções do solo, gostaria de ver êsse sistema praticado por algum grande historiador da Europa. E para dar fim à replica — mostrando haver percebido neste ponto da crítica de d'Avezac um simples pretexto para a exibição de conhecimentos sôbre a geologia do Brasil — Varnhagen paga-lhe na mesma moeda, mostrando-se por seu turno conhecedor do passado geológico da França.

* * *

D'Avezac não se deu por vencido com a defesa do historiador brasileiro. Ainda em 1858 voltou à carga em nova monografia inserta no *Bulletin* da Sociedade de setembro e outubro, e que saiu

em separata com o título bastante longo de *Les voyages d'Amérique Vespuce au compte de l'Espagne et les mesures itinéraires employées par les marins espagnol et portugais des XV^e et XVI^e siècles, pour faire suite aux «Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil» — Revue critique de deux opuscules intitulés: 1^o — «Vespuce et son premier voyage»; 2^o — «Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil» — Communication à la Société de Géographie de Paris, dans sa séance du 16 Juillet 1858, par M. d'Avezac.*

Nesse novo trabalho o autor declara — depois de algumas frases de cortesia iniciais, e de reconhecer, em face das declarações do sorocabano, que o título de *História Geral do Brasil*, no sentido restrito que lhe dava o autor, de *história da civilização do país pelos portugueses* era adequado, em vista do que não mais estranhava que os índios tivessem sido relegados a plano inferior ou até anulados, e que os estabelecimentos estrangeiros tampouco lhe inspirassem interesse — resolver limitar sua tréplica às questões que versavam exclusivamente sobre pontos de história geográfica. De fato, não trataria de responder apenas ao *Examen de quelques points de l'Histoire Geographique du Brésil*, como também de criticar as conclusões de outro trabalho de Varnhagen publicado no *Bulletin*, o *Vespuce et son premier voyage*; a análise de ambos os escritos seria feita conjuntamente.

D'Avezac dividiu seu trabalho em capítulos, ou melhor, longos parágrafos numerados. Tentaremos resumir-lhes o conteúdo sempre que o pudermos fazer sem sacrifício da clareza da argumentação que o autor desenvolveu.

Vejamos a 1^a parte do trabalho.

I

Contém uma referência à controvérsia agitada entre os historiadores acerca do mérito relativo de Colombo e de Vespúcio. Os portugueses, que não haviam dado atenção aos planos de Colombo e disso se haviam arrependido, poderiam ter interesse em valorizar a pessoa de Vespúcio, que estivera a seu serviço. Os espanhóis, que se valeram de ambos, não tinham motivo nenhum de preferência para se inclinarem a exaltar indevidamente mais a um que a outro. Os filhos de outras nações, isto é, franceses, ingleses, alemães, etc., eram os mais em condições de examinar a pendência com absoluta imparcialidade. O representante autorizado de sua voz era Humboldt, cujas conclusões eram no momento em geral aceitas pelos estudiosos da matéria. Parecia-lhe que nenhuma solução diferente da que êle em termos categóricos

formulara poderia ser novamente aventada sem fortes provas em contrário. Humboldt identificava a primeira viagem de Vespucci por conta da Espanha com a de Hojeda; e a segunda nas mesmas condições, com a de Pinzon e Solis. Varnhagen, dando crédito absoluto às indicações cronológicas e topográficas da *Lettera*, interpretava a primeira viagem do florentino como dirigida para regiões diversas da de Pária, e havendo realizado a exploração do golfo do México e do litoral dos Estados Unidos; e a segunda, como sendo a empreendida em companhia de Hojeda, que uma vez declarava haver navegado com Vespucci (Morigo Vespuce).

II

As cartas do florentino foram desde os primeiros tempos consideradas como apócrifas ou como muito mal impressas pelos que conheciam e estimavam o cosmógrafo florentino. Não fôra Herrera quem primeiro se insurgira contra as inverdades nelas contidas, e sim Las Casas, que acusara Vespúcio principalmente pela adulteração intencional das datas de suas duas primeiras viagens, deturpação que tinha por objetivo usurpar a prioridade dos descobrimentos de Colombo. Contra Las Casas e Herrera houve a reação vespucista de Bandini, Conovai e Bartolozzi, que apresentaram Vespucci como o verídico, leal e glorioso êmulo de Colombo, e não quiseram admitir nem fraude, nem sequer, enganos e erros em seus escritos. Napione, conciliador, reconhecendo embora êsses erros e a impossibilidade de conciliar certos pontos da narrativa vespuciana com fatos de história geográfica conhecidos por outras fontes, atribuía os erros não a Vespucci, mas aos copistas e impressores de seus textos, erros multiplicados pelo grande número de mãos inábeis e desatentas que os manipularam.

Alexandre de Humboldt, adotando a atitude benevolente de Napione, tinha procurado dar explicação real às narrativas de Vespucci, isto é, identificá-las com expedições espanholas conhecidas e de autenticidade acima de qualquer suspeita, o que fêz, atendo-se aos caracteres mais salientes das viagens descritas pelo florentino, e cotejando-os com os das expedições conhecidas. Chegara assim aos resultados enunciados no primeiro parágrafo.

III

Neste parágrafo empenha-se o geógrafo francês em demonstrar a impossibilidade da data de 1497 para a partida de Vespucci em sua primeira viagem. Vale-se de um argumento de Humboldt, pelo qual o florentino, no ano supra-indicado deveria achar-se na Espanha, dedicando todos os seus esforços ao aprestamento da

frota em que Colombo partiria de San Lucar a 30 de maio de 1498. Reconhece, porém, que Varnhagen procurara destruir o efeito dêsse álibi, mostrando que competindo a Vespúcio, na qualidade de sucessor de Berardi, fornecer ao governo espanhol doze navios em três entregas sucessivas, uma dessas teria sido certamente a destinada à expedição de 1497 em que êle tomara parte. Embora a objeção fôsse muito engenhosa, d'Avezac não a julgava decisiva, e por isso procurou refutá-la com argumentação não muito convincente baseada em conjeturas.

Outro argumento que militava a favor da impossibilidade da data de 1497, era a presença na Espanha, nessa época, de Cristóvão Colombo, então no pleno gôzo dos seus privilégios de almirante das Índias, expressamente renovados e sancionados em data de 23 de abril de 1497.

«Como — pergunta d'Avezac — poderia ter sido então levada a efeito uma viagem de descobertas, sômente com poucos dias de distância, sem violação dêsses privilégios?...».

Eram aparentemente fortes, mas não resistiam à crítica, as objeções apresentadas por Varnhagen, isto é, o lembrar que fôra dada autorização geral para descobertas a 10 de abril de 1495, ato êsse sômente revogado a 2 de junho de 1497, depois da partida de Vespúcio (74); poderiam ainda ser refutados outros testemunhos históricos em abono da tese do historiador brasileiro, como as informações de Pedro Mártir e de André Bernaldez.

As expedições a que se referira Pedro Mártir eram de data anterior de dois anos à da viagem em discussão de Vespucci; e as licenças que, segundo Bernaldez, foram dadas a outro navegante, enquanto Colombo se preparava para a terceira viagem, applicavam-se naturalmente às expedições bem conhecidas de Hojeda, Guerra, Pinzon e Lepe, posteriores à do almirante. A licença para navegações francas de 10 de abril de 1495, aliás, fôra concedida na suposição da morte, que lhe poderia ter sobrevivido na segunda viagem, e é bem possível que tivessem ficado letra morta depois que se soube, por Antônio de Torres, que êle ainda vivia.

Quando ainda houvesse a probabilidade de sair da Espanha em 1497 uma expedição de descobertas particular, essa não se poderia identificar com a descrita por Vespucci na carta a Soderini, porque êle aí se dava como «enviado pelo Rei Fernando de Castela».

(74) Cfr. *Vespuce et son premier voyage*, págs. 16-17. Sempre que a tréplica de d'Avezac alude a afirmações de Varnhagen não compendiadas por nós do *Examen de quelques points de l'Histoire Geographique du Brésil*, entenda-se que se refere ao opúsculo *Vespuce et son premier voyage*.

IV

Varnhagen, estribado em asserções de Anghiera, Gomara, Oviedo e Herrera, pretendia encontrar provas de uma viagem mal conhecida de Pinzon e Solis, adaptável, pelas condições de tempo e de lugar, à primeira de Vespúcio. Analisando-se, porém, essas alusões, via-se que se referiam todos os cronistas citados, com exceção de Gomara, a viagens posteriores à de Colombo em 1502, e que mesmo aquêlê último cronista, aludindo a uma possível viagem anterior três anos à do almirante ao golfo de Higuera (Honduras), não tornava essa viagem conjectural anterior a 1499. De qualquer forma a viagem de Pinzon com Solis e Ledesma estava muito explicitamente designada para poder ser outra que não a que constituía objeto do décimo capítulo do inquérito no processo de reivindicação movido por Diego Colombo à coroa, para reivindicação dos títulos e honras de seu pai, e essa expedição era posterior à de 1502 empreendida por Colombo à costa de Veragua. Outro documento trazido à colação por Varnhagen fôra o fragmento da carta de Jerônimo Vianelo à senhoria de Veneza, datada de Burgos, 23 de dezembro de 1506, na qual aludia à chegada, da Índia espanhola, de dois navios «tendo por comandantes João Biscaino (de La Cosa) e Américo Vespucci», cujas descobertas, tais como nessa carta se descreviam, applicavam-se maravilhosamente à descrição da viagem de 1497-98. Tudo se permite no campo da fantasia mas não da crítica — observa o contraditor de Varnhagen — e o seu engenhoso confrade, «escrupuloso ao ponto de recusar-se a aceitar testemunhos jurídicos explícitos, em abono de fatos diretamente atestados pelos próprios descobridores», certamente perdoaria que êle não aceitasse a identificação da viagem noticiada por Vianelo em 1506 com a que Vespúcio dissera haver feito em 1497. Não só a «novidade» comunicada seria um tanto serôdia, como não poderia deixar de fazer espécie a discordância no número das caravelas (quatro na *Lettera*, duas na carta de Vianelo), e a qualidade de Vespucci nessas expedições: simples subalterno em 1497, piloto ou comandante na viagem noticiada por Vianelo.

Verdade é que as datas de 1506 e 1507 tinham sido propostas por Humboldt para uma viagem, quer de Vespúcio, quer de Pinzon. Seria, porém, o caso de substituir a essa data contestada a bem mais contestável ainda de 1497?

Em seguida d'Avezac procura demonstrar a possibilidade de uma viagem de Vespúcio e La Cosa em data próxima à da carta de Vianelo, que, interpretada pelo estilo pisano, seria de 23 de dezembro de 1507 da era vulgar.

Inclinava-se também a preferir para a viagem de Pinzon e de Solis ao Yucatan o ano de 1507, *implicitamente* enunciado por Anghiera, ao de 1506, resultante simplesmente da rubrica marginal do texto em que está compreendida a narrativa de Herrera. Tendo terminado em fevereiro de 1507 os preparativos para essa expedição, a identificação da viagem subsequente com a de Vespucci, La Cosa e Pinzon, teria a vantagem de explicar os meses de duração da viagem, e as datas que tanto impressionaram ao Sr. Varnhagen, assim como a legenda *fim de abril*, inscrita nos mapas do tempo para designar um cabo descoberto por essa ocasião.

V

Em apoio da sua tese Varnhagen citara três cartas: a de João de la Cosa, a *Universalior cognita orbis tabula*, publicada por Ruysch em 1507, ou 1508; e finalmente, a célebre carta do Ptolomeu de 1513, de Strassburgo.

A de Juan de la Cosa, longe de contribuir a provar a existência da expedição de 1497-98, pela qual, segundo a interpretação do historiador brasileiro, teria sido perlustrado o litoral do golfo do México, a península da Flórida e o litoral dos Estados Unidos, demonstrava o contrário disso. A ilha de Cuba, bem que representada como tal, tinha a extremidade ocidental contornada de modo que bem se percebia não estar seguramente informado o cartógrafo que a delineara. A última indicação precisa era a da ilha Evangelista, última etapa da exploração de Colombo. La Cosa, muito provavelmente, sem conhecer os contornos reais da ilha, seguiu a versão do guia indígena tomado por Colombo, que lhe assegurara ser a terra costeadada distinta da terra firme. Quanto ao mais: nenhum vestígio das pontas de Yucatan e da Flórida; ao norte, porém, a partir de um cabo que parecia corresponder ao cabo Cod, a legenda *mar descubierta por Ingleses*, e um pavilhão característico dessa nação ao longo da costa, assinalavam as descobertas de Cabot feitas ao seu serviço. Nada, pois, que a esse tempo demonstrasse o conhecimento pelo cartógrafo biscaíno das terras visitadas por ele em 1497-98, segundo a hipótese varnhageniana.

Quanto à carta de Ruysch, via-se nela figurar a oeste da ilha Espanhola uma ponta de terra designada por Cabo do Fim de Abril, que, à primeira vista, se poderia tomar pela extremidade de Cuba, a ponta oriental dessa ilha conhecida por cabo Maisy. Varnhagen, no entanto, observa com razão que Cuba fôra esquecida no mapa de Ruysch. O *Cabo do Fim d'Abril* era, para ele, a ponta da Flórida! ?...

O historiador brasileiro aduzira mais duas provas circunstanciais, a saber :

1º — Uma interpretação engenhosa para o nome de S. Marcos pôsto a um cabo na extremidade meridional da nova terra, cujo descobrimento situava em 18 de junho, data do martírio de S. Marcos, coincidindo assim perfeitamente com o lapso de 37 dias a partir de 10 de maio em que Vespucci começara a viajar;

2º — A explicação do nome de *Baía da Natividade* pôsto ao próprio golfo de Honduras por Pinzon e Solis como que consagrando uma descoberta feita a 24 de junho, dia do natalício de São João Batista. Para o crítico, por muito curiosas que fôsem essas aproximações, como declarou, não sem uma ponta de ironia, parecia-lhe bem mais natural supor o nome da Baía da Natividade (designação do golfo de Honduras em seu conjunto) como dado em honra ao nascimento de Cristo, o que relacionaria sua descoberta com a data de 25 de dezembro; e a referência a São Marcos da carta de Ruysch, não ao martírio dos irmãos Marcos e Marcelino, mas ao evangelista São Marcos, cuja festa celebra a igreja a 25 de abril, data bem próxima ao *Fim de Abril* que tanto chamara a atenção de ambos. Em suma, as designações de Cabo de São Marcos e cabo do Fim de Abril não lhe pareciam trazer o menor refôrço para as conclusões em favor da maravilhosa viagem de 1497; parecia-lhe, salvo melhor opinião, que a carta de Ruysch, cuja confecção não era anterior a 1508, consagrava os resultados chegados a Roma relativamente à descoberta do Yucatan por Solis e Pinzon em 1507.

Quanto à terceira carta, a do Ptolomeu de 1513, onde o sorocabano se persuadia ver «a parte septentrional do golfo do México e principalmente a Flórida, perfeitamente representados», havia muito que dizer a respeito. D'Avezac procura demonstrar que as indicações constantes desse mapa foram bebidas nas mesmas fontes que as contidas no mapa de Ruysch, e que constavam de um protótipo de 1508; que o autor dessa carta, Waldseemüller, *melhor informado* porém mais audacioso que Ruysch e Schöner, reunira num só continente as terras meridionais exploradas até o golfo de Venezuela, com as terras próximas de Cuba, nas quais o Sr. Varnhagen se comprazia em reconhecer a Flórida, mas que, segundo a opinião dele d'Avezac e de Humboldt, pertenciam à península do Yucatan. De fato, Ruysch e Schöner em suas cartas representavam as terras meridionais da costa de Pária, e aquelas ao norte de Cuba, como grandes ilhas. Contudo, — conclui — «para descobrir-se na *Tabula terrae nove* de 1513 não já uma prova, mas até mesmo, o menor adminículo de prova, diga-se melhor, o mais fugitivo indício, a mais vaga reminiscência de uma viagem

ao redor da Flórida em 1497, era necessário ser-se dotado de uma riqueza de imaginação à qual sua fraca inteligência se recusava».

VI

As demais *provas de grande fôrça* invocadas por Varnhagen em defesa de sua tese limitavam-se, segundo d'Avezac, a simples induções bastante arrojadas. Os argumentos principais eram os já passados em revista, nenhum dos quais resistente à análise. Os outros, que apenas mereciam menção, eram os seguintes :

1º — Colombo dirigira em 1502 uma exploração para as terras de latitude inferior a 16º N., naturalmente porque acima dêsse paralelo já tinham sido exploradas pela expedição de 1497-98. Por muito engenhosa que pudesse ser a ilação, qual a sua fôrça para demonstrar a existência de um fato contestado ?

2º — A desproporção entre as grandes recompensas outorgadas a Vespucci e o valor real dos serviços prestados à Espanha no caso em que se limitassem à viagem de 1499 com Hojeda. — Argumento êste sem o menor valor, pois que dependente de uma apreciação pessoal dêsses serviços. A remuneração estava aliás, de acôrdo com a natureza dos serviços prestados, quer houvesse tomado parte em uma, quer em duas expedições de descobrimento.

3º — A declaração do próprio Vespucci, na carta a Soderini, de ter vindo à Espanha para entregar-se ao comércio, e sua renúncia a essa ocupação ao cabo de quatro anos. Único argumento de algum pêso na opinião de d'Avezac. Achando-se ainda em Florença a 9 de março de 1492, e sabendo-se com certeza que estava em Cadix a 30 de janeiro de 1493, os quatro anos contados desde fins de 92 conduziam-nos a fins de 1496 ou começos do imediato. Daí poder estar pronto para a expedição de 1497. Havia, porém, outra maneira de computar êsse prazo, fazendo-o começar em dezembro de 1495, por ocasião da morte de Juanoto Berardi, ocasião em que Vespucci assumiu a administração da casa, até 1499. A conclusão em favor da viagem em 1497 não se continha, pois, infalivelmente, nas premissas invocadas.

Concluindo suas observações contra os argumentos de Varnhagen, d'Avezac julga-se habilitado a decidir que «a data de 1497 atribuída pelo êrro do acaso ou da vontade à primeira viagem espanhola em que foi admitido Vespúcio, essa data que teria feito de Américo o precursor de Colombo no Novo-Continente, não se apoiava em prova nenhuma real, em um único argumento sólido; que ela era, pelo contrário, repelida, não só pelo consenso dos historiadores, como por uma impossibilidade, senão ainda for-

malmente estabelecida, bem próxima, todavia, de completa demonstração.

VII

Depois de feito o estudo e de haver refutado as induções cronológicas apresentadas por Varnhagen, d'Avezac propõe-se a examinar o ponto relativo ao teatro de exploração geográfica ao qual correspondiam as indicações do florentino, purificando-as dos elementos procedentes de outras fontes que não a *Lettera* a Soderini. Ficavam assim de fora os dados fornecidos pela carta de Vianelo, *notoriamente* alusiva a outra viagem muito posterior de Vespucci com La Cosa, e os contidos no relato que Herrera fizera da viagem de Pinzon e Solis às costas de Honduras e do Yucatan em 1507. No momento atual, em sua opinião, só uma das duas indicações apresentadas pelo florentino tinha importância: o conjunto de denominações locais que pudessem ajudar a apreciar a legitimidade da explicação do problemático nome de *Lariab* pelo das montanhas de *Caria* como propusera o seu confrade (75). Este interpretara a designação de Vespucci como referente às paragens de Tampico. Fôra lá também que Pinzon descobrira as montanhas de *Caria*? Iria examinar êsse ponto.

«O piloto Pedro de Ledesma, companheiro de viagem de Solis e Pinzon, declarara que a descoberta nela feita compreendia tudo o que ao tempo do seu depoimento (18 de março de 1513) se conhecia ao norte da ilha Guanaja, isto é, as terras de Chabaca e Pintigrón até o termo de $23^{\circ} \frac{1}{2}$ de latitude. Enciso, que ao redigir sua *Geografia* nada sabia ainda da recente exploração de Francisco Fernandez de Córdova em 1517 nas mesmas paragens, oferece-nos, por seu lado, determinações aplicáveis da mesma forma aos reconhecimentos de 1507, de que fixa o ponto extremo em 21° , acrescentando expressamente que daí haviam regressado os exploradores sem ir além. Os 21° de Enciso representavam, pois, os $23^{\circ} \frac{1}{2}$ de Ledesma, que correspondem exatamente à menção do trópico de Cancer na descrição de Benevenuto: trata-se de diferenças de algarismos às quais não se pode dar importância quando se vê na mesma época estimar-se a situação da ilha Espanhola entre 22° e 27° de latitude, que hoje situamos entre $17 \frac{1}{2}$ e 20 graus. Tudo o que se podia concluir dessas flutuantes indicações de latitude, combinadas com as distâncias e as condições topográficas das quais seria imprudente isolá-las,

(75) Vimos já, no 1º capítulo desta segunda parte, como o nosso historiador posteriormente abandonou a hipótese de um erro tipográfico na palavra *Lariab*.

é que a expedição de 1507 reconheceu a extremidade da península do Yucatan».

«Pinzon, por sua vez, explicando a própria descoberta, expunha em resumo que da ilha de Guanaja avançara até a baía de Natividade, e que de lá descobrira as montanhas de Caria e as outras terras que ficam adiante, isto é, as províncias de Camarona e de Chabaca e Pintigrón. Ora, se Chabaca e Pintigrón eram as últimas terras, então descortinadas, do Yucatan; se Camarona corresponde ao meio da península onde a carta de Ribeiro de 1529 inscreve, com efeito, o nome de Camaron, seguir-se-á daí, necessariamente, que as montanhas de Caria se deverão colocar, na hipótese mais favorável, ao fundo do golfo de Honduras, na vizinhança de Beliza. Como, então, aventurar-se *sem receio* a identificar com essas montanhas de Caria uma terra de *Lariab* que se pretende localizar próxima a Tampico, a mais de 350 léguas de distância!...».

«Também não era indiferente observar-se que, tanto no globo de Schöner como na redução da carta de Waldseemüller publicada em 1522, o nome de Pária está inscrito sobre as terras que o Sr. de Varnhagen considera serem, em parte, pelo menos, as correlatas ao duvidoso *Lariab* de Vespucci. Sabe-se já que a edição latina das *Quatuor Navigationes*, feita em 1507 pelo próprio Waldseemüller, apresenta esse nome de Pária em lugar do *Lariab* fornecido pela antiga edição italiana reproduzida por Bandini; sabe-se também que o manuscrito italiano de Amoretti, citado por Napione, tinha a lição de *Perias* em vez de *Lariab*. Pondo de parte a questão de aplicação definitiva do *Lariab* ou *Pária* de Vespucci a uma região determinada, há que observar que a inscrição dêste nome sobre as terras descobertas por Pinzon não é totalmente destituída de razão, visto que Anghiera, nomeando por sua vez, segundo informação do próprio navegador, os diversos chefes dessas regiões próximas da baía da Natividade, a saber, Chavacca, Pintigrón e outras, chama-os de régulos de *Pária*: de modo que, *ainda transportando ao país das montanhas* de Cária a denominação problemática de *Lariab*, aí já se encontraria ao mesmo tempo o equivalente *Pária* estabelecido sobre outros dados».

VIII

Passando a examinar se a narrativa de Vespucci, despojada de elementos estranhos a ela anexados, oferecia base segura para determinar qual o teatro de sua primeira viagem, d'Avezac percorre cuidadosamente o texto da *Lettera*, procura interpretar os rumos e as distâncias vencidas; chama a atenção para a possibi-

lidade de enxertos, feitos pelo próprio florentino, de pormenores observados em outras viagens, na exposição do seu primeiro descobrimento ao serviço da Espanha; para concluir por estabelecer que o teatro de exploração, ao qual se referem as indicações de Vespucci, se estendia exclusivamente ao longo das costas setentrionais da América do Sul, sobre essa linha flexuosa cujo eixo se dirige de sudeste para o noroeste. Sem a pretensão de tudo verificar, tudo explicar, inclina-se a ter como muito mais razoável admitir em companhia de Navarrete, que o excelente porto de querenagem mencionado pelo navegante se achava nas proximidades de Cumaná, do que ir procurá-lo no golfo boreal de São Lourenço.

IX

Depois de manifestar suas convicções de que a primeira viagem do florentino não se realizara em condições de tempo e de lugar que a tornassem incompatível com a de Hojeda, pois que a carta de Vespucci, documento cheio de erros e de inexactidões, não podia fazer fé em contrário a outros depoimentos de valor incontroverso, e dado que se podia concluir sem hesitação das declarações de Hojeda em 1513, ter sido êle o primeiro depois do almirante a ir em viagem de descobrimento por conta da Espanha; observando mais, que o ponto de referência entre a navegação descrita por Vespucci e a que constituia objeto das declarações de Hojeda era o do encontro de um golfo e lagunas que lembravam Veneza; — conclui d'Avezac que tanto Bartolomeu de Las Casas, o velho cronista, como Alexandre de Humboldt, tiveram razão em identificar a primeira viagem da *Lettera* com a de Hojeda à terra firme de Pária em 1499. Observa também que a data de 15 de outubro de 1499 para o regresso de Vespúcio, por êle enunciada em ambas as cartas (a *Lettera* e a considerada apócrifa por Varnhagen e publicada pela primeira vez por Bandini em 1745 se confirmava também pela necessidade da volta de Bartolomeu Roldan em data análoga, a fim de tomar parte em dezembro seguinte na expedição de Lepe.

X

Feita a demonstração — pelo menos d'Avezac assim o julgava — da identidade da viagem de Hojeda com a primeira da *Lettera*, lógico era que a segunda não poderia ser esta mesma; como, porém, o Sr. Varnhagen adotara essa hipótese e nela persistia, via-se obrigado a segui-lo no terreno que escolhera, mantendo-se adstrito à carta a Soderini, e excluindo a dirigida ao Médicis.

O geógrafo francês faz em seguida um resumo da segunda viagem, tal como era narrada na *Lettera*, e objeta que seria entregar-se a uma grande ilusão supor o encontro, nessa narrativa, de semelhanças de tempo e de lugar que a pudessem fazer confundir com a da viagem de Hojeda.

Não vinha ao caso a declaração de Empoli, que tendo tomado parte numa viagem às Índias Orientais de 6 de abril de 1503 a 16 de setembro de 1504, escrevera que Vespucci visitara *d'outras vêzes* (altre volte) o Brasil. Na época em que escrevia Empoli já o florentino visitara efetivamente mais de uma vez o Brasil, mas não percebia em que isso pudesse levar à conclusão de que numa dessas visitas tivesse sido o companheiro de Hojeda.

Havia grandes diferenças nos locais e nas datas de partida e chegada de ambos os navegantes, assim como no número de navios das respectivas expedições. As explicações de Varnhagen não o convenciam. Modificar o fim de uma delas para pô-lo de acôrdo com a outra, ou o princípio desta última para fazê-la concordar com a primeira, poderia ser um jôgo de espírito, mas nunca um trabalho de pura crítica, qualquer que fôsse a inteligência e a habilidade do seu confrade. A suposição de estar truncado o depoimento de Hojeda, e os alusivos a êle que não falavam de desembarque em 5º de lat. sul, como manifestação de prudência por já haver sido Hojeda condenado por haver tocado em domínios da coroa de Portugal, não procedia: em primeiro lugar o espanhol não era homem para atemorizar-se com isso. Em segundo: não era o próprio fisco, e com êle Pinzon e seus companheiros, inclusive Hojeda, que em suas declarações estabeleciam pacificamente o desembarque de Pinzon em terras brasileiras? Mais ainda: a coroa de Castela concedera solenemente, por cartas-patentes de 5 de setembro de 1501 (o Sr. Varnhagen o sabia melhor do que ninguém) essas terras ao descobridor Vicente Pinzon. Não havia, pois o menor motivo para reticências por parte de Hojeda. Êste não viajara aquêem de 200 léguas ao oriente de Pária. Por isso gritava mais fortemente que nunca ao seu engenhoso confrade: «Riscai Hojeda da lista dos descobridores do Brasil!»

O Sr. Varnhagen fazia restrições ao valor de Navarrete, — que também chegara à mesma conclusão a respeito de Hojeda, — considerando-o simples compilador de Muñoz. Não era bem êsse o caso. Muñoz e Navarrete se auxiliaram mutuamente, do que podia apresentar provas, (que efetivamente exhibiu). Mas, fôsse como fôsse, a que propósito vinha discutir os méritos relativos de ambos se no ponto em questão concordavam, e êsse ponto é de que Hojeda não alcançara aquem de 200 léguas a leste da Pária?

XI

Humboldt observara que as viagens de Vicente Pinzon e de Diego de Lepe eram as únicas que apresentavam, em confronto com a segunda viagem de Vespúcio as concordâncias de terem tocado no Novo-Continente ao sul do Equador, perlongando-o ambas uniformemente na direção do noroeste até Pária. É, pois, com uma dessas duas navegações tão semelhantes no percurso, que se devia fazer concordar a descrita por Vespúcio como a segunda sua feita ao serviço da Espanha.

D'Avezac entra aqui na discussão da autenticidade das cartas de Vespúcio; salienta o fato de que o Professor Oscar Peschel só considerava legítima a carta de Vespucci de 1500, escrita de Sevilha (na qual o florentino só aludia a uma única viagem anterior) contra a opinião de Varnhagen, que a tinha por falsa. Diante da discordância entre a carta sevilhana de 1500 de um lado, e a *Lettera* e a *Mundus Novus* do outro, o que pensar? Teria o florentino forjado em 1504 duas viagens com o material de uma única, a de 1499-500, cuja narração, na carta de Sevilha, incluía pormenores de ambas as da *Lettera* — ou antes, reunira êle em 1500 numa só viagem os resultados de duas distintas?

Ora, a existência de uma única viagem de Vespúcio anterior a 1500, em que o Equador teria sido ultrapassado de cinco graus, seria inconciliável com a navegação de Hojeda, que sempre se mantivera ao norte da linha. Já não havia, portanto, presunção sòmente, mas prova de que realmente houvera duas viagens espanholas, como concordavam em afirmá-lo a *Lettera* e a *Mundus Novus*.

Concluindo, depois de longo raciocínio, que o regresso do florentino se deveria ter realizado a 8 de junho de 1500, d'Avezac mostra-se inclinado, contra a opinião de Humboldt, que optara por dâ-lo como companheiro de Pinzon, a fazê-lo, na segunda viagem da *Lettera*, um dos comandados de Lepe. Eis os fundamentos:

Pinzon partira a 18 de novembro de 1499. Lepe, cêrca de um mês depois. Vespúcio, de regresso da primeira viagem a 15 do mês anterior, teria disposto de mais tempo para preparar-se para nova viagem partindo com o último do que com o primeiro. Pinzon saíra de Palos; Lepe, apesar de tudo o que pudesse dizer o seu douto antagonista, não indicara seu porto de partida, nas mesmas condições que o da viagem de Vespucci na carta a Médicis: em todo o caso, o porto de Cadiz, designado na carta a Soderini, repelia a associação com Pinzon e deixava admissível a viagem com Lepe, tanto mais que, aparelhando-se êste último

em Palos, e Velez e Mendoza, seu companheiro, em Sevilha, poderiam muito plausivelmente ter escolhido Cadiz como ponto de reunião. Pinzon tinha quatro caravelas; Lepe, duas apenas. Vespúcio não menciona senão duas na carta a Médicis, enquanto que fala em três na escrita a Soderini. «Três não podem corresponder a nenhuma hipótese, mas as duas da carta a Médicis apresentam um ponto de contato que é tanto mais digno de consideração, porquanto na reunião numa única, das duas primeiras viagens de Vespucci, era necessário optar por uma delas quanto ao número de navios; ora, na primeira viagem com Hojeda eram quatro as caravelas: o número de dois navios pertence pois, à sua segunda viagem, e este é precisamente o número das de Lepe». Bartolomeu Roldan, companheiro de Vespúcio na expedição de Hojeda, tomou parte depois na de Lepe: é uma probabilidade a mais em pró de que o florentino tenha reembarcado também nas caravelas de Lepe. Após o desembarque no Brasil houve, segundo as narrativas de Vespúcio, um percurso de cerca de quarenta léguas para o sul: por outro lado sabemos também que uma das caravelas de Lepe, a comandada por Velez de Mendoza, navegava para o sul do cabo de S. Agostinho. Nada de semelhante na expedição de Pinzon. A viagem de Lepe foi mais rápida que a de Pinzon, tanto que, saindo depois dêle da Espanha, e tendo ido ao sul do cabo de S. Agostinho, o que o outro não fêz, ainda regressou a tempo de se encontrar com o mesmo no golfo de Pária. A expedição de Lepe parece haver regressado em junho, e esta data concorda com a da carta de Vespucci a Médicis. Depois do regresso Lepe occupou-se em armar três caravelas para nova viagem; Vespúcio na carta a Médicis fala em preparativos de três caravelas com as quais retornaria em viagem de descobertas. Em vez de fazê-lo, Vespúcio passou-se a Portugal. Também não consta que Lepe haja levado a efeito a nova viagem que preparava, e sabe-se que morreu em Portugal.

«Tôdas estas indicações reunidas — conclui o contraditor de Varnhagen — fizeram-nos preferir a expedição de Lepe à de Pinzon para identificá-la com a segunda de Vespucci».

XII

Qualquer que fôsse, porém, a expedição em que tomou parte, o fato é que foi nela que viu pela primeira vez o cabo que recebeu no ano seguinte o nome de Santo Agostinho, quando voltou a explorar a costa numa expedição portuguesa. «O Sr. Varnhagen confessa que nessa expedição de 1501 Américo reconhecia pela segunda vez o cabo de S. Agostinho, do qual determinara

a latitude de 8° sul» (76). Ora, êsse cabo figurava nos testemunhos de Pinzon e de Lepe sob o duplo nome de ponta de *S. Maria de la Consolación* e de *Rostro Hermoso* (Ponta Formosa). Êsses cabos estavam muito próximo um do outro, e o nome de um dêles era formalmente dado como sinônimo de *S. Agostinho*. Por que motivo, pois, o seu confrade relutava em aceitar essa identidade, se se mostrara tão fácil em atribuir a mesma descoberta a Hojeda (77), que não se aproximara a menos de 500 ou 600 léguas dêsse cabo, tais como então se computavam? Só via uma explicação na deferência do autor para com as reservas de Casal, escritor muito conceituado, «com justiça, aliás», no Brasil. Não havia motivo, pois, para que o seu douto consócio reputasse uma *censura* essa deferência, tanto mais que não era suposto compartilhar das opiniões que se abstinha de contestar.

O Sr. Varnhagen, em vez de endossar a sinonimia tão categòricamente afirmada pelos próprios descobridores, preferira fazer Pinzon aterrar nos baixos de *S. Roque*, e colocar *Rostro-Hermoso* na ponta de *Retiro-Grande* ou na de *Mocuripe*. Admitindo que os navegantes tivessem seguido o rumo que disseram haver tomado, de sul-sudoeste, a partir da ilha do Fogo de Cabo-Verde, assegurava que êle os teria conduzido à ponta de *Pipa*, em latitude de 6°10' sul.

Seu sábio contraditor se afastara aí da precisão habitual. Como é que tomando êsse rumo os navegantes chegariam à ponta de *Pipa*, e não à de *Santo Agostinho*? Passariam, isso sim, a cem milhas a leste da ponta de *Pipa* e quarenta apenas, da de *S. Agostinho*? Com rumo pouco diferente, isto é, de 23°52' oeste, uma linha de círculo máximo traçada desde a ilha do Fogo cairia matematicamente sobre *S. Agostinho*, deixando a mais de sessenta milhas a oeste a ponta de *Pipa*.

De mais a mais, na quarta viagem (2ª a serviço de Portugal) Vespúcio não avistou *Santo Agostinho*: da ilha de *Fernando de*

(76) D'Avezac em nota remete o leitor aos parágrafos 31 e 40 do *Examen* de Varnhagen. Argumenta de má fé, atribuindo ao nosso compatriota o que êle nunca dissera para poder verberar-lhe uma contradição. No § 31 o que o historiador escreveu, mostrando a concordância da carta de Empoli com a sua interpretação das viagens de Vespucci, é que êste em 1501 não viera pela primeira vez ao Brasil, não que tocasse pela segunda no cabo de *S. Agostinho*.

(77) O geógrafo francês faz nova remissão, desta vez ao § 17, ainda e sempre de má fé. O que Varnhagen diz é que «apesar das opiniões contrárias do digno crítico, êle sustentava que Hojeda, em sua primeira viagem, acompanhado de Vespucci, descobrira o *Brasil* pelos fins de junho de 1499», não o cabo de *S. Agostinho*.

Noronha foi diretamente à Bahia. Ora, seu sobrinho e sucessor no cargo de piloto-mor, João Vespúcio, afirmara em 1515 que seu tio tinha feito Juas viagens ao dito cabo e que lhe determinara a posição. Daí concluir êle d'Avezac, que essas duas viagens só podiam ser a de 1500 e a de 1501; que o cabo visto em 1500 era o mesmo reavistando no ano seguinte, e o que ainda se designava por êsse nome em 1515 como ainda hoje em dia. Não havia por que, pois, condenar a lat. de 8º sul dada por Bandini na sua edição da carta a Soderini, provavelmente baseando-se em fontes outras que não a antiga edição sem data de que Bacio Valori possuía um dos raros exemplares.

Na mesma ocasião em que João Vespucci assim se exprimia, outro navegante, João Rodrigues Serrano declarara haver dezesseis anos antes dobrado o mesmo cabo em companhia do Capitão Velez de Mendoza.

XIII

Neste parágrafo o geógrafo francês ocupa-se em desfazer o equívoco de Varnhagen ao refutar afirmações que êle d'Avezac não fizera, e em estranhar que o historiador brasileiro se recusasse a crer na ancianidade da expedição de Paulmier de Gouneville ao Brasil em 1504.

No mesmo empenho rejeita também a pontuação que Varnhagen propusera como correta para um trecho do *Discours d'un grand capitaine de la mer*, texto publicado em versão italiana por Ramuzio, e que êle d'Avezac atribuía ao diepense Pierre Crignon. Pela pontuação de Varnhagen, que fazia incidir o pobre Crignon no erro de um duplo anacronismo, as primeiras navegações francesas ao Brasil eram relegadas para datas muito posteriores àquelas em que realmente tinham começado. Cotejando o texto da primeira edição do texto de Gabriel Soares em 1825 com o da feita por Varnhagen em 1851, censura-lhe o desembaraço com que suprimira de sua edição, sem indicar o motivo, «como costumavam fazer os eruditos da sua rotineira Europa», as seguintes palavras *não de todo indiferentes* a propósito do rio de Vicente Pinzon: «o qual está sob o equador». Passa-lhe em seguida um sermão sobre as obrigações dos eruditos em casos semelhantes a êsse, de divergência de textos. A explicação dada à pág. 469-70 do 2º vol. da *História Geral* não justificava a supressão de tudo sem maiores formalidades. A observação era feita quanto à *forma* do trecho assinalado, pois que, quanto ao *fundo*, permanecia o mesmo. A situação do rio de Vicente Pinzon sob o Equador seria sempre a consequência inevitável das outras indicações de Gabriel Soares, cuja autoridade o seu confrade, «pelas neces-

sidades da causa que defendia, se empenhava nessa parte em diminuir».

O historiador brasileiro, «com uma sencerimônia bem afastada do espírito de escrúpulo e de exatidão que mostrara em outros lugares» atribuía tanto a cartas de Ortelz como à de Langeren, e também a «grande número de cartas espanholas e portuguesas inéditas, do século XVI» terem inscrito o nome Vicente Pinzon no lugar do Oiapoc atual! Diante de tamanha enormidade ficava-se tonto: a melhor refutação em casos como êsse seria colocar diretamente sob os olhos dos juizes os próprios documentos, cuja imagem tão alterada se apresentava vista pelo prisma através do qual sua preocupação enganadora se comprazia em contemplá-los. Como não era possível enquadrar em seu trabalho cartas como as de Ortelz e Langeren, daria um quadro das indicações compreendidas entre dois acidentes geográficos não controvertidos, o Orenoco e o Amazonas, nas cartas de Mercator e Ortelz (1569-70), Wytfliet (1598-1603), Langeren (1619) e a sinomímia atual. «A simples inspeção dêsse quadro [no qual o rio de Vicente Pinzon é identificado como o Maroni]», diz d'Avezac, «basta para mostrar como houve ilusões quanto à interpretação das cartas de Ortelz e Langeren; estamos autorizados a pensar que foi sob o império das mesmas ilusões que se terá suposto ver em *grande número de cartas espanholas e portuguesas inéditas do século XVI* a pretensa aplicação do nome de Vicente Pinzon ao Oiapoc».

De mais a mais os próprios portugueses expressamente distinguíam entre o Oiapoc que desembocava a oeste do cabo de Orange, e o Vicente Pinzon que desaguava a oeste do cabo Norte. Na grande carta topográfica das províncias do Grão-Pará e Rio Negro, o Vicente Pinzon era traçado ao sul do Carapacuni, e, na memória de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a posse das terras do Cabo do Norte pela coroa de Portugal, o autor fazia uma confissão digna de nota sob mais um aspecto: «Que o Oiapoc desemboca na costa do Norte por uma lat. boreal de 4°15' aproximadamente, e o Pinzon pela de 2°10' é o que afirmam os portugueses e os franceses não contradizem».

Havia também no mesmo sentido o testemunho direto e formal dos colonos ingleses, que, sob o comando do Capitão Charles Leigh tentaram estabelecer-se na embocadura do Oiapoc em 1604. D'ziam êles que o *Wiapoco* era chamado pelos espanhóis Rio das *Canoas*.

Supunha-se, aliás, que o cabo de Orange, junto ao qual desembocava o Oiapoc, estivesse representado na carta de Juan de la Cosa pela ponta de terra que era aí chamada *Cabo de S. Dº*,

que lhe parecia dever-se ler de preferência *Cabo de S. Domingos* a de *São Diogo*, e o cabo do Norte por um cabo de Santa-Maria, do qual se acreditava encontrar a indicação na mesma carta, mas se sentia obrigado a fazer notar, quanto a este último ponto, que o referido suposto *cabo* era um *golfo* formado pela embo-cadura do Amazonas a montante do lugar onde se sentira a pororoca. Quanto à outra designação, como ela se encontrava inscrita a meia distância entre a foz do Amazonas sob o Equador e o golfo de Pária, achava-a difficilmente applicável ao cabo de Orange, que se deixava melhor representar — era o que lhe parecia — pela *Terra de Santo Ambrósio*.

Os parágrafos XIV a XX inclusive foram destinados à discussão das medidas itinerárias, isto é, das relações entre as léguas e o grau, ao valor absoluto da légua náutica, e à posição da linha de demarcação de Tordesilhas, pontos em que d'Avezac também discordava fundamentalmente do seu antagonista.

Quanto ao número de léguas compreendidas na extensão do grau terrestre, d'Avezac fez a observação de que o seu antagonista, a exemplo de outros, aliás, esquecera-se de que a verdadeira incógnita nos primeiros tempos das navegações transatlânticas era a extensão do grau terrestre, isto é, de $1/360^\circ$ do perimetro máximo do globo terrestre a exprimir em unidades de extensão usuais e conhecidas, e não, como elle supunha, o valor variável da légua, a deduzir-se de um dado constante e suposto conhecido, a extensão do grau terrestre. Cita, a propósito dêsse «maravilhoso processo de mensuração, que, para assegurar a exactidão dos resultados, cria a unidade em função do objeto bem ou mal medido», a coleção de estádios fantásticos criados segundo o valor absoluto dado ao círculo máximo por Aristóteles, Archimedes, Eratóstenes, Possidônio e Ptolomeu, que supunham respectivamente a circunferencia terrestre de 400.000, 300.000, 250.000, 240.000, 180.000 estádios.

A verdadeira incógnita não era pois a légua, que, essa, era a usual no tempo, e sim a extensão do grau.

O erudito francês passa em revista as opiniões dos geógrafos e matemáticos desde a antiguidade até a época dos descobrimentos para concluir em definitiva que jamais existira nada além de uma série de tentativas para fixar o valor do grau, tentativas essas que ficavam ora aquém ora além da verdade, arbitrando à 360° parte da circunferência terrestre, desde $14 \frac{1}{6}$ até $17 \frac{1}{2}$ léguas de extensão, passando pelos valores intermediários de $15 \frac{5}{8}$ e $16 \frac{2}{3}$. Quanto à légua só podia ser a légua náutica de 4 milhas, e cada milha de 8 estádios de 185 metros cada um, o que dava para a légua a extensão muito aproximada de 5.924

metros. «O Sr. Varnhagen é que parecia não ter percebido bem essas apalpadelas, que desde Aristóteles até os árabes, e dos árabes até André Pires deram resultados que oscilaram inexatos além e aquém da verdade procurada».

* * *

Quanto ao valor absoluto da légua náutica, depois de convencido de que a légua marítima da época em questão não poderia ser deduzida do grau terrestre, o geógrafo francês passa a estudar os elementos itinerários que teriam servido para formá-la.

Rememora que Varnhagen introduzira na sua discussão alguns elementos novos: uma légua portuguesa antiga de 3.000 grandes braças, uma légua comum da Espanha de 8.000 varas espanholas, equivalentes a 3.039,65 grandes braças portuguesas, sendo a grande braça de 10 palmos legais ou de padrão (de *craveira*), como dizem os portugueses.

Varnhagen avaliava essa braça em 2,20 m algo mais forte, pois, que a de 2,173 m dada pela *Metrologia Universal* de Palaiseau, um dos guias de Barreiros (autor citado por Varnhagen). Contudo, ainda com aquêl valor um tanto aumentado, ainda assim as 370 léguas não chegariam a 2.464.200 metros para a distância do meridiano, o que exigiria léguas de 6.660 metros, e braças de 2,22 m. Ora, segundo Pimentel, a légua de 3.000 braças era a de agrimensura no Brasil, e não a marítima, em que a braça só conta 8 palmos. A notar ainda: os testemunhos do tempo salientavam a diferença entre a légua terrestre, de três milhas itinerárias, e a náutica de 4 milhas. Apesar da coincidência espiciosa entre o valor das 3.000 braças de 10 palmos craveiros e a de 4.000 passos de 5 pés, ou de 7 palmos 1/2, não se deixava levar por essas aparências que tenderiam a dar à légua do Sr. Varnhagen, de 6.660 metros, uma aproximação suficiente para conferir valor convincente ao seu cálculo. Realmente, tendo o grau terrestre em média o valor de 111.224 metros, dividindo-se êste número por 16 2/3 encontrar-se-ia para a extensão da légua 6.673 metros, número pouco maior que 6.660. Não se deixava, porém, iludir por êsse conjunto de aparências, pois o mais que poderia provar é que a chancelaria portuguesa admitia tal espécie de grau em 1534; o seu antagonista, porém, que tanto se insurgia contra quaisquer anacronismos, não poderia, certamente, querer interpretar o tratado de 1494 pelos elementos de 1534!

Era-lhe necessário, pois, encontrar nessa légua agrária de 1534 a légua náutica anterior. É verdade que o valor dessa unidade brasileira se aproximava da que atualmente nos forneceria o *quantum* de 16 léguas e 2/3 por grau. «Por infelicidade,

porém, «para essas engenhosas deduções», diz d'Avezac, «temos por nosso lado o meio de controlar as verificações de Vespúcio». Sendo a distância de Lisboa às Canárias de $12^{\circ}12'$, as duzentas e oitenta léguas que dizia haver navegado faziam corresponder sua légua de $16 \frac{2}{3}$ ao grau, não aos 6.660 metros de Varnhagen ou coisa parecida, mas a 4.846 metros aproximadamente».

Não havia, tampouco, como observara o seu confrade brasileiro, anacronismo da parte d'ele d'Avezac, em admitir que as mensurações adotadas expressamente na convenção de Saragoça fôsem as mesmas que serviram para o tratado de Tordesilhas. Seria muito natural e conforme aos hábitos dos marítimos conservarem a légua náutica usual de 1494, e como o tratado de 1529, que cedia as Molucas, fazia expressa menção do de Tordesilhas, e consagrava a avaliação do grau do círculo máximo em $17 \frac{1}{2}$ léguas, é evidente que os negociadores se referiam a léguas iguais às usadas em 1494.

Seu antagonista recusava-se a admitir que as milhas e estádios da época dos descobrimentos fôsem os mesmos da antiguidade, e que as medidas romanas tivessem valor idêntico na Espanha e na Itália, argumentando para isso com os vários padrões de pés encontrados, diferindo uns dos outros de alguns milímetros, e ainda com as medições entre os marcos miliários existentes em vários pontos, que diferiam entre si. Se atendesse, porém, ao valor matemático das médias, veria que o valor do pé romano, derivado da medição de uma milha, tinha probabilidades de exatidão cinco mil vezes mais seguras que as de um só exemplar isolado. Como, pois, rejeitar o resultado dessas médias, obtidas graças a medições de distâncias miliárias conhecidas, e preferir o *minimum* fornecido por uma medição isolada?

Jaime Ferrer em 1495, tratando do modo prático a empregar para a demarcação efetiva, diz que a relação entre as léguas e o grau terrestre determinado em estádios pelos antigos, deve ser calculado à razão de oito por milha, e quatro milhas por légua. Daí o valor de 1.481 metros para a milha, que, embora não fôsse exatamente o número redondo de 1.480, correspondia melhor aos resultados do exame atual das coisas. Segundo a relação da segunda viagem de Colombo, escrita pelo Dr. Diogo Alvarez Chianca, calculando-se os elementos itinerários nela contidos, encontrava-se uma légua efetiva de 5.933 metros, números muito próximos dos que elle d'Avezac obtivera (5.924) tomando por base a média da milha romana.

Em definitiva, salvo melhor juízo, as léguas do tratado de 1494 eram o «módulo efetivo, a medida itinerária em uso entre os marinheiros, correspondente em relações simples às antigas

medidas gregas e romanas, e expressando-se em nossos dias por um valor muito aproximado de 5.924 metros.

* * *

Quanto à posição verdadeira da divisória de Tordesilhas, d'Avezac persiste em considerar *suposição*, pois que baseada em dados hipotéticos sobre o valor da légua, visto o seu antagonista continuar deduzindo o conhecido do desconhecido numa lamentável petição de princípios — a linha que este traçara segundo o meridiano situado a três léguas e meia a oeste da cidade do Pará. A demarcação resultante do *cálculo exato* era a que colocava a linha a 20°35'35",57 a oeste da ponta ocidental da ilha de S. Antônio do Cabo-Verde, ou, mais redondamente, a 20°36', o que a fazia cortar o litoral do norte entre o Gurupi e o Turiaçu, cinquenta léguas a oeste da cidade do Pará, e a costa atlântica entre Ubatuba e Santos.

Havia, outrossim, na suposição de léguas de 16 2/3 por grau, além de erro, injustiça da parte do brasileiro, em dizer que o cálculo de 17 1/2 léguas por grau *favorecia* especialmente os castelhanos, quando justamente estes se queixavam de que os portugueses por este modo os desejavam privar da posse das Molucas.

Enciso, aliás, dizia que a linha de partilha ficava entre o Maranhão e o Mar Doce. Não se podia identificar o Maranhão do cosmógrafo com o rio do Pará, ou bôca secundária do Amazonas, pois que, além desta não contar 15 léguas de largura, segundo o autor da *Suma de Geografia*, se contavam da linha até o Mar Doce 25 léguas, e este tinha 60 léguas de boca. Ora, como seria possível admitir essas 60 léguas a não ser compreendendo a foz do Amazonas em toda a largura do delta? Logo, a linha de demarcação que Enciso dizia cortar a costa americana entre o rio Maranhão e o Mar Doce não estava *tão mal colocada assim* no seu esboço do mapa do Brasil, em que a figurava entre o atual Maranhão e o rio do Pará.

* * *

As conclusões do crítico de Varnhagen, na sua tréplica podem resumir-se deste modo:

A prioridade na exploração do Novo-Continente pertencia a Colombo. A primeira viagem de Vespúcio foi feita como um dos companheiros subalternos de Hojeda na expedição que partiu da Europa em maio de 1499, abordou ao Surinam (Guiana Holandesa), seguiu a costa a oeste até o cabo de *la Vela* e chegou a S. Domingos em começos de setembro. Separando-se apressa-

damente do seu comandante, em companhia de Bartolomeu Roldán, Vespúcio achava-se de regresso à Espanha a 15 de outubro. Tornou a embarcar com êle em dezembro do mesmo ano na expedição de Lepe, que, em rápida exploração, dobrou o Cabo de S. Agostinho para o sul, virou de bordo, perlongou a costa leste-oeste até além de Pária, e já se achava de regresso em Sevilha em junho de 1500, preparando-se para nova viagem ao serviço da Espanha, que não teve lugar por se haver passado ao reino vizinho de Portugal, a cujo serviço fêz, como subalterno, duas viagens de exploração ao litoral brasileiro, em 1501 e 1503; regressou ao serviço da Espanha, para a qual empreendeu com La Cosa, em 1507, uma viagem de exploração da Terra Firme a sudoeste de S. Domingos, enquanto Pinzon e Solis reconheciam as costas do Yucatan.

Esta a parte que razoavelmente se poderá atribuir a Vespúcio no campo dos descobrimentos ultramarinos. Antes dêle Pinzon descobrira o cabo de S. Agostinho, «cuja identidade não podia ser contestada, e jamais o nome dêste último navegante fôra atribuído ao atual Oiapoc, cuja denominação espanhola era *Rio de Canoas*».

A unidade de medida itinerária empregada pelos navegadores do tempo para estima de suas singraduras era a légua náutica de quatro milhas romanas, usual no Mediterrâneo. Em léguas e milhas desta espécie é que avaliavam a extensão do grau terrestre, que por tentativas e experiências sucessivas chegaram a fixar em 70 milhas ou 17 léguas e meia, medida ainda inferior de 1/15 à verdade hoje conhecida. Em léguas desta espécie estipulara o Tratado de Tordesilhas a distância a oeste do arquipélago de Cabo-Verde para o meridiano de partilha; applicando-se essa medida às configurações geográficas determinadas pela ciência moderna, a célebre linha passaria a 50 léguas a leste da cidade de Belém.

* * *

Varnhagen não deu nova resposta direta a d'Avezac, mas, como êle próprio considerava muitos anos mais tarde (78), os estudos que continuou fazendo e publicando sobre Vespúcio e suas navegações, representavam, de certo modo, uma continuação da célebre polémica «sem nomear o agressor», na qual, senão em todos os pontos, no essencial, pelo menos, parece ter levado a palma ao seu antagonista.

Da mesma forma provocado, embora também não o confessasse, pela discussão com o geógrafo francês, parece-nos ter sido

(78) Cfr. *Oficio-Protesto*, págs. 16-17, nota 16.

o artigo publicado pelo serocabano na *Revista Brasileira* do Rio de Janeiro, logo no ano imediato à polêmica (1859) com o título de *Metrologia — Antigo sistema métrico de extensão — Nova teoria acerca dos passos de dois pés e meio a cinco pés* (vol. II, págs. 293-302). Levam-nos a esta suspeita e natureza do assunto e a proximidade das datas da polêmica e do artigo. D'Avezac censurava ao nosso compatriota a tendência a fazer derivar de uma incógnita, como era ao tempo dos descobrimentos a extensão do grau máximo terrestre, a unidade itinerária marítima, a légua náutica, em vez de procurá-la no valor corrente e tradicional do padrão romano. No artigo acima citado Varnhagen como que lhe responde, pois procurou mostrar como, ao lado das medidas naturais de extensão tiradas dos órgãos de um homem normal, tais como a polegada, o palmo, o pé, o côvado, o passo, e os maiores múltiplos, entre os quais a milha, cuja origem se atribui aos antigos egípcios, dêles passando para os hebreus, gregos, romanos, e povos modernos, sistema este que denominava *ascendente*, ou de múltiplos; — existiu concomitantemente um outro, *descendente* este, também usado pelos egípcios, e derivado da extensão, em números redondos, da circunferência terrestre. Tais algarismos constituíam um múltiplo exato de 360 e de 60, o qual dera origem ao sistema de divisão sexagesimal, sugerindo a divisão da circunferência em grau e o grau em minutos de uma milha de extensão, milha distinta, está-se vendo, da que fazia parte do outro sistema. Ao descendente ou sexagesimal pertencia o *pé* de 0,305 m, que nada tem de comum com o comprimento do pé normal, que é muito menor. No mesmo estudo se encontra uma curiosa explicação para a origem dos passos simples e duplos, isto é, dos passos de dois e meio e de cinco pés, cuja diferença, observada naturalmente pelos gregos, grandes apreciadores dos jogos atléticos (jogos olímpicos), entre os quais se incluíam as corridas a pé, provinha de que, em passo acelerado de corrida, a distância entre duas pégadas (na ponta dos pés) era dupla da existente entre as de planta inteira na marcha normal (79).

Apesar dos grandes estudos que se tem continuado a fazer, sobre aquêles pontos controvertidos da história geográfica dos

(79) Quanto a este último ponto não nos parece haver andado bem inspirado o ilustre paulista. Passos duplos, em nosso sentir, são os tomados entre duas pégadas seguidas do *mesmo pé* na marcha normal, e simples os medidos entre as marcas consecutivas de ambos os pés. Atendendo-se ao ritmo binário da marcha, podemos definir os passos simples como os compreendidos entre o primeiro e o segundo tempo da marcha (tempo *forte* e *fraco*), e duplos os correspondentes ao intervalo entre os dois tempos *fortes* (ou *fracos*) de compassos seguidos, analogicamente à denominação das oscilações pendulares, vibrações sonoras, etc.

primeiros anos de existência do Novo-Mundo, estão êles longe ainda da solução definitiva, e bem pode ser que nunca a consigam. Os elementos documentais de que dispomos, além de escassos, são de duvidoso valor probante. Há incertezas: sôbre o valor das medidas itinerárias, sôbre a maneira por que os nautas as tomavam, se avaliando o próprio trajeto convertido em linha reta, ou computando a extensão sinuosa e recortada dos litorais perlongados, sôbre a sinonimia de certos nomes de regiões e de acidentes geográficos, sôbre o grau de boa fé das testemunhas, e quanto à competência, ou valor real dos depoimentos tomados nesse intrincadíssimo processo, trabalhados por interêsses diferentes, contraditórios, e — o que é mais — muitas vêzes nem sequer suspeitados. Que o cabo de *Santa Maria de la Consolación* e muito menos o *Rostro-Hermoso* de Pinzon, por exemplo, em hipótese alguma poderia ser o atual Santo Agostinho na costa de Pernambuco, evidencia-se das próprias *capitulações* reais com o descobridor, pelas quais lhe era conferido o domínio, sob a suserania de Castela, das terras a partir dêsse ponto para Oeste, com a recomendação explícita que, *de modo algum invadissem as terras do rei de Portugal*, o que prova como julgavam as terras concedidas dentro da sua demarcação. Ora, se o cabo de S. Agostinho atual fôsse o *Sta. Maria de la Consolación*, o que ficaria para Portugal na América? — Absolutamente nada. Não se pode duvidar da honestidade e boa fé com que os monarcas castelhanos procuravam respeitar o convênio de 1494. Logo, a verdade é que Pinzon não considerava em 1501 o seu ponto de arribada o mesmo que nesse ano descobriram os portugueses batizando-o com o nome de cabo de Santo Agostinho. Os argumentos de Varnhagen, tirados da estima das singraduras, orientação da costa, e ação das correntes e ventos são concludentes a respeito. A identificação do cabo descoberto por Pinzon com a ponta de Mocuripe, a última atribuição do sorocabano, é muito plausível, e nessa hipótese, cada a dificuldade em estimar as longitudes, poderia muito bem o navegante de Palos supô-la dentro da demarcação castelhana, e mais tarde verificar seu êrro, não se valendo, por isso, das prerrogativas que os soberanos lhe concederam.

Quanto aos imensos gastos de erudição e esforços de dialética que o patriotismo de d'Avezac fêz a fim de demonstrar «com os mapazinhos desencantados pelo compatriota e confrade M. Jomard» (80) que o *primitivo rio de Vicente Pinzon não era*

(80) «... melhor será pormos tôda a arte em nos apegarmos ao menor número dêles [argumentos] que nos seja possível, não consentindo, por forma alguma, que os *ôurocratas* franceses tergiversem com chicanas geográficas de

o *Oiapoc*, resultaram inúteis em face da magistral sentença do Conselho Federal Suíço em favor do Brasil, interpretando o rio que desemboca imediatamente a oeste do cabo de Orange como sendo o designado no art. 8º do tratado de Utrecht cumulativamente pelos nomes de *Oiapoc* e *Vicente Pinzon*. Varnhagen na réplica às *Considerações Geográficas* colocara a questão nos devidos termos. Não importava saber se primitivamente o nome *Vicente Pinzon* fôra atribuído ao *Oiapoc* ou a qualquer outro curso d'água. O essencial era saber qual o rio ao qual correspondiam, quando se negociou o tratado de Utrecht, êsses dois nomes cumulativamente. Êste era, sem a menor dúvida, aquêlê que desembocava no Oceano a mais de 4º de latitude setentrional. Os negociadores tinham-no, portanto, *em mente ao assinarem* aquêlê instrumento internacional.

A influência da polêmica com o sábio francês fez-se sentir, segundo Capistrano de Abreu, na segunda edição da *História Geral*. Nela o Visconde de Pôrto Seguro teria introduzido, sem confessar, idéias daquele, contra as guias a princípio protestara (81). Essa influência, porém, só se manifestou em pontos secundários. Varnhagen trocou a posição dos capítulos referentes à descrição da terra e dos aborígenes, que passaram para o princípio do livro. A influência do francês aparece ainda, quiçá, na sugestão que a palavra *Carai*, *Caraiba*, ou *Caribe*, — nome de uma nação selvagem, também atribuído pelos povos tupis aos seus *pagés* ou *piágas*, para a qual d'Avezac chamou a atenção do nosso compatriota (*Considerations Geographiques*, págs. 47 e 214-215) — pode ter exercido, pela semelhança com *Carios*, antigo povo da Ásia Menor, de origem turana, na teoria do sorocabano sôbre a origem cario-egípcia dos índios de lingua geral. Se acrescentarmos que o Visconde de Pôrto Seguro, na mesma edição, suprimiu qualquer referência a arribadas de *Pinzon* no trecho do nosso litoral compreendido entre a foz do Amazonas e o Cabo Orange; e que apresentou conjeturalmente D. Nuno

livros velhos ou de mapazinhos desencantados pelo Sr. Jommard e outros» (Carta ao Visconde do Uruguai, 12 de janeiro de 1855).

(81) «D'Avezac já observou que, na realização da história do Brasil, o Visconde de Pôrto Seguro se cingiu ao programa traçado magistralmente pelo grande naturalista Martius».

«É uma observação esta mui justa, e que salta aos olhos de quem conhece o trabalho de Martius e o de Varnhagen. O que, porém, ainda não foi notado, é que na segunda edição o autor da *História Geral* enxertou nas idéias de Martius as vistas luminosas de d'Avezac, contra as quais a princípio protestara enêrgicamente» (*Ensaio e Estudos*, 1ª série, pág. 196).

Manuel para chefe da expedição exploradora de 1501 (82), teremos esgotado os pormenores em que d'Avezac poderia ter exercido uma tal ou qual pressão sobre as idéias do nosso compatriota. Quanto ao mais, não vemos em que Varnhagen possa tê-lo seguido, ou recorrido sob a influência deixada pelos seus argumentos. Nas questões principais, isto é, a da interpretação dada às viagens de Vespucci, e, mais que tudo, no importante ponto da identificação do Oiapoc com o rio delimitador das terras do Brasil e da Guiana Francesa, não cedeu, e o futuro mostrou que com êle estava a razão.

* * *

Num único ponto parece hoje líquido que a verdade estava com o antagonista do nosso historiador: — o que respeita ao valor das léguas náuticas subentendidas no tratado de Tordesilhas, e que seriam as usuais no tempo, léguas que d'Avezac opinava serem as romanas comuns de 4 milhas de 1.480 metros, de que se contavam 17 1/2 no grau terrestre, enquanto Varnhagen sustentava a pé firme serem as de 3.000 braças craveiras usadas no Brasil, de 16 2/3 ao grau. Tanto na representação da carta de Cantino, como na da mais antiga da Biblioteca Estense de Módena, ultimamente reproduzida em *fac-simile* pela Agência Geral das Colônias, com um estudo do falecido Fontoura da Costa, que lhe arbitrou a data de 1471 (*Uma carta náutica portuguesa, anônima, de «circa» 1471, Lisboa, 1940, págs. 10-11, 21*), se vê que os marítimos portugueses já então arbitravam o valor do grau em 17 1/2 léguas. O Comandante Fontoura da Costa não tinha conhecimento direto — pelo menos não o mostrou nesse trabalho — da controvérsia entre Varnhagen e d'Avezac sobre a matéria.

Polêmica com o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro

Quase que não lhe podemos dar êste nome: teve fraca repercussão, e a réplica veio tantos anos após o reparo crítico que o público talvez nem percebesse que se tratava de uma discussãozinha provocada por um mal entendido.

Publicada em 1854-57 a *História Geral do Brasil*, três anos mais tarde o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu um estudo

(82) Neste particular, D'Avezac não fez mais, aliás, do que reforçar uma conjectura que já acudira ao seu antagonista (Cfr. *Primeiras Negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*, pág. 123), e a que não aludiu na *História Geral* por não ter certeza (a incerteza perdura até hoje), e julgar a questão de importância secundária.

histórico intitulado *O Brasil Holandês* (83), em que a obra do sorocabano era largamente aproveitada e citada com fartos elogios. A certa altura, ao tratar do ataque e conquista da Bahia pelos flamengos em 1624, teve ocasiãe de tecer considerações em abono do Governador Diogo de Mendonça Furtado, mostrando como não poderia ser tratado de negligente, pela ineficiência de sua defesa, à vista dos limitados recursos de que para isso dispunha, numa cidade cuja guarnição de tropas regulares limitava-se a 80 homens. Não se discuidara, como referiam os cronistas, especialmente Brito Freire, de preparar a resistência adestrando nas armas a população, mas esta falhara totalmente, porque a gente reunida pelo governador, bisonha e desafeita aos exercícios militares, se fôra retirando, cansada do jugo da disciplina e mais privações, assim que constara que o plano dos inimigos não era o de investir contra a cidade, mas sim o de apoderar-se das embarcações de comércio. O governador vira-se abandonado no momento crítico, e ainda por cima lhe levaram a mal a insistência em defender a cidade. O Bispo D. Marcos Teixeira, que tanto se distinguiu depois, organizando e chefiando a resistência, fêz-lhe no momento opposição, talvez por motivos particulares, numa conjuntura em que se impunha o esquecimento dos agravos e a união de todos.

Frei José de Santa Teresa adiantava mais que, depois de pelejar bravamente o governador capitulara, e os holandeses tinham faltado às condições do acôrdo, levando-o prêso para a Holanda.

«Não pertencemos», dizia Fernandes Pinheiro, «à escola que julga do merecimento dos homens pelo resultado, mais ou menos próspero, que remata seus esforços; assim, pois, afastamo-nos dos que condenam a Diogo de Mendonça Furtado pela perda da Bahia. *O sentimento, porém, do Sr. Varnhagen, para nós de muito pêso, fez-nos um pouco vacilar acêrca do proceder de Mendonça no assalto que deram os holandeses à Bahia no dia 9 de maio de 1624, obrigando-nos a estudar com cuidado êste ponto*».

Diz o nosso distinto consócio: «O governador, metido em seu palácio, com algumas autoridades, aí se deixou prender, sem que mediassem condições algumas de capitulação, e segundo é mui natural, quando o governador, já então não podia apresentar resistência alguma [*História Geral*, I, págs. 341-342]».

«Surpreendeu-nos realmente a primeira parte desta proposição; pois que, *além do consenso unânime dos cronistas nacionais a que consultamos, relativamente à bravura de Mendonça e à*

(83) Publicado na *Revista do Instituto Histórico*, t. XXIII (1860), págs. 67-111. Foi lido em sessão do Instituto em presença de Sua Majestade (6 de agosto de 1859).

sua corajosa resistência, deparamos com o *veredict* que sôbre êle pronunciaram os próprios inimigos. Laet e Netscher rendem homenagem a esta qualidade, *que lhe contesta o Sr. Varnhagen*» (84).

* * *

O historiador não julgou urgente uma resposta ou explicação à estranheza do consócio. Esperou treze anos pela oportunidade, e só na primeira edição da *História das Lutas* é que deu mostras de que o seu reparo não lhe passara despercebido. Ressentiu-se de, por uma incorreta interpretação de suas palavras na *História Geral*, ver-se injustamente incluído «na escola que julga do merecimento dos homens, pelo resultado mais ou menos próspero que remata seus esforços».

O equívoco que dera lugar à polêmica explicava-se desta forma:

Na *História Geral*, forçado, pela pequena extensão da obra, a omitir esclarecimentos, o sorocabano falara da rendição do governador «que se deixara prender em Palácio sem que mediassem condições de capitulação», dispensando-se de acrescentar maiores particularidades. Estava longe com isso de acusar de inepto ou covarde a Diogo de Mendonça Furtado. Expusera simplesmente os fatos, tais como se passaram, sem entrar na distribuição das responsabilidades. Seu laconismo fôra tomado por Fernandes Pinheiro como censura ao procedimento do governador.

Na *História das Lutas*, monografia extensa, pôde expor mais pormenorizadamente os preparativos para a defesa da Praça, as peripécias da invasão, o pânico dos habitantes, e como o governador se vira abandonado pelos seus, sendo aprisionado pelo inimigo em Palácio. Mostrou por vários documentos, inclusive uma súplica de Mendonça Furtado ao rei, existente no Museu Britânico, que *não houvera capitulação* a cujas condições os holandeses faltassem. Esta lenda fôra inventada por Valencia y Guzman (85), e repetida sem crítica por um chorrilho de plagiários e seus preconizadores. Quatro testemunhas coevas e idôneas — o Padre Antônio Vieira, D. Manuel de Menezes, Padre Bartolomeu Guerreiro, e uma representação oficial feita por várias autoridades holandesas a 31 de agosto do mesmo ano — abonaram os esforços de Mendonça Furtado para defender a praça que lhe fôra confiada, e reconheciam que a *resistência* se

(84). Pág. 75 do tomo citado.

(85) «Compêndio historial de la jornada del Brasil y sucesos della... en 1625, por D. Juan de Valencia y Guzman». Publicada no tomo VI dos *Documentos inéditos para la historia de España*, 1870.

tornara impossível por o terem as tropas e os habitantes abandonado, sendo por isso feito prisioneiro em companhia de poucos, inclusive um filho, na casa em que residia. Também êle Varnhagen era dêsse parecer, e estava convencido de que a mais alta autoridade da colônia e seus auxiliares imediatos tinham feito o que lhes competia como gente de honra, nas circunstâncias em que encontravam.

Como acabamos de ver, a defesa de Varnhagen contra a injustiça da apreciação de Fernandes Pinheiro — certamente involuntária e procedente de um mal entendido — consistiu em narrar com minudências os acontecimentos da tomada da Bahia em 1624, o que fêz das páginas 11 a 14 do seu livro. Do contexto resultava a prova da galhardia e da inocência do governador nesse lance e a de que os holandeses não tinham praticado nenhuma ignomínia, faltando a condições estipuladas.

Em nota adicional, à pág. 282 (86) conclui o historiador:

«Em presença dos argumentos que agora reproduzimos com a extensão *que não nos era permitida na «História Geral», reconhecerá o leitor, se ao nosso digno consócio Sr. Cônego Fernandes Pinheiro assistiu a justiça quando se opôs às nossas opiniões, acrescentando, sem nenhum fundamento, que havíamos negado ao governador qualidades de bravura ou coragem, e porventura fazendo conceber ao leitor que devíamos pertencer à escola que julga do merecimento dos homens pelo resultado mais ou menos próspero que remata seus esforços».*

A polémica, nascida de um equívoco entre dois historiôgrafos que *estavam de acôrdo*, ficou encerrada com a explicação de Varnhagen.

POLÊMICA COM RICHARD HENRY MAJOR

Esta teve lugar em Lisboa, pelas colunas do *Jornal do Comércio*, durante o ano de 1868, e versou sobre a verdadeira localização da *Vila do Infante* (Infante D. Henrique, o *Navegador*).

O assunto tinha no momento actualidade, pois que o Marquês de Sá da Bandeira, que acabara de ser ministro de estado, estava empenhado em erigir «no local da Vila do Infante» um monumento ao imortal fundador da Escola de Sagres.

Varnhagen, de passagem por Lisboa para assumir o posto de ministro residente do Brasil junto ao govêrno da Áustria-Hungria, escreveu uma carta ao biógrafo inglês de D. Henrique, não só para manifestar-lhe sua discordância quanto à localização da Vila

(86) Ao livro 1º, nota 2ª, pág. 14.

do Infante aventada pelo historiador britânico à pág. 52 da biografia de D. Henrique (cap. 4^o), como para manifestar-lhe sua estranheza de que não houvesse o mesmo senhor aproveitado alguns documentos versando sobre concessões feitas pelos reis portugueses aos que descobrissem terras e ilhas a oeste dos Açores, e nem sequer mencionasse a relação que com êsses sucessos tivera a carta de Paulo Toscanelli ao Cônego Fernão Martins, peças documentais por êle Varnhagen apensadas ao seu trabalho sobre a *Verdadeira Guanahani de Colón*, impressa no tomo XXIV dos *Anais da Universidade do Chile*.

Como a obra de Major estava em vias de ser traduzida e publicada por ordem da Academia, nenhuma oportunidade melhor do que essa para apensar-lhe os referidos documentos.

As sugestões de Varnhagen saíram publicadas a 4 de junho num tópico sob a responsabilidade da redação, mas visivelmente inspirado, ou até mesmo redigido, pelo interessado.

A resposta de R. H. Major demorou um pouco a chegar, mas saiu no número de 19 de setembro sob a forma de uma carta ao editor do *Jornal do Comércio*, acompanhada da tradução de outra ao diretor do *Athenaeum*, em que se continha a defesa dos pontos criticados.

Começou por desculpar-se de haver demorado a resposta até tomar conhecimento da peça documental a que Varnhagen se referira na carta particular que lhe escrevera. Não se tratava de «uma escritura de doação à ordem de Cristo do domínio espiritual das ilhas de Porto Santo e Madeira», mas sim de um alvará de natureza totalmente diversa. Graças a uma carta dirigida ao *Athenaeum* a 25 de julho, fôra-lhe possível obter do Sr. Varnhagen indicações para encontrar o verdadeiro documento impresso. Passaria a demonstrar que a sua opinião estava bem longe de se poder considerar *insustentável*.

O documento em questão estava incluído em uma anônima *Notícia da viagem e feitos de alguns cruzados, que navegaram do Escalda para a Terra Santa em 1189*, traduzida e editada em 1844 por Silva Lopes, e incluída no catálogo do Museu sob a palavra «Scheldt». A carta não era, como lhe dissera o Sr. Varnhagen, uma doação à ordem de Cristo do domínio espiritual de Porto Santo e Madeira, e sim da própria Vila do Infante.

Passando benevolmente por sobre êsse engano, perfeitamente desculpável em quem não vira o texto dessa doação *há mais de meio século* (87) Major assegura que o referido documento o

(87) Engano evidente de Major, em vez de *quarto* de século ou «humour» de muito mau gosto. Em 1868 Varnhagen contava 52 anos apenas de vida. Com que idade vira o documento? Quando engatinhava?

vinha justamente habilitar a esclarecer o fato de que a velha tradição portuguesa, relativamente a Sagres, era exata, e que não fôra na ponta de Beliche, mas em Sagres que se edificara a *Vila do Infante*. A carta de doação resava que o príncipe, condoído dos sofrimentos experimentados pelos marítimos, quando eram compelidos a se demorarem por vários dias em frente ao cabo de Sagres, perecendo assim muitas vêzes por falta de sustento e outros socorros necessários, inclusive água, edificara para conforto dêles a sua vila no outro cabo, o qual está antes do dito cabo de Sagres, indo de oeste para leste.

Major, depois de comentar a benéfica intenção do príncipe e pedir à fisionomia das costas dessa região esclarecimentos complementares, termina o seu arrazoado por fixar para a *Vila do Infante* o local da pequena baía de Tonel, compreendida entre a ponta de Sagres e uma outra, que correspondia à descrição do príncipe: «outro cabo, o qual está antes do cabo de Sagres, indo do ocidente para o oriente». O local continuava sendo Sagres. A ponta do Beliche, lembrada pelo Sr. Varnhagen, ficava assim excluída. Quanto às notas que se liam na *Verdadeira Guanahani de Colón*, não via razão para a estranheza do seu amigo em não vê-las aproveitadas no seu livro, nem o faria se tivesse de publicar segunda edição dêle.

* * *

Varnhagen respondeu pelo número de 7 de outubro, pedindo ao editor do jornal que transcrevesse o documento causador da polêmica, cuja cópia anexava, a fim de que o público pudesse julgar por si, e pela sua simples leitura e sem esquadrinhar interpretações forçadas, decidir de que lado estava a verdade. Não queria decidir se era a ponta do Beliche no Algarve, como queria Batista Lopes, corógrafo dêste último reino e dêle natural, ou outra qualquer. Não podia, porém, deixar sem reparo um incidente em que a memória de Major lhe fôra infiel.

Jamais dissera, nem o poderia fazer, que o Marquês de Sá da Bandeira com êle concordara a respeito da verdadeira posição da Vila do Infante, por isso que, desconhecendo o titular português o referido documento, e não o possuindo êle Varnhagen à mão para lh'o mostrar na ocasião, não poderia julgar com conhecimento de causa a questão. É verdade que citara, com o devido respeito, o nome do marquês, mas o fizera tão somente para reforçar com o seu parecer a opinião de que os documentos juntos à memória *La Verdadera Guanahani* (que o biógrafo inglês dissera haverem escapado a sua atenção) deveriam ser aproveitados na projetada tradução da *Vida do Infante D. Henrique*. Lastimava a reso-

lução últimamente tomada por Major de não levá-los em conta se viesse a fazer segunda tiragem do seu livro.

Como a transcrição do documento, pelo qual o Mestre da Ordem de Cristo erigira a Vila que lhe tomou o nome, habilitaria o leitor a julgar qual dos contendores usava de hermenêutica mais correta, aqui o reproduzimos na parte inicial que contém a indicação do local discutido:

«Eu o Infante D. Henrique, regedor e governador da ordem de cavalaria de Nosso Senhor Jesus Christo, duque de Vizeu, senhor da Covilhã:

«Faço saber aos que esta minha carta virem, que esguardando como ao cabo de Sagres vinham e vêm muitas carracas, náus, galés e outros navios pousar, por não acharem tempo de viagem; onde acaecia estarem por muitos dias sem acharem nenhuma consolação de mantimentos e de outras coisas necessárias; nem isso mesmo d'agua, quase nada, tendo a povoação a uma légua e meia d'onde jazia, e como também estando eles assim ali, alguns faleciam da vida presente, e os lançavam por estas barrocas e praias; e movido de piedade, entendendo quanto serviço nele fazia a Deus e a el-rei meu senhor, e bem e consolação aos que ao dito cabo viessem pousar, mandei edificar uma vila *no outro cabo, que antes do dito cabo de Sagres está aos que veem do poente para levante*, que se chamava *Terça Nabal*, ao qual puz o nome de *Vila do Infante*. Em reverencia da minha Senhora Santa Mãe mandei em ela fazer uma sua capela, e *foa da dita vila*, acima do porto onde desembarcam os que das ditas carracas, e mais náus e galés e navios saem, mandei fazer uma igreja à honra da Senhora Santa Catarina, onde em ela e no seu cemitério, ao presente, depois que assim foi feita, são lançados e enterrados muitos dos dos ditos navios, que assim ali vieram pousar. Agora e depois da dita vila assim ser feita, os que *ao dito cabo vêm pousar*, acham consolação de mantimento, etc...».

★ ★ ★

Major não se deu por vencido com a publicação da «doação» da Vila do Infante, e treplicou pelo número de 20 de novembro, repelindo como antiquada a opinião do acadêmico Batista Lopes, que tendo falecido em 1850, provavelmente, se fôsse vivo «se teria rendido à evidência dos fatos que êle se dera ao trabalho de procurar e produzir», fatos em que eram necessários para explicar a verdadeira significação da carta do Príncipe D. Henrique, e que tinham sido convincentes para todos os seus amigos, exceto o Sr. de Varnhagen».

«A verdade devia ser baseada sôbre fatos; — continuava o historiador inglês — e quando sômente os fatos sobressaem em um argumento, alusões à «prevenção», «predisposição» ou «suscetibilidade» eram fora de propósito.

A respeito de sua entrevista com o Sr. Varnhagen, com a melhor boa fé admitia a possibilidade de um engano, pelo que lhe pedia desculpas. Queixava-se, porém, do diplomata brasileiro não haver referido públicamente que as suas notas sôbre a «Verdadeira Guanahani» lhe tinham escapado à atenção, e que «essa fôra a asserção ajustada do momento, que êle, depois de sossegado exame, achara motivo para corrigir».

* * *

No dia 24 de novembro o *Jornal do Comércio* publicava, encerrando a polêmica uma carta de Inocêncio Francisco da Silva, datada de ante-véspera, e outra de Varnhagen. O diplomata brasileiro, prevendo a hipótese de Major não se dar por satisfeito e querer continuar a discussão remetera ao bibliógrafo seu amigo uma carta, que êste deveria dar à publicidade nesse caso, e na qual a dava por encerrada.

Eis o seu teor:

«Sr. redator.

Muito lhe agradeço a publicação da minha carta de 26 de setembro último. Prevendo a possibilidade de que o Sr. Major queira seguir em polémicas, e não me podendo eu prestar a fadigar o público com um assunto que da minha parte julgo esgotado, rogo-lhe que, em caso de reincidência, se digne admitir no seu jornal estas linhas destinadas a pôr ponto no assunto; pois partilho a opinião de um grande crítico italiano quando disse:

«...perduta opera si é ragionare con persona, da cui altri non ha la sorte de si far intendere, e si fatte controversie ad altro non riescano, sinon se ad oscurare, non mai a far trionfare la verità!»

Sou, sr. redator, etc.

Viena d'Austria

20 de outubro de 1868

F. A. de Varnhagen».

* * *

O ponto sôbre o qual versava a polêmica resumia-se à interpretação do que se devia entender por *Vila do Infante*. Os dois

contendores retiravam do mesmo documento conclusões bastante diferentes.

Para Varnhagen — a referida «Vila» fôra edificada sôbre o cabo que fica antes do de Sagres, caminhando-se do poente para o lavanie, que então se chamava Terça Nabal, *muito embora o pôrto da mesma vila pudesse estar como queria Major, na chamada baía do Tonel.*

Para o historiador inglês, que identificava o *porto* da vila com a vila *prôpriamente dita* (coisas perfeitamente distintas para os antigos) — a povoação devida à munificência de D. Henrique para com os navegantes estava situada na referida *Baía do Tonel*, que ia *desde a face ocidental do promontório de Sagres até a ponta Terça Nabal inclusive.*

No fundo estavam de acôrdo, mas discutiam por uma questão de nomes, isto é, quanto à maior ou menor extensão geográfica abarcada pela expressão «Vila do Infante». Para Major *vila* e respectivo *porto* constituíam uma expressão continua incluindo a base do promontório de Sagres — para Varnhagen, coisas distintas. Foi por isso que êste achou que não devia continuar a discutir, uma vez que não conseguia fazer-se compreender pelo outro.

O assunto não está ainda, todavia, resolvido definitivamente, embora a maioria se incline pela localização na própria ponta de Sagres. Veja-se também a respeito, na 2ª ed. da *Crônica da Guiné* de Azurára (Porto, 1937), 1º vol., a *Introdução* escrita por José de Bragança (págs. XIX-XXIX), onde o editor entende o conceito de Sagres na sua forma mais ampla, admitindo uma «Vila do Infante» completamente fora de qualquer cabo ou península do sudoeste algarvio, e sim muito ao norte dêle; e também admite que ao tempo de D. Henrique se desse *prôpriamente* o nome de promontório de *Sagres* a alguma saliência da costa a leste do cabo atualmente conhecido por êste nome.

POLÊMICAS COM TEÓFILO BRAGA E ADOLFO COELHO

Em 1871, o jovem estudioso da história literária de Portugal Joaquim Teófilo Fernandes Braga deu à publicidade o livro *Trovadores Galecio-Portuguêses*. Braga iniciara há pouco tempo, ou pretendia ter iniciado, em Portugal, a escola de crítica filosófica que olha para os movimentos literários como intimamente ligados à evolução e transformações políticas, e por isso, julgando-se dispensado de estudar por si próprio as fontes para entrar em generalizações, votava soberano desprezo aos pesquisadores que tinham acumulado os materiais com que ia edificar, sem grandes

esforços, seus devaneios e fantasias. A história das letras constituía, também, para indivíduos nas condições de Teófilo Braga, um gênero literário, e não um ramo das ciências de erudição. Esse escritor representou em Portugal um papel muito semelhante ao que Silvio Romero exerceu no Brasil. Faltando-lhes em absoluto propensão e paciência para dedicar-se aos trabalhos de pesquisas, e dispondo de asas curtas de mais para abarcarem num vôo amplo grandes sínteses críticas, sômente conseguiram produzir uma obra desarticulada, constituída com fragmentos de ciência heterogêneos e mal digeridos; obra em que a abundância de citações tomou o lugar do critério próprio ausente, e que não pôde sobreviver à ação do tempo, porque coisa alguma possuía de original e valiosa.

Varnhagen fôra o iniciador na língua portugueza dos estudos sôbre os cancioneros medievais com a *Introdução* e as *Notas* ao livro das *Trovas e Cantares* (Cancioneiro da Ajuda) que supunha, quando o publicou em 1849, obra de um só autor, o Conde de Barcelos. Imprimiu depois o *Cancioneirinho de Trovas Antigas*. Era impossível a Braga deixar de aludir no seu livro à contribuição do nosso compatriota nesse campo da crítica; fê-lo, porém, de forma a pôr em relêvo mais os defeitos e senões do primeiro livro, do que os seus incontestáveis méritos. Estes últimos apenas se confessavam a contragosto, sem o objetivo de fazer-lhe justiça, mas tão sômente como recurso de tática, para ferir mais a fundo o autor criticado:

«Em todo êste trabalho [falava da edição do *Cancioneirinho*] Varnhagen procedeu com uma honradez invejável e com uma profunda probidade literária» (88); «se Varnhagen não proporcionasse ao público o produto do seu trabalho, seria impossível o historiar êsse período que vai do fim do reinado de S. Sancho II até D. Afonso III» (89), «Isto bastava para suspeitar a paridade dos dois códices [o de Roma e o de Madrid] se Varnhagen o não deixasse provado por uma rigorosa confrontação» (90). Foi tudo o que encontramos em *Trovadores Galecio-Portugueses* para comemorar os esforços de Varnhagen como iniciador dêsses estudos na língua portugueza. Pouquíssimas vêzes Braga divergiu de Varnhagen em termos corteses; entre elas está a maneira de entender o sentido do verso: «*E os trovadores que pois ficaram em seu reino...*», que Varnhagen interpretara como designando a vinda de vários trovadores da Catalunha para Portugal, ao tempo

(88) *Trovadores Galecio-Portugueses*, pág. 97.

(89) *Idem, ibidem*.

(90) *Idem, págs. 190-191.*

em que D. Diniz casou com Santa Isabel, Princesa de Aragão. «Este sentido é forçado», diz Braga, «e o jogral diz apenas que os trovadores de Portugal, de Leão, e Castela e Aragão, que sobreviveram a este monarca, nunca depois da sua morte tornaram mais a trovar» (91). Outra divergência, esta meramente de atribuição, é a respeito de umas trovas do códice da Vaticana, com a epígrafe de *El-Rei Afonso de Castela e Leão*, que o literato açoriano, ao contrário de Varnhagen, que a supunha de Afonso XI, julgava pertencer ao tempo da batalha das Navas de Tolosa, e ser sátira a D. Afonso II de Portugal (92).

Com exceção das passagens acima, tôdas as demais referências são altamente deprimentes para a inteligência e capacidade do erudito brasileiro; em algumas roça o crítico francamente pela grosseiria e os ataques pessoais, que profundamente teriam de melindrar até a escritores muito menos suscetíveis às ofensas que o ilustre filho de Sorocaba.

Começa por dizer que «nessa edição [a das *Trovas e Cantares* de 1849] corrigiram-se os defeitos da de Lord Stuart, mas acumularam-se os desconcertos históricos» (93). Em que se resumiam êles, afinal? Derivavam-se, na maioria, da suposição de pertenciam as poesias do cancionero da Ajuda a um só autor, e de identificar este com o Conde de Barcelos, filho bastardo de D. Diniz, opinião inspirada, aliás, por Bellermann e pelo erudito João Pedro Ribeiro, e já espontâneamente corrigida por Varnhagen três anos antes da publicação do livro do censor. O crítico português chama também a atenção para «um refrem que foi emendado por Frederico Diez da transcrição de Varnhagen :

Dizer vos quer'eu ua renen Señor
Que sempre bem quige, or sachaz...
Y a min qu'oje soy votr'om'elige»

Que êle «atropelara esta versão de Stuart, mais próxima da forma verdadeira.

Dizervos quer'eu ua renen, senhor
Que sempre bem quige or sachaz ue ro
Ya men que ie soy votr'ome lige» (94).

O que mais irritou, porém, o historiador brasileiro foi a insistência sádica com que o enfatuado açoriano tripudiava sobre o

(91) *Idem*, pág. 209.

(92) *Idem*, págs. 103-105.

(93) *Idem*, pág. 93.

(94) *Idem*, pág. 149. Varnhagen confessa, aliás, não haver entendido esta passagem (*Trovas e Cantares*, págs. 350-351).

seu lapso dos primeiros tempos. A nobre confissão por parte d'ele, do engano em que incidira, deveria prontamente desarmar a quem apenas tivesse em mira fazer critica honesta e não verrina de foliculário, tanto mais que a obra de Teófilo Braga formigava de erros e descuidos muito mais graves que os de Varnhagen (95), e com a agravante de terem sido cometidos já depois dêsse campo da erudição se achar bastante desbravado pelos pioneiros de tais estudos: Vejamos em que têrmos Braga falava do sorocabano:

«Esta série de hipóteses [relativas aos amores do Conde de Barcelos] formadas pela irreverência com que Varnhagen tratava o texto do Cancioneiro da Ajuda, levou-o a transpor os limites da critica e a precipitar-se no campo do romance histórico. A sua boa fé sempre superior ao seu bom senso, levou-o a confessar isto com tôda a ingenuidade: «De tal modo achamos curioso e cheio de poesia os fatos que assim se nos apresentam, que julgando a combinação dêles um verdadeiro romance histórico, nos propusemos a escrevê-lo com a singeleza e naturalidade que pudemos...»

«Duas eram as canções que mais fortaleciam Varnhagen na crença do seu primeiro romance. A canção 244 citava Barcelos e Faria; é possível que esta canção, bem como a nº 246 pertençam ao Conde de Barcelos, mas, ainda assim, não se prestam a induções tão amplas» (96).

Transcreve a canção e continua:

«A canção 246 tornava-se mais difícil a Varnhagen de a poder conciliar com os amores da rainha Dona Maria, por que o trovador chama a sua dama «filha de Maria».

Transcreve a canção e conclui:

«A verdadeira importância do Conde de Barcelos consiste em atribuir-se-lhe a compilação de um grande cancioneiro das trovas dos fidalgos portugueses; crê-se isto porque a letra do Cancioneiro da Ajuda é a mesma do Nobiliário. Diz Varnhagen nas Novas páginas: «Não era muito que o conde, avesado ao ofício de compilador, o exercesse também com respeito às trovas alheias cantadas não só em Portugal como nas outras côrtes de Espanha, dando-se apenas ao trabalho de acomodar ao seu canto e música as que não tinham côr local estrangeira, como tantas que há no Cancioneiro da Vaticana, ou lhe convinham para fazer suas declarações amorosas» (97).

(95) Veja-se no fim a nota nº 130.

(96) *Trovadores Galecio-Portugueses*, págs. 221-222.

(97) *Idem*, págs. 223-224.

O empenho principal de Teófilo Braga não era mostrar o equívoco de Varnhagen na atribuição ao Conde de Barcelos das *Trovas e Cantares*, já reconhecido por êste, mas fazer avultar perante os leitores a *imperdoabilidade* dessa atribuição em face da doutrina contida em livros publicados antes de 1849, e que o editor não lera atentamente :

«O *Cancioneiro da Ajuda* não tem as poesias assinadas; mas êste acidente fortuito fêz com que Frederico Diez, em 1830, e João Pedro Ribeiro, que o viu em 1836, o julgassem de um só autor. Bellermann suspeitou que seria o Livro das Cantigas do Conde de Barcelos, por se mencionar em uma canção a permanência em Barcelos. Francisco Adolfo de Varnhagen, levado por essas autoridades, *baralhou as canções em uma ordem arbitrária*, e pelo fato de andar o *Cancioneiro* junto ao *Nobiliário*, deu como certa a hipótese. No entanto, *já em 1847, dois anos antes da edição de Varnhagen*, Caetano Lopes de Moura, publicando o *Cancioneiro de D. Diniz*, provara que na Coleção do Vaticano existiam canções assinadas por trovadores, *as quais andavam anônimas no Cancioneiro da Ajuda*. Citando o nome de João Vaz, diz : «é o autor das trovas que se encontram à pág. 90 do *Cancioneiro do Colégio dos Nobres*; e que começam pelo seguinte verso : «Muito ando triste no meu coração». Esta canção acha-se na edição de Varnhagen com o número 272. Transcreve as trovas, e depois comenta :

«À vista dêste fato, descoberto em 1847, como pôde Varnhagen vir em 1849 explicar a paixão imaginária do Conde de Barcelos, pela sua sobrinha com uma canção bem conhecida de João Vaz?» (98).

Noutra passagem volta mais uma vez a insistir no caso. Não é impossível, aliás, que êste martelar irritante na mesma tecla decorresse também dos métodos defeituosíssimos de composição do literato açoriano, para quem a clareza na seqüência das matérias e a ordem na maneira de tratá-las eram qualidades desconhecidas. São comuns em sua extensa bibliografia as redundâncias de exposição, isto é, a prática de voltar a ocupar-se, com muitas páginas de permeio, de assunto já anteriormente explorado no mesmo livro. Tem-se a impressão de que, assoberbado com a abundância de matéria livresca de que queria exibir de uma só vez o conhecimento, via-se forçado a pular atarantado de um assunto para o outro. Preocupado também, em publicar muitos livros em pouco tempo, não se dava ao trabalho de refundi-los depois de escritos de um jato. Por êste ou outro motivo qualquer,

(98) *Idem*, págs. 95-96.

o fato é que às páginas 226-227 fez novamente girar a manivela do realejo :

«À medida que Varnhagen foi confrontando o códice de Espanha com o *Cancioneiro da Ajuda*, para de logo conheceu o êrro de havê-lo atribuído ao Conde de Barcelos, e caracterizado como o *Livro das Cantigas*. Mas não era preciso êste recurso extraordinário e único, que êle tem tido de examinar o códice da Vaticana e de confrontá-lo também com o de Espanha para, antes das suas retratações, se concluir que existiam muitos trovadores anônimos na coleção da Ajuda, — e que o *Código* não era inteiramente de um só autor, e muito menos o Conde de Barcelos» (99), concluindo, por fim, em tom afetadamente benévolo, que deveria levar ao último grau a irritação do escritor criticado:

«Esta questão ficou morta desde que o próprio Varnhagen veio, com tôda a boa fé, declarar que se enganara, e restabelecer a verdade dos fatos» (100).

* * *

O nosso compatriota não era homem a quem se pudesse chamar de «acumulador de desconcertos históricos», «atropelador de textos, que tratava com a maior irreverência», e «pessoa em quem sempre a boa fé superava o bom senso», qualificações tôdas que equivaliam a dar-lhe o diploma de fraco de inteligência e discernimento, — sem que o agressor se visse logo em face de um pronto e enérgico revide.

Êste chegou por meio de um folheto de 24 páginas, impresso em Viena com a data de 2 de fevereiro do ano seguinte, sob o título de : *Teófilo Braga e os antigos romanceiros de Trovadores : Provarás para se juntarem ao processo*.

* * *

Varnhagen inicia o opúsculo por salientar a falta de generosidade de quem tanto se aproveitara dos seus trabalhos :

«... aproveitando-se, mais do que muito dos nossos trabalhos, e citando-os quase tantas vêzes como de páginas conta o livro, devera ter antes tratado, senão de esquecer, pelo menos de desculpar, — se fôsse mais generoso».

Passa a fazer citação de várias máximas extraídas do *Kempis dos Literatos* :

«Duro é ao homem o confessar o seu êrro: não faças mais cruel esta confissão do teu próximo com as durezas das tuas palavras».

(99) *Idem*, pág. 226.

(100) *Idem*, pág. 227.

«Rara vez mortificarás a outrem sem haveres faltado à justiça, ou à caridade ou às leis da cortesia».

Para falar em tom de mestre não te basta ser douto, é também necessário que por tal te repute os leitores. Poderás fazê-lo com menos risco se te recomendarem a idade, etc.».

Após relembrar que o erro é partilha da fraca humanidade, e como muitas vezes, partindo-se de uma hipótese errada, se chega a descobrir a verdade e a fazer progredir os conhecimentos humanos, o censurado faz o elogio dos escritores conscienciosos, entre os quais com garbo se incluía, dotados de suficiente probidade para, com quebra do natural amor próprio, publicarem seus enganos.

Chama a atenção do antagonista para a constante retificação dos erros anteriormente dados à publicidade, que Alexandre de Humboldt ia fazendo, à medida que imprimia a *História Geográfica do Novo Continente*, e isto muitas vezes sem que houvesse aparecido nenhum documento, mas por haver advertido em certa frase de *algum livro já impresso* antes, que não lera, ou a que não dera a devida importância.

Não concorda com o conceito do seu crítico, de que no errar se manifeste a *falta de bom senso*. Maior falta de bom senso é não perdoar aos que erram ou julgar-se infalível. *Humanum est errare, diabolium perseverare*. E faz com admirável senso profético a previsão dos inumeráveis erros em que o petulante açorianiano haveria de incorrer, apesar de haver nascido mais tarde e ter encontrado o campo dos estudos de história literária já um tanto desbravado, erros êsses, acrescentamos por nossa conta, em que a parte atribuível à ignorância não era, de forma alguma, inferior à devida a idéias preconcebidas ou à falta de atenção em interpretar aquilo que lera.

Feito êste intróito, passa a defender-se das críticas e impugnações de Teófilo Braga :

Não *atropelara* os versos do estribilho da canção 140, que supusera de início escritas no idioma provençal. Cândidamente confessava não ter entendido o verso

...or sachaz ue ro.

Logo, porém, que Frederico Dietz, a quem considerava a primeira autoridade nestas matérias, garantia que os versos estavam em provençal, e que deveriam ser lidos

Dizer-vus quer'eu ra ren,
Señor, que sempre bem quige,
Or sachaz vero yamen
que ie soy votr' ome lige,

apressara-se a comunicar ao público a retificação. Quem visse Teófilo Braga a pontificar sôbre a matéria (pág. 149) julgaria que o censor também teria sido capaz de descobrir o sentido obscuro dos versos em provençal, quando a descoberta fôra tão sômente de Dietz, guiado em suas conjecturas, quicá, pelas suspeitas dêle Varnhagen. Braga apenas se fizera o porta voz da última lição que tinham adotado seus predecessores no estudo da matéria.

Stuart nada *atropelara*, é verdade, porque jamais fizera o menor esforço para interpretar o texto do venerando Cancioneiro. Tampouco era justa a acusação que Braga lhe levantara, de haver *baralhado* (pág. 95) as trovas do cancionero atribuído ao Conde de Barcelos, pondo-as numa disposição arbitraria. Mais *baralhadas* estavam elas no próprio códice original, e da maneira pela qual as imprimira Stuart. Transcreve a seguir as páginas XI a XIII da *Introdução*, nas quais mostra ter-se absterido, como editor, «de dar uma ordem arbitraria às cantigas», tentando tão sômente dispor os cadernos delas segundo lhe parecera mais natural, o que era coisa muito diferente de *baralhar com irreverência* as poesias do códice, como lh'o increpara Braga.

Quantos progressos não se haviam feito, exclama o nosso compatriota num assomo de justo orgulho, graças às chamadas *irreverências* da sua edição, que nunca teriam tido lugar se o Cancioneiro apenas continuasse a ser conhecido pelo texto do inglês! Apresentara os versos destacados, os estribilhos marcados, as canções separadas uma das outras, e acrescentara quarenta e duas canções, aproveitadas das fôlhas encontradas pelo Sr. Rivara em Évora, além de umas sete extraídas das fôlhas coladas às pastas como guardas, e que em grande parte conseguira recuperar mediante o auxílio de um espelho, por terem ficado repintadas as pastas de madeira, deixando em branco o pergaminho.

Braga não entendera bem o que êle dissera a respeito das idades relativas dos dois códices, o de Roma e o de Madrid: que esta última cópia fôra manifestamente tirada da primeira não poderia duvidar. Não obstante, o códice romano era devido à pena de qualquer copista italiano do século XVI, e fôra feito o traslado de algum manuscrito mais antigo; e também, *muito embora fôsse de maior antiguidade a escrita do códice da Ajuda*, parte, pelo menos, do *original* que servira para o da Vaticana deveria ser de data anterior, uma vez que êle já era, em si mesmo, o produto da reunião de vários cancioneros menores. Ia daí muita diferença a dizer-se, como Braga lhe pusera na bôca, que «o códice de Roma era mais moderno que o madrilenho» (pág. 191).

Mais comedido que o crítico português não o taxaria de *irreverente nem de atropelador*. Resumindo suas conclusões:

A cópia de Madrid fôra extraída da de Roma; o original do Cancioneiro Vaticano, ou, ao menos, da parte dêle que traz os nomes dos trovadores, devia ser mais antigo que o códice da Ajuda, pois que, tendo um ajudado a formar o outro, mais natural era supor de maior antigüidade as fôlhas que traziam os nomes dos trovadores, do que as que os não traziam; pois, uma vez perdidos, seria muito mais difícil achá-los e pô-los nos seus lugares. Que o grande cancioneiro, do qual nos restava incompleta a cópia de Roma, fôra uma reunião (101) de vários cancioneiros menores, era uma conjectura sua, ao notar vários sistemas no seu arranjo, e ao verificar, em grupos novos, poesias dos mesmos trovadores já contemplados, repetindo-se às vêzes nesses novos grupos, com variantes, algumas que já se achavam em anteriores.

Braga recaíra na mesma falta que tanto exprobrara ao editor das *Trovas e Cantares*. Simplesmente com as notícias impressas acêrca dêsse cancioneiro, notícias que attribuía, erradamente aliás, a Wolff; sem conhecer as cantigas de *escarnho* (satíricas) supunha-se com cabedal suficiente para compor as biografias dos trovadores, metendo-se dessa forma a fazer novos romances quem tanto lhe censurara haver dado corpo de uma espécie de romance às conjecturas de vários eruditos, de que o conjunto das trovas pertencia a um só poeta.

Varnhagen não via também razão para que Braga considerasse mais viável a atribuição a um português da canção *Non ven al Maio*, que no códice da Vaticana se atribui taxativamente a um rei de Castela e de Leon. Não era também fronteira a campanha onde fôra o rei de Castela (Afonso X ou XI), e não poderia qualquer dêsses reis iniciar em maio a campanha, se êsse era o costume do tempo?

As inexatidões, em consequência de leituras apressadas e mal interpretadas, pululavam no livro do crítico português. Entre elas estava a sua afirmativa (pág. 192) de que Wolff *analisara* o códice da Vaticana e dêle extraíra o nome de todos os trovadores portugueses que aí se achavam, e que o seu trabalho, «na impossibilidade de ler as mil trovas de que se compunha o cancioneiro, era o bastante para formar as biografias dêsses trovadores».

Wolff jamais vira nem analisara o códice de Roma, nem disso se gabara. Pelo contrário, tinha declarado à pág. 701 do seu livro, citada por Braga, que a lista dos poetas por êle publicada em 1859 com muitos erros, devera-a ao Dr. Tobler, que

(101) A descoberta em 1878 do cancioneiro Colocci-Brancuti, muito mais rico que os dos anteriormente conhecidos, veio confirmar as induções de Varnhagen.

achando-se em Roma, lh'a copiara, designando-lhe o códice pelo número (4.803), que conhecia pelas indicações de Moura e dêle Varnhagen. Braga, porém, mimoseara a Wolff com o fruto do trabalho de classificação das cantigas feito por êle Varnhagen, sem mencionar-lhe o nome, como era de justiça. O único meio de dar para essa falta uma explicação honrosa para o caráter do crítico português, era admitir que o idioma alemão não lhe era tão familiar como pretendia fazer crer a seus leitores.

Fôra além, o crítico. Não contente em creditar a Wolff glórias imerecidas, acrescentara que fôra êle (pág. 338) quem descobrira as poesias da Vaticana, quando o austríaco jamais se gabara de havê-lo feito, e tão sômente de «haver tomado parte indireta nesse descobrimento». Depois de pesquisas infrutíferas feitas a seu pedido pelo eslavista Kopitar, um franciscano dera informações acêrca do códice 4.803 ao Visconde de Carreira informações das quais resultara a edição do *Cancioneiro de D. Diniz* por Lopes de Moura.

Era tal a leviandade e a inconseqüência com que escrevia o seu censor, que afirmara à pág. 296 que a crônica *Os Nove da Fama* tinha chegado a ser traduzida em português. Bastar-lhe-ia, no entanto, recorrer ao 1º vol. do *Dicionário de Inocência* para verificar que a edição dos *Nove da Fama* por Germão Galharde, em 1530, não se fizera em português, mas em castelhano. Braga, contudo, poderia continuar cantando a *palinódia* que nenhum literato de bom senso lh'o levaria a mal.

Protestando defender-se apenas, e não desejar provocar novas lutas, e assegurando que, se o crítico lhe fizesse justiça, o deixaria em paz, Varnhagen encerrou o seu opúsculo.

* * *

Exatamente um mês antes da saída dos *Provarás* Varnhagen dera a lume o seu estudo sôbre a *Literatura dos Livros de Cavalaria*, que levantou enorme celeuma nos meios críticos portugueses, em que «pontificava» a dupla Teófilo Braga-Adolfo Coelho.

Na carta-prólogo havia êste período, onde não seria difícil a Teófilo Braga perceber qual o *santo* visado :

«V. bem sabe que não sou eu dos que escrevem sem ter que dizer de novo, e menos ainda sou do número dos fazedores de livros, com os pensamentos dos outros, a maior parte das vêzes sem os citar. A êste respeito tratarei de certo ajuste de contas em melhor ocasião» (102).

(102) O opúsculo que acabamos de compendiar no parágrafo anterior tem sido geralmente considerado como o referido *ajuste de contas*, mas Varnhagen diz expressamente que não o é em nota à pág. 2 dos *Provarás*.

Vem agora a propósito uma pergunta. Qual o motivo que teria levado Varnhagen a interessar-se pelos romances de Cavalaria, gênero literário tão diverso das matérias que sempre constituíram os assuntos prediletos de suas locubrações?

A psico-análise responderá cabalmente a essa interrogação. Escorraçado, em vista da índole prática e utilitarista do século em que vivia, do campo das realidades objetivas, para as contemplações retrospectivas, procurou Varnhagen uma compensação embebendo-se nos temas literários em que o sentimento guerreiro e cavalheiresco de sua raça se pudesse expandir com deleite. É preciso têmos sempre presente que a literatura de cavalaria, a um tempo heróica e ingênua, foi a forma literária que encarnou a reação da aristocracia feudal, ferida em seus mais sagrados direitos, contra as tendências unificadoras e niveladoras que a realeza, nos países do ocidente europeu, ia imprimindo à organização dos Estados, sob o influxo e com a colaboração direta dos jurisconsultos saídos das universidades italianas, principalmente de Bolonha e Pávia.

A êsse estado de sonho e de exaltação individualista, clima propício à expansão dos instintos aristocráticos, se contrapunha literariamente o espírito burguês, oriundo do ceticismo, da mediocridade, do gosto do conforto, e do bom senso terra a terra, dos quais a comédia de costumes e o gênero satírico na prosa e na poesia constituem respectivamente as mais características manifestações, assim como a epopéia e o romance de cavalaria o são da alma aristocrática. Ninguém melhor do que Cervantes soube encontrar a expressão cabal e definitiva de ambos os estados de espírito ao antropomorfizá-las nas figuras de Dom Quixote e de Sancho Pança.

Quem lê qualquer novela de cavalaria depara a cada passo, como que num constante desafio à mediocridade burguesa, com essa moral heróica e individualista das raças nobres, que não reconhece outro freio para os impulsos de sua personalidade além dos nascidos de uma consciência íntegra e da fidelidade à palavra empenhada. Timbram sempre os heróis da cavalaria em mostrar que ela constitui para a ordem jurídica e social uma garantia mais forte que tôdas as sanções dos códigos nas sociedades animadas pelo espírito mercantil e burguês, onde o farisaísmo dos leguleios chicanistas, apegando-se sempre à letra das leis para melhor poder sofismar o seu espírito, consegue encontrar buracos e escapatórias para fugir ao cumprimento das cláusulas contratuais, até na trama da mais acautelada legislação.

Pode-se interpretar tendenciosamente, isto é, torcer o sentido de um texto legal, nunca, porém, iludir uma disposição sem o menor apoio em texto escrito, mas firmada indelével e insofismavelmente em usos e costumes conservados pela tradição. Haja

visto que entre as nações de cultura nórdica, onde predomina o tipo da legislação consuetudinária, é muito maior a lisura e a boa fé nas transações comerciais e outras, do que nos procedimentos do meio-dia europeu, onde a influência do farisaísmo semítico, com as suas exigências de leis com o prêto no branco, aninhando em cada alínea ou parágrafo um sofisma ou subterfúgio legal, se tem feito sentir muito mais fortemente, desde os tempos da decadência romana.

Abramos, por exemplo, o romance de *Amadis de Gaula* na bellissima versão de Afonso Lopes Vieira, e veremos os traços de moral individualista a se destacarem logo no primeiro plano. Já num dos episódios iniciais o rei Perion de Gaula conquista Elisena, filha do rei Garrinter da Pequena Bretanha, que se lhe entrega sem reservas, confiante unicamente na sua palavra de cavaleiro. Darioleta, dama de companhia da Elisena, e sua confidente, exige, para facilitar o encontro de Perion com sua ama, que o rei jure pela ordem de Cavalaria, a que serve, que a tomará a seu tempo por mulher, sem o que não a lograria. Perion satisfaz o juramento sôbre a cruz da sua espada, e sem mais formalidades possuiu a mulher amada. Estava prêso pela palavra de cavaleiro, e esta valia mais que a assinatura de um contrato nupcial com notário público e testemunhas. Mais tarde, fiel a seus compromissos, Perion desposou Elisena. Dessa união nasceu Amadis, a fina flor da Cavalaria.

Outro exemplo ainda mais característico do valor da palavra empenhada, pôsto em plano superior ao de uma moral *coletiva*, digamos assim, encontramos mais além na mesma novela.

Um mágico e feiticeiro; Arcalaus, apresentara ao Rei Lisuarte e sua mulher, pais de Oriana, a Sem-Par, uma magnífica coroa e um não menos rico manto, todo bordado de pedras preciosas, e incitou-os a que comparecessem, exibindo-os, às côrtes que se deviam reunir em Londres, dentro de pouco tempo.

«Senhor», disse o mágico traidor «não sei eu quanto valem êstes dons, nem tenho tempo para me agora deter. Mas levai-os às côrtes de Londres, que êles vos darão mor alteza. Basta-me a vossa palavra, cujo preço, Senhor, se conhece. E por isto me dareis o que eu lá pedir, ou, não me querendo dar, a coroa, e o manto me restituireis».

Sucede, porém, que ambas as jóias eram mágicas, e embora o soberano as trouxesse muito bem guardadas, desapareceram da arca em que estavam, sem que as fechaduras houvessem sido forçadas. Quando o mágico foi saber da decisão real a respeito, Lisuarte, na impossibilidade de restituí-las, prometeu pagar sem regatear o seu preço em dinheiro de contado.

O traidor, que obtivera o empenho da palavra real, colocou o seu devedor no terrível dilema : ou restituiria o manto e a coroa, o que era impossível, ou lhe entregaria sua filha Oriana.

Se Lisuarte, em vez de um rei de cavalaria, fiel ao código da honra individualista, fôsse algum *apóstolo* do moderno socialismo democrático, em cujo nome é sempre possível fugir ao cumprimento de contratos solenes assumidos livremente e sem dolo, bastando tão somente invocar as superiores razões de *ordem e justiça social*, magnífica porta aberta para o regime do calote, não lhe faltariam razões, e boas, para fugir às pontas do dilema. Poderia alegar que sua palavra fôra dada de boa fé, mas que estava disposto a indenizar o mercador de qualquer outra maneira. Apelaria para o arbitramento. Teria o recurso de alegar que o seu compromisso era nulo nas conseqüências respeitantes a terceiros, no caso sua filha Oriana, que não poderia obrigar e coagir a unir-se com quem lhe repugnava; diria que os direitos decorrentes da *dignidade de uma criatura humana e livre* são imprescritíveis, e estavam acima de quaisquer juramentos levemente feitos, etc., etc.

Em vez disso o soberano, com o coração de pai sangrando de dor, não pensou sequer em furtar-se ao sacrifício que lhe impunha a fidelidade à palavra empenhada. Os motivos com que justificou a entrega de Oriana são o mais sublime tributo pago ao código de honra da cavalaria :

«Amigo, de mais me pedis ! Mas antes eu perca a filha que a palavra. Porque, perdendo a filha, perco o que a mim e a mais alguns custa e dói; porém, perdendo a palavra, a todos faria dano, dando exemplo com que ninguém de ora avante respeitasse as leis da honra.

E, mostrando-lhe Oriana, que desfaleceu, el-rei disse a Arcalano :

«Eis o preço que requereis, podeis levá-la» (103).

Creemos que as considerações que acabamos de fazer a propósito da literatura de cavalaria, e dos motivos que certamente atuaram no ânimo de Varnhagen, ao escolher êste assunto para dissertar, quando descansava do trabalho que lhe dera a *História das Lutas*, são suficientes para explicar de modo muito plausível a divergência entre êle e Teófilo Braga; e o fato, doutra forma incompreensível, porque a polêmica tanto se azedou sem uma forte razão aparente que a justificasse.

Nessa discordância de sentimentos e de índole entre T. Braga e Varnhagen residia a chave verdadeira, embora não confessada

(103) O *Romance de Amadis*, págs. 91-103.

por nenhum dos contendores, para a explicação da acrimoniosa polémica que vamos relatar. Varnhagen era monarquista convicto; Braga, republicano — Varnhagen, conservador e áulico; Braga, revolucionário e irreverente — Varnhagen, religioso; Braga, blasonando de ateu e materialista (104) — Varnhagen, de tendências e gostos aristocráticos; Braga, positivista e vulgar até a medula dos ossos. Eram duas naturezas antitéticas que se defrontavam, e para as quais qualquer questiúncula, ainda a mais fútil, atravessada entre ambos, seria suficiente para provocar o início das hostilidades, levando os campeões a quebrarem lanças por motivos de *lana caprina*.

Para Teófilo Braga e Adolfo Coelho que o secundou, havia ainda um motivo de amor próprio nacional em jôgo. Os historiadores literários portugueses não podiam considerar sem uma certa mágua que Caetano Lopes de Moura, Varnhagen e Manuel Odorico Mendes, três brasileiros, tivessem sido os precursores, na nossa língua comum, dos estudos sôbre os cancioneiros medievais e as novelas de cavalaria. Daí a severidade de todo o ponto despropositada com que os referidos críticos increparam a Varnhagen alguns pequenos descuidos e erros inevitáveis em trabalhos dessa natureza.

Teófilo Braga não retrucou aos *Provarás* de Varnhagen rebatendo as suas arguições. Como se sentia encurralado e medido num bêco sem saída, apelou para o recurso habitual dos indivíduos em tal situação: deixar que o assunto caísse no esquecimento do público. Guardou, porém, forte rancor contra quem lhe reduzira a empáfia às justas proporções, e esperou oportunidade para se vingar. Não teve que sofrer a impaciência por muito tempo, visto que já estava em circulação o ensaio sôbre os livros de cavalaria, escrito às pressas, como o próprio autor declarou na carta-prefácio (105), e que lhe oferecia alguns pontos vulneráveis. Diga-se de passagem, porém, que era tal a falta de atenção do pretensioso açoriano, que deixou escapar em sua crítica justamente as afirmações mais audaciosas de Varnhagen, e foi apegar-se a uma questão ainda muito controvertida, onde o autor do estudo teria suficientes recursos para defender sua interpretação histórico-literária. Foi necessário que Adolfo Coelho, tão petulante e grosseiro como Teófilo Braga, porém, algo menos avoado, lhe chamasse a atenção para o assunto, que o próprio Braga já explanara opinando contrariamente ao sorocabano nos

(104) Chamavam-no em Portugal *Theophobo*, por causa de suas doutrinas.

(105) *Da Literatura dos Livros de Cavalarias*, págs. VII-VIII.

Trovadores Galecio-Portuguêses (106). Referimo-nos à autoria dos sonetos em português arcaico escritos por Antônio Ferreira, e que Varnhagen, numa interpretação apressada, mas que depois procurou por amor-próprio defender a todo o transe, atribuíra ao infante D. Afonso, depois rei (D. Afonso IV), e a Vasco de Lobeira. Não antecipemos porém.

* * *

Ainda no primeiro semestre de 1872 fêz Teófilo Braga gemer os prelos com o novo livro *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas* (107). Ai apresentava uma nova interpretação para a vida e os amores do poeta português, que julgava inspirados por D. Joana de Vilhena, dama da Rainha D. Isabel (mulher de D. Manuel), senhora em cujas veias corria sangue real, e que fôra criada em Castela; enquanto que Varnhagen em sua monografia aventava a hipótese de ser a *Aonia* inspiradora nada menos que a Princesa D. Joana, filha dos Reis Católicos, espôsa de Filipe o Belo, e mãe de Carlos V.

Braga explicava a mudança do anagrama de *Narbindel* pelo de *Bimnarder*, que usava o personagem em quem o bucolista se revia autobiografado, pela mudança do objeto da sua paixão :

«Enquanto Bernardim amava *Cruelsia* usava do anagrama de *Narbindel*; mas para ocultar-se nos seus novos amores, mudou de nome, e formou outro anagrama em *Bimnarder*. Varnhagen, em um livro *inepto em todo o sentido*, que se intitula «Da Literatura dos Livros de Cavalaria; estudo breve e consciencioso», não sabendo conciliar o uso dêstes dois anagramas, conclui sem mais argumento para a diversidade de cópia (108). O que há de intencional na formação de *Bimnarder* está revelado pelo próprio novelista : «Mas lembrando-lhe, nisto, que noutro tempo lhe dissera um adivinhador, que quando êle mudasse de vida, seu nome seria para sempre triste, ficou um pouco mais curioso, mas, tornando logo fazer menos conta daquelas coisas como incertas; e contudo não querendo ir de todo contra elas, por outras muitas

(106) Págs. 260-261.

(107) Porto — Imprensa Portuguesa Editora. 1872.

(108) Eis as palavras de Varnhagen:

«Cumpre advertir que algumas pequenas irregularidades se notam nesta novela, que se devem attribuir ou à desordem em que está o manuscrito ou a não haver o autor assistido à sua impressão; tais são, por exemplo, o chamar-se ao mesmo individuo, primeiro *Bimnarder* e depois *Narbindel*; e a outro primeiro *Fileno* e depois *Orphileno*; o considerar viva, na segunda parte, a *Belisa*, amada de *Lamentor*, que na primeira (caps. 8, 9 e 11) deixara morta (págs. 115-116).

que tinha ouvido, *cuidou em trocar as letras do seu nome*». Se nos lembrarmos da profecia de Pierio na Ecloga II, onde se contam os começos do amor da pastora Joana, compreende-se o que significam aqui as palavras do adivinhador. *Bernardim* queria explicar o seu nome novo com a frase galega *Bim' n'arder*: «porque êle era aquêlo que também se fôra arder, e *quis se chamar assim dali em avante* (pág. 67 da *Menina e Moça*). Daqui em diante tôdas as peripécias da Novela são como um comentário das *Eclogas*» (109).

Passa o crítico a desenvolver a explicação de sua teoria, procurando identificar passagens da novela com fatos e episódios históricos conhecidos do reinado de D. Manuel.

A pág. 135 e seguintes volta a insistir em como o sistema de interpretação proposto por Varnhagen não era menos *disparatado* do que a lenda que corria sôbre os amores da Infanta Dona Beatriz, que casara com o Duque de Saboya, e da qual Herculanô se aproveitara para, utilizando uma relação manuscrita da Biblioteca Real, da primeira metade do século XVI (110) «deduzir violentas suspeitas dos amores da Infanta com o poeta». Braga passa a expor o que êle chamou a *extraordinária teoria* de Varnhagen, pela qual, decifrados os anagramas, aparecia Bimnarder apaixonado de certa Joana, irmã de Isabel, mulher de Lamentor. «Se admitirmos — escrevera o nosso historiador — que êste fôsse el-rei D. Manoel, resultariam os amores de Bernardim não com a filha dêste rei, mas sim com uma sua cunhada, D. Joana, a mãe de Carlos V, mulher de Filipe o Belo, e filha (como a Rainha D. Isabel sua irmã) dos reis Católicos».

Note-se que Varnhagen não admitia a hipótese de amores carnaes entre a princesa e o poeta, e tão sômente supunha possível uma paixão platônica inspirada pelo trovador, o que nada tinha de extraordinário no tempo. Êle próprio se encarrega de defender o lustre da memória daquela que seria depois chamada *Joana a Louca* da suspeita da «mais inocente coquetaria, pois era muita a paixão que tinha pelo marido. Acompanhou porventura Bernardim Ribeiro a Dom Álvaro, quando em 1496 passou a Castela a cuidar a possibilidade de pedir o Rei D. Manuel a mão da viúva (Dona Isabel) nora de D. João II? A novela envolve episódios de um Álvaro (Avalor). Falta examinar se a infeliz desterrada de Tordesilhas tinha olhos verdes, tão celebrados pelo poeta; se êsses amores foram reais, ou se, pelo menos, o público chegou a

(109) *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, págs. 107-108.

(110) O manuscrito em questão tratava da ida da infanta para Saboya, onde fôra mal recebida pelos novos vassallos, e tratada com prevenção pelo recente esposo.

acreditá-los, bem poderia isso haver sido a causa do despacho do poeta para governar a fortaleza de Mina em África» (111).

Eis afinal a que se reduzia a disparatada teoria de Varnhagen, tão possível como qualquer outra. Vejamos agora a força dos argumentos contrários do sabichão dos Açores.

«A inanidade desta teoria conclui-se: 1º — por Varnhagen originar os amores de Bernardim com Joana a Doida em 1496, quando ela partira de Laredo para Flandres; ora pela Ecloga II demonstra-se que em 1496 Bernardim Ribeiro saiu da vila do Torrão para vir viver em Lisboa (112). 2º — Como poderia êle acompanhar Dom Álvaro de Portugal em uma embaixada a Castela quando mal contava vinte e um anos (113)? Demais, êsse tipo novelesco de Álvaro (Avalor) nada tem de comum com os amores de Bimnarder, porque só figura na segunda parte da *Menina e Moça*, que é apócrifa e relata outras intrigas muito diferentes (114). 3º — Descobrimo-se pela leitura da primeira parte da *Menina e Moça* que a ação se passa no Alentejo, localizada em Évora, como é que Brimnarder podia amar nos paços de Lamentor uma dama que estava em Flandres, e que, depois de casada em 1496, teve uma estranhável paixão por seu marido? 4º — O governo da fortaleza da Mina andava na família dos Mascarenhas, à qual pertenciam Bernardim Ribeiro e Manuel de Goyos, como acima provamos».

Pela leitura do livro de Varnhagen vê-se que está atrozado na ciência; está como no tempo do *Panorama*; a sua *personalidade* ocupa-o mais do que os problemas literários que ignora, passando por êles com uma superciliosidade de diplomata de uma côrte em que a falta de *senhoria* é mais revoltante do que o compro-

(111) *Da Literatura dos Livros de Cavalarias*, págs. 123 e 125-126.

(112) Sendo exata a interpretação da Ecloga 2ª não há realmente como dar razão a Varnhagen; se bem que ela não o confira à teoria de Teófilo Braga. Quem, porém, garantirá o valor autobiográfico dessa Ecloga? Por outro lado, se na novela *Aonia* é irmã de *Belisa*, como conciliar êste parentesco com a identificação da referida *Aonia* com D. Joana de Vilhena? Se Varnhagen às vêzes se distraía, não seria Teófilo Braga quem estivesse no direito de atirar-lhe a primeira pedra neste particular.

(113) Êste argumento é de arromba! Desde quando foi naquelas priscas eras necessário contar mais de 21 anos de idade para tomar parte em uma embaixada, principalmente quando os títulos e a representação social recomendavam o candidato? Com menos de 20 anos Alexandre de Gusmão, cujo nascimento era inferior ao de Bernardim Ribeiro, acompanhou como secretário o Conde da Ribeira Grande a Paris, quando êste titular lá foi para celebrar pazes entre o seu soberano e S.M. Cristianíssima.

(114) Apesar de apócrifa, esta 2ª parte bem poderia haver sido composta por quem conhecia particularidades da história dos amores do poeta.

meter a verdade (*Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, págs. 135-139).

Até o penúltimo período Teófilo Braga limitou-se a refutar, nem sempre com felicidade, a teoria de Varnhagen; no último, porém, revelou-se nitidamente o ressentimento sub-consciente do *intelectual plebeu e casea-grossa* contra o escritor-diplomata distinto pelo saber, pelo sangue e pelas atitudes. Senão, a que propósito vinham os requintes da côrte de Viena meter-se nessa questão literária como Pilatos no Credo? Não era ao partidário de uma teoria histórico-literária diferente da sua que Braga fazia objeções. Era àquele «caso excepcional de solenidade acadêmica e distinção heraldica» (115), intolerável às vocações plebeizantes, que não podia perdoar.

* * *

Preocupado no momento com importantes estudos sôbre Vesúcio e com o preparo da segunda edição da *História Geral*, em que trabalhava assiduamente, Varnhagen limitou-se a remeter ao *Diário Popular* de Lisboa um revide de homem educado contra as grosserias do petulante crítico. Não se deu, como nos *Provarás*, ao trabalho de dissecar e pulverizar as afirmações levianas e inconseqüentes do antagonista; timbrou em mostrar a distância que o separava do seu caluniador, e foi isto, infelizmente, o motivo pelo qual, julgando-o baldo de argumentos para defender-se, Teófilo Braga e a camarilha por êle chefiada cresceram em audácia nos ataques.

Conhecendo apenas de referência o artigo do *Diário Popular*, jornal de que não se encontra coleção nas bibliotecas do Brasil, apelamos para a nunca desmentida obsequiosidade do Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, a quem muito deve a fatura documental dêste livro. S. Exa. brindou-nos com uma cópia do seu punho remetida de Lisboa, e que a seguir publicamos. O artigo saiu sem título no nº 2.030, de 24 de junho de 1872, e refere-se a Varnhagen na terceira pessoa, mas quem quer que esteja um pouco familiarizado com o estilo do sorocabano, de pronto nêle reconhecerá um produto da sua pena. Reproduzimo-lo na íntegra porque não é muito extenso e se trata de documento totalmente desconhecido aos varnhagenianistas do Brasil.

«Por honra das letras e por espírito de equidade vamos consignar em nossas colunas uma danosa injustiça».

«É sabido como o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, muito conhecido na república das letras, principalmente pela *História*

(115) Expressão de Celso Vieira (*Varnhagen: O Homem e a Obra*, págs. 33-34).

Geral do Brasil, seu país natal, — obra que só redigiu (até 1822) e publicou ao cabo de dezoito anos de estudos e investigações nos arquivos, não só de Portugal, como de Espanha, da Holanda e do Brasil, o que lhe deu entrada em muitas academias e sociedades científicas da Europa e da América, e até lhe grangeou menções honrosas e cartas autógrafas do célebre Barão de Humboldt — tem prosseguido sem trégua dedicado às letras, publicando muitas outras obras. Entre essas avultam: 1º, a que, com a maior abnegação, reabilitou completamente, em um tomo in-folio, a boa fé e a honradez de um navegante (Amerigo Vesputio), cuja memória tem sido injusta e cruelmente caluniada; 2º, a *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, ultimamente publicada».

«Por espiaecer, digamos assim, do trabalho dêste último livro, em que (com o auxilio de muitos documentos portugueses dos arquivos de Haya e de Amsterdam), se apresentam em sua verdadeira luz muitos fatos gloriosos da nossa história, mal apreciados, não só pelo cronista-mor Frei Rafael de Jesus e por Calado, como até pelo Conde de Ericeira, e os escritores modernos, se dedicou o mesmo autor a escrever, nos últimos meses, dois opúsculos, a saber : uma defesa tão curta e cheia de razão, como cortês e moderada, contra certas acusações que lhe dirigiu o Sr. Teófilo Braga a respeito de certos fatos com relação aos antigos romances portugueses, e um *estudo breve* acêrca da literatura dos livros de cavalaria, principalmente em Portugal; dando nêle minuciosas notícias, acompanhadas de um fac-simile *foto-zincografado* do códice português da Tavola Redonda existente em Viena, pugnando, com lucidez e novos argumentos, em favor da nacionalidade portuguesa do Amadiz de Gaula e do Palmeirim de Inglaterra; apurando muitos fatos bibliográficos contestados ou ignorados; e finalmente emitindo, *com a maior reserva*, pela decifração dos anagramas do livro de Bernardim Ribeiro, uma nova idéia a respeito do objeto dos amores do poeta, etc...».

«Qual foi o resultado? O Sr. Braga, desentendendo-se da dita defesa, que se encontra à venda nos livreiros desta capital, e das graves impugnações que nela lhe são feitas, cai com todo o pêso da sua indignação, não tanto contra esta nova idéia, mas contra o seu autor; não duvidando valer-se até do insulto, só próprio a diminuir a razão ainda aos que a têm por si».

«Eis algumas das nobres e cortesias frases com que o illustre candidato à cadeira do curso superior de letras acaba de mimosar o illustre historiador do Brasil. Chama ao seu livro *inepto* (pág. 107); diz-lhe que está *atrazado na ciência* e que ignora os *problemas literários*; e acaba por condenar (págs. 129 e 139) a

fraqueza do cérebro dêste escritor diplomata «de uma côrte em que a falta de senhoria é mais revoltante do que o comprometer a verdade!!!»

«Quem não conhecesse os precedentes, pasmaria ante um tal *especime de critica literária*; porém, conhecendo-os, não verá em tudo senão um fraco desafôgo, que a ninguém poderá fazer mais mal do que ao próprio jovem escritor, que pensou substituir à razão e à própria defesa, a violência do insulto» (116).

* * *

O trabalho de Varnhagen encontrou eco fora dos países de lingua portuguesa. Em Paris ocuparam-se dêle Alfred Morel-Fatio e Gaston Paris.

O primeiro, na revista *România* (117), apreciando criticamente um opúsculo de Teófilo Braga, citou respeitosamente a opinião de Varnhagen sôbre a idade do romance do Marquês de Mântua, diferente da exposta por Garret no seu romanceiro (III, págs. 111 e seguintes). Garret supunha a canção de fins do século XIV ou começos do XV, enquanto o nosso compatriota, sentindo-a pela linguagem bastante posterior a Gil Vicente, arbitrava-lhe fatura posterior a 1619, tanto mais que lhe achava muita semelhança com uma tradução parcial da comédia do mesmo nome de Lope da Vega publicada naquele ano na segunda parte de suas obras teatrais, e que, aliás, tem origem em romances castelhanos (Cfr. págs. 33 e seguintes da obra de Varnhagen). Braga publicara essa canção sob o nome de Baltazar Dias, segundo uma fôlha volante de 1665.

Quanto ao segundo, em artigo assinado com as iniciais G.P., na *Revue Critique d'Histoire et de Litterature* (118), noticiando a aparição da obra de Teófilo Braga *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (Imprensa Portuguesa, 1872), aponta-lhe uma infinidade de erros, falta de crítica, ignorância das fontes estrangeiras, improvisação arbitraria de doutrinas falsas ou mal aventuradas, e até o tomar a sério uma palavra esquisita, procedente de um erro tipográfico ou de cópia... Esta palavra era *Vallemachias*! e Braga, sem entendê-la, reproduziu-a tal qual no seu opúsculo!! Já a tinha, aliás, empregado em *Trovadores Galecio-Portugueses*, págs. 8 e 10-11.

(116) «No fim traz a seguinte indicação: *segue a assinatura* — mas não traz assinatura alguma (anotação do Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima na cópia, com que nos mimoseou, do referido artigo).

(117) *România, recueil trimestrel consacré à l'étude des langues et des littératures romanes, publiée par Paul Meyer et Gaston Paris*, t. I, pág. 132.

(118) 1872, nº 47, pág. 331.

Gaston Paris não lera a obra de Varnhagen. Conhecia-a apenas através das referências de Teófilo Braga, cuja cultura e idoneidade se conhece, tanto que reproduziu o seu apelido germânico como Braga o fazia, com *m* no fim. Isto não impediu que, louvando-se em seu mais que suspeito juízo, inserisse na sua apreciação, com a clássica leviandade gaulesa, o período seguinte :

«Il mérite [Theophilo Braga] à coup sur ce reproche [ignorância das publicações estrangeiras] *beaucoup moins que la plupart de ses compatriotes*, et s'il n'a pas lu les travaux allemands, par exemple, dans leur langue originale, il s'est du moins efforcé de connaître leurs résultats et de se pénétrer de leur esprit...»

Em nota marginal à palavra *compatriotes* exemplificava :

«Par exemple, que M. de Varnhagen [sic], qui a publié récemment à Vienne un petit volume intitulé : *Da Litteratura dos livros de cavallarias, estudo breve e consciencioso*, rémarquable par l'ignorance des livres les plus élémentaires sur ce sujet».

* * *

O revide moderado de Varnhagen no *Diário Popular*, que acima transcrevemos na íntegra, animou Francisco Adolfo Coelho, que formava com Teófilo Braga uma parceria de elogios mútuos, desancando tudo o que não fôsse da autoria dêles, a inserir na *Bibliografia Crítica de História e Literatura* (119) um longo artigo depreciativo da obra do primeiro, não menos irritante pelo tom doutoral e descortez do que as referências de Braga, porém, — manda o respeito à verdade que se diga — muito melhor documentado.

Começa a descalçadeira por declarar que o livro de Varnhagen somente na brevidade correspondia ao que o título anunciava. As novidades eram escassas, e salvo uma ou outra notícia bibliográfica mais circunstanciada, o que apresentava como novidade era apenas hipótese sem fundamento, como a interpretação das passagens da *Menina e Moça*. Neste ponto o articulista aproveita a oportunidade para fazer em nota uma barretada ao primeiro Braga.

A respeito dos romances do ciclo carolíngio e da *Tavola Rotonda* o que dizia era *muito menos do que elementar*, mostrando ignorar a existência da cantilena germânica, que serviu de ponto de partida para as *chansons de geste*, e supondo a estas últimas nascidas espontaneamente, sem precedentes (pág. 31 de Varnhagen).

(119) *Porto, 1873* — fascículo I, págs. 23-28.

Julgava o escritor brasileiro também, que o conhecimento em Portugal dos romances do ciclo da *Tavola Redonda* remontassem à época de D. João I (pág. 25), quando era muito anterior, e já el-rei D. Diniz, em seu cancionero restabelecido por F. Wolff mostrara, por certas alusões, ter dêles notícia.

O Sr. Varnhagen não dizia palavra a respeito dos romances portuguezes que se ligavam aos dois ciclos, assunto em que «o capítulo V das *Epopéas da raça mosarabe* do Sr. Teófilo Braga poderia, sem dúvida, elucidá-lo a respeito». Ignorando-os completamente, limitara-se a dizer que os portuguezes se contentavam com ler e reler a famosa *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França* (págs. 32 e seguintes).

Sobre os romances do ciclo dos Amadizes nada acrescentava ao que se sabia por intermédio de Walter Scott, Alexandre Herkulano, Baret, Gayangos, etc. Ignorava muitos fatos já trazidos à luz. Nem uma palavra dizia acêrca do *Amadis e Idoine* ou do *Sir Amadace* inglês. Supunha que o *Amadis* peninsular fôra criado de um jato e mimoseava com as honras da invenção a Vasco de Lobeira. Mostrando-se completamente alheio a questões de literatura comparada, não reconhecera a absoluta impossibilidade, já demonstrada, da origem portugueza do *Amadis*, e que a única questão a tratar com interesse para a literatura peninsular restringia-se a saber «se a primeira redação em prosa da novela sobre as aventuras e amores de Amadis fôra feita em Portugal por um Vasco de Lobeira sobre materiais estrangeiros».

O sumo-pontífice da crítica portugueza, diga-se aqui de passagem, revelou com esta tirada professoral a ignorância em que estava da existência de um suplemento ao livro da *Literatura das Cavalarias*, denominado *O Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda e a edição «Triunfos de Sagramor»* (Viena, 2 de abril de 1872), onde, em P. S. (págs. 25-26), o historiador brasileiro revelou ter conhecimento do romance antigo de *Idoine e Amadas*.

«Aproveitaremos do ensejo que nos oferece a impressão destas páginas, para com elas publicarmos alguns retoques e novas erratas ao opúsculo de Cavalarias, e seja-nos permitido fazê-los preceder dos esclarecimentos seguintes :

1º — Advogando pela nacionalidade portugueza do Amadiz, novela de cavalarias, não pretendemos negar que Lobeira não se inspirasse com a leitura de algumas lendas ou romances antigos, incluindo o famoso da bela *Idoine e de Amadas*, composição citada no romance de Emare, nos *Donnez des Amanz* (Franc. Michel, *Tristam*, I, lxvi e cxix), e até no *fabliau* de Gautier d'Aupais, que temos presente (Ed. de Legrand, de 1779, vol. 3º, pág. 27), etc.»

Passa G. Coelho em seguida a estranhar que Varnhagen ainda teimasse em atribuir a D. Afonso IV e a Vasco de Lobeira os dois sonetos encontrados entre as obras de Antônio Ferreira, e que o filho dêste assegurava terem sido compostos por seu pai «na linguagem que se costumava neste Reino no tempo d'el-Rei D. Diniz, que era a mesma em que foi composta a história de Amadis de Gaula por Vasco de Lobeira, natural da cidade do Pôrto, cujo original anda na casa de Aveiro. Divulgaram-se em nome do infante D. Afonso, filho primogênito del Rei D. Diniz, por quam mal este príncipe recebera (como se vê da mesma história) ser a formosa Briolanja em seus amores tão mal tratada» (120).

Aos argumentos do brasileiro, de que nos tempos de Ferreira ainda não se tinham feito estudos da poesia antiga que o habilitassem a fazer imitações dêsse tipo, e de que o poeta quinhentista não tinha oráculo que lhe inspirasse a resposta de Lobeira a D. Afonso (págs. 62 e seguintes), responde :

«Quase não vale a pena responder a argumentos tão falhos de crítica. Ferreira não tinha por certo grande conhecimento da antiga poesia portuguesa, aliás não escolheria uma forma absolutamente estranha às formas provençais dessa poesia, o soneto italiano de quatorze versos endecassilabos, de que em Portugal só se teve conhecimento no século XVI (121), quando a poesia italiana começou a ser imitada entre nós. Bastava a Ferreira para fazer os seus sonetos ter algum estudo do português antigo; e êste não estamos autorizados a negar-lho, tanto mais quanto a notícia dada pelo seu filho leva a crer que êle lesse o *Amadis* na

(120) Teófilo Braga já tratara dêste ponto nos *Trovadores Galego-Portuguêses*, 1871 (págs. 260-262) com opinião idêntica à de Adolfo Coelho quanto à autoria dos sonetos incluídos nos *Poemas Lusitanos*, embora reconhecesse que «a forma de Soneto [cuja introdução em Portugal, por influência italiana, era geralmente atribuída a Sá de Miranda e os de sua escola] era já usada pelos trovadores valencianos e pelo poeta Bartolomeu Zentil». Esqueceu-se porém, de aludir à matéria em *Bernardim Ribeiro e os bucolistas* (ao menos em nota marginal, visto que o assunto ficava fora do tema do livro), e só um ano depois é que Adolfo Coelho lhe chamou a atenção para êste ponto.

Varnhagen desde os tempos da mocidade era contrário à teoria que fazia dependente a introdução na poesia portuguesa dos metros decassilabos, da influência exercida pelos poetas italianos sobre os portugueses, que se educaram e viajaram pela Itália nos tempos de D. Manuel e, principalmente, D. João III. Veja-se a respeito o segundo artigo dos dois que escreveu no *O Panorama*, sobre Sá de Miranda (tomo V, 1841, pág. 278).

(121) Neste ponto discordava do parceiro Braga, que admitia a composição de sonetos já ao tempo de Afonso IV, por trovadores valencianos e o poeta Bartolomeu Zentil. V. nota anterior.

redação de Lobeira, por certo o mais vasto monumento imediato aos nossos primeiros *Cancioneiros*».

A resposta de Lobeira não carecia de ser inspirada por nenhum oráculo. O fato de nela figurarem alusões mitológicas ao Amor com suas setas bastava para demonstrar-lhe a fatura renascentista, inspirada pelos modelos clássicos, pois imagens semelhantes não se encontravam em nenhum escritor medieval português do período em que estava em voga a escola provençal. Pelo contrário, seria naturalíssima num escritor do século XVI.

Passa depois a demonstrar que as chamadas *correções* de Varnhagen, em vez de restabelecerem uma lição primitiva que nunca existiu, apenas demonstravam «*ignorância de certas particularidades* do português antigo, e *estropiavam* em geral o texto de Ferreira».

Tratara a palavra *endoadado* como adjetivo em vez de expressão adverbial que era, significando *debalde*. A métrica do verso tampouco exigia que se mudasse *non* em *no*. Os poetas do século XVI, cujas praxes Varnhagen mostrava desconhecer, viam em *endoadado*, três ou quatro sílabas, à vontade. Onde Ferreira usara com todo o fundamento de *mais* (conjunção) forma usada constantemente nos séculos XIII e XIV, substituíra pela forma moderna da adversativa (*mas*). Aponta-lhe ainda algumas correções infelizes. Só duas ou três eram exatas, mas nada provavam em favor da hipótese de Varnhagen.

Não menos *infeliz* que essas emendas era a etimologia de *Amadis*, pois desconhecia a existência do nome de *Amadis* no romance francês e de *Amadace* no inglês.

O § VIII, que tratava das famílias dos *Clarians* e *Palmeirins* nada adiantava sobre a matéria.

Passando a discutir a teoria de Varnhagen para explicar a significação autobiográfica de Bernardim Ribeiro na *Menina e Moça*, transcreve os argumentos expostos por Teófilo Braga no livro *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, que acima desenvolvemos; prometendo examinar o pêso desses argumentos quando examinasse o livro do compatriota.

Em seguida exprime sua admiração pelo fato de Varnhagen, que residia em Viena e tinha «relações com um lingüista tão profundo como Mussafia, e até correspondência com Diez», se conservasse tão ignorante das questões de lingüística, que, depois de apresentar a suposição de terem sido o português e o castelhano primitivamente a mesma língua, explicasse a evolução gutural da fonética castelhana pela influência da cultura arábica, enquanto que a língua de Portugal, ou por se acharem os habitantes do país em contato com mouros mais rudes e dos quais

menos teriam que servir-se, por isso que também estavam mais incultos; ou por intolerância racial — conservaram sua pronúncia mais estacionária. Expõe os argumentos lingüísticos apresentados por Varnhagen para documentar a arabização da pronúncia castelhana e a asiaticização da portuguesa no século XVI por influência das viagens ao Oriente, e conclui o artigo :

«Se dissermos ao Sr. Varnhagen que da forma *fillo* — filho (ll castelhano = lh português) era absolutamente impossível que viesse a forma *fiijo*, mas que elas são paralelas e provenientes da fundamental *filjo*; que o *j* castelhano não é um som árabe, mas sim um som que no castelhano se foi desenvolvendo orgânicamente do *j* palatal; que a importação do ditongo nasal *ão* da Índia é uma coisa perfeitamente absurda, e que êsse ditongo existia já no mais antigo português, onde tinha nascido duma desinência latina em *ano*, e que foi por meio de intermediários que a desinência em *om* = lat. *one* se mudou em *ão*, êle por certo não nos compreenderá, nem aceitará a demonstração dêsses princípios. Limitamo-nos, pois, a estas indicações. Os escritores peninsulares têm grande mania de atribuírem ao árabe uma influência sobre a língua espanhola que nunca se provou; essa mania tem-se propagado a escritores de outros países, e nós não temos senão que lastimar que o Sr. Varnhagen se ache afetado dela em um tão alto grau; teria feito bem em consultar a êste respeito o ilustre *Musafia* ou o venerando *Frederico Diez*, cuja opinião o teriam porventura livrado de escrever aquelas páginas infelizes».

* * *

Estimulado pela crítica severa e deprimente que o amigo Adolfo Coelho fizera à obra de Varnhagen, Teófilo Braga voltou à carga, no mesmo ano, no livro *História das Novelas Portuguezas de Cavalaria — Formação do Amadis de Gaula* (122).

Importa aqui notar uma particularidade que em nada abona o caráter de Braga. Quando se sentia acuado sem defesa, não se retratava, deixava sem resposta a arguição do adversário; ou então, servia-se da emenda e corrigia o descuido, mas sem fazer menção do nome do corretor. Vimos já como deixara sem resposta os *Provarás de Varnhagen*, e em lugar de defender-se ou de confessar seus descuidos, preferira contra-atacar vomitando improperios contra quem acabava de infligir-lhe tão dura lição.

Neste último livro temos a prova de como para alguma coisa lhe valeu a réplica de Varnhagen. Braga escrevera nos *Trova-dores Galecio-Portuguezes* (pág. 296), que o livro dos *Nove da*

(122) *Porto. Imprensa Portuguesa-Editora*, 1873. A crítica vem à pág. 208.

Fama, traduzido por Antônio Rodrigues, juntamente com a vida de Bertrand du Guesclin, *chegara a ser traduzida em português no século XVI*, e isto, apesar de dar o título em castelhano, guiando-se tão somente por Francisque Michel. Varnhagen mostrou o descuido, no qual, contudo, *não descobria falta de bom senso*, e aconselhou-o a consultar o 1º volume do *Dicionário de Inocêncio*, impresso há quatorze anos, para convencer-se de que a edição de Galharde de 1530 fôra em língua castelhana (*Provarás*, págs. 22-23). Pois bem, à pág. 244, nota, da *História das Novelas de Cavalaria*, Braga corrigiu o êrro, mas debalde procuraremos o nome daquele a quem devia a emenda.

O crítico voltou a tratar dos sonetos de Ferreira que o sorocabano atribuiu a D. Afonso e Vasco de Lobeira, em uma larga nota, à pág. 208, tripudiando deselegantemente sobre o adversário, que julgava incapaz de defender-se:

«O Sr. F. A. de Varnhagen, destituído de todo o senso de história literária, ainda em 1872, em um magro 8º sobre a *Literatura dos Livros de Cavalarias*, afirma que êsses dois sonetos foram escritos por El-Rei D. Afonso IV com argumentos desta fôrça: «— Reproduz os argumentos de Varnhagen, resumidos e contestados no artigo de Adolfo Coelho, e continua:

«O Sr. Varnhagen supõe que a coleção dos versos de Ferreira foi formada por seu filho, quando ela já estava reunida desde 1557 pelo próprio autor; em segundo lugar ignora os estudos que se fizeram da poesia antiga dirigidos pelo gôsto das falsificações, de que temos a prova nas oitavas *Sobre ho despojo d'Arzila dia de sam bartolomeu 24 de Agosto año de 1549*, moldados sobre o fragmento da *Perda de Espanha*; nos versos do Infante D. Pedro, *A Lisboa*, que publicou Brito; nas trovas atribuídas a Aires Teles, etc. Por fim conclui que Ferreira não podia inventar uma resposta sendo êle o inventor da pergunta (Vide *Bibliografia Crítica*, fac. I, págs. 25 e 26, onde F. A. Coelho deu o devido corretivo a êsses dislates). M. Gaston Paris, referindo-se aos trabalhos de Varnhagen, no citado livro diz: «a publié recemment à Vienne un petit volume intitulé — *Da Literatura dos Livros de Cavalarias, estudo breve e consciencioso* (sic) remarquable par l'ignorance des livres le plus élémentaires sur ce sujet...» Copiamos aqui êste juízo porque F. A. de Varnhagen, tendo-o visto formulado por nós, escreveu de Viena aos jornais portugueses (*Diário Popular*, nº 2.038) prometendo que viria desafiar-me».

Como em tudo o que Braga escrevia, há neste breve trecho descuidos, inexatidões e mentiras. *Descuidos*: quando diz que

Varnhagen atribuía a D. Afonso IV os dois sonetos; quando sòmente o primeiro foi suposto da lavra do infante, depois rei, e o segundo, do próprio Vasco de Lobeira, autor do *Amadis*; e também quando dá o artigo do *Diário Popular* como saído no nº 2.038, quando o foi no 2.030. *Inexatidão* tendenciosa: quando transcreve como *opinião original* de Gaston Paris o juízo desfavorável que o francês veiculara sôbre a obra de Varnhagen, na *fé exclusiva das afirmativas dêle Braga*. *Mentira*: quando diz que o ministro do Brasil em Viena escrevera aos jornais portugueses, «que viria desafiá-lo», pois que no citado artigo, acima transcrito na íntegra, não se lê coisa que nem de longe se pareça com um desafio.

A resposta do Barão de Pôrto Seguro a Teófilo Braga e Adolfo Coelho, já jungidos sob a mesma canga, que encerrou a polémica, veio pelo periódico *O Novo-Mundo*, que o Dr. José Carlos Rodrigues, ilustre brasileiro, posteriormente proprietário do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, a êsse tempo editava em Nova-York.

* * *

A 1 de março de 1873 escrevia de Viena o Barão de Pôrto Seguro ao redator do *O Novo-Mundo*, no final de uma carta amistosa:

«Desculpe-me V. S. se tomo a liberdade de lhe recomendar que esteja prevenido contra os juízos de Adolfo Coelho e Teófilo Braga contra Castilho e outros seus amigos. São todos apaixonados e só pensam fazer mal. Eu estive em Portugal no ano passado e conheci tôdas essas misérias...».

Essa advertência foi seguida de um artigo de defesa, vazado em forma de carta ao mesmo jornalista. Acompanhava aos originaes um patético pedido de solidariedade moral nas dolorosas conjunturas em que a malevolência da dupla Coelho-Braga o tinha colocado. Varnhagen sofria imensamente só com a idéia de que a campanha feita por ambos contra os seus créditos de historiador literário houvesse frutificado e conseguido conquistar a opinião do público culto.

«Meu caro Sr. Redator: Espero que me desculpará a resolução, que tomei, de preferir confiar a V. S. a publicação da minha desafronta contra os tais pseudo-críticos portugueses, a qual com esta lhe remeto. Por pouco que V. S. se entregue ao estudo da questão, reconhecerá que tenho carradas de razão; que necessito, desde já, de um protesto justificativo, e que êste protesto, a não ser num livro que agora não posso escrever, não

pode ser senão no estilo em que vai (123). Inteire-se V. S. das gratuitas e ingratas acusações que recebi da minha primeira resposta (*Provarás*), para o caso bastantes cortês e moderada, da insana violência com que fui agredido, e me dará tôda a razão. Não chego, porém, a pedir que m'a dê nas suas linhas de cabeçalho, se preferir manter-se fora da questão; mas, *a publicar a minha carta, porquanto há, não a acompanhe de censura contra mim. Então antes não a publique.* Creio que poderia manter um termo médio, informando os seus leitores da verdade, e lamentando os precedentes que me obrigam a essa carta. *Nos apontamentos juntos reuno algumas frases que penso poderão satisfazer a essas condições;* mas tudo quanto vier de mais a meu favor aceitarei com o maior reconhecimento. Em todo o caso, de novo peço a V. S. que se ponha em guarda contra os artigos dos tais dois sujeitos, conforme creio que em outra ocasião lhe escrevi. Na literatura portugueza um e outro quase não têm por si mais que a si mesmos, elogiando o Sr. Coelho as obras do Sr. Braga, e o Sr. Braga as do Sr. Coelho. E se não veja a tal *Bibliografia Crítica que parece já morreu. Requiescat in pace*» (124).

José Carlos Rodrigues deu guarida ao protesto de Varnhagen, que saiu no nº 23 de maio de 1874 do periódico que redigia (vol. IV, nº 44, pág. 143) com o título apostro de *O Sr. Varnhagen e alguns criticos portuguezes*, precedido do intróito redigido pelo próprio Pôrto Seguro. Foi êsse revide realmente de escachar, e por parte do agredido, pelo menos, a questão ficou encerrada com o *entérro* de Teófilo Braga, e do seu parceiro de lutas; não consta que o historiador brasileiro se tivesse disposto a continuar perdendo o seu precioso tempo em resposta a «êsses garotos, que do meio da rua se lembravam de atirar-lhe pedradas» (125).

O escritor-diplomata começou a sua carta aberta relembrando os trabalhos e estudos de diferentes gêneros aos quais, por mais de 30 anos se consagrara, e por pedir desculpa aos leitores do jornal por ter de ser menos comedido do que de costume, para se fazer ouvir. Mostra como já por vêzes declarara que não era do seu gôsto entrar em polêmicas, e que, tendo de dividir o seu tempo entre os deveres officiais do cargo que exercia e os estudos a que se considerava obrigado «em satisfação de mui sagrados deveres», não lhe sobravam folgas para consumi-las em quebrar

(123) A carta-protesto tem a data de Viena, 17 de fevereiro de 1874.

(124) *Datada* de Viena, 9 de abril de 1874 e impressa no vol. XIII da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, págs. 103-104.

(125) Expressão típica de Varnhagen. Utilizou-a também numa carta a J. F. Lisboa (Cfr. *Os Índios Bravos*, pág. 21) e no *Ofício-Protesto*, contra as asserções de Antônio Henrique Leal (pág. 10).

lanças contra desafetos que «não respeitando as leis civis, nem as religiosas, nem ao decôro e boa educação», apenas tinham direito à resposta que dava a lhama ao índio brutal que a fustigava, desde que o agressor, ao pressentir a aplicação desta pena de verdadeiro desprezo não tratasse de se pôr ao fresco, como sucedera a certo *garraio*, há cêrca de dois anos (126).

Constara-lhe, no meio dos trabalhos insanos que ultimamente o haviam absorvido, isto é, a representação do Brasil na Exposição Universal, e a entrega ao prelo de várias monografias importantes, que em Portugal certa «crítica grosseira, apaixonada e violenta», tomava o propósito de abusar de seus intuitos moderados voltando a contender com êle, principalmente o Sr. Teófilo Braga. Êste rancoroso agressor procurava descarregar sôbre a sua pessoa tôda a bilis originada da justificação que publicara sob o título *Teófilo Braga e os antigos Romanceiros*. Não lhe podia perdoar êsse pretensioso o ter êle demonstrado, entre outras faltas graves, que um texto alemão citado em seu livro dizia o inverso do que alegava, êle que tanto se jactava de conhecer o alemão, e no entanto, nem escrever sabia corretamente o seu apelido, tipicamente germânico, grafando-o com *m* no fim. De tudo se desentendera, preferindo deforrar-se noutro livro (127) com chamá-lo de *inepto* e de *demente*, conforme se poderia ler no *Diário Popular* de Lisboa, de 24 de junho de 1872, num artigo publicado em defesa do agredido.

Podia agora acrescentar, graças ao reconhecimento que lhe chegara de certa carta do punho do seu agressor, conhecido em Portugal por *Teófobo*, em virtude das doutrinas materialistas de que se ufanava, que as primeiras provocações a que respondera se tinham originado da convicção em que estava o provocador, de que êle Varnhagen era homem inválido em virtude de doença que lhe atacara o cérebro. Supunha o *hienino chacal açórico*, que já se cevava nos cadáveres de Garrett, Rebelo da Silva e Costa e Silva, que também êle lhe poderia servir de pasto. Felizmente ainda se sentia com mais vigor do que aos 25 anos, e se Deus lhe concedesse a necessária vida e saúde, teria de dedicar-se um

(126) A lhama, mamífero de família dos camelídeos, costuma cuspir no agressor o bôlo que está ruminando. Varnhagen parece aludir a alguma contenda em que Teófilo Braga se houvesse metido e que lhe valesse uma cusparada do adversário. Não conhecendo as particularidades da biografia dêsse homem, que chegou a ser o primeiro presidente da República Portuguesa, declaramo-nos incompetentes para informar a respeito os leitores.

(127) Nem Varnhagen no *Diário Popular*, nem Braga na *Formação do Amadis de Gaula*, nem o primeiro novamente, no artigo ora compendiado, nomeiam o livro do crítico português em que saíram êsses insultos, e que já vimos ser o *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, Porto, 1872.

dia a êstes ajustes de conta, e «aos mais que viessem de quaisquer pandilhas».

Dava-lhe asco o presenciar os sócios da firma Braga & Cia. incensarem-se entre si, só achando bom o que fôsse obra dêles, e alucinando com o ruído de sua propaganda escritores estrangeiros como êsse G. P. [Gaston Paris], por exemplo, que sem o haver lido, e guiando-se unicamente pelas asserções de Braga, copiara-lhe erradamente tanto o apelido com a terminação em *m*, como os «honrosos» epítetos que o acompanhavam, e isto numa justa censura de um dos «livros de fancaria» do mesmo Braga. Era suficiente dizer que até visíveis erros tipográficos ou de cópia em palavras que não entendera eram reproduzidos a sério pelo ignorante e pretensioso sabichão!

Que se fartassem à vontade! Um dia êsses importantes descobrimentos ficariam reduzidos ao seu justo valor negativo, ao mesmo tempo que se veriam apreciados os frutos da comedida *ignorância* daqueles contra quem tanto haviam declamado.

Nessa ocasião o incomparável ilhéu chegaria a reconhecer os muitos *dislates* que recheavam seus tomos que, «se não eram tão *magros* como um seu opúsculo, só isso procedia de serem de *letras gordas* ou engordadas a poder de muitas transcrições nêles encaixadas de livros alheios, e dos insultos e injúrias que das suas páginas dirigia aos vivos e mortos».

Passava a apontar alguns *dislates*:

1º — o de fazer proceder os *yaravies* do Peru e Equador, músicas dos antigos Quichuas, de *aravias* da Espanha, que sòmente existiam na sua cabeça;

2º — Atribuir a época mui posterior a Lobeira os dois sonetos no gôsto de vários de Dante, e até dos seus predecessores do século XIII: Guido Cavalcanti, Frescobaldi, Graziolo, Onesto e Buenaguida (128);

3º — o de fazer de D. Joana de Vilhena a Aonia de Bernardim Ribeiro;

(128) Neste ponto Varnhagen não tinha razão, mas não queria dar o braço a torcer, defendendo sua teoria por puro amor-próprio. Os sonetos só se introduziram na poética portuguesa no século XVI; o metro decassílabo, porém, é muito mais antigo, e já se encontra no cancionero da Ajuda. Mesmo que se admitisse a hipótese de algum trovador medieval português haver importado da Itália essa forma poética, bastaria o assunto mitológico do soneto atribuído a Lobeira para, só por si, denunciar um autor pertencente à época do renascentismo português.

4º — confundir este poeta português com o sevilhano Bernardino de Rivera, mestre da capela da catedral de Toledo (129), e mais outras que omitia para não abusar por mais tempo do favor do amigo» (130).

(129) Junto ao exemplar do *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas* que pertenceu a Varnhagen, e hoje se encontra na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, existe colada uma carta do erudito português Tito de Noronha, datada do Porto, de 21 de junho de 1872, e dirigida ao nosso ministro em Viena, por onde se vê que o despropósito da identificação dos Bernardes Ribeiro, espanhol e português, não lhe escapara; foi ele, quiçá, quem chamou a atenção de Varnhagen para esse ponto:

«A parte umas frases impróprias do assunto e do lugar», escreve T. de Noronha, «este livro é singular. *Demonstra-se* nêle que a amante de Bernardim Ribeiro foi D. Joana de Vilhena, prima de El-Rei D. Manuel; e que Bernardim Ribeiro foi mestre de capela em Toledo, sendo motivada esta peregrina opinião, ao que parece, por uma passagem de Eslava, que se refere a um *Bernardino Ribera*, mestre de capela da catedral toledana. Sucede, porém, que acabo de ver uma carta de Espanha, na qual, à face de documentos, se sabe que o tal Ribera era sevilhano, e os pais e avós maternos e paternos, cujos nomes se mencionam, eram todos de Sevilha e de Játiva!, isto é, que nada há de comum entre o Bernardim da *Menina e Moça*, e o Bernardino, que em Toledo regia os côros da catedral, dando-se o fato naturalissimo de serem contemporâneos».

(130) Dificilmente se poderá encontrar escritor que enchesse seus livros com tantas informações inexatas e contraditórias como Teófilo Braga. Conhecíamos apenas diminuta parte de sua bibliografia antes de começarmos a escrever este trabalho, e, se não fôsse a necessidade de tomarmos conhecimento completo da polémica entretida com Varnhagen, certamente não teríamos coragem para abrir mais nenhum volume de sua lavra. Ao acaso do folheio encontramos em *Trovadores Galecio-Portugueses* uma passagem dêste jaez, e que o seu adversário poderia ter explorado: «O primeiro que cita o *Cancioneiro* de Dom Diniz é o Marquês de Santilhana, na sua *Carta* ao Condestável de Portugal. O marquês disse que o vira em idade muito próxima da infância; ora, tendo nascido em 1398, é natural que ainda o visse no mesmo século em que D. Diniz o escreveu» (pág. 187) (!!).

Com menos de três anos, idade que na opinião de Braga não pertence propriamente à infância, e tão somente era *próxima dela*, já o marquês folheava o *Cancioneiro* de D. Diniz!! Não sabemos o que mais admirar: se a precocidade do fidalgo espanhol, ou a desatenção com que Teófilo Braga escrevia.

Em *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas* encontramos esta pérola de erudição histórica:

«... palestras bucólicas, que Teócrito inventara nos *palácios de Siracusa* sob o favoritismo dos *Ptolomeus*» (pág. 2). O ódio republicano e positivista do combativo açoriano às cabeças coroadas não se contentava com fustigar os Ptolomeus em Alexandria. Deslocou-lhes os domínios para a Sicília, naturalmente porque, morando no Porto, precisava tê-los mais ao alcance de suas indignadas apóstrofes!

Foi Teófilo Braga quem escreveu a introdução para a edição *fac-similar* dos *Lusiadas* de 1572 (Pelicano para a direita do leitor), comemorativa do 4º Centenário da 1ª viagem de Vasco da Gama às Índias. O seu critério revela-se desta maneira. Como é sabido, há duas edições do poema com a data da *editio-princeps* de 1572. Sobre qual fôsse a primeira não estavam de acôrdo os estudiosos, mas em 1921, simultaneamente, os Drs. José Maria

POLEMICA COM PIETER MARINUS NETSCHER

No prefácio *Histórias das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, publicada em Viena d'Áustria em 1871, Varnhagen fez a enumeração pormenorizada das fontes, impressas e manuscritas, de que se servira, emitindo juízos acêrca de seu valor documental. Ao tratar da obra de Pieter Marinus Netscher, militar e historiador holandês, impressa em 1853 com o título *Les*

Rodrigues e Alexandre de Albuquerque decidiram a querela em favor da prioridade daquela que apresenta na portada o bico do pelicano voltado para a esquerda do leitor. Braga também era de parecer que esta tiragem era a autêntica, impressa sob as vistas do poeta. Não obstante, escolheu para reproduzir fac-similarmente o texto da outra, a que tem o bico da ave voltado para a direita do leitor!! O período, em que expõe a questão é uma obra prima de confusionismo estilístico:

«Novo problema, que tem sido minuciosamente discutido, e que se acha apontado em tôdas as bibliografias camonianas, dando-se os caracteres para reconhecer a primeira e a segunda edição de 1572. Qual delas deve ser a preferida? Prova-se que a segunda de 1572, que tem na portada a cabeça de Pelicano voltada para a esquerda é que é a autêntica, impressa sob as vistas do poeta; e que a outra foi uma reprodução intencional para escapar às delongas da censura, e restaurar o texto deturpado na edição de 1584, designada pelo nome de *Piscos*».

O grifo é nosso.

Entenda-se agora o imbroglío. A edição autêntica é a 2ª de 1572 [queria dizer a conhecida por 2ª de 1572, mas a pena não o ajudou]; apesar disso escolheu para reproduzir a outra com a mesma data, sem explicar porque. Quanto à conhecida por primeira não era primeira nem de 1572, e sim muito posterior, e impressa posteriormente à dos *Piscos*, que é de 1584, e para restaurar-lhe o texto deturpado pela censura inquisitorial.

Para encerrar esta nota já excessivamente longa citamos um último caso:

No livro *Filinto Elisio e os Dissidentes da Arcádia* Braga tentou esboçar as biografias dos poetas brasileiros que se costumam designar coletivamente por Escola Mineira. Essas biografias, e todo o resto do volume, estão cheios de erros, contradições e anacronismos. Artur Viegas, na obra *O Poeta Santa Rita Durão* (Bruxelas, 1914) encarregou-se de apontá-los um a um na parte respeitante ao autor do *Caramuru*. Um deles é simplesmente estupefaciente e pede meças aos *Ptolomeus de Siracusa*: Braga, tratando da posse por Durão, de uma cadeira de Teologia, na Universidade de Coimbra, que ocupou depois da morte de D. José I, refere-se à *Oração de Sapiência* que pronunciou na abertura das aulas em 1778, e imprimiu no mesmo ano sob o título: *Josephi Duram; Theologi Conimbricensis O. E. S. A. pro annua studiorum institutione Oratio*, e interpretou os dizeres em iniciais por O(rdinis) E(gressus) S(ancti) A(ugustini). Comenta irônicamente Artur Viegas: «Engana-se o professor. Qualquer pessoa medianamente instruída sabe que as quatro iniciais significam *Ordinis Eremitarum Sancti Augustini*» (Cfr. T. Braga, *op. cit.*, pág. 217; e A. Viegas, *op. cit.*, pág. LIV-LV).

E era um erudito dessa estopa e critério que, sentindo-se incompreendido e hostilizado pela sua geração modestamente afirmava: «o seu trabalho era mais um motivo para glosar com mais furor Barbosa e Costa e Silva. *Naturam*

Hollandais au Brésil — Notice historique sur les Pays Bas et le Brésil au XVII^e siècle (131) inseriu o seguinte parecer:

«O livro do Sr. Netscher, impresso há perto de vinte anos na Holanda, perdeu para nós quase todo o interesse, desde que nos foi possível consultar, além de outros, os textos da maior parte dos documentos que cita, às vezes sem haver tido ocasião de estudá-los; e dos quais, bem como de várias relações impressas na própria Holanda durante a guerra, bebemos nas primitivas fontes muito mais esclarecimentos que os que no seu aliás resumido livro se encontram».

O escritor holandês, habituado até o aparecimento da obra de Varnhagen sobre o mesmo assunto, a ser considerado por seus compatriotas e pelos brasileiros o *pontifex maximus* em matéria de domínio holandês no Brasil, ressentiu-se com estas palavras, que não tinham o intuito de melindrá-lo, e em fevereiro de 1873, como defesa e explicação, saiu-se com um folheto de 19 páginas, a que deu o título de *Les Hollandais au Brésil — Un mot de réplique à M. Varnhagen* (132). A matéria da réplica já havia aparecido na revista *Bijdragen voor Vaderlandsche Geschiedenis en Oudheikunde* (133), dirigida pelo Dr. R. Freuin, professor de história na Universidade de Leyde. A tradução francesa era oferecida aos membros dos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de Goiana, e a todos os brasileiros que haviam recebido seu trabalho com atenção e simpatia.

Inicia o opúsculo chamando a atenção para o fato de que traçara o seu livro utilizando tôdas as fontes disponíveis na Holanda, e investigara com assiduidade diária na Biblioteca Real, e nos arquivos de sua pátria durante muitos meses dos anos de 1848-49 e de 1852-53, tudo o que pudesse ter relação com a matéria escolhida. Esses documentos compreendiam os conservados

expellas funca tamen usque recurret. É por isso que trabalhamos para uma geração que hade vir!» Mais uma vez enganou-se, desta vez por conta da posteridade. A geração atual quase desconhece o seu nome, e atirou ao limbo do esquecimento as dezenas de volumes de fancaria do petulante açoriano. Enquanto isto a obra de Varnhagen é cada vez melhor conhecida, estudada e apreciada.

(131) *La Haye — Belinfante Frères*, 1853.

(132) O título completo é: *Les Hollandais au Brésil — Une mot de réplique à M. Varnhagen, auteur de l'ouvrage intitulé: «História das Lutas com os Hodandeses no Brasil desde 1624 a 1654» par le Lieut-Colonel P. M. Netscher, officier de l'Ordre de la Couronne de Chêne, chevalier de l'Ordre Imperial Bresilien de la Rose (Imprimé comme manuscrit) — La Haye. Belinfante Frères. 1873 — 4^o de 19 páginas.*

(133) *Boletim de História e Arqueologia Pátrias*.

nos arquivos do Reino assim como os pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais, guardados então ainda em Amsterdam, e só mais tarde incorporados aos primeiros. O resultado do seu ardor e entusiasmo na pesquisa e no estudo fôra a produção de um trabalho que o público e os críticos, tanto do Brasil como de sua pátria, tinham sem reservas apreciado favoravelmente.

Todavia, há poucas semanas caíra-lhe em mãos o livro do Sr. Varnhagen, impresso em 1871 em Viena com o título de *História das lutas com os holandeses no Brasil*, onde o seu trabalho, era apreciado de forma vagamente desfavorável.

A opinião de Varnhagen, todavia, não o abalaria em absoluto, depois da boa acolhida que sempre tivera seu trabalho, se não houvesse sido reproduzida em artigo crítico do Sr. L. Ch. C. van den Bergh, no momento 1º arquivista do Reino, sem a menor ressalva, ou dúvida, sequer, sobre os seus fundamentos, na revista *Bijdragen voor Vaderlandsche Geschiedenis en Oudheikunde*. A falta absoluta de uma palavra em sua defesa por parte do referido funcionário magoara-o profundamente.

Tratando-se porém, de prestar homenagem à verdade, e só a ela, pedia um espaço na revista para algumas palavras de defesa que julgava-se no dever de apresentar, em primeiro lugar, às pessoas que no Brasil e na Holanda tinham acolhido favoravelmente o seu trabalho.

O Sr. Van der Bergh, anunciando o livro de Varnhagen, disse que êste se aproveitara, não só dos antigos cronistas portugueses, como ainda particularmente de Pierre Moreau e o holandês Barleus, a cuja obra faz grandes elogios. Adianta em seguida: «Opinião menos favorável emitiu o Sr. Varnhagen a respeito da obra em nossos dias publicada pelo Sr. Netscher — *Os holandeses no Brasil* — a quem atribui estudo deficiente das fontes. Eis o seu julgamento: «O livro do Sr. Netscher, impresso há perto de vinte anos na Holanda, perdeu para nós quase todo o interesse, etc...».

«Nosso autor (o Sr. Varnhagen) não consultou somente obras impressas, mas realizou pessoalmente pesquisas em arquivos portugueses, brasileiros e holandeses, e recebeu, além disso, do Sr. Da Silva, pessoa muito erudita, antigo ministro do Brasil em Haya, tôdas as peças dos nossos arquivos que lhe poderiam ser úteis; finalmente, não desprezou os antigos panfletos da época».

Não tinha a presunção — continua o autor de *Les Hollandais au Bresil* — de haver feito trabalho completo, o que sucederia, aliás, a qualquer um, mesmo de superior competência, nas condições em que trabalhara. Estavam fora do seu alcance fontes suficientes de documentação portuguesa e brasileira. De uma

coisa porém, está certo: de que seu livro se originara do estudo sólido e minucioso das *melhores fontes holandesas*: arquivos, livros e panfletos. Tinham-no reconhecido os críticos mais eminentes de sua pátria, e era justamente êsse mérito, de que tanto se ufanava como escritor consciencioso, que agora via inopinadamente, e sem a menor base, contestado pelo Sr. Varnhagen!

A deficiência quanto à consulta de obras, e a falta absoluta quanto a documentos do lado português, estava reconhecida no prefácio do seu livro. Em compensação consultara as obras existentes sôbre a matéria na Biblioteca Real, na «Coleção Duncanianana» de panfletos, que fazia parte da mesma; percorrera depois, fôlha por fôlha, os doze ou quatorze maços de cartas originaes dos governadores do Brasil e do Conselho dos XIX aos Estados Gerais, de 1629 a 1654; a totalidade dos livros em que estavam registadas as atas dos Estados Gerais de 1638 a 1651, as minutas das cartas dêstes ao Conselho dos XIX, e aos governadores do Brasil, os livros das Comissões e Instruções, etc., que todos se encontravam nos arquivos, e centenas de vêzes foram citados no seu trabalho. Lastimava que ao tempo dessas pesquisas não houvesse logrado a vantagem de conhecer o arquivista atual, que provavelmente jamais folheara o seu livro. No caso contrário tê-lo-ia pelo menos defendido da increpação de havê-lo escrito baseado em estudo superficial das fontes.

Achava naturalissimo que o Sr. Varnhagen, depois de revolver, durante vinte anos, documentos do Brasil e de Portugal, possuisse quanto a êsse lado, elementos muito mais numerosos que êle; duvidava, porém, que houvesse feito com igual ardor investigações em arquivos holandeses e antigos impressos da época: sua obra, pelo menos, não o demonstrava, pois muito raramente citava tais fontes. De qualquer maneira, porém, para um erudito que se dedicava a investigações históricas como o Sr. Varnhagen, não lhe parecia equitativo nem lógico pretender que o livro dêle Netscher «perdera quase todo o interêsse desde que lhe fôra possível consultar o texto da maioria dos documentos que citava».

Só por isso ficaria seu trabalho destituído de valor? Ainda que os tivesse consultado a todos, nem assim êle Netscher perderia o mérito da prioridade, tendo-os estudado muito antes do Sr. Varnhagen, e dado a conhecer os resultados há vinte anos. Achava, além do mais, exagerada a afirmativa do Sr. Varnhagen, de que *consultara a maioria* dos numerosissimos documentos holandeses, uma vez que, segundo sua própria declaração, apenas se demorara pouco tempo, escassos dias ou semanas em Haya, Não era, evidentemente, o bastante para examinar com atenção, entender e interpretar volumosos maços de cartas, livros e registos

escritos em holandês antigo e letra de decifração difícil, sobretudo para um estrangeiro.

Presumia, por isso, que o conhecimento do Sr. Varnhagen se limitasse ao de algumas notícias e peças importantes comunicadas pelo Sr. Da Silva. Esses esclarecimentos e documentos tinham grande valor, mas duvidava que pudessem ser tão completos como os que êle Netscher haurira nos arquivos de sua pátria. O Sr. Joaquim Caetano da Silva, com cuja amizade se honrava, não obtivera a respeito das lutas dos holandeses um único documento desconhecido para êle; muitas vêzes, até, tivera ocasião de chamar sua atenção sôbre peças importantes, e de auxiliá-lo na tradução. Tudo o que um ou outro descobria na biblioteca ou nos arquivos, de interesse para a história dessa época, fôra aproveitado, na íntegra ou em extratos, no trabalho que tinha em mãos, e que, por assim dizer, fôra escrito sob suas vistas.

Dando como demonstrado que consultara, em maior número que o Sr. Varnhagen, fontes holandesas, restava-lhe refutar o que como parte interessada julgava muito mais difícil, — a acusação de não havê-las estudado a fundo.

Competia, no entanto, ao censor demonstrar onde êle entendera ou interpretara mal fatos históricos importantes com exemplos concludentes. Debalde procurara-os na *História das Lutas*. Um único fôra particularizado, e que se encontraria à pág. 158 do seu livro, no último capítulo, mais concisamente redigido, aliás, que os anteriores. Tratando de uma expedição do Almirante de With, em 1648, dissera que êsse almirante se apoderara de dois pequenos fortes, *S. Bartolomeu* e *Rosário*, perto da Bahia; segundo o Sr. Varnhagen êstes nomes não eram de fortes, e sim de dois navios portugueses.

Não podia, no momento, consultar o documento citado pelo Sr. Varnhagen em favor de sua alegação; admitia, porém, que se houvesse equivocado, e que a razão estivesse com o historiador brasileiro. Rejubilava-se até com a retificação, que fazia à História conquistar uma verdade. Estranhava, todavia, que só por isso um homem que era investigador, e que já teria tido, portanto, oportunidade de se penitenciar de algum êrro ou confusão, resolvesse de uma penada condenar uma obra na totalidade. Em mais dois lugares o Sr. Varnhagen divergira de sua opinião; tratava-se, porém, de pontos tão secundários, que convencia-se de não ter o direito de fatigar o público defendendo-se de tais imputações.

Preferia defender-se dos conceitos desfavoráveis do Sr. Varnhagen exibindo as provas de como a obra *Les Hollandais au Brésil* fôra diferentemente apreciada por alguns dos principais

historiôgrafos do Brasil. Joaquim Manuel de Macedo, em sessão do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, de 15 de dezembro de 1853, assinalara particularmente o valor do livro quanto às contribuições de fontes holandesas, que tinham servido a retificar alguns erros até então admitidos sem reservas. Atribuía a essa apreciação de Macedo e às informações favoráveis de Joaquim Caetano da Silva a mercê do hábito da Rosa, que lhe fizera o Imperador do Brasil.

Esse elogio fôra, todavia, emitido pouco depois da aparição do livro, e por isso talvez algumas pessoas lhe contestassem o valor, supondo-o fruto de simples cortesia, ou de leitura apressada. Tais reservas, porém, não se justificavam em relação ao de outra sociedade sábia do Brasil, o Instituto Histórico de Goiana (Pernambuco), foco precisamente do domínio holandês no século XVII.

Ora, em 1871, 18 anos após a publicação do seu trabalho, recebera uma carta, datada de 27 de dezembro de 1870, do Sr. J. R. de Melo Júnior, secretário do referido Instituto, exaltando os serviços por êle prestados à história local com a publicação do livro *Les Hollandais au Brésil*, tido como o guia mais seguro no assunto, e transmitindo-lhe duas gratas notícias: a de que o Instituto lhe conferira o título de sócio honorário, e a de que o Sr. Francisco Manuel Raposo de Almeida, orador da sociedade, estava na intenção de traduzi-lo para o português (134).

Sumamente lisongeadado que ficara com tais manifestações de apreço, maior valor lhes dava agora, depois dos ataques do Sr. Varnhagen. Convenciam-no de que ambos os trabalhos poderiam conservar seu valor lado a lado um do outro.

Não podia compreender qual o motivo para o gesto do Sr. Varnhagen, ao negar, de uma assentada, valor a um livro tão favoravelmente julgado por dois Institutos Históricos do Brasil. Citava-o o menos possível, com exceção de dois ou três lugares em que divergiam de opinião. Jamais reconhecera os erros e inexactidões que o seu predecessor retificara, e até omitira o nome do seu trabalho! E no entanto o Sr. Varnhagen já deveria ter observado como o livro *Les Hollandais au Brésil* dificilmente poderia ser ignorado no Brasil; fato que se evidenciava, por exemplo, por uma nota à pág. 282 da obra do Sr. Varnhagen, em que se defendia do Sr. Pinheiro, o qual notara, baseado no livro dêle Netscher, uma inexactidão cometida na *História Geral* publicada em 1854.

Não se podia, realmente, capacitar de que tal fato constituísse o fundamento da animosidade do Sr. Varnhagen. De qualquer

(134) Netscher transcreveu o teor dessa carta.

forma, a nobre missão do historiador, que deveria prestar homenagem à verdade, fôsse quem fôsse que lh'a apresentasse, era incompatível com tal atitude.

Não desejava fazer carga ao Sr. Varnhagen, apontando grande número de fontes holandesas importantes que êle parecia desconhecer, assim como os erros (inevitáveis em qualquer trabalho histórico), que se tinham insinuado em seu livro. Deixaria êsse trabalho a pessoas que não fôsem parte da polêmica, e cujo juízo não pudesse ser levado à conta de revindita. Preferia reconhecer o mérito da *História das Lutas*, escrita com cuidado e honestidade, baseada em boas fontes, principalmente portuguesas, brasileiras e espanholas, obra importante ao lado do seu trabalho, especialmente baseado em documentação holandesa.

Netscher, depois dêsse desafôgo, pôe fim à réplica por pedir perdão aos leitores de, movido pela necessidade de legítima defesa, haver-se estendido em louvores a sua própria pessoa. As explicações dadas serviriam para a apreciação relativa do valor de ambas as obras. Por pouco que o Sr. Van den Bergh se capacitasse, após a leitura dessas páginas, da legitimidade da sua réplica, dar-se-ia por plenamente satisfeito.

* * *

Tendo conhecimento do folheto de Netscher por intermédio do cônsul do Brasil em Rotterdam, o Barão de Pôrto Seguro escreveu em resposta, e como explicação, uma carta, datada de 23 de agosto de 1873, ao Sr. L. Ph. C. van den Bergh, arquivista do reino, o mesmo que dera a resenha do seu livro, rogando-lhe se esforçasse por obter do Dr. R. Fruin a inserção dela na revista que d'rigia. O Dr. Fruin negou-se a inseri-la, dando como razões: 1º, que a carta-artigo de Varnhagen era em resposta a um escrito impresso em folheto avulso (135); 2º, que a revista destinava-se a inserir os resultados de pesquisas científicas, e não a ataques ma's ou menos pessoais. Admitindo o artigo do Sr. Varnhagen, o Sr. Netscher poderia querer treplicar, e formar-se-ia uma polêmica que êle desejava evitar aos leitores dos *Bijdragen* (136).

(135) Esta razão não procedia, porquanto, segundo vemos por uma própria declaração de Netscher, seu artigo fôra anteriormente publicado em holandês numa revista.

(136) No entanto acolhera o artigo de Netscher. R. Fruin procedia com parcialidade, levado por preferências de índole nacionalista. A recusa e as explicações dêsse professor da Universidade de Leyde constam da carta de Van den Bergh a Varnhagen, de 22 de setembro de 1873, transcrita no começo da resposta dêsse.

Em vista dessa recusa, Varnhagen publicou uma tradução da carta para o português em nota à 2ª edição da *História das Lutas* (p. I, in-fine), e imprimiu-a em avulso no original francês (137). Vejamos seu conteúdo:

Jamais negara os serviços prestados à história pelo escritor holandês, assim como a prioridade nas investigações sobre aquêle assunto. Pelo contrário, em tempos o aplaudira com numerosas citações do seu livro, com algumas linhas de elogio no próprio texto da 1ª edição (138) de sua *História Geral* (tomo II, pág. 36) e mediante uma visita ao autor em companhia do seu falecido amigo o Sr. Da Silva. O Sr. Netscher seria mais justo a seu respeito se houvesse mencionado êsses fatos, mesmo que não quisesse reconhecer que, graças a essas múltiplas citações e repetições do seu nome no livro dêle Varnhagen, muito conhecido no Brasil, onde fôra 1º secretário do Instituto Histórico, é que devia o ser mais familiar no Brasil, principalmente entre os membros dessas associações de que se comprazia em transcrever os julgamentos quando lhe eram favoráveis. Seus trabalhos sobre a História do Brasil não eram *in-totum* desconhecidos na Europa, e haviam contribuído de certa forma para o título que recebera do seu soberano. Todo o mundo sabia que *Pôrto Seguro*, ao sul da Bahia, fôra o ponto inicial da história da civilização do vasto Império Brasileiro. Longe, pois, de negar ao Sr. Netscher os seus esforços, contribuíra a pô-los em evidência a fazer-lhe justiça.

Citara, todavia, seu livro em virtude dos fatos novos que continha. Desde que pudera conhecer, na íntegra, os documentos originais que os relatavam, o que tivera lugar posteriormente, não mais lhe poderia servir de guia. Era isso um fato comum na história literária de tôdas as nações. Certas obras, cujo mérito residia, não na forma, mas no conjunto de pormenores que davam a conhecer, perderam muito da sua importância, logo que os documentos que reproduziam em extratos foram publicados e conhecidos integralmente. Ora, o Sr. Netscher, escrevendo em idioma peregrino, haveria de reconhecer que não era pela forma, que seu livro se recomendava; havendo franceses que não temiam

(137) Com o título: *Les Hollandais au Brésil — Un mot de réponse à M. Netscher par le baron de Porto Seguro, auteur de l'ouvrage intitulé «História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654»*. Vienne. Édition de l'Auteur. 1874. No verso do frontespício: *Imprimerie de Charles Gerold fils à Vienne*. — In 4º de 11 páginas.

(138) Varnhagen, durante a década de 1870, em que estava preparando o texto da 2ª edição da *História Geral*, que só saiu dos prelos em 1877, mais de uma vez ao referir-se à edição, até o momento única, dessa obra, usou do qualificativo *primeira*, o que poderá levar a conclusão falsa quem desconhecer essa circunstância, supondo já estar impressa a segunda.

afirmar que à primeira vista êle se denunciava como escrito por um estrangeiro (139).

A idéia de rivalidade entrara no espírito do Sr. Netscher, não no dêle. Levára-o a supor que êle Varnhagen pudesse guardar ressentimento contra a sua pessoa, tão sòmente por que em 1860 um dos seus sucessores no Instituto Histórico do Rio citara o livro do seu contendor (que aliás vira antes freqüentemente referido pelo autor da resposta), «para apoiar, a propósito de Mendonça, governador da Bahia em 1624, a injusta acusação de que êste capitulara e que os holandeses tinham faltado *miseravelmente* a seus compromissos (140), êrro admitido pelo Sr. Netscher e contra o qual já em 1854 se insurgia e na *História das Lutas* conseguira destruir completamente. Achava muito estranho que, sendo êle brasileiro, pudesse guardar ressentimento contra o Sr. Netscher por haver contribuído, como fizera, para tornar mais espetacular uma vantagem dêle Pôrto Seguro sôbre o historiador holandês, visto que chegara, levado pelo amor à verdade e à justiça, a reconhecer a *lisura* no caso do *procedimento dos holandeses*, que o Sr. Netscher negava! Dissera, de fato, com tôda a sinceridade, que o livro do Sr. Netscher «perdera para êle *quase todo o interêsse*, depois que tivera ocasião de consultar os textos da maioria dos documentos que aí citou, etc...».

Hoje poderia dizer que «todos os textos, sem exceção». Está claro que com esta declaração não se propunha a adular o Sr. Netscher; não era culpa sua porém, se o amor próprio do escritor holandês o fazia enxergar nessas palavras algo além do respeito à verdade, apesar do desgosto que sabia lhe ia proporcionar, principalmente na passagem em que categòricamente afirmava que, por vêzes, o autor não tivera ocasião de estudar os documentos citados. Êste asserto se justificava, não só pelos fatos novos que aduzira, após atenta leitura dos textos, como pelo engano em que caíra o Sr. Netscher quando applicara a dois fortes da Bahia o nome de duas naus (a *Rosário* e a *S. Bartolomeu*) de que se tratava numa carta de Schkoppe, de 19 de dezembro de 1648.

O original dessa carta se encontrava em Haya, e cópia autêntica existia no Rio de Janeiro, na coleção de seis volumes infolio organizada na Holanda pelo falecido Sr. Da Silva. Essa coleção continha, além dos documentos manuscritos que os Se-

(139) Na tradução dêste trecho Pôrto Seguro requintou na ironia: «havendo até, pelo contrário, franceses que pretendem não estar êle escrito na sua língua».

(140) Não foi bem êste o motivo da réplica a Fernandes Pinheiro, e sim o de mostrar que *era injusto attribuir-lhe conceito desfavorável sôbre a coragem e combatividade* de Diogo de Mendonça Furtado.

nhores Netscher e Da Silva conheciam em começos de 1853, muitos outros esclarecimentos históricos que posteriormente apareceram. Pudera consultar a referida coleção em 1867, no Rio de Janeiro.

Deixava aos que lessem sua carta a tarefa, algo ingrata, de auxiliá-lo a agradecer a generosidade do Sr. Netscher em se abster de denunciar «os erros que se insinuaram no seu livro», e que guardara para êle; estava certo, porém, de que leitor nenhum lhe levaria a bem não revelar as fontes *importantes* que o seu contendor conhecia, e que *pareciam sèr-lhe ignotas*.

Seguem-se palavras sem importância.

* * *

Depois de havermos exposto os têrmos da polêmica sem omitirmos nada de essencial, tanto da parte do historiador holandês como da do nosso compatriota, julgamos ter o direito de acreditar que o leitor já se capacitou de que Varnhagen estava no fundo com a razão, porém que a forma excessivamente lacônica, sem explicações e comentários, com que lavrou o desmerecimento em que cairá o livro de Netscher, deu a êste o direito de se sentir ferido no seu amor próprio de investigador consciencioso. Poderia ter adoçado as expressões: dizer, por exemplo, que o Sr. Netscher, procurando fazer um livro *resumido*, não *aproveitara integralmente* as fontes de que dispunha, ou considerara de importância secundária certos pormenores para êle essenciais e que também se equivocara na interpretação de um ou outro documento. Possuindo agora na íntegra as peças documentais holandesas citadas, preferira guiar-se por elas, em vez de pelo livro do Sr. Netscher, que só as reproduzia em extratos ou resumos, etc. É muito provável que o escritor holandês se houvesse contentado com a explicação, e o nosso ilustre compatriota, *sem faltar à verdade*, sua constante preocupação, teria mediante êste recurso *diplomático* evitado aborrecer-se com uma polêmica e criar-se um desafeto a mais.

Varnhagen não enviou ao seu contendor exemplar da *Réponse à M. Netscher*, — quer por julgar que êste tomaria conhecimento dela pela leitura da 2ª ed. da *História das Lutas*, ou por informações de Van den Bergh ou R. Fruin, — quer porque quisesse pagar na mesma moeda o que julgava falta de consideração para com êle da parte do escritor holandês, de quem não recebeu (a tempo, pelo menos), os exemplares da *Réplique à M. Varnhagen*, que o mesmo muitos anos depois afirmou haver remetido a «Son Excellence». Netscher só casualmente, quando há oito anos o Visconde de Pôrto Seguro já não pertencia ao número dos vivos, teve conhecimento da existência do folheto dêste, pelo

Catálogo da Exposição de História do Brasil, e queixou-se ao Dr. José Higino Duarte Pereira, secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em carta, na qual rememorava as velhas queixas, da falta de cortesia do Visconde de Pôrto Seguro, em não lhe remeter um exemplar do seu panfleto. Não teria êste, porventura, se extraviado também?

A carta de Netscher ao Dr. José Higino foi publicada na *Revista* daquele Instituto, nº 30, de junho de 1886, a págs. 131-133, e tem a data de 13 de janeiro dêsse ano.

POLÊMICA COM O SENADOR CÂNDIDO MENDES

Teve lugar durante o ano de 1874, e foi rápida e cortês, mantendo-se os contendores dentro das normas da boa educação e urbanidade.

Em carta de 30 de abril de 1873 ao Barão de Pôrto Seguro o senador maranhense, famoso geógrafo e coletor de algumas monografias históricas interessantes sôbre o antigo Estado que incluía a sua província, anunciava a intenção de, no prefácio do segundo volume dessas *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, dizer algumas palavras em defesa do Padre José de Moraes (cuja obra constituía o 1º vol. das *Memórias*), e era autor pouco considerado pelo nosso historiador, mas acrescentando atenciosamente: «defendendo-o guardarei para com o amigo e distinto historiador tôda a deferência. Nada de polêmica acre, não pretendo semelhante glória, desejo sômente que a involuntária injustiça se repare».

As palavras prometidas saíram efetivamente no lugar anunciado; e destinavam-se a defender os créditos do cronista Moraes contra asserções de Antônio Henriques Leal nos *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*, extraídos das *Crônicas da Companhia de Jesus*, e de Francisco Adolfo de Varnhagen na *História das Lutas contra os Holandeses*. Não nos interessam os reparos ao trabalho de Antônio Henriques Leal, por alheios ao nosso objeto. Vejamos as restrições à obra de Varnhagen. Como, porém, a crítica de Cândido Mendes é extensa e erudita, suprimiremos tudo o que não fôr essencial à compreensão dos termos da polêmica.

Depois de um introito bastante cortês o editor das *Memórias do Maranhão* passa a expor os pontos em que o *ilustre titular* não poucas vêzes, embora involuntariamente, se afastara da justiça e da equidade, e «nem sempre com proveito da exatidão histórica».

Varnhagen, em memórias insertas na *Revista do Instituto Histórico* e em artigos do *Correio Mercantil* de novembro ou de-

zembro de 1867 e 28 de janeiro de 1868, reunira dados bastantes para demonstrar que a pátria do célebre índio Camarão fôra a província do Rio Grande do Norte e não o Ceará, como a princípio pensava o próprio Varnhagen, ou Pernambuco, como era opinião de outros. Ora, o texto do Padre Morais, que escrevia numa época em que não se discutia a naturalidade do chefe potiguar, e que não possuía o menor interêsse que o levasse a optar por esta ou aquela circunscrição da colônia portuguesa, confirmava plenamente a conclusão a que chegara o historiador do Brasil nas referidas memórias. Essa concordância deveria ter pesado em abono do jesuita, como prova de seu critério de cronista, para merecer-lhe melhor tratado pelo barão, o qual, «não querendo citá-lo, sempre aproveitara de sua narrativa a data de 1612 [em que o Camarão fôra ao Ceará] e os nomes dos Padres Diogo Nunes e Gaspar de Sampêres, que em nenhum outro escritor se encontram» (141).

Por outro lado Varnhagen, a princípio, supunha o Camarão batizado e casado no Ceará, em 1580, e por aquêles padres, que muito provavelmente àquela data não tinham ainda chegado ao Brasil.

Mostra Cândido Mendes como sòmente em 1599 ou 1602 se fizeram pazes definitivas com os potiguares; os primeiros jesuitas idos ao Rio Grande do Norte foram os acima citados, e o Padre Francisco Pinto. Como seria possível o batismo do Camarão em 1580, no Ceará? *Antônio Potiguaçu*, simplesmente, era o nome do principal do Ceará-Mirim em 1612; as conjecturas, portanto, do historiador paulista para explicar a escolha dos nomes de batismo, Antônio Filippe, derivada da luta que ao tempo se travava entre os dois pretendentes ao trono português, isto é, D. Antônio, prior do Crato, e Filippe II de Espanha, não tinham fundamento (142).

O erudito maranhense refuta, com bons argumentos, as opiniões dos que faziam o Camarão natural do Ceará, por não dis-

(141) Eis o que no *Prefácio da História das Lutas* se encontra sôbre o valor do cronista José de Morais:

«Pelo que respeita à tomada e recuperação do Maranhão, nos serviram de auxiliares, além da obra de Baerle, duas exposições, uma de Maximiliano Schade, comandante do forte do Calvário, e outra do conselheiro político Pedro Bas, para retificar vários incidentes inexatamente narrados por Berredo e pelo P. José de Morais, o qual, aliás, por sua parte, teve a sinceridade de confessar que, «sobejando-lhe a notícia concisa dos fatos, lhe faltaram as circunstâncias dêles» (pág. XXII).

(142) Já no capítulo I desta segunda parte nos referimos à monografia de Pereira da Costa, que procurou conciliar as divergências dos depoimentos dos cronistas sôbre o físico e as circunstâncias biográficas do índio dêsse nome, mediante a admissão da hipótese de terem existido dois índios *Potys*.

tinguirem o país do *Jaguaribe* colonizado por portugueses, parte do Rio Grande do Norte, do Ceará pròpriamente dito, nome que depois se estendeu a tôda a província; e de Pernambuco, opiniões que não tinham, a seu ver, fundamentos sólidos. A falta de identidade entre o *Camarão* do Rio Grande do Norte e o de Pernambuco, aventada por Antônio Joaquim de Melo nas *Biografias de alguns poetas e homens ilustres de Pernambuco*, rejeitava-a como hipótese explicadora das divergências, pois os jesuítas asseguravam em suas obras que um e outro eram a mesma pessoa, e êles deviam estar bem informados. Poder-se-ia admitir como explicação para a mudança de residência que o *Camarão* houvesse sido convidado para estabelecer-se com sua tribo em Pernambuco, a fim de garantir os colonos contra os ataques dos tapuias do sertão. Outra conjectura viável era a de que os padres, sendo poucos, e lutando por isso com grandes dificuldades para a obra de catequese entre populações tão dispersas, o tivessem convidado a fixar-se nas proximidades do seu colégio de Olinda, na aldeia de S. Miguel, primeiro administrada por franciscanos e depois colocada pelo administrador eclesiástico sob a direção dos jesuítas. Era aí que o famoso índio assistia por ocasião da invasão holandesa.

Chama a atenção para o equívoco do sorocabano ao assegurar que o jesuíta paulista Manuel de Moraes fôra o *catequizador* do *Camarão*. A única base, e esta mesma muito fraca, era uma simples conjectura do Cônego Fernandes Pinheiro. Eis as suas palavras: «Segundo o testemunho de Duarte Coelho de Albuquerque, foi Felipe *Camarão* levado ao arraial do Bom Jesus pelo jesuíta Padre Manuel de Moraes, que *parece* ter sido o seu catequista». A obra de Duarte Coelho de Albuquerque nada dizia a respeito do último ponto.

Passa depois a refutar passagens relativas à história da sublevação dos maranhenses contra os holandeses.

Varnhagen claudicava em vários pontos que mereciam reparo, a saber:

1º — na afirmação de que os sublevados do Maranhão tinham ligação com os pernambucanos;

2º — na de que o govêrno português, na época tão abatido, em guerra com a Espanha, e na dependência da Holanda, houvesse procurado favorecer o movimento de rebeldia daqueles distantes vassallos;

3º — a respeito do número de engenhos de Antônio Muniz Barreiros;

4º — no silêncio a respeito daqueles que foram a alma do movimento, sem cujo auxílio e influência teria sido impossível levá-la a bom têrmo;

5º — na omissão do nome do principal motor da sublevação, o Padre Lopo do Couto. S. J., cujos serviços eram atestados por Antônio Teixeira de Melo. Berredo omitira-o, o que se explicava facilmente por ser um adversário da Companhia; mas o mesmo não se poderia compreender por parte de um escritor do século XIX, ao tratar de fatos sucedidos há mais de duzentos anos.

José de Moraes fôra, realmente, exagerado, ao afirmar que nas *vésperas itapicurinas* de 30 de setembro de 1642 «nenhum holandês» escapara com vida. Por que culpá-lo, porém, com exclusividade dos demais, se Maximiniano Schade no seu relatório diz que muito poucos escaparam, e o Conde de Ericeira, contemporâneo, e, depois, Berredo, tinham incorrido em exagero parecido? Achava que as críticas circunstâncias em que se encontravam os sublevados, — sem recursos para montar guarda a tantos prisioneiros, e, por outro lado, sabendo que deixá-los vivos seria concorrer para engrossar as forças inimigas, — os impelia forçosamente a essa crueldade, proporcionando-lhes atenuantes.

Não havia a contradição que Varnhagen supunha, ao tratar do sítio em que Antônio Moniz apertara a fortificação de S. Luís, entre a narrativa do Padre José de Moraes e a carta-relatório de Pedro Bas, o chefe político holandês do Maranhão. Moraes mencionava as casas de Antônio Vaz, enquanto Pedro Bas se referia a S. *Antônio de Morus*. Passa a explicar os motivos por que, a seu ver não havia incompatibilidade entre os depoimentos de um e de outro, socorrendo-se de considerações tiradas da topografia antiga da cidade, para rematar, concluindo, que a narrativa de Pôrto Seguro era oposta ao que diziam Berredo e José de Moraes, assim como Pedro Bas, e que ia até contra a cronologia dos sucessos.

Transcreve a seguir trechos da *História das Lutas* (pág. 176), em que Varnhagen narra o sítio que Muniz Barreiros pôs à cidade depois da vitória sobre a gente do Sandelin, que ministrara copioso armamento aos sublevados; nota que há aí «muitos equívocos, sem dúvida involuntários, e que não se podem apoiar no testemunho de autor algum coevo, e nem posterior, português ou holandês».

Pedro Bas, o chefe político do Maranhão, tratando da emboscada do Coti-mirim, dizia na sua carta de 31 de janeiro de 1643 que fôra o Capitão Jacob Evers o chefe da expedição destinada a cortar a retirada aos rebeldes, e que sucumbira no mesmo lugar da anterior comandada por *Sandelin* [ou Sandalim] Cândido Mendes fazia questão de corrigir dessa forma o nome do escossês, que Varnhagen escrevia *Sandalin*.

O Padre José de Moraes, que se referia com minúcias à emboscada do *Coti-mirim*, chamava a êsse chefe *João-Lucas*. Apesar de se dever preferir a versão holandesa coeva à portuguesa posterior de mais de um século, não via motivos para, só por isso, impugnar-se por inverídico o trabalho do jesuíta. Muitas vêzes o individuo é conhecido na sociedade por mais de um nome. Moraes qualificara-o de *capitão que fôra do forte do Ceará*; o Conde de Ericeira e Berredo chamavam-no *governador do Ceará*, e Gayoso *comandante do Ceará*. Tratava-se, pois, do mesmo individuo. Se José de Moraes lhe dera o nome de João Lucas fôra, sem dúvida, baseado em memórias coevas, a que julgava dignas de crédito.

Passa a discutir dois pontos de que Varnhagen se occupara no livro 7º da *História das Lutas*, em que contestava a Berredo a exatidão de seu relato.

Êste no § 917 dos *Anais* assegurava que os holandeses, depois de encavar a artilharia do forte S. Filipe, haviam partido para a ilha de São Cristóvão, uma das Antilhas. Varnhagen, ao contrário, baseado naturalmente na obra de Frei Domingos Teixeira, assegurava que êles se dirigiram para o Ceará, e daí, por terra, para o Rio Grande do Norte.

Segundo o crítico, havia equívoco nesta retificação. Berredo estava de acôrdo, nesse ponto, com o Conde de Ericeira, e o que dizia lhe parecia ter todos os visos de verdade. Seria muito difficil aos holandeses, navegando em navios redondos contra os ventos e a corrente, viajar para o sul, e, por isso, é natural que tivessem aroado para São Cristóvão. Ao mesmo tempo que êles, porém, embarcavam índios seus aliados, que bem poderiam, em alguns barcos de fácil manobra, navegar para sua terra, o Ceará. Com êles poderiam ter ido alguns holandeses. Conciliavam-se assim as opiniões divergentes, pois que houvera quem fôsse para o Ceará, e quem se dirigisse para São Cristóvão.

O outro ponto relacionava-se com os §§ 920-923 dos *Anais* onde Berredo narrara como os indígenas do Ceará, para vingar-se de maus tratos que os da Companhia das Índias Ocidentais lhes tinham inflingido no Maranhão, haviam surpreendido a guarnição do forte do Camuci, e também a de outro, dez léguas ao sul, em *Jericoacoara*; e posteriormente haviam feito o mesmo com a do Ceará, entregando depois a fortaleza a Antônio Teixeira de Melo, que mandaram chamar para isso.

O nobre titular contestava, em nota, a veracidade do fato, pois que, segundo dizia, a entrega do forte do Ceará aos portugueses só se fizera depois da rendição do Recife e da capitulação final. A Cândido Mendes parecia-lhe que o autor da *História das*

Lutas laborava em equívoco, pois o Padre Vieira na *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*, escrita antes dos *Anaes* e do *Portugal Restaurado*, relatava o fato com insignificantes divergências, que não modificavam o essencial.

No tocante à tomada da fortaleza do Ceará em 1644, tanto Barleus como Netscher estavam de acôrdo com os cronistas portugueses. O primeiro relatara o trágico fim de Gedeão Morritz, assassinado pelos índios revoltados contra suas crueldades, pelo que não responsabilizava aos habitantes do Maranhão por essa revolta.

Dizia mais que, tendo chegado do Maranhão um navio, «provavelmente o que fôra lançar no Camuci os índios que ali tinham servido aos holandeses, e em que vinha o funcionário que ali servia de chefe político, o *Edil*, os índios rebelados receberam os recém-chegados traiçoeiramente e lhes deram a mesma sorte que a Morritz e seus companheiros». Êsse chefe político era, ao ver de Cândido Mendes, o próprio Pedro Bas, que acabara de governar o Maranhão. Barleus attribuía ao procedimento bárbaro de seus compatriotas para com os indígenas a causa da revolta. Guilherme Negerton, cunhado de um dos chefes militares da guarnição, certa vez entregara aos índios vinte e quatro colonos, sem a menor nota de culpa, que foram devorados. Por êsse crime mandou-o punir o próprio govêrno holandês. A não ser por essa barbaridade, diz Cândido Mendes, nada teriam os holandeses a temer dos indígenas. O Conde Maurício de Nassau jamais permitia que escravizassem os índios no Ceará, e da mesma forma tinham procedido seus prepostos Lichthardt e Koin no Maranhão. O objetivo político dêsse procedimento estava claro : afastar dos portugueses a aliança dos aborígenes.

«Portanto — conclui vitoriosamente o senador maranhense — o que disseram Berredo e Ericeira quanto a esta revolta, pode-se acreditar, bem que o fato do Camoci não tivesse relação com o do Ceará, e êste precedera o do Camuci e de Jericoacoara : e talvez tivessem, mas por motivo inverso do que atribuem os cronistas portugueses, atuando as mesmas causas. Seriam os indígenas do Ceará que influíssem sôbre os do Camuci, e não êstes sôbre aquêles, com terror das represálias dos holandeses».

Passa a refutar outro ponto em que o ilustre barão se afastara de Berredo, do Padre José de Morais e de Gayoso, que *uma voce* garantiam pouco haver Antônio Teixeira de Melo sobrevivido ao seu triunfo, esgotado, provavelmente, pelos trabalhos da campanha e pelos desgostos de um processo iniquo que lhe moveu o donatário de Tapuitapera. O autor da *História das Lutas*, no entanto, contra a tradição constante, e a afirmativa de José de

Morais, pertencente a uma ordem religiosa tão querida do capitão-mor, que naturalmente se sepultou em sua igreja, escrevera :

«Talvez como tênue indenização de tanta injustiça, o rei, depois de restaurado Pernambuco, vendo Antônio Teixeira de Melo reduzido à pobreza, lhe fêz mercê (por carta de 1 de dezembro de 1654) da capitania do Pará».

Não julgava possível que a côrte de Lisboa levasse tanto tempo para recompensar os serviços dêsse herói. Deveria ter havido alguma transposição de algarismos; um exame nos arquivos de Lisboa comprovaria ser a data certa 1645 e não 1654. Aliás, o registo de uma carta régia não implicava obrigatoriamente em sua expedição, pois poderia ser cassada antes da posse. Havia ainda uma razão mais forte para não admitir-se a data de 1654. Nesse ano fôra despachado (25 de agosto) André Vidal como governador e capitão-general do Pará e Maranhão, e entrara em exercício em maio de 1655. Passando em agosto do mesmo ano ao Pará, nomeara capitão-mor daquela circunscrição a Luís Pimenta de Moraes. No caso de ser verdadeira a data da carta régia em favor de Antônio Teixeira de Melo, Vidal de Negreiros não usaria da faculdade trazida. «Havia nesta data manifesta impossibilidade quanto à sua existência».

Concluindo o livro sétimo do seu trabalho, Varnhagen dizia que a notícia da rendição do Maranhão chegara a Pernambuco nas vésperas de partida de Nassau da Paraíba para a Holanda (22 de março de 1644). Provavelmente a notícia lhe chegaria procedente das Antilhas, porquanto, pela impossibilidade das viagens para sotavento, nenhuma embarcação poderia ter ido levar diretamente a nova ao chefe do govêrno holandês no Brasil.

Tratando do triunvirato que sucedera ao Conde Maurício, o autor da *História das Lutas* identificava um dos seus membros, o ourives Pedro S. Bas, com aquêlê *que tantas extorsões praticara no Maranhão*. Essa identidade não lhe parecia líquida. Divergiam os cronistas nos nomes dos componentes da junta governativa. Netscher escrevia Bas como Varnhagen, mas Manuel Calado, que vivia em Pernambuco e conhecia pessoalmente os governantes, apresentava dêsse modo os seus nomes : João Bo-lestrate, Henrique Harnel, *Petre Vaes*, João de Valbeque. Admitindo, mesmo, a substituição do *B. pelo V.*, ainda assim havia alguma diferença entre *Baes* e *Bas*. Além disso o Edil do Maranhão assinava-se P. J. Bas. O outro P. S. Bas. Era possível tratar-se de êrro de cópia ou de imprensa, como provâ-lo, porém ? Nenhum cronista, também, português ou holandês, falara no regresso dêste, sob qualquer pretexto, do Maranhão para Pernam-

bucu, no intervalo de tempo compreendido entre 31 de janeiro de 1643 e 28 de fevereiro de 1644.

Argumentando com o depoimento de Barleus quanto ao assassinato do Edil pelos índios, que êle, Cândido Mendes, supunha ser o Pedro Bas do Maranhão; com as dificuldades na navegação para o sul na costa leste-oeste; e com a circunstância de que, depois de tão condenável abandono do pôsto, seria incompreensível que tal indivíduo procedente das Antilhas pudesse vir a fazer parte da junta governativa suprema, preterindo outras pessoas de mais títulos e influência, encerra o senador maranhense a sua refutação, dizendo reputar muito duvidoso que o Pedro Bas do Maranhão fôsse a mesma pessoa que fizera parte do triunvirato do Recife.

★ ★ ★

A réplica de Varnhagen veio no mesmo ano, sob a forma de um *Post-Facio* anexo à segunda edição da *História das Lutas*, que, pôsto trouxesse no frontespício a data de 1872, só em meados de 1874 foi ultimada e posta à venda. O *Post-Facio* tem a data de 7 de maio dêsse ano, e o autor mandou-o imprimir em número de exemplares superior ao da edição da *História* para atender às pessoas que desejassem também reuni-lo às *Memórias do Maranhão*.

Depois das cortesias iniciais do estilo, empregadas pelos polemistas à guisa de anestésico nos adversários, o Barão de Pôrto Seguro começa por declarar que, depois de haver lido e estudado a refutação do senador maranhense, continuava fazendo do Padre José de Moraes o mesmo juízo que antes, enunciado no prefácio da *História das Lutas*. Escrevendo êsse jesuíta em 1759, e utilizando-se de Berredo como fonte principal, não poderia de forma alguma ser preferido, para sucessos que tiveram lugar mais de um século antes, aos documentos que êle não tivera a felicidade de conhecer e consultar.

O fato de na obra de Moraes se encontrarem frases em abono da última conclusão a que êle Varnhagen chegara, de ser o Rio Grande do Norte a terra natal do Camarão, não era, por si só, suficiente para modificar o juízo desapassionado que sôbre êle emitira.

Enganava-se o seu respeitável censor atribuindo a severidade dêsse juízo à circunstância de ser Moraes jesuíta. Não aceitar sem crítica tôdas as apologias dos feitos da ordem narrados pelos seus cronistas é que poderia, com razão, ser taxado pelo público de parcialidade jesuítica, tornando-o suspeito de filiado à Companhia. Os filhos de Santo Inácio, pelos preceitos da Monita, tinham o dever sagrado de exaltar a corporação. Essa circuns-

tância, aliás, não era desconhecida ao seu censor, que mostrava nesse ponto concordar com êle (pág. IX do *Prefácio*) ao referir-se aos *achques* dos historiadores membros de ordens religiosas, que todos tinham e têm em vista a glória de sua corporação, embora uns escrevam com mais probidade e crítica que outros. Cabia-nos a nós, seus leitores, a obrigação de discernir o joio do trigo, e de fazer justiça, apreciando os fatos e ações como realmente se tinham passado.

José de Moraes era jesuíta e escrevera uma *História da Companhia de Jesus no Maranhão e Pará*. Escrevia como filho dedicado, que era, da Companhia. Dever-se-iam, acaso, acoiar de parciais os escritores profanos, não ligados a ela por nenhuns votos, que procurassem, segundo a sua consciência e convicções, apreciar os fatos *como êles eram*? O contrário disso, ater-se servilmente a seus depoimentos, é que se poderia com fundamento qualificar de parcialidade jesuítica. O primeiro juízo sôbre José de Moraes fôra lacônico, apenas o suficiente para exprimir as impressões deixadas pela leitura de sua obra na parte correspondente ao certo período de dois anos e três meses em que o consultara. Reconhecia que o estilo do padre era menos empolado e mais ameno e elegante que o de Berredo, via de regra, mais *instruído, noticioso e exato*. Tinha até prazer em lê-lo como uma novela. Faltavam-lhe, porém, muitos dotes necessários a quem pretendia ser um historiôgrafo. Conhecia muito pouco da história geral da América, e cometera nesse campo erros crassos. Parecia não haver consultado para compor o seu livro, além das obras já impressas sôbre o Maranhão, incluindo a relação de Simão Estácio, mais do que as memórias existentes no arquivo da Companhia. Daí dois defeitos graves: 1º, o de só ver as coisas através do prisma de sua parcialidade; 2º, o de romancear, piamente embora, os pontos sôbre os quais não dispunha de informações suficientes, aqueles para os quais segundo textualmente se exprimia «lhe sobejava a notícia concisa dos fatos, mas *lhe faltavam as circunstâncias dêles*». Pilhando-o nesses romances, variações e improvisos, graças ao cotejo de seus períodos com o teor de numerosos documentos que iam aparecendo, fôra forçado a perder a confiança em suas declarações, e o mesmo sucederia a outros que para o futuro, o consultassem. O seu texto, quando muito, poderia servir para corroborar algum fato; nunca, porém, para firmá-lo sem outras provas. Não merecia o nome de *historiador*, na acepção que modernamente se dava ao têrmo, nem sequer o de cronista; pois êstes, quando escrupulosos, procuram cingir-se aos textos dos documentos, não tentando tirar dêles mais do que realmente davam. Menciona Varnhagen em seguimento vários episódios históricos em que se revelava a falta de discernimento com que

Morais escrevia, estranhando que o censor, depois disso, ainda o tivesse a êle na conta de anti-jesuítico.

À Companhia de Jesus tinham pertencido Navarro, Nóbrega e Cardim; alguns de seus escritos foram por êle editados; e as informações ingênuas dêstes cronistas, sôbre matérias e fatos de que foram testemunhas de vista, aceitos sem restrições.

No empenho de declará-lo antipático a José de Moraes esquecera-se até o crítico de que fôra êle Varnhagen quem, nas *Reflexões Críticas* à obra de Gabriel Soares, revelara em 1839 a existência de sua obra, o que em sua memória *O Turiaçu*, impressa em 1851, o senador maranhense reconhecera. Agora, depois de haver incorrido na infelicidade de censurar a obra do seu querido padre, esquecia-se disso, e brindava com a prioridade a Rivara, cujo catálogo, impresso em 1850, ficara durante anos depositado na Imprensa Nacional de Lisboa, sem ser pôsto à venda (143).

Após as explicações preliminares que relatamos, passa o Barão de Pôrto Seguro a defender-se de outros pontos em que Cândido Mendes dissera ter-se o autor da *História das Lutas*, «pôsto que não involuntariamente, afastado da justiça e da equidade, e nem sempre em proveito da exatidão histórica».

Um dêsses pontos era o de que tratava na pág. 254 (da segunda edição) texto e nota, sôbre os sucessos do Ceará em 1644. Não fôra o autor da *Vida de Gomes Freire* quem lhe fornecera base para escrever que os holandeses, retirando-se de São Luís, após a capitulação, tinham ido, a maioria pelo menos, para Pernambuco sem passar pelas Antilhas. O mesmo quanto à opinião emitida, contrária à de Berredo, de ser Antônio Moniz proprietário de mais de um engenho. Garantia, porém, que tivera para isso razões que o convenceram, e esperava tornar a encontrar; sendo-lhe, aliás, indiferente que essa opinião se aceitasse ou não. Alude à vida atribulada de diplomata que levava, em contínuas viagens de um ponto para o outro, a fim de explicar porque muitas vêzes perdia ou extraviava apontamentos, donde lhe resultava não poder documentar sempre suas afirmativas. Para não amontoar papéis costumava destruir os originais, logo que os dava ao prelo. Sua memória não podia, por outro lado, abarcar tudo. Eis por que, dos muitos fatos que apurara no decurso de perto de 40 anos em que se dedicava a investigações históricas, alguns havia de que, se lhe pedissem no momento as provas, não as poderia apresentar,

(143) O editor das *Memórias do Maranhão* defendera a precedência de Rivara em oposição a uma afirmativa de Antônio Henriques Leal, nos *Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil*, em que atribuía a Gonçalves Dias a revelação do inédito de José de Moraes. (Cfr. *Prefácio*, ao t. 2º das *Memórias*, págs. II-III).

nem indicar por que processos mentais chegara a descobri-los. Entre êsses estavam dois admitidos pelo censor : o de ser Diogo de Campos Moreno o autor do livro *Razão do Estado do Brasil*, e o de ser o Padre Jerônimo Machado o da *Jornada e Conquista da Paraíba* (144).

A respeito dos últimos momentos do Padre Manuel de Moraes claudicara depois de haver alhures escrito a verdade; já desde 1872 retificara o engano no exemplar destinado à segunda edição. No 2º volume da *História Geral*, impresso em 1857 (pág. 42), havia, em presença das listas autênticas dos sentenciados nos autos de fé realizados em Lisboa, escrito que o jesuíta fôra queimado *em estátua* no auto de 6 de abril de 1642, e no de 1649, «condenado a hábito perpétuo, sem remissão, com fogos, e suspenso para sempre das ordens». Ao escrever, porém, a *História das Lutas*, em vez de «consultar-se a si próprio», tendo mais à mão o 6º volume do *Dicionário* de Inocêncio, impresso em 1860, e confiando no critério e exatidão dêsse escritor, transcrevera daí os informes sôbre Moraes, supondo-os os mesmos que êle Varnhagen publicara três anos antes.

Quando chamara a Manuel de Moraes catequizador do Camarão cingira-se à autoridade de Duarte de Albuquerque, não na passagem interpretada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, mas noutra em que dizia positivamente que «os índios das aldeias do Rio Grande (não unicamente os fronteiros da Paraíba, como admitia o censor...) estavam sob a direção do Padre jesuíta Manuel de Moraes».

Outro retoque que o censor encontraria de acôrdo com a sua refutação era a retirada das referências às cerimônias religiosas das quais participara em 1612 o Camarão. Desaparecia assim qualquer desconexidade entre o batizado em 1580 e falar-se em idêntica cerimônia em 1612. Acudira-lhe essa idéia ao rever das provas da primeira edição, esquecendo-se de pôr o acréscimo em acôrdo com o que estava impresso, bastando para isso alegar que por ocasião do seu casamento efetivara o *batizado solene* com administração dos santos óleos. Na segunda edição suprimira a referência aos Padres Diogo Nunes e Gaspar de Sampêres.

(144) Simão Travassos, S. J. segundo suposição de Capistrano de Abreu, e atribuição formal de Serafim Leite, cujos argumentos são concludentes, é o autor dêsse escrito, cujo titulo integral é: *Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba, escrita e feita por mandado do muito reverendo Padre em Cristo, o Padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus de tôda a Província do Brasil* (Cf. Serafim Leite: *História da Companhia de Jesus do Brasil*, I, págs. 500 e segs.). A obra de Travassos acha-se publicada anônimamente na *Revista do Instituto Histórico*, t. XXXVI, p. I, págs. 5-89 (1873).

O fato de não estarem ainda em 1580 colonizadas as margens do Potegi, pátria da família do célebre índio, não impedia a *conjetura* de já haver podido ingressar o jovem Camarão na vida civilizada, por ocasião, por exemplo, da primeira grande ocupação da Paraíba em 1578, ou agarrado por algum caravelão da costa. Gozando os índios de grande longevidade, e constando que aprendera o latim com os padres, o que só teria tido lugar quando menino (*corumim*) não era impossível que já tivesse relações com os portugueses antes de 1580. Por ocasião da conquista do Rio Grande já era amigo de Manuel Mascarenhas e Feliciano Coelho, aos quais hospedara.

Confessava-se magoado pelo fato de que Cândido Mendes para ter mais em que censurá-lo — depois de admitir que em 1612 os dois padres tivessem estado no Ceará (e não nos seus confins), onde tinham batizado e casado o Camarão, e de dizer que Varnhagen *tirara de José de Moraes esta notícia* (o que infelizmente era verdade, mas garantia que nêle nunca mais se fiaria), — asseverasse (pág. XXI) que êle Varnhagen pretendia «que o célebre indígena petiguar «fôsse batizado e casado no Ceará em 1580, e por *aquêles padres*, que provávelmente nessa época nem teriam chegado ao Brasil».

Por que tanto empenho no censor em atribuir-lhe tamanho absurdo? *Casado* o Camarão em 1580, isto é, no mesmo ano em que apenas *conjeturalmente* admitira houvesse sido o seu nascimento? Esta falta de caridade, certamente involuntária, só fôra excedida quando, depois de transcrever um período da *História Geral* contendo asserções já totalmente rejeitadas pelo autor, sem mais explicações se saíra perentoriamente com essa sentença :

«Tôdas estas asserções são inexatas».

Sem exceder-se, Varnhagen limitou-se a apontar uma desconexidade não retificada no autor do *Atlas Geográfico do Brasil*, premiado na Exposição Universal de Viena. Em nota à pág. 42 (do tomo II das *Memórias*) o Sr. Cândido Mendes dizia que o rio *Genipapo* era hoje em dia denominado Paru, «em cuja foz se acha situada Almeirim», e logo adiante, tratando do mesmo rio *Genipapo*, que «hoje denomina-se *Uacarapi*».

* * *

Passando a outros pormenores e incidentes relativos à vida local da capital do Maranhão, em que o censor nutria opiniões diferentes das dêle, que as abrigara em notas, justamente por serem pontos em que não tinha absoluta certeza, começa pela dúvida relativa ao nome do oficial escossês morto na cilada que lhe armaram os sublevados maranhenses.

O erudito censor sustentava que o nome verdadeiro deveria ser Sandelin e não Sandalin como tinham escrito Ericeira, Berredo e José de Moraes. Baseava-se para isto unicamente na existência ainda hoje, na Holanda, do apelido Sandelin. Ora, o oficial era escossês segundo o Conde da Ericeira, provavelmente jovem e celibatário, como eram em geral os aventureiros que se engajavam ao serviço da Companhia; e morreu no Maranhão. Por que cargas d'água haveria de ser do sangue dêsse mercenário o conselheiro Sandelin da Holanda? Sòmente pela semelhança do nome com Sandalim? A emenda do senador maranhense poderia comparar-se à de quem vendo escrito o apelido holandês *Van Hagen*, e não conhecendo outro parecido senão o d'êle, Pôrto Seguro, sentenciasse: «o verdadeiro nome dêste indivíduo é *Varnhagen*». Eram duas famílias distintas, apesar de apenas um *r* diferenciá-las grâficamente; uma holandesa, outra alemã.

Faz reparos a opiniões um tanto temerárias que o crítico dava como verdades assentadas e continua :

«Quer o douto maranhense que o âmbito ocupado pelos holandeses, concentrando-se na capital, fôsse um pouco maior do que o por êle, Varnhagen, assinado à pág. 250 (da segunda edição), que o pôsto de Antônio Vaz fôsse diferente do de Antônio (aliás *Santo Antônio de Morus*), e que o nome proviesse de algum nicho ou capela de Santo Antônio Mouru, que ali houvesse». Não se daria ao trabalho de ir agora estudar de novo e verificar tais pormenores, confiando plenamente na exatidão dos exames locais de pessoa tão competente. Não se conformava, porém, com as dúvidas do maranhense quanto à influência da metrópole na gênese da revolução e da inteligência com os insurgentes de Pernambuco comprovada pela correspondência de Nassau por Barleus, e sôbre a existência de artilharia trazida pelos contingentes de socorro vindos do Pará. Êste ponto era sustentado pelos holandeses presentes à ação. Os escritores portugueses que diziam o contrário escreveram mais tarde e na metrópole. Valia menos o seu depoimento. Quanto ao jesuita Lopo do Couto admitia sua influência na rendição da cidade, mas não a exagerada parte que lhe atribuíam seus irmãos de Ordem. Jaboatão também transcrevera muitos certificados em favor dos franciscanos. Atestados faciosos desta categoria se dão sem mais fundamento que a simpatia pessoal e o desejo de não desgostar os solicitantes. E isto sem falar na possibilidade de se tratar de matéria falsa como tantas que êle Varnhagen já encontrara em suas pesquisas.

Quanto à divergência de nomes (*Jacob Evers* e *João Lucas*) para o chefe holandês morto na mesma emboscada em que succumbira o *Sandelin*, via outra explicação mais natural do desa-

côrdo entre José de Morais e os demais cronistas. Bastaria que o padre houvesse entendido mal um texto manuscrito, e lido João Lucas onde estivesse Jacob Evers.

Aproveitava a oportunidade para dizer que, antes da ocupação holandesa, a residência dos governadores, e, portanto, a de Bento Maciel, era numa fortaleza sobre a barra, fortaleza desmantelada pelos invasores.

Passando aos tópicos compreendidos na terceira parte da refutação, começa por discordar da *correção* de 1654 para 1645, que o senador maranhense queria por força fazer na data da nomeação de Antônio Teixeira de Melo, capitão do Pará. Era outro arbítrio semelhante ao de *Sandelin*. Se não assistira à posse do sucessor em 1646 é porque estaria ausente, no reino, a defender-se. Nesse caso deveria também dar-se por suspeita a sentença de 7 de junho do mesmo ano, que foi data contra êle, e não contra os seus herdeiros. A carta régia de *nomeação* (não falara em *posse*), para que não houvesse na data a menor hesitação, bastaria dizer que estava compreendida entre as de 1653 e 1655. Era, porém, de 1 de setembro e não dezembro, como saíra por um lapso tipográfico da *História Geral*, de onde tirara em confiança, para a das *Lutas*, o apontamento.

A respeito das dúvidas sobre a identidade do Pedro Bas do Maranhão e o Pedro Bas do triunvirato que sucedera a Nassau no Recife, manifestava também sua estranheza. Os cargos para o Maranhão não eram de nomeação metropolitana, e sim simples comissões exercidas por delegados do governo do Recife. A explicação mais natural é que, depois de perdido o Maranhão, ou pouco antes disso, Pedro Bas, vendo que, como *civil* nada tinha a fazer em uma circunscrição em que as armas estavam com a palavra, se retirasse para o Recife num dos navios que tinham levado socorros à guarnição. Por que dar como provada (simplesmente porque mostrara disso a intenção) a viagem do Edil de São Luís às Antilhas? Sua presença, e a do oficial Henderson em Pernambuco, que constavam de documentos, é que constituíam um argumento contra a ida às Antilhas, puramente conjectural.

O nobre magnata maranhense certa vez, em ponto alheio à *História das Lutas* e ao Padre Moraes, se recusara a dar crédito a uma sua descoberta, porque «nenhum cronista o assegurara». Era estupefaciente o motivo! Não era êle, Varnhagen, cronista também, pôsto que mínimo, e o decano dos investigadores da história da *Terra de Santa Cruz*? Teria a história brasileira feito os progressos que se lhe reconheciam se os escritores se ativessem unicamente aos velhos cronistas? E cita um rol de questões, já por êle estudadas e resolvidas, como os primeiros descobrimentos, as explorações que se seguiram, o nome dos doze donatários e a

extensão das capitánias, tudo matéria sôbre a qual quase nada diziam, ou depunham erradamente, os velhos cronistas.

Referia-se, por exemplo, à data da criação do 1º bispado. O magnata vitalício, guiando-se pelos *cronistas*, incluindo Pizarro, dissera : «Sabemos que foi expedida a 1 de março de 1555, sob o pontificado de S. S. P. Júlio III, a instâncias de El-Rei D. João III, etc.». Isto na *A Carolina*, 1852, pág. 203.

Entretanto, 14 anos depois, sem o auxílio de nenhum cronista, corrigia à pág. 529 do tomo I do *Direito Civil Eclesiástico* :

«É curioso o que diz Pizarro, em suas *Memórias*, tomo VIII, pág. 53 (nota 51), confrontando a data da chegada do bispo ao Brasil com a da bula da criação do bispado, que *diz ser* do ano de 1555, por *não ter atendido* bem para a data da bula, ligando o *quinto* das *calendas martii* (data do mês) com o *qüingentésimo* (data do ano); de modo que sendo expedida esta bula em 26 (25, aliás) de fevereiro de 1550, passou, segundo Pizarro, a ser de 1 de março de 1555.

No entanto o senador lançava tôda a culpa sôbre Pizarro, esquecendo-se de que endossara o seu equívoco com o *sabemos* de 1852. Chama a atenção para o fato de que êle Varnhagen retificara, à pág. 487 do *Suplemento* ao tomo I da *História Geral* a data da bula, baseado no exame do original existente na Tôrre do Tombo, nove anos antes da descoberta do seu censor.

No entanto, a data de 1550 não era ainda a exata, segundo o nosso estilo, ou maneira de marcar os anos. O ano aí inserto dever-se-ia entender *more florentino* segundo o qual se principiavam a contar os anos de 25 de março. Ora, sendo a data de 25 de fevereiro (*Quinto Kalendas Martii*), caía dentro do nosso ano de 1551 embora fôsse ainda o de 1550 para os que o computavam segundo aquela maneira. Fôra passada no 2º ano do pontificado de Júlio III, eleito a 8 de fevereiro de 1550, segundo a nossa maneira; 25 de fevereiro de 1551 era realmente o 18º dia do segundo ano de seu pontificado.

Outro ponto que êle Varnhagen também retificara pela argumentação, *sem que o assegurasse nenhum cronista*, era o relativo à data de anexação à coroa do mestrado das três ordens, em que no momento seguia opiniões diferentes das que anteriormente endossara, e das consignadas no *Direito Civil Eclesiástico* do nobre maranhense. A bula passara-se efetivamente a 30 de dezembro de 1551, segundo do pontificado de Júlio III como nela se diz.

Nestes dois fatos bem importantes a verdade não fôra revelada pelos antigos cronistas; desatendida até em documentos oficiais, fôra restaurada só pelo raciocínio e pelo *critério histórico*, o mesmo pelo qual afirmara haver estado o Camarão na Bahia em

1603, visto que pouco depois tomara parte distinta na pacificação dos palmares do Itapicuru, «devida exclusivamente aos pitiguares idos da Bahia com o Zorobabê».

O censor, negando a existência de um fato só porque não fôra relatado por nenhum cronista, queria retirar dessa omissão por parte daqueles cujas obras conhecia, a conclusão de que não haviam sucedido, quando, por documentos ao censor ainda desconhecidos, sabia êle Pôrto Seguro que efetivamente se realizaram.

«... Nenhum Pitiguar voltou da Bahia ao Rio Grande, inclusive o cacique mais notável, — o Zorobabê».

Tinham-no levado para a Bahia em 1603, repete logo adiante, «... de onde nunca mais voltou»; eis as afirmativas perentórias e enfáticas do douto censor.

Pois soubesse o crítico que também Zorobabê voltara, e com êle outros pitiguares! Considerava êsse indígena um tipo realmente simpático e digno de inspirar um drama político.

«Depois de haver prestado importantes serviços sujeitando os Aimorês, e logo depois os canhambolas amocambados nos Palmares do Itapicuru, regressara êle ao seu querido Rio Grande do Norte; por sinal que, com o produto da venda dos pretos dos Palmares que lhe couberam, comprou *bandeira de campo*, ricas vestes, e até um tambor; e, ao entrar na pátria se fêz preceder de um dos seus índios (também pitiguar) brandindo uma espada; e depois armou rixas com os padres, porque, para recebê-lo, não tinham as igrejas enramadas nem haviam saído a esperá-lo em procissão, com os competentes cânticos e comédias de corumins. Mas, por fim, tão orgulhoso e insuportável se tornou, especialmente quando bebia, com os próprios moradores, que êstes se viram obrigados a prendê-lo, e a mandá-lo para Pernambuco; donde (não da Bahia) por ordem da côrte ao Governador D. Diogo, foi (depois de 4 de novembro de 1608) embarcado para Lisboa, e logo daí internado em Évora, onde veio a falecer. Infeliz! Quem sabe se dêle *daria conta* a inquisição da então cenobítica capital do Alentejo» (145).

Não menos infeliz do que no respeitante ao Zorobabê fôra o censor ao pretender, baseado em Moraes, fazer a história da jornada de Pero Coelho ao Ceará, que se transformara, debaixo da pena dêsse jesuíta, numa falsa novela. Depois de apontar as peripécias da jornada e os pontos em que a narração do jesuíta discordava da verdade, segundo os subsídios coligidos depois da

(145) Estas informações sôbre o Zorobabê, reproduzidas em 2ª edição da *História Geral* (págs. 408-409) bebeu-as Varnhagen na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, ainda inédita. Capistrano de Abreu demonstrou êste ponto nos *Prolegômenos* à referida *História* (Weisflag Irmãos, 1918, pág. IV).

primeira edição da *História Geral* (146), e após censurar a *invenção* dos emblemas do Maranhão e do Pará pelo dito Moraes, Varnhagen dá por finda sua réplica prometendo para a segunda edição da *História Geral* muitas novidades; presente êsse, porém, que só poderia oferecer ao público «se novas interrupções forçadas, algumas bem desagradáveis (147), provocadas, por tantos incidentes, apesar do propósito feito de os desatender, não continuassem a retardar sua publicação, de modo que chegasse a hora de baixar à cova antes de a deixar estampada».

* * *

A impressão que o desenrolar desta polêmica certamente deixará no leitor é de que o Barão de Pôrto Seguro, muito melhor documentado em suas afirmativas que o seu contendor, venceu a Cândido Mendes em todos os pontos da arguição, excetuando aqueles em que espontaneamente verificara haver incidido em equívoco e retificara para a segunda edição da *História das Lutas*, e o referente ao local da peleja entre holandeses e portugueses do Maranhão, matéria em que se curvava à competência do censor. A formação cultural de Cândido Mendes ao mesmo tempo escolástica e forense, levava-o constantemente a procurar suprir pela *argumentação* a falta de documentos. Como salientou o Dr. Afonso de Escragnoille Taunay a propósito da crítica do maranhense a afirmativas de Frei Gaspar (148), o autor do *Atlas Geográfico do Brasil* pertencia aquela grei de *historiadores* que não compreendia como se pudesse fazer história, senão com o que corria em letra de fôrma. Suas teses eram defendidas à maneira dos teólogos, e dos positivistas. Os textos do *Reverendos Padres da História*, *scilicet* o Conde de Ericeira, Berredo Moraes e Gayoso, e, às vezes, Southey e Netscher, forneciam as premissas básicas. Encerravam a pura linfa da verdade. Daí, por meio de raciocínios e silogismos tiravam-se *deduções*. Quando um *cronista* não tratara de um fato não havia como adquirir certeza sobre as suas particularidades nem sobre a sua existência até. Em tôda a refutação à *História das Lutas* não vemos citado um único documento inédito ou o fruto de uma pesquisa pessoal de Cândido Mendes. São só refutações de Ericeira por meio de Berredo, Berredo por

(146) Também hauridos na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (Cf. Capistrano de Abreu, *op. et loc. cit.*).

(147) Referia-se certamente às polêmicas com a dupla Braga-Coelho, Antônio Henriques Leal e Pieter Marinus Netscher, que muito o tinham feito sofrer, as duas primeiras principalmente.

(148) Cfr. Frei Gaspar da Madre de Deus: *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, 3ª ed., 1920, págs. 71-74.

meio de Moraes, e Varnhagen mediante citações de Frei Manuel Calado.

O sorocabano, pelo contrário, cõscio do seu valor, galhardamente estribava-se em investigações originaes, feitas quase tôdas em material inédito, que o antagonista não conhecia, pois, para tanto, teria de sujar as mãos em pó de arquivos, e estragar a vista em cima de letras arcaicas e quase apagadas. Era tão cômodo fazer um arrazoado causídico para decidir que a nomeação de Teixeira de Melo de capitão-mor do Pará fôra em 1645, e não em 1654, sem a massada de consultar os registos da Torre do Tombo! A lógica aristotélica de argumentador no vácuo, aprendida nos *colégios de padre*, teve de ceder diante da evidência irrespondível da lição dos arquivos. Não poderia haver troca de algarismos. A nomeação estava registada depois dos títulos de 1653 e antes dos de 1655!

Observará, durante a discussão, um fato curioso, quem se der ao trabalho de ler as peças originaes dela, isto é, o *Prefácio* ao tomo II das *Memórias do Maranhão*, e o *Post-Facio* à segunda edição da *História das Lutas*, fato este apenas compreensível a quem conhecer a índole e os precedentes dos contendores. Cândido Mendes pertencera ao grupo dos republicanos exaltados do período regencial, mas depois se acomodara com a nossa monarquia liberal, acabando por ocupar uma cadeira vitalícia no Senado do Império. Conservava, todavia, como ranço dos tempos da mocidade, uma certa antipatia pelos títulos nobiliárquicos. O Doutor Afonso de E. Taunay estudou bem essa feição do seu espírito no prefácio à terceira edição da *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus (149), que também se patenteia na maneira por que se dirige a Varnhagen: é sempre o *senhor barão*, o *ilustre titular*, o *nobre barão*, com uma insistência em que se percebe claramente uma pontinha de ironia e debique. Varnhagen não sé dá por achado, mas retruca no mesmo tom: o *magnata maranhense*, o *nobre magnata*, o *ilustre magnata vitalicio* são os tratamentos que dá a Cândido Mendes, que não possuía título nobiliárquico, mas não rejeitava do regime as vantagens materiais que lhe pudesse proporcionar, entre elas a vitaliciedade senatorial. Para o exercício dessa elevada função representativa, diga-se com justiça, o ilustre maranhense possuía mais que suficientes títulos de recomendação fora das letras históricas.

Neste campo, porém, em que pese a grande número de incendiadores, foi bastante mediocre, e desconhecedor dos modernos processos de crítica.

O RIO GRANDE DO NORTE NA CARTOGRAFIA DOS SÉCULOS XVIII A XX

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELLO BRANCO

SÉCULO XVIII

Como vimos ao estudar as cartas geográficas do século XVII, o maior progresso no tocante a toponomia interior, encontra-se nos mapas dos flamengos: Marcgrave e Vingboons.

Os demais cingiram-se à costa marítima e quando se arriscaram a fixar algum nome mais arredado dessa orla litorânea, o fizeram tímida e esparsamente, como se vêem nos atlas de 1626 e 1627 (Teixeiras) — aldeias «Antônia» e «Camarão», sendo que no segundo observam-se no sertão os nomes de «Guaratiba», «Andui», «Cara», «Cruaru», «Anduraquara» e «Taivoca», talvez, relativos a tabas indígenas; e em algumas cartas francesas da segunda metade da centúria: «Tiguares» ao sul do rio «Potengi»; «Guayi», «Cicui» e «Cumphoe» no alto Rio Grande; «Tapuia» no rio das Salinas (N. Sanson, 1656); «Guatapuqui» neste último rio, e «Iapuati» no rio Ypenin (Deslile, 1700).

Abre o século o francês Guilherme de Lisle, em 1703, melhorando o seu mapa de 1700. Contudo, fixa a Capitania entre o rio Camaratibe, ao sul, e a seção setentrional dos Baixos de S. Roque, ao norte. Ao simples «Ipenin» do anterior, aduz — «ou Panama», com uns montes à esquerda; «Pta. do Mel» em lugar de «Punto Daniel», «R. Guarohorug», em vez de um simples risco, acrescentando ainda a palavra «Salines»; «R. Omaratibo» e «Salines» entre ambos; «P. das Pedras», «Paranduba», «Bases de S. Roch», ao largo; «Montes Vassus», «Rio Grande» (cidade e rio) e «B. Formosa». Esqueceu o «Guamara R.» do antigo salvo se o substituiu pelo Omaratibo, e «Ance de Surgidouro», talvez a enseada do cabo de S. Roque.

Os cartógrafos franceses dominam pelo número, assim como no seguinte; vendo-se além de Lisle, La Fer (1705), Janvier (1762), Bourgoin (1774), Bonne (1780), Dezauche (1790) e Nollin (1791) mas, todos muito omissos no tocante ao Rio Grande

do Norte, por se tratar de mapas da América do Sul, do Brasil, ou de uma parte dêste.

Bonne, na sua *Carte de la Partie Septentrionale du Brésil*, regista tôda a porção de terra da banda esquerda do São Francisco até pouco além do «Amargos», sob a denominação de «Gouv. de Fernambouc», que limitava ao norte com o govêrno do «Marañon», limites êstes fixados por outros cartógrafos do século. O rio «Amargos» pelo nome deve ser o Piranhas ou Açu, mas, pela sua posição no mapa fica ao sul do Guamaré.

Dezauche ainda restringe mais o território dêsse «Gouv. de Fernambouc», pondo a divisa com o do «Maragnon», próximo ao «C. St. Roch», fixando também o «R. Guamará».

J. B. Nollin (*Carte d'Amerique*) situa ao sul do «Rio Upanama» a «Pt. S. Lucar», recordando o «St. Luc» do quinhentista Vaudeclaye.

Janvier anota «Natal los Reyes», como já fizera G. Sanson (1679 e 1691), e F. de With (1671), grafando êste «Natal ó los Reyes»; escrevendo Nicolas La Fer «P. Daniel», «Salina Grande», «Rio Grande», «Keulhe» e em seguida «Paraíba».

O flamengo Ioannes van Keulen, desde a centúria anterior que preparava os seus «Pas-Kaart, van Brasilia», sendo que no de 1712, a Capitania de Pernambuco ia desde a da Bahia até a do Maranhão ou Amazonas, anotando no litoral considerado hoje riograndense — «Hupanama», «R. Uquaiguara», «P. de Miel», «R. Guapetuba», «Roohoeck», «Soutpan Caruaretama», «R. Gamara», «Ubaranduba», «Pequetinga», «Baxos de S. Roque», «R. Cenapohimiri», «Potengi ó Rio Grande», etc. Repete o R. Uquaigara de Arciszewesky e Roobec» do mesmo autor, alterado para «Roohoeck», aliás mais acertado êste último no seu mapa de 1680, quando escreveu «Rooden-Bergh» (montes vermelhos) e repetiu no que se segue.

Êste mesmo cartógrafo apresenta um mapa parcial da «Bahia Baxa» ao norte do rio Jaguaribe até a «Punto Lucena», na Paraíba, o qual é mais completo, se bem que omita alguns nomes contidos no anterior e tenha várias imperfeições. Hupanama passa a Ipenin; Uquaiguara, acertadamente desapareceu; P. de Miel transformou-se erradamente em Punto Daniel, como já aconteceu em outros do período anterior; o rio Cenapohimiri passou sem melhoria a Zinaminin; baía de Ginepabou que vem da edição de 1680; está bem.

Seguem-se os inglêses C. Price que, em 1714, publicou uma carta da América do Sul, incluindo na área riograndense muito poucos topônimos e já conhecidos; e Eman Bowen (astrônomo) que, cêrca de 1740, confeccionou *A New Accurate Map of Brasil*,

dividindo-o em capitánias, vendo-se na do Rio Grande: R. Ipenin, P. Daniel, C. Pedras, R. Omara, M. Nassus (nuns morros), R. Doce, «Flatsfgf» (Baxos), St. Roch, C. de S. Roque, B. de St. Martin, Khouthe F. (na Barra), Rio Grande, Natal, Rio St. Jean de Stau e Fermosa Bay.

«C. Pedras»; ponta ou cabo das Pedras, entre a Ponta do Mel e o Omara (Açu), está fora do lugar, pois, esta ponta fica ao sul do rio Aguamarê. O monte Nassus, ignorado por muitos, do século passado, recorda as cartas de João Teixeira (1640 e 1642) e a de van Keulen (1680). O rio Doce ao norte do cabo de S. Roque, deve ser o de Touros, onde há boa aguada. «Koutle F.», é adulteração do forte de Keulen, que, alguns, como Janvier, Coronelli, escreveram Keulhen e Keulhe respectivamente.

Em 1747, o lusitano João Abreu Gorjão grafou, num estuário entre Ipanema e Aguamarê, «R. Assu», na *Carte marine manuscrite sur parchemin* (Bibliothèque Nationale de Lisbonne). Tomo VI do Atlas Rio Branco, 1899. Parece-nos o primeiro que registou essa denominação. Poucos são os topônimos riograndenses fixados, sendo que «P. do mel» está ao norte de «Ipanema», quando deve ser ao sul. Além dêsses, apenas anota: Salinas, R. Agoamarê, S. Roque, e ao largo — «B. de S. Roque» e «R. Grande», vindo depois a «Baía da Treição», já na Paraíba.

Cêrca do meado do século, surge o *Mapa dos Confinos do Brasil com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional* — «Copie de la Carte Portugaise de 1749 — Dont se sont servis les negociateurs du Traité de 1750 entre le Portugal et l'Espagne Faite en 1751».

Regista ao sul do rio Jaguaribe: uma ponta inominada, Upanema na foz de um rio, Ponta do Mel, um rio, um outro desaguando noutro mais extenso a que chama «R. Grande», nascendo perto de um contribuinte da orla direita do São Francisco; parciais, um rio, «Baijos de S. Roque», seguindo-se cinco rios pequenos e uma enseada até «Barra do Paraíba», todos sem nome, inclusive o que deve corresponder ao Potengi. (*Atlas Rio Branco*, VI, nº 29).

O «R. Grande», despejando entre a Ponta do Mel e uns parciais, seguido de um rio e os baixos de S. Roque, devia ser o atual Açu, principalmente, por ser o único da região que forma um delta, como dá a entender o cartógrafo, fazendo embocar nêl um outro e desaguar próximo um terceiro. Seria, dessarte, aplicada ao Açu, pela primeira vez, no meio cartográfico, a denominação de «R. Grande»; mas, «La même Carte comparée avec les Cartes marines modernes» (nº 30 do T. VI cit.) explica que «Upanema» corresponde a «C. Iguape», «Rio Grande» a Aracati; «R. Guamarê» a «Pta. Cajuaz»; situando Pititinga na zona dos parciais

de S. Roque, o cabo dêste apelido no início dêsses baixios, Natal no segundo rio ao sul do cabo e Tabatinga no terceiro. A nosso ver, todos êsses acidentes geográficos ficam no litoral riograndense, sendo êles muito conhecidos para necessitar de uma justificativa especial. A apreciação que vimos fazendo sôbre as cartas geográficas da região desde o século XVI, a dispensa; sendo estranhável que Upanema e Guamaré, rios conhecidos por êsses nomes a partir do início da centúria anterior, pudessem ser confundidos com pontas e lugares situados dezenas de milhas ao noroeste dos mesmos.

A *Monumenta Cartografica Indiana* por el capitan de fragata Julio F. Guillen y Tato, Madrid, 1942, reproduz no seu número 115 a *Carta Geográfica* de que se serviu o ministro plenipotenciário de S.M. Fidelíssima para ajustar o Tratado de Limites na América Meridional, assinado a 15 de janeiro de 1750, a qual segue a mesma disposição dos topônimos apontados no *Mapa dos Confins do Brasil* referido.

Um outro dessa coleção, com a inscrição *Mapa com a linha divisória de 1750*, só anota um rio na capitania — «R. Piringy ó R. Grande», fazendo, como se vê, confusão entre os rios Pirangi e Potengi, distintos, e conhecidos desde o tráfico francoluso da madeira côr de brasa, que daria nome ao país.

O mapa nº 28, dessa *Monumenta Cartográfica*, assinala o rio «Três Braços» desaguardo defronte de uns parais, ao norte dos de São Roque, mui provávelmente referindo-se ao atual rio Açú, que fica nesta posição e desemboca no mar por três bôcas, formando um delta.

Ainda uma outra carta dessa compilação, sob nº 67 e datada de 1775, da autoria de Cruz Cano, anota: «R. Upanema ó Salina», «Rio das Conchas», «R. Amargoso», «C. S. Roque», «R. Grande» e «Cidade Nova».

É o primeiro que regista rio «Upanema ó Salina»; sem esquecer o nome do «Conchas», justamente um dos braços do delta do Açú; pondo «Cidade Nova» (do tempo dos holandeses) em lugar de Natal, Reis ou Rio Grande, como era conhecida naqueles tempos.

Esse título «Cidade Nova» é repetido por A. W. Bachienne, na sua *Kart van het Noordlykgeodelte van Brasil*, dez anos mais tarde, sob a inscrição — «R. Grande of Ciudad Nueva» (*Atlas Rio Branco*, VI, nº 52). Esta carta contém o mesmo limite entre os governos de Pernambuco e Maranhão, traçado dos rios e denominações constantes do mapa de Bonne (1780).

Anteriormente, o lusitano José Monteiro Salazar (1777), registou a partir do Ceará: «gigoribe» (Jaguaribe) na foz de

um rio; «Opanema» noutra; «pano ...» (ilegível); «P. de Si-rimxes»?; «Porto de Touros», «Pititinga»; «C. de S. Roque»; «Rio Grande» na embocadura de um rio; «ponta da pipa»; e «Bahia da Traição», já na Paraíba; situando a parte mais oriental do Brasil, no «C. de Sagostinho», o que é esquisito.

Não conseguimos decifrar a que corresponde a «P. de Si-rimxes» entre Touros e Ipanema; «pano...» talvez estivesse no lugar de Ponta do Mel, como o referido cartógrafo o faz na «Planta da América Austral, do mar do sul», logo adiante, aquela sob nº 42 e esta 43 do v. VI do *Atlas Rio Branco* citado. Esta planta é mais completa do que a primeira, encerrando mais os nomes «Guamare» e «3 Irmãos», êste, segundo nos parece pela primeira vez.

Como vimos, a contribuição dos cartógrafos dessa centúria, em denominações novas, é insignificante: rio «Amargos» e «Amar-goso», «Rio das Conchas», formadores, com o rio dos Cavalos, do delta do rio Açu, segundo o prático Felipe Pereira (*Roteiro da Costa Norte do Brasil*, 1877, pág. 73); «R. Açu» (1747); «R. Grande» para o rio Açu (1749); rio «Três Braços», provavelmente referente ao mesmo Açu, como já sugerimos; e «3 Irmãos», certamente alusiva à ponta que, hoje assim se denomina, atenta à sua posição geográfica.

«Cidade Nova» do mapa de Cruz Cano (1775) e «Ciudad Nueva» de Bachienne (1785), apenas, lembram a povoação a que se referem escritores e cartógrafos holandeses, fundada nas margens do Jundiá, em substituição a Natal, que êles diziam muito decaída, nome aliás desaparecido com o restabelecimento do domínio português, em 1654, pois, Natal continuou a ser a sede da então colônia, pelo que é estranhável que quase século e meio depois, ainda houvesse quem registasse aquêlo rótulo embora o segundo escrevesse: «R. grande of Ciudad Nueva».

SÉCULO XIX

Como no século precedente, os autores franceses estão em maioria, correndo ou mesmo superando em número e melhor apresentação e riqueza de topônimos todos os das demais nacionalidades, porém, a verdadeira cartografia referente à Província ou ao Estado que, surge nesse período, é tôda ou quase tôda de geógrafos ou organismos brasileiros.

Os franceses vão desde 1808, como Dezauche até 1867, com E. Mouchez, sendo que o primeiro levantamento da nossa costa de maior extensão e perfeição, foi realizado pelo Barão de

Roussin, de 1817 a 1818, a começar de Santa Catarina e findando no norte do país (1).

Antes disso, mui pouco conhecimento da costa havia, limitando-se os portugueses a descreverem suas conquistas litorâneas, dando os holandeses informações mais minuciosas sôbre a porção do país que chegaram a dominar, olvidando ambos a descrição própria da costa e dos perigos situados ao largo, objeto principal para os navegadores, o que só foi feito mais tarde em épocas espaçadas, tendo Darlympe em 1778 e 1779, com a ajuda dos diários dos marinheiros franceses e ensinamentos dos pilotos e hidrógrafos portugueses, introduzido na parte dos conhecimentos hidrográficos, algumas retificações vantajosas, que, em seguida, foram copiadas pelas cartas modernas, apesar da inexactidão das observações astronômicas desse tempo (2).

Acrescente Roussin que essa falta foi mandada suprir pelo govêrno da França, enviando a corveta *La Baïadère* e o brigue *Le Favori*, para fazer a hidrografia no Brasil, a cuja descrição juntou uma carta com as longitudes e latitudes da costa, fixando, no Rio Grande do Norte, dezessete pontos (3).

Antes, porém, em 1811, foi composto o «*Mapa Topográfico da Capitania do Rio Grande do Norte*», tirado por ordem do governador da mesma Capitania José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — Ano de 1811 — Montenegro o desenhou. Recife, 1811».

Foi o primeiro que encontramos dedicado inteiramente ao Rio Grande do Norte, não passando de um croquis manuscrito encontrado na seção de mapas da Biblioteca Nacional (Iconografia), sem coordenadas geográficas, nem escala.

Além dos acidentes da costa e sua nomenclatura, encerra lugares, serras e rios do interior, sem olvidar as vilas, freguesias e capelas.

Só havia a cidade de Natal, à margem direita do rio «Potigi»; disseminadas as vilas da forma seguinte, a partir do sul da capitania: Flor, no vale do Cunhaú; Arez, na parte ocidental de uma lagoa, que, pela posição, é a de Guaraira; S. José, à esquerda do Trairi; Extremoz, à beira de um lago, entre os rios «Potigi» e «Seará-mirim»; Princesa, à esquerda do Piranhas, em frente à bôca do Pata Choca; Príncipe, à esquerda do Seridó; e de Port'Alegre, na serra dêste nome, entre os vales do Apodi

(1) Baron Roussin — *Le Pilote du Bresil*, Paris, MDCCCXXVII, págs. 6 e 230.

(2) Autor e obra cit., pág. 3.

(3) *Obr. cit.*, págs. 5, 6 e 230.

e de um seu afluente, que, pela extensão do curso, deve ser o Umari.

Eram, realmente, essas as vilas pertencentes à capitania no princípio do século, número que perdurou até a Regência sucessora do Imperador Pedro I, quando, então, desmembraram-se vários dêsses municípios, ensejando a criação de vários outros.

Regista também as matrizes ou freguesias de Goianinha, no vale do Jacu; de Martins, na serra do mesmo apelido; as de Apodi e Pau dos Ferros, à banda esquerda do rio Apodi, assim como as capelas de S. Gonçalo, à esquerda do Potigi; Sant'Ana, à esquerda do rio Salgado; Oficinas, à esquerda do Açu; Campo Grande e Patu de Fora, entre os vales dos Panema e Apodi; Sta. Luzia e S. Sebastião, à margem esquerda do referido Apodi.

Ainda se notam os lugares «Patu de fora» e «Patu de cima» entre o «Panema» e o Umari.

Desenha as serras de «Sant'Ana», de cujas imediações faz partir os rios Potengi e Ceará Mirim; «de João do Vale», entre os rios Paraú e Piranhas; a «do Tavares», entre êste último e o Pata Choca; as «do Martins» e as «de Port'Alegre», entre o supposto Umari e o Apodi; a «de Luís Gomes» nas cabeceiras do Upanema e Umari; e a «do Camará» entre as dêste último e as do Apodi; limitando a capitania ao sul com a da Paraíba por meio de uma linha ponteada que corta o rio Cunhaú, no alto e vai alcançar as serras de Luís Gomes e Camará; e a O. com a do «Seara Grande», por uma reta que parte da barra do Mossoró.

Na hidrografia, não esqueceu as lagoas de Guaraíra, Paparí e Extremoz, embora não lhes pusesse nomes; os rios Cunhaú, Jacu, Trairí, Pirangi, Rio Grande (na barra) e Potigi (no alto), deixando sem denominação o Jundiá, «Seará-mirim», Maxaranguape, Punaú, Toiros, Salgado, Amargoso, Açu (Piranhas no alto), Cavalos, Conchas e Panema, desaguardo no Mossoró ou Apodi; fazendo os Pata Choca e Seridó desembocarem à margem direita do Piranhas, e o Paraú, à esquerda; bem como o «Panema» e Umari (êste sem nome), na direita do Apodi. À direita do Seridó, em frente de Príncipe, faz incidir o «R. Caranha», desconhecido. Nesse ponto desagua o Barra Nova, mas, na margem oposta. Do lado direito, desemboca o mais notável dos seus contribuintes — o Acauã, porém a montante de Príncipe, hoje Caicó.

Na costa, anotou baía Formosa, barra do Cunhaú, Tibau, Tabatinga, Trairí, Pirangi, Ponta Negra, barra do Rio Grande, Genipabu, cabo de S. Roque, Maracajaú, Pititinga, Gameleira, «porto de Toiros», enseada de Olhos d'Água, S. José, Sto. Cristo, Carnaúba, Reduto, enseada de Ilha de Cima, Marcos, Mendes,

Três Irmãos, Sto. Alberto, Caissara, Gallos, Guamaré, barras do Madeira, Manuel Gonçalves, Amargoso, Açú e Conchas (tôdas ligadas ao rio Salgado e ao Açú), Ponta do Mel, enseada da Redonda e barra do Mossoró, olvidando o morro do Tibau.

A ligação das barras dos Madeira, Manuel Gonçalves, Amargoso, Açú e Conchas, vem confirmar que êsses rios já se comunicaram, como dizem os antigos, mas, tendo barras distintas.

Segundo Nestor Lima e outros escritores, a ilha de Manuel Gonçalves submergiu, ficando ao nível do mar, pelo que os seus moradores mudaram-se para a de Macau, fundando a cidade dêsse nome, cêrca de 1715 (pág. 217) ou de 1832 para 1844 (4).

Parece mais certo se ter dado o desnivelamento da ilha já no século XIX, uma vez que Montenegro no mapa que estamos apreciando coloca várias ilhas, formadas pelos rios referidos, sendo que os Madeira e M. Gonçalves vão ter ao rio Salgado, que, na foz, chama-se Amargoso, e que, por sua vez, se comunica com o Açú; e Roussin, oito anos depois ainda fala no pequeno rio «Manuel Gonzalez», certamente aludindo ao Manuel Gonçalves.

Montenegro para robustecer a fixação dêsse rio, não inclui entre as povoações da capitania a de Macau, nem outra qualquer no seu lugar, mostrando, assim que não havia nem sinal do povoado que se chamou Macau (5).

(4) *Municípios do Rio Grande do Norte*, v. II, pág. 218.

(5) Felipe Pereira, ao falar na camboa *Barra da Ilha* diz que por ela entravam antigamente navios que iam buscar sal no Açú, uma e meia milha abaixo da moderna Macau que teve seu comêço após o desaparecimento da ilha de Manuel Gonçalves. (*Roteiro da Costa do Brasil*, 1877, pág. 68).

Nestor Lima transcreve um documento pelo qual se verifica ter tido antigamente o rio Açú cinco barras navegáveis: do Arrombado, Manuel Gonçalves, Amargoso, Cavalos e Conchas (*Municípios do Rio Grande do Norte*, vol. II, pág. 214), havendo na ilha de Manuel Gonçalves vários pescadores, tiradores de sal, negociantes de peixe, fazendas, secos e molhados, com trinta fogos (págs. 213 e 214).

Vital de Oliveira esclarece que o rio Açú, além das três bôcas chamadas Conchas, Cavalos e Amargoso, tem dois arrombados ou alagados mais a leste (*Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mossoró ao S. Francisco do Norte*, Rio de Janeiro, 1864, págs. 8 e 9).

Em frente a êsses arrombados existiu a ilha de Manuel Gonçalves, muito habitada e que, em 1818, começou a ser invadida pelo mar, o qual a destruiu completamente em poucos anos, só restando hoje, dela, grandes coroaes (pág. 11).

Costa Pereira ainda diz que o Piranhas desagua no mar por cinco bôcas (*Roteiro da Costa do Brasil*, Rio, 1848, pág. 182).

Da expedição chefiada pelo barão e Almirante francês Roussin, resultou a publicação de três livros: 1) *Navigation aux Côtes du Brésil*, Paris, Imprimerie Royale, 1821, in 8º; contendo, apenas, um extrato do trabalho que aparecerá mais tarde com outro título (nota à pág. 3). A descrição não alcança nenhuma das capitanias denominadas Rio Grande, indo de Santa Catarina a Olinda, em Pernambuco. 2) *Le Pilote du Brésil ou Description des Côtes de l'Amerique Meridionale, situées entre l'île de Sainte Catarina et celle de Maranhão; Cartes et Plans de ces côtes, et Instructions pour navigateur dans les mer du Brésil, composé sur les documents recueillis dans la compagnie hydrographique entreprise par ordre du Roi, et exécuté en 1819 et 1820, sur la corvette «La Bayadère» et le brig «Le Favori»*. Paris, Imprimerie Royale, MDCCCXXVI, em grande formato. Compulsamos quatro exemplares — um no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e três na Biblioteca Nacional, todos iguais; 3) *Le Pilote du Brésil*, Paris, Imprimerie Royale, MDCCCXXVII, in 8º; do qual há uma segunda edição datada de 1845, contendo tábuas das coordenadas geográficas determinadas, mas sem os mapas da publicação de 1826, de tamanho grande.

Da *Carte Réduite de la Côte du Brésil comprise entre Pernambuco et Ceará, levée en 1812, par M. M. Girvy*, engenheiro hidrógrafo, sob a direção de Roussin, consta a partir do rio Camaratiba — «Maya Branca», Baía Formosa, «R. Cunhahu», Ponta da Pipa, «Village», uma extensa enseada, tendo na extremidade norte — Ponta Negra, depois do que se vê «R. Tareyry», B. de Pirangi, Barreiras do Inferno, P. do Inferno (tendo para o interior — S. José), Forte, Rio Grande do Norte (e a margem esquerda — Natal), Rio Ciaramirim, «Village» (palavra esta repetida mais adiante), Massaranguape, Cap S. Roque, «P. Usanef», P. Petitinga, seguindo-se duas baías, vendo-se na segunda — Pedras de Garça, vindo depois «B. de Toiro» (e no interior — Bom Jesus), «P. Toiro, ou P. Calcanhar», onde muda a costa de direção para o ocidente, e depois «P. Areias», uma grande enseada, tendo na extremidade oeste «P. dos Três Irmãos», outra vasta angra em cujo seio desagua o rio Aguamaré, seguindo-se a ponta de Tubarão, outra grande enseada, desembocando nela os rios Amargoso, Cavalos e Conchas (sem ligação), P. do Mel, e nova baía que vai até «P. Roteiro Pequeno», perto de «B. Cajuai» despejando suas águas nessa baía o «R. Mossoero». O «Mº Tição» está situado a O. do rio «Mossoero», distante uns dez minutos do mar.

Regista «Basses de São Roque» entre a ponta de «Toiro ou Calcanhar» e a de Tubarão, porém, desenha os escolhos, também de «Toiro» até ao sul de S. Roque, deixando uma larga brecha pouco ao norte de Calcanhar.

Como se vê, há vários defeitos no mapa.

Não se sabe a que se relaciona «Maya Branca», pois o nome é desconhecido. Talvez, o cartógrafo quisesse referir-se a alguma duna que tivesse uma «malha» (mancha) branca no meio da vegetação, e se desejava fixar alguma «baía» (enseada) não desenhou na vizinhança qualquer reintrância. Brué, quatorze anos mais tarde, repetiu a denominação e fez desaguar nela o rio dos Marcos, que é o atual Guaju, limítrofe com a Paraíba.

Ponta Negra ao sul do rio Tareiry (Trairi) não se justifica, só podendo ser atribuído a engano do desenhista, tanto que na parte descritiva do Atlas, essa ponta está no devido lugar, entre as Barreiras do Inferno e a Bôca do Rio Grande (6).

Comparando-se a narração do explorador com a carta referida, nota-se uma certa discordância na disposição dos topônimos desse trecho do litoral riograndense. Ali registou do sul para o norte: «Rio Cunhão», «anse de Pringi», Ponta Gureo, Rio da Conceição, Barra do Inferno, Ponta Negra, Barra do Rio Grande (7), quando na carta nesse mesmo espaço, figuram «Rio Cunhahu», Ponta da Pipa, Ponta Negra, R. Tareiry, B. de Pirangi, Barreiras do Inferno, P. do Inferno, Rio Grande do Norte.

«anse de Pringi» deve corresponder a enseada de Pirangi, mal colocada na descrição e corrigida na carta geográfica. O nome de «Gureo» é estranho à região e posto numa ponta dificilmente se a poderá localizar, uma vez que há várias. Além disso, o autor a situou entre a «anse de Pringi», mal disposta, como já vimos, e «Rio da Conceição», ali ignorado, e não a repetiu no mapa. É certo que na tábua das coordenadas a incluiu, fixando-a na latitude austral de 6°1'49" e longitude de 37°26'28" oeste de Paris, tendo ao norte a ponta Negra (5°52'52" de lat. S.) e ao sul «anse de Pringi» (6°10'12" lat. S.), parecendo, assim fácil de a determinar; porém estudando-se o caso à luz das cartas geográficas mais modernas, entre as quais a do «Serviço Geo-

(6) Roussin, *Le Pilote du Brésil* (1826), pág. 27; edição de 1827 (sem mapa, pág. 163).

Roussin esclarece que ponta Negra, provavelmente, deve o seu nome a alguma ramagem verde escura sobressaindo da areia branca de que é composta. (Edição de 1827, pág. 163). F. Pereira adianta que ela se mostra escura somente navegando-se de oeste para o sul (pág. 47).

(7) Roussin, edição e págs. cit.

gráfico do Exército», por ser de 1945 e numa escala maior do que as outras, na fôlha intitulada «Natal» (S B. 25 — G IV — 4), compreendendo o trecho da costa que vai da ponta dos Búzios ao rio Potengi, vêm-se ponta dos Búzios, barra do Pirangi, e pontas do Flamengo, Cotovelo, Negra e do Pinto, com discor- dância das coordenadas, uma vez que Búzios e Pirangi estão ao redor de 5° 59', Flamengo cêrca de 5°57' Cotovelo a 5°55' e Negra a 5°53', única que se aproxima do paralelo fixado pelo Barão Roussin. Por aí se vê que «Gureo» sômente pode ser uma das pontas — Flamengo ou Cotovelo — as quais se acham entre Pirangi e ponta Negra.

O nome de Inferno para uma ponta é privativo do mapa de Roussin, e, como a situou ao norte das barreiras do mesmo nome e deslocou a ponta Negra para região que lhe é estranha e não haja ao norte das aludidas barreiras senão esta ponta, fica-se sem saber onde procurá-la.

Fixou Natal a 5°45' de lat. S. e 37°34'46" de long. O., e adianta que o piloto lhe informara que o «Rio Searamirim» se comunica com o Rio Grande; ficando o cabo de S. Roque a 12 milhas do C. Mirim. Acha que êsse cabo não passa de uma duna semelhante à costa regional, nem corresponde tampouco ao ponto mais saliente do litoral americano, como se vê na maior parte das cartas geográficas; achando-se essa pronunciada mu- dança de rumo, 25 milhas adiante, na ponta do Calcanhar. Dá para coordenada de São Roque 5°28'17" de lat. sul, por 37°37'25" de long. oeste; deprimindo-se a terra daí para o norte, gradativa- mente, formando na distância de 8 milhas a ponta de «Petetinga», que, segundo o cosmógrafo português Pimentel, serve para se fazer aguada, sendo sua latitude 5°21'35" por 37°39'45" de long. O.

Diz Roussin que S. Roque e Petitinga têm pouca importância entre os pontos salientes do litoral americano, mesmo para a na- vegação.

Fala nos bancos de S. Roque acompanhando a costa a oeste do meridiano do cabo (8) até a ponta de Tubarão, numa extensão menor de 20 léguas e largura média de cêrca de duas léguas do N. para o S.; sendo que, o canal entre a costa e êsses parrachos, mede de 5 a 6 léguas de largo, verificando-se do pontalete norte dêsses bancos à orla litorânea, cêrca de 12 milhas; e apesar da pouca elevação dessa costa, é quase sempre possível percebê-la, em tempo claro, antes de chegar-se a uma posição realmente perigosa à navegação. Há intervalos ou passagens que os sec-

(8) *Obr. cit.*, págs. 164 e 165.

cionam, sem vantagens, porém, para a náutica estrangeira; estando o grupo mais oriental dêsses abrolhos um pouco a oeste e a cêrca de 12 milhas da ponta do Calcanhar, que raramente quebra. O segundo, para oeste fica a 8 milhas da ponta de Três Irmãos e se chama «Lavandeira»; achando-se o terceiro, último, e mais oriental, situado a 12 milhas da ponta de Tubarão, em frente a pequena enseada Santo Alberto, no meridiano de «Aguamarea», chamado das Urcas, «cuja latitude é de 4°51'00" S. e 37°47'00" (9).

Diz serem poucos os pontos visíveis e reconhecíveis a O. de S. Roque, na distância de duas a três léguas; medindo do morro de Tubarão ao do «Tibão» cêrca de 17 léguas, dividindo êsse espaço em duas grandes baías separadas pela Ponta do Mel. A primeira recebe os pequenos ribeiros de «Manuel Gonzalez», «d'Amargoso dos Cavalos», lançando-se na segunda o de «Mossoero». Nenhum dêles chega ao mar com fôrça, a não ser na época das chuvas, nem se presta à navegação por grandes embarcações. A Ponta do Mel é a extremidade mais elevada das terras que a cercam, terminando em falésia, sendo seu cume esverdeado, parecendo arborizada. Está a 4°55'17" S. e 39°19'30" O.

O pequeno rio «Mossoero» desemboca a 6 ou 7 milhas a O S E; sendo o morro «Tibão» uma colina de areia vermelha que finda no mar a 4°49'20" de lat. S. e 39°58'05" de long O.; distando daí à ponta de Aracati 22 milhas a N O. (10).

As coordenadas geográficas aproximam-se das determinadas mais tarde por outros astrônomos, havendo diferença no tocante à longitude, por ter Roussin partido do meridiano de Paris, nem sempre adotado por outros geógrafos.

O autor classifica de pequenos os rios Manuel Gonçalves, Amargoso e dos Cavalos, êstes dois formadores do delta do atual Açu bem como ao Mossoró, sem dúvida por informação do prático da costa e por não se prestarem essas correntes fluviais à navegação de barcos de grande porte.

«P. Usanef» deve corresponder ao morro e ponta «dos Anéis», que fica entre S. Roque e Pititinga como está no mapa. Apesar de parecer uma palavra russa, por ter o original sido deturpado, adapta-se bem a «os anéis».

«P. Toiro ou P. Calcanhar» deve ser engano do cartógrafo, de vez que são pontas distante uma da outra cêrca de cinco quilômetros.

(9) *Obr. cit.*, (1827), págs. 166 e 167.

(10) *Obr. cit.*, págs. 170 e 171.

«P. Areias» entre este último promontório e o de Três Irmãos, pode ser o morro «das Areias Gordas», visível do alto mar de dezessete a dezoito milhas e que fica entre as saliências indicadas (11).

Desenha as barras dos rios Amargoso, Cavalos e Conchas, desaguando na mesma baía, sem ligá-las, mas no litoral abarcado por elas, escreveu: «Bouches du Fleuve das Piranhas».

Localiza o «M^o Tibão» bem distante da costa, em contradição com a parte descritiva da obra, em que esclarece tratar-se de uma colina de areia vermelha que finda no mar, situada a 4°49'20" de lat. S. e 39°58'05" de long O. de Paris (12).

Dezauche, além do que ficou dito sobre o mapa de 1790, acrescenta, apenas, «Rio Grande» ao lado de um rio, no de 1808; tendo o hidrógrafo inglês A. Arrow-Smith, na sua *Chart of the Coast of Brasil from Cape St. Roque to C. Castellanos*, 1809, fixado do sul para o norte, R. Camaratiba, Porto Angaro, R. Curimatahug, R. Cogohajon, Pinhora, Bia. Tambauty, R. S. Juan de Stau, Baía Formosa, Cunhau, Pt^o da Pipa, R. Perangy, «Ponta Negra», Porto dos Turez, Natal, Ft. dos Reis Magos, Rio Grande na barra e «R. Grande» no curso do rio, R. Genepabu, R. Seara Mirim, «Red. Cliffs», R. Aguada, C. S. Roque, Pedra da Gasea, Porto de Touro, Ponta das Pedras, R. Guamare, R. Amargosa e R. Cavalos (formando uma ilha), tendo o rio para o interior a inscrição — «Assu Salt Ponds»; «R. Conchas» separado dos antecedentes; R. Marun, R. Guapetuba, Ponta do Mel, R. Gorarasu, R. Maretiba, R. Upanema com a anotação — «here is Salt Ponds».

Como se vê, é uma carta com ares de seiscentista — os mesmos nomes, erros e confusões.

Topônimos repetidos e desordenados nos trechos de Camaratuba a Natal e do rio das Conchas ao Upanema, não apresentando melhoria sobre as do século XVIII.

No ano seguinte, outro inglês publica *New Chart of the Coast of Brazil from Maranham to the Rio de Janeiro drawm, from the latest survey*, by Wm Heather, 1810, published as the act directs, july 12 th, 1810, by William Heather, at the navigation warehouse, London, que, apesar de se destinar à marinha mercante, ser em gradação grande e delineada segundo novos estudos, nada apresenta de novo, conservando os nomes e a feição da anterior, com alguma diferença: R. Camaratiba, Port Angaro, Curimatahug R., Congohajon R., Tambaty Bay, Baía Formosa,

(11) F. Pereira, cit., pág. 54.

(12) Edição de 1827, pág. 171.

St. Juan de Stau, Búzios, Port, Fort dos Reys Magos, Natal, Rio Grande, Carlutas R., Red Cliffs, Cape St. Roque, R. Aguada, Pt. Siara, R. Vermelhas, Pt. del Gade, Brandihi Bay, Rio Doce, Point Pedras, Paranduba, Porto Caissa, Red Cliffs., R. Guimara, R. Omara, em cuja embocadura bem larga desagua o R. Hyperough à esquerda, tendo Great Salinas entre os dois e Little Salinas à margem direita; Pt. Daniel, R. Upanema, Red Hill e Itiobana.

Ao largo, ao começar de Brandihi Bay até o cabo de S. Roque, lê-se — «St. Roques Shoals», e defronte de «Caissa» e «Guimara» — «Boxos de Salino»; marcando também a profundidade do mar em tôda a costa até cêrca de 50 toezas (fathoms). Era a única inovação útil à navegação.

Os rios Curimataú e Cunhaú permaneciam separados; «Tambaty Bay» que devia corresponder a enseada de Tabatinga estava ao sul de Bahia Formosa, quando devia estar ao norte; entre Búzios e barra do Potengi, nem sequer regista Ponta Negra, tão necessária à navegação; esqueceu o Ceará-Mirim, já tão conhecido e pôs «Carlutas R.» no seu lugar; escrevendo «P. Siara», desconhecida, ao norte de S. Roque. «R. Vermelhas», talvez seja «Barreiras Vermelhas» existentes em vários lugares do litoral. «Pt. del Gade» deve se relacionar com a ponta Delgada dos mapas dos Teixeiras. «Red Hill» (monte vermelho) deve ser o Itiobana (Tibau) que se lhe segue, ou algumas dunas dêsse colorido existentes ao sul de Tibau.

No decênio seguinte, vemos os franceses I. Lapie, 1814. Alph. de Beauchamp, 1815, e Rion de La Tour et Poirson (1816), o primeiro e o terceiro com as cartas da *Amerique Meridionale* e o segundo com a *Nouvelle Carte du Brésil et de l'Amerique Portugaise*. Pelo titulo esta devia ser a mais minuciosa, no entanto, a de Lapie a supera nesse particular, se bem que mui defeituosa, situa a «Pr.^{ca} de Rio Grande», ao sul entre os rios «Camarahiba» e «Pirang» e, ao norte no «R. de las Conchas», pelo que desloca vários nomes tidos como pertencentes à do Rio Grande para a do Ceará, como «R. Upanema ou Salina», «P. do Mel», «R. Guapetuba», «R. Hyperuah», «R. Omara», «Pont de Calsa», em que desagua o «R. Guamara», e intercalados os esquisitos «Y. Guatapugais», «Pon Horch», «B. Inoba» e «B. da la Sierra Selada»; repetindo «p.^{te} de Mello» ao norte de «p.^{te} de Tubaron», seguindo-se para o sul, rio Amargoso, com a «Aldea Weipasau» e «lugar de las Salinas», no interior; «R. Guamare», cujo nome mais para o alto é «R. Vermejas»; «Pt. de las Piedras», «Soppari», «Baie de Smients», «Pt. Putetinga y de Martins», «C. de S. Roch», «R. de los Cartulas»; «R. Grande», «Ft. de los Reyes Majos»,

«Ciudad Nueva ó Natal», à margem direita do rio «Potosy», em cuja parte superior do seu curso anota «R. Parahibo», originando-se da «Province de Pernambuco»? Ao sul do rio «Pirang» segue-se o «R. Camarahiba», já na «Pr.^{ca} de Para-IBA».

Como se vê, há vários nomes desconhecidos e assás desarranjo na colocação dêles.

Beauchamp regista, apenas, C. S. Roch, R. Grande, na foz e no interior, Natal a m. d. e «Pataguaros» no sertão, cingindo-se, quanto a outros rios, a riscá-los, como os Apodi, com o contribuinte Upanema; Piranhas, Guamaré, Trairí e Curimataú, mas, sem pôr os nomes respectivos.

La Tour et Poirson não contém novidades, anota, sòmente topônimos já conhecidos como «R. Upanema ou Salinas», «Amargoso R.», com a aldeia «Wemassuor» no interior, «Salinas», «P. de Pedras», «Doce R.», «C. de S. Roque», «R. Grande» e mais para o alto «R. Potangi ou Grande», «Natal», «Paraíba».

De 1821 a 1840, o francês que mais trabalhou foi Brué com seis cartas da *L'Amerique Meridionale* (1821, 1825, 1826 (2), 1834 e 1839), sendo a mais detalhada a de 1834, quanto ao Rio Grande do Norte, embora ainda muito desordenada na disposição dos rios e lugares, como vamos ver, do norte para o sul: R. Upanema, R. Urun ou Retiro Pequeno, R. Mossoró, P. do Mel, R. Conchas, R. Cavalos, R. Açú (num risco muito grande e no alto «R. Piranhas», tendo um braço a sua direita a que chama «R. Amargoso»), Pta. do Tubarão, Baxos de S. Roque, Pta. dos Três Irmãos, R. Ciara-mirim, Pta. Toirás, (com a anotação — «Cap S. Roque de quelques auteurs»), Bom Jesus ó Toirás, R. Genepapo, Pta. Petetinga, C. S. Roque, R. Mirainirpim, «Rio Grande et Fort», Natal à margem do «R. Pottengi R. G.^{da} do Norte», Pta. Negra, Barreiras do Inferno, Pta. Negra, Pta. da Pipa, R. Cunhaú, B.^a Formosa, «Os marcos» num rio que desemboca em «Maya Branca». No alto Upanema punha «R. Apody» à m. esq. e à dir. «R. Sêco», sendo o Mossoró muito menor e estava situado uns 27 segundos a E. do Upanema, bem distinto daquelle, porém, devia estar a O. do Upanema e não como se vê no mapa.

O Urun ou Retiro Pequeno é desconhecido, nem há rio entre o Mossoró ou Upanema e a Ponta do Mel, a não ser alguma camboa; devendo ser cearense. Não desenha o delta do rio Açú, separando os rios Conchas, Cavalos e Açú, que o formam. Situa em lugar diverso o rio Ceará Mirim e as pontas de Três Irmãos e de Touros e repete o nome do primeiro num confluente do Potengi, quando êle desagua seis milhas ao norte dêste. Chama Touros de «Toirás». Genipabu não está no lugar, mas fixa um

«R. Genepapo» entre Touros e Petitinga, rio desconhecido na região. A não ser a repetição de «Pta. Negra», uma ao norte das Barreiras do Inferno e outra ao sul, as demais denominações estão em ordem, apesar de, pelo mapa, não pertencerem ao Rio Grande do Norte e sim à Paraíba, pois a divisa entre as duas províncias passava pelo vale do Potengi. Também se viam pelo interior — Goianinha, Arez, Flor e Cunhaú, dentro das raias paraibanas? Foi o primeiro que deslocou o marco do sul da província para as margens do Potengi, não se sabe baseado em que. O limite a O. por outros bastante alterado, a ponto de variar das imediações de S. Roque, para as de Touros e Açu, Brué o colocou apropriadamente entre o rio Upanema e o cabo Córso.

O mesmo Brué, no mapa de 1821, limita o Rio Grande do Norte entre o rio Amargoso a O. e um outro sem nome ao sul da ponta da Pipa, com a Paraíba; e uma das edições de 1826. (nº 74 do *Atlas Rio Branco* cit.) o coloca entre o rio das Conchas e a baía Formosa, quase a mesma coisa, porém, mui diverso do de 1834; e o de 1839 confirma a divisa desenhada no de 1834, sem progredir neste particular, mostrando, assim, a insegurança do cartógrafo.

A carta de 1821, alterna com o rio Upanema a palavra «Salina», põe «los Hermanos» em lugar de Três Irmãos e «p.^{to} de Touro» em vez de Toiraz.

A de 1825 corrige e aumenta o vocabulário da primeira; a de 1826 fixa «Apody» no curso de um rio, e «Solido» já próximo a sua foz, pondo «Pt de Touro» entre o rio Amargoso e a ponta de Petitinga, disposição esta que mantém na segunda edição de 1826 (ns. 73 e 74 do *Atlas Rio Branco*), sem alterações no tocante a outros acidentes.

A de 1839 que devia ser a mais exata por aproveitar os trabalhos geográficos anteriores, não o é. Já regista «R. Apody», o delta do Açu, embora sem este nome e somente o do Conchas, colocando na margem esquerda do rio maior — «Va Nva da Princeza» e mais para o alto o lugar «Açu», sendo um dos primeiros dos estrangeiros que isto fêz, embora Princeza e Açu correspondam à mesma localidade. Persiste no erro de fixar «Pta de Toiras ou S. Roque», aceitando a lição de outros autores, como frisa na carta de 1834, ao tratar dessa ponta, e ainda de se contradizer, uma vez que a coloca ao norte de Petitinga e pôr o verdadeiro cabo de S. Roque ao sul desta enseada, em todos os seus mapas, como deve ser. A ponta de Touros sem a alternativa de S. Roque, está bem situada por Brué nas suas cartas de 1821 a 1826, de modo que, neste particular, o autor regrediu.

Repete a incidência do Ceará Mirim no Potengi, como o de 1834, ficando Arez, Flor, Pto. Angaro, S. Miguel, Cunhaú e Goianinha, em território paraibano, devido fazer cair o limite entre as duas províncias no vale do Potengi.

Em 1825, ainda encontramos duas cartas da América Meridional — Vivien e Delamarche, além de uma intitulada *Carte Geographique, Statistique et Historique du Brésil* da autoria de Buchon.

Vivien, 1825, como em alguns mapas de Brué, fixa os limites da província entre o lugar «Sobral» ao sul e o rio Amargoso ao norte. Sobral é topônimo do sertão cearense, posto, porém, entre «R. Grande» e «Paraíba». Deve ter substituído algum acidente geográfico do sul do Rio Grande do Norte. Quanto ao mais, não tem novidades, assim como na edição de 1826, o que também acontece com o de Delamarche, no tocante ao Rio Grande do Norte.

Buchon, 1825, denomina de Pernambuco tôda a região que vai das várzeas do São Francisco até as do «Rio Salgado», que, pela posição, parece o Jaguaribe. Situa «Seridó» na margem direita do Upanema, e Apody mais para o alto dêste rio; «Anacu» num rio inominado ao sul do Upanema; seguindo-se Pta. das Pedras, C. S. Roque, Natal no «R. Grande», «S. Maria» e depois «R. Paraíba».

Seridó é a primeira vez que é citado como lugar, embora deslocado. S. Maria o que será?

Lapie, na sua *Carte du Brésil*, de 1829, regista «Villa Nova da Princeza», num rio que tem três barras, ao sul do «R. Apody»; «Villa Nova do Príncipe» no sertão; «Anaçu» entre as pontas de Três Irmãos e de Touro; «Extremoz» à esquerda do «Potengy» e «Itinga» mais para o alto; «Arez» ao sul de Natal, «Vila-flor» ao sul de Ponta Negra, e «Calcanhar» na zona respectiva.

Apesar de organizada dez anos antes da do seu compatriota Brué, é mais perfeita do que as duas últimas dêste, já a escoimando de nomes estrambóticos e desordenados; e, na colocação de lugares do interior do país; aliás, a primeira que assim se apresenta, de maneira assás aceitável, superando de muito a carta de 1814.

A sua edição de 1838 tem como novidade, sòmente, o nome «Payacu» na parte superior do rio que corresponde ao Açu, antes de «Sousa», indicando alguma taba do gentio dessa alcunha, que andou pela região.

Nessa última década, apareceu um mapa da província do Ceará, com a data de 1831, em que se lê: *Geographische Karte der Provinz von Ciara — Carte Geographique de Ciara — Pro-*

vince de l'Empire du Brésil, levantada em 1817 por ordem do Governador Manuel Joaquim de Sampaio, por Antônio José da Silva Poulet, segundo as observações e as cartas marítimas do Bon. Roussin, por Mr. Jos: Schwarzmänn, et Mr. Le Chev. de Martius. 1831».

Limita-a a SE com a «Prov. de Rio Grande do Norte» pela Serra do Apodi ou de Jaguaribe e a «Sa. Dantas», partindo desta uns riscos até a foz do Mossoró, deixando o «M^o Tibão» na do Ceará, grafando como o fêz Roussin, mostrando, assim, que o cartógrafo cearense não conhecia o Tibau.

A carta se alarga até a «Pte. dos Três Irmãos» e regista o «R. de Apodi» (no alto) e «R. Mossoró ou Monsero» (no baixo), tendo como formador à esquerda o «R. da Jatirana». O Upanema tem dois formadores inominados e o lugar «S. Luzia» no curso inferior. Na origem do Apodi, anotou «Paos dos Ferros» e a vila de Portalegre na do Jatirana, na «Sa. de Portalegre» e o lugar «Serra do Martins» na serra do mesmo nome. Risca os rios das Conchas, dos Cavalos e Amargoso, formando a «Emboadura do Rio das Piranhas», vendo-se a O. «Pta. do Tubarão», «Baixos de S. Roque», antes da «Pte. dos Três Irmãos»; «Lavandeira» nuns escolhos, e «R. Aguamaré» desaguando no seio de uma enseada.

Não conhecíamos a serra do Apodi com o cognome de «Jaguaribe». O apelido de «Monsero» para o Mossoró é uma cópia deformada do «Mossoero» do Barão Roussin. «R. da Jatirana» não é formador do Apodi, desembocando neste e na mesma margem o rio «Gitirana», já no curso médio.

Santa Luzia, antigo nome da cidade de Mossoró, fica no rio dêsse apelido e não nas várzeas do Upanema.

Desconhecíamos «Paos dos Ferros» e sim «Pau dos Ferros», que, apesar de ficar no curso superior do Apodi, ainda está longe de seus manadeiros.

Em 1843, o Coronel de Engenheiros do Exército Brasileiro Conrado Jacob Niemeyer organizou uma *Carta Corográfica das Províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*, arranjada conforme os trabalhos existentes, conhecimentos e mais exames feitos desde 1819, e com o auxílio ultimamente do Primeiro Tenente de Artilharia Marcos Pereira de Sales, na escala aproximada de 1: 200.000, e impressa na «Lith. no Est. de Heaton e Rensburg», 1843.

Na costa, vê-se o «Morro do Tibau» em território cearense, pois, deixando o limite das duas províncias, pela serra do Apodi, inflete da extremidade leste desta chapada para a foz do Mossoró,

por meio de pontos. É a segunda vez que vemos êste morro desenhado (13).

Seguem-se Barra do Mossoró, «Ensa. da redrada», Pa. do Mel, Conchas (num povoado), Barra do Açu, «I. de Manuel Gonçalves» na foz, «barra do Madeira» ao sul, despejando nesta o «R. Salgado»; depois ao sul vinha «Macau», com sinal de vila: Barra do Aguamaré, Galos, «Caisara», S. Alberto, P^a dos Três Irmãos, Marcos, Ens^a da Ilha de Cima, Porto dos Touros, (sinal de vila e nome), P^a de Petitinga, Maracajaú, «P^a Negra», Cabo de S. Roque, «Barra do Maranguape», Barra do Ceará Mirim, «Forte de Genipabu», Natal, P^a Negra, Tabatinga, «Lagoa Groa-hyras» (saindo no mar na parte referente a Papari), Barra do Cunhaú, Baía Formosa, Baía dos Marcos, em que despeja o «R. Guajehy», ficando o sinal do limite com a Paraíba mais ao sul, o qual atinge êste rio na parte superior.

Quanto aos rios, desenha o Apodi e os contribuintes Upanema e Umari, à margem direita, fazendo desaguar a leste do Upanema o «Riachão». No Piranhas desembocam à direita os Seridó (e à esquerda dêste o «R. Caranha») e Patachoca, e à margem esquerda, o Parahú. O «R. Salgado» despeja na barra chamada Madeira, pondo no baixo Piranhas — «R. Açu». Seguem-se para o sul os Aguamaré, dos Touros, Petitinga, «Maranguape», Cearamirim, «R. Grande ou Potengi», Trairi, Jacu, Cunhaú (em todo o curso) e «Guajehy».

Entre os rios Upanema e Açu, escreveu: «Êste terreno produz grande cópia de sal e a Costa abunda em pescado», bem como ao sul até Touros. Entre o Upanema e Piranhas assinalou: «Êste terreno é ocupado por fazendas de gado junto às margens dos rios. É inteiramente falto de águas e sújeito a sêcas horripáveis».

Fixou as povoações Maioridade, «Portalegre» (na serra do mesmo nome), Pau dos Ferros, Apodi, S. Sebastião, S. Luzia do Mossoró e Pau Inficado, no vale do Apodi; Príncipe (no rio Seridó), Campo Grande, Angicos, «Açu ou V^a Nova da Princesa», S. Sebastião, S. Ana do Mattos, Acari, no vale do Piranhas; Patachoca no rio Petitinga; Lagoinha na nascente do Maranguape; Boa Água no Cearamirim; Extremoz na lagoa dêsse nome; S. Gonçalo no Potengi; «Cagiru» entre o Cearamirim e o Potengi; Utinga, neste rio; Mipibu no Trairi; Papari na lagoa dêste nome; V^a Flor perto do rio Cunhaú; Arez e Goianinha no rio Jacu.

(13) Roussin foi quem primeiro o fixou num mapa, a certa distância da praia e a grafia algo alterada, mas sem deixar dúvidas a respeito, tanto que na parte descritiva o colocou na costa, achando-o notável pela côr avermelhada de suas areias. V. nota 12.

A «Ens^a da redrada» deve corresponder a que fica a oeste da ponta Redonda; Macau ao sul das barras do Açu e do Salgado, está deslocada, pois, fica à margem direita do primeiro desses rios; a repetição de «Pa. Negra» ao norte do cabo de S. Roque não passa de um engano; o lugar «Patachoca» nas margens do rio Petitinga também não se coaduna com a verdade; «Cagiru» entre os vales do Ceará Mirim e do Potengi, deve referir-se a Guagiru, antigo nome da lagoa de Extremoz conservado num rio, que aí despeja e num lugar à beira dêste.

O «R. Cáranha» como afluente do Seridó deve provir do mapa de 1811 do Padre Montenegro.

O limite com a Paraíba por uma linha hipotética ao sul do rio Guaju, não tem fundamento em nenhum ato oficial, nem na tradição. Até 1611, foi pelo rio Camaratuba, e daí em diante pelo Guaju, segundo resolução do governador geral da colônia D. Diogo de Menezes.

O mesmo autor confeccionou, em 1846, uma carta geral do Brasil, sem novidades, e como é um trabalho de âmbito nacional e não regional como o antecedente, a nomenclatura registada é diminuta.

Tem alguns senões, como «Ceanamirim» e «Guajehi» em vez de Ceará Mirim e Guaju; além de colocar «S. Sebastião» no vale do Açu, em lugar de S. Sebastião nas margens do Apodi.

No mesmo ano, appareceu o *Plan de Rio Grand du Nord*, 1846 — Levée par F. Durand. C.L.C. capitaine du *Gabriel et Charles*, em manuscrito existente na seção de iconografia da Biblioteca Nacional. Refere-se apenas à entrada do Potengi até a cidade do Natal, mostrando o «Rescif» em que assenta o «Chateau» (forte), numa extensão superior a uma milha. Para entrar-se na barra avisa: «En entrant dans Rio-Grande, aussitôt qu'on relève le chateau au Sud, il faut mettre la barre vivement à tribord, haler bas les focs pour être plus sur de mouvement, et mettre le cap au sud oueste $\frac{1}{4}$ sud, c'est le seul moyen d'éviter la chaîne de rochers, dans le sud ouest de la tête du negre; ailleurs on echoue san dangers».

Já dentro do rio, à margem esquerda: «R. de la Redinha», «R. manimbu», «R. Jaguaribe» e «R. couronne»; e do lado direito, várias dunas, tendo uma bem grande em frente aos rios Manimbu e Jaguaribe, seguindo-se a esta «Dune» — «manglies» e próximo a um riacho inominado «marais», e após o regato — uma igreja (sem denominação), e o traçado de várias ruas, vendo-se escrito: «ville Basse» e numa das casas: «Douanne». Mais para SE, em terreno mais elevado a igreja «Saint Rosaire» e daí até a beira do rio «Bois de Cocotiers» e em seguida «Marais»,

tendo a E «Caserne» e mais para o S o sinal de uma grande igreja com uma vasta porta no frontespício, três janelas no segundo pavimento, uma torre com duas aberturas situadas acima do telhado da nave, sob o nome «St. Jean», tendo nas proximidades a palavra «natal», indicando, sem dúvida, a cidade alta. Não registou as igrejas de Santo Antônio e a Matriz, a não ser que esta seja a intitulada «St. Jean», como a colocação e feitiço indicam.

O quartel (caserne), disposto entre as duas igrejas não se acha no sítio verdadeiro.

A escala é feita em milhas marítimas e a profundidade do rio em braças francesas, notando-se 8 a 9 braças na parte externa da barra, o máximo de 7 braças da barra até Manimbu, de 7 a 8 daí à «Couronne», arriando para 6 e 5 em frente a «natal».

O lugar mais estreito do rio se encontra entre a «Dune» referida e o rio Manimbu, com cêrca de 220 metros, ao passo que em frente a Redinha tem de 500 a 600 e defronte da «Couronne» (Coroa), de 700 a 800 metros.

Segue-se o «Plano Topo-Hydrographico do Rio Grande do Norte, desde a barra até o porto da Cidade levantado pelo Capm. Te. F. F. Ferreira, 1847»; existente na Biblioteca Nacional.

Com apenas um ano de diferença do precedente, aponta lugares e edificios que Durand olvidou, se bem que despreze outros mencionados pelo mesmo.

Desenhou a entrada da barra entre o recife que vem das «pedras morcegos» e a «Cabeça do Negro», tendo fronteiro a esta as pedras «das Baixinhas» e ao norte a praia ou enseada que vai até a ponta de Genipabu, com um outro canal para «Canoas, Balsas e Jangadas».

Na margem esquerda do rio depois da extremidade austral da enseada que forma a boca do Rio Grande, anotou: «Fortinho», «Rego aberto pelas águas da chuva que formam um lago, que seca quando falha o inverno», e, entre êste «regio» e a «Camboa de Minimbu» desenha vários mangues, aos quais chama «da Redinha» e mais para oeste um sinal de edificação em que se lê «Casa da passagem». Dentro da camboa Minimbu o porto de «Carnauba», continuando o mangal até a «Camboa de Jaguaribe» a qual tem dois portos: «Porto do Cajueiro», à direita da entrada e «Porto do Canela» à esquerda, tendo mais para o alto «Poço da Soledade». Em frente a «Ribeira» está escrito — «Caminho novo da passagem da Coroa para a cidade», prolongando-se o sinal de Mangues até defronte da «Cadêa», na cidade alta.

Na margem direita, a costa pelo mar alcança a ponta do Morcêgo, e penetrando-se no rio, vêem-se o sinal de dois lagos

e a legenda «Estes lagos secão quando falhão as chuvas», e entre êstes e a beira do rio «Medãos d'Arêa principal origem da Corôa que obstrue o Canal da Barra», estando os lagos distantes 220 e 250 braças da ponta de areia continental fronteira ao «Forte», sem os ligar ao rio, e os «Medãos» vão acompanhando êste. A cêrca de 900 braças do «Forte» (Reis Magos) o nome «Rogerô» com sinal de casa; seguindo-se um alagado e várias casas com a denominação «Ribeira», destacando «Alfandega», e vários coqueiros no fundo, vendo-se adiante as palavras «Aterrado», «Casa do Quintais» (14) e a mais de 300 braças para oeste — «Porto da Cidade» com um sinal de estrada, em que se lê: «Caminho novo do Dr. Sarmto.», o qual vai do referido porto até a «Cadêa» na cidade alta, sítio em que anotou — «Alto da Cidade do Natal» e fixou as igrejas «Rosário», «Matriz» e «Santo Antônio» e o «Erário», bem como uns coqueiros entre as igrejas e o «Quartel». Tôda a planta tem mais de 2.400 braças de longo, distando a cidade alta do Forte — de 1.400 a 1.800 braças. Os morros de O. e S. da cidade não constam da carta.

Como se vê, é mais completo que o precedente, não só na costa marítima como nas margens do Potengi, registando portos dentro das camboas existentes à esquerda do rio e esclarecendo melhor o que se passa na cidade, inclusive o «Caminho novo do dr. Sarmto.» (15).

Vemos depois a *Carta Topográfica e Administrativa do Rio Grande do Norte e Parayba*, erigida sôbre documentos mais modernos pelo Visconde J. de Villiers de L'Île Adam, publicada no Rio de Janeiro por Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur e Morizot — 1848.

Ao lado do mapa que dividia a província em três comarcas, em côres diferentes, havia «Noções Estatísticas» e «Divisões Administrativas da Província do Rio Grande do Norte» feitas de acôrdo com o estudo comparado de várias peças oficiais e particulares.

Limitava com a província do Ceará pela «Serra Geral» e desta até o mar por uma linha pontiada, seguindo-se para E — «Ba. do Mossoró», «Redondo» (uma ponta), «Pta. do Melo»,

(14) Talvez se refira esta inscrição a residência de João Alvares de Quental, morador em Natal por êsse tempo. (Representação feita ao imperador sôbre a morte do Presidente Neves, datada de 20, março, 1850, existente na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional); dono de casas e tesoureiro da província (p. 174), falecido a 13, setembro, 1850. (Rev. do I.H.G.R.G.N., vol. LXVIII-LXIX, pág. 175).

(15) O Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento governou o Rio Grande do Norte, de 28, abril, 1845, a 9, outubro, 1847.

Conchas, fozes do «Rio das Piranhas» e do «Salgado», separadas, vendo-se a do Piranhas sem delta; «I. de Manuel Gonçalves» em frente às bôcas dêstes rios, havendo na ilha o sinal de Capela e o nome «Conceição». Macau, com capela, ficava entre as barras do Salgado e do Aguamaré; Caissara, S. Alberto, Touros, rio dos Touros, Petitinga (lugar, rio e ponta); «Cabo S. Roque», «R. Massaranguape» e lugar, com capela; «R. Ceara mirim ou Genipabu» e ao sul da embocadura o povoado Genipabu, e o sinal de povoados entre o Maxaranguape e o de Genipabu, ligados por um caminho que vinha pelo litoral desde a província do Ceará. Ao sul de Genipabu dois riachos sem nome e um rio largo que vinha de Extremoz, parecendo mais a lagoa dêste nome que ia até o mar. Natal, na foz de um rio inominado; Pta. Negra, barra de dois rios, Urua (lugar), lagoas de Papari e «Groahyras» (unidas), tendo a primeira um canal para o mar; Tibau, Pa. da Pipa, Una (povoado), B. Formosa e B. dos Marcos, na qual despejava o «R. Camaradiba», tendo logo ao sul o limite da província com o da Paraíba; vendo-se, porém, mais além o «R. Camaratuba», já no território paraibano.

No território da Comarca de Maioridade (hoje Martins) que se estirava do oceano Atlântico até esbarrar no território paraibano, viam-se a cidade de Maioridade e vilas de «Porto-Alegre» e de Apodi, e mais as freguesias de Pau dos Ferros e Sta. Luzia; as capelas de Luís Gomes, Patu, Logrado, e uma outra, sem nome, entre Santa Luzia e a vila de Apodi, Barriguda (ao sul de Apodi), quando deve ser na fronteira com a Paraíba; e os povoados de Serrinha (ao sul do de Camará e oeste de L. Gomes) e «Dores de Patu» (ao sul de «Porto Alegre» e norte de Patu).

Na comarca de Açu, também estendida do mar à Paraíba; encontravam-se no rio Piranhas: Oficinas (capela), Açu (cidade), Angicos (na serra «João Dival», entre o rio dos Cavalos e o Piranhas), tudo à margem esquerda dêste; e na direita, as vilas do Príncipe, Angicos, St. Ana, (com igreja), Acari; a freguesia de «Stna. do Seridó» (no alto Seridó, perto da fronteira com a Paraíba), e as capelas de Macau, Jardim de Piranhas, Sa. Maria Madalena e Pedra Lavrada a oeste da vila de Acari, além de outra, sem nome, entre a cidade do Açu e o rio Salgado.

Na comarca de Natal, desde as proximidades de Touros até o Guaju, anotava as cidade do Natal e de «Mipibu», vilas de Touros, Extremoz, S. Gonçalo, Goianinha e Flor; freguesias de Papari, Arez e St. Rita da Cachoeira, sendo esta quase a beiramar, entre Natal e um rio ao sul, que deve ser o Pirangi; e os lugares Patachoca e Lagoinha, entre as nascentes do Maxaran-

guape e do C. Mirim; Boa Água, no alto C. Mirim; Cururu no rio Jacu; Pernambuquinho, junto de Tibau; Una, na baía Formosa; Tamatanduba, ao norte do «R. Guajehy ou R. Gamaratiba», perto da fronteira com a Paraíba.

A serra «João Dival» é corruptela da de João do Vale (comarca do Açu); Santa Rita da Cachoeira está mal colocada no litoral, uma vez que devia ficar no alto Trairi; Angicos na serra de João do Vale é êrro grosseiro, e a repetição dêsse nome na margem direita do Piranhas está certa, embora ainda deslocada do seu exato local; Pata-Choca na origem do Maxaranguape é desconhecida, pois, trata-se de um rio afluente do Piranhas, aliás, já devidamente registado na comarca do Açu; Una na baía Formosa é desconhecido, a não ser que se trate da barra do Sibaúna.

A confusão que faz entre o rio «Guajehy» e «Camaratiba» não tem razão de ser. Aquêlê, apesar da grafia esquesita, aliás, já firmada no mapa do Coronel Niemeyer (1843), corresponde ao rio Guaju, limítrofe com a Paraíba, ao passo que o Camaratiba ou Camaratuba já se encontra nesta província, a várias milhas ao sul. Talvez, o engano proceda de ter sido o antigo limite das duas capitanias pelo Camaratuba e o novo pelo Guaju, e daí o cartógrafo juntá-los num só curso.

Na parte que intitula *Noções Estatísticas*, divide a província em três comarcas, quatro cidades, sendo duas na comarca de Natal; onze vilas e vinte e duas freguesias. Das vilas, duas ficavam na comarca de Maioridade, quatro na do Açu, e cinco na de Natal; e das freguesias, cinco pertenciam à de Maioridade, dez à do Natal, e seis à do Açu, somando vinte e uma e não vinte e duas, como registou a parte estatística do mapa, na qual se vê a repetição da chamada «Santa Rita da Cachoeira», que também está sob a denominação de «Santa Rita da Cruz do Ribeirão». Além disso, dizia o autor, havia na província, mais de vinte capelas importantes.

O município de Port Alegre foi transformado em «Porto Alegre», não só no mapa, como nas *Noções Estatísticas*, o que é incorreto.

Dessas estatísticas, constava mais que a população da província andava por duzentos mil habitantes, dando sete mil indivíduos à Guarda Nacional, e oitocentos alunos a diversas escolas; que o comércio estrangeiro era muito limitado; que as ricas salinas de Mossoró, da ilha de Manoel Gonçalves e de Oficinas, tinham tão grande rendimento que poderia bastar para todo o consumo do império; que o gado era um ramo de comércio lucroso, como o algodão, o açúcar e a carnaúba.

Trata-se de um mapa que, para a época, dava uma boa informação da pequena província, sendo o mais completo no tocante à geografia política dessa região do nordeste brasileiro.

Confrontando-se os mapas de Monte-Negro, Roussin, Niemeyer e Adam, no tocante à costa, conclui-se que o primeiro, apesar de ser o mais antigo, é o mais minucioso.

Os três últimos registraram apenas cerca de trinta topônimos, nem sempre idênticos, ao passo que Montenegro anotou trinta e nove.

Verifica-se também o registo do rio Mossoró que, ainda durante o século XVIII, e mesmo no primeiro terço do XIX, entre cartógrafos estrangeiros, só aparecia com o apelido Upanema, escrito de maneira as mais variadas e esquisitas (16).

Montenegro foi quem primeiro o anotou, esquecendo Tibau que aparece no de Roussin com a última sílaba anasalada, engano retificado por Niemeyer (17).

Era esta a cartografia rio-grandense até pouco depois da primeira metade do século, que ia sofrer notável impulso na que se seguiria, principalmente, no tocante à costa marítima e sua navegação.

Iniciou esse trabalho o governo brasileiro mandando o oficial da nossa armada, M. A. Vital de Oliveira, coadjuvado pelos Tenentes R. Stepple da Silva, V. da Silva Peixoto, L. Teixeira e E. Wandenkolk, fazer o levantamento da costa no hiato *Parahybano*, de 1857 a 1859. Dessa exploração resultou as *Cartas da Costa do Brasil*, impressas pela Litografia Imperial de Eduardo Rensberg, Rio de Janeiro, fevereiro de 1862; desenhadas pelo referido Vital de Oliveira.

(16) No século XVI, deram-lhe o nome de S. Miguel e, no XVII, Panama, Opanama, Opanema, Upanama, Ipenin e mesmo Upanema (J. Jonsson, 1653), surgindo, então a denominação «Morggeron», ora num rio desenhado na vizinhança (G. Blaeu, 1635 e 1642; J. Jonsson, 1635; e N. Sanson, 1656), ora no local do Upanema (F. de Wit, 1671). No XVIII, conservaram-lhe a grafia variada da centúria anterior, alternada às vezes com «Ipenin ou Panama», «Upanema ó Salina», para no XIX surgir a de Panama e Upanema, estabilizando-se esta como contribuinte do Mossoró ou Apodi.

(17) Esta colina vem desde 1629, com Blaeu e Seutter rotulada de «Montes Vermelhos», devido à cor de suas areias, conservada por João Teixeira (1640 e 42), e J. van Keulen (1680 e 1712), alterada, porém, por J. T. Albarnaz para «Barreiras Vermelhas» (1631). O Almirante Roussin (1826) escreveu «Mo. Tibão» que J. Schwarzman (1831) manteve, retificada para a forma atual «Morro do Tibau» por C. J. Niemeyer (1843). Parece que o primeiro cartógrafo a registá-lo foi M. Coronelli (1688), quando grafou «Itiaboua» a oeste de «Dobbel B.», um pouco diferente, é certo, mas, datando de uma época em que esses topônimos eram geralmente estropiados, não é fora de propósito citá-lo, bem como W. Heather, em 1810, anotando — «Itiabana» ao N. de «Red. Hill».

Da respeitante a parte que vai do rio Mossoró ao de S. Francisco do Norte, anotou os morros situados a oeste da barra do rio Mossoró, sem denominá-los (18), seguindo-se êste rio, tendo à direita «Arêas Brancas», e «Povoação» à esquerda, Chiqueiro das Cabras (ilha), Riacho Upanema, pequena enseada, Pa. da Entrada, outra angra, Morro Pintado, Pa. da Redondinha, angra, pa. da Redonda, enseada, Pa. do Mel, Pedra Grande, pequena curva, Rosado, praia quase reta, Pontal das Conchas, uma ilha, Rio dos Cavalos, um rio estreito, Rio Amargoso ou do Açú (sem nenhuma ligação com os precedentes), Macau (à m. dir. do Açú), Camboa dos Barcos (separando Macau de uma ilha que entesta com o oceano e em que está escrito «P. do Camapum»), vendo-se desaguar a montante de Macau o Riacho das Salinas. Ao sul da ilha referida vêem-se — B. da Ilha, Barreira d'Água, Barreiras, Diogo Lopes (dentro do riacho do Tubarão) e fora da barra — P. do Tubarão, Tubarãozinho e Capim Açú (em frente a Urca do Tubarão); Ponta d'Água (sem ponta), Minhoto, B. do Fernandes, canal inominado que vai à Camboa do Meio, Camoropim, Pisa-Sal e Água-Maré (desaguando numa angra, tendo em frente «Restinga do Minhoto» e mais afastados «Urca do Minhoto» e «Cabeço do Oliveira»); Galinhos, Galos, Buracos, Bicudinhas, Bicudas, Cabelo, Moças, Conceição (essas três numa enseada, tendo ao largo «Pedra do Alvadio» e mais para o alto «Risca das Bicudas»); Jacarezinho, Jacaré, Casa Forte (coqueiros), Ponta da Pedra (de Galinhos até ponta da Pedra há uma linha contínua de recifes que a maré cobre e descobre); Caiçara (numa enseada menor que a da Conceição, mas, da ponta do Tubarão à de Caiçara forma uma ampla baía com cêrca de 26 minutos entre êsses extremos, vendo-se defronte de Caiçara a «Coroa das Lavandeiras» que se prolonga para o sul até Cotia, e mais ao largo «Pedra Sêca» e «Urca da Conceição»); Sto. Alberto, Três Irmãos (três morros, formando pequenas pontas); Guagiru, Cajarana, Cotia (pov. e morro), Carnaúba Enterrada (morro), Exu Queimado (pov. e m.), Bôca dos Campos (recifes que aparecem ou não conforme o fluxo das marés — de Cajarana à Bôca dos Campos), Mendes (pov. e m.), Marcos (ponta e m.), Lavapeito (pta.), Barco Queimado, I. de Cima (pov. e m.), Carnaubinha e Reduto, vendo-se em frente a Mendes e Marcos «Urca da Cotia ou Caboclas» e de Marcos a Reduto, recifes que a maré cobre

(18) O próprio Vital de Oliveira explica no «Roteiro da Costa do Brasil do rio Mossoró ao rio S. Francisco do Norte», Rio, 1864, que a O. do rio Mossoró há umas barreiras avermelhadas de quase uma milha de extensão, vendo-se em seguida o morro do Tibau, de areia também avermelhada (pág. 1).

(fôlha 1 — «De Mossoró a Reduto»); Gostoso, Sto. Cristo (numa ponta), S. José, Lagoa do Sal, Cajueiros, Morro Branco, Olhos d'Água, Calcanhar, Morro Preto, Quixaba, um rio, Touro, Tourinho, Gameleira (numa ponta), Garças de Baixo, Garças, Peroba, Rio do Fogo, «Matto Caboclo», Barreiras do Inferno, Zumbi, Rio Punahu, Riacho Guaxinim, Pititinga (numa ponta, havendo antes uma vasta enseada), Sta. Cruz, Viúva, Maracajahu («T. Pança», defronte), Anéis, Anéis Grandes (numa ponta), Piracabu, Caraúbas, Cajueiros (numa enseada), Cabo de S. Roque, uma angra, Rio Maxaranguape, Riacho Muçu-apé, Murihu, Pitua-mirim, Jacuman, Riacho Pratagi, Pitangui (numa ponta), Guaçandu, Rio Ceará-mirim, Genipabu (e baixo dêsse nome em frente), R. Redinha, Lazareto, tendo defronte «Cabeço do Negro»; Manimbu, Jaguaribe e Passagem (à m. esq. do «Rio Grande do Norte»), vendo-se à direita dêste rio — F. dos Reis Magos e Natal; e ao sul — Morcego, Pinto, enseada, Ponta Negra, uma enseada maior que se prolonga até Cotovelo (ponta), tendo no seio Barreiras do Inferno, seguindo-se R. Pirangi, Pirangi, Busios, Tabatinga, «Riacho Camoropim ou Trahiry», Tibau, Madeiro, Pta. da Pipa, Moleque (numa ponta mais saliente do que a anterior), Rio Sibaúna, Oiteiro Sibaúna, Rio Cunhaú, Oiteiro Cunhaú, Formosa (numa ponta), (fôlha 2, intitulada «Ponta do Reduto a Bahia Formosa»); Bacopary, João dos Santos, Urubu, Cotia, Riacho Sagi, Sagi, e Rio Guaju, tendo ao sul — «P. do Guaju», à margem austral do rio dêsse nome (folha 3, ou «Da Bahia Formosa a Ponta do Leitão», saliência esta que demora ao sul da ilha de Itamaracá, em Pernambuco (19)).

Há nessa costa os baixos de «João da Cunha» (20) ao largo das pontas Redonda e Redondinha, cêrca de 8'30" distantes de terra, os parceis de S. Roque, e várias urcas ou coraas.

(19) Entre o mapa e o roteiro de Vital de Oliveira, pode dizer-se que não há divergência: um qualificativo trocado, como em «Barco Queimado», no mapa (fôlha 1 — «De Mossoró a Reduto»), e «Barco Quebrado» (pág. 21). Aliás, Barco Quebrado parece mais acertado, não só por se referir a alguma embarcação que aí se arrebentou, como por ter sido mais tarde registado por Felipe Pereira (Roteiro cit., pág. 55) e pelo Almirante Raul Tavares (Corografia da Costa do Brasil, in *Revista de Geografia*, vol. 39, pág. 60); e poucos topônimos a mais no Roteiro, no qual o autor descreve todos os accidentes da costa, casais, povoados, coqueirais, aguadas e elevações do interior avistáveis do mar; fixando na costa do Rio Grande do Norte, 75 posições geográficas (págs. XV a XVII).

(20) Vaudeclaye (1579) apelidou êsse baixio de «Saint Luc» e outros autores de «Argenstein». Conhecido desde o século XVI, estudado ligeiramente pelo Almirante Roussin, sômente aparece bem desenhado na segunda metade do século XIX. Vital de Oliveira o localiza na lat. S de 4°32'30" e 5°55'21" de long. E do Rio de Janeiro (Roteiro, pág. 2).

como se fôsem a continuação dos de S. Roque; sendo a longitude adotada nas cartas a do observatório do Rio de Janeiro.

Vital regista mais de 130 nomes referentes a rios, pontas, morros e povoados, afora uma dezena de outros atinentes a recifes e urcas situadas ao poente de Calcanhar, número êste que ultrapassa a nomenclatura anterior em cêrca de uma centena, isto é, mais do triplo da exposta por outrem.

O Capitão de navio, francês, Ernest Mouchez, quase na mesma época, no aviso a vapor *Le Bisson* (1856-1860) e no *d'Entrecosteaux* (1861-62) e no *Lamotte Piquet* (1863-65) explorou a costa sul americana, organizando as *Cartes du Brésil, Rio de La Plata et du Uruguay*, conforme os trabalhos executados naqueles navios e documentos mais recentes, assistido pelos estados maiores dessas embarcações, publicadas pela marinha francesa de 1864 a 1870.

No tocante ao Rio Grande do Norte, há três cartas, como no de Vital de Oliveira, denominadas, porém, entre «Le Cap Iguape et Agua Mare», entre «Tabatinga et Agua Mare» e entre «Tabatinga et Pernambuco», tôdas datadas de 1867.

A despeito de serem mais modernas do que as de Vital de Oliveira, encerram nomenclatura mais reduzida, numa diferença para menos de cêrca de cinqüenta nomes.

Contudo, anotou Mouchez — «M. Tubao», ao passo que Vital apenas desenhou uns montes sem batizá-los a oeste da barra do Mossoró; e outros topônimos, como «Arrombado» entre Barra da Ilha e Barra d'Água, ao sul do rio Açu; «Pointe Estevão Ribeiro», à margem esquerda do rio Camoropim ou Trairi; «O. Chapeo», ao sul de Cunhau; e «Oiteiro dos Porcos» ao norte de Sagi; anotando a altitude dos montes mais sobranceiros do litoral, bem como a sua visibilidade do alto mar.

E assim, destacou : «M. Tibao» visível a 19 milhas, e mais ao sul — «Dune de sable rouge très remarquable» vis. a 17 m (21); «Pta. do Mel» — falaise rouge vis. a 18m; «Santo Alberto», a mais alta duna dessa costa, vis. a 14 1/2 m; «Ilha Decima», vis. a 14 m; «Morro Branco ou Cajueiros», vis. a 18m; «Gameleira» vis. a 16 m; «Barreiras do Inferno» vis. a 16 m; «Pititinga» — «arbre remarquable» vis. a 16 m; «Cap. St. Roque» vis. a 18 m, com 55 metros de altitude; monte ao norte do rio Potengi com 120 m de altura; «Morro Pinto», vis. a 24 m, com 128 m de altura; «Pta. Negra», vis. a 22 m, com 118 m de altura; «Dune rouge

(21) Não há engano do cartógrafo. O Morro do Tibau é composto de areia vermelha, e Vital de Oliveira, no seu *Roteiro da Costa do Brasil* (1864), menciona dunas de areia avermelhada a sudeste do referido morro p. 1.).

au sommet d'une colline très remarquable» (um pouco afastada do mar) ao norte de Pirangi; «Morne» vis. a 23 m («dune horizontale au sommet») entre Busios e Tabatinga; Tabatinga («falaises rouges»), tendo ao sul «haute dune» com 130 m de altura; Tibau («falaise rouge»), tendo para o interior «Deux hautes dunes sur une colline», com 124 m de altura; «Pte. Moleque» vis. a 18 m (falaise rouge); e morro em Bahia Formosa, «90 m, visible à 21 milhas (22).

Como se vê, registou uma vintena de pontos muito úteis à orientação dos navegantes, número êste que seria acrescido na «Carte Routière de la Côte du Brésil» entre Ceará et Bahia, datado de 1868, em que assinalou «Mo. da Anta», contraforte da chapada do Apodi, visível a 40 milhas (23); «Colline Mangue Sêco» vis. a 21 milhas; «Côte visible à 16 ou 18 milles» entre a ponta de Santo Cristo e a barra do Rio Grande do Norte.

Êstes mapas foram corrigidos pelas cartas da «South America East Coats-Sheet IV — Brasil — Maranhão to Pernambuco by Capm. E. Mouchez — 1867 — «R. Mossoró to Pernambuco», by M. A. Vital de Oliveira (1857-59) — London Originally, published at the Hydrographer Office of the Admiralty, March, 1853 — Corrections nov. 1867 act. 1872»; e «Coast of Brazil-surveye by Lt. Vital de Oliveira, Impal. Brazil to 1859, with corrections and additions by capt. E. Mouchez, French N. Y. 1867. Published July 1873 at the Geographic Office, Washington D.C.-R.H. Wyman Commo. U.S.N. Hydrographer to the Bureau of Navigation».

Apesar de procurarem os seus autores emendar ou corrigir os trabalhos anteriores nem sempre o conseguiram, tanto que, na do almirantado inglês, vêem-se, entre outros, «Tubao Hill» e

(22) Mouchez anotou morros, falesias ou barreiras vermelhas em Tibau (oeste do rio Mossoró), ponta do Mel, Barreiras do Inferno (ao sul de Ponta Negra), duna (ao norte de Pirangi), Tabatinga, Tibau (ao norte da ponta da Pipa) e na ponta do Moleque, talvez os mais notáveis, porém, desde os mapas seissentistas que se vem falando em «barreiras vermelhas» em vários pontos; acrescentando o prático Felipe Pereira (1877), as de Ilha de Cima (entre Marcos e Reduto), Precabu, a que Vital de Oliveira chamou Piracabu (na angra de S. Roque) e Madeiro Grande (ao norte da Ponta da Pipa). V. de Oliveira no *Roteiro* indica outros lugares de areia vermelha ou avermelhada, como os morros Mato-Caboclo, Zumbi, Aneis Grandes, as barreiras de São José, Olhos d'Água, ao norte de Formosa, entre Sagi e Guaju, além de malhas avermelhadas no morro de Maxaranguape e ao norte do rio Guaju (págs. 28, 29, 30, 23, 24, 82, 86, 68 e 86, respectivamente).

(23) O Almirante Raul Tavares, na sua *Corografia da Costa do Brasil* chama-o «Morro do Dantas» e diz ser visível de 38 a 40 milhas da costa, apesar de ficar muito para o interior. Adianta que a S.W. da costa parece um ilhote muito longínquo. (*Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, v. XXXIX (1934), pág. 58). Talvez, venha daí, a ilha da foz do rio São Miguel a que aludem alguns seissentistas.

«Marihu», em vez de Tibau e Muriú; contudo escreveu «Dantas Mt.», o que está certo.

A altitude das dunas ou morros é anotada em pés, chocando-se as vezes com as suas próprias anotações e em certos pontos discordantes das de Mouchez.

A carta estadunidense dá, por exemplo, para Morro Branco 177 pés e visível a 18 milhas, Gameleira 118 pés e visível a 16 milhas, Pititinga 147 pés e visível a 16 milhas.

Temos assim para a primeira 59 metros, segunda 39 metros e terceira 49 metros de altitude e, no entanto, apesar dessa desproporção na medição da altura, a visibilidade da primeira dessas dunas não está mui longe das duas seguintes e entre estas, a despeito de haver dez metros de diferença entre ambas, a perceptibilidade, segundo o mapa, é a mesma.

Mouchez dá para o cabo de S. Roque 55 metros de altitude, ao passo que a carta referida aponta 180 pés ou sejam exatamente 60 metros; com uma visibilidade em ambas de 18 milhas.

Para o morro do Pinto, ao sul de Natal, o capitão francês indica 128 metros de altura e percepção de 24 milhas, marcando a do almirantado inglês 420 pés, que, a 3 pés por metro, dão 140 metros. O Major Melo Moraes que observou mais recentemente, acha que o ponto mais alto desse morro não passa de 124 metros, sendo, contudo, o cimo de maior altitude no litoral norte riograndense. Mouchez, porém, aponta uma «aute dune» ao sul de Tabatinga com 130 metros de elevação e a norte americana anota mais de um morro, na região ao sul de Natal, com a cota superior a 124 metros, como ponta Negra (387 pés ou 129 metros); monte com 410 pés (ou 136 m), no meio de uma enseada ao sul da povoação de Búsios; morro em Tabatinga com 425 pés, ou mais de 141 metros, cota esta mais alta do que o cartógrafo dá para o morro de Pinto.

A discordância de altitude exposta não invalida o trabalho desses cartógrafos, desde que se tenha em vista a diferença de épocas e a intensidade dos ventos reinantes na região, cuja força remove dunas, obriga os rios a mudar de embocadura, eleva barreiras que formam lagos e reduz ou aumenta o cimo dos montes (24).

É bem possível que S. Roque tivesse tido 60 metros de altura, o morro do Pinto 140, ponta Negra 129, o morro ao sul de Búsios 136, e o de Tabatinga quase 142 metros, superando, assim, o do Pinto, há mais de oitenta anos. É de notar que haja grande

(24) Raul Tavares — *Corografia da Costa do Brasil* (1934), cit., págs. 24 e 25; Melo Moraes *Aspectos da Região Litorânea do Nordeste* (1947),

diferença entre Mouchez (128 m) e o cartógrafo norte-americano (140), para o morro do Pinto, quando o trabalho de um dista do outro apenas um lustro.

Quanto aos pontos de relêvo dessa costa, o Almirante Raul Tavares na Corografia a que aludimos em a nota 20, diz que a elevação do cabo de S. Roque à ilha do Maranhão, varia, em media, de 40 a 80 metros, sendo visível de 15 a 20 milhas (25) apontando o morro do Dantas, visível de 38 a 40 milhas; pontas Redonda, de 60 a 70 metros de altura, coroada de árvores; do Mel, de 95 metros e visível a 20 milhas, de barrancas vermelhas, tendo no sopé a metade de sua altura medões de areia branca (26); colina Mangue Sêco, visível a 21 milhas saindo d'água muito antes da costa; as pontas de «Três Irmãos de Santo Alberto», três escarpados formando a parte mais saliente ao norte de tôda esta costa (27), visíveis os medões a 15 milhas; «Ilha Décima», morro notável visível a 14 milhas; Morro Branco ou Cajueiros, com 55 metros de altura e visível a 17 ou 18 milhas (28); Gameleira, medões coroados por árvores, de 30 a 40 metros de altura, e formando a parte quase mais avançada do continente; ponta de Pititinga, também chamada morro de Santa Cruz, completamente (29) desnudo, vendo-se no cimo mais elevado uma árvore frondosa, isolada, com 45 metros de altura, visível a 15 milhas. De Pititinga ao cabo de São Roque a costa é formada por medões de 20 a 50

págs. 82-4; J.M.B. Castelo Branco — *Litoral Norte-Rio-Grandense* (in *Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia* n.º 4 (1951), págs. 114 e 115).

Raul Tavares adianta que quando a brisa é forte, vê-se no cimo de cada duna, uma nuvem de areia que ataca bosques e povoações, enterrando-as por alguns anos debaixo de uma capa de muitos metros de espessura (pág. 25).

A marcha dos aliseos é rápida, notando-se mangueiras enterradas pela areia (pág. 24) e cujas ramas superiores já sêcas, assomam por cima das dunas. No seu movimento para O. obstruindo barras de rios ou formando perigosos bancos até muitas milhas de distância (pág. 25).

(25) *Corografia* cit., pág. 24.

(26) *Corografia* cit., pág. 58. O *Roteiro do Brasil* da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, correto até 15 de julho de 1948, dá para a ponta do Mel 90 metros de altura e uma visibilidade de 20 milhas (pág. 120).

(27) *Corografia* cit., pág. 59.

(28) *Corografia* cit., pág. 60. Quando se aterra no paralelo do cabo Calcanhar, vê-se a costa somente a 16 milhas, sendo *Gameleira* a primeira terra a avistar-se, e logo depois, um pouco ao S, uma grande duna branca, situada perto da povoação das Garças e no extremo N o Morro Branco, muito notável por ser isolado e o ponto mais alto dêsse trecho da costa. *Roteiro do Brasil*, do Ministério da Marinha, cit., pág. 137).

(29) *Corografia* cit., pág. 63.

metros de alto, salpicada de manchas de vegetações e coroadas por altas árvores, tendo o cabo referido 55 metros de elevação, sendo invisível a 18 milhas (30).

Não se refere às serras Verde e do Cabogi, dizendo mesmo que não há montanhas terra a dentro nesse território (31), quando ambas são apontadas pelos práticos dessa costa.

João de Melo Moraes aponta várias dunas ao sul do Potengi, que atingem mais de cem metros de altura, dizendo que na região que vai do cabo de São Roque ao Aguamaré êsses morros não alcançam oitenta metros de altitude, sendo a sua metragem ainda menor de Aguamaré para oeste (32).

Comparando-se a nomenclatura registada por Vital de Oliveira com a do prático Felipe F. Pereira, no seu *Roteiro da Costa Norte do Brasil*, publicado quinze anos depois das cartas daquele, verifica-se haver nos trabalhos de Vital maior número de topônimos, apesar de Pereira incluir nomes não encontrados em Vital, como o povoado de Alagamar (a este da barra do Amargoso), Barra Velha (entre Barra da Ilha e Barreiras d'Água), Morrinhos (entre Cabelo e Conceição), Morro do Maxiche (entre Caiçara e Santo Alberto), Morro das Areias Gordas (entre Morro Branco e Lagoa do Sal), Barra do Cururu (ao sul da ponta dos Búzios); aliás, Lagamar (pág. 11), Barra Velha (pág. 12) e Cururu (pág. 80) constam do Roteiro de Vital. Em lugar de «B. do Fernandes» de Vital e de outros autores, a oeste de Aguamaré, Pereira escreve «Bra. do Fernando»; «Inxu Queimado» em vez de «Exu Queimado»; Vila Nova» no lugar de «Tourinho», «Barreiras do Carapuça» no lugar de «Barreiras do Inferno» e «Porto Mirim» em vez de «Pitua Mirim» (33).

Um dos mais modernos trabalhos geográficos feitos *in loco* é o do «Serviço Geográfico do Exército», sendo umas fôlhas datadas

(30) *Corografia* cit., pág. 64. Ao aterrar-se no paralelo do cabo de São Roque, avista-se a costa a 17 milhas, e chegando-se mais para esta, ver-se-á surgir ao SW, na extremidade da terra visível, o morro do Pinto. (*Roteiro do Brasil* cit., pág. 137).

(31) *Corografia* cit., pág. 65.

(32) *Aspectos da Região Litorânea do Nordeste*, 1948, págs. 89 e 91.

(33) *Roteiro* cit., págs. 68, 57, 56, 55, 54, 51 e 46. Deixamos de confrontar o Roteiro de J. S. Costa Pereira, Rio de Janeiro, 1848 e o de J. Duarte de Sousa Aguiar, S. Luís, 1857, por ser o primeiro muito deficiente, e conter várias informações inexatas, não passando sua nomenclatura de cerca de uma trintena, abaixo da registada no mapa de *Montenegro* (1811) e ajustando-se mais ou menos às das cartas de Roussin (1826), Niemeyer (1843) e Viliers (1848); e o segundo, apesar de encerrar quase o triplo de nomes e corrigir vários enganos do anterior, ainda está longe de ser cotejado com os trabalhos de Vital de Oliveira.

de 1943 e outras de 1944, por engenheiros militares, em uma dimensão maior do que a de Vital de Oliveira, no litoral nordestino, sendo que no tocante ao Rio Grande do Norte, há quatro croquis na escala de 1:25.000, do rio Guaju a Pirangi e mais de vinte folhas daí ao rio Mossoró, na escala de 1:50.000, sendo a referente à Natal datada de 1945.

Era natural que, tendo essas cartas oitenta e cinco anos de avanço sobre as de Vital de Oliveira, a sua nomenclatura fôsse mais numerosa. No entanto, se encontramos nas cartas de 1943-1944 cêrca de 35 nomes não registados por Vital, as do Serviço Geográfico do Exército deixaram de anotar mais de vinte topônimos constantes das cartas de 1857-1859, sòmente justificável pelo possível desaparecimento de uns e a mudança de nome de outros.

Além disso, há denominações grafadas com pequena diferença, como Cajarana (Vital) e Canjarana (S. Exército); Exu-Queimado (V.) e Inxu-Queimado (S.E.); Mato-Caboclo (V.) e Mata-Caboclo (S.E.). Parece, à primeira vista ser insignificante a diferença, mas, a nossa língua tem *cajarana* e *canjarana*, de famílias botânicas diferentes.

Quanto a Exu, se encararmos, apenas, como o designativo de certas vespas, cujo nome se deriva da palavra tupi *eixu* ou *eixui*, e vulgarmente conhecidas por *exu*, *enxu*, *enxui* e *inxu*, nada teria a ponderar, uma vez que poderia mudar a qualidade da vespa, mas a consequência seria a mesma — um inseto queimado. Se, porém, dermos a *exu* o significado do totemismo africano, isto é, de espírito maligno ou diabólico, usado no Brasil, talvez se refira a algum ídolo queimado ali encontrado, e nesse caso, *enxu* ou *enxui* estaria mal aplicado.

Resta *Mato-Caboclo* e *Mata-Caboclo*. São coisas mui diversas: o primeiro significaria, se dermos atenção ao tupi-guarani, um mato de côr bronzeada, ressequido, tostado ou crestado pela ação dos raios solares ou alguma queimada, ou, então — mato pertencente a algum caboclo; ao passo que *Mata-Caboclo* afigura-se um lugar em que morriam caboclos, a não ser que se lhe dê a acepção de selva, e, nesse caso, seria também — mata do caboclo. Alfredo de Carvalho registou «Matto do Caboclo» (34): Felipe Pereira registou «Ponta do Mata-Caboclo» e «Cajara-

(34) *A Tragédia do Nyenburg* (1763), in *Aventuras e Aventureiros*, 1930, pág. 371.

na» (35); Nestor Lima escreveu «Cajarana» e «Enxu»; (36) e o Almirante Raul Tavares «Exu-Queimada» (37).

Temos ainda dêsses cartógrafos o «Plan de l'Entrée de la Rivière Rio Grande do Norte (Brésil) por E. Mouchez, 1867, o qual abarca a costa desde a «Pte. et Récif Genipabu» até a «Pte. Pinto», registando o «Rio Redinha, na entrada do Rio Grande do Norte, as camboas de Manimbu e Jaguaribe, várias ilhotas, «Chaussée» (molhe), tôdas à margem esquerda, sendo êste último em frente à «Douanne», à margem direita, em que se vêem desde a barra — o forte dos Reis Magos, farol, coqueiros, um lago de água doce, dunas, cidades baixa e alta; morros a sudoeste, tendo o «Morro Morcego» 90 e o «Morro Pinto» 128 metros de altitude (38).

Esta planta foi reproduzida mais tarde pelo Departamento hidrográfico norte-americano, sob o título «Entrance to the Rio Grande do Norte» by capm. E. Mouchez, Fr. N.; 1867; em edição de julho de 1873, em Washington, desde a ponta e recifes de Genipabu até o molhe da «coroa» ou «passagem» em frente a alfândega; e do lado da cidade a oeste da fortaleza, confirmou a existência dos coqueiros (Limpa) ajuntando as palavras «Good Landing» (bom desembarque), seguindo-se o lago de água doce (Fres water), e a frase: «Casks may be rolted from the Landing Place» (uma espécie de lugar de desembarque), sinal de casas e «Custom H.» (alfândega), um terreno alagado (hoje, praça Augusto Severo). Mais para o sul outras casas, o sinal de igreja numa praça e escrito «Natal».

Os recifes que partiam da barra, tendo ao N. «Cabeça do Negro», dirigiam-se para o S. até confrontarem com uns morros, em cuja parte mais elevada lia-se «Mt. Morcego» (295) e mais ao sul numa elevação isolada «Mt. Pinto» (420). A altitude dêsses morros se mostra superior a fixada por Mouchez, em 5 e 12 metros, respectivamente.

(35) *Roteiro* cit., págs. 51 e 55; e o *Roteiro do Brasil*, do Ministério da Marinha (1948), fixou «Mato-Caboclo» (pág. 138).

(36) *Op. cit.*, pág. 210.

(37) *Op. cit.*, pág. 60.

(38) Sobre Natal dizia o escritor peruano F. Michelana y Rojas, em 1867, que estava situada em «parte en la orilla en un lugar cenagoso y malsano, y parte, que es la principal, sobre una colina; el todo de un aspecto triste, pobre y de ningun atractivo. El cólera habia hecho en ella muchos estragos. y aun continuaba quando pasé. Su movimiento comercial marítimo en el año pasado fué de 250.000 pesos, importación y exportación, las rendas provinciales de \$60.000, y la población de 175.000 habitantes». («Exploración oficial desde el Norte de la America del Sur» — «Viaje a Rio de Janeiro, en los años de 1855 a 1859» — Bruselas, 1867, pág. 650).

Há uma planta da cidade do Natal, tirada pelos Engenheiros Hargreaves, Rocha e Martins, dedicada pelos mesmos ao govêrno provincial. É um trabalho de mérito, em vista dos declives do terreno e tortuosidade das ruas e travessas, oferecido sem remuneração alguma, à administração do presidente Bandeira de Melo.

Não a vimos, sendo a informação extraída do *Jornal do Comércio* (Rio), de 7. set., 1874, p. 3; *Carta de Natal*, de 22, agto., 1874.

Um ano após surge o trabalho «Brazilian Harbours» (Portos do Brasil), no qual se vê — «Rio Grande do Norte» — «Plan accompanying sir John Hawkshaws Report Dated July 15 th (1875)»; explicando em uma nota que o desenho é uma cópia da Carta publicada pelo almirantado britânico e as sondagens são marcadas em metros.

Na entrada da barra, como nas plantas anteriores, pedras à esquerda, à direita e em frente, luz do farol existente no «Forte» visível a 10 milhas. A oeste dêste, água que seca com a baixa-mar. Da barra à cidade de Natal eram 3.750 metros em linha reta e da fortaleza à cidade cêrca de 3.000 metros. A cidade está assinelada por meio de traços largos, vendo-se, uns cem metros antes, um traço menor. Ao sul da mesma, o sinal de lagoa, tendo mais para o sul indício de outras construções, parecendo um cemitério, hospital, etc. Da fortaleza para o sul uma linha de recifes em que se lia : «Low Ridge of Rocks», medindo da barra até o fim uns 1.800 metros. Nas proximidades do fim dêsse recife o sinal de lago, com um morro a oeste junto ao rio, que tem à margem esquerda várias camboas.

Em 1867, os engenheiros civis C. Krauss e H. L. dos Santos Werneck, organizaram a «Carta Postal do Brazil», de ordem do Ministro da Agricultura Sousa Dantas, que foi impressa no Imperial Instituto Artístico Largo de São Francisco de Paula.

Dela consta as linhas postais marítimas de Natal a Fortaleza e a Paraíba (pela Companhia Brasileira), e de Natal a Macau (127 milhas) e dêste pôrto a foz do Mossoró (35 milhas pela Companhia Pernambucana) que se estendia para Fortaleza (270 m), e ao sul para a Paraíba por 73 milhas.

Para o interior da Província, viam-se as linhas de Natal a S. Gonçalo, Ceará Mirim, Angicos, Açu e Macau; de Açu para Acari e Príncipe; de Açu a Campo Grande e Mossoró; de Açu a Caraubas, Apodi, Port'Alegre, Imperatriz e Pau dos Ferros.

Via-se também um ramal que atingia Touros.

No sul da Província, havia uma linha que ia de Natal a S. J. de Mipibu, Goianinha, Penha e daí para Mamanguape e Cuitê, na Paraíba.

O Major Thomaz Antônio Ramos Zany organizou, em 1874, uma Carta do Rio Grande do Norte, apresentando-a ao presidente da província, do fim dêste ano para o princípio de 1875. Segundo o jornal de Natal, *O Conservador*, poderia não ser um trabalho irrepreensível mas aproximava-se quanto possível da verdade, constituindo o mais perfeito e consciencioso estudo feito até o presente sobre êsse assunto; destacando-se ainda pelo esmero e beleza do desenho. E acrescentava: Seria da maior utilidade se fôsse reproduzida, a fim de ser distribuída pelo interior e escolas.

Esta notícia foi dada pela *A Nação* do Rio de Janeiro, de 16 de janeiro de 1875, pág. 2.

Não a conhecemos, apenas, encontrando a respeito essa referência.

E. Levasseur publica o «Mapa do Império do Brasil», na esc. de 1:3.000.000; editado por Ch. Delagrade, Paris, 1886, dizendo-se baseado nas cartas do Brasil de L. J. M. Pena (1883), Beaurepaire Rohan (1875), C. Broekes e C. Hely (1883). Homem de Melo (1875) e de C. Mendes de Almeida; além de algumas referentes a várias províncias.

Separa a província do Ceará da do Rio Grande do Norte pelo rio Mossoró, ficando a «Chapada da Serra do Apody» toda no território cearense, e a serra de Luís Gomes dentro das províncias da Paraíba e do Ceará. Localiza a cidade de Mossoró na confluência do Mossoró com o Upanema e à margem direita dêste, e um rio de regular tamanho entre a ribeira do Açú e o povoado de Touros, sem nome, talvez se confundindo com o Salgado ou Amargoso, contribuinte do Açú. Traçou o Potengi bem reduzido, sem fixar nas suas margens a cidade de Natal.

As cidades de Imperatriz, Príncipe e Jardim estão situadas na província da Paraíba; Nova Cruz e Canguaretama num rio inominado que servia de divisa com esta província. Como se vê, uma série de inexatidões.

Dedicado somente ao Rio Grande do Norte, só temos até aqui o mapa topográfico de 1811, desenhado pelo Padre Montenegro, não passando, porém, de um croquis manuscrito, sem coordenadas geográficas e a técnica precisa, e a Carta do Rio Grande do Norte do Major Zany de 1874, de modo que o «Esbôço dum Mapa da Província do Rio Grande do Norte» apresentado ao Presidente Antônio Francisco Pereira de Carvalho, pelo engenheiro inglês John H. Morant — Ass: M: Inst: C.E.; F.R.G.S.; Londres, 1887», foi o primeiro impresso, colorido e obedecendo a arte cartográfica da época.

Antes de tratarmos dêle, merece referência aqui, por ser anterior, o «Mapa Hidrográfico do Vale do rio Ceará-Merim» na

provincia do Rio Grande do Norte», reduzido do mapa do Engenheiro Gustavo Luis Guilh Dott, Esc. 1:50.000», datada de 1863, por John H. Morant, Natal, 1886», existente na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

Desenha o rio, da vila do mesmo nome até o desaguedouro no oceano Atlântico, assinalando engenhos de açúcar, canaviaes, alagadiços, coroas, pântanos, brejos, matas e ariscos.

O Engenheiro Dott havia sido encarregado do planejamento de desobstrução do rio e canalização de suas águas, preparando, então, o mapa de que Morant extraiu essa cópia.

O mapa de 1887, é o transunto mais completo da antiga provincia que encontramos, no período monárquico, apesar de algumas falhas que apresenta, principalmente, no tocante aos limites com a Paraíba, aliás, somente, sanadas no século seguinte, quando se conheceu melhor o terreno em que passava essa divisa.

Subindo o rio Guaju, continuava a fronteira por umas elevações até a serra de São Bento, transpunha a Borborema, uma outra serra na altura de Jardim, o rio Sabugi, o Piranhas, seguindo daí em diante pelo curso do «Rio do Patu» até a serra de Luis Gomes, prosseguindo por uma linha pontuada que incide numa outra que vinha da serra do Apodi, próximo às vilas de Luis Gomes e São Miguel, e desta vila ao mar, pela referida serra do Apodi e morro do Tibau.

Apesar da dúvida reinante na divisa com o Ceará o autor seguiu a orientação pleiteada pelo Rio Grande do Norte e mais tarde confirmada por vários acórdãos do Supremo Tribunal Federal. Quanto à da Paraíba desenhou quase uma reta, deixando de consignar as sinuosidades dessa extrema, inclusive a grande reintrância entre a margem esquerda do rio Piranhas e o município de Patu, riscando, além disso, um rio Patu imaginário.

Nas cercanias, originando-se das faldas da serra do Patu, ou de outras mais para oeste e correndo para o vale do Piranhas, são vistos, como correntes mais volumosas, os rios do Baião, dos Porcos e dos Cavalos. Talvez, naquela época, algum dêles tivesse êsse apelido.

Na costa marítima, insere os pontos principais, num total de setenta nomes, quase o duplo do de Montenegro (1811), sem esquecer o «Morro do Tibau» e o «Rio Guaju», nas raías com as provincias do Ceará e Paraíba, respectivamente.

No delta do Açú, apenas desenhou uma ilha formada pelos rios dos Cavalos e Açú, separando o das Conchas, cujo nome estendeu a uma ponta. Para leste, entre Barra Velha e Ponta do Tubarão, fixou «Barreirinhas», certamente correspondendo a «Bar-

reiras» de outros. Ao norte do cabo de S. Roque, escreveu «Carahube», justamente a «Caraubas» de Vital de Oliveira. Maxaranguape foi grafado «Massaranguape», à moda de outros cartógrafos estrangeiros, e pôsto êsse nome num rio, numa ponta e num povoado.

O riacho Muçu-apê de Vital e de Mouchez, entre Maxaranguape e Muriú, foi escrito «R. Massapé»; e o mais que trissecular Pirangi desagua entre os lugares Pirangi e Búsios, intitulado «R. Pihum», justamente um dos seus formadores.

No vale do rio Apodi ou Mossoró, de São Sebastião para baixo, anota — Mossoró, «Arêas-Branças», «Armazém», e «Morro d'Antas»; e para o alto — São Miguel, Pau dos Ferros, Apodi (e lagoa do mesmo nome), Luís Gomes, «Pôrto Alegre», Imperatriz, Caraubá, Requeirão, «Patu do Fogo», «Patu, Olhos d'Água, Riacho, Campo Grande («Triunfo», em baixo, hoje, Augusto Severo) e Carmo, êstes dois já nas várzeas do Upanema. Ainda registou nessa região os rios Umari, Tihramim, Caraúba, Riachão e Patu.

Em lugar de «Pôrto Alegre» deve ser Port'Alegre, verdadeiro nome dessa vila, atualmente cidade.

No vale do Piranhas ou «Açu», assinalou «Açu», Água Branca e Rosário, à margem esquerda do trecho chamado Açu; Serra Negra, Jardim das Piranhas, Retiro, S. Miguel, Malhada Vermelha, Batatama, S. Rita, S. Rafael, Passinho, Filadélfia, Oficinas e Macau à direita; Príncipe, no rio Seridó; S. Bernardo, Alto Grande, Belmonte, à margem direita do rio Seridó; Mulungu e Vaca Brava, à direita de um contribuinte do Seridó; Pau d'Alho. Acari, Providência, Currais-Novos, Cascavel, Trapiá, Jesus Maria, Mulungu e S. Luís, noutro afluente, à direita; Jardim, à banda direita do Seridó; Sant'Ana do Matos, Angicos, Possinhos e Cuó, à esquerda do Patachoca, Limpeiras, S. Joaquim e Patachoca, à direita dêste, sendo que Limpeiras fica no «Rio Salgado».

Na «Serra Verde» vêem-se Pororocas e Baixa Verde.

No vale do «Ceará-Merim» (como também escreveu o engenheiro Dott), viam-se Lajes, Lagoinha, Várzea dos Reis, Tapuia e Salgadinha; no do Potengi: S. Gonçalo, Utinga, Igreja Nova, Poço Limpo, S. Pedro, Caiçara, Pau d'Oleo, Barcos e Potengi Pequeno; no Jundiá: Carnaubinha, Guarapes (nuns morros), Macaíba, Santa Cruz, Peroba, Santa Rosa, Cacimbas Novas e São Paulo; no Trairi: Papari, São José, Vera Cruz, Vasa Grande, e Santa Rita (num dos formadores à m. direita); no Jacu: Goianinha, Estivas, Caboclo, Campestre, São Pedro e Carapateira, vendo-se Arez já na lagoa Guarairas, em que desemboca o Jacu; no Curimataú: Flor, Canguaretama, Cuitezeira, Nova Cruz

e São Bento; e na zona entre os dois últimos vales: Pau Queimado e Imbuzeira. Santa Cruz, no vale do Jundiá é engano, pois, fica no alto Trairi, onde se vê Santa Rita, antigo nome da atual cidade de Santa Cruz (Santa Rita da Cachoeira).

Entre as serras, distinguem-se: do Apodi, Luís Gomes, Martins, Patu (zona do Apodi); «S. João do Vale» (à m. esq. do Piranhas); Negra, São Bernardo, Chapéu, Totoró (no Seridó); Branca, Cabugi, Bonfim e Angicos (m. dir. do Açu); Santa Cruz (entre o Potengi e o Ceará Mirim); e de São Bento, na fronteira com a Paraíba. O «Sao» na serra de João do Vale é superfluidade.

Quanto às lagoas, registou as de Apodi, Piató, Ponta Grande. Extremoz, Papari e Gurairas, exatamente as maiores.

O autor anotou a altitude de vários pontos, como 161 metros em Príncipe, 188 numa serra ao norte desta cidade, 216 em Vaca Brava (noroeste de Acari), 383 ao N. desta cidade, 299 em Currais Novos, 411 em Mulungu, 468 na serra de Angicos, 243 em Olho d'Água (sul de Angicos), 524 em São João (a oeste de Santa Rita, atual Santa Cruz), 269 nesta localidade, 188 na origem do rio Jundiá. 151 em Santa Cruz a oeste de Vera Cruz, 158 na nascente do rio Jacu, 176 em Nova Cruz.

Estava traçada a E. F. de Natal a Nova Cruz e o projeto do ramal de Pitimbu (Great Western) a Ceará Mirim, passando por Macaiba e S. Gonçalo, e, transpondo os rios Massaranduba e das Cacimbas, ambos desaguando na lagoa de Extremoz.

Além disso, assinalava as igrejas de S. Miguel, Pau dos Ferros, Apodi, S. Sebastião de Mossoró, no vale do Apodi; de Pôrto Alegre, Imperatriz e Campo Grande no do Umari; Açu, Macau, Angicos, Sant'Ana do Matos, no do Açu e Patachoca; Príncipe, Acari e Jardim no do Seridó; Santa Rita num dos formadores do rio Trairi; Touros, S. Gonçalo, Macaiba, Natal, São José, Papari, Arez, Goianinha, Canguaretama e Nova Cruz no litoral.

O riograndense do norte José Leão Ferreira Souto em conferência feita na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a 25 de outubro de 1888, sobre os «Limites entre as Províncias do Rio Grande e Ceará», afirmou ter orientado a confecção da «Carta do Rio Grande do Norte, ou Potiguarania», desenhada pelo artista Cláudio Lomelino de Carvalho, delineador também do mapa do Barão Homem de Melo e do Atlas de Cândido Mendes, que a traçou segundo os documentos apresentados (39).

(39) *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Tomo IV, pág. 287; *Revista do I. H. G. do Rio Grande do Norte*, v. III, pág. 187).

Não conseguimos encontrar essa carta, nem na Sociedade de Geografia indicada, a qual pertenceu José Leão, nem entre os seus parentes. Ao que parece, não chegou a ser impressa, pois, também não a descobrimos nas outras mapotecas do Rio de Janeiro. Afirma o Dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte e sobrinho do autor, que o mapa foi entregue ao Dr. Crockat de Sá e desapareceu.

Neste século, como vimos apareceram os primeiros mapas dedicados inteiramente ao Rio Grande do Norte: um dêles compreendendo o território da antiga capitania (1811), e três outros o da ex-província, 1874, 1887 e 1888, afora as cartas parciais da costa levantadas por Vital de Oliveira e E. Mouchez e as plantas da entrada do pôrto de Natal (1846, 1847, 1867 e 1875), e as do canal e escolhos de São Roque.

A província passou, assim, a ser melhor conhecida, não só no litoral como na sua hinterlândia; sendo que, a sua costa foi minuciosamente traçada, sem faltar os seus acidentes geográficos merecedores de destaque, bem como os topônimos até então conhecidos. Já no tocante ao interior, se bem que se procurasse mostrar o seu relêvo físico e as povoações mais notáveis, os trabalhos se apresentam menos perfeitos e eivados de várias incorreções, porque não se basearam em levantamentos científicos, e sim em informações de moradores dessas regiões ou ligeiras observações de alguns curiosos e engenheiros.

Sòmente, na centúria seguinte, teríamos trabalhos mais aceitáveis já firmados por profissionais, principalmente, do quadro da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

Contudo, saímos do método dos portulanos, excetuando os mapas de Vaudeclaye (1579). Marcgrave e Wingboons (ocupação flamenga), ainda vigorante nos séculos XVII, XVIII, e no primeiro quartel do XIX.

Na terceira década do XIX, certos autores franceses anotam algumas localidades no interior do país, uns erradamente, como Vivien e Buchon (1825), aquêlê fixando o topônimo cearense «Sobral» no sul da província, e êste situando «Seridó» e «Apody» no rio Upanema, e «Anacu», nome desconhecido, num rio inominado.

Lapie e Brué, organizaram várias cartas de 1814 a 1839, apresentando êste a mais completa em 1834, e aquêlê em 1829, nas quais já se observa mais precisão na indicação de lugares da hinterlândia, como «Vila Nova da Princesa», «Vila Nova do Príncipe», Extremoz, Itinga, Arez e «Vila Flor» (Lapie); Goianninha, Arez, Flor e Cunhaú (Brué), sendo que êste na edição de

1839, também assinala «Vila Nova da Princesa», todos mais ou menos na posição devida.

Antes do meado do século surgem duas cartas, uma do Coronel brasileiro C. J. Niemeyer (1843) e outra do francês J. Villiers de L'Île Adam (1848), se bem que não consagradas somente à província, mas já dando notável impulso a exposição dos acidentes e nomenclatura geográficas, afastando-se por completo das cartas anteriores a não ser do croquis de Montenegro, o real vanguardeiro da fixação dos aspectos sertanejos, apesar de não seguir a técnica usada na cartografia.

Depois, com os trabalhos de Vital de Oliveira, Mouchez, Almirantado Britânico e Departamento Hidrográfico norte-americano, a costa marítima se tornou bem esclarecida e conhecida, desaparecendo os enganos e erros dos cartógrafos anteriores; e com o mapa de Morant, já se podia ter uma certa compreensão do interior da província, percepção esta que seria ampliada e mais perfeita, segundo informações dos jornais e revistas que noticiaram a confecção dos mapas de Tomás Antônio Ramos Zany e de José Leão Ferreira Souto.

SÉCULO XX

Nesta centúria, a cartografia riograndense vai pouco a pouco melhorando, não só no sentido técnico, como no ajustamento dos acidentes geográficos, localização das cidades, vilas e povoados, determinação de coordenadas geográficas e altitudes, contorno, divisão intermunicipal, fitogeografia e produções agrícola e mineral.

São os trabalhos das obras contra as secas que fornecem o maior número de cartas, a maioria delas compreendendo vários Estados nordestinos, justamente o campo de ação da Inspeção que superintende esses serviços, pelo que temos cartas geográficas abrangendo as circunscrições de «Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte», «Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte», do «Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba», do «Rio Grande do Norte e Ceará», ou apenas do «Rio Grande do Norte».

É uma série iniciada logo após a criação dessa repartição, dependente do Ministério da Viação e Obras Públicas, e não interrompida durante essa primeira metade do século em curso.

Individualidades de nota no seio da engenharia nacional, como Sampaio Correia, Arrojado Lisboa, Orville Derby, Pimenta da Cunha, Roberto Miller, Eusébio de Oliveira, Guilherme Lane, Paes Leme, e outros, sem olvidar alguns estrangeiros como Roderic

Crandall e E. Williams, contribuíram com o seu saber, explorações e pesquisas locais, para se ter um conhecimento melhor da hinterlândia norte-riograndense.

Entrementes, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Engenheiro Omar O'Grady, o Serviço Geográfico do Exército e o Conselho Nacional de Geografia, além de alguns estabelecimentos particulares, vêm ajuntando a êsses trabalhos novas contribuições, com a finalidade de tornarem essas informações mais amplas e perfeitas, corrigindo-as dentro de suas possibilidades.

Também não foi esquecido o pôrto de Natal, cuja «Comissão de Melhoramento» organizou mais de uma planta, assim como a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, a qual também realizou trabalhos na costa do Estado, publicando-os no correr do primeiro cinquentenário transcorrido.

A primeira que encontramos foi a «Planta Topo-Hidrográfica de Natal, 9-1902», assinada «G. Nunes Ribeiro, engenheiro chefe da Comissão de Melhoramento do Pôrto de Natal» — Rio Grande do Norte — Associação Comercial.

Desenha o rio Potengi da «Cabeça do Negro» e recife em que se nota o «Forte dos Reis Magos», até as imediações da igreja do Rosário, fixando à margem esquerda o «Rio da Redinha», «Braço Manimbu», «Braço Jaguaribe», e o lugar em que ficava a «Coroa» em frente à estação da estrada de ferro da Great Western; e à margem direita a linha de recifes que se estende da barra até o «M. do Morcego» e «Dunas» que se prolongam na mesma direção, marca de «perfuração geológica» em vários pontos, sinal de casas na Ribeira e na parte alta da cidade, em que anotou «Matriz», «I. do Rosário» e «I. de S. Antônio». O morro do Morcêgo está a este da cidade, fronteiro ao trecho que fica entre as casas da Ribeira (já no fim delas) e o local da cidade alta. Como se vê, inferior nos detalhes a outras do século anterior.

No ano seguinte surge o mapa «The Great Western of Brazil Railway Company Limited, 1903», impresso por Waterlow e Sons Limited, London; compreendendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Limita o Rio Grande do Norte com o Ceará pela «Serra do Apody», findando o mapa no «Morro d'Antas» ao norte de Santa Luzia, sem alcançar Areia Branca e o morro do Tibau. Ao sul, com a Paraíba, vê-se quase uma reta da nascente do Guaju à serra de São Miguel, passando pelas de S. Bento, Borborema, Jardim, Negra, Patu, Furada e Luís Gomes.

Traça a E. F. de Natal a Nova Cruz, em tinta vermelha-escura, na extensão de 121 km, com as estações de S. J. de Mipibu,

Estivas, Goianinha, Canguaretama e Coitezeira, transpondo os rios Pitimbu, Cajupiranga, Trairi, Jacu e Curimataú; um ramal em estudos de Pitimbu a Ceará-Mirim, bem como a continuação da estrada de Nova Cruz a Independência (Guarabira), extensa de 52 km, em construção.

Confrontando-se com o de Morant, apesar de mais de quinze anos decorridos, pouco se nota a mais.

Os rios, lagoas e serras são mais ou menos os mesmos. A nomenclatura das povoações aumentou, mas nem sempre exprimindo a verdade, como por exemplo: destacando Mossoró de Santa Luzia, quando se trata da mesma cidade; escrevendo Pôrto Alegre como fêz Morant, em vez de Port'Alegre, como deve ser; conservando as denominações monárquicas de Imperatriz e Maioridade para a cidade de Martins, e de Príncipe para a de Caicó, quando, na verdade desde 1890, já haviam sido mudadas, grafando Patu de Fogo em lugar de Patu de Fora; Santa Rita e «Inharei», em vez de Santa Cruz e Inharé. Vários lugares já com honras de cidade ou de vila, não mereceram essa distinção; sendo que os topônimos do interior do Estado, se bem que andem por volta de uma centena, em cada mapa, são na grande maioria os mesmos. E, na costa, o vocabulário tem cêrca de um terço menos, não obstante anotar alguns nomes não constantes da lista de Morant, como Pedra Grande, Rosado, rio Pititinga, pontas Estevão Ribeiro e Moleque, e o lugar Sagi.

Antes de ser criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, em 1909, funcionara a «Comissão de Estudos e Construções de Obras no Rio Grande do Norte». Também de órbita federal e chefiada pelo Engenheiro J. M. Sampaio Correia, a qual já, em 1904, apresentava uma «Carta do Estado do Rio Grande do Norte», desenhada segundo as cadernetas de reconhecimento e de exploração; determinadas as coordenadas geográficas das cidades e vilas de Natal, Macau, Açu, Angicos, Caicó, São Miguel de Jucurutu, Sant'Ana de Matos, Acari, Jardim do Seridó, Areia Branca, Mossoró, Apodi e do lugar Bom Jardim na serra do Luís Gomes, pelos Engenheiros José Luís Batista e Henrique de Novais; visada a carta pelo referido chefe Sampaio Correia. Quanto à costa, cingiu-se a copiar a carta de Vital de Oliveira e no tocante ao terreno em litígio com o Estado do Ceará, a planta organizada pelo astrônomo Manuel Pereira Reis, conforme consta do texto do próprio mapa.

Risca os limites com o Ceará desde a serra de S. Miguel, continuando pela da do Apodi até a «Faza. da Pasta», e daí ao oceano, na direção O-E, fixando do lado do Rio Grande do Norte os lugares União, Araial do Saquinho, Capitão Venâncio, Cabeço

dos Porcos, e as serras d'Anta, d'Anta de Dentro e de Mossoró, povoações da Barra e de Grossos; mas, o Ceará, segundo o mapa, pretendia aquêles lugares e a serra d'Anta de Dentro. Ao sul, na divisa com a Paraíba, ainda não se fazia notar a reentrância entre as serras Negra, João do Vale e do Patu.

Localizou no vale do Apodi ou Mossoró, as cidades de Martins, Apodi e Mossoró; vilas de S. Miguel, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Port'Alegre, Patu, S. Sebastião e Areia Branca, e as localidades e fazendas Vitória, Pintada, Corredor, Juremal, Aroeira, Angico, Flores, Patu de Fora, Caraúbas; anotando no rio Upanema, a vila de «Augusto Severo ou Campo Grande»; o povoado de Olho d'Água e a fazenda Carmo.

No vale do Piranhas, viam-se as cidade de Açu, Macau (rio Açu), Caicó, Jardim e Acari (zona do Seridó), as vilas de Serra Negra, Currais Novos, Angicos e Sant'Ana de Matos, além de vários povoados como Jardim de Piranhas, S. Miguel de Jucurutu, S. Rafael, Pendência, e diversas fazendas, entre as quais «Acauã», ao norte da cidade de Acari. Os nomes arcaicos de Maioridade, Imperatriz, Príncipe e Princesa já não se viam.

Ao norte do rio Ceará Mirim, anotou a vila de Touros e a povoação de Baixa Verde, e no vale dêsse rio, a cidade do mesmo nome, as vilas de Jardim de Angicos e de Taipu, se bem que esta esteja com o sinal de povoação e a localidade de Baixa Verde.

No vale do Potengi as cidades de Natal e Macaiba, vila de São Gonçalo, as povoações de Boqueirão do Salgado, Potengi Pequeno, Juremal, Mangericão, Pedra Branca, Sombra, Poço Limpo, Pitombeira, Jacaré, Saúna, Igreja Nova, Utinga, Carnaubinha, Guarapes, Igapó; o engenho Arvoredo; e mais alguns arraiais entre os Potengi e Jundiá, como Vera Cruz, Panelas e Caiada.

Ao sul do Estado, fixou a cidade de S. José de Mipibu, as vilas de Papari e Santa Cruz, as povoações de Campinho, Salgada, São Pedro e Caboclo no vale do Trairi; as vilas de Goianinha e de Santo Antônio, apesar desta estar com o sinal de fazenda, no do Jacu; as cidades de Canguaretama e Nova Cruz, e «Vila Nova» (hoje Pedro Velho), e os arraiais de Flor, São Bento e Cuitezeiras, no do Curimataú.

Há vários enganos na classificação das sedes municipais. Nova Cruz era vila e não cidade por essa época; Caraúbas, Flores, Santo Antônio e Taipu eram vilas e estão com o sinal de fazenda ou povoado, sendo que Flores foi situada num dos afluentes do Apodi, quando devia ser na margem direita do Piranhas, zona do Seridó; e o simples povoado de São Sebastião foi alçado à

categoria de vila, particularidade esta que só alcançou três a quatro decênios mais tarde, sendo hoje chamada Sebastianópolis.

Assinalou várias serras, como as de São Miguel, Apodi, Luís Gomes, Patu, Livramento na bacia do Apodi; João do Vale, a oeste do Piranhas; Negra, Sant'Ana e do Chapeu, na do Seridó; a de Santa Cruz, entre os rios Potengi e Ceará Mirim, a de Angicos, entre o Potengi e o Trairi; a de São Bento e o Pico do Cabugi.

Essas elevações nem sempre estão bem situadas, principalmente, a de Santa Cruz e a de Angicos.

Comparando-se-a com o «Esbôço» de Morant (1887), em vários pontos não progrediu, a despeito de se tratar de um trabalho confeccionado mais de três lustros após, e por um conjunto de profissionais munidos de melhores elementos para exploração do terreno e realizar um serviço mais completo sobre o Estado.

O limite com a Paraíba permanecia como no anterior, quase uma linha reta da serra de Luís Gomes ao mar, sem as sinuosidades mais tarde averiguadas, apesar de se saber que para viajar-se da zona do Seridó para a de Patu, tinha que se passar pelo território paraibano, e José Leão já haver, em 1888, numa conferência proferida na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, proclamado que, devido ao descaso dos nossos representantes no Parlamento Imperial, os paraibanos apossaram-se de terras riograndenses (40), formando a extensa reentrância que atualmente se vê nas cartas geográficas, entre as serras Negra e do Patu.

O do Ceará que Morant traçara da serra de S. Miguel ao morro do Tibau, reconhecido atualmente como verdadeiro, em 1904, estava dependente de solução, por haver litígio entre os dois Estados, no trecho entre os últimos contrafortes da chapada do Apodi e o litoral atlântico.

As localidades principais, como cidades, vilas e mesmo alguns povoados, são os mesmos, com pequena discrepância nos últimos, e algumas denominações, por terem sido mudados os nomes com a implantação do governo republicano no país.

O «Rio do Patu» riscado por Morant, desapareceu; a serra de João do Vale recuperou seu nome verdadeiro e a de Angicos voltou para um local mais adequado.

São em número de seis os mapas organizados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, que conseguimos observar, dos quais, apenas, um é consagrado inteiramente ao Estado do Rio

(40) *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, vol. IV, pág. 293.

Grande do Norte, e se acha datado de 1928; sendo os demais de 1910 (2), 1913 1922 e 1936.

O de 1910, não é propriamente dessa Inspetoria, porém, da mesma em cooperação com o «Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil», vendo-se no seu rosto os nomes de Orville A. Derby, chefe, sob a direção dos Engenheiros Horace E. Williams e Roderic Crandall e colaboração dos Engenheiros Miguel Arrojado Lisboa, Guilherme Lane, Eusébio Paulo de Oliveira e Alberto Betim Paes Leme, e outros auxiliares; sendo as coordenadas geográficas determinadas pelos Engenheiros Gastão Gomes e Arnaldo Pimenta Cunha, da Inspetoria referida, e datado de outubro de 1910, na escala de 1:1.000.000; intitulado — «Mapa dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba»; Publicação nº 3, série I. G., corrigida pela edição de 1936, referente aos mesmos três Estados e desenhada por J. E. A. Melo.

Realmente, o de 1910 comparado com o de 1936, não tem novidades no tocante à costa, mas, neste particular, ambos são muito deficientes se os confrontarmos com os de Vital de Oliveira; não se podendo mesmo exigir dos seus autores, maior minudência uma vez que se referiam mais ao interior do Estado, que estudavam para minorar os efeitos do flagelo das sêcas.

O limite com o Estado do Ceará, nos de 1910 e 1913, corria pelas serras de S. Miguel, das Varandas, Chapada do Apodi até a de d'Anta de Dentro, de onde partiam duas linhas: uma em direção ao morro do Tibau e outra para o lugar Pau Infincado, no rio Mossoró, devido ao litígio que havia sobre êsse particular.

Resolvida definitivamente essa disputa, pelo Supremo Tribunal Federal da República, em 1920 (41), já os mapas de 1928 e 1936 fixam a divisa pelas serras do Camará, Porteiras, Chapada do Apodi, d'Antas de Dentro e morro de Tibau.

Quanto ao do Estado da Paraíba, desde o de 1910, que se nota a reentrância entre os vales do Apodi, formando enorme saco de uns noventa quilômetros de fundo por cêrca de sessenta de bôca, vendo-se os contornos dessa fronteira mais bem delineados nas últimas cartas desta série, por já se achar mais bem explorada e estudada a região.

Partindo da mais que trissecular divisa estabelecida em 1611 — rio Guaju — o limite prossegue da nascente dêste por uma linha sinuosa, alcança o leito do rio Calabouço (afluente do Curimataú), por êle continua, transpõe formadores do rio Jacu, e contribuintes do Trairí, as serras do Cuité e Vermelha, inflete para

(41) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. XLV-XLVII (1948-1950), pág. 127.

o sul, e continua pelas serras do Chapeu, Pelada, Gargantas, Patos, Carneira, Quintos, Melancias, Negra, Salamandra, sendo que desde a serra Vermelha até a Salamandra, atravessa vários tributários do rio Seridó, inclusive este, como sejam os rios Acauã, Coruja, Cornixauã, Serrote, Barra Nova, Cordeiros, Sabugi e Espinhara. Na serra Salamandra, inclina-se para o norte e acompanhando de perto a margem ocidental do rio Piranhas, corta vários contribuintes dêste, como os dos Porcos, do Baião e Coelho; aproxima-se da serra de João do Vale, cêrca do paralelo de 6º austrais, quando na serra da Carneira (sul da cidade de Parelhas), estivera nas cercanias de 7º, vira para SO, delineado pelas serras dos Pintos, das Onças, do Patu, dos Cabeços, Rosário, Rajada, Barriguda (onde sai do saco aludido), ruma para oeste, em procura da serra de Luís Gomes, daí passando à do Camará, já na divisa com o Ceará, na direção do norte.

A exposição potamográfica, limnológica, orográfica e hipsométrica, está aumentada e melhorada, nos mais modernos, bem como sôbre vias de comunicação (estradas de ferro, construídas, e em projeto, estradas de rodagem, caminhos) e linhas telegráficas.

Quanto aos centros urbanos, e enumeração das cidades está certa, assim como a sua localização, na carta geográfica de 1928, sendo que a de 1936, deixou de incluir nessa categoria, as sedes dos municípios de Goianinha e Baixa Verde, elevadas a tal hierarquia desde 1928, a primeira, e desde 1935, a segunda (42).

Há outras cidades criadas em 1936, cujos nomes não se deve exigir, porque a impressão se não estivesse concluída, devia estar em andamento.

No tocante às vilas, esqueceu a de Baixa Verde, no de 1928, pois já existia desde 1923; as de São Tomé e Jucurutu, no de 1936, criadas a primeira em 1928, e a segunda em 1935 (43).

Jardim de Angicos, fixada como vila nas cartas de 1928 e 1936, desde 1914 que perdeu êsse título, por ter sido transferida a sede do município para a povoação de Lajes, passando esta a dar nome ao mesmo, que teve o predicamento de cidade em 1923 (44); havendo, assim, confusão do cartógrafo nesse particular.

Resta «Vila Nova» que, em 1908, tomou a denominação de Pedro Velho, e em 1936, já tinha foros de cidade (45); de ma-

(42) Anfilóquio Câmara — *Cenários Municipais*. Natal, 1943, págs. 151 e 83, respectivamente.

(43) Autor e obr., cits., págs. 83, 378 e 168, respectivamente.

(44) Autor e obr., cits., pág. 177.

(45) Autor e obr., cits., pág. 307.

neira que a responsável por êsses trabalhos não incluiu a nova denominação por inadvertência.

A carta de 1913, desta série, não merece reparo; e a de 1922 é intitulada «Mapa Fitogeográfico dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará-Sul» organizado por Philipp von Luetzelburgo, 1922, Comp. Lith. Ipiranga, São Paulo: publicação nº 51, série I. G. da Inspetoria referida.

Divide o Estado em zonas de Caatinga, Agreste, Seridó, Mata, Carnaúba, Lacre, Algodão, Cana e terreno muito fértil, Mangue, Salinas, Gêsso, Cal e Lignite. Havia mata, apenas, entre os vales do Upanema e do Açu, dêste até Lajes (numa faixa muito estreita), no baixo Ceará-Mirim, Potengi e zona sul do Estado.

O algodão estava localizado em quase tôda a parte.

O mapa de 1928 foi organizado pelo Engenheiro Roberto Miller, sendo as coordenadas geográficas da comissão chefiada pelo Engenheiro A. Pimenta da Cunha, na escala de 1:500.00, pelo que é mais minucioso do que os demais. Tem também o nome do engenheiro M. Arrojado Lisboa, ex-chefe da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

O outro mapa de 1910, intitulado «Esbôço da Carta Hipso-métrica da região semi-árida do Brasil», é da autoria de Horace E. Williams e Roderic Crandall do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, cujo chefe era Orville A. Derby, na escala de 1:3.000.000; desenhado por Francisco Basto, Rio, 1910; assinado também pelo Engenheiro M. Arrojado Lisboa, Inspetor de obras contra as sêcas do M.V.O.P. (Anexo a Publicação nº 10, Série 1-B.D.).

No tocante ao Rio Grande do Norte a altitude do Litoral, acima do nível do mar, desde a fronteira com o Estado do Ceará ao da Paraíba, regula 0,0 a 100 metros.

A chapada do Apodi está incluída entre a marcação de 100 a 300, estando as várzeas do rio do mesmo nome abaixo de 100 metros até muito acima da cidade de igual denominação. Numa zona ao N. e O. da cidade de Martins, anotou de 300 a 600 metros, e nas raias com o Ceará e Paraíba, as terras vão se elevando de 300 a 600, e mesmo acima.

Entre os vales do Apodi e Piranhas predomina a cota de 100 metros, indo, em dois pontos a oeste do rio Açu, de 300 a 600.

A região do Seridó varia de 100 a 300, mas, atinge, em alguns pontos da Borborema de 300 a 600 metros, como ao norte de Caicó e Acari e nas nascentes dos rios Ceará Mirim, Potengi e Trairi.

O Curimataú só alcança zona superior a 300 metros já no Estado da Paraíba, de modo que todos os rios principais do Rio Grande do Norte nascem em terreno acima de 300 metros.

O vale mais baixo é o do Piranhas que se conserva assim até Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, no Estado da Paraíba.

O curso médio do Upanema corre num terreno que vai de 0,0 a 100 metros, alteando-se daí para montante, pouco a pouco, de maneira que se origina numa altitude superior a 300 metros.

No «Anexo à Publicação nº 11 — Série 1-G, B», dos mesmos autores, chefes, desenhista, escala e data, já a legenda refere-se a cotas de 0,0 a 200, de 200 a 400, de 400 a 600 e de 600 a 800 metros, em vez de 0,0 a 100, 100 a 300, 300 a 600, 600 a 900, etc., como na Publicação nº 10 supra.

Mostra a queda das chuvas em milímetros, anotando na costa que vai do Ceará a Touros — «Poucas Chuvas»; daí mais para baixo — «um pouco mais de chuvas» («Região semi-árida») e daí até a divisa com a Paraíba — «chuvas abundantes», no litoral perto do mar, e a uma certa distância para o interior — «Chuvas irregulares».

Voltando a primeira década do século, vemos o «Mapa Agrícola» do «Estado do Rio Grande do Norte», organizado pela «Sociedade Nacional de Agricultura» (Seção de Geografia Agrícola), para a Exposição Nacional de 1908, o qual mereceu o grande prêmio da mesma exposição.

Dá para o Estado a superficie de 45.913,2 km², limitando-o a oeste com o do Ceará pela serra do Apodi e morro do Tibau, embora êste esteja sem denominação; e ao sul com o da Paraíba, ainda conserva a divisória secular de uma linha quase reta do Guaju à serra de Luís Gomes.

Fixa as estradas de ferro de Natal a Paraíba e de Natal a Taipu, com projeto dêste ponto a Caicó, passando por Baixa Verde, Lajes e Angicos.

Anota a cultura de algodão nos vales do Potengi, Jundiá, C. Mirim, Trairí, Jacu, Curimataú e zonas do Seridó, Açu, Alto Apodi e Umari; sendo que nos vales referidos havia também cultura de cana de açúcar, milho e mandioca. Na serra de Sant'Ana prevalecia a mandioca e maniçoba; a carnaúba nas margens do Açu e arredores de Caraúbas; côco nas praias desde o rio Mossoró ao Curimataú, principalmente, de Touros até Natal.

O gado destacava-se nos vales do Seridó, alto Umari e Potengi.

Continha um perfil geológico da E. F. de Natal a Nova Cruz, segundo J. B. Branner, prevalecendo as rochas cristalinas.

de Curimataú a N. Cruz, e sedimentares de Curimataú a Natal; tendo ao lado um «Esbôço do Mapa Físico» e outro do «Agrológico» do Estado. (Cartografia do Estabelecimento Gráfico Weiszflog Irmãos, São Paulo).

O mapa do «Maranhão a Pernambuco» (Brasil, América do Sul), por Vital de Oliveira e outros oficiais da marinha do Brasil, datado de 1909, contém cêrca de 60 topônimos na costa, já descritos em cartas do mesmo autor do século anterior, aliás, em muito maior número.

O Barão Homem de Melo, nos mapas do «Estado do Rio Grande do Norte e do Ceará» assinala o limite pretendido pelo do Ceará, ficando para êste a «Sa. das Antas», Grossos, morro do Tibau e ponta do Mel.

A colocação desta ponta no Estado do Ceará é um êrro grave, uma vez que sempre esteve a este da barra do Mossoró, e esta, nos mapas em aprêço, ficou situada no do Rio Grande do Norte, repetindo o autor, ao desenhar a costa para o sul a ponta do Mel.

O limite sul, com a Paraíba, permanece na linha antiga, quase sem sinuosidades.

O mapa está encerrado no «Atlas do Brasil», edição Briguiet, tem a data de 1909, e a colaboração do Dr. Francisco Homem de Melo e outros geógrafos.

Em 1912, a «Superintendência de Portos e Costas», e «Melhoramentos do Pôrto de Natal», organizaram uma carta dêsse pôrto, em cuja cópia datada de 31 de dezembro e com o visto de H. Pereira da Cunha, na escala de 1:5.000, apresenta a barra do rio Potengi, a «Cabeça do Negro», Baixinha, Forte dos Reis Magos, profundidade do rio e canal até a cidade; Limpa, várias dunas à margem direita, de 5 a 15 metros de altura; sinal de casas junto a um alagado parecido com as Rocas, etc. À margem esquerda — uns coqueiros na altura da Redinha e as camboas de Manimbu, Jaguaribe e a que corresponde a antiga «Coroa», em que se vê a estação da «E. F. C. do Rio Grande Norte».

A «Carte des États Unis du Brésil», na escala de 1:5.000.000, desenhada por A. Levy e gravada por Demoulin Frères, datada de 1916, por estimativa do catalogador da Biblioteca Nacional, limita o Rio Grande do Norte com o Ceará, pela «Chapada do Apody» e uma linha que daí inflete no rio Mossoró; e com a Paraíba já traz a concavidade entre o rio Piranhas e a zona de Patu.

A despeito de ser de escala reduzida, o autor só omitiu quatro sedes de município.

A «Inspetoria Federal de Portos, Rio e Canais» («Estudos Complementares do Pôrto de Natal»), pelo seu inspetor Engenheiro Lucas Bicalho, ordenou à Comissão de Estudos e Obras do mesmo pôrto que levantasse uma planta, a qual se acha visada pelo Engenheiro Chefe Décio Fonseca, datada de 1920 e na escala de 1:5.000.

Na entrada da barra, viam-se ao norte : «Cabeça de Negro», «Baixos do Navio» e Baixos do Fere-Fogo para o lado da ponta de Genipabu. Dentro da barra: Baixinha e a oeste desta Coroa dos Macacos e Redinha, seguindo-se as camboas de Manimbu e Jaguaribe e o sinal da «passagem» em que se via grafado a letra F. Na banda direita do rio Potengi: a fortaleza, os recifes ao sul da mesma, os lugares Limpa e Montagem, tendo a este «Dunas», o «Esteiro» entre os recifes que vão para o Morcego e o continente. Ao sul de Montagem — sinal de casas até alcançar «Rocas», «Ponte de atracação», Praça Silva Jardim e várias ruas, em que se via escrito «Bairro da Ribeira».

Em 1927, o Engenheiro Omar O'Grady publicou o «Esbôço do Mapa do Rio Grande do Norte», na escala de 1:500.000, explicando que descreveu a costa segundo as cartas marítimas do Almirantado Inglês (levantamentos de Mouchez e Vital de Oliveira, com retificação da Superintendência de Navegação, e levantamentos parciais das embocaduras dos rios Mossoró, Açu e Galinhos). As coordenadas geográficas de Mossoró, Açu, Lajes, Jardim de Angicos e Potengi Pequeno são as constantes do Anuário do Observatório Nacional, obedecendo, em linhas gerais, a posição de algumas localidades do interior e os limites com o Ceará e Paraíba, ao mapa dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca.

A novidade mais realçante é o traçado dos limites intermunicipais ainda não registado por outro autor, seguindo-se a retificação de vários acidentes geográficos e situação de localidades, conforme reconhecimentos feitos pelo autor. Apenas, Villiers (1848) dividiu a antiga província em três comarcas, destacando-as em côres diferentes.

O'Grady divide o Estado em 38 municípios, o que está certo, pois, o de Baixa Verde criado em 1923, e que elevaria êsse número a 39, só foi instalado em 1929 (46), dois anos após a publicação do «Esbôço».

A escala é a mesma do mapa da Inspetoria das Obras Contra as Secas de 1928, sendo êste mais minucioso, uma vez que o

(46) Anfilóquio Câmara, *op. cit.*, pág. 83.

Engenheiro O'Grady sòmente procurou fixar, além dos limites dos vários municípios do Estado, as respectivas sedes e povoações principais; retificando, de ciência própria, vários acidentes geográficos e a situação de localidades, contribuindo, assim, para aperfeiçoar a cartografia regional.

No que concerne a vias de comunicações, risca as estradas de Ferro de Natal à fronteira com a Paraíba; de Natal a Lajes, inclusive o ramal desta cidade a Epitácio Pessoa; e a de Areia Branca (Pôrto Franco) a Livramento (município de Caraúbas) e que se destinava ao sertão paraibano; com as respectivas estações e paradas; a estrada de rodagem de Natal a Currais Novos, além de vários pequenos trechos em outras zonas, principalmente na do Seridó, num total de 365 quilômetros de desenvolvimento; estradas e caminhos carroçáveis e em que podem trafegar automóveis mesmo na estação chuvosa, a não ser no rigor desta, ligando os municípios, numa extensão de 3.426 quilômetros.

As estradas de ferro, no traçado indicado pelo autor, estendiam-se por cêrca de 443 quilômetros.

Antes dêsse mapa do engenheiro conterrâneo Omar O'Grady, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, dirigido no momento pelo engenheiro patricio Paulo Frontin, chefiado o serviço por Francisco Behring, na comemoração do centenário da independência política do país, publicava, em 1922, para a *Carta Internacional do Mundo ao 1.000.000*, cinquenta fôlhas correspondentes ao território nacional, sendo que duas dessas, a S.B. 24 — Jaguaribe e S.B. 25 — Paraíba (Brasil, América do Sul, edição provisória), abrangem todo o território do Estado do Rio Grande do Norte.

A segunda delas cingia-se a parte que ia do litoral ao meridiano 36° W. Gr. e a primeira abarcava o resto do Estado dêsse meridiano à fronteira com o Ceará, a oeste.

Na costa, tratando-se de uma escala reduzida, não podia conter nomenclatura superior a de Vital de Oliveira, Mouchez, etc. É de estranhar-se a denominação espanhola «E. Riviera», em lugar de «Estevão Ribeiro» na foz do Trairi, extravagância esta que se estende ao local, pois o verdadeiro fica um pouco afastado do rio Camoropim.

Pelo interior não encerra as minúcias do mapa da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, de 1928, mas dá uma boa idéia do que se relaciona com a hidrografia, orografia e núcleos de população.

Dois nomes alterados: o rio Maçaranduba, um dos contribuintes da lagoa Extremoz que escreveu «Mossoranduva», e o

engenho Estivas (parada da E.F. de Natal a Pernambuco) que foi grafado «Esteves».

Os limites com a Paraíba e Ceará foram traçados segundo o estabelecido na época.

Com as mesmas denominações: Jaguaribe — S.B. 24, e Paraíba — S.B. 25, finalidade, escala e coordenadas, surgiram em 1938, outras cartas compreendendo o referido Estado «Compiled and drawn by the American Geographical Society of New York: photo-lithographed and printed by A. Hoen and Company, Baltimore» — «Copyright 1938 by the American Geographical Society of New York».

Na orla marítima é muito mais minucioso do que o do Clube de Engenharia, arrolando, num espaço idêntico, o triplo dos topônimos, ultrapassando-a também no tocante a descrição interior.

Alguns enganos: grafou «Guajará» entre São Bento e Cotia em vez de Guagiru; «Mata Caboclo» entre «Fogo» e «Riacho de Fogo», em lugar de Mato Caboclo ao sul do «Rio do Fogo» e ponta do mesmo nome.

Vê-se no mapa «Ponta da Boa Vista» entre a barra do Cunhau e o cabo Bacopari, pontal insignificante, assinalado por Vital de Oliveira e olvidado pelos autores brasileiros que se lhes seguiram, e deixou de fixar a histórica baía Formosa ou a notável povoação do mesmo nome, situadas na referida zona.

Assinala a altitude de vários pontos do litoral e do interior, como 120 metros à margem esquerda do Potengi, ao norte de Natal; 128 no morro do Pinto; 118 no de Ponta Negra e 125 num outro a SO do lugar Búzios, como já o fizera Mouchez (47).

Em 1938, o Conselho Nacional de Geografia promoveu a feitura de mapas municipais em todo o país, os quais são bem detalhados, mas foram conservados em manuscrito, devendo ser compulsados com certa reserva, por terem alguns deles senões.

O Serviço de Malária do Nordeste organizou na escala de 1:20.000, plantas da região em que operou, em 1940 e 1941.

Em 1936, a Fiscalização do Porto organizava outra planta do «Porto do Natal», segundo os levantamentos realizados até essa data e outros dados, na escala de 1:5.000; anotando as sondagens em metros, reduzidos ao nível da baixa-mar (aproximadamente 1,16 m abaixo do nível médio).

Além dos acidentes geográficos constantes da planta de 1920, no estuário do Potengi, fixa o «Banco das Velhas», e na margem direita do rio — «Carreira» (para embarcações), «Caixa d'água»

(47) Atlas de 1867, «Carte Particulière entre Tabatinga et Agua Mare».

(perto das Rocas), «Armazem» (repetido); traçado de ruas e praças, com o sinal de algumas repartições públicas, até a Avenida Tavares de Lira. À margem esquerda do lugar Redinha e as camboas conhecidas.

Na entrada da barra, a profundidade das águas variam de 8 a 15 metros, seguindo-se pelo rio a dentro, 5, 6, 7 e 8 metros até a altura da Redinha; 10 a 12, antes de Manimbu; 7 a 12 no ancoradouro da Ribeira.

Em 1943 e 1944, o Serviço Geográfico do Exército, com o fim de conhecer a topografia e os recursos econômicos da região, fez todo o levantamento do litoral norte-riograndense, pelo que organizou várias plantas e croquis compreendendo tôda sua extensão marítima e terras interiores na profundidade de algumas dezenas de quilômetros, abarcando municípios inteiros e várias cidades, como as de Areia Branca, Mossoró, Macau, Touros, Ceará Mirim, Natal, Macaíba, S. José de Mipibu, Papari, Arez, Goianinha e Canguaretama, num total de 25 fôlhas, sendo que a maioria, começando do sul do Estado, está datada de 1943, as de Guamaré para oeste de 1944, e a de Natal (planta colorida) de 1945.

Tôdas são aeroplanométricas com amarração astronômica, menos os croquis que são apenas aeroplanométricos, aquelas na escala de 1:50.000 e êstes na de 1:25.000. Os croquis têm apenas a referência «Fôlha 17», ou 18, etc. e as plantas: «Fôlha S B 24-E-IV-4 (Areia Branca) a «SB 24-L-II-2 (São Bento), e de SB 25-G-I-1 (Parazinho) a «SB 25-G-IV-4 (Natal). A maioria da edição dessas fôlhas é provisória, sendo os croquis feitos pelo Destacamento Especial do Nordeste.

Na costa, como já aludimos ao compará-las com as cartas, de Vital de Oliveira, encontram-se mais de uma trintena de nomes não constantes nas dêste cartógrafo, mas, também é certo que Vital assinalou mais de uma vintena que os topógrafos de 1943-1944 não apontaram.

Desviando-se, porém, a vista para traz dessa linha beira-mar, e à medida que se vai avançando para o interior, nota-se nada haver escapado ao olhar penetrante dos investigadores e exploradores da engenharia do exército e dos seus auxiliares: rios, riachos, camboas, vertentes, lagoas; salinas; morros, serrotes, serras; matas; sítios, casais, lugarejos, fazendas, engenhos, aldeias, vilas, cidades; campos de aviação; caminhos, estradas carroçáveis e de rodagem, vias férreas (em tráfego e abandonadas), estações de estrada de ferro, linhas telegráficas; altitude de algumas elevações, etc.

Com o rótulo de Natal, há duas, sendo que a SB.25-G-IV-4, fixa já no estuário do Potengi o lugar Redinha, em que se notam uma capela, coqueiros e um riosinho nos fundos, camboas e o desenvolvimento do rio até a ponte da E.F.C. do Rio Grande do Norte. Na margem oposta, anotou a partir do forte dos Reis Magos : «Qel», «R.O.M.», «Anchieta», «Fab.», «of.», «Est.», «Petrópolis», planta da capital do Estado e arrabaldes, morros de Guarapes a SO e ao S, tendo nos cimos mais altos 80 e mais metros de altura. No monte de Petrópolis assinalou 20, 40, 60 e 80 metros entre as pontas do Morcego e de Areia Preta e nos do Pinto 124, e ao norte 100, ao sul do bairro do Tirol 80, do «Qel.» e do «D.A.» 100, no caminho de Ponta Negra 119, nesta 106 e a leste 100 metros.

Traça a E.F.C.R.G.N. até além do engenho Pium e a estrada de rodagem de Natal a Parnamirim, onde localizou o campo de aviação e a vila dêsse nome. Entre o forte dos Reis Magos e a ponta do Pinto, vêem-se: «Praia do Meio», pontas do Morcêgo, Areia Preta e de Maria Luiza, e «Praia do Pinto».

Em 1941 a Marinha do Brasil, no seu constante levantamento da costa brasileira, apresentava nova edição da planta do «Porto de Natal», de 1938, reeditada com pequenas correções feitas em 1946, 1948, 1949 e 1950. (Diretoria de Hidrografia e Navegação). Sondagens em metros; altitude acima do nível médio do mar; e escala de 1:6.500 (nº 802).

É a mais completa que vimos, fixando a entrada da barra do Potengi entre «Cabeça de Negro» e «Picão», êste no extremo da linha de recife que vem da praia do Meio (antiga do Morcego) e passa pelo forte dos Reis Magos, a qual dá o nome de «Recife de Natal». Ao sul da praia do Meio, a ponta do Morcêgo, casas e ruas, seguindo-se a praia e ponta de Areia Preta e uma pequena angra ao sul desta. Ao norte da «Cabeça de Negro», outra entrada, sinal de pedras e escrito «Baixa Grande», outra entrada, tendo a oeste «Baixo da Redinha Velha», próximo à terra.

Dentro da barra, defronte da «Cabeça de Negro» a pedra «Baixinha».

O canal do rio Potengi se aproxima do lugar Redinha, onde há coqueiros e a «Ig. N. S. dos Navegantes», seguindo-se rios Manimbu e Jaguaribe, «Mangrulho» (por duas vezes, em frente à Ribeira), Porto do Padre, e outro «Mangrulho» na altura do bairro do Alecrim.

Na margem direita, a partir da fortaleza: Banco das Velhas, em frente a Redinha, «Torre» (por duas vezes), Atalaia, Posto Meteorológico, Base Aeromarítima (em construção), Estação de

Hidroaviões, tendo ao sul «Igreja dos Reis»; notando-se coqueiros em vários lugares, desde o esteiro (entre o recife e o continente) até o bairro «Rocas», no qual se destacam a «Ig. de São Sebastião» e várias ruas, sendo que uma delas estende-se até a praia do Meio.

Defronte da estação de hidroaviões, vê-se a «Pedra da Limpa» e mais a oeste — «Cabeço» no meio do canal do rio. Seguem-se à estação, «Armazens», «Tanque de óleo» e «Monumento», ficando este no bairro das Rocas. «Correios e Telégrafos», «Alfândega», «Armazens» e «Oficinas», entre a rua Silva Jardim e o bairro das Rocas.

No bairro da Ribeira, traçou várias ruas, avenidas e praças, destacando «Ig. do Bom Jesus», «Grande Hotel», «Teatro», «Estação», «Oficinas», «Chaminé» (notável), «Convento» e «Capitania do Porto». Traçou a Avenida Junqueira Aires, ligando o bairro da Ribeira ao da Cidade Alta, a que denomina «Centro», tendo o de Petrópolis a E e o do Alecrim a sudoeste.

No do «Centro» as igrejas do Rosário, Catedral, Matriz e a de Santo Antônio; o mercado público, palácio do governo e «Monumento», pondo a margem do rio, «Estr. de Ferro para Recife e Angicos».

Entre os do Centro e do Alecrim «Chaminés» e vários coqueiros; e no do Alecrim — «Ig. de S. Pedro», «Cemitério do Alecrim», e o traçado de várias ruas e praças, como no bairro da Cidade Alta.

No de Petrópolis, vêem-se o «Hospital», «Torre» (repetido este nome), ruas, avenidas e praças, até as praias do Meio e de Areia Preta; havendo, porém, quanto às denominações troca ou falta, como na Nilo Peçanha que está com o nome de Getúlio Vargas, e nesta que se vê sem nome.

Relativamente à altitude registou 10 metros nas dunas a leste das Rocas; 20 em alguns pontos deste bairro; 20, 30 e 40 nos morros de Petrópolis; 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80 e 90 nos morros a oeste de Areia Preta e sudeste do Tirol. Na Cidade Alta, 10, 20 e 30 metros; e no Alecrim, 30 no Cemitério e 40 na rua Sílvio Pelico.

A parte mais elevada de Petrópolis (meio da Avenida Getúlio Vargas) ficou sem a sua cota.

A altitude fixada nessa planta não está conforme a determinada noutras cartas geográficas referentes à região, nem houve rigor no título das ruas, por ser a parte relativa à cidade tida como secundária, ao lado da do porto que é a principal.

Do Estado, por possuir extensa costa marítima não se há descurado a marinha nacional que, desde 1857, com o Comandante

Vital de Oliveira à frente, vem organizando os melhores trabalhos referentes a êsse litoral, cartas essas aproveitadas pelas marinhas inglesa, francesa e norte-americana, retocada em alguns pontos, e sempre postas em dia pela diretoria de hidrografia e navegação brasileira.

Entre essas cartas, vê-se a do «Rio Parnaíba a Recife», compilação de levantamentos efetuados até 1945, com pequenas correções até 1952, na escala natural de 1:1.155.872. (*Marinha do Brasil — Hidrografia*). Há referências às cartas inglesa nº 528, e à americana nº 970.

Como se trata de uma carta compreendendo grande trecho da costa do Brasil, a parte referente ao Rio Grande do Norte é reduzida e contém, apenas, os pontos mais interessantes à navegação, como os faróis, morros, pontas e escolhos. Fixa «Pta. Varamé» entre o lugarejo Cotia e a ponta do Reduto, topônimo novo, pois, só o encontramos na «Fôlha SB 25-G-I-2 — «Reduto», de 1943, do Serviço Geográfico do Exército»; sendo que esta expõe com mais minuciosidade o contôrno em que se acha essa ponta, por ser numa escala muito maior. Pela carta de Vital de Oliveira «De Mossoró a Reduto», entre Ilha de Cima e Reduto só se vê o lugar chamado Carnaubinha, tendo na vizinhança uma saliência diminuta, único acidente que também mereceu do Roteiro do mesmo autor ser mencionado entre aquêles dois pontos (48).

Na fôlha «Reduto» do S.G.E., a «Ponta do Varamé» está justamente entre Ilha de Cima e ponta do Reduto, como a «Carnaubinha» de Vital de Oliveira.

No interior do Estado, risca o rio Mossoró ou Apodi, o Açú até receber o Seridó, os C. Mirim, Potengi, Jacu e Curimataú; as estradas de ferro de Areia Branca a Paraíba, de Natal a Angicos e de Natal à Paraíba; várias serras, umas com, outras sem denominação. Tem ao lado — plantas dos portos de Areia Branca e Macau, ambas com referências ao «Serviço G.H.E.», Carta Inglesa nº 888 e Plano do D.N.P.R.C.

Há outras cartas náuticas referentes à costa do Rio Grande do Norte: «Da Ponta dos Três Irmãos ao Cabo Branco» (nº 800); «Canal de São Roque» (nº 803), «Enseada de Pititinga» (nº 804), e «Da Ponta dos Anéis à Ponta de Tabatinga» (nº 805).

A primeira é uma «Compilação dos Levantamentos efetuados até 1945», na escala de 1:315.428; publicada em 30-abril-1948, com pequenas correções de 1948, 1949, 1950 e 1951 («D.H.N.»); sondagens em metros e altitudes em metros acima do nível médio do mar. Dá como referências — vários serviços e publicações da

(48) *Op. cit.*, pág. 21.

Marinha do Brasil — Carta Francesa nº 2.621; Cartas Ingêlas ns. 528, 888, 889 e 890. Desenha na praia de Caiçara até o extremo austral com a Paraíba, e, além dos acidentes geográficos da costa, fixa alguns pontos um pouco afastados da mesma, como o «Morro da Diária» (vizinhança de Touros), várias lagoas da região de Touros até a de S. Roque; vendo-se no interior a «Serra das Piabas», lagoa de Extremoz, e alguns lugarejos no vale do Potengi, bem como Macaíba, que devia estar no rio Jundiá; olvidando as lagoas de Guaraíras, Papari e Bonfim.

Determina também a altitude de vários morros, como os do Pinto, Ponta Negra, um perto de Tabatinga, e outro ao sul do Tibau, todos acima de 100 metros, sendo que este último é o mais elevado com a cota de 128, ao passo que o do Pinto tido como o mais alto de toda a costa potiguar, por vários autores, acha-se com a de 120, igual ao de Ponta Negra, quando a deste é inferior, segundo vários outros cartógrafos.

A de nº 803 «Canal de São Roque», é uma compilação de levantamentos efetuados até 1942, sondagens em metro, altitudes em metros acima do nível médio do mar; com pequenas correções de 1948 e 1949; e até 3 de março de 1953, segundo um carimbo da D.H.N., na escala de 1:50.000. Desenha do cabo Calcanhar ao de São Roque, incluindo os acidentes geográficos já conhecidos, algumas lagoas e pequenos rios da região, bem como os canais e baixios ao largo, inclusive os da Sioba, Cação, Rio do Fogo e Maracajaú, e as respectivas profundidades.

A de nº 804, limita-se a «Enseada de Pititinga», levantada em 1942, na escala de 1:20.000, com pequenas correções feitas em 1949, e correta até junho de 1953, segundo um carimbo da D.H.N.

Desenha da Ponta do Zumbi até o coqueiral de Maracajaú, ao sul da Ponta de Santa Cruz. Vários autores confundiam a ponta de Pititinga com a de Santa Cruz, sendo que alguns davam, indistintamente, qualquer desses nomes a esse promontório, porém, os cartógrafos mais modernos como os do Serviço Geográfico do Exército e da Marinha Nacional, chamam-na «Ponta do Caconho».

Certamente, mudou de nome; sendo aplicado o de Santa Cruz para uma saliência menor, cerca de dois quilômetros mais ao sul, conforme já se vem notando desde Vital de Oliveira.

Vêm-se também grandes coqueirais em Zumbi, Punaú, Guaxinim, Pititinga e Maracajaú. A ponta de Zumbi com a de Caconho formam a enseada de Pititinga.

A de nº 805, vai da «Ponta dos Anéis à Ponta de Tabatinga», tudo no Rio Grande do Norte, levantada em 1941, na escala de

1:100.000, publicada em junho de 1942, tendo pequenas correções de 1945, 1948, 1949, 1950 e 1951; e um carimbo da D.H.N., em que se lê: correta até 15, março, 1952.

Na costa, algumas denominações novas, como: «Ig. S. Timoteo», entre a foz do rio Ceará Mirim e o povoado de Genipabu; e «Barreira d'Água», entre o morro do Pinto e Ponta Negra; a primeira ao norte, e a segunda ao sul de Natal.

Recuando um pouco da costa marítima, nota-se o traçado do rio Ceará-Mirim de sua foz até a cidade do mesmo nome, com vários ramais e engenhos; do rio do Meio até a lagoa de Extremoz, esta e os rios que a formam, indo um deles além da povoação de Maçaranduba; da E. F. de Natal a Angicos, pouco adiante da cidade do Ceará Mirim. Passando ao vale do Potengi, fixou Igapó, Barreiros e S. Gonçalo; Macaíba no Jundiá; a SO de Natal — Leprosário, morro de Guarapes; e ao S. — Reservatório d'Água, «Serra de Pitimbu», rios Pirangi e Pitimbu: Parnamirim, aeroporto, a E. F. que vai para Pernambuco; pondo um braço na margem austral do Pirangi denominado «Japecanga». Será o trissecular Cajupiranga?

Inseriu, outrossim, algumas altitudes: 120 metros para os morros do Pinto e de Ponta Negra, 90 para o «Mo. Vermelho» a O de Pirangi do Norte, cêrca de cinco quilômetros da ponta do Cotovêlo; 60 para os montes de Pirangi do Norte e do Sul; e 40 para a ponta de Tabatinga; nem sempre conferindo com as apontadas noutras cartas.

Registou também várias lagoas ao norte e ao sul do cabo de S. Roque, bem como diversas ao sul de Natal, entre as quais as do Giqui, Pium e Bonfim.

Para encerrar, temos os trabalhos organizados pela Divisão de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Há um «Cartograma da Divisão Administrativa dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba», datado de novembro de 1945, na escala de 1 cm igual a 10 quilômetros, contendo a divisão territorial vigente de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.

Fixa os limites de 42 municípios no Estado do Rio Grande do Norte, quatro mais do que no mapa do Engenheiro Omar O'Grady, e pela primeira vez se encontra delineada a divisa dos distritos em que se subdividem os municípios, anotando as respectivas sedes, sem outros povoados.

Os municípios novos são os de São Tomé (1928), Baixa Verde (1929), Alexandria, antigo João Pessoa (1930) e Jucurutu (1935).

Na região do Potengi, houve grande alteração, pois, havia na margem esquerda o secular município de São Gonçalo, e na direita o de Macaíba. Na divisão administrativa a vigorar de 1944 em diante e a que se refere o cartograma, fêz-se nova divisão, desaparecendo o município de S. Gonçalo, com a criação do de S. Paulo do Potengi, ficando o de Macaíba em ambas as margens do baixo Potengi e o de São Paulo, do médio para o alto até encontrar as raías do de São Tomé.

Depois disto, já houve outros desmembramentos, sendo criados em 1948, os de S. João do Sabugi, Jardim de Piranhas, Ipanguaçu, Pedro Avelino, São Rafael e S. José de Campestre, elevando o total a 48, número êste que, no fim de 1953, a Assembléia Estadual elevou a mais de sessenta.

O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte publicou a «Divisão Territorial» do Estado para «1949-1953», desenhada por Osiris Marinho Falcão e na escala de 1:1.500.000; vendo-se no cartograma os novos municípios criados em 1948: S. João do Sabugi, Jardim de Piranhas, São Rafael, Ipanguaçu, Pedro Avelino e S. José de Campestre.

Três anos depois o Conselho Nacional de Geografia publicava para a *Carta do Brasil* a «Fôlha SB-25-NO — «Paraíba-No», na escala de 1:500.000, edição preparatória, impressa no Serviço Gráfico do I.B.G.E. (projeção policrômica da — Carta Internacional ao Milonésimo), organizada, desenhada, fotolitografada e editada pelo referido Conselho, datada de abril de 1951; baseado nas fôlhas Parasinho, Reduto, Touros, Baixinha, Pureza e Rio Maxaranguape, do Serviço Geográfico do Exército, 1943, 1944, Esc. 1:50.000; fôlhas Natal SO e NO do S.G.E. citado, 1945, Esc.: 1:25.000; conjunto de 24 fôlhas — aerofotografia do referido Serviço; Levantamento, composição, desenho do Serviço de Malária do Nordeste — 1940, 1941 — Esc. 1:20.000; fôlhas de S. José de Mipibu e Ponta Negra — Parnamirim — S.G.E., Esc. aproximada de 1:25.000; e Mapas municipais.

Relativamente à costa, compreende o trecho que vai da ponta Três Irmãos a Pirangi do Sul, relacionando mais de trinta topônimos, inclusive pontas, enseadas, cidades, povoados, lugarejos e algumas elevações.

É muito minucioso pelo interior, registrando, desde as povoações mais importantes até fazendas e sítios, rios, riachos, lagoas, estradas de rodagem, carroçáveis caminhos e a altitude de vários lugares, tudo com uma nitidez e apresentação gráfica notáveis.

Nota-se na conhecida ponta de Genipabu situada ao norte da entrada do rio Potengi a denominação «Pta. de Santa Rita».

Desde a época dos Portulanos, quando surgiu o apelido, ainda escrito de forma pouco firme, mas, já bem compreensível, de «Ginepabou» (Seuter e Blaeu, 1629-30; van Keulen, 1680 e 1712); «Papu» (de With, 1671); «Pabu» (Marcgrave, 1647, N. Sanson, 1656; Coronelli, 1688); «Genepabu» (Arrow Smith, 1809); «Genipabu» (Montenegro, 1811; Niemeyer, 1843; Villiers, 1848; Vital de Oliveira, 1857-59; Mouchez, 1867; Omar O'Grady, 1927; Inspetoria de Obras Contra as Sêcas (1828); Sociedade Geográfica de New York (1938); Diretoria de Hidrografia e Navegação (Brasil), (1948 corr. até 1951), não encontramos outra designação.

O mapa municipal do Ceará Mirim (1938) a denomina de ponta do Picão, nome êste da extremidade setentrional da linha de recife que vem da antiga praia do Morcego, hoje do Meio, passa junto ao forte dos Reis Magos e finda na entrada do rio Potengi, poucas milhas ao sul da ponta de Genipabu.

Êste nome estende-se à enseada, povoação e baixos ao norte da ponta.

Os «Roteiros de Sousa Aguiar» (1857), de Felipe Pereira (1877) e o da Diretoria de Hidrografia e Navegação (1948), confirmam os cartógrafos, aludindo sômente a Genipabu, sem outro nome.

Não temos a pretensão de haver relacionado tôdas as cartas, mapas, plantas ou croquis referentes ao Estado do Rio Grande do Norte, mas, ante o que temos exposto desde o século XVI (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 214, págs. 3-56) até o presente, já se pode formar um juízo, se bem que perfunctório, sôbre a geografia dessa porção do nordeste brasileiro.

Vimos com o perpassar dos séculos, a simples terra dos Petiguaras sair do primitivo ciclo da caça e pesca, acrescidas de rudimentar lavoura, passar ao comércio de pau brasil, âmbar, macacos, aves e plumas com os europeus. Vimos êstes se apossarem do litoral, erigir suas moradias, instalar núcleos de criação agrícolas, pesca e salinas. Vimos a população litorânea deslocar-se para o sertão desconhecido, estabelecendo aí fazendas, lugarejos, vilas e cidades, dando azo ao progresso atual, e mostrando as várias etapas por que há passado a geografia norte riograndense que, a princípio, de acôrdo com o povoamento, cingia-se ao litoral, invadindo em seguida os tabuleiros, galgou os outeiros, e dominou todos os vales, planícies e serranias; mas, só no século XX a cartografia tomaria novos rumos, principalmente na hinterlândia, região que se tornou melhor conhecida devido aos métodos científicos aplicados, de maneira que, presentemente, já está regular-

mente disposto o seu contôrno e tanto quanto possível a parte interna.

Os trabalhos da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, da Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Serviço Geográfico do Exército e do Conselho Nacional de Geografia concorreram para aperfeiçoar os da centúria anterior e apresentar um retrato bem apreciável da região, retrato êste que será de maior utilidade quando a última dessas instituições publicar a fôlha — «Jaguaribe — S. B.-24», para a Carta Internacional ao milionésimo, completando, assim, o mapa geográfico do Rio Grande do Norte.

A BAHIA NAS CÔRTESES DE LISBOA DE 1821

ANTÔNIO DE ARAUJO DE ARAGÃO BULCÃO SOBRINHO

I

A CONVOCAÇÃO E A INSTALAÇÃO DAS CÔRTESES DE LISBOA

Vitorioso o movimento revolucionário irrompido na cidade do Pôrto, em Portugal, na madrugada de 24 de agosto de 1820, dirigido pelo Desembargador Manuel Fernandes Tomás e o Ouvidor Geral José da Silva Carneiro, foi organizada uma «Junta Provisional do Supremo Govêrno do Reino», com o fim de *governar em nome do rei; manter a religião católica, apostólica e romana; convocar a eleição das Côrtes destinadas à elaboração de uma Constituição adequada à religião, aos bons costumes e às leis que conviessem à Nação.*

Em 15 de setembro do mesmo ano as tropas aquarteladas em Lisboa, confraternizadas com o povo, levantaram-se e depuseram a Regência, que governava o Reino de Portugal depois da expulsão dos franceses e instituíram um Govêrno Provisório, o qual oficiou à Junta estabelecida no Pôrto agradecendo-lhe os serviços prestados ao País e convidando-a a dar por terminada a sua missão. A Junta do Pôrto, que se achava em Coimbra, não se conformou e, repelindo a afrontosa intimação, reivindicou o direito que lhe assistia de conservar-se na direção da Nação, desde quando fôra ela a iniciadora da revolução triunfante.

Depois de várias trocas de ofícios e conferências entre emissários, chegaram os dois Govêrnos, do Pôrto e de Lisboa, a um acôrdo e sob o título *Convenção de 1 de outubro*, resolveram não fundir-se, porém, formar duas «Seções Governativas», com número idêntico de membros, que, juntos, deliberassem, sendo essas Seções denominadas, uma «Junta Provisional do Supremo Govêrno do Reino», encarregada da administração, e a outra «Junta Provisional Preparatória das Côrtes», incumbida de promover, com a maior brevidade possível, a convocação das Côrtes.

A Junta do Pôrto fêz a sua entrada solene em Lisboa em 1 de outubro de 1820 e depois de acrescida a Junta de Lisboa de novos membros, em igualdade de número à do Pôrto, ficou definitivamente constituído o novo Governo do Reino de Portugal, que, entre as suas primeiras deliberações, resolveu mandar proceder às eleições para uma «Assemblêia Nacional» destinada à votação da Constituição.

Em 10 de novembro do mesmo ano foi publicada a Lei Eleitoral, que, depois de sofrer várias modificações, tornou a ser reeditada em 22 do mesmo mês. A referida lei foi baseada na então vigente na Espanha, sendo a eleição pelo sistema indireto ou de dois graus. O povo elegia, por sufrágio universal, os eleitores, e estes, por sua vez, elegiam os deputados na base de um por trinta mil habitantes.

Nesta proporção, devia Portugal eleger cento e dois deputados, distribuidos do seguinte modo pelas suas Províncias: Beira — vinte e nove; Minho — vinte e sete; Estremadura — vinte e quatro; Traz-os-Montes — nove; Alentejo — dez; e Algarves — três. As ilhas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira — seis, e o Brasil — setenta e seis.

Realizadas em 10 de dezembro de 1820 as eleições para a composição das «Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa», mais conhecidas por «Côrtes Gerais de Lisboa», que desde 1698, no reinado de D. Pedro II, não se reuniam, destinadas ao estudo e promulgação da primeira carta constitucional da monarquia portuguesa, foram estas solenemente instaladas em 26 de janeiro de 1821, na cidade de Lisboa, na antiga «Sala da Livraria», do Paço das Necessidades, com a presença de setenta e quatro deputados, sendo eleito presidente por sessenta e quatro votos Frei D. Vicente da Soledade e Castro, deputado pela Província do Minho.

O presidente Frei D. Vicente da Soledade e Castro era natural de Portugal, frade da Ordem de São Bento, professor da cadeira de Exegética da Universidade de Coimbra, e foi o 16º Arcebispo da Bahia confirmado em 20 de agosto de 1820 pelo Papa Pio VII, sendo empossado em 4 de julho de 1821 por procuração passada ao Deão do Cabido e Vigário Capitular José Fernandes da Silva Freire, cargo que não chegou a exercer devido a ter se conservado em Lisboa no desempenho do mandato de deputado e presidente das Côrtes, onde faleceu em 31 de março de 1823.

A Assemblêia foi instalada com a ausência dos representantes do Brasil e das Colônias, circunstância que levou o Deputado Bento Pereira do Carmo, representante da Província de Estremadura, a ocupar a tribuna na sessão de 30 de janeiro para propor

a expedição de ordens urgentes para a imediata eleição dêsses representantes, motivando vivo e acalorado debate, terminado com a rejeição do alvitre suscitado.

Na sessão de 27 de janeiro de 1821, foi eleita a Regência encarregada em nome de D. João VI de exercer o Governo, assim constituída: D. Afonso de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, 3º Marquês de Castelo Melhor, D. Manuel Antônio Sampaio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignan, 2º Conde de Sampaio, Frei Dr. Francisco de São Luís, Dr. José da Silva Carvalho e João da Cunha Souto Maior, sendo na mesma ocasião escolhidos os secretários e os novos ministros.

II

AS ELEIÇÕES NO BRASIL E OS SEUS REPRESENTANTES

D. João VI que havia por decreto de 24 de fevereiro de 1821 aprovado a Constituição a ser votada pelas Côrtes Gerais de Lisboa, baixou em 7 de março do mesmo ano um decreto mandando fazer em tôdas as Capitanias do Brasil, já oficialmente consideradas como Províncias, as eleições para deputados àquelas Côrtes, expedindo neste sentido as necessárias Instruções baseadas no sistema estabelecido na Constituição da Espanha e adotada para o Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Tendo D. João VI que regressar a Portugal, expediu em 22 de abril do mesmo ano um decreto encarregando do Governo Geral do Brasil o Príncipe D. Pedro e constituindo-o regente e seu lugar-tenente, ao qual coube dar ordens e providenciar para que as eleições determinadas se realizassem.

Ao Brasil com uma população livre de 2.323.366 habitantes, na base do censo de 1808 e correspondendo um deputado por 30.000 habitantes, cabia ter uma representação de setenta e seis (76) deputados, número êste já determinado na Lei Eleitoral, mandada executar pela Junta de Governo de Lisboa, e sendo desprezadas as frações, em cada Província, ficou êste número reduzido a setenta e dois (72) deputados que correspondia a uma população de 2.160.000 habitantes, entretanto, nas publicações e documentos existentes são apenas mencionados sessenta e nove (69).

É justo relembrar os nomes dêsses sessenta e nove (69) representantes do Brasil, primeiros mandatários eleitos pelo seu povo, e as Províncias que representaram.

Fôram êles os seguintes:

Pará — Dr. Francisco de Sousa Moreira, D. Romualdo de Sousa Coelho, 8º Bispo do Pará, e José Cavalcanti de Albuquerque, incluindo o eleito pela antiga Capitania do Rio Negro depois Província do Amazonas.

Suplentes: Joaquim Clemente da Silva Pombo e João Lopes da Cunha, que desempenhou o mandato durante a ausência do efetivo José de Albuquerque Cavalcanti.

Maranhão — Dr. Joaquim Antônio Vieira Belfort e Dr. Raimundo de Brito Magalhães Cunha.

Suplentes: Padre José João Beckman Caldas, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Dr. Raimundo de Brito Magalhães Cunha, não empossado.

Piauí — Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva.

Suplente: Padre Domingos da Conceição, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Dr. Ovídio Saraiva Carvalho e Silva, não empossado.

Ceará — Padre Antônio José Moreira, Padre Manuel Felipe Gonçalves, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Tenente Coronel Pedro José da Costa Barros e Coronel José Inácio Gomes Parente.

Suplentes: Padre José Martiniano de Alencar, que exerceu o mandato em substituição ao Coronel José Inácio Gomes Parente, não empossado, e Padre Manuel Pacheco Pimentel.

Rio Grande do Norte — Padre Antônio de Albuquerque Montenegro Moura e Afonso de Albuquerque Maranhão.

Suplente: Gonçalo Borges de Andrade.

Paraíba — Dr. Francisco de Arruda Câmara, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Padre Virgínio Rodrigues Campelo.

Suplente: Padre José da Costa Cirne.

Pernambuco — Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, depois Barão de Cimbres, Felix José Tavares de Lira, Padre Francisco Moniz Tavares, Padre Inácio Pinto de Almeida Castro, João Ferreira da Silva, Padre Serafim de Sousa Pereira, Padre José Teodoro Cordeiro, Manuel Zeferino dos Santos e Dr. Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda.

Suplentes: Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti, Dr. Francisco Xavier de Lossio Seiblitze e Manuel Felix Veras, que exerceu o mandato como substituto dos Padres José Teodoro Cordeiro, não

empossado, e Serafim de Sousa Pereira, falecido logo depois de eleito.

Alagoas — Padre Francisco de Assis Barbosa, Coronel Francisco Manuel Martins Ramos e Manuel Marques Grangeiro.

Suplente: Padre Luís José de Barros Leite.

Bahia — Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, Dr. Cipriano José Barata de Almeida, Dr. Domingos Borges de Barros, depois Visconde da Pedra Branca, Francisco Agostinho Gomes, Dr. José Lino Coutinho, Marechal de Campo Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, Padre Marcos Antônio de Sousa, depois 13º Bispo do Maranhão, Pedro Rodrigues Bandeira e Dr. Manuel Antônio Galvão.

Suplentes: Dr. Cristovam Pedro de Moraes Sarmento, depois em Portugal 1º Barão e 1º Visconde da Torre de Moncôrvo, Dr. Inácio Francisco da Silveira Mota e Dr. Francisco Elias Rodrigues da Silveira, 1º Barão da Silveira, em Portugal.

Espírito Santo — Dr. José Bernardino Pereira de Almeida Sodrê.

Suplente: Dr. João Fortunato Ramos dos Santos, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Dr. José Bernardino Pereira de Almeida Sodrê, não empossado.

Rio de Janeiro — Dr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil, Dr. João Soares de Lemos Brandão, Dr. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que foi o 11º Bispo de Pernambuco e depois em Portugal Bispo de Bragança e Miranda e de Elvas e Beja, Dr. Luís Martins Basto e Dr. Luís Nicolau Fagundes Varela.

Suplentes: Dr. Custódio Gonçalves Ledo, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Dr. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que faleceu, e Dr. Francisco Vilela Barbosa, depois 1º Marquês de Paranaguá, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Dr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, não empossado.

São Paulo — Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Padre Diogo Antônio Feijó, Francisco de Paula Sousa e Melo, Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São Leopoldo, Dr. José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Suplentes: Antônio Pais de Barros, depois 1º Barão de Piracicaba, e Antônio Manuel da Silva Bueno, que exerceu o mandato em substituição ao efetivo Francisco de Paula Sousa e Melo, não empossado.

Santa Catarina — Padre Lourenço Rodrigues de Andrade.
Suplente: José da Silva Mafra.

São Pedro do Rio Grande do Sul — Dr. José Saturnino da Costa Pereira.

Suplente: Padre João de Santa Bárbara.

Goiás — Dr. Joaquim Teotônio Segurado e Padre Luís Antônio da Silva e Sousa.

Suplentes: Lúcio Luís Lisboa e Dr. Plácido Moreira de Carvalho.

Minas Gerais — Dr. Lúcio José Soares Teixeira de Gouveia, José Eloi Ottoni, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Capitão-mor Domingos Alves de Oliveira Maciel, Dr. Antônio Teixeira da Costa, Dr. Manuel José Veloso Soares, Dr. Francisco de Paula Pereira Duarte, José Rezende da Costa Filho, Dr. Lucas Antônio Monteiro de Barros, depois Visconde de Congonhas do Campo, Padre José Custódio Dias, Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça, depois Visconde de Fanado e Marquês de Sabará, Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, depois Visconde de Uberaba, e Dr. Jacinto Furtado de Mendonça.

Suplentes: Capitão-mor José Joaquim da Rocha, Padre Manuel Rodrigues Jardim, Dr. Bernardo Carneiro Pinto e Dr. Carlos José Pinheiro.

Mato Grosso — D. Luís de Castro Pereira, 3º Bispo de Cuiabá.

Suplente: Padre Manuel Alves da Cunha.

Cisplatina — D. Lucas José Obes.

As Províncias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Cisplatina não tiveram representantes nas Côrtes Gerais em virtude de não terem nenhum dos seus eleitos se empossado e as do Amazonas, Sergipe e Paraná foram criadas posteriormente, estando os seus territórios naquela ocasião sujeitos ao do Pará, Bahia e São Paulo, dos quais foram desmembradas, respectivamente, em 1842, 1824 e 1853.

Sendo a população livre da Bahia de 335.961 habitantes, devia a mesma Província eleger onze (11) representantes de acôrdo com a proporção estabelecida, todavia, isso não foi cumprido, tanto assim que procedidas as eleições em 3 de setembro de 1821, foram apenas eleitos os nove representantes acima mencionados.

III

OS REPRESENTANTES DA BAHIA

Em uma ligeira síntese biográfica procurarei relembrar os primeiros delegados da vontade popular da Bahia, que pelos seus notáveis serviços ficaram imortalizados nas páginas da nossa História.

1 — Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, que alguns historiadores confundem com *Alexandre Gomes de Argolo Ferrão*, depois *Barão de Cajaíba*, nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, onde foi batizado em 21 de dezembro de 1781, na Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, atual cidade de São Francisco do Conde, na Bahia, sendo filho legítimo do Coronel José Diogo Gomes Ferrão Castelo Branco e de D. Maria Sofia de Araújo de Azevedo.

A comêço dedicou-se à agricultura no Município do seu berço, sendo depois pela Carta Patente de 27 de maio de 1801 nomeado pelo Governador D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar, capitão do Regimento de Milícias das Vilas de Santo Amaro e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, e posteriormente por Carta Patente de 23 de agosto de 1809 promovido a tenente-coronel do mesmo Regimento.

Foi vereador do Senado da Câmara da cidade do Salvador, capital da Bahia, em 1805 e 1815, e inspetor do açúcar, cargos que desempenhou com raro zêlo, prestando relevantes serviços.

Em 1821 foi eleito deputado pela Bahia às «Côrtes Gerais de Lisboa», tomando posse do seu mandato em 15 de dezembro do mesmo ano, sendo um dos signatários da Constituição Portuguesa, promulgada em 30 de setembro de 1822.

Regressando ao Brasil foi em 1824 um dos eleitos para a composição da lista dos que deviam ser escolhidos senadores do Império, não conseguindo, entretanto, ser nomeado pelo imperador. Ainda nessa ocasião foi eleito suplente de deputado pela Bahia à Câmara Geral do Império, na legislatura de 1826 a 1829.

Era fidalgo cavalheiro da Casa Real, por alvará de 30 de julho de 1796, tinha o hábito de ordem de Cristo por alvará de 10 de fevereiro de 1808 e cavalheiro professo na mesma Ordem, por alvará de 26 de agosto de 1809.

Faleceu solteiro na capital da Bahia em 18 de fevereiro de 1826, sendo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Piedade na mesma cidade.

2 — Dr. Cipriano José Barata de Almeida, nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de setembro de 1762, sendo filho legítimo do Tenente Raimundo Nunes Barata e de D. Luiza Josefa Xavier.

Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, em Portugal, em 1790, onde também frequentou os cursos de medicina e matemática.

Terminado o seu curso, regressou ao Brasil e na Bahia dedicou-se à agricultura, sendo lavrador de canas na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, na antiga Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, em terras de Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão, depois 1º Barão de São Francisco, de quem fôra dedicado amigo.

Dotado de um espírito irrequieto e imbuído de idéias liberais trazidas dos bancos acadêmicos, viu-se em agosto de 1798 envolvido na célebre conjuração republicana conhecida por «Conspiração dos Alfaiates», sendo prêso em 19 de setembro do mesmo ano e processado foi absolvido e solto em 5 de novembro de 1799 *atendendo à nimia debilidade de prova existente contra o réu.*

Irrompido em 1817 o movimento revolucionário de Pernambuco e recolhidos presos à Bahia vários dos implicados teve o seu nome focalizado como um dos seus adeptos e foi o principal agenciador de meios para o sustento material dos prisioneiros.

Em 1821, conhecida na Bahia a vitória do movimento revolucionário de Portugal, tomou parte saliente nos acontecimentos desenrolados em fevereiro do mesmo ano, concorrendo com a sua influência e popularidade para a adesão da Província ao regime constitucional, do qual resultou a deposição do Governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma e depois Marquês de São João de Palma, e instituição da «Junta Provisória de Governo», que funcionou até 2 de fevereiro de 1822.

Em setembro do mesmo ano de 1821 procedidas as eleições para deputados às «Côrtes Gerais de Lisboa» foi um dos eleitos pela Bahia.

Chegando a Lisboa em 15 de dezembro do citado ano, tomou posse do seu mandato e nas Côrtes desenvolveu forte campanha em defesa da causa do Brasil, tendo logo após a sua investidura ocupado a tribuna, propondo a *suspensão da discussão do projeto da Constituição até a chegada dos deputados brasileiros e que novamente se discutissem os artigos já aprovados na ausência dos mesmos*, proposta que causou grande celeuma na Assembléa e depois de acalorada discussão foi rejeitada.

Foi um dos deputados brasileiros que recusaram assinar e jurar em 30 de setembro de 1822 a Constituição Política da Mo-

narquia Portuguesa, embarcando occultamente com os seus colegas José Lino Coutinho, Agostinho Gomes, Antônio Carlos, Silva Bueno, Diogo Feijó e José Ricardo para Falmouth, na Inglaterra, onde publicou no *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça veemente manifesto explicativo da atitude assumida, reproduzindo-o depois em folheto distribuído largamente.

Regressando ao Brasil, foi em 1822 eleito pela Bahia deputado à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, de 1823, não tomando, entretanto, posse do seu mandato foi substituído a começo pelo Dr. José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, e em seguida pelo Dr. Antônio Calmon du Pin e Almeida, com a eleição daquele para deputado efetivo.

Convidado em 30 de agosto de 1823 pela Constituinte a ir exercer o seu mandato declarou *não se empossar por ter idéias livres que iam de encontro ao projeto de Constituição apresentado, o qual mesmo ausente, em Pernambuco, podia analisar, e, além disso, porque não acreditava na independência da Assembléia para deliberar cercada, como estava, por sete mil baionetas.*

Tomando parte nas ocorrências desenroladas em Pernambuco, que antecederam a famosa «Confederação do Equador», foi prêso em 17 de novembro de 1823 e recolhido à Fortaleza do Brum, em Recife, sendo em 27 do mesmo mês remetido a bordo da sumaca *Triunfo*, para o Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado até setembro de 1830 na Fortaleza da Lage e depois na de Santa Cruz.

Voltando à Bahia em 17 de novembro de 1830, foi recebido com entusiásticas manifestações populares e nos fatos desenrolados em 4 e 18 de abril de 1831 no Governo do Dr. Luís Paulo de Araujo Basto, depois Visconde dos Fiais, interferiu com o seu grande prestigio popular conseguindo acalmar a multidão revoltada. Entretanto, dias depois novamente implicado nos sucessos ocorridos no Governo do Vice-Presidente João Gonçalves Cezimbra foi prêso em 28 do mesmo mês e remetido para o Rio de Janeiro, sendo recolhido à Fortaleza da ilha das Cobras, onde foi o principal organizador do levante militar ocorrido na referida Fortaleza em 7 de outubro de 1831, motivo por que foi transferido para a Fortaleza de Villegagnon e depois para bordo da fragata *Niterói*.

Declarada incompetente a justiça do Rio de Janeiro para o seu julgamento, foi reenviado para a Bahia em janeiro de 1832, permanecendo no Forte de São Marcelo até conseguir recuperar a liberdade em 1833.

Logo depois transferiu sua residência para a capital de Pernambuco, onde foi eleito suplente de deputado à Assembléia Pro-

vincial Legislativa do referido Estado na primeira legislatura de 1835 a 1837, exercendo nessa qualidade o mandato em 1836, no desempenho do qual fêz forte opposição ao Governo do Presidente da Província Dr. Tomás Xavier Garcia de Almeida, a quem chamava *curioso em leis*.

A Paraíba, por três vêzes, nas eleições realizadas em 1833, 1834 e 1835 para preenchimento das vagas dos Senadores Estevam José Carneiro da Cunha e João Severiano Maciel da Costa, depois Visconde e Marquês de Queluz, o elegeu nas listas tríplices para senador do Império e, apesar das apreciáveis votações obtidas, não conseguiu ser escolhido pelo imperador devido à sua opposição sistemática ao Governo e idéias republicanas.

Minas Geraes também em 1834 sufragou o seu nome para senador do Império nas eleições realizadas para preenchimento da vaga do Dr. Jacinto Furtado de Mendonça, falecido em 20 de janeiro do mesmo ano.

Transferindo em 1837 residência para a cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, dedicou-se ali à clínica e ao cargo de professor de Francês do Ateneu Norte Rio Grandense.

Era dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, da qual foi o primeiro chanceler, distinção que lhe conferiu D. Pedro I no dia da sua coroação como imperador em 1 de dezembro de 1822, em atenção a sua attitude quando deputado às Côrtes Geraes de Lisboa.

Agitador popular, jornalista vibrante, iniciou em 1823 a carreira na *Gazeta Pernambucana*, que no dizer de Alfredo de Carvalho dava às suas colunas o tom rubro dos seus habituais exagêros patrióticos.

Terrível panfletário durante vários anos nos periódicos, que criou e redigiu: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, primeiro órgão republicano publicado no Brasil, que circulou de 9 de abril a 17 de novembro de 1823, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e prêsa na Fortaleza do Brum por ordem da Fôrça Armada*, *Sentinela da Liberdade — hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos*, *Nova Sentinela da Liberdade, na Guarita do Forte de São Pedro, na Bahia de Todos os Santos*, *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá — hoje prêsa na Guarita da Ilha das Cobras, em o Rio de Janeiro*, *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá — hoje prêsa na Guarita de Villegagnon, em o Rio de Janeiro*, *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá — hoje prêsa na Guarita da Fragata «Niterói», em o Rio de Janeiro*, *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, mudada despôticamente para o Rio*

de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia, donde generosamente brada — alerta!!! e Sentinela da Liberdade em sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada alerta! expandia plenamente as suas convicções pregando e propagando as suas idéias de amor à liberdade, o que lhe acarretou grandes perseguições e a série de prisões sofridas, sem amortecer-lhe, entretanto, a fibra de incansável lutador.

Poeta ardente e imaginoso, procurava nas suas produções desabafar os seus sentimentos de eterno revoltado e entre outras merece destaque a que publicou quando voltou à Bahia depois de longos sete anos de reclusão nas fortalezas do Rio de Janeiro.

«Para quando, oh Brasil, tu te reservas
Numa cega apatia alucinado?
Não vês teu solo aurífero ultrajado,
Por dragões infernais, fúrias protervas?

Para que, para que, tibio, conservas
Ou de todo iludido ou delirado,
Sobre ti mesmo um trono levantado
Que adoram, negras, pérfidas catervas?

Ainda não tens, Tamôio, povo bravo,
Setas ervadas contra o lusitano
Que pretende fazer-te seu escravo?

Eia! dos lares teus, despe o engano
Quem nasceu no Brasil não sofre agravos
Quem vê o imperador vê um tirano!»

Faleceu na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 1 de junho de 1838, sendo sepultado na porta principal da capela do Senhor do Bom Jesus, daquela cidade.

3 — Dr. Domingos Borges de Barros, depois barão, visconde e visconde com grandeza, da Pedra Branca, por Cartas Imperiais, respectivamente, de 12 de outubro de 1825, 12 de outubro de 1826 e de 18 de outubro de 1829, nasceu na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, na cidade de Santo Amaro, na Bahia, em 10 de outubro de 1779, sendo filho legítimo do Sargento-mor Francisco Borges de Barros e de D. Luiza Clara de Santa Rita.

Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, em Portugal, em 1804.

Terminado o seu curso, empreendeu uma viagem de estudos percorrendo a França, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Bélgica e

Itália, onde freqüentou sociedades científicas e cursos especializados de Botânica, obtendo diplomas e atestados encomiásticos.

Em 1810 embarcou no brigue *Galeno* para os Estados Unidos da América do Norte, o que lhes inspirou o seguinte epigrama humorístico:

«Em tão miserando estado
Pôs-me da Europa o terreno,
Que para tornar à Pátria
Foi-me preciso um Galeno».

Aproveitando a sua estada nos Estados Unidos, visitou as cidades de New-York e Filadélfia nas quais teve oportunidade de freqüentar estabelecimentos industriais e assim aperfeiçoar os seus conhecimentos, conseguindo ser escolhido para fazer parte de várias instituições científicas.

Regressando ao Brasil em julho de 1811, foi, logo ao desembarcar na Bahia, prêso e remetido a bordo do brigue *Pamerlão*, para o Rio de Janeiro como suspeito de ser emissário de Napoleão, então em guerra com Portugal, sendo submetido a rigoroso inquérito pelo intendente geral da Polícia e, ficando provada a sua inocência, foi pelo Aviso de 30 de outubro de 1811 pôsto em liberdade.

Inaugurado em 12 de outubro de 1811 pelo Governador D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, o «Passeio Público da Bahia», foi por Carta Régia de 25 de janeiro de 1812 nomeado diretor do citado estabelecimento.

Criada por Carta Régia de 25 de junho do mesmo ano de 1812 na cidade do Salvador a cadeira de Agricultura foi na mesma data nomeado professor da referida cadeira.

Fundado em 1813 no Rio de Janeiro pelo Brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães o jornal *O Patriota*, foi um dos principais colaboradores, onde, além de inúmeros artigos sobre diferentes assuntos, publicou a tradução do famoso poema de G. Le Gouvê, do Instituto de França, intitulado *O merecimento das mulheres*.

Em 1815 fêz parte do Senado da Câmara da cidade do Salvador, capital da Bahia.

Procedidas em setembro de 1821 as eleições para deputados pela Bahia às «Côrtes Gerais de Lisboa», foi um dos eleitos e, tomando posse do seu mandato em 15 de dezembro do mesmo ano, fêz-se distinguir naquela memorável Assemblêia pelos notáveis discursos proferidos e relevantes questões que suscitou, sendo um

dos signatários da Constituição Portuguêsa promulgada em 30 de setembro de 1822.

Em 1823 foi eleito pela Bahia 2º suplente de deputado à Constituinte do Império, entretanto, convocado para exercer o mandato em substituição ao Deputado Francisco Agostinho Gomes, não aceitou a investidura.

Por decreto de 24 de novembro de 1823 foi encarregado da representação do Brasil na França e nessa qualidade lhe coube a importante missão de promover junto ao Governo daquela Nação o reconhecimento da nossa independência, o que conseguiu em 26 de outubro de 1825.

Em 1824 foi eleito pela Bahia deputado à Câmara Geral de Império na legislatura de 1826 a 1829, mandato que renunciou por ter sido na mesma ocasião eleito e nomeado senador do Império, sendo substituído pelo suplente eleito Dr. João Ricardo da Costa Dormund.

Ainda em 1824, procedidas as eleições para a composição da lista dos que deviam constituir o Senado do Império, foi um dos eleitos pela Bahia e escolhido pela Carta Imperial de 22 de janeiro de 1826 somente em 18 de julho de 1833, depois de sete anos de nomeado, tomou posse do seu mandato, que exerceu até o seu falecimento embora pouco frequentasse as sessões do Senado.

Em 11 de fevereiro de 1826 foi nomeado ministro plenipotenciário na França, sendo o primeiro representante do Brasil depois da Independência, junto ao Governo daquele País, cargo que desempenhou até 28 de fevereiro de 1828.

Foi em 1829 um dos intermediários junto ao Coronel Antônio Fortunato de Brack, da antiga Guarda Imperial de Napoleão, no ajuste do segundo casamento de D. Pedro I com a Princesa D. Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Leuchtenberg, filha de D. Eugênio de Beauharnais, Duque de Leuchtenberg e Príncipe de Eischstaedt e que foi vice-rei da Itália, e da Princesa D. Augusta Amélia de Leuchtenberg.

Era grande do Império, veador de Sua Majestade a Imperatriz, grande dignitário da Imperial Ordem da Rosa e Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo.

Foi um dos mais adiantados e progressistas senhores de engenho no recôncavo da Bahia e publicou vários trabalhos sobre agricultura, merecendo especial menção as *Memórias* sobre a plantação e fabrico do urucu; sobre o café, sua história, cultura e amanho; sobre os meios de esgotar as terras inundadas e sobre os muros de apoio ou muros que servem para sustentar a terra; publicadas no jornal *O Patriota*, e *Vantagens da vida campestre*, poesia editada no mesmo jornal.

Poeta deixou trabalhos de valor intitulados *Poesias* oferecidas às senhoras brasileiras, *Os Túmulos*, poema filosófico, e *Ode*, dedicada ao Conde dos Arcos, todos recebidos elogiosamente pela crítica da época.

É o patrono da cadeira nº 13, da Academia Brasileira de Letras.

Faleceu na capital da Bahia em 20 de março de 1855, sendo sepultado no Cemitério do Campo Santo.

4 — Francisco Agostinho Gomes nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 4 de julho de 1769, sendo filho do rico negociante Agostinho Gomes e de D. Isabel Maria Maciel Teixeira.

Seguindo a carreira eclesiástica chegou a receber as ordens de diácono, a qual logo abandonou por lhe faltar a necessária vocação, dedicando-se ao estudo das ciências naturais, economia política e literatura, o que lhe veio a grangear a fama de sábio e de ser considerado um dos vultos mais notáveis do seu tempo.

Falecido seu pai e sendo seu único herdeiro, teve que dedicar-se ao comércio, assumindo a direção de opulenta casa e por inexperiencecia sofreu grandes prejuízos, tendo de enfrentar renhidas demandas para manter íntegra a herança recebida.

Dotado de grande cultura e favorável às idéias liberais da época, foi em 1798 denunciado como adepto dos chamados princípios da Revolução Francesa e, procedido rigoroso inquérito, nada sofreu por ter sido provada a falsidade dos fatos de que foi acusado.

Ainda em 1798 esteve envolvido na famosa «Conspiração dos Alfaiates», sendo citado no processo, entretanto, nenhuma prova foi encontrada da sua conivência com os conjurados.

Espírito adiantado e progressista requereu e obteve, pela Carta Régia de 12 de julho de 1799, autorização para a exploração das minas de cobre, ferro e carvão de pedra existentes na serra da Borracha, na enseada do Vasa-Barris, em Itapicuru e Cachoeira, organizando para êsse fim uma empresa, que não alcançou o objetivo por se ter afastado a maior parte dos seus componentes.

Foi um dos mais fortes incentivadores da agricultura na Bahia, adquirindo em Portugal e na Inglaterra máquinas e instrumentos para melhorar os processos agrícolas empregados e contribuiu com elevada soma para a introdução e propagação da cultura da «Pimenta da Índia», cuja produção total, pouco depois em 1800, propôs ao governador comprar oferecendo vantajoso preço.

A pecuária deve-lhe também grandes benefícios, pois foi quem em 1804 introduziu na Bahia o primeiro gado da afamada raça

«Turina», originária da Lombardia, na Itália, raça reputada das melhores pela abundância de leite.

Idealizada pelo Governador D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, a fundação da Biblioteca Pública da Bahia, ofereceu para o referido fim valioso donativo, bem como grande número de obras raras da sua preciosa coleção.

Inaugurada a Biblioteca em 4 de agosto de 1811, foi nomeado secretário, funções em que se conservou até 1814, quando foi escolhido diretor em substituição ao Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, cargo que exerceu até dezembro de 1821 quando seguiu para Portugal no desempenho do mandato de deputado.

Realizadas em setembro de 1821 as eleições de deputados pela Bahia às Côrtes Gerais de Lisboa foi um dos eleitos e, tomando posse do mandato em 15 de dezembro do mesmo ano, teve destacada atuação em defesa dos interesses do Brasil, recusando assinar e jurar a Constituição Portuguesa.

Abandonando as Côrtes, embarcou para Falmouth, na Inglaterra, onde com outros colegas publicou veemente Manifesto explicando as razões da atitude assumida.

Chegando a Recife, Pernambuco, fundou durante a sua permanência na referida cidade *O Escudo da Liberdade do Brasil* periódico propagando a independência, cujo primeiro número circulou em 26 de julho de 1823 e que, depois, continuou a ser publicado sob a direção do Capitão de Engenheiros João Mendes Viana.

Voltando à Bahia foi eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1823 e, não tomando posse do seu mandato, foi substituído pelo suplente Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz.

Em 1824 foi eleito pela Bahia suplente de deputado à Câmara Geral do Império para a legislatura de 1826 a 1829 e convocado para preencher a vaga aberta com a renúncia do Dr. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, escolhido senador, não tomou posse e foi substituído pelo suplente Dr. José Avelino Barbosa.

Ainda em 1824 foi um dos eleitos pela Bahia para constituir a lista dos que deviam compor o Senado do Império, não sendo porém nomeado pelo imperador.

Retirado desde 1823 da atividade política, dedicou-se exclusivamente à agricultura, tanto assim que não aceitou nenhum dos mandatos eletivos que lhe conferiram os seus conterrâneos.

Foi um dos fundadores da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, fundada em 10 de março de 1832 em um dos salões do tradicional Convento de São Francisco, na legendária Vila de São Francisco da Barra de Sergipe

do Conde, e um dos principais redatores do seu órgão o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, primeiro periódico brasileiro sôbre agricultura, onde publicou notáveis trabalhos.

Dotado de espírito beneficente, muito auxiliou as nossas instituições de caridade, concorreu para a educação na Europa de numerosos patricios pobres e sempre contribuiu para a organização de emprêsas comerciais destinadas a incrementar a indústria e a desenvolver a agricultura.

Tinha Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia, que lhe foi concedido pela Carta Régia de 24 de outubro de 1799 e era Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Faleceu na mesma cidade do seu nascimento em o prédio de sua propriedade ao Largo de Nazaré, onde hoje está instalado o Liceu Salesiano do Salvador, em 19 de fevereiro de 1840.

5 — Dr. José Lino dos Santos Coutinho nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 31 de março de 1784, sendo filho legítimo de José Lino dos Santos e de D. Maria Rosa Coutinho.

Doutor em Ciências Médico-Cirúrgicas pela Universidade de Coimbra, em Portugal, em 1813.

Logo após a conclusão do curso viajou para a França e Inglaterra, onde freqüentou hospitais especializando-se.

Voltando à Bahia, dedicou-se à clínica até que se viu envolvido nos acontecimentos desenrolados em fevereiro de 1821, quando foi deposto o Governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, e aclamada a Junta Provisional do Gôverno da Província, da qual foi secretário dos Negócios Estrangeiros, Guerra e Marinha, cargo que ocupou até setembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 1821 foi eleito pela Bahia deputado às Côrtes Gerais de Lisboa e tomando posse do seu mandato em 15 de dezembro do mesmo ano foi um dos principais elementos da representação, tendo parte ativa nas discussões travadas e sempre defendendo corajosamente os interesses do Brasil.

Não obstante ter jurado e assinado a Constituição Portuguesa promulgada em 30 de setembro de 1822, logo em seguida abandonou aquela Assemblêia, embarcando ocultamente com outros colegas de representação para Falmouth, na Inglaterra, onde com os mesmos publicou vibrante Manifesto, que segundo alguns dos seus biógrafos foi da sua autoria.

Permanecendo algum tempo na Inglaterra, não concorreu às eleições realizadas à Assemblêia Constituinte de 1823, obtendo,

entretanto, da Bahia, os sufrágios suficientes para ser incluído como sétimo suplente da sua representação.

Teve papel destacado nos acontecimentos desenrolados na Bahia por ocasião da luta pela Independência e, quando em novembro de 1823 foi dissolvida a Constituinte, foi figura de realce nos fatos ocorridos em dezembro do mesmo ano, sendo escolhido para fazer parte da comissão aclamada em 17 do mesmo mês para manter a ordem e a tranqüilidade na mesma Província.

Criada em 14 de julho de 1825 no Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia a cadeira de Patologia Externa, foi para a mesma nomeado, tomando posse em 4 de outubro do mesmo ano.

Transformado pela Lei de 3 de outubro de 1832, o Colégio Médico Cirúrgico em Faculdade de Medicina foi eleito conjuntamente com os Drs. José Avelino Barbosa e Antônio Ferreira França para constituir a lista triplíce enviada ao Governo para a escolha de diretor da mencionada Faculdade, sendo nomeado em 27 do mesmo mês, exerceu o referido cargo com grande destaque, de 23 de julho do mesmo ano até 28 de fevereiro de 1836, quando, por moléstia, foi substituído pelo Dr. Francisco de Paula Araújo e Almeida.

Da Faculdade de Medicina foi um dos mais notáveis professores, tendo não só o seu retrato no salão da Congregação, como o seu busto em gesso ao lado dos de outros professores em volta do Anfiteatro Alfredo Brito.

Procedidas em 1824 as eleições para deputados à 1.^a legislatura da Câmara Geral do Império, de 1826 a 1829, foi um dos eleitos pela Bahia, sendo reeleito para as legislaturas de 1830 a 1833 e de 1834 a 1837, sendo que nesta última, não tomando posse do mandato, foi substituído pelo suplente Dr. Francisco de Paula Araújo e Almeida.

Foi na Câmara um dos maiores vultos pela independência de atitudes e pelo calor dos seus discursos de oposição ao reinado de D. Pedro I, sempre terminados com grandes aplausos da assistência, ficou conhecido como o *deputado das galerias*. Apresentou importantes projetos, entre os quais o que reorganizava as Escolas de Medicina, que sofreu oposição, principalmente do seu colega de representação Dr. José Avelino Barbosa. Defendeu idéias liberais avançadas e pugnou pela extinção do tráfico de africanos e de escravatura, proferindo então famoso discurso em que declarou: *não devemos só querer a nossa liberdade; devemos também sustentar a liberdade dos outros, e um povo livre deve pugnar pela liberdade do gênero humano*.

Escolhido para ministro do Império da primeira Regência Permanente eleita em 17 de julho de 1831, constituída do General

Francisco de Lima e Silva, Dr. José da Costa Carvalho, depois Marquês de Monte Alegre e Dr. João Bráulio Muniz, exerceu o citado cargo de 16 de julho de 1831 a 3 de janeiro de 1832.

No Ministério continuou a sua brilhante trajetória e, não obstante as dificuldades com que teve de lutar pela situação anormal do País, realizou diversas reformas entre as quais as das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda e da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro e foi o autor do Decreto de 12 de agosto de 1831 considerando dia de festividade nacional na Bahia a data de 2 de julho.

Era dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro e tinha o título do Conselho de Estado, sendo médico honorário do imperador.

Cientista de raro valor publicou diversas obras, salientando-se entre outras a *Memória sobre as águas minerais da Bahia*, de cujo estudo foi o primeiro a se ocupar.

Literato deixou várias produções, merecendo destaque as *Cartas sobre a educação de Cora*, verdadeiro catecismo da educação feminina.

Poeta lírico era, como disse Altamirando Requião, de *incómun delicadeza de sentimentos, metrificando com rara perícia e extrema facilidade*, e entre outras poesias que publicou está *A Sensitiva*, preciosa jóia de inspiração.

Faleceu na capital da Bahia em 24 de julho de 1836, sendo sepultado na antiga igreja de São Pedro Velho, demolida em 1914 e sita na área onde está a estátua do Barão do Rio Branco, na atual praça do mesmo nome.

6 — Marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto da França nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 30 de junho de 1771, sendo filho legítimo de Bento José de Oliveira e de sua segunda esposa D. Maria Francisca de Jesus Ferreira Eça de Pinho.

Desde muito jovem mostrou decidida vocação para a carreira militar e seguiu para Portugal, onde assentou praça no Exército daquele País.

Em 1801 tomou parte na guerra de Portugal com a Espanha, terminada pela paz celebrada em Badajós, sendo pelos seus atos de bravura condecorado com a medalha de ouro da campanha.

Invadido Portugal pelas tropas do general francês Andoche Junot, posteriormente Duque de Abrantes, teve destacada atuação na resistência oferecida, combatendo ao lado de José Bonifácio de Andrada e Silva, que comandava um batalhão de estudantes de Coimbra.

Capitão comandante do Regimento de Cavalaria da Vila de Almeida quando o General Junot ordenou o desarmamento do citado Regimento, seguiu para Coimbra, onde na igreja de Santa Cruz e perante o túmulo do fundador do reino de Portugal D. Afonso Henriques, partiu a espada recitando de improviso perante os assistentes o seguinte soneto, classificado como um dos melhores da poesia portuguesa:

«A teus pés, fundador da monarquia,
Vai ser a lusa gente desarmada!
Hoje rende a traição a forte espada
Que jamais se rendeu a valentia.

O! Rei, se minha dor, minha agonia
Penetrar podem em sepulcral morada,
Arromba a campa, e co'a mão mirrada,
Surge a vingar a afronta dêste dia

Eu, fiel, qual te foi Moniz, teu pagem,
Fiel sempre serei; grata esperança
Me sopra o fôgo de imortal coragem!

E as lágrimas, que a dor aos olhos lança
Recebe-as, grande rei, por vassalagem,
Aceita-as em protesto de vingança!»

Promovido em 30 de julho de 1813 ao pôsto de coronel agregado ao 1º Regimento do Exército do Brasil, veio exercer o referido cargo na Bahia, sua terra natal, sendo efetivado no referido pôsto em 13 de dezembro de 1815.

Por ocasião da recolução pernambucana de 1817 seguiu em 29 de março do mesmo ano como ajudante-general da expedição enviada da Bahia contra os rebeldes, sob o comando do Marechal Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda e, terminada a mesma, foi em 26 de outubro do mencionado ano promovido ao pôsto de brigadeiro.

Em 13 de maio de 1819 foi graduado no pôsto de marechal de campo e nomeado inspetor e instrutor da arma de cavalaria de milicias e tropas da Bahia, cargo em que prestou notáveis serviços.

Interessado pela solução do problema de abastecimento do recôncavo, ofereceu ao Govêrno uma área de terras do seu Engenho Aramaré, situado em Santo Amaro, para estabelecimento de uma feira no quarto dia de cada semana, destinada a compra

e venda de gado vacum e cavalari, frutos e outras mercadorias, fazendo à sua custa as necessárias acomodações, rancharias, currais e pastos, o que foi aceito por Decreto do Governo de 9 de agosto de 1819.

Teve parte saliente nos acontecimentos desenrolados na Bahia em 10 de fevereiro de 1821, por ocasião do movimento constitucionalista, impedindo que o batalhão nº 12, de Portugal, atacasse o corpo de artilharia postado à Praça de Palácio, evitando assim graves conseqüências e sacrificios de vida. Foi o autor da idéia vencedora da convocação das pessoas mais representativas e de maior responsabilidade da cidade para uma reunião na casa de residência do Governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma e depois Marquês de São João da Palma, de cuja reunião resultou a adoção do sistema constitucional que a metrópole propusesse, de acôrdo com os desejos da opinião pública.

Instituída a «Junta Provisional de Governo» com a vitória do movimento constitucionalista e deposição do governador, e criada uma Comissão Militar composta de oito oficiais, com o fim de propor medidas convenientes ao serviço militar e à manutenção da disciplina dos diversos corpos foi escolhido para presidente da mesma, e, pouco depois, em 12 de março do mesmo ano nomeado governador das Armas em substituição ao Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, afastado por moléstia.

Realizadas em 3 de setembro do mesmo ano de 1821 as eleições para deputado às Côrtes de Lisboa, foi um dos eleitos pela Bahia e, tomando posse do seu mandato, teve atuação saliente nos memoráveis debates daquela assembléia, sendo um dos deputados baianos que juraram e assinaram a Constituição de Portugal promulgada em 30 de setembro de 1822.

Por ocasião das lutas pela Independência do Brasil foi comissionado por D. João VI para vir à Bahia como emissário do Governo de Portugal entender-se com o chefe de Divisão João Felix Pereira de Campos, comandante da Esquadra, e com o General Inácio Luís Madeira de Melo, governador militar e comandante das Forças de Terra, para que cessassem as hostilidades e se mantivessem as tropas na mais rigorosa disciplina, evitando novas lutas.

Embarcando em Lisboa a 7 de setembro de 1823 a bordo do brigue *13 de Maio* para dar desempenho à sua missão, chegou à Bahia em 18 de agosto do mesmo ano quando as tropas portuguesas já tinham evacuado a cidade e diante disso resolveu apresentar-se ao Governo instituído entregando-lhe os documentos de que era portador e dando-lhe conhecimento dos fins da sua viagem.

O Governo da Bahia não tomou conhecimento das suas credenciais e, correndo perigo a sua vida pela exacerbação de ânimos

existentes, resolveu, na mesma noite, refugiar-se a bordo do brigue que o transportara seguindo para o Rio de Janeiro, onde chegou a 7 de outubro do mesmo ano.

No Rio de Janeiro o Governo igualmente recusou-se a tomar conhecimento dos seus poderes, permitindo, entretanto, em atenção ao seu estado de saúde, o seu desembarque, ficando hospedado, sob rigorosa vigilância, em casa do seu cunhado Desembargador Antônio Garcez Pinto Madureira, onde permaneceu até dezembro do mesmo ano.

Foi o primeiro morgado de Fonte Nova, em Portugal, e era comendador da Ordem de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cavalheiro da Ordem Militar de São Tiago da Torre e Espada, Cavalheiro Professo na Ordem de Cristo e tinha o brasão de armas de nobreza e fidalguia concedido pela Carta Régia de 8 de abril de 1794.

Obrigado a retirar-se para Lisboa, embarcou a bordo do brigue português *Glória*, falecendo na altura de 8 graus ao norte da linha equinocial em 8 de janeiro de 1824, tendo como sepultura as águas do oceano.

7 — Padre Marcos Antônio de Sousa nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 10 de fevereiro de 1771, sendo ignorados os nomes dos seus pais.

Muito moço ainda ordenou-se sacerdote, sendo pouco depois nomeado Vigário da Freguesia de Pé do Banco, atual Sirirí, em Sergipe, donde foi transferido para professor da cadeira de Filosofia da cidade do Salvador, na Bahia.

Escolhido para vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da mesma capital exerceu o cargo de 1 de junho de 1804 a 2 de setembro de 1821.

Em setembro de 1831, procedidas as eleições para deputado às Côrtes Gerais de Lisboa, foi um dos eleitos pela Bahia e tomando posse do seu mandato teve brilhante atuação em defesa dos interesses do Brasil, sendo um dos signatários da Constituição Portuguesa, promulgada em 30 de setembro de 1822.

Voltando ao Brasil, tomou parte saliente nos acontecimentos posteriores à Independência na Bahia, e foi nomeado para o cargo de secretário do Governo da Província, pôsto que exerceu com real eficiência durante o período de 28 de novembro de 1823 a 13 de julho de 1826.

Procedidas em 1824 as eleições dos que deviam constituir a lista para a composição do Senado do Império, foi um dos eleitos pela Bahia, não logrando, entretanto, ser escolhido pelo Imperador D. Pedro I.

Ainda em 1824 foi eleito pela Bahia deputado à Câmara Geral do Império para a legislatura de 1826 a 1829, onde, no desempenho do seu mandato, teve oportunidade de revelar-se uma das maiores figuras da Assembléia, empenhando-se em célebres debates e apresentando votos em separado na Comissão de Negócios Eclesiásticos, a propósito das Bulas do Sumo Pontífice Leão XII de 15 de maio de 1827 *Praeclara Portugalliae Algarbiorumquê Regum*, criando no Brasil a Ordem de Cristo e desligando-a da de Portugal; de 5 de junho de 1827 *Romanorum Pontificum Vigilantia*, que sujeitava ao Arcebispo da Bahia as Dioceses do Maranhão e Pará, e *Solicita Catholicae Gregis*, que erigiu em Dioceses as Prelazias de Goiás e Mato Grosso, votos que causaram profunda impressão e tiveram larga repercussão.

Achava-se no exercício do mandato de deputado pela Bahia quando, por decreto de 12 de outubro de 1826, data do aniversário do imperador, foi nomeado 13º Bispo do Maranhão, no qual foi confirmado pela Bula de Leão XII de 26 de julho de 1827 e sagrado em 28 de outubro do mesmo ano na igreja de Nossa Senhora do Carmo, então capela imperial e que servia de catedral, na capital do País.

Tomando posse por procuração do Bispado do Maranhão em 19 de março de 1828, somente em começo de 1830 assumiu o exercício do cargo, em que prestou os mais relevantes serviços, realizando uma obra notável e deixando traços inapagáveis da sua oporosidade e serviços à causa da região.

Na sua passagem pelo Bispado do Maranhão, onde até o presente o seu nome é recordado com veneração e saudade, construiu a restaurou várias igrejas, dotou de paramentos religiosos diversas matrizes, criou novas freguesias. Prestou desvelada assistência às instituições pias e de caridade, entre as quais teve de reorganizar o «Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios», a principal casa de beneficência da capital do Maranhão. Fundou o Seminário de São Luís do Maranhão, no Convento de Santo Antônio, do qual, inaugurado em 17 de abril de 1838, não se esqueceu em seu testamento, legando-lhe além de vultosa quantia em dinheiro a sua valiosa biblioteca.

Ainda no Maranhão exerceu, durante as legislaturas de 1838 a 1839 e de 1840 a 1841, o mandato de deputado à Assembléia Legislativa Provincial, durante as quais desempenhou o cargo de presidente sempre acatado e respeitado pelos seus pares.

Era comendador da Ordem de Cristo e dignitário da Ordem da Rosa.

Faleceu na cidade de São Luís, capital do Maranhão, em 29 de novembro de 1842, sendo sepultado na catedral da referida

cidade, em cujo lugar existe uma rica lápide de mármore com expressiva inscrição.

8 — Pedro Rodrigues Bandeira nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 22 de novembro de 1767, sendo filho legítimo de Capitão Pedro Rodrigues Bandeira e de D. Ana Maria de Jesus Magalhães Correia Lisboa.

Depois de permanecer longos anos na Europa, onde se educou, veio residir na capital da Bahia, em cujo comércio ingressou, tornando-se em pouco tempo um dos mais abastados e acatados negociantes.

Possuidor de grandes armazéns especializados em enfiar e enrolar fumo na cidade de Cachoeira e de alambique em seu Engenho Vitória, no mesmo município, era o maior exportador de fumo e aguardente para os principais Países da Europa, da Ásia e da África, produtos esses que remetia diretamente em navios de sua propriedade que faziam o comércio de navegação para aquelas Nações.

Grande proprietário de prédios urbanos na capital e nos municípios de São Felix, Cachoeira e Santo Amaro, senhor dos engenhos de açúcar denominados Buraco, Conceição, Moinho, Pilar, Vitória e Subaé, nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro, e das fazendas de criação de gado vacum e cavalos conhecidas por Cavaco, Mã Vida, Pôrto das Cabeças, Ôlho de Água, Lages, Cansação, Taboleiro, Poço da Onça, Campinas, Cahima, Catu, Pedra de Água e Lagoa do Moquém, nos municípios da capital, Irará, Cachoeira, Jaguaripe, Geremoabo, Itapicuru e Monte Santo, era pela enorme fortuna de que dispunha considerado como um dos cidadãos mais ricos do Brasil-Colônia e nessa qualidade teve oportunidade, por mais de uma vez, de fazer empréstimos à Fazenda Real.

Filântropo na verdadeira acepção, distribuiu larga soma de benefícios às instituições de caridade, então existentes, não só na capital como no interior da Bahia, em muitas das quais ainda hoje se encontra o seu retrato em tamanho natural, como justa homenagem à sua memória, e ainda nas suas últimas disposições testamentárias não as esqueceu, contemplando com apreciáveis legados o Recolhimento do Senhor dos Perdões, Hospital dos Lázaros, Educandas do Estabelecimento Pio Santíssimo Coração de Jesus, Seminário dos Órfãos, na capital, e os Hospitais de Caridade de Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro.

Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em cujo cargo prestou grandes serviços, aumentando-lhe consideravelmente o patrimônio, dotando-a de consideráveis melhoramentos e ainda a contemplando em seu testamento com o vultoso legado de

cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000) em apólices dos fundos públicos da dívida nacional.

Católico fervoroso e praticante, foi um dos beneméritos das nossas igrejas, as quais auxiliou poderosamente com valiosas dadas, destacando-se a matriz do Pilar, freguesia do seu nascimento, que lhe mereceu especial cuidado, mandando quando juiz da Irmandade buscar na cidade de Pôrto, às suas expensas, todo o ouro necessário para o douramento da obra de talha, oferecendo a custosa grade de bronze, sob o arco de cruzeiro, e duas ricas coroas à Nossa Senhora, sua madrinha, verdadeiros tesouros pela beleza e valor, sendo de notar que a maior contém cento e quarenta brilhantes de primeira água, além de preciosos móveis e de outros objetos.

Contribuiu, auxiliando-as poderosamente, para a fundação de importantes emprêsas e foi um dos principais acionistas do primeiro Banco criado na Bahia em 1817, denominado «Caixa dos Descontos», filial do primitivo Banco do Brasil.

Foi um dos precursores da navegação a vapor na Bahia, obtendo, por decreto imperial de 3 de agosto de 1818, juntamente com o Marechal de Campo Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, depois Marquês de Barbacena, e o Capitão-mor Manuel Bento de Sousa Guimarães, o privilégio para a sua exploração no recôncavo e litoral do mesmo Estado, inaugurando tão útil e importante serviço em 4 de outubro do mesmo ano.

Fêz parte da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco e foi diretor da Casa da Moeda.

Em 1821 foi eleito pela Bahia deputado às Côrtes Gerais de Lisboa, sendo um dos signatários da Constituição Portuguesa de 30 de setembro de 1822.

Procedidas na Bahia em 1824 as eleições para composição do Senado do Império foi um dos eleitos para constituir a lista enviada ao imperador, não sendo entretanto escolhido.

Foi ainda em 1824 eleito pela Bahia suplente de deputado à Câmara do Império na legislatura de 1826 a 1829.

Eleito membro do Conselho Geral da Província da Bahia nas legislaturas de 1828 a 1830 e de 1830 a 1834, não tomou posse do mandato alegando moléstia e membro do Conselho de Governo, pelo mesmo motivo, recusou assumir o Governo da Província, quando em 28 de fevereiro de 1830, foi assassinado o Presidente Brigadeiro José Egídio Gordilho Barbuda, 1º Visconde de Camamu.

Era fidalgo cavalheiro da Casa Imperial por alvará de 7 de janeiro de 1811 e comendador da Ordem de Cristo.

Faleceu na capital da Bahia em 14 de outubro de 1835, estando os seus restos mortais depositados em uma rica urna de jacarandá na igreja matriz de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, no atual município de São Francisco do Conde, na Bahia.

IV

O REPRESENTANTE DE JACOBINA

Quanto ao 9º representante da Bahia, eleito pela comarca de Jacobina, qua a Junta Governativa da Província informou às Côrtes só comparecer em maio ou junho de 1822, sem, entretanto, lhe ter declarado o nome, alguns historiadores o mencionam como sendo Luís José de Barros Leite.

A *História da Independência*, de Frederico Adolfo Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, na lista publicada contendo os nomes dos deputados brasileiros às Côrtes de Lisboa, extraída dos *Documentos para a História das Côrtes Gerais da Nação Portuguesa*, inclui Luís José de Barros Leite como suplente de deputado por Alagoas, o que é confirmado pelo Barão do Rio Branco ao anotar a citada História declarando: *êste foi eleito por Alagoas. O novo deputado pela Bahia que falta aqui é Manuel Antônio Galvão.*

Do minucioso exame a que procedi em diversos documentos e da cuidadosa leitura em trabalhos sôbre a História da Bahia não encontrei a menor referência ou mesmo simples citação ao nome de Luís José de Barros Leite, não sendo acreditável que tendo sido todos os deputados pela Bahia às Côrtes de Lisboa posteriormente figuras destacadas da campanha da Independência e subseqüentes lutas, que sucederam a êsse período, sendo ainda depois escolhidos para o exercício de mandatos eletivos, ficasse Luís José de Barros Leite ignorado e esquecido, a menos que tivesse falecido nesse interregno, de 1822 a 1823.

Ê, portanto, aceitável que Luís José de Barros Leite não fôsse o 9º representante da Bahia e sim das Alagoas, e Rio Branco, conhecedor profundo da nossa História, não iria levianamente corrigir sem ter encontrado um documento ou uma fonte certa, para basear-se, embora sem citar, o que é lamentável. Ainda militando em favor dessa tese, o fato de ter figurado entre os deputados por Alagoas à 1ª legislatura da Câmara Geral do Império de 1826 a 1829 o Padre Luís José de Barros Leite, sendo bem possível ser êsse o mesmo que foi eleito suplente para as Côrtes Gerais de Lisboa.

Pelo papel destacado que veio a ter na política e administração do País Manuel Antônio Galvão, tudo faz crer ter sido o

mesmo o 9º escolhido pela Bahia para completar-se a sua representação nas Côrtes Gerais de Lisboa, sendo lamentável não se ter agora encontrado a ata da eleição procedida em Jacobina e assim esclarecida tal dúvida.

Aceitando como certa a valiosa opinião de Rio Branco, inclui o nome de Manuel Antônio Galvão como um dos representantes da Bahia, que possivelmente pela marcha dos acontecimentos e memorável campanha da Independência, em que a Bahia teve saliente papel, não mais cogitou de comparecer às Côrtes de Lisboa para o desempenho do seu mandato e, assim como sucedeu com outros eleitos, não houve a menor referência ao seu nome nos Anais daquela Assembléia.

9º — Manuel Antônio Galvão nasceu na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 3 de janeiro de 1791, sendo filho legítimo de Jerônimo José Galvão e de D. Ana Maria Rosa.

Ainda muito jovem seguiu para Lisboa, Portugal, onde ingressou no comércio local como simples auxiliar, função que continuou a exercer na cidade da Bahia, anos mais tarde quando regressou.

Seguindo posteriormente para Londres, na Inglaterra, ali continuou a servir como auxiliar da grande casa comercial Wilson, até que, atendendo aos apelos maternos, seguiu para Coimbra, Portugal, em cuja famosa Universidade recebeu em 10 de julho de 1819 o grau de bacharel em leis.

Voltando ao Brasil, foi em 12 de outubro de 1820 nomeado juiz de fora da cidade de Goiás e em 8 de novembro do mesmo ano provedor da Fazenda dos Defuntos da mesma cidade, cargo que exerceu por pouco tempo, em virtude de ter se envolvido em 1821 na campanha constitucionalista contra o Governador Manuel Inácio Sampaio, sendo obrigado a partir para o Rio de Janeiro.

Em 1821, foi, segundo o Barão do Rio Branco, eleito deputado pela Bahia, como representante da antiga comarca de Jacobina, às Côrtes Gerais de Lisboa, não chegando, entretanto, a tomar posse do seu mandato.

Procedidas em 1822 as eleições para deputados à Assembléia Constituinte do Império, foi um dos eleitos pela Bahia e tomando posse do mandato em 21 de julho de 1823, e exerceu até 12 de novembro do mesmo ano, quando o imperador D. Pedro I dissolveu a referida Assembléia.

Em 16 de setembro de 1826 foi nomeado ouvidor da Província de Mato Grosso, sendo nesse mesmo ano eleito deputado pela Bahia à Câmara Geral do Império para a legislatura de 1826 a 1829.

Em 17 de fevereiro de 1827 foi nomeado desembargador da Relação da Bahia e transferido em 30 de setembro de 1830 para desembargador da Casa de Suplicação.

Escolhido para presidente da Província das Alagoas, exerceu o referido cargo de 1 de janeiro de 1829 até 8 de abril do mesmo ano, quando o deixou para exercer o seu mandato de deputado geral pela Bahia e encerrados os trabalhos da Câmara voltou ao exercício em 5 de novembro, no qual se conservou até 3 de agosto de 1830, data em que se exonerou.

Pouco depois foi nomeado presidente da Província do Espírito Santo, funções que desempenhou de 4 a 30 de dezembro de 1830. !

Deixando a Presidência do Espírito Santo, era novamente nomeado para presidente da Província de Minas Gerais, cargo que ocupou de 3 de fevereiro a 22 de abril de 1831, sendo, em viagem para aquela Província, cientificado por D. Pedro I da resolução de abdicar a coroa logo que regressasse à capital, o que se realizou em 7 de abril do mesmo ano.

Escolhido pela Regência Provisória para a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, ocupou este posto de 11 de junho de 1831 a 24 de outubro de 1833.

Afastado da Presidência do Rio Grande do Sul, foi nomeado em 1834 desembargador da Relação da Bahia e logo em seguida foi eleito pela Assembléia Legislativa Provincial 1º vice-presidente da referida Província para o período de 1835 a 1837, tendo nessa qualidade ocasião de exercer de 18 de abril a 26 de setembro de 1835 a Presidência em substituição ao Dr. Francisco de Sousa Martins. !

Ainda em 1835 foi escolhido para ministro plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, onde se conservou até 1839, recusando nessa ocasião idêntico cargo na Rússia.

Voltando ao Brasil, foi escolhido para ministro do Império no terceiro Gabinete da Regência do Senador Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, posto que ocupou de 1 de setembro de 1839 a 2 de maio de 1840, quando foi substituído pelo Dr. Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Seguindo para a Bahia em junho de 1840 reassumiu a sua cadeira no Tribunal da Relação, do qual foi eleito presidente, cargo que ocupou até 1843. !

Procedidas em 1842 em Alagoas, província que havia dirigido, as eleições para preenchimento da vaga de senador do Império, aberta com o falecimento do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, foi eleito em 1º lugar na lista

tríplice, não logrando, entretanto, ser escolhido pelo Imperador D. Pedro II, que o preteriu em benefício do Dr. Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba.

No mesmo ano de 1842 foi eleito deputado pela Bahia à Câmara Geral do Império para a legislatura de 1843 a 1846, dissolvida pelo decreto de 24 de maio de 1844, mandato que não chegou a concluir por ter sido nomeado senador do Império pelo referido Estado.

Realizadas na Bahia em 1843 as eleições para preenchimento da vaga aberta no Senado do Império com o falecimento do Dr. Francisco Carneiro de Campos, foi eleito para fazer parte da lista tríplice, não obtendo ainda desta vez a escolha imperial, que preferiu o Dr. José Carlos Pereira de Almeida Tôrhes, 2º Visconde de Macaé.

Ainda em 1843 foi novamente candidato pela Bahia ao lugar de senador do Império para preencher a vaga aberta com o falecimento do Dr. Francisco de Sousa Paraizo, e, sendo eleito para fazer parte da lista triplíce, foi nomeado em 22 de fevereiro de 1844.

Desempenhava o seu mandato de senador, quando foi escolhido para ministro da Justiça, cargo que exerceu de 23 de maio de 1844 a 26 de maio de 1845.

Nomeado em 30 de setembro de 1845 plenipotenciário do Governo do Brasil para negociar com o ministro do Governo Inglês sobre um tratado de comércio, impôs nessa ocasião como condição principal a revogação da célebre lei inglesa de 1844 conhecida por *bill Aberdeen*, pela qual os Tribunais e Governo da Inglaterra avocaram o direito de capturar os navios brasileiros suspeitos de empregados no tráfico de escravos, mesmo quando em águas do Brasil, lei que havia provocado veemente protesto do Governo brasileiro.

Em 1846 foi mais uma vez escolhido para dirigir os destinos do Rio Grande do Sul como presidente da mencionada Província, cargo que exerceu de 11 de dezembro de 1846 a 10 de abril de 1848.

Voltando do Rio Grande do Sul, foi escolhido para fazer parte do Conselho de Estado e aposentado no cargo de desembargador, foram-lhe concedidas as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Tinha o Hábito da Ordem de Cristo, concedida pelo alvará de 12 de outubro de 1828.

Vitimado pela célebre epidemia que devastou a população do Rio de Janeiro em 1850, faleceu na referida cidade em 21 de março do mesmo ano.

Não me é possível neste modesto e despretensioso trabalho, simples e pura achega histórica, fazer um estudo minucioso e analisar a atuação brilhante e destacada da representação da Bahia nas Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em defesa dos direitos e dos interesses do Brasil.

Foi ela a primeira escolhida pela vontade popular da Bahia para representá-la e todos os deputados que compareceram àquela famosa Assembléia souberam, no correr dos tempos, manter a auréola conquistada, honrando e elevando cada vez mais nos postos que vieram depois a exercer o nome da terra que os elegera.

Bahia, 20 de julho de 1954. — *Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho.*

BIBLIOGRAFIA

- A Margem da História*, de Euclides da Cunha.
Anais do Arquivo Público da Bahia.
Anais da Assembléia Constituinte do Brasil de 1823.
Anais da Biblioteca Nacional.
Anais da Câmara dos Deputados do Império. (Biblioteca Pública da Bahia).
Anais da Imprensa da Bahia, de 1811 a 1911, do Cons. João Torres e Alfredo de Carvalho.
Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, de 1915. (Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).
Anais do Senado do Império. (Biblioteca Pública da Bahia).
Ano Biográfico Brasileiro, de Joaquim Manuel de Macêdo. (Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).
Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, de Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos.
Bahia Cívica e Religiosa, de Sílio Bocanera Júnior.
Bahia Histórica, de Sílio Bocanera Júnior.
Biografias de Brasileiros Ilustres, do Padre Rafael M. Gallanti (Biblioteca Pública da Bahia).
Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I, do Coronel Laurênio Lago.
Contribuição à História da Imprensa Brasileira, de 1812 a 1869, de Hélio Viana.
Dicionário Bibliográfico Português, de Inocêncio Francisco da Silva (Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).
Dicionário Biográfico Brasileiro, de Sacramento Black. (Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).
Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil, de Francisco de Moraes.
História Administrativa do Brasil, de Max Fleiuss.
História do Brasil, de Antônio Alexandre Borges dos Reis.
História do Brasil, de João Armitage.
História do Brasil, de Pedro Calmon.
História do Brasil, de Rocha Pombo.

História do Império, de Tobias Monteiro.

Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, de Eduardo Castro e Almeida.

Livro do Centenário da Câmara dos Deputados, de 1825 a 1826.

Memórias Históricas e Políticas da Bahia, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva.

O Doutor Barata — Político, democrata e jornalista, de Luís da Câmara Cascudo.

O Marquês de Abrantes, de Pedro Calmon.

O Marquês de Barbacena, de Pandiá Calógeras.

O Senado do Império, de Afonso E. Taunay.

Organizações e Programas Ministeriais, do Barão de Javary.

Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os deputados brasileiros nas Côrtes Gerais de 1821, de M. E. Gomes de Carvalho.

(Todos os livros cuja procedência não é mencionada são de propriedade do autor).

JOAQUIM CAETANO DA SILVA (*)

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA NETO

A Faculdade de Direito de Niterói sente-se honrada e desvanecida com o abrigar os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva, nesta primeira etapa de sua transladação, e feliz em poder prestar, em tal conjuntura, as suas homenagens a uma das expressões mais altas da cultura brasileira.

No agiológio, rico aliás, dos nossos numes tutelares, Joaquim Caetano da Silva tem o nome inscrito na Legenda Dourada dos sábios e humanistas. Realizou, magistralmente, um tipo de cultura, de que tantos representantes tivemos, mas que, entre nós, parece que se vai perdendo aos poucos, se já não se perdeu de todo.

A universalidade da cultura humanística e científica de base, pela qual se assegura ao espírito um plano superior de visão, que subseqüentes especializações não esterilizam, nem conseguem deformar; a profundidade de conhecimentos que só a pesquisa individual paciente, metódica e perseverante alcança; o desprendimento no adquirir o saber pelo saber, a ciência pela ciência; a incorruptível honestidade intelectual; a dedicação das horas tôdas de todos os dias de uma existência inteira ao trabalho austero e probo; a modéstia no viver, a lhaneza no tratar; a simplicidade na oferta de um trabalho ingente ao bem comum e à dignidade da Pátria, eis o acêrvo precioso de exemplos, o legado cultural e moral que se há de inventariar no espólio de Joaquim Caetano da Silva.

* * *

Muito se teria para dizer de sua vida, da severa formação de sua personalidade, completada em Montpellier, um dos mais riosos centros de cultura universitária do mundo, de seu labor incessante de pesquisador infatigável, que fez dizer a Araújo

(*) Discurso pronunciado pelo Professor Ministro Paulino José Soares de Sousa Neto, no Ginásio da Faculdade de Direito de Niterói, em sessão solene realizada a 3 de outubro de 1953 e presidida pelo Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Pôrto Alegre, seu amigo, ser êle «um homem que estudava 25 horas por dia»; mais ainda, de sua enciclopédica erudição de médico, lingüista, orientalista, historiador e geógrafo, de sua atuação como professor e diplomata; da honrada pobreza de sua vida e das dificuldades materiais de tôda ordem com que lutou quando, justamente colhia, na Europa, o material necessário à mais notável obra com que enriqueceu o patrimônio cultural do Brasil. Quanta coisa bela e grande que não cabe, é claro, neste modesto elogio que se quer, apenas, sincero, singelo e breve.

Homenageando a memória de Joaquim Caetano da Silva, a Faculdade de Direito de Niterói, por isto mesmo que é uma faculdade de direito, dentre os temas que sua vida exemplar oferece à nossa admiração e ao nosso respeito há de destacar aquêlo pelo qual êle se constitui um dos maiores advogados que o Brasil já teve. Seu nome está indissociavelmente ligado, em nossa história diplomática, à fixação definitiva das fronteiras do Brasil e a êsse título, Joaquim Caetano — como de Rio Branco dizia Rui Barbosa — merece destacado lugar entre os deuses Terminus da nacionalidade.

Na história da fixação de nossas fronteiras, avultam duas questões, que, por sua transcendência, por seus antecedentes, pela complexidade de seus aspectos, pela alta qualidade moral e intelectual dos homens que as trataram, pela forma por que foram resolvidas, representam páginas magníficas de nossos fastos, por serem altamente significativas da vocação jurídica e pacífica da política internacional brasileira: a *questão das Missões* e a *questão do Oyapock*.

Ambas, em pleitos memoráveis, foram resolvidas pela arbitragem em favor do Brasil; em ambas teve o Brasil como advogado vitorioso êsse vulto para o qual os encômios, a admiração, o respeito e a gratidão dos brasileiros nunca serão em demasia, o Barão do Rio Branco. Manda a justiça, entretanto, que a êste nome glorioso, nas glórias da solução da questão do Oyapock se associem outros dois claros vultos de nossa história: Visconde do Uruguai, o arguto negociador de 1855 junto ao Govêrno de Napoleão III, e Joaquim Caetano da Silva, o sábio historiador, pesquisador iluminado e seguro, geógrafo de nossas fronteiras ao norte, a cujos trabalhos muitos dos louros de sua vitória ficou a dever Rio Branco, e o Brasil, 260 mil quilômetros quadrados de seu território.

A pendência lindeira conhecida como *Questão do Oyapock* vinha de longe. Pode-se dizer, mesmo, que começara em 1605 quando Henrique IV, Rei de França, concedeu a La Ravardiêre carta patente nomeando-o seu lugar tenente nas regiões da Amê-

rica, desde o Rio das Amazonas até a ilha de Trindade, mas só se delineiam mais nitidamente quando os franceses, em lutas sucessivas com portugueses, holandeses e ingleses, começaram a ocupação do território guianense. Mas deixemos de lado sua longa história para fixar os termos definitivos em que estava posta a questão, ao tempo em que Caetano da Silva a abordou, para esclarecê-la magistralmente, assentando bases ao trabalho de Rio Branco e ao laudo arbitral de 1 de dezembro de 1900, que deu satisfação integral às pretensões brasileiras, na pendência que havia mais de dois séculos exigia uma solução.

O Tratado da Utrecht, de 11 de abril de 1713, pondo fim a velha contenda colonial franco-portuguesa sobre a propriedade das chamadas terras do *Cabo Norte*, assinalava o rio *Japoc* ou de *Vicente Pinzon* como limite entre os domínios das coroas de França e Portugal. Parecia estar definitivamente resolvida a questão lindeira, uma vez que a linha divisória solenemente aceita pelas duas potências, era constituída por divisa natural, um acidente geográfico perfeitamente conhecido; mas, pouco depois de Utrecht, a partir de 1725, autoridades guianenses e publicistas franceses, cobiçando as ricas *terras do Cabo Norte* — o atual Território do Amapá — começaram a suscitar dúvidas, não mais sobre qual seria o limite das duas soberanias, pois já estava assentado que era o *Rio Japoc*, mas sobre a própria identidade dêsse mesmo *rio Japoc*, também chamado de *Vicente Pinzon*. Qual seria o rio a que Pinzon dera seu nome? Qual o rio a que os geógrafos anteriores ao Congresso de Utrecht davam o nome de *Japoc* ou *Vicente Pinzon*? Entre os muitos cursos d'água da região, que despejam no Atlântico, qual seria o rio que realmente fôra escolhido, com o nome de *Japoc*, para servir de limite? Seria o Maïacaré, o Cassiporé, o Cunani, o Calçoene, o Amapá, o Carapaporis, o Araguari? Seriam, como afirmava La Condamine, *Japoc* e *Vicente Pinzon* dois rios diferentes?

O fato é que, por força da tendenciosa interpretação francesa do Tratado de Utrecht, o rio limítrofe ia despencando pelas latitudes abaixo e, como diz Araújo Jorge, «a linha divisória se deslocava lentamente para o sul, em demanda do rio Amazonas».

Daí em diante o debate diplomático de que participam os mais ilustres negociadores dos dois países (França e Portugal) e depois França e Brasil, até a solução final do litígio quase duzentos anos depois, vai girar em torno da identificação do único e verdadeiro Oiapoque reclamado pelo Brasil a que o Tratado de Utrecht se refere, que a Convenção de Viena em 1815 localiza entre o quarto e o quinto grau de latitude norte e dos vários e sucessivos Oiapques inventados pela França. E o *rio fantasma* passeia pela costa, e o

rio Frogoli e veste-se com as roupagens de todos os rios da região, e o rio *protaico* aparece sob tôdas as formas, *Rio boto*, *rio boinna*, *rio mãe d'água*, entidades esquivas de lenda, desafiam os *mortais*; *rio irapuru*, mavioso, sedutor e mágico, fascina, atrai com seu canto a cobiça dos homens para os aluviões de ouro das gordas terras do Cabo Norte. E a imprecisão de fronteiras, a atração do Eldorado pressentido naquela região mal povoada, sem policiamento e sem administração, iria dar lugar, como deu, durante muitos anos, a tôda sorte de lutas por vêzes sangrentas, a tôda sorte de conflitos de jurisdição que ameaçavam as tradicionais relações de cordialidade entre o Brasil e a França.

Para dirimir a questão era mister ou ceder a pretensões fantasistas e aceitar arbitrariamente um Oiapoque qualquer entre os muitos que a França apontava, ou fazer prevalecer com prova esmagadora a tese da qual Portugal e depois o Brasil nunca se afastaram : *Japoc* ou *Vicente Pinzon* do Tratado de Utrecht era o mesmo e único rio, o Oiapoque, universalmente conhecido com êsses nomes desde o século XVI, e sôbre a região contestada, da margem esquerda do Amazonas à margem direita dêsse rio, sempre, Portugal e depois o Brasil, exerceram posse efetiva.

Essa, a tese, magistral e irretorquivelmente, demonstrada por Joaquim Caetano da Silva, desde 1861, quando pela primeira vez foi publicada sua obra *L'Oyapoc et l'Amazone, Question bresilienne et française*. A defesa do Brasil do ponto de vista geográfico e histórico, estava feita nas 26 leituras em que se dividem os dois volumes e os 2.634 parágrafos da obra monumental. Reimpressa novamente em 1893 por ordem de Justo Chermont, então nosso ministro das relações exteriores, foi pela terceira vez, em 1899, impressa, para constituir o V e o VI volumes dos documentos que instruíam o primeiro memorial apresentado pelo Barão do Rio Branco ao árbitro em defesa dos direitos do Brasil.

Não comporta esta modesta oração a crítica dessa obra pela qual o Brasil tanto ficou a dever a Joaquim Caetano da Silva. Nem qualidades tenho eu para julgá-la e dar-vos uma impressão, por apagada que fôsse, de seu admirável valor. Fio-me nos que sabem e, sôbre fronteiras do Brasil, ninguém sabia mais que Rio Branco. Para êle a obra é «magistral», é «um monumento de erudição», que consagra seu autor como um dos «maiores sábios brasileiros». O que ela representa de conhecimentos, de pesquisas, decifração de documentos e cartas é realmente e simplesmente pasmoso, mas o que sobreleva ao trabalho do erudito e do pesquisador, é a intuição penetrante que o faz exumar o fato histórico ou geográfico, na singeleza de sua verdade evidente, do amontoado a primeira vista inextricável de dados, aparentemente contraditórios.

Era, realmente, como diz Feijó Bittencourt, o homem talhado para advogar questões de limites. Não o fez em vida, mas «seu gênio tão adequado a êsses assuntos» legou à posteridade a obra memorável que, completada por outra ação genial, a de Rio Branco, se impôs afinal, pesando decisivamente na balança arbitral em favor dos direitos do Brasil.

Ao «homem inteligente», diz Whittemore Boggs, e só a êle, cabe ventilar controvérsias de fronteiras, pois o fato é o que Lord Curzon aponta : seria vão dar-se por estabelecida uma ciência exata das fronteiras, porque não há lei que se possa igualmente aplicar a tôdas as nações, a todos os povos, governos ou territórios e em todos os climas; trata-se mais de uma arte do que de uma ciência, tão plásticas e maleáveis são as suas formas e manifestações.

Tal arte se afina, então, e atinge a suprema beleza quando se impõe a si própria — para sua dignidade, para satisfação de seus próprios ideais — não transpor os limites de um ambiente de paz, de elegância, de inteligência e de cordialidade.

Dentro dêsses limites superiores, servindo nossos interêsses territoriais, defendendo a integridade da pátria dentro das balisas históricas de nossas lindes, a legião de brasileiros ilustres que fixaram, afinal, a linha imensa de nossas fronteiras, serviram, ao mesmo tempo, nossos mais alevantados ideais de paz e de justiça; sob êsse aspecto foram artistas, da mais difícil de quantas artes políticas já praticaram os homens, a de conseguir pelo espírito e pela inteligência resultados materiais, mais claros e seguros do que os que a violência e a força são capazes de alcançar.

Entre êsses a figura de Caetano da Silva se perfila e se impõe à nossa veneração e ao nosso amor.

* * *

Não foi êle um poderoso do mundo, nem soldado, nem desbravador de mares ou de selvas; nem capitão de indústria ou senhor de engenhos e de escravos; não cortejou a popularidade, — ao contrário —, nem exerceu o poder e, no entanto, se aqui e agora, oitenta anos depois de sua morte, de corpo presente, diante da urna que guarda seus despojos, lhe reverenciamos a memória, é que na mais pura acepção «carlyliana» do termo, êle foi um herói representativo da nacionalidade, porque, no fundo, a história dos povos é a própria história dos grandes homens que, num momento dado, neste ou naquele setor das atividades humanas, puseram a vida, o coração e a inteligência a seu serviço. Deram de si à Pátria e nisto reside tôda diferença que separa os heróis dos falsos heróis, que da Pátria retiram em vez de dar, que a

título de exaltá-la, se exaltam a si mesmos e fazem-na de trampolim vistoso a vaidades, cobiças e ambições.

Não há como, de quando em vez, não voltar às fontes espirituais de nossa vida, voltando-nos para os nossos heróis, para o passado, de onde êles ainda nos falam e nos conduzem. É a lembrança das estradas floridas que percorreu por manhãs radiantes, dos felizes pousos que ficaram atrás no seu caminho, que, no meio das noites tempestuosas, anima o viajor, abrindo-lhe esperanças de luz e de bonança para sua jornada de amanhã. Recobra, então, as fôrças combalidas, ajeita melhor ao ombro seu alforge, empunha com mais fé o bastão de pegureiro e afronta a noite má que o envolve em busca de outras alvoradas, claras e risonhas.

O culto dos heróis, que preconizava Carlyle, tem essa virtude cordial e revigorante : põe-nos em contato com as fontes espirituais da vida, pelas quais a alma se afina e os ânimos se renovam. Cultuemos os nossos, — guerreiros ou santos, poetas ou sábios, artistas ou artífices, poderosos e humildes, indistintamente — porque de tôdas as suas vidas irradia um exemplo, de tôdas jorra através do tempo uma fonte salutar de espiritualidade.

POESIAS DE ALEM MAR

UMA DESCONHECIDA GLÓRIA DO BRASIL

DOM CARLOS TASSO DE SAXE COBURGO E BRAGANÇA

Rovereto, a pequena cidade italiana, nos Alpes Tridentinos, às margens do rio Adige, ganhou celebridade, muito recentemente, nos últimos anos da primeira guerra mundial.

Em seus arredores, travaram-se sangrentos combates, entre os exércitos da Itália e da Áustria. Muito antiga, não havia, antes, desempenhado nenhum papel importante, que lhe abrisse um lugar na história. O seu Castelo, das eras medievais, está hoje convertido num magnífico museu, encerrando troféus e reliquias da guerra de 1914-18.

Num dos bastiões da milenária construção está instalado um dos maiores sinos do mundo. O terceiro, após o de Colônia e de Paris.

Este sino colossal, com três metros de diâmetro e 170 quintais de peso, fabricado com o bronze dos canhões de todas as nações envolvidas no primeiro conflito mundial e com a prata ofertada pelas rainhas da Europa, recebeu, nas águas do batismo, recolhidas dos rios mais famosos naquela guerra, o doce nome de «Maria Dolens».

E todos os dias, à hora do Angelus, sobem aos céus de Rovereto, perdendo-se nos Alpes, os dobres de «Maria Dolens», cem vezes repetidos, por todos, nacionais ou estrangeiros, que perderam a vida na guerra.

Em visita recente à cidade, ao galgar a subida que dá acesso ao seu esplêndido museu, entre as fortificações da velha construção, tive a atenção despertada por altas grades de ferro, em cujo pátio se erguia um túmulo singelo, rodeado de ciprestes.

Aproximei-me, certo de deparar com o mausoléu de algum herói da guerra. Sobre a lápide, entretanto, pude ler os seguintes versos :

*Udiva per l'onda gentile
Un flebile suon di campana;
Lasciava il suo verde Brasile
Seguiva la musica arcana;*

.....

Li, reli e convenci-me que era mesmo «Brasile» o que ali estava escrito, a perpetuar a memória do sepultado.

Enorme era o meu espanto e maior ainda a minha curiosidade. Dirigi-me ao museu e procurei sem demora o seu diretor, ansioso por decifrar a estranha descoberta. A resposta não se fez esperar. Era de um brasileiro, o túmulo que acabara de ver.

Antes de mais nada, o digno administrador mandou que se me abrissem as grades, que dão acesso ao pátio onde se ergue. Pude, então, ler com facilidade: «Arsênio Lacorte, nato a Jaguary — Minas — Brasile il 4 ottobre 1897».

Contou-me, depois, o Diretor do Museu a história dêste montanhês do remoto Jaguari, de Minas Gerais, cujos despojos repousam nos alpes italianos, sob a música do sino de Rovereto.

Era filho de pais italianos, Beniamino Lacorte e Teodora Cereda, naturais da província de Salerno. Nascido no Brasil, educou-se e viveu grande parte de sua existência no seu país natal. Distinguiu-se nas letras, como poeta, publicando, em edição de Triste 1927, a sua maior obra: «Poesias de Além Mar» (Poesie d'Oltreoceano), que alcançou, na Itália, verdadeira consagração. Embora escrita em italiano, deve ter sido produzida no Brasil. Os maiores críticos literários da Itália renderam-lhe as mais elogiosas referências.

Aspectos de sua infância, de seu caráter, de seu destino são conhecidos e lembrados. Foi criança excepcional, entre os companheiros de escola.

A inteligência, o ar meditativo, a sensibilidade o singularizaram. Era aplicado aos estudos e tinha comportamento exemplar. Aos oito anos alcançou um prêmio por um pequeno conto que compusera. Amava a música, a pintura, o teatro, mas sobretudo escrevia versos. Divertia-se, em casa, declamando poesias e interpretando pequenas comédias, por êle mesmo escritas, nas quais participavam suas irmãs e os meninos da sua roda.

O seu caráter era sério, reservado, mas deliciava-se, nas festas de aniversários da família, em fazer versos alusivos, que muitas vezes improvisava.

E continuava o diretor, compulsando um «dossier», a revelar-me a vida episódica do brasileiro, que dormia o sono eterno, nas proximidades do seu museu. Para se tornar um grande poeta faltava o socorro da experiência e do tempo. Parece que seus progressos foram rápidos.

A primeira grande guerra fê-lo vibrar à distância.

Quando em 1924, se fundiu o grande sino de Rovereto, o seu entusiasmo se expande, num sem número de estrofes, lá dos confins de Jaguari, em Minas Gerais.



Fascina-o o Sino dos Mortos, a badalar nos Alpes.

Um amigo, Antônio Zampedri, resolve enviar ao eminente Professor Fernando Pasini, de Trieste, as suas poesias. Não tardou em chegar uma resposta encorajadora, estimulando-o a prosseguir mas recomendando-lhe aprofundar o estudo da língua italiana. Antônio Zampedri não cessa de animá-lo a aperfeiçoar-se e a produzir. Passam-se os anos e Arsênio Lacorte, enquanto escreve os seus melhores versos, vê comprometer-se, de modo irremediável, a sua saúde. Assaltara-o a tuberculose. Os médicos o desenganam e vêem próximo o seu fim. Mas Arsênio não havia ainda realizado o seu grande sonho, ver o Sino dos Mortos de Rovereto e ouvir a sua estranha música. Resolve, pois, partir para a Itália, com as suas poesias e o seu violão. O violão que tanto amava. O Padre Antônio Rossaro, de Rovereto, idealizador do grande sino, poeta também, conhecia há muito Arsênio Lacorte. Suas poesias haviam sido muito divulgadas, na Itália. Deveria causar-lhe extremos de simpatia o entusiasmo dêsse longínquo poeta do Brasil, pelo sino de que fôra o inspirador.

Conta o próprio Padre Rossaro a chegada de Arsênio Lacorte.

Bateu-lhe à porta, um dia, exausto, pálido, definhado. Acoheu-o fraternalmente, fazendo-o depois internar num dos melhores sanatórios da Europa, o da cidade de Merano, nas proximidades de Rovereto. Dias depois, reaparecia-lhe Arsênio, declarando que desejava viver os poucos dias que lhe restavam, em Rovereto. Não houve como dissuadi-lo e foi preciso acomodá-lo numa casa de saúde da cidade, onde, através da janela do seu quarto, pudesse divisar o castelo e o seu sino monumental. A morte pouco tardou.

A 13 de agosto de 1927, rodeado de amigos, entre os quais a enfermeira Enrica Barozzi e a Condessa Maria Cattaneo, com o crucifixo nas mãos, falecia Arsênio Lacorte. Seus funerais foram imponentes. Dizem mesmo que uma apoteose. A cidade inteira rendeu-lhe homenagem. Tôdas as autoridades estiveram presentes e houve, no cemitério de São Marcos, onde se realizava inumação, discursos enaltecedores de sua memória. Os do Professor Antônio Farinelli, em nome do mundo das letras, e do Padre Rossaro, pelo de Rovereto.

Alguns anos mais tarde, em cumprimento ao seu sonho, foi trasladado para o túmulo, sob o Sino dos Mortos. Quando deixei o Castelo, já ao anoitecer, «Maria Dolens» começava a espalhar pelos ares, cobrindo o túmulo do seu poeta, a música piedosa dos seus dobres. Ela falou-me mais de perto ao coração e evocando-a, neste instante, guardo a esperança que o seu eco ressoe no Brasil.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL EM TORNO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA

SÍLVIO ZAVALA

Os projetos internacionais de história constituem uma atividade característica da nossa época.

Sempre existiu tendência de comunicação entre os historiadores, desde a antigüidade clássica até o Renascimento. Não faltaram histórias universais no século XVIII nem no XIX, escritas ou por autores individuais ou por grupos pertencentes às nações da Europa que rivalizavam na política e no comércio. Mas nestes dias observam-se modalidades novas na colaboração entre historiadores, que merecem ser objeto de atenção.

Essa colaboração recebeu impulso como consequência das tristes lições das duas grandes guerras mundiais, como pode advertir-se através dos esforços do Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações e a partir da reunião dos ministros da Educação aliados, em 1943 em Londres, com a subsequente criação, em março desse ano, de um Comité de História e os ulteriores projetos da UNESCO sobre o ensino da história.

O mundo percebe que as distâncias diminuíram física e moralmente, que os acontecimentos que ocorrem numa parte da terra repercutem pronto nas outras. Isto nos faz desejar que a colaboração entre os homens de estudo seja mais estreita ainda. Nos congressos internacionais, junto a trabalhos de diferente natureza, idéias sem unidade, discutem-se trabalhos preparados previamente de acordo com um plano sistemático; organizam-se reuniões por regiões ou para tratar temas concretos; por último, criam-se comissões com o objeto de estudar certos problemas de interesse comum, mediante a contribuição de homens de vários países ou áreas culturais do mundo.

Esta concentração do interesse de muitos pelas mesmas coisas enriquece os estudos pelas contribuições, sentidos da vida, pontos de vista com os quais os historiadores das diversas regiões da terra podem ilustrar os temas que são objeto de exame comum.

Um dos projetos desta índole é o programa de História de América que patrocina a Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Vejamos em primeiro lugar seus antecedentes.

No ano de 1950 o professor venezuelano, Mariano Picón Salas, dirigiu um Seminário no Colégio do México. Só estudou uma região do continente que êle chamou de América Latina.

Comentários posteriores feitos por colaboradores brasileiros mostraram-nos que sob o ponto de vista do Brasil o resultado não pareceu adequado. Como conseqüência dêste fato, o programa foi fundamentalmente de história de Hispano-América. Quanto ao tempo concretou-se aos séculos XIX e XX. A finalidade do Seminário era chegar a uma visão de conjunto da história fragmentada das nações do mundo Hispano-americano nesses séculos. Tratava-se de averiguar se havia períodos que tivessem características comparáveis entre os vários países e dar a explicação de cada etapa. O projeto incluía até certo ponto aspectos narrativos ou a descrição das histórias dos vários povos independentes da América; mas aspirava a interpretação, a englobar a história das várias nações em um quadro de conjunto que tivesse sentido e que pudesse prestar-se a uma apresentação didática. A dupla tendência, narrativa e interpretativa, ofereceu uma dificuldade que persistiu através dêstes estudos. Até que ponto deve a narração ser incluída? Bastarão ligeiros exemplos tomados dos vários países, sem necessidade de descrever com grandes detalhes o aspecto histórico de cada um dêles? O professor Picón Salas não pensava introduzir uma narração minuciosa dos fatos da história da América, mas sim de aquêles aspectos que fôsem significativos para o desenvolvimento do programa em conjunto. Isto é, como depois tornou a explicar, os países entrariam no programa quando tivessem um papel para representar, como no teatro.

Procurando resumir, apresentarei sômente um ligeiro esboço dos resultados do programa radatado no Seminário de Picón Salas.

Começava com uma explicação sôbre o panorama de América no princípio do século XIX, as sociedades americanas e a independência, a crise das monarquias espanhola e portuguesa, as revoluções, a declaração de independência e as campanhas militares. Em seguida, os ajustamentos e conflitos territoriais, os problemas da organização republicana, as relações com a igreja, a luta pela educação, a organização fiscal e os primeiros empréstimos. Em continuação, a nova estrutura social depois da independência, a união e a separação da América Latina, o caudilhismo e as oligarquias civis no comêço da República, as relações internacionais,

os conflitos interamericanos, o pensamento democrático e a luta contra as oligarquias, o liberalismo político e as idéias de reforma. Este último tema nos pode servir de exemplo para entender o que o programa abarcava : o progresso material e cultural no período 1850-1870, as leis de Reforma no México com as suas conseqüências econômicas e políticas, a nova riqueza urbana, o nascimento da Argentina moderna com a caída de Rosas, o desenvolvimento do Chile e do Peru até a guerra do Pacífico, o império brasileiro, o Paraguai sob o poder de Carlos Antônio Lopez. Podemos ver que se trata de uma síntese baseada em certos aspectos salientes da história geral da América nesse momento. Vêm em seguida as revoluções latino-americanas de 40 até 70, tentativas de intervenção e o progresso material 1870-1890, características da vida cultural desde a época romântica até a positivista, novos conflitos interamericanos, a agitação antilhana e a guerra de independência de Cuba. Depois a América Latina no fim do século XIX, a expansão econômica norte-americana no fim desse século e começo do XX, as diferentes aplicações da doutrina de Monroe, a economia latino-americana e os mercados internacionais no período de 1900-1920, proteccionismo e nacionalismo industrial depois da primeira guerra, a luta pela democratização do estado e a reforma eleitoral em alguns países, a situação político-social até a primeira guerra mundial, posições internacionais latino-americanas. Este é outro tema típico no qual convém mostrar o conteúdo : ideal defensivo latino americano, pan-americanismo e latino-americanismo, tentativas de alianças de países, o A.B.C., vinculações econômicas e espirituais com a Europa. Finalmente características da vida política até a segunda guerra mundial e perspectivas da América Latina no começo dessa segunda guerra mundial.

O programa foi levado à Assembléia de Santiago de Chile, do Instituto Pan-Americano, no mesmo ano de 1950. Como resultado das discussões encarregou-se à Comissão de História que continuasse esse projeto que parecia interessante e que, não obstante, foi submetido a uma crítica rigorosa nessa reunião.

Os novos fins do projeto, após a revisão feita em Santiago do Chile, ficaram formulados nos seguintes termos : a) definir o rumo de uma história geral da América; b) esse mesmo plano poderia servir também para redatar programas de ensino que tivessem como objeto a história da América; c) ou como ponto de apoio para dar os cursos, especialmente de tipo superior; d) e trataria de suscitar meditações e perspectivas para o futuro em relação com os problemas que se encontraram durante o processo da preparação dos estudos. Também se esperava que estes alentassem a cooperação entre os historiadores dos diversos países

e áreas culturais da América como um efeito do trabalho comum, que, inclusive, haveria de produzir influências mútuas inesperadas, levando os autores de uma região a fixar-se em temas de interesse especial em outras e a produzir os primeiros encontros das fronteiras bibliográficas das respectivas áreas. Finalmente esperava-se conseguir certa divulgação de idéias e preocupações inter-americanas como possível resultado desse projeto.

Concebido nesta forma atraiu a atenção da Fundação Rockefeller, a qual lhe outorgou uma subvenção que permitiu o desenvolvimento dos trabalhos. Estes se organizaram em três grupos, de acôrdo com as etapas sucessivas da história da América. A primeira refere-se a América indígena antes da chegada dos europeus; por esta razão foi necessário integrar uma equipe de antropólogos dos países da América para examinar esta época e poder incorporá-la ao programa geral. Formou-se um segundo grupo que tem como objeto o estudo das colonizações ou talvez, melhor ainda, da América colonial em poder dos diversos povos europeus. Finalmente, um terceiro grupo ficou encarregado do estudo do problema que já havia preocupado em parte ao professor Picón Salas, isto é, a visão de conjunto de história da América, quando já há convivência entre os países de diversa origem e tradição, com caráter de independentes, no solo americano. Este projeto abarca um transcurso de tempo muito amplo e uma vasta extensão geográfica. Os colaboradores foram recrutados desde o Canadá até o extremo sul da América. Em cada um dos grupos há representantes de várias áreas lingüísticas. Isto era indispensável em certo modo, dada a limitação dos conhecimentos dos historiadores de uma zona da América em relação com as outras. A colaboração múltipla traz consigo a pluralidade dos pontos de vista e contribui a evitar que o programa peque pelo defeito de chegar a um resultado comum precipitado ou fictício, mesmo que se ache inspirado nos bons propósitos da irmandade continental. Além disso, adotou-se outra precaução que deu bons frutos: o que poderíamos chamar de ficção didática, pois encarregou-se a cada colaborador de projeto que proceda como se ele tivesse que ensinar o curso superior em cuja preparação trabalhou. Isto é útil quando a finalidade principal do projeto consiste em redatar um programa ou temário fundado na razão, pois não se trata ainda de escrever a história geral da América.

Ao examinar os problemas prévios da metodologia, surgiu no projeto do Instituto Pan-Americano a preocupação interdisciplinária.

Pode-se falar de uma história da América sem esclarecer a unidade de valores dos povos de Novo Mundo? Não se deve

começar por uma investigação filosófica acêrca daqueles nos quais pode descansar a unidade da história americana?

A filosofia e a história não se têm visto separadas uma da outra em certas escolas e períodos. No mundo contemporâneo o filósofo sente-se chamado para esclarecer o sentido da história. Por sua vez o historiador impregna a filosofia do seu método histórico e a atrai em direção da história em vez de atrai-la à continuação dos sistemas abstratos do pensamento que prevaleceram antes (1). Esta situação beneficia ambas disciplinas, porque o filósofo adquire uma metodologia histórica e o historiador adquire uma visão filosófica; mas não deixou de criar certos problemas e bem agudos que surgiram neste projeto, porque chegamos a pensar que o historiador não trabalhe senão até que o filósofo lhe apresente a pauta orientadora, ou quando a mesma pessoa reúna em si, ôtimamente, ambas condições.

É impossível, realmente, evitar as meditações em tórno das estruturas em que pode descansar uma história da América; mas é possível afirmar que não se aspira a realizar um ensaio valorizador como fim dêsses trabalhos mas sim o programa já mencionado que permita explicar a história da América. O projeto incluirá muitas suposições filosóficas, analisadas ou não, conscientes ou inconscientes, mas não pretende captar filosoficamente os valores da história americana para preparar o trabalho da escola histórica, mas sim impulsar esta última a fim de examinar o conteúdo e a significação da história da América em conjunto.

Os filósofos por sua parte realizam estudos e celebram reuniões em tórno de uma filosofia americana, ou da história das idéias na América ou do sentido filosófico da vida no Novo Mundo, ou das relações de dependência ou autonomia com respeito ao pensamento do Ocidente.

Talvez seja conveniente confrontar mais tarde os resultados de uns e de outros. Mas todos podem muito bem trabalhar à sua maneira, sem que um esforço paralise ou absorva o do vizinho, confiando em que podem ilustrar-se mutuamente.

Outros perguntam se não seria conveniente partir de uma comparação sociológica das forças de vida dêsses povos. Projeto

(1) Um dos exemplos interessantes desta união é descrito por E. Forti da seguinte maneira: «L'humanisme historique de Benedetto Croce», en Critique X, 71 (Paris, abril, 1953), pp. 331-337: «La philosophie est histoire», aime a répéter Croce. Cette formule elliptique signifie simplement ceci: la philosophie se réduit à la connaissance de l'esprit et l'esprit ne peut être connu que dans l'histoire, non pas l'histoire «de la pensée» ou des sciences, mais l'histoire vivante, l'histoire tout court; et réciproquement l'histoire ne peut être comprise et pensée que si nous y saisissons — en oeuvre — l'activité de l'esprit (p. 332).

prometedor mas diferente da contemplação histórica dos povos americanos pelos historiadores, mesmo que êstes sejam sensíveis aos projetos sociais e os incluam no programa.

Também não faltou quem nos aconselhasse collocarmo-nos numa posição defensiva perante uma invasão do sociologismo à custa da individualidade histórica.

Não deixaria de ser atraente a integração de uma equipe de estudiosos de diversas disciplinas que surpreendesse o exame da vida da América. Mas isso não significa, de acôrdo com a minha opinião, que a empresa dos antropólogos e historiadores careça de sentido próprio. Além disso, seus resultados serão consultados nas etapas finais do projeto com cultivadores dos ramos geográficos, humanistas e sociais afins.

A realidade é que o historiador da nossa época encara um problema metodológico derivado da ampliação do campo da história. Em certo modo esta acha-se diluída na filosofia, na sociologia, na biologia, na psicologia, na economia, na arte, etc. É um resultado paradoxal, até certo ponto, desde que o historiador fica sem campo próprio por abarcar todos, os quais pertencem agora a outras formas de conhecimento. O historiador partiu com boa fé à procura de uma ampliação de história política e militar com o objeto de chegar a uma história da civilização, e torna ao ponto de partida despojado de tudo. Concede-se, não obstante, a afirmação do seu lugar no conhecimento humano, do seu método crítico e sintético, da sua visão realista e espiritual do mundo. Em suma, conserva-lhe certa aceitação geral da observação e compreensão de tudo o que é humano, da passagem do homem em sociedade através do tempo, mesmo que converse com os outros cultivadores do saber e o seu pensamento torne-se fecundo no contacto com as outras disciplinas.

Bem poderia acontecer que no projeto histórico pan-americano, a unidade não se encontre na história estudada — do Brasil, dos Estados Unidos, do México — mas que derive de um mesmo modo de fazer história nos países americanos neste momento do século XX. É possível que, como consequência da formação intelectual coetânea, os historiadores das várias áreas tenham uma idéia parecida da história, que poderiam compartilhar com os estudiosos dos outros continentes, ou um fundo de historicidade semelhante, não desprovido de certas preocupações sociais e culturais, como observou-se nos trabalhos recebidos até agora.

Estas semelhanças dariam certa unificação metodológica, mesmo que a matéria tratada fôsse num caso a Nova Inglaterra e noutro a Nova Espanha.

Isto, porém, não nos autorizaria a afirmar que existe uma história comum. Mas o parentesco do pensamento histórico con-

temporâneo na América teria a sua própria significação e ajudaria a integrar a obra coletiva.

A variante da disciplina representada pelos antropólogos que trabalham no primeiro grupo não produziu confusão até agora. Quando realizou-se a primeira reunião destes com os historiadores, viu-se que os dois grupos exercem mútua influência e podem colaborar com fruto.

Finalmente, o que corresponde esperar do grupo profissional chamado para realizar esta obra comum não é mais nem menos que a apresentação de conjunto, a mais clara e congruente que seja possível, do programa da história da América, nos seus amplos sucessos, nas suas adaptações geográficas, nas suas uniões e nas suas diversidades. Guardaria certa semelhança com o que se oferece sob os freqüentes títulos que anunciam a história de Europa, nas neste caso tendo como objeto o Continente Americano.

Qual é o resultado do primeiro ano de investigações prévias?

Naturalmente há resultados regionais que preparam a comparação geral pelo fato de expressar na forma e com preocupação semelhantes cada pedacinho da história americana. São trabalhos com valor próprio sob o ponto de vista da área tratada, mesmo quando a última coordenação não tenha êxito; por exemplo, há uma apresentação de conjunto da história colonial do Brasil que não se acostuma fazer nessa terra dividida em imensas regiões, cuja história é vista geralmente como se se tratasse de zonas independentes. Estas contribuições iniciais, postas ao alcance dos estudiosos interessados na História Geral da América, facilitarão a cada um a documentação para intentar as suas próprias comparações e generalizações, sem ser obrigados a seguir as dos coordenadores do programa.

Penso que convém fazer uma breve enumeração das regiões e dos temas que abarcam estas contribuições parciais. Há, dentro do período indígena, um estudo sobre a origem do homem da América; outros sobre a zona circumpolar, o Canadá e os Estados Unidos, Mesoamérica, a zona circun-antilhena, a Colômbia, as Guianas, o Brasil, o Altiplano Andino e a região meridional da América do Sul. Esta divisão de regiões para o período pré-europeu não pode obedecer sempre a um critério cultural, tendo mesmo, em alguns casos, que submeter-se às possibilidades de contar com especialistas dispostos a colaborar; isso acontece no Brasil, Colômbia, e na região meridional da América do Sul, que incluem porções de áreas culturais diferentes. No período colonial estudou-se até este momento, fundamentalmente, o que é hispânico, subdividido na América Setentrional e Média; e na América do Sul o que é lusitano; e o que se refere à expansão inglesa com

ampliações ao que é francês e holandês. No período nacional contam-se com colaborações do Brasil, da América do Sul espanhola, do México, da América Central e das Antilhas e dos Estados Unidos do Canadá. |

Referindo-nos aos resultados de conjunto no fim dêste primeiro ano de trabalho, é ainda prematuro tudo que possa afirmar-se, desde que aguardamos o trabalho dos coordenadores de cada grupo e depois a união geral que intentar-se-á fazer entre êles; mas já começam a surgir alguns frutos. Por exemplo, no trabalho sôbre as origens do homem americano encontra-se um panorama da América composto por escassos elementos; pontas de flecha encontradas junto ao cadáver de algum animal, restos humanos de maior antiguidade; é uma primeira visão, simples até certo ponto, que tem por base os achados pré-históricos sôbre o solo da América, ainda que a própria antiguidade e limitação de dados povõe de incógnitas e vãos enormes a mente do investigador. Depois o quadro complica-se muito: começam a surgir as diversas áreas culturais indígenas, geografia mais limitada, problemas de sincronização, contatos comprovados, escuros ou vãos. O coordenador do programa neste período pensa que a dificuldade para chegar a um resultado de conjunto pode ser maior do que nos outros dois períodos, e, às vêzes, será impossível vencê-la. Os resultados em muitos casos serão simples interrogantes, estabelecendo problemas que ainda não se investigam.

Com a chegada dos europeus, muda notavelmente a técnica do estudo, a riqueza das fontes e o tipo dos materiais. Crescem as áreas linguísticas e culturais, pois êstes imigrantes utilizam meios de transporte mais aperfeiçoados e armas de maior alcance, mas não há somente áreas de colonização européia, como também sub-áreas de população índia e negra e alguns emigrantes orientais. As influências geográficas diversificam muito a vida do altiplano em relação à vida das costas. Há intercomunicação, às vêzes muito ativa, entre as ilhas das Antilhas, repartidas entre várias potências européias. Podem então apreciar-se certos temas comuns como o do contrabando, por exemplo: em tôdas as colônias da América existiu como reação em face do mercantilismo europeu que restringia o comércio. Existe a psicologia das povoações de imigrantes, como um resultado da passagem dos homens da Europa. Além de tudo, todos os povos da América foram colônias, como se constituíssem uma comunidade que exigisse de seus sócios haver passado pela experiência da dependência ultramarina para logo após libertar-se dela quase todos. Distinguem-se rotas de influências econômicas e culturais, de produtos, de idéias. Outro problema importante é o das mudanças de soberania; os povos de origem européia não repartem o continente de uma maneira

fixa e estável pois há zonas que passam de umas mãos a outras, deixando estratos sucessivos de cultura; são regiões críticas na vida da América as quais tanto podem chamar-se Canadá com a passagem do francês para o inglês, como Novo México com a passagem do espanhol para o inglês; existem ainda outros exemplos mais nas ilhas.

Na terceira etapa, que é a das nações independentes, um dos primeiros problemas é saber se as agrupações para o estudo vão seguir os limites das nações ou se é possível agrupá-las ou formar áreas. Destaca-se o intento de caracterizar períodos, de ver forças atuantes nêles e mudanças registadas na história dos povos com a aspiração de captar a idéia de uma civilização americana, de resolver a sua unidade ou variedade e a sua posição ante a Europa como subordinada ou independente, não mais sob o ponto de vista político mas sim cultural.

De maneira que, através dêstes problemas, tão superficialmente enunciados, vai surgindo uma visão de conjunto da história americana que parece oferecer numa interessante sucessão de etapas e sobre um âmbito geográfico, cheio de variedade, o conteúdo de uma paisagem humana cambiante que estamos procurando esboçar.

Em duas ocasiões examinaram-se êstes trabalhos.

Houve uma sessão na cidade de Washington, em dezembro de 1952, sob os auspícios da American Historical Association, organizada pelo Professor Arthur F. Whitaker, membro nacional dos Estados Unidos na Comissão de História. Quando se preparava a reunião tive a oportunidade de explicar ao organizador que:

«Os projetos da História da América no passado foram ideados ou por uma pessoa ou por um grupo pequeno de colaboradores. Daí surgirem deficiências devidas aos critérios pessoais ou à limitada distribuição geográfica, as quais procuram superar-se mediante êste outro amplo projeto baseado numa extensa cooperação internacional.

Desde o princípio estabeleceu-se como norma a liberdade de exploração e não um conjunto prévio de idéias que o programa procure demonstrar. Por isso recomendou-se aos diretores de cada seção que respeitem e suscitem as contribuições originais de cada participante, e que, nas várias etapas do projeto recebam com amplo espírito a crítica, por mais cheia de variações que ela se apresente. A coordenação foi processal mas não ideológica. Interessa tanto a unidade como a variedade de perspectivas que se obtenha.

O caráter múltiplo da colaboração e da diversificação geográfica foram considerados essenciais. Os resultados parciais vão se harmonizando por etapas em documentos mais gerais. Aspira-se chegar à uma conclusão que coordene as contribuições anteriores. Mas estas se conservarão também pelo seu interesse próprio, e, se for possível, dar-se-ão a conhecer ao lado de projeto de conjunto.

Em suma, ao ensaiar num vasto âmbito continental uma visão de conjunto do programa da História da América, pretende-se ter respeito pelas heterogeneidades culturais dessa história.

Um fim honesto cientificamente servido por especialistas de cada ramo e região, uma ampla colaboração e críticas continentais, não deixarão de render resultados interessantes. Mas não podemos saber, no momento de partir para esta exploração, quais serão os frutos concretos do programa sob o ponto de vista ideológico. Existe ainda a possibilidade de que não se chegue só a uma única visão como também a várias, suficientemente gerais para merecer a atenção de todos os que se interessam por esta investigação.

A ênfase inicial é posta na preparação do programa tratando-o com tempo suficiente e grande internacionalidade. Se algum dia se escrever a História da América de acordo com este programa, ou se chegar a ser empregado no ensino, como esperamos que aconteça, muitas idéias já terão sido ventiladas previamente, e talvez esta crítica anterior beneficiará o trabalho em vez de atrasá-lo».

O que acabamos de expor aqui provocou o comentário de um colega nos Estados Unidos, dizendo que o projeto é cômodo porque ninguém sentir-se-á obrigado a trabalhar dentro dele; mas que carece de método. Pois bem, se há liberdade em si mesma, a ingenuidade, a frescura e a variedade dos pontos de partida não são um método, então nem deveríamos suspeitar dos métodos nos trabalhos internacionais; porque eles poderiam trazer consigo uma posição implícita que se projetaria sobre os demais colaboradores e, em tal caso, o ensaio perderia seu valor mais precioso, que é o de convidar os historiadores de vários países a expressar-se e tomando como base essas expressões livres e originais, explorar quais são as possibilidades de chegar a uma visão de conjunto da história.

A base da discussão na reunião de Washington foi unicamente a época nacional.

O Professor Griffin, encarregado da coordenação da Seção Nacional, explicou que o projeto satisfaz em primeiro lugar, o desejo de ver a história humana em termos mais amplos e significativos que os habituais; romper certas tendências localistas ou regionalistas dos historiadores da América, incluindo os do seu

próprio país; em segundo lugar, a conveniência de examinar-se, assim como na história européia, foi possível descobrir forças, movimentos e situações que em grau maior ou menor afetaram o continente no seu conjunto, não se poderia chegar, no caso da América, à identificação de correntes semelhantes que nos permitissem chegar a uma visão geral.

Os comentários nessa reunião não formaram parte constitutiva do projeto em andamento, mas sim ajudaram a fecundá-lo. Vejamos quais são as notas principais que se podem advertir nêles. Em primeiro lugar, a comparação bastante comum entre a história de Europa como continente e a história da América também como continente; mas fez-se notar certa diferença visto que os países da América relacionaram-se mais, cada um dêles, com a Europa, que entre si mesmo; no caso dos europeus o intercâmbio continental foi mais intenso. Outro dos temas sugestivos é o da influência do ambiente, do meio no qual se desenvolve a cultura humana, em face da influência das instituições herdadas. É um problema fundamental desde o ponto de vista dos historiadores dos Estados Unidos, porque faltando o grande ingrediente da cultura indígena que existe noutros povos da América, acham que a originalidade ou a europeização da cultura e da história da América dependem, em boa parte, da forma de esclarecer esta dúvida. Por exemplo perguntamos, contribui mais o constitucionalismo inglês a criar a democracia nos Estados Unidos que os elementos da fronteira, a vida de homens que lutam num panorama novo onde todos os fatores naturais inclinam-se a diferenciar a sua cultura da original européia? A resposta não deixa de ter implicações sobre o europeísmo ou o americanismo e sobre o maior ou menor nativismo da cultura dos Estados Unidos. A idéia da fronteira como germe do espírito americano exerce muita influência lá: preenche uma função equivalente a das nossas correntes nativistas (indígenas, mestiças, crioulas), ou de qualquer outro país americano; mas a palavra fronteira engloba, na história da América, muitas experiências diversas: o México teve fronteira no norte; o Canadá e os Estados Unidos no oeste; o Brasil nas regiões do interior e nas limítrofes com o Pampa; surge a pergunta se tôdas as fronteiras ou todos os países da América que tiveram fronteira chegaram ao mesmo resultado, por exemplo, à democracia, ou se intervieram fatores que alteraram o curso da história em cada caso. Esta discussão influi sobre outro aspecto, o da unidade americana; pode-se até mesmo pensar que se há unidade entre as histórias dos povos americanos, isto é resultado de fatores comuns provenientes de Europa ou ainda de fatores que o meio americano foi impondo aos diversos colonizadores, supondo que êsse meio americano provoque aproximações telúricas, ou pelo menos certas

unidades de experiência humana. Os estudos posteriores demonstraram que êstes temas ainda requerem afinação de matizes para render resultados de caráter histórico.

Na discussão de Washington mencionou-se também o problema da inclusão do Canadá no programa, mas observou-se que o canadense sente-se muito mais membros do pacto do Atlântico, do Norte ou das Nações Unidas que da comunidade das Américas.

Esboçou-se também a possibilidade de um tratamento da história americana por investigações monográficas acêrca de temas que existem nos vários países americanos tais como a escravidão; como funcionou em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil? Ir-se-iam criando, através dêsses ensaios monográficos, as bases comparativas para chegar a uma visão mais geral.

O professor Griffin apresentou uma proposta importante: proceder por questões, perguntas ou hipóteses de cujas respostas dependeria a solução do grau de unidade. Tratar-se-ia de saber se há uma civilização da América e quais são as suas forças operantes e as suas mudanças para êste fim, comunicar-se-iam certas hipóteses aos diversos historiadores da América e poder-se-ia julgar se suas respostas acusam uma unidade suficiente para mantê-las como válidas no âmbito continental. Isto, de acôrdo com o professor, resolveria não somente a unidade ou a diversidade dos povos americanos, como também o grau da sua afiliação ou autonomia em relação à cultura ocidental.

A crítica dêste método salienta que pode simplificar artificialmente a complexidade dos fatos históricos; os campos de comparação reduzem-se a um questionário que encerra um círculo limitado de assuntos; além disso pode perder a frescura original da exploração e as diversidades espontâneas e sujeitar os resultados a um cunho provisional que essas perguntas não podem deixar de ter no momento histórico no qual se formulam como frutos de preocupações contemporâneas, talvez passageiras, e que carece de correspondência com unidades objetivas e perduráveis da história da América. As perguntas que poderia fazer um historiador do período nacional seriam válidas se chegam até as origens coloniais americanas ou mesmo até a época arcaica dos indígenas da América? Estas interrogações hipotéticas têm seus atrativos porque encerram juízos de valor, por exemplo, saber se a nossa história americana não é fundamentalmente um esforço de conciliação da liberdade com a justiça social e contam a seu favor com maior rapidez e concentração dos exames, mas também oferecem problemas como os apontados acima mesmo que se proceda com cautela na redação do questionário e na administração das respostas.

A segunda reunião onde se discutiram os problemas do projeto pan-americano foi a de Havana, em janeiro de 1953, reunião celebrada em homenagem ao prócer da Independência de Cuba, José Martí, como prova de reconhecimento do caráter americano das inquietudes deste libertador. Era o primeiro encontro dos colaboradores dos três grupos do programa depois de um ano de trabalho, contando já com resultados regionais. Tratava-se de ver o que se havia feito, completá-lo, planejar a segunda etapa do projeto, analisar as tendências e os resultados. Todos perceberam a presença de antropólogos e historiadores de diferentes países, não só pela precaução interdisciplinária mas também pela necessidade de cobrir a extensão especial e a cronologia da história da América. O tratamento histórico do passado indígena foi aceito pelos antropólogos; percebeu-se que era difícil o ajuste entre diversas áreas indígenas e adotaram-se medidas para preencher os vazios; também percebeu-se desajuste entre o indígena e o colonial, porque não se realizou o encontro de maneira geral em 1492, mas os contatos estabelecendo em épocas muito diversas. Também se fazia notar a influência que exerceram os yaquis na Revolução Mexicana de 1910; neste caso influências indígenas chegaram até o período nacional ou contemporâneo. E ainda na atualidade existem grupos indígenas (terreno banhado pelo rio Amazonas, zona oriental do Peru, Bolívia e o Equador, por exemplo) que vivem pleno período pré-europeu.

Quanto ao colonial discutia-se o grau no qual a coordenação podia ser realizada, se devia ser mais ou menos ambiciosa. Por exemplo, ao ensaiar o tratamento comparativo do problema de religião nas colonizações espanhola, lusitana, francesa, inglesa e holandesa da América, poder-se-ia formar um capítulo geral e explicar as diferenças em cada colonização. Isto recebeu o nome de método de Berlim, porque no museu etnográfico dessa cidade há salas em que se compara um rasgo cultural determinado, por exemplo, na habitação, que se mostra em várias culturas. Junto a uma habitação africana pode estar outra asiática ou americana, e, o que o visitante tem ante seus olhos não são as culturas gerais da América, da África e da Europa, senão a habitação nessas culturas, isto é, o rasgo monográfico que se projeta em várias áreas geográficas. Este é um método extremo de comparação e pensou-se na possibilidade de aplicá-lo ao exame dos rasgos culturais dos povos americanos; além destes, falou-se de outro sistema de exposição etnográfica, e do Museu do Homem em Paris, no qual se exhibe uma sucessão de culturas gerais tomando os diversos rasgos de cada uma delas: a habitação, roupa, armas, etc. sem isolar os rasgos culturais para compará-los através do mundo. Contudo a comparação pelo método de Paris chega também a

uma visão mundial da história do homem. Na reunião da Havana não se chegou a resolver qual seria o método que se aplicaria na comparação das colônias americanas. Deixou-se ao coordenador a tarefa de enfrentar o problema e de ver se encontra um meio-termo.

Marcou-se outro matiz que vale a pena assinalar; uma é a história da expansão dos povos europeus na América e outra a história da América colonial; por exemplo, pode-se estudar a irradiação dos holandeses desde o seu centro de habitação na Europa, os seus métodos de viagem, a sua colonização em vários territórios e escrever essa história como um capítulo da história geral da Holanda. Mas também pode-se estudar a história dos holandeses no Brasil como elemento da história colonial desta terra. Existe uma curiosa diferença entre as duas possibilidades: uma é a história colonial como expansão dos povos europeus no território da América que serve de cenário; a outra é a história das áreas da América — o México, o Brasil, etc. no período colonial, tomando em consideração qualquer influência, seja ela européia, africana ou índia, além da influência do território e o desenvolvimento histórico local. Não é impossível abranger ambas direções, estudar os antecedentes e os impulsos europeus junto com a história colonial propriamente dita de cada povo da América, unida aos antecedentes pré-europeus e a vida posterior à independência. Isto conduz ao que poderíamos chamar de independência historiográfica, ou autonomia da vida histórica americana, que não está presente em todos os casos.

Observou-se que o que é colonial não termina subitamente quando, no século XX, ocorre a independência, mas que existe uma perduração de elementos coloniais na etapa independente. Também subsistência de colônias, como as Antilhas Maiores espanholas no século XIX; não obstante, não se pode deixar de estudá-las no período nacional, porque o tempo em que vivem, mesmo ainda sendo colônias, as afeta consideravelmente, acusam movimentos nacionais e a história dos países que se haviam emancipado não deixa de repercutir nelas. Por outro lado, o historiador da época colonial nota que a colonização européia na América é um problema ainda destes dias.

O mundo antilhano atraía, na discussão de Havana, grande interesse como entidade própria. É encontrado, curiosamente fragmentado entre as potências colonizadoras: por exemplo, a Antiga Espanha ou Haiti, metade francesa, metade espanhola; depois passa-se rapidamente de uma ilha francesa a outra inglesa ou holandesa. De maneira que o mundo antilhano oferece uma problemática própria, e, o que se advertiu claramente também, uma interação mais fecunda, uma intercomunicação entre os mundos

coloniais mais intensa, maior contrabando também, que como vimos antes foi um dos rasgos gerais da vida colonial da América.

Salientam-se alguns temas característicos da intercomunicação colonial que pareciam abarcar facilmente tôdas as áreas; capitalismo e impulsos econômicos europeus perceptíveis em tôdas as zonas da América na época colonial, imigração de europeus em tôdas as colônias; o estudo geral comparativo das instituições políticas, por exemplo, como os elementos da vida política da Espanha e da Inglaterra projetam-se sôbre o continente americano, como divergem e se confrontam; a escravidão, o comércio, a ilustração, a religião, as origens coloniais do nacionalismo, a criação e desenvolvimento do espírito de americanismo, a influência da América na Europa, as formas adotadas pelas várias colonizações para atender a vida municipal, o problema da fronteira (inglês, francesa, holandesa, espanhola, portuguesa) e o mestiço na América, que é outra das projeções mais gerais. Falou-se das rotas de comércio por onde passam os móveis, os livros, as modas; percebia-se a necessidade de precisar estas influências, fôssem elas internacionais ou internas dentro das colonizações, por exemplo, a rota de Buenos Aires ao Potosí. Marcaram-se certas necessidades de estudos derivados, a saber: a bibliografia geral da História da América, para que seja mais fácil para um professor do México obter o conhecimento dos livros essenciais sôbre a colonização no Rio da Prata ou em qualquer outra parte da América, a historiografia geral ou apreciação das histórias da América que se escreveram desde o descobrimento, passando pelas do século XVIII, como a famosa de Raynal, até as do século XIX e nossos dias, em certo modo como um antecedente dêste novo plano de uma história geral que se está procurando construir; além do mais, as colonizações tiveram a sua literatura comparativa cheia de tópicos; tomemos, por exemplo, os livros do historiador mexicano Carlos Pereyra e veremos como a colonização espanhola e inglesa é resultado de uma atitude polêmica que por sua vez engendra uma escola de pensamento em torno dela: como se comportavam os ingleses com os índios, como atuaram os espanhóis, que diferenças morais há entre uns e outros; e, ao mesmo tempo, por parte dos historiadores de língua inglesa surgem outras preferências em torno da literatura comparada; a inquisição, o absolutismo, a mestiçagem, a apatia. Notou-se que há um dinamismo colonial e divisões em períodos; por exemplo, o século XVIII americano parece registrar mudanças importantes em tôdas as colônias. Quais foram os impulsos gerais que os produziram? Como se compara o século XVIII da Nova Inglaterra com o século XVIII da Nova Espanha? Não permitirão estas semelhanças chegar a uma caracterização geral pela razão do

tempo? Pode-se falar de um século XVIII americano através das várias colonizações?

No período nacional tratou-se de reduzir a exposição narrativa, de preferir um método analítico-sintético e de resolver também esta dúvida: pretende-se ensinar a história da civilização americana, ou melhor, as forças e mudanças que a distinguem, a uma história geral americana? Procurou-se descobrir quais são os períodos nos quais é possível enquadrar a história dos países livres da América, em quadros cronológicos que dessem sentido tanto para um brasileiro como para um mexicano ou para um habitante dos Estados Unidos. Chegaram-se a assinalar quatro que se distinguem pelas seguintes características:

I. A Independência: 1778-1830.

Divide-se em etapas pré-revolucionárias, revolucionárias e post-revolucionárias, de acordo com a ordem em que se produzem os fatos nas diferentes regiões. Também caracteriza-se a época pelo seguinte: na parte intelectual, existe influência da Ilustração, e na parte incluída do XIX igualmente do liberalismo e do pré-romantismo. Quanto à parte econômica, abrem-se caminho as idéias do comércio cada vez mais livre e a influência das forças do capital comercial das potências do oeste da Europa. Coincide com a época revolucionária européia. Quanto à parte política à época do desenvolvimento das correntes republicanas e antimonárquicas em geral.

II. A consolidação das Nações Americanas: 1830-1870.

Divide-se em períodos de dominação da idéia nacional e das forças localistas. Inclui guerras e conflitos internacionais (definição de fronteiras) e civil nas quais combatem as idéias de federalismo e centralismo, liberalismo e conservantismo, os interesses das capitais e das províncias, e, no final do período, fica precisada através dessas lutas, a forma política dos governos e termina a época das intervenções européias e das guerras civis. Na parte econômica caracteriza-se pela preponderância da Grã Bretanha e seu capital e comércio, e o desenvolvimento baseado nos novos produtos do comércio transatlântico. Fortalecimento dos interesses oligárquicos tanto latifundiários como comerciais. Grande diferenciação entre a cidade e o campo.

III. O crescimento e a variação entre os países americanos: 1870-1910.

Neste período produz-se uma forte divisão entre a) países que crescem em poder econômico, militar e político, que se estabilizam e exercem pressão sobre seus vizinhos, que desenvolvem suas economias utilizando a técnica moderna, seja na agricultura,

na indústria mineira ou na indústria (existindo muita variação no grau de tudo isto) que transformam suas comunicações pela construção de ferrovias, que recebem grandes inversões de capital estrangeiro e fortes contingentes (exceto o México) de imigrantes da Europa; b) países que permanecem indiferentes a estes acontecimentos ou que são ligeiramente influenciados por estas tendências (geralmente na região tropical do continente).

É o período do auge da influência do capital industrial e financeiro da Europa (começa o dos E.U.A.), do positivismo na parte intelectual (nos E.U. impedido pelo movimento pragmático), da literatura crioula e, no final, da corrente modernista.

IV. Uma nova época revolucionária na América: 1910-1950.

Aparecem novas forças sociais que se expressam por meio de revoluções sociais e movimentos de reforma revolucionária. Estas revoluções são da esquerda ou da direita, mas quase tôdas são nacionalistas e procuram conseguir a incorporação das massas à vida política e social de cada nação. Estas correntes são aumentadas pelas duas guerras mundiais e as crises econômicas, especialmente a do ano de 1930. Quanto à cultura é período de experimentação e multiplicação de escolas. Intelectualmente é de crise do liberalismo do século XIX. Lutam idéias de coletivismo, da direita e da esquerda. No que diz respeito a parte internacional é período de rápido crescimento do poder dos Estados Unidos e diminuição da influência política e econômica européia. Crescimento das relações econômicas e políticas interamericanas. Progresso das comunicações terrestres (automóveis, estradas), e áreas, rádio, etc.

Esta divisão de períodos foi revisada na Havana chegando-se a um acôrdo geral.

O colaborador dos Estados Unidos no período nacional afirma que é possível expor a história da América dentro destas unidades; outros parecem ter mais escrúpulos, só admitem uma divisão de períodos muito ampla mas não crêm que se possa ver da mesma maneira a história de cada região na época nacional. Assim como no período colonial observa-se a mesma coisa, a tal ponto que já redatou o índice de um possível tomo geral sôbre as Colonização. Nêle examinar-se-iam os diversos fatores num âmbito geral; por exemplo, se culturas indígenas no momento da ocupação européia, o capitalismo como impulso na história da América, a imigração, as instituições da produção na América em cada área colonial, o problema da mão-de-obra, o comércio no hemisfério, as instituições sociais na América, a tradição política da América, mostrando suas variantes, o desenvolvimento cultural da

América e a época revolucionária da América. Como pode ver-se é um temário geral atrativo dentro do qual se estima que se poderiam ir intercalando os capítulos especiais acêrca das diversas regiões da América. De maneira que, tanto na época nacional como na colonial, foram os colaboradores dos Estados Unidos os que foram mais longe e os que apresentaram êsses quadros gerais que oferecem a possibilidade de uma exposição unitária.

No período nacional insistiu-se muito em fixar a terminologia, o que entendem os colaboradores quando falam de imperialismo, democracia, etc.? Isto parece necessário porque essas palavras não querem dizer a mesma coisa em todos os lugares.

Há o problema do ajuste da colaboração entre nações e entre grupos de nações.

Surge a interrogação acêrca do ambiente frente à cultura, coisa a que já fizemos referência para definir o que é americano.

E, quanto à seleção de tópicos, vimos que no período colonial marcam-se certas linhas gerais — econômicas, institucionais, etc. — dentro das quais se pode expor a história americana e também observamos no que se refere ao período nacional que se fala da conveniência de incluir o seguinte: 1) Desenvolvimento econômico; as mudanças na produção e na distribuição de bens, quantitativos, qualificativos (novos produtos, instituições, técnica). 2) Desenvolvimentos políticos: mudanças na estrutura e nas funções governáticas e na natureza das relações internacionais. 3) Desenvolvimentos sociais: mudança na estrutura e nas relações dos grupos sociais, classes, grupos raciais, minorias nacionais e religiosas, instituições sociais (família, igreja, etc.). 4) Desenvolvimento culturais (com sentido restrito, isto é, história intelectual e artística). Escolas e tendências no pensamento filosófico, literário, artístico.

Eis aqui os resultados do primeiro ano de trabalhos e das duas discussões importantes às quais foi submetido êste projeto.

Ainda há muito que fazer. Os resultados são provisórios. Neste ponto do projeto há uma coordenação planejada de cada grupo e logo após, dos três grupos entre si, com o alvo de ver se por fim chega-se a um plano de exposição histórica que seja aceitável em termos gerais no continente.

Apesar dêste projeto ser completo por si mesmo, não deixa de apresentar certas facilidades frente a outras experiências internacionais de maior alcance. Dentro do plano do Instituto Pan-Americano, as reuniões se efetuam depois de contar com estudos científicos prévios. A aplicação dos recursos mostra uma tendência de prover diretamente aos fins da investigação mediante uma administração econômica e simples. A cooperação internacional se orienta para traçar o plano da História da América e não a escrevê-la, é lógico. O campo é mais limitado na esfera geográfica

que quando se trata de projetos mundiais e talvez, por isso mesmo, mais adaptável. Há somente quatro línguas do trabalho, como demonstrou-se ao prestar-se homenagem a Marti em espanhol, português, francês e inglês. É preciso admitir, não obstante, que muitos historiadores da América não estão em possibilidade de empregar os quatro idiomas e de ler diretamente as obras das várias regiões. Este é um problema que todo historiador que pretende alcançar essa generalidade de visão americana tem que dominar. Em alguns casos o problema complica-se mais ainda com a presença do holandês.

A reunião de Havana tornou-se evidente a aproximação interessante e fecunda de estudo das diversas áreas da América como primeiro resultado deste trabalho.

Observou-se também o alto tipo profissional dos colaboradores, o caráter sério e a entrega, feita com dedicação, aos estudos históricos, deixando de lado toda improvisação. Assim vem abrindo seu caminho este trabalho de cooperação continental científica, que procura a definição dos termos da cultura dentro da qual atuamos apoiados nos elementos que surgem da história do Novo Mundo (*).

(*) Até este momento publicaram-se já os seguintes cadernos do Programa de História da América auspiciado pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Comissão de História):

I — Período indígena:

- 1 — *Origins*, por Hannah M. Wormington;
- 2 — *Zona Circunpolar*, por Henry B. Collins.
- 3 — *United States and Canada*, por James E. Griffin;
- 4 — *Mesoamérica*, por Ignacio Bernal;
- 5 — *Zona circuncaribe*, por Miguel Acosta Saignes;
- 6 — *Colombia*, por Geraldo Reichel-Domatoft;
4 y 6 — *Mesoamérica y Colombia* (Suplemento), por Ignacio y Gerardo Reichel-Domatoft;
- 7 — *Guianas*, por Irving Rouse;
- 8 — *Brasil*, por Emilio Willems;
- 9 — *Altiplano andino*, por Luis E. Valcárcel;
- 10 — *Region del Plata*, por Fernando Márques Miranda.

II — Período colonial:

- 1 — *Brasil*, por José Honório Rodrigues;
- 2 — *Suramérica*, por Mariano Picón Salas;
- 3 — *Hispanoamerica septentrional y media*, por Silvio Zavala;
- 4 — *United States*, por Max Seville;
- 5 — *Précédents Médiévaux de la Colonie en Amérique*, por C. Verlinden.

III — Período nacional:

- 1 — *México, Centroamérica y Antillas*, por Maria del Carmen Velázquez.
- Alguns outros trabalhos encontram-se ainda no prelo.

BAIANOS DE ANTANHO

(BIOGRAFIAS)

SÉRIE A

AFONSO COSTA

(Da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro)

Trabalho apresentado ao 2º Congresso de
História da Bahia, realizado em 1952.

I — CATARINA ALVARES

SÉCULO 16

Antes que os portugueses viessem colonizar as terras que Álvares Cabral lhes entregara, depois de fácil achada e ancoragem em Pôrto Seguro, uma nativa, da fina flor dos tupinambás, filha de cacique considerado soberano de extenso país de amerígenas, tomou a dianteira desse movimento, abrindo verdadeira estrada-real para os colonizadores.

O extenso país tinha por sede aldeia situada num planalto à esquerda de larga e profunda baía, com numerosas ilhas e ilhotas, ficando-lhe à entrada, a principal delas, a de Itaparica, da qual o cacique orgulhosamente recebera a denominação, para lhe servir como o próprio nome. A desempenada nativa era, entre os da aldeia, chamada Guaibimpará e possuía predicados de beleza, autoridade e virtude que a recomendavam perante as gentes das inúmeras tabas formadoras da aldeia e do país, que nem fronteiras contava.

Dos emboabas que vez por outra aportavam àquelas terras, adquirindo carregamentos de brasís em troca de ridículas bugi-gangas e quinquilharias, houve um que lhe merecera predileção, por seu alto porte, alvura da côr, desembaraços de maneiras e linhas distintivas de homem, como semelhantemente não conhecera.

Encontrou-o, dêle se aproximou simpàticamente e por acenos mímica que o instinto lhe despertara na ocasião. Passou assim o desconhecido a ser distinguido com o apelido de Caramuru, com o benevolente e proteccional acôrdo do cacique, que o recebeu, generoso hospedeiro, consentindo que Guaibimpará se lhe aliasse e, de então, tivessem ambos taba própria para moradia e plenitude da vida marital.

Caramuru, escapo das ondas com o naufrágio do barco em que viera de terras distantes, fazendo mercadejos de brasís, achou-se como num céu de felicidades. Logo afeiçoou-se da numerosidade dos nativos, Guaibimpará apresentou-o como o indivíduo que lhe seria companheiro, e o «galego» passou a desfrutar a confiança, a estima e o respeito geral. Destarte ambientado, buscou viver a vida amerígena, apenas modificado naquilo que a tradição e educação da terra natal lhe tornara congênito, e trabalhou como os tupinambás, e lhes tomou os hábitos, e lhes aprendeu a língua tanto quanto em retribuição lhes ia proporcionando os conhecimentos que possuía.

Aos que de raro em raro entravam as águas da baía, recebia êle, cauteloso e desconfiado, mas os recebia e lhes aceitava presentes para a distribuição nas tabas. E era, a tôdas as luzes, o detentor do comércio entre os aventureiros do mar e os habitantes da terra. Da pátria pouco se lembrava, porque os portugueses não vinham onde êle estava. Franceses, holandeses, espanhóis, mas franceses, principalmente, aportavam à baía. E assim os aventureiros que organizavam diários, relatórios, memoriais, impressões de viagem, registavam de contínuo o encontro, nessa paragem, com um homem branco, cristão, galego, que sabia a língua dos nativos e entre êles se achava desde tempo que se calculava de 1510. Já então e a contar de 1 de novembro de 1504 a baía passou a constar dos mapas com a denominação de Todos os Santos, attribuída a Américo Vespúcio.

Caramuru e Guaibimpará tiveram desta sorte a liderança nas diferentes ocaras, orientando os tupinambás de tôdas as idades e tomando-lhes o patrocínio diante dos demais nativos, e dos estrangeiros que ali vinham ter.

Na forma das leis biológicas, do casal provieram filhos, mas tão sòmente do sexo feminino, e que se iam criando como nativas, embora recebendo noções de hábitos e costumes de origem paternas.

Cêrca de vinte e dois anos transcorridos, aportou à baía, por necessidades da viagem marítima, uma esquadra que demandava terras do sul. Comandava-a Martim Afonso de Sousa, em rota para S. Vicente. Os navegadores admiraram-se do encontro com êsse homem que falava a língua dêles, que lhes servia

de intérprete junto aos nativos e que os acolhia tão afavelmente. Entre marítimos e terrestres estabeleceu-se o melhor contato. O capelão de bordo viu em tudo isso motivo de chamar ao seio cristão aquêles que se dispunham a aceitar noções religiosas. E começou pelo casal. Caramuru teve de pronto a divulgação do seu nome de batismo e de família, ou seja Diogo Álvares, português de procedência minhota. Guaibimpará recebeu na pia o nome de Catarina e filhas de ambos se denominaram Ana, Genebra, Apolônia, Grácia, Filipa, Madalena. Não consentiria o capelão a cristianização das filhas pelo batismo sem a legitimação da vida conjugal dos pais. E batizados e casamentos celebraram-se, e festas os precederam durante os quatro dias da permanência da armada na baía.

! Aventureiros portugueses que na aldeia se haviam em várias épocas acoitado sob a proteção de Caramuru tiveram igualmente a legitimação da vida conjugal com filhas dêste, por meio do casamento. Ana casada com Custódio Rodrigues, Genebra com Vicente Dias, Apolônia com João de Figueiredo Mascarenhas, Grácia com Antão Gil, Filipa com Paulo Dias Adorno, Madalena com Afonso Rodrigues. Outros filhos de Caramuru com outras nativas, segundo a permissão, tolerância ou lei dos amerígenas, teriam sido batizados e casados.

Desde então iniciou-se na aldeia uma vida inteiramente nova. Os portugueses, demonstrando hábitos tradicionais de sua origem, entraram a trabalhar as terras que escolheram para seu patrimônio e se fizeram agricultores, como exploradores do mar. Diogo e Catarina assumiram a direção dos tupinambás da região e com os de outras aldeias estabeleceram atos de solidariedade, assentaram mediação em casos de conflitos, resolveram a existência da pacificação geral e para o bem de todos.

A obra civilizadora de Diogo e de Catarina prosseguiu entre as suas gentes, e dando cunho aos sentimentos religiosos que lhes inculcava o capelão da armada, uma ermida se construiu por junção de Catarina e sob a invocação de N. S. da Graça.

Pouco depois foi a colonização oficial, sob a chefia do capitão-mor Francisco Pereira Coutinho, com a sua caravana de pessoal e de tropa, de ordem do rei, para a ocupação e domínio da capitania que se criou e se lhe concedeu. O capitão-mor, pavoneando autoridade, escusou-se de prestigiar a obra, a ação e os merecimentos de Diogo Álvares com franqueza e lealdade e, dêste proceder, emanaram ciúmes e, conseqüentemente, os maus efeitos naturais e que aqui não serão referidos, por inoportunidade.

Pereira Coutinho desandou-se na administração, perdendo-se. Assim, e por motivos outros, o rei imaginou a conveniência de dar

nova orientação política à sorte do Brasil, ou seja a terra achada por Álvares Cabral, e mandou Tomé de Sousa como governador geral do Estado que de pronto se criou. Este, aportou em praias baianas a 29 de março de 1549, acompanhado de tropas, autoridades e pessoas destinadas à colonização.

Também o governador geral não tomou Diogo Álvares, nem Catarina, à conta que mereciam. Fala-se que o rei o fizera portador de uma carta para Caramuru, recomendando-lhe que tivesse o governador por amigo e o auxiliasse. Tanto Diogo quanto os genros começaram a colaborar com aquela autoridade na edificação da cidade, fornecendo-lhe material de construção e víveres para os trabalhadores.

Não viveu muito, porém, o patriarca dos brasileiros. Diogo Álvares morreu a 5 de outubro de 1557. Catarina, a viúva, continuou a ser digna, a merecer o respeito de todos, embora na sua ignorância, na sua humildade, na sua natural modéstia e bondade, nascidas da grandeza moral dos princípios cristãos que aprendera.

Dela se disse, pela última vez, quando à sua presença o tabelião Domingos de Oliveira lhe tomava a declaração testamentária, em 16 de julho de 1576, na cidade que Tomé de Sousa pusera sob a proteção do Salvador dos mundos a Cidade do Salvador. Trata-se da doação da igreja de N. S. da Graça, com suas alfaías, prataria e terras adjacentes aos religiosos de S. Bento, ou ao seu mosteiro, que ainda as conservam com muita distinção. Em tal cerimônia Catarina mostrou que não sabia falar corretamente a língua de seu defunto marido, nem assinar o próprio nome no documento que se lavrou. E pouco mais se demorou ela entre os viventes, porque a morte a procurou, e a levou, calculadamente no ano de 1589 e às portas de completar cem anos.

A respeito do nome e da vida do casal Caramuru e Guaibimpará um mundo de lendas se criou, emprestando-se-lhe, por exemplo, uma viagem à França e lá o encontro com o futuro bispo do Brasil, bem como o batismo de Guaibimpará, sem a legitimação, ao mesmo tempo, da união conjugal dos mesmos, para isso se imaginando uma cerimônia em S. Malô. Como justificação da imaginativa, uma certidão se descobriu, mas no Canadá, do assento de batismo de uma Catarina do Brasil... Tõda a vida do casal, aliás, está enramada do lendário, do inventivo, das concepções cerebrinas, as quais, no caso, só se justificam para o efeito romântico, dramático ou patético que se emprestam às novelas. Argumentemos e aceitemos, porém, os fatos nos termos da razão, do bom-senso, da lógica, vistos no cenário em que eles se desenvolveram.

A essa Guaibimpará, a Catarina espõsa fiel de Diogo Álvares, considerada a primeira dama brasileira, legítima ascendente da

família que se constituiu na região de seus antigos domínios, e a quem se deve, com justiça, o reconhecimento pelo grande bem proporcionado ao Brasil, provindo de sua ação, de seu exemplo e de sua obra durante toda a existência, as maiores homenagens lhe tributem os brasileiros, e mais ainda os baianos, pois que ela encarna de verdade a majestade da primeira dama brasileira.

II — FREI VICENTE DO SALVADOR

O primeiro brasileiro que se revelou com capacidade e disposição para escrever em condição de sua obra vir a ser divulgada no futuro, e que a realizou, teve o seu nascimento na Bahia, e aí viveu e morreu. Até o momento não se conseguiu saber-lhe a data do nascimento, em Matoim, subúrbio da cidade do Salvador e onde seus pais viviam e possuíam propriedades. Sabe-se, porém, que seu batismo se dera na igreja da Sé, aos 29 de janeiro de 1567, oficiado pelo Cura Simão Gonçalves.

Filho de João Rodrigues Palha, procedente de Évora e escudeiro fidalgo, e de Mécia de Lemos, com fama de fidalguia, teve um irmão chamado Filipe de Lemos, casado com a viúva Francisca Barbosa, por sua vez descendente de Catarina Álvares, e cinco irmãs, todas bem casadas, com cavalheiros de acatamento social, entre os quais estão dois Monizes Barretos, o Jerônimo e um Egas. Era sobrinho do cônego da Sé, chantre e mestre-escola Jorge de Pina, que muito lhe influiu na educação e instrução. Assim, pelo prestígio dos pais e do tio e ainda por vocação natural, Vicente se foi impondo ao melhor conceito na sociedade.

Educado com os jesuítas e aliás com eles é que na Bahia havia instrução, e educação, tanto aprendera e tanto aspirou que o teriam enviado para o reino, aí se matriculando na Universidade de Coimbra. Tal dizem biógrafos seus, adiantando que dali saíra diplomado em Cânones e Teologia, com o título de doutor. Mas o autor do importante livro *Estudantes brasileiros* no mencionado instituto superior, o historiógrafo português Francisco Morais, não lhe refere o nome e, pois, não confirma ter tido curso ali, nem o doutoramento.

De regresso à Bahia com o término desse curso, recebeu ele ordens sacras e assim veio a servir «de cônego da Sé, vigário geral e governador do bispado em tempo do Bispo D. Antônio Barreiros».

Sem ambições terrenas ou verdadeiramente materiais, a tais cargos e postos renunciou e, sem que se possa assegurar razões desse proceder, tomou o hábito de franciscano a 27 de janeiro de 1599 e professou a 30 de janeiro de 1600, passando a ser um

simples servidor da Ordem Seráfica. Desde então adotou o título eclesiástico de Frei Vicente do Salvador, entregando-se à vida do claustro e a missões determinadas pelos seus superiores.

Mandado a Pernambuco a serviço da Ordem, à Paraíba com o fim de missionar amerígenas locais, bem os compreendeu na língua e nos costumes, tendo com êles aprendido algo do tupi e dialetos usados entre os potiguares. Transferiram-no mais tarde para o Rio de Janeiro, «onde, com dedicação, dirigiu a construção do convento de S. Antônio, no morro do Carmo, prestando relevantes serviços». Volta ainda a Olinda, para lecionar as classes que ali iniciara.

Três vêzes a Ordem o fizera guardião do convento da Bahia, a primeira em 1612, mas preferiu apenas ser custódio, designado a seu pedido a 15 de fevereiro de 1614. Acabado o triênio dêste último cargo, partiu-se para o reino, dizendo-se que para imprimir a sua ainda incógnita *Crônica da Custódia do Brasil*. Esta obra, porém, desapareceu, às mãos de impressores ou de quem se incumbisse de revê-la ou de publicá-la. Erradamente Rôndal de Carvalho e, mais de perto, Loureiro de Sousa, afirmam a publicação da obra, confundindo-a com a *História do Brasil* que, também desaparecida, só em 1888 veio a ser dada a lume, graças a Vale de Cabral e Capistrano de Abreu. As outras duas vêzes em que o elegeram guardião foram, em Lisboa, em 1619, e na Bahia, em 1630. Só desta última se empossou e administrou, dignamente, bem que o dizem.

A todos parece não haver dúvida quanto à elaboração da *Crônica*, tentativa de feição literária e histórica, e tanto se acerta com verdade que Frei Agostinho de S. Maria e Jorge Cardoso, respectivamente, autores do *Santuário Mariano* e do *Agiolôgio Lusitano*, lhe fazem citação e dela extraem excertos. Real e absoluta ignorância, até agora, do destino dêsse manuscrito. Esperemos que um dia venha a ser encontrado, publicado e utilizado, como de verdade merece.

Naturalmente satisfeito com a apreciativa que obtivera a *Crônica*, animou-se Frei Vicente do Salvador à realização de obra maior, de mais dilatado fôlego, para isso se contando que o chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, homem de reputação e saber, o estimulara a elaborar uma história do Brasil, sob a fiança de que a publicaria. Com tais animações Frei Vicente se atirou a empreitada. Sentindo a falta de documentação, recolhia do povo, das autoridades, da tradição o de que se falava do Brasil desde o movimento realizado por Pedro Álvares Cabral. As viagens efetuadas, por força de suas ocupações de franciscano, auxiliaram-no assás. Afinal, a obra se fez à altura intelectual e fiel do digno

autor, terminada a sua execução, como êle o disse ao encerrá-la, a 27 de dezembro de 1627.

Completado o importante manuscrito, Frei Vicente o dedicou e o remeteu ao chantre de Évora, dada a promessa de publicá-lo em livro. Mas Frei Vicente morreu aí por 1638, o próprio Severim de Faria (Manuel), erudito historiador e autor de famosas *Notícias de Portugal*, lá se foi da vida em 1665 e o manuscrito «virou alcanfor». Sem pretender apreciar minúcias em tórno do desaparecimento da obra inédita, tanto Capistrano de Abreu o fez para absoluto esclarecimento, só em 1888 logramos viesse a público o livro tão desejado e realmente insigne, que ainda aos nossos dias bastaria para a sagração de quem o escreveu.

De tal sorte Frei Vicente do Salvador é o pai da história do Brasil, o que mais a conheceu e dela escreveu obra recomendável por tôdas as vozes, revelação perfeita de um escritor assidado, estilista sereno e encantador, que nos instantes mais dolorosos ou trágicos dessa narrativa, tira pitadas de esternutatórios tão ajustadas que o leitor se encanta e agradece. Poucos os anos dessa fecunda elaboração, mas achou Frei Vicente que já havia fartado com o constante trato da vida alheia e porisso encerrou a sua, dizendo: «darei fim a esta História, porque sou de sessenta e três anos e é já tempo de tratar só da minha vida e não das alheias».

Que se teria dado com o respeitável frade, no concernente à situação claustral, intelectual, administrativa e social, no decurso da vida franciscana que de outro modo lhe fôra sobejamente proveitosa? Contam que orador sagrado tanto quanto insigne historiador, foi parte, obrigatoriamente ou não, dos movimentos decorrentes da primeira invasão holandesa da Bahia, de certa feita havendo sido, e permanecido, prisioneiro do inimigo. É fato. A prisão deu-se a 28 de maio de 1624, em águas do morro de S. Paulo, quando no navio dos jesuítas e membro de um grupo de missionários chefiados pelo provincial Domingos Nascimento, regressava de função no Rio de Janeiro. Não é demasiado afirmar-se que os holandeses os trataram respeitosamente. E como dessa época de tristes recordações não constam pormenores dos males senão ao alvedrio da tradição, pois que os arquivos se tornaram em labaredas e cinzas, também não logramos informes de mais pêso relativos ao ilustre frade. Apenas se assegurou, e se repete como afirmativa suficiente, «de que do dia do tal ano de 1636 até o de 1639, foi sem dúvida o seu falecimento».

Perpetuando-lhe o nome, a Academia de Letras da Bahia destinou-lhe ao patrocínio a poltrona nº 1 do seu conjunto de quarenta, já tendo ela sido ocupada por José de Oliveira Campos

e Afrânio Peixoto e estando a substituí-los o historiador Vanderley Pinho. Por sua vez, a edilidade baiana apôs-lhe o nome num logradouro da cidade.

III — FRANCISCO DIAS DE ÁVILA

Da récuá de netos procedentes do rufianismo de Garcia de Ávila, nascidos de filhos e filhas que êle tivera, fôsse com a esposa obrigatoriamente feita ou diferentes comborças de sua primazia, devemos distinguir, por vários títulos justificáveis, êsse que se chamou Francisco Dias de Ávila.

Filho de Diogo Dias e de Isabel de Ávila, nascido na Bahia em 1576, bem feito de juízo, a 20 de janeiro de 1621, quarentão válido, casou-se com Ana Pereira, rebento de Manuel Pereira Gago e de Catarina Fogaça.

Que foi na vida pública êsse brasileiro seiscentista? Quase nada se sabe e algo que se diz dêle, em principal nos *Anais* do Arquivo Público da Bahia, não deve merecer absoluta fé, tendo-se em conta que êsse periódico, pelo menos nos seus primeiros vinte volumes, inserira tanta coisa incerta, desordenada, senão falsa, que a verdade manda pouco fíemos no seu conteúdo.

Seu pai teria sido desambicionado criador em Itapoã, cuidando de sua pesca e de sua lavoura e ali residindo de tanto tempo que até um penhasco local lhe recebera o nome, para a melhor determinação da distância. O velho Garcia de Ávila, fazendo testamento em 18 de maio de 1609, e morrera dois ou três dias depois, nenhuma coisa lhe deixa, nem a Isabel, enquanto ao neto, o Francisco Dias de Ávila, torna herdeiro principal e o investe da qualidade de seu testamenteiro. Presume-se que os pais de Francisco hajam falecido. Estou por acreditar Francisco tivesse vivido com o avô, com êle aprendido muita coisa boa e igualmente muita coisa má, e que sendo de sua confiança e convocação para futuros dias, lhe legara quanto bastasse para as melhores venturas no tempo que viesse. E veja-se que a mais importante propriedade de Garcia de Ávila, a fazenda em Tatuapara, onde vinha êle edificando bases para a construção do seu *castelo*, uma tôrre à moda da recomendação régia constante do regimento dado a Tomé de Sousa, ficaria às pertencas do neto querido. A propriedade chamava-se prazo, transmutada em capela ou morgado e depois extensivamente se transformando na opulenta Casa da Tôrre.

À morte do avô, contaria êle idade suficiente para ser inteiramente visto, apreciado e julgado pelo progenitor e, pois, para lhe merecer a confiança. Certamente Dias de Ávila dividira o tempo entre a cidade Tatuapara, observando e aprendendo a vida na

fazenda, nos campos, na privança com escravos, com os nativos domesticados, com capatazes e administradores de fazendas, com pescadores, embarcações, pois que tudo estava às vizinhanças da Tôrre. Formava-se com a observação e a prática o homem do futuro.

Assumida a direção dos grandes e importantes interesses de Garcia de Ávila e sendo preciso que sua autoridade se reconhecesse e se acatasse, um governador emergente (Baltazar de Aragão), que alguns dias dominou a Bahia, conferiu ao dono da Tôrre a patente de capitão-mor, a 7 de setembro de 1613, e de então se estendeu a maior fôrça de seu prestígio. Um capitão-mor era tudo na sua jurisdição, com autoridade de régulo absoluto.

Os documentos e a tradição não dizem coisa que se lhe agregue à biografia, senão que em tôdas as entaladelas do govêrno do Estado lá estava Dias de Ávila fornecendo bois, emprestando dinheiro, escravos e nativos na conformância das necessidades oficiais.

Meses após o casamento, escolhida para espôsa a filha de um agregado de seu avô e que fantasiados historiadores transformam em cabeça de família de prol e renome, requereu êle ao governador Luís de Sousa uma sesmaria para acréscimo às terras herdadas e a elas seguidas, na direção do rio Inhambupe, e a 23 de agosto de 1621 seu pedido era satisfeito. Como documento histórico sua petição aqui se repete:

«Diz Francisco Dias de Ávila, que êle tem muita quantia de gado vacum e cavalar, e de tôdas as mais criações, e lhe é necessário terra para acomodar o dito gado, e porque nas cabeceiras de umas terras dêle suplicante, e de outras de Belchior Dias Moreira, há muita terra que nunca foi dada, nem cultivada de brancos. onde êle suplicante quer fazer muitos currais e povoar, em que a Fazenda de S.M. receberá grande proveito, além de ser em proveito da república, e êle suplicante é benemérito (*merecedor*) de se lhe dar, por ter servido ao dito senhor em tôdas as ocasiões de guerras que até agora houve, e bem assim na quietação do gentio e freio dos tapanhunos alevantados, a que tudo acode com muita diligência e à sua custa, com criados, escravos e índios flecheiros. com muita despesa de sua fazenda — pede a V. S. lhe faça mercê dar de sesmaria dez léguas de terras, começando das ditas cabeceiras pelo sertão, sempre ao longo do rio Inhambupe acima, da banda do sul, e de largura seis léguas, e sempre irão as dez léguas correndo pelo dito rio Inambupe acima até dar em um lugar por nome Pindaguaçutiba, e com tôdas as pontas e enseadas que o dito rio levar, ficando-lhe tudo o que pede da banda do sul e o rio da banda do norte».

A tal petição, já se vê que o governador despachou favoravelmente. Estava assim lançado o poderio latifundiário da Casa da Torre, imensamente distendido por filhos, netos e bisnetos dêste Francisco Dias de Ávila. E o seu filho, Garcia de Ávila Pereira, vindo ao mundo em 1622, confirmou a plenitude dos vaticínios das grandezas imaginadas pelo seu bisavô, com o acréscimo de um Pereira, para evitação de confusões.

Enquanto tudo isso se ia articulando no sentido da grandeza econômica dos Ávilas, o capitão-mor prosseguia a execução construtiva do *castelo*, como pretendia fôsse feito o seu instituidor, nesse sentido fazendo vir do reino, e das suas propriedades, quanto bastasse, desde o técnico da construção, trabalhadores especiais, escravos, madeirame, pedras, cal, azeite de peixe, pois que de tudo dispunha ao melhor fartar.

Homem inculto mas vivo com muito de astúcia e autoridade providas do avô, apenas lhe davam cuidado as coisas de suas propriedades, de seus vassallos, seus vaqueiros, seus escravos e subordinação tão somente e quem quer que detivesse as rédeas do governo do Estado. Não se lhe cita o nome nas coisas e fatos oficiais, nem ao menos para figurar em qualquer das vereanças da cidade, nas quais se punham sempre pessoas de maior representação local. E avalia-se a razão disso na própria situação política do tempo. O avô, que o criara e o modelara à sua feição, era português e da proteção mais escandalosa de governadores portugueses, mas Francisco tivera nascimento apenas quatro anos antes do desprestígio da coroa, com a submissão mais aviltante aos caprichos e vaidades dos Filipes de Castela. Assim, pois, não poderia manter o sebastianismo dos demais portugueses, guardando-se de suspeitas e represálias. Nem português nem espanhol, senão brasileiro, donde não passar de embaimento deslavado e de fantasias inescrupulosas tudo quanto dizem de subordinação sua à coroa e a magnatas procedentes do reino lusitano. A situação de Portugal, nessa época, diante de Castela, era talqual a da Bulgária, da Hungria, da Polônia, etc. da atualidade, em face da Rússia que lhes dita as vontades e lhes supervisiona as execuções.

Em tal estado o destino de Francisco, chegam os holandeses na Bahia, tomam a cidade e prendem o governador. A população evade-se para Abrantes e lá se forma um governo provisório, sob o báculo do Bispo Marcos Teixeira, cujas ambições traíram o próprio direito do ouvidor Antão de Mesquita. Nessa conjuntura Dias de Ávila prepara o seu regimento de escravos e de nativos flecheiros, e põe-se ao flanco do governo, de seguida muito dignamente ocupado por Francisco de Moura, dada a impossibilidade

de Matias de Albuquerque deixar Pernambuco para assumir o governo geral. É dêsse ensejo um fato que toma assim um colorido anedótico, narrado com tôda a sutileza estilística de Frei Vicente do Salvador, relativo a um premeditado ataque à cidade ocupada, utilizando-se para isso dos nativos flecheiros de Dias de Ávila, que aliás produziram verdadeiro desbarato nas hostes do bispo. Foi dessa vez também que a tropa espavorida e faminta do Conde Bagnuolo, fugindo de Pôrto Calvo e de Sergipe com temor às forças de van Schoppe, chega ao forte de Tatuapara e aí é abrigada, alimentada, descansada, às custas de Francisco Dias de Ávila e, rehabilitada, marcha para a cidade, onde o Governador Pedro Silva increpa o conde de covarde e impostor...

Mas as guerrilhas sucedem-se e afinal os holandeses, satisfeitos com a carga que lhes enche os navios, deixam a Bahia, após explorá-la durante um mês.

Agora é a reparação, a restauração. A Tôrre de Tatuapara já é a Tôrre de Garcia de Ávila, se continua em perfeita execução, às vistas e ao mando de seu patrono. Tudo se associava, se ajuntava, se decidia no sentido da maior força e do maior prestígio dêsse reizinho de Tatuapara.

Os escravos fugidos de tôda a parte das capitânicas da Bahia e de Pernambuco iam formando mocambos e estabelecendo governos próprios à moda dos que se encontravam em Angola e redondezas. Por que muitos eram propriedade do capitão-mor, êste resolveu ir buscá-los a qualquer custo. E vai, em pessoa, à frente da sua jagunçada. Houve luta, os negros resistiram à violência com que se preparava o tolhimento à liberdade de que tão enganosamente desfrutavam e, afinal, a expedição não se coroou dos resultados colimados. Sabe-se disso através da vereança da Câmara, de 18 de fevereiro de 1632, durante a qual assentaram os oficiais da edilidade que «na entrada que Francisco Dias de Ávila e João Barbosa de Almeida fizeram ao mocambo dos negros fugidos, em que gastaram muito tempo na jornada, e despesa que fizeram, e poucos negros tomaram na dita entrada, acordaram que de cada negro que tomaram lhes pagará o dono dêle (*de cada um*) dez mil réis, com obrigação dêle o vender para fora da cidade, com pena de seis mil réis» (*se o não fizer*).

O grande latifundiário, opulentemente poderoso, não conseguiu vencer os negros e dêles se tornou apenas preador, aceitando se lhe pagassem 10\$000 *per capita*, a título de ajuda aos dispêndios...

Afinal de contas que foi Francisco Dias de Ávila para tanta encomiada que se lhe tece, fazendo-o herói lendário, verdadeiro cid campeador? Deve-se-lhe a intermitência na construção do *castelo* de Garcia de Ávila, uma casa forte que Bras do Amaral

e Vanderley Pinho melhor descreveram e cujos restos de paredões, em absoluto abandono dos Ávilas e dos governos, mostram como residências de potentados se edificaram nos dois primeiros séculos do colonato brasileiro. Morto em 1641, sua viúva seguindo-o a 18 de julho de 1645, naturalmente, os milhares de escravos e de nativos que lhes eram pertencentes, os teriam chorado copiosamente...

Do seu filho Garcia de Ávila Pereira e de seu neto Francisco Dias de Ávila é que à farta se poderá dizer no concernente a aventuras, a vanglórias, a mandonismo desaforado.

IV — FRANCISCO GIL DE ARAÚJO

Brasileiro puro, baiano legítimo de origem que vem do primeiro casal de povoadores verificado no Brasil, é êsse Francisco Gil de Araújo, ricaço generoso e com prestadias nunca mensuradas.

Nasceu de Pedro Garcia com Joana de Araújo, esta, por seu turno, filha de Francisco de Araújo e de Maria Dias, neta de Diogo Álvares e de Catarina Álvares, pois nascida do casal Vicente Dias e Genebra Álvares. Logo, trineta do patriarca do Brasil. Desde Francisco de Araújo que se vinham acumulando riquezas para a maior opulência de Francisco Gil. Muito se conta do renome e fortuna dos Garcias e dos Araújo da Bahia. Quando bem lhe aprouve casar-se, para constituir família e fazer heréus diretos, buscou êle a sua sobrinha Joana de Araújo Pimentel para espôsa, jovem provinda de outros ricaços, quais sejam os componentes do casal Antônio da Silva Pimentel e Joana de Araújo. Do consórcio nasceram quatro filhos, assim marcados: Manuel Garcia Pimentel, que se casou com Mécia de Moura; Antônio da Silva Pimentel, morto na infância; José Garcia Pimentel e Ana Garcia de Araújo.

A data de seu nascimento continua ainda ignorada, bem assim o que teria ocorrido na sua fase de mocidade, podendo-se, entretanto, supor a sua freqüência de aluno no colégio dos jesuítas, tanto os jesuítas o estimavam e lhe tiveram imensos favores. Nota relativa a essa quadra só recolhemos quando da sua qualificação nas tropas militares destinadas às lutas com os holandeses. Aliás, desde 1624, e por cerca de trinta anos, todos na Bahia, ou por todo o nordeste brasileiro, haviam de estar preparados, ou preparando-se, para essas lutas. E se contavam tréguas algumas vêzes, os sobressaltos ficavam de espreira nos demais ensejos.

Francisco Gil era soldado em 1635 e na qualidade de alferes figurou numa companhia do mestre de campo espanhol Francisco de Ludoena, que se opôs ao inimigo à vez da invasão da Bahia

em 1638. Em todos os seus serviços militares sempre o tiveram os espanhóis, isto porque os lusitanos estavam sob o domínio dos Filipes, de Castela, até dezembro de 1640. Foi quando realmente brigou o nosso conterrâneo, em defesa do «baluarte da banda do mar» e onde recebeu ferimentos, em paga dos quais lhe deram mais dois cruzados sôbre o sôlido mensal, como se esta micharia importasse para êle alguma coisa. Também lhe deram promoção. ao pôsto de capitão, a 12 de junho de 1639, considerado «esplendor de sua república, onde, no esforço e na liberdade, se mostrou sempre magnífico como soldado». Pudera!... Já em outubro se lhe permitia organizar uma companhia de cavalarianos, com pessoal à sua escolha e manutenção com os seus próprios recursos. Assim, tornou-se êle capitão de verdade.

Eleito juiz ordinário em janeiro de 1660 para a vereança da Câmara da Bahia, só exerceu o cargo por um ano e no ensejo deu à edilidade recursos de suas fazendas e bôlsa para aliviar compromissos do govêrno. Ao mesmo officio não tornou mais, tendo servido, nessa vereança e por ser o mais moço dos edís, o cargo de contador e executor.

Continuando a residir nas suas propriedades ao recôncavo e as assistindo e administrando, o govêrno o considerou homem necessário à república e, desta sorte, lhe conferiu a 5 de janeiro de 1668 a patente de coronel do partido (brigada) das freguesias de Saubara, Patatiba, Sergipe e do Conde, N. S. do Monte e N. S. do Socorro, pois que, demonstrando «zêlo, prudência e opinião nos muitos anos em que servira a sua majestade nas guerras dêste Estado, ocupando postos de capitão de infantaria, de mar e guerra e de cavalos», dispunha de fortuna para aparelhar inteiramente e à própria custa a sua tropa.

Com o desejo de alargar um pouco as terras destinadas às suas fazendas, lavouras e engenhos, pediu e obteve, com outros, em janeiro de 1671, uma sesmaria de doze léguas quadradas, em subúrbios da cidade, e em março seguinte, para êle somente, outra de duas léguas, à margem do Jacuípe, no recôncavo da baía. Não pretendendo ser, em nenhum tempo, latifundiário, cultivou-as tôdas de sua posse.

Quando Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, depois governador de Pernambuco e ainda governador geral do Estado do Brasil, sediado na Bahia, se sentiu sem fôrças e sem meios financeiros para povoá-la e governá-la, procurou a Francisco Gil e lha vendeu, em agôsto de 1674, por quarenta mil cruzados, correspondentes hoje, sem câmbio, a dezesseis mil cruzeiros. Aprovada a compra, facilitou-lhe tudo a coroa. De pronto e de suas propriedades na

Bahia foram para ali remetidos pessoal, gado, aparelhos indispensáveis, destinados à preparação, povoamento e colonização dessas terras. Também o novo donatário as visitou, para conhecê-las e ordenar providências. Como, porém, não era possível lá permanecer, conseguiu da coroa autorização para nomear um locotenente, governador de sua confiança, isso em janeiro de 1681. Mais tarde, já enfiado de tantas terras, de tanto dinheiro, ele que não era aventureiro nem ambicioso, chamou à sua presença o seu primogênito, Manuel Garcia Pimentel, e deu-lhe tudo que possuía no Espírito Santo, contanto que fizesse a capitania prosperar. Mas antes disso, para corresponder aos desejos da coroa e por conta dos próprios haveres, mandou proceder à exploração das minas de esmeraldas, jacentes em terras capixabas.

E dizer-se hoje, para assombro de muita gente, que o importante, civilizado e futuroso Estado do Espírito Santo, de que se está agora comemorando o quarto centenário, fôra qualquer coisa assim semelhante a uma fazenda do capitalista baiano Francisco Gil de Araújo!...

Mas o melhor da vida dêsse argentário, em benemerências positivas, encontramos na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, no seu quinto volume, onde o louvado autor Padre Serafim Leite pôs a descoberto a ação admirável dêsse homem, na parceria de outros de sua família, associados na deliberação, que praticaram, de dar à companhia de Jesus quanto ela precisasse para a edificação de sua igreja, hoje a monumental basílica do Salvador, na cidade da Bahia. E tudo isso dado em troca de uma sepultura no seio da mesma e de algumas missas oficiadas por sua alma. Não se contam, ademais, quantias e objetos e proteção proporcionados aos filhos de Loiola na Bahia, tamanho o amor que lhes dispensavam os Garcias, os Araújo da família de Francisco Gil.

Outra particularidade dadivosa: Nada sabendo de Mecenas, romano, que aliás só servia a adutores e lambepês de qualquer categoria, autorizou Francisco Gil por conta de seus cabedais fôsse feita a publicação da obra do jesuíta Simão de Vasconcelos, com o título de *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. Isso porque se tratava de Anchieta, benemérito no Espírito Santo, e de Simão de Vasconcelos, de toda a sua consideração. Éste o curioso pórtico do livro: *Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta, da Companhia de Iesv, tvmaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil. Compоста pelo P. Simam de Vasconcellos, da mesma Companhia, Lente de Prima na sagrada Theologia, & Prouincial que foi na mesma Prouincia, natural da cidade do Porto. Dedicada ao Coronel Francisco Gil de Aravio. Em Lisboa, na Officina de*

Joam da Costa. M.DC.LXXII. Com todas as licenças necesarias. Segue-se derramada introdução, à guisa do tempo, no curso da qual Francisco Gil é enaltecido até aos cumes inatingíveis.

Avalia-se-lhe a idade de setenta anos quando ocorreu a sua morte, geralmente chorada, a 21 de dezembro de 1685, sendo o seu corpo inumado na capela-mor da atual basílica arquiépiscopal da Bahia, com a inscrição que o Padre Serafim Leite reproduz: *Hic jacet Francisco Gil de Araujo Prae fecturae Septus Sancti Dominus et Gubernator Conditor magnificus et Patronus singularis Hujus Majoris Sacelli Quod Sanctissimo Jesus Nomini erexit in monumentum Sibique ac Posteris suis possuit in sepulchrum Obiit. Anno Domini MDCLXXXV Decembri XXI.*

Grande vida, grande cidadão, escrínio de trabalho, de bordade, de honradez, de solidariedade social, qualidades que raramente se ajuntam nos sentimentos dos homens de dinheiro e de fartas possanças.

V — LOURENÇO DE BRITO CORREIA

O precioso *Livro Velho do Tombo*, que em honra da história da colonização da Bahia se publicou, graças ao patriotismo dos padres beneditinos da mesma cidade, despertou-me a curiosidade para pesquisas em torno de um rebento da umbrosa árvore que se formou de Diogo Álvares e de Catarina Paraguaçu.

Esse magnífico volume, com desvelado capricho elaborado e gráficamente composto, encerra documentos relativos às primeiras terras e bens imóveis conseguidos pelo mosteiro de S. Bento nos idos tempos da Bahia inicial, e entre os mesmos encontro a escritura de doação de Lourenço de Brito Correia, de terras de suas pertenças. Na escritura, o que aguçou a minha espectante curiosidade, aqui repetida, foi a dúvida em que se defrontou o doador para determinar o grau de sua ascendência até a raiz daquela árvore faustosa, a que primeiro nasceu, floriu e frutificou em terrenos marginais da baía de Todos os Santos.

É certo que da ementa da carta de sesmaria não é autor Brito Correia, mas daí começou a laboração do equívoco e ainda por isso o engano no documento de doação, já agora da responsabilidade do próprio Lourenço, que o assinou. Diz-se na ementa: «Tresladado da carta de sesmaria de Diogo Álvares, avô de Lourenço de Brito Correia». E no texto da carta: Digo «eu, o capitão Lourenço de Brito Correia, fidalgo da casa de sua majestade, que é verdade que por esta doação entre vivos, pela devoção que tenho à Virgem N.S. da Graça, como meus mais bisavós e avós e pais tiveram sempre à dita Senhora, onde está enterrada minha bisavó

(*Catarina Paraguaçu*) na mesma capela a qual dão... conforme as cartas de sesmaria que meu avô o senhor Diogo Álvares e minha bisavó Catarina Álvares houveram de sesmaria dos governadores»... Assinou-a em cartório aos 8 de setembro de 1628, provavelmente depois de lê-la ou de achá-la conforme, ao ouvir-lhe a leitura.

Ora que Diogo Álvares viveu maritalmente com Catarina e com ela mais tarde veio a casar-se depois do nascimento de vários filhos. Dentre tantos dêstes se conta Apolônia Álvares, posteriormente espôsa de João de Figueiredo Mascarenhas, português que ainda jovem de doze anos se transportou para o Brasil, na companhia de seu pai, Lourenço de Figueiredo, quando êste fugia à pena por crime cometido no reino. Adianta Frei Jaboatão que tantas coisas praticou o Joãozinho na Bahia, a ponto de em breve tornar-se homem de prol, fidalgo da casa real e até genro do patriarca do Brasil. O Rei D. João, o 3º, escrevia-lhe cartas amigas, os amerígenas apelidaram-no o *Boatucá* e Apolônia havia de lhe ser tôda carinhos incessantes.

Do consórcio de João de Figueiredo Mascarenhas e Apolônia Álvares promanaram filhos abundantemente. Só mulheres foram sete, sendo duas delas, a Maria e a Mécia, por sua vez se casaram com dois rapazes irmãos, da família dos Britos Correias, também procedentes de Portugal e que na Bahia foram de verdade a origem dos Correias e dos Britos aparecidos posteriormente. Mécia consorciou-se com Manuel Correia de Brito e Maria com Sebastião de Brito Correia. Êste último casal teve apenas cinco filhos, que receberam os nomes de Apolônia, Filipa, Lourenço de Brito Correia, Joana e João.

Acompanhando-se os passos dêsses casais e de suas sucessões, temos que a personagem ora aqui apreciada era legitimamente filho de Sebastião de Brito Correia e de Maria de Figueiredo Mascarenhas, neto de João e de Apolônia Álvares e bisneto de Diogo Álvares e de Catarina, por alguns chamada Paraguaçu e que o historiador Vanderley Pinho é de pensar se chame Catarina Caramuru, enquanto Frei Vicente do Salvador a dizia Luísa Álvares. Como explicar-se pois, que ao lavrar da escritura de doação ao mosteiro de S. Bento, nas adjacências da igreja da Graça, na capital da Bahia, Lourenço vacile em determinar a sua linha de parentesco, em face dos avós e bisavós maternos?

Igualmente avivou-me o facho da curiosidade o cognome que mestre Jaboatão emprestou a Lourenço, sem lhe adiantar quaisquer pormenores de biografia, de que tanto usa, ao repetir datas de batismo nomes de padrinhos, etc. Noutras partes do seu catálogo de genealogias há muitos cognomes acrescidos a individualidades

estudadas, embora quase sempre desprimorosos, mas a Lourenço houve por melhor chamá-lo o *Formoso*. Por que assim? e onde essa formosura se manifestou? O velho Borges da Fonseca, vindo depois de Jaboatão na faina genealógica e dêste tomando ou adotando muitos e muitos informes, principalmente no que toca à famílias baianas, cometeu também a luxúria do gôsto de classificação de Lourenço de Brito Correia, mas por êrro do copista, ao meu ajuizar dos acontecimentos deu-lhe o cognome de o *Famoso*, quando na certa, pisando os mesmos rastros de Jaboatão, teria querido dizer o *Formoso*. . . Como *formoso* ou *famoso* é que Lourenço ficou de comêço alistado no *Catálogo Genealógico* de Jaboatão e na *Nobiliarquia Pernambucana* de Borges da Fonseca. Vejamos, porém, no decurso dos tempos, se a *buena-dicha* se confirmou.

Quanto tenho pesquisado para acompanhar os passos dêsse jovem baiano, muita vez resulta em vão. Nasceu e escondeu-se até que se tornou homem, capaz de combates, de guerras, de defesa do solo pátrio, sempre e quando os tempos e as circunstâncias lho exigiram. Era à vez das incursões holandesas o aparcimento de noticias dêle, em feitos que as fôlhas de serviço bélico vão registando. Com que idade o fêz? Não o soube eu e não o sei ainda. Ia lá por seus vinte e tantos anos, na plenitude da vitalidade moça. . .

Ai por 1624 a cidade do Salvador estava sob a dominação dos invasores da Holanda, que a saquearam, mas lhe reconstruíram as fortificações, para a garantia e segurança dêles mesmos. A maior fôrça da população da cidade evadiu-se em vendo prisioneiro o governador e foragidos diferentes membros da governança, indo o próprio bispo à frente de quantos, aos grupos e em multidões, buscavam os subúrbios e o recôncavo. Eis que aparece, então, Lourenço de Brito Correia, dando à mostra suas qualidades guerreiras.

Os emigrados, logo reforçados com elementos procedentes de Pernambuco, pois que as duas capitanias muito se aliavam na disposição de combater o inimigo, formaram no Rio Vermelho seis companhias de voluntários, sendo que uma destas se atribuiu ao comando do Capitão Lourenço de Brito Correia. Outro baiano com investidura de igual categoria foi Francisco de Barbuda, o 2º, enquanto das demais não é oportuna aqui a citação.

Durante cêrca de um ano a ação de Brito Correia se evidenciou com heroismo e do forte de S. Diogo, onde se acoitara a tropa de seu comando, tudo fêz êle no sentido da derrota dos holandeses e vitória da causa em que se empenhara.

Quantos historiaram os acontecimentos da primeira dominação neerlandesa proclamam o valor dêsse militar espontâneo, que ao

têrmo do conflito se tornou alvo de honrarias e mercês, inclusive o diploma de fidalgo da casa real e a patente de capitão, de que tanto se ufanava, tanto que a repete na citada escritura de doação, em 1628.

Há em Varnhagen, ou seja na sua importante *História Geral do Brasil*, a afirmação de que também estivera Lourenço de Brito Correia no nordeste, envolvido nas mesmas peijas e em consequência disso fôra ali prêso pelo inimigo. Mas, por êles mesmos libertado, continuou lutando na Paraíba, muito galhardamente defendendo certa trincheira que era alvo da violência dos canhões inimigos. Será provavelmente dêsse tempo que o teriam feito governador da capitania, afirmativa esta que só encontrei referida na relação dos que governaram a capitania dos Filipes e que anotadores do grande historiador anexaram à sua obra notável, ao publicar-se a terceira edição.

Segundo se infere de provisão a seu respeito expedida, Lourenço estivera algum tempo em Portugal, ufano de vitórias, mantenido dos recursos financeiros que o abasteciam, e de lá, em 1637, se embarcou para a Bahia, «numa caravela de socorro, com infantaria e munição, onde, tanto que chegou (*no Brasil*), aggregando-se ao exército de Pernambuco, alojado em Sergipe, se retirou com êle para a Bahia de Todos os Santos. E sendo sitiada a cidade pelo Conde Mauricio de Nassau, se achou na defesa dela, assinalando-se nos rebates que se deram ao inimigo e na resistência que se lhe fêz quando pretendeu tomar o reduto de S. Antônio».

Vitorioso nas suas campanhas, que aliás lhe eram de moderada fama, e, pois, não sendo êle ainda o *Famoso*, continuou lutando contra os holandeses, vez por outra, sem obrigações propriamente militares. Muito dinheiro emprestou, ou deu, e muito gado forneceu à coroa para o incentivo e prosseguimento da guerra. O mesmo forte de S. Tiago, baluarte onde mais se marcou sua ação, às suas custas foi reconstruído.

Mas, terminada a guerra com a derrota dos holandeses e guerra a que por último se referiu o historiador Bernardino de Sousa ao estudar a dúbia personalidade do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra, Lourenço de Brito Correia passou a ser um verdadeiro surrão de retribuições oficiais. Enumeravam-se mercês, tenças, hábitos, empregos, e até o seu pupilo Lourenço de Brito Figueiredo, à sombra paterna considerado herói na guerra, logrou prêmios em escudos e «vantagens». E de seguida foi Lourenço de Brito Correia o provedor-mor da Fazenda real, uma espécie de ministro da Fazenda atualmente, com os proventos de cujo cargo

venceu os caminhos para a conquista de um lugar na mesma da governança, sem que fôsse preciso justificativa das origens disso.

Muito a gôsto não o acompanharei na fuga, ou na contra-marcha, como o diz Bernardino de Sousa, com Luís Barbalho Bezerra, pois a minha ignorância, maior ainda em tática militar, nunca aceitará razões para retiradas em guerra senão sob o exclusivo pretexto da economia de vidas humanas em face de derrotas sofridas. Essa viagem de Barbalho Bezerra, de Touros a Tôrre de Garcia de Ávila, tem qualquer coisa de fugida, e só assim ao meu juízo merece acolhimento.

Como o surrão das ambições não tem costuras ao fundo que o guarneçam com segurança, nunca se enchendo delas, o provedor-mor, ainda mancomunado com o dito mestre de campo e já agora também com o irritadiço Bispo D. Pedro da Silva, começou de engendrar e praticar fosquinhas aos Mascarenhas, seja o Fernando de Mascarenhas (Conde da Tôrre), Vasco de Mascarenhas (Conde de Óbidos) e Jorge de Mascarenhas (Marquês de Montalvão), sucessivamente no govêrno geral do Estado, e assim tomando partido em oposição. E foi valendo-se dêsse partido que o Padre Francisco de Vilhena fêz do que fêz, tramando intrigas e com tais elementos insuflando a realizada deposição e a conseqüente prisão do marquês, mais tarde metido a ferros e recambiado à côrte, à semelhança de qualquer criminoso vulgar, quando era êle o primeiro vice-rei do Brasil e homem de nobre caráter.

Evitarei apreciar, nesta oportunidade, o que se passou em pormenores para o triunfar da politicalha do triunvirato que se incumbiu da sucessão do vice-rei... Lourenço de Brito Correia foi um dos governadores da Bahia, ou do Brasil, de 16 de abril de 1641 a 26 de agôsto do ano seguinte, na parceria do bispo e do mestre de campo.

Felizmente, com mais tardar, pela traição que cometeram. «pelos têrmos indignos que haviam usado com o vice-rei», o governador Antônio Teles da Silva, farinha do mesmo saco, «remeteu presos para Lisboa a Luís Barbalho e a Lourenço de Brito; aquêle foi perdoado, por atender o rei que nêle sômente predominava a ignorância; êste, porém, esteve muitos anos prêso na cadeia de Lisboa, repondo o bispo todo o dinheiro que havia recebido como membro do govêrno». Perdoado, Barbalho Bezerra mereceu a nomeação de governador do Rio de Janeiro, embora todo «ignorância», do cargo se empossando a 27 de junho de 1643. Lourenço de Brito, parece que bem castigado, teve soltura depois, naturalmente se levando em conta os seus serviços anteriores ao rei, suas possanças de riqueza e, por certo, o prestígio do subôrno. E de então a paz baixou sôbre o Brasil.

Tudo, entretanto, denunciava que Brito Correia mantinha bem fundadas simpatias ao General Francisco Barreto, quanto fortes ogerizas ao Conde de Óbidos de muita influência na política da colônia, em virtude de parentesco seu com o próprio rei. O conde estivera no governo substituindo interinamente ao vacilante e pavoneador Conde da Tôrre, até a vinda do Marquês de Montalvão. Depois, em junho de 1663, veio efetivamente a ser o 2º vice-rei. Dadas as ogerizas e mesmo positivadas estas, o que aconteceu foi meter-se Lourenço outra vez numa conjuração, agora contra o mesmo conde e do que lhe resultaria outra temporada na cadeia. Nessa empreitada faziam-lhe companhia o famigerado Francisco Teles de Menezes, de infeliz memória na Bahia do século 17, o mestre de campo Álvaro de Azevedo e o Capitão Antônio de Queirós Cerqueira. A conjura não vigorou porque a delatara o Capitão Damião dos Lençóis de Andrade, logo promovido a sargento-mor e transferido para a côrte, em retribuição. De novo prêso, Lourenço foi mandado para o reino como castigo, ou exílio; o mestre de campo sofreu pesadas represálias, inclusive a suspensão do pagamento de seu sôldo por longo tempo, enquanto Teles de Menezes mereceu o que ainda era pouco ao seu merecer.

Em consequência de tais fatos ainda em 1665 o conjurado baiano se encontrava prêso no reino e em dias adiante do mesmo ano já se referia o acontecimento da sua morte.

Esse movimento de rebeldia política em que se achou envolvido Lourenço de Brito Correia, foi sempre olvidado dos historiadores, provavelmente pelo fato da coroa negar apoio às medidas de vingança empregadas pelo Conde de Óbidos, segundo se depreende da leitura das cartas do rei a respeito, dirigidas a autoridades da administração da capitania e do Estado.

Havendo regressado à terra-mãe depois da primeira prisão política, Brito Correia prosseguiu no trato de seus negócios, de suas fazendas, com subordinação aos interesses da coroa, mas num recatado ostracismo. Nesse interregno é que mais se manifestou em seu favor a amizade do Governador Francisco Barreto, que não era muito de alianças espirituais com o Conde de Óbidos. Aliás, Barreto e Lourenço se tornaram amigos desde os combates de 1624 e 1638. Na correspondência do general há reiteradas referências aos merecimentos, sempre gabados, de Brito Correia, e em mais de uma carta a lamentação de não haver ainda chegado da côrte o documento de sua nomeação para governador da capitania do Rio de Janeiro, em substituição de D. Luís de Almeida, e isso quando tal cargo já fôra desempenhado por Barbalho Bezerra.

De malas arrumadas para o governo da capitania fluminense, teve que desfazê-las, pois que o tal diploma de nomeação nem chegara a ser expedido. Aceitou êle, porém, nomeação para o cargo que anteriormente exercera, o de provedor-mor da Fazenda, por lhe querer assim dar testemunho de solidariedade o General Francisco Barreto, governador do Estado do Brasil. De tal modo a posse de Brito Correia se efetuou a 9 de abril de 1659.

A propósito, é interessante o registo de que os soldos, tenças e os demais proventos a que Lourenço tinha incontestado direito, só lhe tivessem sido pagos ao tempo de sua presença no governo, o mesmo ocorrendo com o seu filho Lourenço de Brito Figueiredo, «soldado da companhia do Capitão João Rodrigues Pestana», pago quando seu pai formava no referido triunvirato.

Frei Jaboatão só o achou servindo de padrinho de casamentos, aliás por duas vezes, ou seja, no consórcio de Baltazar de Aragão de Sousa com Leonor Correia Peixoto, celebrado na Ajuda a 20 de agosto de 1642, e no de Antônio Ferreira de Sousa com Antônia Barbalho Bezerra, filha do mestre de campo Barbalho Bezerra, a 1 de setembro do mesmo ano. O Bispo D. Pedro da Silva oficiou esta cerimônia e o Padre Rafael de Perada a primeira. Acompanhou-o no paraninfado de Ferreira de Sousa a sua irmã Joana Correia de Brito, que vivia com Lourenço, e ambos solteiros. Digo-o solteiro por não haver encontrado qualquer afirmativa de que tivesse sido alguma vez casado, embora fôsse êle pai de Lourenço de Brito Figueiredo e de Diogo de Brito, como o divulgou num requerimento para concessão de sesmaria.

De 1659 a 1661 várias cartas de sesmarias lhe foram expedidas, com a doação de terras na Bahia e limites de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Para êle, a irmã Joana Correia de Brito e os dois citados filhos. As de relação a Pernambuco e Alagoas concedidas pelo governador André Vidal de Negreiros.

Na famosa questão de terras dos jesuítas, por força do complicado testamento de Mem de Sá, Brito Correia aparece com a autoridade de provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, aí por 1659.

Homem de vida acentuadamente política, servindo ao rei e à pátria quanto bastasse ao melhor proveito da coroa, êsse Lourenço de Brito Correia, bisneto de Diogo Álvares e de Catarina Álvares, baiano de nascimento nos fins do século 16, foi provedor-mor da real Fazenda em dois períodos, membro do governo de sua terra baiana por mais de um ano e há quem o tenha incluído entre os governadores da Paraíba. Igualmente provedor da Misericórdia e proprietário de largas posses. Não o tenhamos, entanto, na conta de nome padrão de nossa história, nem diante

dos fastos mais vivos da tradição da Bahia. Pai, sem que se lhe saiba do casamento, bom irmão, lamento não lhe ter encontrado datas relativas a nascimento e morte. Tudo nêle se foi esquecendo, como acontece na vida dos homens públicos que à política exclusivamente se escravizam e que a servem por ambições pessoais, na ânsia de posições e com o escurecimento das utilidades que à sombra da mesma poderiam proporcionar à pátria e à sociedade humana.

Unha e carne com Francisco Barreto e Luís Barbalho Bezerra, evitando alianças com o govêrno dos Mascarenhas e solidário nas rixas, violências e grosserias do Bispo D. Pedro da Silva e de Francisco Teles de Menezes, que era o alcaide-mor da cidade ao ser assassinado, Lourenço de Brito Correia só terá da posteridade o registo que até agora se lhe fêz, pois em tôda a existência que lhe avaliamos de mais de setenta anos, não passou de ser apenas isso que referimos. Nada mais se lhe descobriu em proveito da restauração que se processa, concernente a valores brasileiros no tempo da colônia portuguesa da América.

SÉCULO 17

ANTÔNIO GUEDES DE BRITO

Aprendi com Carlyle que as individualidades tratadas em nossos estudos ou apreciativas, nos devem vir, e aos demais serem apresentadas, sob um halo de simpatia que não importe em exagêro de louvores, ou lisonjas, dêste modo se evitando quaisquer parcelas de inveja, de ataque, de destruição. E se isso aprendi, e o não era estranho à minha índole, a consciência está a repetir-me que assim tenho curado quantas individualidades hão sido conduzidas à minha apreciativa e estudos.

Do século 17, por exemplo, alhures chamado século de ouro do Brasil, os nomes de baianos, de brasileiros e de portugueses referidos nos meus desgraciosos comentários, depararam-se à minha vista cercados dêsse halo de afeto e à sombra dêsse afeto só lhes tenho feito coroamento seguro, embora lhes não ocultando fâculas mais vistosas, porventura lhes nublando de leve passos da vida. Prova ou testemunho da incondicional imparcialidade em que me coloco na enunciação de qualquer julgamento, se a tanto importa a minha apreciativa ou estudo. Às vêzes recuando séculos e ainda longas décadas para o trato de personalidades tais, evito preferências, favores, lisonjas, queixumes, inveja em que tanto se revelam individualidades atuais ou das adjacências.

Está ajustadamente nesse caso Antônio Guedes de Brito, já noutro ensejo estudado mais distendidamente por minha obtusa pena de esquivinhador, e que na hora presente não poderia ser omitido. Nome de meu afeto, de meu respeito mais elevado, haja vista a obra considerável que realizou para a grandeza econômica e social da Bahia, senão do Brasil.

Teria nascido, na Bahia, entre 1626 e 27 e falecido entre 1692 e 95. Batizado a 13 de fevereiro de 1627, chamavam-se seus pais Antônio de Brito Correia e Maria Guedes. O avô materno possuía o ofício de tabelião, transmitido por herança a seu pai, e depois a êle, que por sua vez o legou a seu enteado, por não ter tido filho varão. Um cartório de notário público sempre fôra, e continua sendo, mina que guarda ouro para a maior prosperidade dos que a explorarem. O tabelionato desenvolveu os mais largos lances da vida de Guedes de Brito, a ponto de o impor à melhor situação social, política, financeira, econômica, engrandecida de prestígio geral, sempre na sua terra, mas extensiva à côrte, à coroa e a soberanos de seu tempo.

Sem mínima prova de bajulação, sem qualquer manifestação de aulicismo e, menos ainda, de capachismo ou sabujismo, qualidades inatas do século, a tudo se sobrepôs em face da coroa, à frente de governadores, à vista de legisladores e igualmente de bajuladores, tão comuníssimos na sociedade humana. E, sobrepondo-se, por merecê-lo o fizeram titular das Ordenanças, elevando-o de capitão a coronel, conferiram-lhe dignidades e honrarias, elegeram-no várias vêzes oficial do Senado da Câmara e, nesta posição, mestre de campo que o era, serviu, em junta, o cargo de governador do Estado do Brasil. No triunvirato respectivo era inegavelmente a figura mais respeitosa, serena e realizadora.

Quero-lhe muito bem à memória, mais ainda pelo que fizera por minha terra, a atual Jacobina, sita em chãos de sua propriedade e nêles estabelecida a semente da fortuna de numerosos povoadores que através dos séculos a fizeram e a engrandeceram, lhe desenvolvendo as diretrizes de município dos mais ricos e de melhor futuro.

Para um rápido perfil de sua figuração entre os baianos de maior valia, nada mais devo aduzir ao que a seu respeito escrevi, dêste modo as presentes linhas valendo tão sòmente como indicativo do trabalho anterior, que poderá ser consultado, se aguçada a curiosidade de alguém no sentido de conhecê-lo. Isso, quando a tanto não obstar nesse propósito a fôrça poderosa de que certos indivíduos se refocilam, tomada do bradípodo muito brasileiro que, à conformação dos pés para o avanço, retém todos os órgãos demais e a própria inteligência.

De Guedes de Brito veio uma filha e desta a descendência de que nasceu a Casa da Ponte, o Conde da Ponte, outro governador da Bahia, e dos demais esclarecidos e mais capazes para o desempenho do alto cargo.

É de lastimar-se que a Bahia, e mais ainda a Jacobina, o tenha olvidado dentre os seus maiores troféus humanos, que tanto a recomendam às homenagens de atuais e de venturos.

VII — BERNARDO VIEIRA RAVASCO

Esse Bernardo Vieira Ravasco, de quem tratam biógrafos, críticos literários e historiadores, é dos tais indivíduos que escalam ousadamente os degraus da vida e vencem, por bambúrrio, os pórticos da notoriedade. Homem de ação, de combate, de caprichos, dêle já o disse eu de outra vez, triunfou em tudo com a ponta larga da coberta que lhe estendera o poderoso irmão, o Padre Antônio Vieira, e que lha estendia sempre, em sendo necessário.

Seu pai, homem pobre quanto probo, dono de cargo público de pouca fazenda, que lhe fôra dado, em janeiro de 1636, ou seja o Escrivão Cristóvão Vieira Ravasco, era espôso de Maria de Azevedo. Esse seu filho conseguiu quanto quis em quase todo o decurso existencial. Nascido em 1617, parece que, ao ser batizado aos 3 de janeiro de 1619, a boa sorte para êle estava nas águas lustrais que o lavaram do pecado de origem dos homens. Até 1638, quando se mete em luta com os holandeses invasores da cidade do Salvador, terra de seu nascimento, dêle só se sabe haver freqüentado o famoso colégio dos jesuítas, a casa de ensino onde os baianos iam receber luzes para a inteligência. Contam que naquele recontro guerreiro se fez valoroso e de lá saiu com os alamares de capitão de infantaria.

Depois, nada mais se falou a seu respeito, senão que lhe deram de presente o melhor e mais pingue emprêgo público dessa época, sem dúvida mais rendoso que os de tabelião e de fiscal de consumo na Capital Federal dos nossos dias. Fizeram-no secretário de Estado, mais que ministro da República, embora com o vencimento anual de 100\$000, além do direito de nomear pessoal de sua confiança para os cargos demais, pois que a Secretaria era propriedade sua. Empossou-se da mesma a 25 de novembro de 1647, e isso lhe veio por mercê dos merecimentos paternos e dos serviços que à coroa já estava prestando o grande Padre Vieira.

Desde então vai êle botando a descoberto as unhas da ambição, pois dando aos pais, em ajuda da mantença, os vencimentos integrais que percebia, passou a ter fartos recursos, a comprar

engenhos, contando apenas com os réditos das propinas regimentais.

De novo tornaram à Bahia os holandeses. Segismundo van Schoppe no comando de uma esquadra incumbida de tomar Itaparica e o recôncavo. Também de novo Bernardo está presente, e luta, do combate saindo ferido, numa das mãos, o que importa em motivo para sua reforma no posto efetivo de capitão.

Provada assim a sua eficiência social e politica, no entanto se des preocupou êle do matrimônio, a que estava naturalmente adstrito qualquer homem de sua responsabilidade. Mas por lhe parecer mais comeseinho, associou-se ao afamado intelectual e escritor português D. Francisco Manuel de Melo, exilado político na Bahia, e ambos iludiram, ou seduziram, a duas filhas do casal Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, e com elas passaram a viver, produzindo filhos. Êsse fato escandalizou de tal maneira a sociedade a que Bernardo pertencia, a ponto de ir a nova às ouças do soberano, e êste, todo pudicícia, a 19 de novembro de 1652 escreve a propósito ao governador, transmitindo ordens e ameaças, como aqui se reproduz:

«Fui informado que Bernardo Vieira Ravasco entra em casa de D. Filipa de Albuquerque há muito tempo e com grande publicidade e escândalo, e porque semelhantes excessos são muito de estranhar, principalmente em ministro e com pessoas de qualidade e obrigações como D. Filipa, ordeno-vos que chameis Bernardo Vieira e lhe deis uma boa repreensão e lhe mandeis. de minha parte, que não entre mais em tal casa, e a D. Filipa fareis notificar o mesmo, por alguma pessoa religiosa e em segredo, em razão do decôro, e que dentro, nos dias que vos parecer, se saia da cidade, em parte tão distante onde não vá nem possa ir facilmente Bernardo Vieira, mandando-lhe assim também a êle. E em caso que D. Filipa se não saia logo da cidade, a mandareis sair com efeito e por justiça, e se Bernardo Vieira continuar com ela algum trato ou correspondência, me dareis logo conta, para que mande proceder no caso a demonstração que merece».

Que resultaria disso? Nada. O rei estava longe e próximo de sua majestade se encontrava o Padre Antônio Vieira, em guarda e defesa dos Vieiras da Bahia...

Nasce-lhe o desejo de possuir terras e para isso se associa êle ao Capitão Manuel Caldeira Soares, residente na capitania do Rio de Janeiro, e obtém uma sesmaria de dez léguas, em terras por «detraz da serra dos Órgãos», tudo prometendo para cultivá-las e civilizar-lhes os nativos aí encontrados. Deu-se a concessão a 12 de agosto de 1656.

Com outros homens de sua condição, quis Bernardo Vieira Ravasco visitar a côrte, passear no reino e com êsse objetivo solicita ao governador licença por três anos, com todos os vencimentos, pois que o seu cargo não poderia sofrer diminuições, mesmo ausente o respectivo titular. Mas os vencimentos continuariam a ser entregues ao velho Cristóvão Vieira Ravasco, em ajuda das próprias despesas. Bastavam-lhe os recursos dos emolumentos extraordinários e dos negócios que tinha.

No reino, brasileiro de posição e família, ia conseguindo tudo. Só no ano seguinte (1663) mais duas sesmarias lhe dão, em terras baianas, sendo a última, em 10 de setembro, de sociedade com o grande realizador Antônio Guedes de Brito e lá para as bandas da Jacobina. Requerendo-a em abril dêsse ano, disse: «morador nesta cidade (Bahia) e tendo engenhos e fazendas de lenhas e canas, para cujo serviço lhe é necessário ter muitos bois, e para evitar as despesas de os comprar, pretende povoar alguns currais, e porque tem cabedal bastante para o fazer»... Tudo resultante das propinas do cargo...

Ainda em 1663, estante na côrte, Bernardo obtém, a 10 de setembro, provisão real que o nomeia alcaide-mor da capitania de Cabo Frio, que nem sequer conhecia. Cheios de vantagens os alforges da ambição, regressa êle à Bahia em janeiro de 1664 e lança nos livros próprios da Secretaria o registo da provisão. Nesta se anotaram pormenores de sua biografia, como justificativa da nomeação, chegando-se mesmo a dizer quanto o poderoso Padre Vieira influiu nos resultados.

Alcaide-mor de Cabo Frio, queria terras aí e, atendendo-o, deram-lhe uma sesmaria, em setembro de 1664, já no ano seguinte ampliada em dimensões, ou nos respectivos limites.

O Conde de Óbidos, vice-rei, desconfiou de certa feita da existência de uma conjura para depô-lo, nela figurando Bernardo Vieira Ravasco e outros que tal. Num ápice, manda o governador prender os conjurados e assim os conserva até ordem do rei em contrário, enquanto o processamento se executa. Para substituí-lo na Secretaria é nomeado, naturalmente o que ali fazia as vêzes do secretário, o oficial-maior Antônio de Sousa de Azevedo, criatura de Bernardo, pois que a êste competia a escolha do pessoal de sua repartição. Para mais ainda castigá-lo o conde expede, a 21 de janeiro de 1667, um regimento de custas para a Secretaria, pelo qual Vieira Ravasco teria reduções financeiras consideráveis. Com o tempo e as intromissões políticas, o processo da conjura resultou em nada e Bernardo voltou ao cargo de sua propriedade, a 10 de setembro dêste citado ano. Dois dias depois, Sousa de Azevedo

é demitido de oficial-maior, com uma nota que nada o recomendaria para o futuro.

Por fim, chega junho de 1669 e os vencimentos anuais do secretário de Estado dão um salto ascensional, passando de 100\$000 a 400\$000 e quando já a esse tempo o velho e honrado Cristóvão Vieira Ravasco, que os recebia como auxílio à manutenção, era falecido, desde 1 de junho de 1667. Além da majoração conseguida, as propinas relativas foram assemelhadas às do provedor-mor da Fazenda. Quem pode, sempre mandou...

Com a *restituição* de Bernardo à Secretaria, encontrou êle, no registo de papéis, informações lançadas por Antônio de Sousa de Azevedo, de logo consideradas ofensivas. Que fez o desabusado titular do cargo? Ao pé de uma informação escreveu, de próprio punho: «Só lhe esqueceu não pôr aqui as bofetadas que lhe dera o tal Gonçalo Pinto, o *Canhenta*, com quem depois fez as pazes, e as que eu lhe disse muitas vezes daria, para lhe endireitar as faces, e que me estava dado como suspeito, e que não escrevia havia muitos anos, desde o govêrno do Conde de Vila-Pouca, em papéis cíveis, e como tal não devia tomar a pena para dar tal informação, que entretanto não importou, por ser em tudo filha da sua natureza e ódio, para que sua alteza me não fizesse a mercê que foi servido, e merecia o meu procedimento acreditado por todos os oficiais, ministros e tribunais que o justificaram». Ao pé de outra informação escreveu: «Tudo quanto erradamente se registou neste livro, desde a primeira declaração que fiz até esta, foi em quanto estive prêso, e o oficial da Secretaria, por maldade, ou miséria, ou parvoice, ou tudo junto, quis mostrar nisto o pouco que era para assistir neste lugar. Faço esta advertência para que, quem ler esta desordem, não me culpe».

Não satisfeito, porém, com as terras conseguidas, lança-se à obtenção de outras, já agora em fevereiro de 1670, na capitania do Rio Grande do Norte, associado no negócio ao famoso João Peixoto Viegas e a Francisco Lopes.

Por fim, dizendo-se velho, cansado, requer a faculdade de nomear substituto a seu primogênito, Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, e assim passa a viver folgadoamente, à sombra da fortuna realizada. A autorização dá a data de 13 de julho de 1676, mas a sua execução só teria ensejo quando conveniente aos interessados. Assim, pai e filho revezam-se no officio e nos serviços da Secretaria.

Vem para o govêrno da Bahia um homem que representava verdadeiro poço de peçonha, de maldade, de vingança, de ruindade, chamado Antônio de Sousa de Menezes, com a alcunha de *Braço de prata*. Nem convém aqui memorar coisas de sua admi-

nistração... Dá-se em junho de 1683 a morte, em pleno dia, na cidade, do seu apaniguado em tôdas as misérias, o alcaide-mor Francisco Teles de Meneses. O governador virou fera e passou a proceder loucamente. Para êle todos eram culpados na morte e assim compreendendo enche as prisões com suspeitos. Bernardo Vieira Ravasco iria certinho para o xilindró se antes, argutamente, não se tivesse abrigado no mosteiro de S. Bento, onde à polícia era vedada a penetração. Faz-se processo criminal, o povo em desespero pede que o rei mande governador de juízo. Atendeu-o o soberano e vem o Marquês das Minas, que todo o mal feito anulou, restabelecendo a plenitude das garantias públicas.

Assim, Vieira Ravasco deixou a proteção dos beneditinos, e tendo à vista o alvará régio de 11 de março de 1684, volta ao seu cargo, com todos os direitos anteriormente adquiridos. Outra vez, encontrando no registo da Secretaria tudo em desordem, escreve à margem do livro de assentamentos: «... depois de eu ser restituído a ela (Secretaria), por andar todo aquêlo tempo ausente, pelas culpas que o mesmo Antônio de Sousa de Meneses me criminou...»

Agradecido aos beneditinos pelo bem que lhes recebera, conservando-o por cêrca de um ano sob a proteção, Bernardo teve gesto nobilitante, fazendo, a 29 de julho de 1685, a seguinte doação ao mosteiro: «... respeitando eu as preeminências, honras e favores que os reverendos padres, provinciais e abades, e mais religiosos do mosteiro de S. Sebastião, do patriarca S. Bento, desta cidade, fizeram a mim e a Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, meu filho, enquanto no dito mosteiro estivemos homi-siados, e a antiga amizade que sempre professamos com os ditos religiosos, e professou meu pai, e desejando parecer de algum modo agradecido a estas obrigações... dou ao mosteiro o direito que tinha a uma língua de terra onde houve uma plataforma, junto às casas de Luís Varjão e Lopes de Ulhoa»...

O Padre Antônio Vieira, o poeta Gregório de Matos e outros valores da inteligência estavam na Bahia nessa ocasião e foram, pouco ou muito, atingidos pela sanha do *Braço de prata*. O padre eminente, velho, adoentado, com mais de oitenta anos de idade e muitas dezenas de outros em serviços à fé e à coroa, veio a morrer a 18 de julho de 1697, e Bernardo, que não se separaria dêle, acompanha-o na viagem dois dias após, a 20 dêsse mês.

Bernardo Vieira Ravasco, amariado com Filipa Cavalcanti de Albuquerque, falecida a 6 de dezembro de 1665, com ela teve apenas três filhos: Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, seu substituto na Secretaria de Estado; Cristóvão Vieira Cavalcanti de Albuquerque, em serviço militar desde maio de 1666 e

elevado a capitão de infantaria a 8 de junho de 1670, e Bernardina Maria Cavalcanti de Albuquerque. Não consta descendência de qualquer dos três e nem que Bernardo, com a morte de Filipa, tivesse tido outra companheira.

Aí está o homem público que durante cinquenta anos foi o secretário de Estado do Brasil e cujo prestígio na administração e na política foi imenso, bem é de ver que sob o padroado de seu glorioso irmão.

Vejamoss-lhe agora o perfil das valias pela inteligência, no trato das letras, da sabedoria e da cultura de seu tempo.

A centúria em que viveu Bernardo Vieira Ravasco, transcorrida no Brasil-colônia, deixou traços indelévels de sua luminosidade, em especial no campo da inteligência e da cultura. É certo que aí o século 16, a contar de sua segunda metade, não podia oferecer radiações de adiantamento intelectual, pois que tudo se procedia no sentido da organização administrativa e política da nova Lusitânia, mas o que ocorre na centúria iniciada em 1701 é de uma tristeza acabrunhante nesse particular. De nada valeram as academias com as suas soporíferas produções e dissertações, e raramente se nomeam fatos notórios dessa época, nos domínios da inteligência. Também não se venha alegar que no último caso isso se dera por motivo da transformação de natureza religiosa que se operou com a expulsão dos jesuítas, porquanto a medida oficial se praticou quando o século já ia em mais de meio, e ademais, para substituir-lhes as realizações com o objetivo da formação intelectual dos brasileiros, a clarividência do Marquês de Pombal providenciara de pronto a criação de escolas nas vilas e cidades que as mereciam, para o ensino da gramática latina, do grego, da retórica, da geometria, da filosofia, disciplinas que na época eram ministradas, quando consideradas necessárias.

Avaliando-se a posição de Vieira Ravasco em meio dessa luminosidade, homem de prestígio, de relações, capaz de favores e de proteção aos que lha pedissem, encontramos quase em branco o seu papel na vida mental da Bahia. Não me importa historiadores e críticos literários lhe façam cita de trabalhos porventura elaborados, e concluídos, mas nunca vindos a lume.

De alguns desses trabalhos falou o Abade Diogo Barbosa Machado, autoridade de pêso e de pulso, na sua *Biblioteca Lusitana*, confessando ter tido em seu poder «alguma parte escrita da própria mão do autor, com estilo discreto e elegante». Referia-se o abade à *Descrição topográfica, eclesiástica, civil, e natural do Brasil*, que maliciosamente José Verissimo atribui, pois que não na conhecia, ser reprodução alterada do *Tratado descritivo* de Gabriel Soares. As *Poesias portugêsas e castelhanas* Barbosa Ma-

chado igualmente refere, com a alegação de que formariam «quatro tomos de justa grandeza, escritas da própria mão do autor, como as viu meu irmão o Dr. Inácio Barbosa Machado quando exercitava o lugar de juiz de fora e provedor da cidade da Bahia».

E bastou que isso constasse da *Biblioteca Lusitana*, para vir aludida, apreciada, encomiada a obra de Vieira Ravasco, de absoluto desconhecimento dos criticastros. De um *Discurso político* e dos *Remédios políticos*, ditos de sua autoria, foram exibidas cópias em exposições nacionais, sem merecerem tais peças o mais mínimo comentário, nem mesmo quanto à fidelidade da reprodução. Quem tem em lembrança o acontecido com Gregório de Matos, deve duvidar de gratuitas afirmativas...

Que êle era apto para produzir essas e outras obras, não se argumente dado o conceito de nome ilustre que se lhe empresta, e o próprio Gregório, seu aliado em todos os passos, lhe proclama os méritos, inclusive na arte poética. Tanto assim que em tôrno de uma elegante décima que começa *De flôres e pedras finas floresce e enriquece o Estado...* e que lhe transmitira Vieira Ravasco, inspirada na demissão do governador Antônio de Sousa de Meneses e na assunção ao govêrno do digno, quanto clemente e justo, Marquês das Minas, o brioso satirista tece glosa de muita valia, igualmente em décimas, com finais de cada verso do mote de Bernardo. Há outros poemas de Gregório na intenção de Bernardo e um dêles a propósito de Gonçalo Ravasco, filho de Bernardo e ao qual a empinada teimosia de José Veríssimo dá como sendo primos entre si.

Varnhagen, Pereira da Silva, J. Manuel de Macedo, Cunha Barbosa, Silvio Romero, Sacramento Blake, Chichorro da Gama, Rôndal de Carvalho, etc. citam-lhe os valimentos, com subordinação às afirmativas de Barbosa Machado, sendo, da garupa a que se atrelam tais, excluído o de mais clareza, exatidão e senso, o historiador Artur Mota, de muito superior critério, através de sua importante *História da literatura brasileira*, infelizmente publicada apenas em dois volumes, os iniciais.

De verdade não há escritor de história que se livre inteiramente de cochilos, por inadvertência, preguiça no pesquisar ou mesmo sono ao momento de penetrar indagações. Cochilo ou claudicação praticou o próprio e escrupuloso Barbosa Machado, ao asseverar ter Bernardo sido provido no lugar de secretário de Estado a 7 de março de 1750, quando tal se dera a 25 de novembro de 1647, segundo documento dessa Secretaria fornecido ao governador dêsse tempo.

Finalizando, e à míngua de qualquer outra produção sua como poeta, repetirei de Vieira Ravasco a mencionada décima oferecida

a Gregório para glosar e que traduz a expressiva alegria dos baianos ao verem chegar para o govêrno o Marquês das Minas, acompanhado de seu filho, o Conde do Prado, com a violenta demissão do *Braço de prata*. Ei-la:

De flôres e pedras finas
floresce e enriquece o Estado.
Floresce, sim, pelo Prado,
e enriquece, pelas Minas:
As aves que, peregrinas,
aos montes se retiraram,
nesta manhã já cantaram
com tão doce melodia,
que a noite se tornou dia,
«porque as penas se acabaram».

VIII — EUSÉBIO DE MATOS

(FREI EUSÉBIO DA SOLEDADE)

Era dos florões mais altos e mais brilhantes da Bahia intellectual do século 17. Nada lhe faltava em testemunho do julgamento, a começar da inteireza do caráter e do valor sobrelevado da ponderação.

Eusébio nasceu na Bahia no ano de 1629, do casal Gregório de Matos e Maria da Guerra, tendo irmãos que foram Gregório de Matos Guerra e o licenciado Pedro de Matos e Vasconcelos. Seu falecimento verificou-se, na mesma cidade, a 7 de julho de 1692. Aprendeu com os jesuítas quanto tempo lhe reservaram os dias para aprendizagem, e tanto com êles se identificou e irmanou em sentimentos, inteligência e destino, que em lhes tomando a roupeta a 14 de março de 1644, ainda aos vinte e oito anos de idade, em 1657 continuava estudante de Teologia, só mais tardiamente vindo a ser, no quadro de ensino dêles, dos professores mais exímios no colégio da Companhia, instalado no Rio de Janeiro. Ali, ou aqui, pois que do Rio traço estas letras, em 1663 era o professor de Filosofia do instituto.

Nunca tendo saído da Bahia para fazer qualquer estudo ou curso, e apenas se afastando dela a serviço dos jesuítas no Rio de Janeiro, bem se pode avaliar que Eusébio seria portador de talento sem parêlhas ao seu tempo, com manifestações geniais, tantas as que lhe louvavam e enalteciam os conhecimentos, ou, então, o que lhe ensinaram os seus mestres seria inconcebível numa colônia, com todos os vícios, mazelas e corrupções. Acre-

ditamos, porém, que exornado de ambas as feições, fôsse êle ricamente dotado, donde os diferentes conceitos e opiniões de categorizados autores, que o conheceram e que se manifestam a seu respeito.

As artes, as letras, a ciência não lhe reservavam segredos. Músico, compositor musical, poeta, pintor, desenhista, professor, orador, sob tôdas estas modalidades era brilhante. Barbosa Machado, colher de tôdas as bôdas para as recomendações dos talentos contemporâneos, derramou-se ao tratar dêle: «insigne pregador, assim em sutileza dos discursos como na veemência dos afetos, poeta vulgar e latino, cujos versos eram tão discretos como elegantes; músico por arte e natureza, compondo as letras que acomodava aos preceitos da solfa; aritmético grande, sendo sempre eleito para árbitro das maiores contas; pintor engenhoso, do qual se conservam com estimação particular muitos debuxos; discreto, jovial na conversação, e ûltimamente tão consumado em tôdas as partes que constituem um homem perfeito, que afirmava dêle o Padre Antônio Vieira — que Deus se apostara em o fazer em tudo grande, e não fôra mais por não querer»... Barbosa Machado disse mais do que devia e que lhe cumpria dizer. Outros o imitaram e de tais nem convém lhes repitamos os repisados juízos, nem os nomes.

Com as vestes negras de Loiola Eusébio de Matos teria assumido a culminância e brilho de seus desejos, pois que nessa fase se revelou que farte no magistério e no púlpito, justamente cátedra e tribuna de onde irradiaram com mais pujança os seus talentos. E as suas famosas práticas religiosas, proferidas às noites das sexta-feiras quaresmais de 1620 e depois reunidas com o simbólico título *Ecce-Homo*, valem como confirmação da grandeza intelectual e da sabedoria cristã que lhe proclamamos, nisto seguindo, muito conscientemente, quantos compulsaram e leram a esplêndida coletânea (Publicada em 1677 em Lisboa, com 79 páginas em 4º e reproduzida, em *fac-simile*, no volume XI da *Estante Clássica da Revista de Lingua Portuguesa*). Tais práticas obedeceram a um temário sob que seria estudada a personalidade de Jesus Cristo, nos passos da quaresma ou ao tempo dos seus sacrifícios, morte e ressurreição, e temário que assim se intitulou nas partes correspondentes: *Dos Espinhos*, da *Púrpura*, das *Cordas*, da *Cana*, das *Chagas* e do *Título do Homem*. Ainda, assás citada, a oração fúnebre proferida por ocasião das exéquias do bispo baiano D. Estevão dos Santos, falecido a 6 de junho de 1672, impressa em Lisboa muito posteriormente, em 1735 e com 54 páginas. Que poderia o pregador emprestar de qualidades ao prelado que apenas esteve à frente da diocese cinquenta dias? Mas a inteligência

e cultura de Eusébio lhe supririam os predicados de D. Estevão, na condição de bispo...

Mas aí por cerca de 1680 o notável Padre Eusébio de Matos deixava a Companhia de Jesus por um dever moral que a sua equilibrada e justa consciência lhe ditava. Da parte dos jesuítas havia contra si um surdo movimento de animosidade e só a retirada dos seus quadros e do seu ambiente seria a solução mais própria. Espalhava-se à boca pequena, de primeiro, que juntamente com o espírito vigoroso do Padre Eusébio a carne se manifestava fraquíssima, para levá-lo a culpa perante a Igreja, ferindo o juramento prestado na Companhia. E a denúncia ou boato cresceu, dando o pregador ilustre como pai de uma criança que na cidade ia sendo criada. Decidiu-se finalmente. Abandonou a roupeta de jesuíta, mas de pronto vestiu o hábito de carmelita, porque os frades de N. S. do Carmelo preferiam sobretudo, e com altíssima razão, a inteligência, o saber, as virtudes sociais e morais do insigne religioso, às coisas particularíssimas que diziam dêlo, uma vez apenas, e que não constituíam ofensa à Ordem que o recebia, nem à Igreja.

Não se precisa exatamente quando Eusébio de Matos operou a transferência, que não seria, nem fôra, transformação. Mas o certo é que ao regressar à Bahia, em 1681, o grande Padre Antônio Vieira, seu antigo mestre e que por êle fôra sucedido na cátedra de Filosofia do colégio, tanto se indispusera com a saída de Eusébio, que chegou a proferir o conceito de que «tão mal fizeram que tarde se crição para a Companhia outros *matos*». Dizendo-se-lhe, porém, francamente o motivo e o desaprêço do ocorrido, teve êle esta expressão: «Creio bem que seja isso intriga, mas que o não fôra, o Padre Eusébio tem tal mérito que convinha mais à Companhia sustentá-lo com filhos e tudo, que privar-se de tão importante soldado».

No planalto do Carmo, onde o mosteiro dêste título ainda se situa e fronteiro ao planalto do Terreiro de Jesus, onde ficavam os jesuítas, Frei Eusébio da Soledade sentiu a afeição geral que o acolhia da parte dos baianos e em breve, e de novo, assomava as alturas do púlpito para a renovação dos triunfos outrora conquistados. Muitos os sermões de então proferidos, vários dêles publicados e esgotados, e outros desaparecidos, pois não colecionados em tempo. Falou-se da existência de seis sermões a N.S. Senhora do Rosário, de quinze outros publicados em Lisboa em 1694, com mais de quatrocentas páginas e que representavam a primeira parte de uma série de quatro volumes, e ainda de um sermão da soledade e lágrimas de Maria Santíssima, proferido na igreja da sé baiana.

Se os oradores sacros, ao curso dos presentes dias, se desleixam de conservar, de reproduzir, de divulgar os seus sermões, muitos de valor considerável à boa oratória e estilo, avalia-se como o fariam oradores tais dos séculos passados, inclusive Eusébio de Matos.

No concernente à sua obra poética, vultosa em quantidade de produções avulsas e de livros, quase tôda inspirada nos princípios, dogmas, postulados da Religião, bastou ela para o classificarem os críticos entre os poetas maiores da fé cristã, ora místico, litúrgico, religioso, eclesiástico, pois que em tudo encontrava êle motivo para a transformação em versos, com tôdas as consoantes, riqueza e suavidade de estilo, quanto de arte mais pura.

Eusébio de Matos, jesuíta ou carmelita, foi sempre poeta magnífico e pena é que a sua obra tenha desaparecido ou sido confundida com a de outros poetas de seu tempo, notadamente o seu irmão Gregório de Matos Guerra, cuja obra se ensarta de composições e composições de diferente autoria, donde o dizerem malèvolamente plagiador, quando não publicara êle as poesias que se lhe atribuem. A respeito das poesias de Gregório, e quando me cumpre tratar das de Eusébio, encaminho quem tenha a curiosidade de conhecê-las sob outro aspecto, para o trabalho que ora concluo para um livro, em volta do incomparável satirista brasileiro.

Felizmente podemos proclamar que Eusébio e Gregório, desde a vinda dêste, em 1681, de Portugal para a Bahia, sempre procederam, em arte, em sentimento, em dignidade, inteiramente irmãos, e isto se apanha melhor colhendo e apreciando as impressões de Gregório quanto às suas visitas ao cenóbio dos carmelitas, na parceria de Eusébio.

Morrendo com pouco mais de setenta anos, triunfante no púlpito, na cátedra, no pleatro, na sociedade, e quando muito mais ainda poderia produzir para a cultura do Brasil e a grandeza da inteligência contemporânea, Eusébio de Matos, ou Frei Eusébio da Soledade, mereceu de sua ordem carmelita, e dos baianos que tanto o aplaudiam e admiravam, todos os testemunhos para a consagração.

E durante os seus dias, nunca foram tão castigados os dias de seu irmão Gregório, a quem, sôbre todos os males infligidos, deram até o extermínio para a adustão africana em Angola, como um rebotalho social. Vale e valerá, porém, a certeza de que um e outro atravessarão com os seus nomes gloriosos tôdas as paredes dos séculos, por mais que os estorvem bufarinheiros contraditórios no caminho que êles perlustrarem.

IX — FRANCISCA DE SANDE

Justíssimas razões me acompanham no louvor que todos devemos e fazemos à enfermeira nº 1 do Brasil, legítima dama da caridade que os séculos ainda agora escondem sob os lagedos do esquecimento, quanto acontece aos feitos históricos que não trazem o cheiro e o sabor das preferências da atualidade.

Viveu e morreu no século do Padre Vieira e do satirista Gregório, enchendo-o todo com a fama dos seus nobilíssimos predicados de virtudes e de bondade, e alertando-o com verdadeiras audácias na prática dos benefícios, sempre de olhos e ouvidos fechados aos preconceitos do tempo, enquanto francamente abertos para a vista e ouvida das contorsões e dos paroxismos dos amarílicos, bem como das dores e dos ais dos infelizes a que diuturnamente socorria.

Baiana, Francisca de Sande veio ao mundo em berço povoado de encantos, tanto de modéstia quanto de grandeza. Grandeza promanada das farturas da ilha da Maré, decantada pela musa de Botelho de Oliveira, e modéstia que a vida de seus pais imprimia à sorte do lar em que ela vira a luz, nas seguranças da felicidade. O velho Francisco Fernandes do Sim, homem austero, de linhagem de prol e dotado de fortuna, mais ainda engrandecido com as riquezas morais de sua espôsa, Clara de Sande, nascida de portugueses das boas quadras da honestidade e do crédito, eram seus pais.

Filha predileta do venturoso casal, Francisca de Sande cresceu à sombra dos enlevos do aprêço, dos aplausos, das honrarias, mas de tantos reclamos tão somente se utilizou quanto bastasse à medida de forrar-lhe e guarnecer-lhe a magnitude da mulher perfeita, para o que lhe era visível a predisposição espiritual.

Não querendo ser freira, segundo os preceitos do século, pois bem sabia que também virtudes se cobram nas responsabilidades do matrimônio honesto e do lar honestíssimo, muitas vezes com mais eficiência que através das gelosias dos conventos ou das grades dos parlatórios, fêz-se espôsa. Espôsa de um dos homens de mais distinção no seu meio social, com os privilégios e as honras de mestre de campo do exército, sobreposse acatado. Dêle disse, escrevendo ao rei em dezembro de 1656, o governador Conde de Atouguia: «Nesta praça achei servindo a vossa majestade, com um terço, o mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, e em todo o tempo que governei êste Estado se houve no exercício de suas obrigações muito como devia ao zêlo e mais qualidades que o faziam benemérito daquele pôsto. Nêle se habilita de maneira a ocupar dignamente outros maiores. E porque tem êste

merecimento, me pareceu representar a vossa majestada que será bem empregada nêle a honra e mercê com que vossa majestada se servir mandar responder às suas pretensões».

Morto Nicolau Aranha Pacheco a 29 de outubro de 1670, com enterramento faustoso na igreja dos franciscanos da Bahia, os trinta e dois anos de viuvez de Francisca de Sande ofereceram oportunidade a que ela se tornasse, diante das desgraças que assolaram por longos meses a sua capital baiana, carinhosa enfermeira, senão a pioneira desta missão sublime no Brasil.

A investida dessas desgraças ainda hoje nos produz horror. Mortífera moléstia, de que em falta de nome adequado se vulgarizou como sendo simplesmente a *bicha*, mas depois, com os estudos dos competentes, reconhecida e proclamada como febre amarela, por tôda parte da cidade irrompeu o vômito negro e se disseminou, penetrando solares e choupanas, recolhimentos e quartéis, praças e vielas, numa ânsia desmedida de ataque aos portugueses, aos estrangeiros outros encontrados na cidade e vizinhanças.

Em 1686 é que isso começou, na parceria (do govêrno do *Braço de prata* ou resto da praga por êle deixada à população baiana como flagelo. Se o grosso da população era de gente portugêsa, se os físicos oficiais e médicos profissionais não atinavam com o diagnóstico do mal e se as boticas não se achavam habilitadas no abastecimento de tisanas, teriagas e infusões suficientes, bem se poderá imaginar a sorte de milhares de vítimas da epidemia. Arcebispos, governadores do Estado, desembargadores, titulares, mercadores, soldados, e soldados principalmente, constituíam a melhor colheita da morte.

Desde então a grande dama da caridade sentiu chegada a hora de sua ação providencial. Tôda a cidade se estorcia em dores e vertia lágrimas. Dobres funéreos dos sinos faziam côro nas amarguras, enquanto a ceifa da morte era já inumerável. Francisca de Sande, transida de máguas mas robustecida da força que lhe imprimiam os magníficos sentimentos de piedade cristã, vai para as ruas, seguida de sua escravaria, e de pronto começa a improvisar hospitais, a inventar remédios, a providenciar socorros, a consolar aflições, a enterrar cadáveres amontoados, da mesma feita animando a população na confiança em Deus, e cheia da convicção de si mesma, certa de que tudo passaria e que o ramo de oliveira voltaria sôbre todos.

E o seu próprio palácio residencial senhoril que lhe deixara o espôso à esquina da atual avenida 7 de Setembro e rua Sabino Vieira, a evangélica senhora transformou em enfermarias, às quais acudia diuturnamente, incansável, piedosa e santa, constante e

engrandecida, quanto atenta na obra imensamente cristã da caridade mais expressiva e mais sincera.

Sebastião da Rocha Pita, erudito historiador, nas suas expansões de grandiosidade de tudo, aliás verdadeiras e em particular no concernente à *bicha* e à piedade de Francisca de Sande, contou que ela, «fazendo luzir a sua piedade e o seu cabedal na cura dos enfermos, abriu na sua casa um hospital, mandando ir a êle os doentes que não cabiam na Misericórdia, e recolhendo outros, que voluntariamente escolhiam o seu, onde lhes ministrava, pelas suas mãos, as medicinas receitadas dos médicos, a quem pagava, e todos os medicamentos, dispendendo considerável soma em galinhas, frangãos, camas, roupas e tudo o que podia ser preciso para a saúde, cômodo e asseio dos enfermos, dos quais a maior força escapava por força do seu cuidado, e da sua caridade».

E conclui Rocha Pita que por isso a grande dama recebera o agradecimento do rei, «numa honrosa carta que foi servido mandar-lhe escrever». Nem mesmo isso quisesse a augusta senhora, e bem o supponho, pois que não há magnanimidade nem mesmo dos reis, que pague a grandeza da obra realizada. A retribuição que todos acham lhe ficava bem, certamente já lhe estava na consciência do dever cumprido. Ao juízo contemporâneo bastava o exemplo que se firmou para a edificação e o luzimento de quantos ela assistira, à necessidade do bem coletivo, sempre em face das desgraças alheias.

Francisca de Sande, em pessoa a própria piedade cristã, a perfeita irmã de caridade e a enfermeira carinhosa que iniciou o caminho dessa função magnífica no Brasil, morreu na sua terra baiana a 21 de abril de 1702 e o seu corpo foi levado, entre saudades e bênçãos agradecidas, à sepultura que se lhe abriu na igreja dos capuchinhos, a da Piedade, pois que ao serviço da Piedade ela santamente viveu.

Deixou-lhe o marido quatro filhos, todos bem aquinhoados de fortuna e, também ela, de vez que, se dêle teve muito, valioso dote trouxera do casamento e por morte de seu pai, em 24 de fevereiro de 1664, pingue herança lhe coubera. Êstes os seus filhos: Maria Francisca Xavier Aranha, casada, por meio de procuração passada a seu irmão, com Lopo de Albuquerque Câmara, residente na Paraíba, o ato celebrado aos 2 de fevereiro de 1686, na freguesia de S. Pedro; Pedro Fernandes Aranha, espôso de Ana Cavalcanti de Albuquerque e homem de sociedade e prestígio, escolhido inventariante de sua mãe, o qual, encontrando-se viúvo, ordenou-se sacerdote na Bahia. Outro à Francisco Correia de Sande, falecido solteiro em abril de 1697, sem deixar sucessão.

As propriedades industriais de Francisca de Sande ficavam em S. Amaro e Jaguaripe, com estabelecimento de engenho e de lavouras de cana, e onde uma escravaria obediente, secundada de agregados de confiança, trabalhava para o proveito de todos. Em 1671 não lhe eram suficientes as terras que possuía e assim mandou ao Governador Afonso Furtado esta petição: «Diz D. Francisca de Sande, viúva do mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, que ela é senhora de uma fazenda de matos em Jaguaripe e que entre a terra da suplicante e a de Luís Gonçalves Peniche, seu vizinho, estão uns sobejos de terra que não estão dados até agora de sesmaria a pessoa alguma, e a suplicante quer aproveitar a dita terra porque tem filhos, fábrica, engenho, para o qual, aproveitando as lenhas, aproveita as terras. Pede V.S. lhe faça mercê dar de sesmaria a terra e sobejos que lá está por dar, entre a terra da suplicante e a de Luís Gonçalves Peniche, todos os matos, águas e serventias que lhe pertencerem». Como era da burocracia de então, o provedor-mor da Fazenda Real opinou: «A suplicante possui uma sorte de terras que houve de seus pais, e que pretende acrescentar os sobejos que diz há entre a sua terra e a de Luís Gonçalves Peniche; entendo que, segundo as sesmarias que são dadas a diversas pessoas em Jaguaripe, não pode haver palmo de terra que não esteja dado, mas quando foram léguas. A suplicante é afazendada, digo, é pessoa afazendada, que tem filhos e engenho que necessita de lenhas, e fica sendo do serviço de sua alteza conceder-lhe os sobejos, para que ao seu engenho não falem lenhas, pelo que me parece que V.S. lhe deve deferir, concedendo-lhe até duas léguas nos ditos sobejos, sem prejuízo de terceiro, na forma do Regimento e Foral. V.S. mandará o que fôr servido. Bahia, novembro 21 de 1671. — *Antônio Lopes de Ulhoa*». Agora o despacho do governador: «... e por constar ter cabedal para cultivar as ditas terras, hei por bem de lhe conceder, como pela presente faço, em nome de sua majestade, até duas léguas de terra nos ditos sobejos que pede e confronta em sua petição, não prejudicando a terceiro, com tôdas as suas águas, campos, matas, testadas, logradouros e mais úteis que nelas se acharem; tudo fôrro, livre, isento de pensão ou tributo algum, salvo dizimo a Deus, que pagará dos frutos que nelas houver, e por êles será obrigada a dar caminhos livres ao Conselho, para fontes, pontes e pedreiras, pelo que ordeno e mando a todos os ministros e rústicos dêste que o conhecimento tiverem». E o fêcho oficial: «José Cardoso Pereira o fêz nesta cidade da Bahia de Todos os Santos aos 5 de novembro de 1671. Bernardo Vieira Ravasco o fêz escrever. *Afonso Furtado*. Registrado em 7 de março de 1673. *Miguel Pinto de Freitas*».

Por morte da ilustre dama levantou-se inventário dos respectivos bens, para a partilha com os herdeiros, e êsse documento foi recolhido ao Arquivo Público do Estado, que muito fielmente sabe guardar, defender e divulgar quantos documentos lhe sejam confiados. Lá o consultou miudamente, com o senso do pesquisador histórico e a serenidade do escritor que histórias sabe desvendar, o estudioso autor de vários trabalhos dessa espécie, Sr. Valdemar de Matos. Foi êle além da consulta, pois copiou o inventário com tôdas as letras, mesmo as das abreviaturas de uso no tempo, e o vulgarizou em livro que distribuiu, extraído dos *Anais do Arquivo*.

O que está no inventário, às vistas de quem se esmere em esquadrinhar e esfarinhar, é de estarrecer. De como as transações comerciais se processavam, do que se compunha em jóias, alfaias, prataria, mobiliário, trens em geral, uma residência de distinção; das dívidas que constituíam *deve e haver* na escrituração do movimento relativo às propriedades, indústrias, criação, escravaria, tudo por fim anotado, escriturado, sabido. O advogado e poeta Manuel Botelho de Oliveira lá está com valores emprestados à afortunada viúva. Reputa-se a publicação do inventário como serviço de alta valia do Sr. Valdemar de Matos.

Isto que assim vou alinhando nesta página não representará jamais estudo biográfico ou panegírico em tórno das personalidades escolhidas, e tratadas, e apenas se considera o todo como prova de que Francisca de Sande, pelos seus altos e nobres predicados de bondade, de honestidade, de orientação social, de amor à causa humana, se fêz portadora de abundantes razões para a enquadrarmos entre baianos dos mais ilustres, classificados no ramo em que se inscrevem os verdadeiros expoentes na sociedade, e ramo que tão sòmente vemos na formação das franças do merecimento.

Pena é que não tenham desta maneira compreendido os baianos e brasileiros incumbidos da guarda e do preconício dos valores morais compatriícios, pois que Francisca de Sande não teve ainda, nem na terra de seu berço, mínimo reconhecimento à sua grandeza moral, pelo menos através de qualquer taboleta com o seu nome glorioso numa rua, ou viela, ou betesga sequer no Brasil. *Sic transit...*

X — GREGÓRIO DE MATOS

Do casal Gregório de Matos e Maria da Guerra nasceram filhos de lustroso merecimento, quais o Carmelita Eusébio de Matos, de alta inteligência e de profundo saber; o poeta Gregório

de Matos Guerra, o mais ilustre poeta satirista brasileiro, em Portugal magistrado e advogado de nome e ora tratado neste capítulo, e Pedro de Matos e Vasconcelos, licenciado pela Universidade de Coimbra, autoridade política na colônia e proprietário no recôncavo de sua terra baiana.

Gregório nasceu a 20 de dezembro de 1633. Mandado para a Universidade, aí se revelou o grande poeta que ainda agora louvamos com tôdas as veras. E mais de três séculos transcorridos, envaidecemo-nos em recomendá-lo aos que em séculos venturos dêle tomarem conhecimento, pois que é êle, «incontestavelmente, a mais legítima expressão poética de todos os tempos coloniais», ao justo dizer do escritor Frâncklin Sales, nosso contemporâneo.

Diplomado em leis no ano de 1661, foi juiz do cível na côrte. Aí casou-se e há quem afirme do consórcio lhe tivesse vindo um filho, e, viúvo, regressou à terra-mãe em 1682, portador da nomeação que lhe dera o Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, de membro da Relação eclesiástica da Bahia. Na sua pátria o ambiente lhe fôra hostil e turvo. O arcebispo se ficara no reino, e o cabido, que governava a igreja, não o considerou à altura do merecer. O novo prelado, pouco depois de recepcionado, cheio do veneno das intrigas do cabido, exonerou-o do cargo e de então os desgostos se lhe foram dia a dia acumulando. Se reinóis o não aturavam, tanto lhes descobria êle os maus costumes e os açoitava com sátiras mordazes, os descendentes e apauiguados dêsses formavam parede no desprezo ao advogado e ao poeta.

Tudo lhe moveram no perseguir e a todos êle retribuía ousadamente com a sátira, mas o fazendo a quem a merecia. Verdade é que nalguns casos excedeu-se, chegando ao insulto, como aconteceu com o Governador Câmara Coutinho. Se êste o mandasse açoitar na praça, a pleno dia, ou o mandasse executar, como a tantos fizera e era do tempo, de certo não se lavaria de tanto esterquilínio ao seu nome, à sua autoridade e dignidade, e à própria honra.

Entretanto, dos governadores foi só ao *Braço de prata* e a Câmara Coutinho que ofendera. Ao primeiro muito menos, que não era para suportar demasias, enfezado e danado que vivia sob a influência do terrífico Alcaide-mor Teles de Meneses. Os cinco demais, em sucessão, só lhe mereceram gabos.

A Afonso Furtado, morto em 1675, fêz uma coroa de cinco eloqüentes sonetos, após sabê-lo defunto, louvando-lhe as qualidades. Não lhe teve qualquer recomendação Roque da Costa, não dizendo mal nem bem de seu nome. Passou incógnito ao

aprêço do poeta. Sucedeu-o, infelizmente, Antônio de Sousa de Meneses, calamidade que se estendeu sobre a Bahia de ponta a ponta. Homem servido de coração de bronze, donde a maldade surtia desenfreadamente contra tudo e contra todos.

Depois o rei teve compaixão dos colonos, que estavam de cá enriquecendo e sustentando a metrópole, e despachou o Marquês das Minas, que lavrou o indulto geral para os baianos. Ninguém mais ficou recolhido ao aljube e quantos buscaram o recôncavo e sertões regressaram. O dilúvio era passado e Antônio Luis de Sousa Teles de Meneses constituiu-se o ramo de oliveira para a pacificação de todos. Gregório prestou-lhe, e ao filho, o Conde do Prado, salamaleques nunca ditos nem ouvidos, coutou-lhes os feitos e os que-fazerem, em proclamações jubilosas de palmas na cidade.

Matias da Cunha, com todo o seu descolorido de govêrno, teve, ao morrer de *bichas*, três sonetos laudatórios, em cujos versos seus méritos aparecem fazendo inveja aos próprios céus, que o arrebataram para a glória.

De seguida a vez de Câmara Coutinho, êsse a quem o poeta dá feição de boneco. Elevou-o numa vara cidade a fora, por vizes e betesgas, sob chufas, chulices e insultos estercorários, exibindo-o à sociedade com todos os defeitos, coberto de lama, de pixe, de sujeiras fedentas.

Completo o mandato sem vingar-se do poeta e pois sem lavar-se dos esterquilínios, veio João de Alencastre, verdadeiro aijesus de Gregório, todo blandícias e astúcias. O satirista fêz-lhe salmos que eram tópicos cordiais às feridas no seu antecessor e cunhado.

Esteve, pois, o poeta sob o govêrno de sete mandatários do rei de Portugal no Brasil e sômente a dois castigou, ou causticou, queimando-os com o ferro em brasa das suas verrinas.

Que lhe fizeram em paga os insultados? *Braço de prata* meteu-o na enxovia por mais de uma vez. Câmara Coutinho desprezou-o.

Coube, entretanto, a João de Alencastre, à vista do que dizem os biógrafos, a ação vingadora dos ofendidos. Iludindo o poeta, mandando copiar-lhe os versos, como é voz pública mas de certo não provada, ordenou-lhe o encarceramento e assim o obrigando à fuga para o recôncavo. E não o deixou mais e nem às ocultas, valendo-se da infâmia de influir amigos do poeta à traição para prendê-lo, como o fêz, quando no gôzo da paz nos solares e nos engenhos dos amigos conquistados por meio de sua musa.

Tendo-o prêso na jaula do próprio palácio, com sentinela à vista, sem direito de falar e de escrever poesias, enviava-lhe, in-

sultando-o mais com a falsidade dos carinhos, pratos opimos de sua mesa farta. Depois, encontrando-se no porto, carregada e de partida para Benguela uma embarcação, que de lá trazia cambulhadas de negreiros para a obra econômica dos portugueses do Brasil, despachou nela o poeta, com recomendação especial ao seu amigo o governador de lá, o General Jacques de Magalhães.

Será possível e será verdade tanta miséria de sentimentos dêsse governador que todos aplaudem?

E tangeram-no para a África, sobrecarregado de pobreza e de abjeção. A pena cumpriu-se, a vingança executou-se e a Gregório de Matos se permitiu o regresso ao Brasil, cêrca de dois anos depois, mas destinado a Pernambuco. Aí, a adversidade lenificada, apenas um quase nada se poderia esperar do altivo espirito, que se não agachou aos poderosos, nem se rebolcou na lama que reinóis inimigos lhe prepararam. Sua lira, sua musa, sua inspiração, ao pêso das torturas, da velhice, da pobreza, do desconforto, continuaram, mesmo enfraquecidas, aos gabos da terra que era a dos brasileiros que decorridos mais de três séculos, o reconhecem fautor dos mais altos da inteligência nacional, emoldurado às glórias providas da Bahia.

Teria morrido em 1696, mas os seus versos, os que da joieira se apuram de sua autoria, tantos os colecionadores enxertaram de diferentes proveniências na sua obra, ficarão a eternizar-lhe a memória e o nome, conservando-lhe a glória imarcessível.

Gregório de Matos Guerra é a mais alta voz da poesia brasileira durante o colonato que dominou a América portuguesa.

XI — MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA

Dão-lhe com verdade o nascimento em 1636, filho do Capitão de Infantaria Antônio Álvares Botelho, homem de relativa abastança, a ponto de fazer empréstimos ao govêrno e que por suas qualidades pessoais, em novembro de 1655, se empossava como almotacé da Câmara da Bahia e em julho de 59 era tesoureiro do cofre dos órfãos. Dia e mês do nascimento continuam ignorados, e semelhantemente o nome de sua mãe, êste por omissão dos anteriores biógrafos. Aliás fazem êles muito mal em assim procedendo, pois que pais, espôsas e filhos, compondo o ambiente dos biografados, naturalmente exercem preponderante influência na obra que êstes executam, e melhor se poderá, sob tal influência, estudar analiticamente a vida que lhes marcara o Destino.

Com algo de razão se atribui o nascimento de Botelho de Oliveira na ilha da Maré, subúrbio da cidade do Salvador, tendo-se em segura dedução o poema que escrevera, de avantajado elogio

a tão feracíssimo trecho do recôncavo baiano. Fê-lo, por certo, não apenas para o gabo da ilha, porquanto outras mais belas, maiores, melhormente situadas ficam na Bahia de Todos os Santos, a começar da importante Itaparica, de cujo panegírico, mesmo belicoso, os poetas aí nascidos se incumbiram, com elevação e brilho.

Destarte, nascido na Maré, ao tempo adequado realizou estudos na cidade, igualmente no colégio dos jesuítas, onde tanto se avultou em preparos e suficiências, que em pouco mais fazia caminho para a Universidade de Coimbra, aí se matriculando aos 8 de janeiro de 1657. Aluno dos cursos de cânones e de leis, terminou-os aos 15 de outubro de 1665, com vinte e um anos de idade.

Voltou para a terra natal e entregou-se à advocacia e, nos melhores ensejos, também à literatura, quer a poética quer a comediógrafa. Referindo-lhe o regresso, Xavier Marques informa ter êle vindo com o título de fidalgo da casa real, o que seria muito desmerecer do diploma, sòmente conseguido por atos de benemerência levados ao conhecimento da coroa e por ela aprovados. Em Portugal, Botelho de Oliveira fôra apenas estudante e a fidalguia por meio de título só lhe teria sido conferida, naturalmente pelos empréstimos ao governo, no total de vinte e dois (22) mil cruzados, quando êste se encontrava em situação, aliás quase permanente, de crise financeira. Doze mil cruzados para auxílio à construção da Casa da Moeda e os dez restantes para aprestamento de comboios que se organizavam, ao meado da centúria e com destino ao reino.

Considerado erudito da língua portuguesa e categorizado no conhecimento das italiana, castelhana e latina, com os recursos delas falava e escrevia, disto tendo deixado provas em múltiplas e dispersas produções. Dêsse seu merecimento o mais importante testemunho proveio da Academia das Ciências de Lisboa, inscrevendo-o entre os clássicos da lingua no reino lusitano.

Seu prestígio social à farta se sabia, sempre discreto, com o estabelecimento de relações e convivência com os poetas os filósofos, os oradores sacros, que tantos se contavam na cidade do Salvador. Menos, porém, com o poeta Gregório de Matos, atribuindo-se que ao tempo de condiscípulos na Universidade se dissentiram e se inimizaram. De outra feita, em trabalho elaborado em tórno de Gregório, comentei êsse dissídio, sobreposse lamentável, visto como se tratava de preclaros valores da inteligência baiana, e agora não devo repisar o acontecido.

Foi em vão, por mais que pesquisasse para a achada, o que às minhas vistas se deparou quanto à razão de haver Botelho sido capitão-mor na minha terra, em distritos da freguesia da Jacobina, feita a nomeação pelo Governador João de Lancastre a 4 de junho de 1702. Diz-se que para combater negros em mocambos, ou seja

executar a matança dos escravos fugidos que se acoitavam nos sertões dali. Não é possível, creio, assim fôsse. A origem da patente teria sido outra, tamanha a indignidade de que se reveste a que se atribui ao poeta e advogado de alto nome. Figura da sociedade e da politica, isto sim, e desta sorte serviu o cargo de vereador da Câmara da cidade até os últimos dias de existência, não se prestaria êle a semelhante abjeção, embora a feição moral dos tempos, no século 17, esteja muito diversificada dos métodos de nossos dias. Acredito, entretanto, que possuindo êle fazendas de criação de gados na zona apontada, o governador o nomeasse, com êsse objetivo, para que os agregados seus pudessem ali exercer as obrigações estabelecidas no diploma, sob a indireta responsabilidade do poeta, advogado e fazendeiro. Muito antes de ser feito capitão-mor, Botelho de Oliveira já havia sido distinguido como fidalgo da casa real e servia de alguns anos o cargo de vereador, estando à minha vista a carta dirigida ao rei com a data de 18 de junho de 1710, pela Câmara da Bahia, com as assinaturas dos edis Francisco Pereira Botelho, Manuel Botelho de Oliveira, Francisco Machado Palhares, Antônio de Bra e Pasqual Fernandes Monteiro.

Personagem dessa linha, de estatura moral que todos aca-
tavam por sua respeitabilidade, Botelho de Oliveira não podia fugir às necessidades do matrimônio. Mais que trintão, com juízo suficiente para compreender deveres e obrigações, casou-se na Bahia com Antônia de Meneses, de cuja progênie nada recolhi da pesquisa realizada, e dela nasceu uma filha, que recebeu o nome de Teresa Inácia de Meneses e veio a ser espôsa de Bento de Araújo Brito. Encontrando-se viúvo o ilustre brasileiro, repetiu-se-lhe o desejo de convolar novas núpcias, e realizou-as, aos 24 de janeiro de 1677, com Filipa de Brito Freire, filha do proprietário de engenhos Estêvão de Brito Freire e de Violante de Eça de Castro, de tradicional família. Do segundo matrimônio provieram os filhos Francisco Félix de Brito, capitão de Ordenança e falecido solteiro a 6 de maio de 1730; Estêvão de Brito Freire e Maria de Brito Freire, esta batizada a 10 de outubro de 1690 e casada com Jerônimo da Silveira. O casamento com a Brito Freire em muito lhe teria sido proveitoso, aumentando-lhe ou completando-lhe a felicidade sob vários aspectos.

Que mais lhe faltava para essa boa ventura totalizar-se? Apenas a solução decorrente de sua vida intelectual, de sua obra literária.

Desta sorte, Botelho de Oliveira considerou que já era tempo de um brasileiro, dentre os muitos que se revelavam protegidos das musas e servidos de inspiração poética, aparecer nas letras

portuguêsas com um volume de versos, visto o autor da *Prosopopéa*, Bento Teixeira, ter tido realmente por berço a cidade do Porto, ao contrário do que então se afirmava de nascimento em Pernambuco. E êsse brasileiro, e baiano, que a tanto se afoitava, era êle, advogado de renome, poeta aplaudido, elemento de subidos méritos na sociedade local, e no reino. Ordenados os originaes já dispostos à publicação, em 1705 as oficinas impressoras de Miguel Manescal, de Lisboa, davam a público o volume *Música do Parnasso*. Composto de quatro coros de rimas nas línguas portugüêsa, castelhana, italiana e latina, e mais de duas comédias, a obra em conjunto foi dedicada a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval. Um substancioso prefácio, à guisa da época, e um prólogo completam a obra.

Do merecimento literário, artístico e poético do livro muito se vem até hoje divulgando e repetindo, à feição compreensiva e emocional de cada critico ou biógrafo. Sousa Brito, Varnhagen, Costa e Silva, Silvio Romero, Artur Mota, Xavier Marques, Rodrigo Otávio autorizadamente, entre muitos outros, se pronunciaram quanto ao autor e aos versos, elogiosamente, enquanto Cláudio de Sousa apreciou, com a maior simpatia, a contribuição comediográfica. Na edição do livro mandada fazer pela Academia Brasileira de Letras, um estudo eloqüente de Manuel de Sousa Pinto a recomenda com louvores.

Por tudo, bem é de ver-se, Manuel Botelho de Oliveira será sempre dos nomes mais illustres da Bahia, senão do Brasil, tendo-se em aprêço seus talentos, cultura, discrição, dignidade, inspiração de artista, vida social e política e, sobretudo, pelo seu afinado nativismo, tão nobremente expresso, maximé na silva *Ilha da Maré*, legítimo requinte de elogio ao Brasil e à sua fôrça vitoriosa no futuro, por través de sua riqueza natural. Tais predicados foram aliás reconhecidos que farte por ocasião de sua morte, na sua terra natal, a 5 de janeiro de 1711, quando todos o choraram e lhe homenagearam a fama e a glória, na afirmativa dos cronistas do tempo.

XII — JOSÉ BORGES DE BARROS

O Padre José Borges de Barros trazia de nascimento grandes partículas de genialidade que o poderiam bem, se apuradas em joieira adequada, elevá-lo mesmo à classificação de gênio. Tenho que gênio seja a intensidade dessas partículas em centelhas de que emanem a invenção, a criação, a imaginação realizadora... No calepino das excentricidades humanas nenhum padre lhe fôra maior e no vademeco das curiosidades extravagantes dos homens é possível que nenhum dêstes se lhe assemelhe.

E por que tudo isso? Donde lhe proveio tanta arte, tanta espontânea ação, tanta estranheza de curiosidades? Da terra do berço, com a sua formação geológica, seu ambiente, seu céu? Do sangue dos pais, da força impressionante da educação, da influência dos contemporâneos? Não é de crer-se.

Nasceu na Bahia e aí recebeu o batismo a 5 de março de 1657 (*), no século que, visto pelos fatos da inteligência, fôra o mais iluminado do Brasil, mesmo apreciado ainda agora. É certo que seu pai, o brioso Capitão João Borges, cavalheiro de distinção, trazia credenciais de subido mérito, pois na carta-patente de 7 de dezembro de 1694, a propósito da escolha do Tenente Domingos Borges de Barros para comandante da praça de armas que se construiu às portas de S. Bento, há referências ao velho capitão que o recomendam até para a entrada no céu, pasmado que ficaria ao lê-las o vigilante celestial. Bem poucos dos seus coevos se colocaram em tamanha altura. Maria de Barros, sua mãe, era baiana, mas filha de portugueses, e de ambos, João Borges e Maria de Barros provieram os Borges de Barros que ainda aos nossos dias representam dignamente a Bahia, e o fazem com relativa elevação de conceito.

Mas o José, primogênito do casal, desrendilhou-se da rotina e por onde passava ia assombrando, pois que nada lhe escapava ao raciocínio, à inteligência, à memória esclarecida, diante de rapazes de seu tope ou de mestres que o conceituavam com afa-gadores prognósticos e augúrios.

Entrou para o colégio dos jesuítas e de logo deu mostra de achar-se na sua própria casa, com a sua gente, de tal maneira as coisas, o meio, o ensino, a educação se lhe afeçoaram e às mesmas forças se prendia. Mas veio o estado físico a perturbar-lhe o avanço, obrigando-o à desistência ao hábito de loiola. Descansou, cobrou novas energias, partiu-se para o reino e ingressou na Universidade de Coimbra, tal qual muitos brasileiros de recursos e de vocação intelectual. E de lá saiu brilhantemente, mestre em artes, doutor em cânones e em teologia, já em outubro de 1697.

Diplomado com vários títulos de competência e sabedoria, regressou à terra-mãe e nela foi tudo quanto um sacerdote poderia sê-lo, senão quase arcebispo, isso porque é dessa quadra a criação da arquidiocese da Bahia. Nem vale rememorar-lhe os cargos, os misteres, as funções que exercia. O padre e doutor José Borges de Barros era tudo.

(*) Segundo J. Teixeira Barros, sisudo e exato cronista, o nascimento de Borges de Barros deu-se a 18 de março e, assim, não poderia receber batismo ao dia 5. Ou seria 5 de abril?

Havia, sobretudo, o prestígio da família. O Capitão João Borges tivera do casal nove filhos e destes os varões eram dos tais pelas armas e merecimentos assinalados, quais o Salvador, o Estêvão, o João, o Manuel e o Domingos, uma rapaziada que fazia inveja.

Mais tarde a metrópole e o reino acenavam para que o Dr. José Borges tornasse para a Lusitânia, onde os horizontes de seus triunfos se tornavam mais dilatados e mais compensadores. E o padre não se enganou no raciocínio e vaticínios. Ao habilitar-se parente seu a certa situação recomendaticia, provou tal candidato que era «também sobrinho do Reverendo José Borges de Barros, igualmente formado, arcebispo da sê de Évora e que teve a honra de ser nomeado arcebispo de Goa pelo monarca então reinante».

Onde, porém, as estravagâncias, as excentricidades do padre que lhe denunciavam partículas de genialidade? Imagine-se a afirmativa de todos os seus biógrafos e dos que a êstes copiam e imitam informando que o padre escrevia com os pés como se o fizesse com as mãos, e com ambas estas escrevia matéria diferente e em papéis diferentes da mesma vez. A ação das mãos correspondia à do cérebro, pois que, em ouvindo sermão de seu agrado, o repetiria de seguida fielmente, escrevendo-o e enviando-o ao autor para que conferisse o trabalho. Fazia mais, pois as orações algumas vêzes longas, ouvidas de outrem, as proferia inversamente, fôsse em períodos ou no todo.

Essa força mnemônica, no tocante a repetir sermões ouvidos, também a possuiu Frei Bastos Baraúna, franciscano da rede rasgada, mas êste era ao contrário, em casos de virtudes, às encomiadas qualidades e probidade do Padre Borges de Barros...

Afiança-se que a obra escrita, e inédita, do sábio prelado, é numerosa, constante de sermões, preleções, tratados, moral e ainda uma comédia com o título *A constância em triunfo*.

Vivendo já de muitos anos em Portugal, o Dr. José Borges de Barros faleceu em Extremós, humilde vila eborense, a 10 de março de 1719, deixando à inteligência portuguesa e à sua terra do Brasil um nome e fama jamais igualados. As vaidades do Visconde de Pedra Branca muito se haviam de engalanar com as láureas dêsse seu extraordinário ascendente...

XIII — SEBASTIAO DA ROCHA PITA

Historiadores há que nem a seus iguais fazem poupança, no tocante ao emprêgo de levianas afirmações que proferem. Nêles a tendência para afirmar é, muitas vêzes, o testemunho de que

não pesquisam, não analisam, não raciocinam e, com uma candura angelical, vão reproduzindo, vão copiando, vão decalcando quanto se lhes põe diante dos olhos.

Quem se dá ao hábito de lê-los, de estudar-lhes as asseverações, bem como as leviandades, vive cheio de observações e de desconfianças e, quanto mais os conhece, mais os vai distinguindo se honestos, insinceros, mentirosos.

Prêso ao desejo de saber alguma coisa da vida pacata e proba de Sebastião da Rocha Pita, historiador baiano que se firmou em conceitos no primeiro quartel do século 18, saí em manuseio de historiadores, historiógrafos, historistas e historieteiros que tanto avultam por aí, e voltei da consulta com o pêso da desilusão inspirada nas obras que manuseei. Se se tratasse, porventura, de individualidade encontradiça em maranhas, em aperturas, em peregrinações, em disputas, em desassossegos para a conquista de nome, ou de fortuna, poder-se-ia admitir tergiversação em casos e coisas a seu respeito. Mas Rocha Pita era uma cristianíssima pessoa, que tão somente cuidava dos seus livros, dos seus estudos, serenamente recolhido ao lar, quando na cidade, ou às propriedades agrícolas, permanentemente em prosperidade e sem que de sua parte houvesse sequer mínimo sacrifício no desenvolvê-las. Tudo azul na sua vida, tudo rosa nos seus destinos.

Por isso os tais que trataram, e ainda os que tratam de sua vida, cabriolam e rodopiam em confusas afirmativas. Só em duas fases, porém, se assemelham êles na assertiva, quais as de referência às datas de nascimento e de morte, o que aliás não é comum verificar-se.

Onde, porém, o seu nascimento se dera? Sempre se disse que na Bahia, na cidade da Bahia, no seu engenho ao Iguape e, já agora, na Cachoeira. Não tenho à vista certificado disso, mas autores realmente credenciados lhe atestam o nascimento na metrópole brasileira de então, ou seja, aos nossos dias, a cidade do Salvador. Em Cachoeira, só os que não admitem haja êle vindo ao mundo no Iguape, simplíssimo lugarejo do distrito cachoeirano, mas já de muito freguesia eclesiástica, sob a invocação de S. Tiago (ou Santo Iago?).

Quais os seus pais? Uns dão como sendo o desembargador que serviu de ministro na Relação da Bahia, o Chanceler João da Rocha Pita, pernambucano de alto coturno e irmão de Brites da Rocha Pita, ambos filhos de Sebastião da Rocha Pita e de Úrsula Dantas Barbosa. Outros o fazem procedente de João Velho Gondim, português de cêpa, vindo solteiro para Pernambuco e aí consorciado com aquela Brites, a irmã do chanceler. Dizem-no, pela origem materna, nascido de Brites da Rocha Pita ou de Brites de

Almeida. O velho mestre Jaboatão, que não é lá de muita fiosa em assuntos genealógicos, inscreveu até o disparate de certo cura, e nêle se louvando, ao afirmar que casara João Velho Gondim com Brites da Rocha Pita aos 12 de abril de 1660, ao tempo em que aceita o primogênito dêste casal nascido aos 3 de maio do dito ano, a menos que não quisesse abertamente denunciar escândalo ou crime em decorrência disso...

Não queiramos apanhar para a fogueira da crítica os garanchos e os gravetos dispersados, por exemplo no tocante ao local ou ao colégio onde primeiro estudara Sebastião, na Bahia, até aos dezesseis anos. Isto, porque os melhores estudos eram feitos ali com os jesuítas e assim pessoas de posses, semelhantes aos pais de Rocha Pita, não escolheriam outros mestres para os filhos. As dúvidas, porém, ressaltam no que toca aos estudos em Coimbra. Teria ido Sebastião cursar na velha universidade portuguesa? Nem preciso repetir quais os autores que o afirmam e confirmam, mas devo referir os mais abalisados e que nisso silenciam, como no pressuposto de não encamparem o boato. Os que o atestam proclamam que o jovem brasileiro se diplomara ali em Direito Canônico e já em 1682 se encontrava de regresso à terra natal. Entretanto, no importante livro *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, da autoria do probo professor Francisco Moraes e de publicação em 1949, nenhuma referência é feita a Sebastião. Ademais, a historiôgrafa portuguesa Luísa Fonseca, no dito ano apresentara ao 4º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, preciosa memória em tórno de bacharéis brasileiros diplomados em Coimbra, trabalho inédito à hora em que escrevo, no qual o nome de Sebastião da Rocha Pita não está incluído, o que prova, enquanto outra não fôr mostrada, carecer de verdade a afirmativa da formatura em cânones, na Universidade de Coimbra pelo menos. Os historiadores, entretanto, não admitem alguém escreva livro do porte da *História da América Portuguesa* se não possui canudo acadêmico ou universitário, e daí colarem ao rastro de Sebastião o título de formatura. Por fim, o próprio Barbosa Machado, o mais acreditado oráculo da bibliografia luso-brasileira, através da sua *Biblioteca Lusitana*, e que sendo abade, dizia as coisas com impressionante cunho de verdade, nem mínima alusão faz à estada de Rocha Pita no tradicional instituto.

Homem feito, tanto em idade quanto em possanças financeiras, Sebastião cuidou de casar-se, e o realizou. Com quem? Outra via-sacra de maus informantes... A espôsa que lhe atribuem ora chama-se Ana Cavalcanti de Albuquerque, Ana de Aragão e ainda Brites de Almeida. Desconformidade absoluta. Do matri-

mônio provieram duas filhas: Brites da Rocha Pita, que se casou com Domingos da Costa de Almeida; Teresa da Rocha Pita, falecida sem tomar estado e, pois, sem descendência, e um filho, Antônio da Rocha Pita, morto na menoridade. Outras falsidades a propósito se enumeram. Prevalece no entanto a certeza de que tudo isso resulta de como há escritores que se vão louvando em autores sem responsabilidades para informações verazes.

Considere-se ainda outro passo e este de se lhe tirar o chapéu. O famigerado Manuel Pereira Rebelo, bastas vezes por mim referido o apostrofado, mostrando-o de identidade duvidosa, mesmo se pseudônimo, e que continua em absoluta apocrifia, escrevera em biografia de Gregório de Matos, aliás o único trabalho que se lhe atribui à autoria, certo passo relativo ao encontro do Alferes Sebastião da Rocha Pita, comandante da guarda do palácio do governo, com aquêlê famoso poeta. Refere que o militar, no exercício de suas funções, ao ver o poeta que passava, se lhe dirigira e confessara estar em talas para terminar um verso que exigiria rima correspondente à expressão *para mim*, e que Gregório, com tôda a malícia e perfídia que Deus lhe dera, teria respondido simplesmente — *capim*. Compreende-se, interpretando, que em face de burrice tamanha do militar só a resposta desnorteadora do poeta. *Capim, para mim*, isto é, para quem não é capaz de casar consoante dessa natureza.

O fato teria ocorrido possivelmente no governo de João de Alencastro, pois nesse período é que mais se fala de Gregório, de sua obra, de disposições oficiais relativas à poesia e coisas de arte. Desde, porém, que se divulgou a tal biografia de Gregório de Matos Guerra, foi espalhada a balela de que êsse alferes era o baiano que mais tarde se tornou autor notável da *História da América Portuguesa*. Há manifesto engano no tocante à afirmativa, cuja mais recente divulgação é feita na *História da Literatura Baiana*, aparecida em 1950. Neste livro se oferece até, em testemunho do asseverado, a indicação do documento originário de ordem régia correspondente à patente do alferes.

Como Sebastião da Rocha Pita, o historiador nunca fôra alferes nem cometeria a calinada de semelhante consulta ao poeta, comecei a indagar o assunto, a pesquisar as razões, a estudar a oportunidade e os indivíduos na referência compreendidos, e volto à asseveração do meu parecer, que é pela anulação da balela de Rebelo.

Rocha Pita, o historiador, filho de João Velho Gondim e de Brites da Rocha Pita, sobrinho em primeiro grau do Chanceler João da Rocha Pita, teve nascimento a 3 de maio de 1660, conforme, *nemine discrepante*, autores de todos os tempos que o bio-

grafaram. Em nenhuma quadra de sua vida há menção de que tenha sido «soldado pago» e «alferes», pois que jamais o fôra. Estudando com os jesuítas na Bahia, logo considerado com habilitações, teria ido (isto ainda não confirmado) matricular-se em Coimbra, donde haveria regressado à terra natal após a competente diplomação.

Agora vejamos em como nem sempre devemos descansar a convicção à simples mostra de documento, mesmo oficial, sem primeiro a análise, a extensão, a intenção, a finalidade, a época, a razão que ao mesmo correspondam. O documento apontado como carta patente do alferes foi datado em Lisboa a 19 de janeiro de 1679 e nêle se diz que um Sebastião da Rocha Pita, sobrinho do Chanceler João da Rocha Pita, que «havia mais de dois anos estava servindo de soldado pago na praça da Bahia»... Quer-se assim dizer que tal Sebastião desde cêrca de 1676, no mínimo, vinha sendo, na tropa baiana, simples praça de pré e que, requerendo suplementação de tempo militar a fim de poder ser alferes, o príncipe regente lhe concedera em janeiro de 79.

Vê-se, pelos antecedentes, não se tratar do historiador, que entre os quinze e dezesseis anos de idade não contaria tempo para ser «soldado pago», e ademais nessa época, se encontraria, como tanto o afirmam, na Universidade de Coimbra, fazendo estudos canônicos.

Mas, quem era êsse soldado pago, pretendente a alferes, sobrinho do chanceler, citado no documento? Trata-se, à luz de pesquisas efetuadas, de Sebastião da Rocha Pita, filho de Domingos da Costa de Almeida e de Brites da Rocha Pita, que na pia batismal recebeu o nome de seu avô materno e que por força disso era sobrinho segundo do chanceler. Nem se precisa buscar confirmação em datas de casamentos e de nascimentos, à vista do histórico desenvolvido.

Assim, da biografia do historiador deve ser afastado êsse passo de sua qualidade de alferes da Ordenança da Bahia e, dêste modo, a falsíssima consulta por êle feita a Gregório de Matos, que aliás o cita, aí a verdade, na escalavrante *Metáfora* (*Obras*, VI, 142), diálogo zombeteiro e demolidor, de pescadores baianos, onde «o Pita é coronel já»... Quer dizer que esta poesia haveria sido composta no período de govêrno de João de Lencastro, porquanto Rocha Pita foi nomeado coronel da Ordenança da Bahia na vaga por morte de Francisco Dias de Ávila e carta patente de 30 de março de 1694, e só desta data lhe caberiam responsabilidades de natureza militar e estas mesmas à altura de sua posição social, econômica, financeira e de homem de govêrno.

Aí estão, por conseguinte, contradições, controvérsias, contrafações visivelmente cerebrinas em volta do Coronel Sebastião da Rocha Pita, rico senhor de engenho em Iguape, distrito de Cachoeira.

Firmado em historiadores de autenticidade nas suas asserções, que não oferecem contestações, e ainda em documentos e lógicos raciocínios, pode-se asseverar, de ora em vante, que Sebastião da Rocha Pita nasceu na cidade da Bahia aos 3 de maio de 1660 e aí morreu a 2 de novembro de 1738; que era filho de João Velho Gondim e de Brites da Rocha Pita; que estudou no colégio dos jesuítas, na cidade da Bahia e desta sorte conseguiu o grau de mestre em artes; que tendo sido consorciado com Ana Cavalcanti de Albuquerque e Aragão, filha de Cristóvão Cavalcanti de Albuquerque e de Inês de Aragão, dela lhe nasceram duas filhas e um filho, já nomeados. Êste o resumo da biografia do historiador, no concernente aos seus dados principais.

Feito coronel da Ordenança num distrito da cidade, por carta patente de 30 de março de 1694, na vaga por morte de Francisco Dias de Ávila, título êsse distribuído a pessoas importantes pelo respeito social, pela fortuna, pela ascendência, como nos primórdios depois da Independência acontecia com a Guarda Nacional, coisas curiosas lhe ocorreram por isso. Positivêmo-las. Na correspondência dos governadores muito se fala no Coronel Sebastião da Rocha Pita e duas cartas sòmente valem aqui transcritas, em abono dessas coisas curiosas.

Anunciado que chegaria à Bahia a qualquer hora o vice-rei nomeado, Vasco Fernandes César de Menezes (na coleção F. T. D. Resumo de *literatura*, pág. 175, troca-se Menezes por Mendonça), a junta governativa escreve ao Coronel Rocha Pita dizendo-lhe: «Tanto que vir atirar os fortes do Mar e da Ribeira duas peças cada um, e tocar o sino da cadeia, picado, mandará ajuntar as companhias do seu Regimento no terreno das portas de S. Bento, da banda de dentro, onde estará pronto para, assim que ouvir o forte do Mar atirar três peças, marchar com o dito Regimento para a Praia, e com êle guarnecer a rua, desde a porta da Ribeira até o principio da ladeira nova, que vem para S. Bento, quando desembarcar o Sr. governador, que se espera». Isso a 27 de junho de 1720.

Quando se supõe tenha chegado o governador? Nem sempre os documentos valem...

Quatro meses depois, justamente a 22 de novembro, expede a junta governativa esta portaria: «O Sr. Coronel Sebastião da Rocha Pita guarnecerá com o seu Regimento a rua do Colégio até a Sé, indo aquêlê da parte direita, amanhã, 23 do corrente,

quando tomar posse o Exmo. Sr. Vasco Fernandes César de Menezes, vice-rei e capitão general de mar e terra dêste Estado».

Teria o vice-rei permanecido na cidade sem o empossamento no cargo que lhe competia? Não. O primeiro documento representa apenas expressão do boato...

Tão importante se mostrava a situação social e política de Rocha Pita, que já em 1687 era êle escolhido membro do senado da Câmara, o que se repetiu por vários outros anos, notadamente em 1692, 1704, 1712, 1721, conforme *Documentos históricos* da Prefeitura da Bahia, não constando, porém, sua eficiência tivesse ido além da que tiveram os demais vereadores.

Sua personalidade, porém, sempre será vista, julgada, apreciada e, já agora, aplaudida como historiador, reconhecida de sua autoria a *História da América Portuguesa*. Poeta êle o fôra, tal qual como quase todos os brasileiros de inteligência educada e orientada. Sob esta característica há várias produções suas, reproduzidas em antologias e seletas, inclusive o precioso *Florilégio literário* de F. A. de Varnhagen. Tôdas, na sua maior parte, compostas com gabolices a palacianos, a membros da côrte, pois que isso era do tempo e ninguém poderia fugir a tão antipática e seródia contingência.

O vice-rei incumbira a diversos intellectuais baianos, e de outras proveniências mas residentes na Bahia, contribuirem com trabalhos especiais para a Academia Real da História Portuguesa, em formação no reino. Rocha Pita mereceu, com outros, a distinção dessa incumbência. E a Academia veio a ser criada, e instalada em Lisboa em 1721. O vice-rei, entretanto, não gostou da exclusão nesse instituto das individualidades que convidara para aquela colaboração e que o atenderam. Zangado, fêz também a sua academia, a Academia Brasilica dos Esquecidos, em represália, e nela qualificou os tais colaboradores e outros à sua escolha.

Assim, Sebastião da Rocha Pita, dos mais prestimosos acadêmicos, embora com o distintivo de *Vago*, encontrou oportunidade e estímulos para desenvolver, completar e corrigir essa importante *História da América Portuguesa*, pelo menos do conhecimento de todos os brasileiros de mediana ilustração, publicada em Lisboa em 1730.

Transcorridos mais de dois séculos, a obra de Rocha Pita aí está insistentemente consultada e bem aceita, e seu autor a tôdas as luzes considerado escritor de fino gôsto, perfeito estilista à moda do tempo, pesquisador infatigável e esclarecido, não importando o travor apreciativo de críticos e historiadores insatisfeitos o denuncie enfadonho e louvaminheiro, insensíveis à comprovação de que o século sob cujo panorama Rocha Pita produziu

a sua *História*, só assim comportava e aceitava estudos dessa natureza.

Se mais não é possível tributar-se em aplauso e gratidão à memória de Sebastião da Rocha Pita, basta o seu nome figure, como o sabemos figurando, no espaldar de cadeiras patronímicas da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Letras da Bahia, instituições representativas da intelectualidade de sua pátria e da terra de seu berço.

* * *

Havia em Pernambuco, aos começos do século 17, um Sebastião da Rocha Pita «muito distinto pela sua qualidade e também pela sua grande honra (*que o acreditava*) e (*pelo*) dispêndio com que serviu na guerra com a entrada dos holandeses» (*in* Borges da Fonseca, II). Casado com Úrsula Dantas Barbosa, de acatada família da mesma capitania, nasceram-lhes dois filhos: João da Rocha Pita e Brites da Rocha Pita.

Entre os numerosos pernambucanos, de Olinda e do sertão, que de algumas vezes se transferiram para a Bahia, fugindo à invasão dos holandeses, estava o casal Sebastião-Úrsula. Aí instalado êle, já em fevereiro de 1626 era almoxarife do senado da Câmara (*Atas*, I, 26) e em outubro de 1642 servia o cargo de escrivão do dito órgão legislativo da cidade (*Cartas*, I, 6), no qual permaneceu seguramente até junho de 1650, quando o sucedeu Rui Carvalho Pinheiro.

De seus filhos não encontrei ainda prova de que tivessem tido berço na capitania de Pernambuco, ou na da Bahia, sendo variadas as afirmações referentes. Mas se uma leva de fugitivos de Pernambuco chegou à Bahia, depois de outras, em 1635 e se João da Rocha Pita, em 1691 contava cinquenta e cinco anos de idade, na conformidade, adiante, da informação do governador, teria êle nascido no mínimo em 1636 e, pois, na cidade sede da América Portuguesa.

Teria João da Rocha Pita feito os seus estudos na cidade principal do Estado do Brasil, daí partindo para o reino com destino à Universidade de Coimbra, na qual se matriculou em 1661, e neste ato dizendo-se natural da Bahia, para o curso de leis e do qual saiu, com a graduação e diploma de doutor, em 1 de outubro de 1668. Sua irmã, Brites da Rocha Pita, casou-se com o português João Velho Gondim, antes de 1660, pois que o seu primogênito viu a luz da vida a 3 de maio dêste ano. Seu espôso era considerado «homem muito principal de Viena» (Portugal) e no Brasil desfrutava do maior conceito em ambas as aludidas capitanias, sendo já titular da Ordem de Cristo.

O Dr. João da Rocha Pita tornou-se figura exponencial da magistratura portuguesa. Despachado juiz de fora em Lamego, de tal sorte aí se marcou o seu proceder de magistrado, pela exatidão, pelo saber, pela dignidade, com elevado amor à justiça, que ocorrendo na Relação da Bahia uma vaga de desembargador, para ela o nomeou o rei, a 18 de novembro de 1676 «havendo respeito à boa informação de suas letras e merecimentos», «sem embargo da proibição de que os naturais do Brasil não possam servir naquela Relação». Assim, empossou-se desembargador a 17 de março de 1678, para o mandato de um sextênio.

De pronto Rocha Pita se mostrou à medida e à altura de um grande juiz e por isto o escolheu o governador para uma sindicância importante no Rio de Janeiro. Aqui se encontrando, no cumprimento da missão, deu-se, por força desta, a saída do provedor-mor da Fazenda, e o nome do sindicante se impôs à substituição, conquanto apenas por um ano, isso a 5 de outubro de 1680.

Regressando à Bahia, e à Relação, outra vez levados à conta os merecimentos de Rocha Pita, o rei o escolheu para, na mesma Relação, exercer a função de procurador da Coroa e Fazenda, cuja posse se verificou aos 25 de maio de 1680, em sessão dêsse tribunal, sob a presidência do governador, então Matias da Cunha.

Vem para o govêrno geral do Brasil o famoso almotacel Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, empossado a 11 de novembro de 1690, e encontra na Bahia as «coisas muito confusas», uma espécie de «bicha de sete cabeças, de vez que cada qual governava como lhe parecia: uns prendiam, outros soltavam e, finalmente, havia uma confusão notável».

No seu relatório ao soberano, datado de 25 de junho de 1691, o governador alude à Relação e manifesta a inconveniência da permissão régia «para os ministros dela se casarem» e por mais de um sextênio continuarem a servi-la, «porque do casarem se seguem dois danos: aparentam-se com tôda esta terra e tornam-se suspeitos e adquirem fazendas patrimoniais e por causa delas conseguem contendas, demandas e, às vêzes, brigas». Adiante, porém, mostra que o Desembargador João da Rocha Pita é exceção, pois «sendo filho desta terra e estando nela há tantos anos, vive sem casar, tendo a idade de cinqüenta e cinco anos e parece que não tem parentes, à vista da isenção notável com que vive e sem possuir fazenda nenhuma. Vive com os seus ordenados e limpeza de mãos, com grande crédito».

Não exclui o governador, na sua informação, a existência de parentes de Rocha Pita na Bahia, indicando apenas que de tal sorte era a isenção do magistrado através dos seus atos, a ponto de parecer que nem parentes possuía.

O Desembargador Manuel Correia de Sá iria deixar em breve o lugar de chanceler que ocupava na Relação e a respeito o governador, comunicando ao rei, em 14 de julho de 1692, quanto à substituição do mesmo, enumera que «para o lugar de chanceler ninguém o pode ocupar com mais merecimento que o Desembargador João da Rocha Pita, que há quatorze anos serve neste tribunal de desembargador dos agravos e há cinco no cargo de procurador da Coroa e Fazenda, sem até agora haver quem o intentasse de suspeito, embora sendo natural desta terra, sem ter fazenda alguma, senão suas casas que precisamente lhe são necessárias para viver». E é feito chanceler pouco depois.

Rocha Pita vai-se constituindo assim paradigma de juizes, ainda aos nossos dias, e paradigma raramente imitado.

De ordem do soberano, o governador procura o chanceler, isso a 22 de julho de 1693, e comunica-lhe a nomeação para o lugar de membro do Conselho Ultramarino. O grande juiz comove-se, dá mil agradecimentos por essa «honra insigne» e adianta-lhe «que se a frota não tivesse vindo tão tarde, haveria de ir nela beijar a mão» do soberano e exercitar o dito lugar, «ainda que os seus anos e achaques o incapacitem de fazer tão grande viagem e reear o rigor dos frios desse reino, mas que para a frota se achando capaz, intentaria a jornada».

Frotas outras vieram, segundo as monções semestrais, mas os achaques do magistrado ilustre foram crescendo, os trabalhos na Relação continuavam incessantes e, afinal, João da Rocha Pita morre na Bahia, bem que talvez a terra de seu berço, aos 2 de agosto de 1702, no governo iniciante de Roque da Costa. Não se casou, não teve filhos, não possuiu fazendas, contentando-se com os simples ordenados do cargo que tão nobremente exercia...

De Beatriz da Rocha Pita, filha do Sebastião da Rocha Pita que era escrivão da Câmara, casada com João Velho Gondim e mãe do historiador Sebastião da Rocha Pita, coronel de Ordenanças e membro da Academia Brasileira dos Esquecidos, já noutro capítulo apreciei, dizendo de sua descendência o que constava de minhas pesquisas e observações.

* * *

Dos Rochas Pitas, porém, não são somente os referidos nestas nótulas de motivo histórico-genealógico. Vanderley Pinho, com ramificação dessa progênie, dá que um «Antônio da Rocha Pita foi o fundador de sua linhagem na Bahia». Sem escurecer nem recusar a afirmativa, posso, entretanto, oferecer a estudos que além de Sebastião da Rocha Pita, estabelecido na Bahia em 1626, temos à vista ainda outro desse tronco, Valentim da Rocha Pita,

natural de Valença, pertencente ao famoso conselho de Viana do Castelo, na região do Minho, o qual, vindo para a Bahia e se instalando no Iguape sob o patrocínio dos Falcões, de tão prestigiosa fama, aí se casara em 19 de janeiro de 1653, enquanto aquêle Antônio só isto o fizera, ali mesmo e ainda na família Falcão, a 1 de julho de 1678 e justamente com uma filha de Valentim.

Resta saber-se quais os ramos e liames que certamente existiam entre os três Rochas Pitas (Sebastião, Valentim e Antônio), para o perfeito estabelecimento de sua genealogia. E tais liames, naturalmente ou provavelmente existiam, dado procederem os três de Viana do Castelo e se acharem na mesma época e localidade estabelecidos no recôncavo baiano.

De outra feita escrevi (*Genealogia Baiana*, adaptada de Jabotão): «Não haverá consanguinidade entre Valentim e Antônio da Rocha Pita? Aquêle se achava instalado na parceria de Bras Rebelo Falcão, em Iguape, casando-se com sua filha, quando aí chega o Antônio, o que deu causa a um escândalo familiar. Por isto, talvez, o silêncio, que se guarda quanto às relações entre êles, ambos vindos para o mesmo povoado e com o mesmo nome de família». E o desconhecimento persiste.

No Iguape, Antônio da Rocha Pita (o 2º) enamorou-se da filha de Valentim chamada Maria da Rocha Pita e levou a mais longe o seu ousio, a ponto de parentes da moçoila se vingarem do que êle cometera, desfechando-lhe uma carga de espingarda, que lhe produziu grave ferimento. Mas o amor apaixonado a tudo vence e o escândalo resultaria mesmo em casamento, tal qual como nas novelas e comédias dos românticos. Deu-se o rapto e casaram-se os prônubos a 1 de julho de 1678, na capela do Bom Jesus do Iguape, verificando-se então a pacificação completa na família conturbada.

Antônio era de Coura, ainda de Viana do Castelo, filho de Francisco da Rocha Pita e de Beatriz de Lara. Depois do casamento tornou-se proprietário, granfino, irmão do quadro da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 1689 e, dois anos transcorridos, irmão-ministro da Ordem 3ª de S. Francisco, em cujos assentamentos, de ambas as instituições, só faziam parte os do escol da cidade.

Do consórcio dos dois apaixonados primos apenas nasceu um filho, batizado com o nome do avô paterno, ou seja Francisco da Rocha Pita e êste se casou com Rosa Maria Falcão, filha de Tomé Pereira Falcão e de Inácia de Araújo. Mas, encontrando-se em viuvez, contraiu novas núpcias, com a viúva Leonor Pereira Marinho, nascida de Vasco Marinho Pereira e de Catarina de Araújo de Azevedo. Outros filhos nasceram, outras fortunas se consti-

tuíram, se desdobraram, e abundante e eloqüentemente retrata essa quadra de opulências da Bahia do fim do século 17 a *História de um engenho do recôncavo*.

Dêstes sucintos informes em diante, linhagistas de autoridade que continuem em explicações, pois bastante o que carreei até aqui, mesmo porque isso de pesquisa genealógica sempre acaba em coisas que não devem ser contadas e menos ainda escritas. Já o mestre Feijó Bittencourt maliciosamente o disse, referindo-se às minhas insulsas catas nos arquivos...

XIV — GONÇALO SOARES DA FRANCA

Deu-me na telha buscar aproximação com o *obsequioso* da Academia Brasilica dos Esquecidos, avivando-lhe os passos, recordando-lhe os dias, trazendo-o à lembrança dos atuais, embora esquecido todos o desejem permanentemente no mais fundo olvido. Era baiano e daí o motivo de desenterrá-lo agora, para uma vista de olhos por êste mundo onde os licotixos da vida tão fortemente dominam.

Pertencia de origem aos Negreiros, aos Francas, aos Barbalhos, aos Côrtes-Reais, que tanto enaltecera a Bahia e assim aparentado com o famoso cabo de guerra Luís Barbalho Bezerra, igualmente com o seu contemporâneo, também padre, também poeta, João Álvares Soares da Franca, conhecido como sendo o *Soares Baiense*. Quinto filho varão de Luís Barbalho de Negreiros e de Luísa da Franca Côrte-Real, teve nascimento em 1677, pois que o batizaram a 10 de janeiro de 1678 e, segundo o costume, entre o nascimento e o batismo não se davam grandes distâncias.

Gonçalo Soares da Franca, tal o seu nome, foi mandado para o colégio dos jesuítas, onde todos da Bahia estudavam, e, como estudante, aí por 1693, é que o famoso poeta Gregório de Matos lhe fizera encomiástico louvor, em versos, prognosticando-lhe destino vitorioso, que aliás se confirmou. O colégio despertou-lhe vocação eclesiástica e desta sorte veio a ser prebistero, tomando o hábito de S. Pedro e sendo padre de verdade.

Seus conhecimentos e sua cultura formaram-se e desdobram-se à sombra da história da igreja e da leitura porfiada dos *Lusíadas*, tornando-se camoneano dos mais acendrados. Tanto assim que, convidados intelectuais do Brasil para contribuirem no sentido da organização da Real Academia da História Portuguesa, escreveu uma *Dissertação da história eclesiástica do Brasil*. A Academia é de 1721, mas desde dois anos antes por ela vinha trabalhando na colônia da América, de ordem da coroa, o Governador Conde de Vimieiro. Com êsse fim e para cometer ao Padre

Gonçalo a incumbência de contribuir em letras para essa organização, a carta que lhe dirigira o governador datada de 4 de agosto de 1719, dizendo-lhe que «segunda-feira, que se contam sete do corrente, se achará vossa mercê nesta cidade e nesta casa (o paço), para certo negócio de sua majestade».

Supõe-se, e com razão, que o padre, sendo, como era, considerado autoridade nos conhecimentos da história eclesiástica do Brasil fôra dessa feita incumbido de escrever em volta dêsse tema para a Academia que se formava. Daí a obra de Gonçalo Soares da Franca sob o título *Dissertação da história eclesiástica do Brasil*.

Chegado, para o govêrno do Brasil, com sede na Bahia, o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, de notáveis serviços ao nosso adiantamento, muito ainda trabalhou em proveito da organização da Academia, o que se deu com a respectiva instalação em 1721. Notando, porém, o vice-rei que a dita instituição não contemplara brasileiros no seu quadro ordinário, encheu-se de justo ciúme e louvado estímulo e de logo promoveu a criação da Academia Brasilica dos Esquecidos, obra puramente de sua lembrança e autoria, faustosamente inaugurada no paço do govêrno a 7 de março de 1724. Gonçalo Soares da Franca entra do quadro fixo da mesma, pôsto à vanguarda dos demais nomes. E como todos, na esteira da tradição dos árcades, tomassem nomes distintivos como acadêmicos, Soares da Franca passou a ser *Obsequioso*.

Essa *Dissertação* teve leitura posteriormente na Academia dos Esquecidos e ficou inédita. O manuscrito, entretanto, veio a ser adquirido pelo Imperador Pedro 2º, que o ofereceu, em sessão de 22 de maio de 1855, ao Instituto Histórico e Geográfico. Mas, apesar de todos os bons desejos, no Instituto não mais se encontra êsse trabalho, na certa surripiado por quem melhor se vestisse com a batina de historiador do Padre Franca.

O camonismo dêsse ilustre baiano se verifica por meio de várias produções que nos legou. Haja vista a glosa que fizera da estância 50ª, do canto 4º dos *Lusíadas*, por ocasião da morte, em dezembro de 1706, do Rei Pedro, o 2º, de suja e infeliz memória. Ingratamente o poeta gastou muita cêra de inteligência e inspiração com um defunto assás nauseante. Há igualmente a extravagante paciência de produzir um soneto com a reunião de quatorze versos do mesmo poema, alfinetando-os de tal jeito e costurando-os com tal arte, que a obra produzida só é recomendável pela paciência do autor. Um conterrâneo de Gonçalo, no século 20, a tôdas as luzes poeta ilustre, Egas Moniz Barreto de Aragão (*Pethion de Villar*) igualmente fizera coisa tal, compondo um soneto com versos de quatorze idiomas, que anda por aí em fora

reproduzido... Gonçalves mostrava conhecer a fundo os *Lusiadas*, enquanto Pethion pretendia exhibir o seu poliglotismo...

Mas há, para ressaltar, e ressaltar-se, o sentimento nativista do poeta, digno dos aplausos de quantos brasileiros hoje se ufanam do país que tiveram por berço, seguidos dos alienígenas que a este país dão o trabalho e a vida.

Além da *Dissertação* referida, conta-se o poema *Brasília*, a propósito do descobrimento do Brasil, formado de mil e oitocentas oitavas e através das quais sobressai o elogio da terra que Cabral dera à coroa portuguesa e que Dom Manuel recebeu e incorporou ao seu reino. O poema, lida a sua primeira parte na Academia Brasilica dos Esquecidos, não logrou publicidade, o que também aconteceu a toda a obra definitiva do Padre Gonçalves Soares da Franca. Há referência, feita por Sacramento Blake, da existência de outras *dissertações*, em número de oito, exclusivamente de assuntos relativos ao Brasil e que no arquivo da Biblioteca Nacional, de Lisboa, figuram com a numeração 318 dos seus códices.

Em volta da naturalidade do poeta, e do dia e ano de sua morte, há uma corrente de confusão. Por que Pereira da Silva, não se sabe com que intenção, nem qual sua justificativa, o dera de origem capixaba, veio Joaquim Manuel de Macedo, indicador volante de fatos de seu tempo, e o acompanhou, bons e solidários fluminenses que o são. Mais ninguém de responsabilidade o seguiu, reconhecendo-se a baianidade de Gonçalves. Segundo outros e aquêles autores, o poeta teria nascido em tempo que, confrontado com a sua figuração na Academia dos Esquecidos, seria quase centenária.

Com o hábito de S. Pedro, Soares da Franca entregou-se ao estudo da história, eclesiástica e profana, e por bem sabê-la dava autorizadamente preleções e produzia trabalhos de importância. Possivelmente estaria ocupando algum vicariato na redondeza da cidade e isto se deduz da carta que lhe dirigira o vice-rei a 2 de agosto de 1725: «De domingo a oito dias, que se hão de contar doze do corrente, se abre a Academia, o que me parece participar a vossa mercê dizendo que na quarta-feira antecedente lhe mandarei um escalor para a condução».

A vida de sacerdote e com função em local distante da cidade, oculta, escurece e apaga quanto possa ela evidenciar-se e, daí, por certo, ignorar-se até mesmo a data da morte de Gonçalves Soares da Franca. Mas se a Academia Brasilica dos Esquecidos realizou a 4 de fevereiro de 1725 a sua última sessão, a ela havendo comparecido o *Obsequioso*, e se a 6 de junho de 1759 se instituía a Academia Brasileira dos Renascidos, sem que desta tomasse parte

o padre historiador, bem se justifica a suposição de sua morte nesse interregno, com cêrca de cinqüenta janeiros.

As poesias do padre valerão apenas como curiosidade de seu tempo, a ser apreciada por quem se dê a pesquisas dessa natureza, mas a sua obra histórica está de verdade a reclamar que alguém ou alguma instituição se volte a examiná-la, sob o desejo de colher-lhe contribuições de utilidade aos nossos dias, que naturalmente ela conterà.

Por tudo isso a recordação que ora faço do nome e da obra do baiano Padre Gonçalo Soares da Franca.

TRANSCRIÇÃO

DESCOBRIMENTO DO BRASIL

(A COMUNICAÇÃO AOS REIS CATÓLICOS)

DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ VIEIRA FERREIRA

O descobrimento do Brasil trinta anos pelo menos antes da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, foi objeto de uma conferência que fiz no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1948, publicada no volume 199 de sua Revista às páginas 165 e seguintes.

Uma lei de D. Afonso V, de 1470, inclui as tintas de brasil ou laca entre os gêneros de Guiné que a Coroa reservava para si nas concessões para o comércio nessa parte da África. Ainda tratei do assunto em artigos publicados no *Jornal do Comércio* sob os títulos *O degredo nas Ordenações do Reino e os degredados vindos com Pedro Alvares Cabral* (19 de setembro de 48) e *O testamento de João Ramalho* (12 de fevereiro de 50).

Considero hoje mais provável que em 1470 ainda não se explorasse o pau-brasil de nosso litoral, já então descoberto, contentando-se Portugal nesse tempo com o comércio na costa da África e deixando para depois o da madeira tintória.

Trato agora da comunicação que fez D. Manuel aos reis castelhanos da passagem da esquadra de Cabral pela costa baiana, com a arribada em Porto Seguro.

No segundo volume da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, às páginas 165 e seguintes, lê-se a longa epístola que aos reis católicos dirigiu D. Manuel sobre a expedição de Pedro Álvares Cabral à Índia.

A carta se estende com pormenores sobre os acontecimentos ocorridos com a frota lusitana quando costeou pelo sudoeste a península indiana, avultando nessa narração os desaguizados com a gente de Calecut e as ótimas relações com o rei de Cochim na costa de Malabar, onde as naus se proveram das mercadorias idas buscar no Oriente.

Contém êsse documento de caráter internacional informações ridículas, como a concernente a Sofala, na qual se diz que o capitão-mor da esquadra portugêsa «ali achou novas que entre os homens que trazem ouro ali às costas vêm muitos que tem quatro olhos, a saber: dois adiante e dois atrás... e que as vacas do rei trazem colares de ouro grosso ao colo».

Com êsses contos da carochinha, mais próprios para entreter crianças, e com a relação minuciosa dos fatos que menos interessavam os reis católicos, quando o que lhe convinha saber era em que longitude estava a terra que se dizia então descoberta, satisfazia D. Manuel de muito bom grado, sem dúvida, o desejo tão oportuno do ministro castelhano em Lisboa de se contar aos soberanos de Castela o que acontecera no Oriente com a frota portugêsa.

Lê-se, com efeito, na carta, referindo-se aos últimos navios chegados da expedição e aguardados com pretexto da demora na comunicação de fatos que já podiam ser narrados antes de sua volta: «E depois de chegadas as ditas naus, estando para notificar tudo a Vossas Senhorias, Pero Lopes de Padilha me disse que folgariéis de saber as novas de como as coisas dela sucederam».

Quanto à arribada no Brasil refere-se a carta em muito poucas linhas ao fato, dizendo que o capitão-mor nas oitavas de páscoa «chegou a uma terra que novamente descobriu, a que pôs nome de Santa Cruz... mui conveniente e necessária à navegação da Índia». Em longitude não se fala.

A carta de D. Manuel tem a data de 28 de agosto de 1501, mais de ano e mês depois da chegada a Lisboa da nau de mantimentos, do comando de Gaspar de Lemos, que levou a el-rei a notícia da viagem até Porto Seguro e a carta de Pedro Vaz de Caminha com pormenores descritivos tão interessantes.

Em vez disso, D. Manuel distraiu os reis católicos com homens de quatro olhos e vacas adornadas de riquíssimos colares de ouro.

Por que D. Manuel ocultou tanto tempo o descobrimento da nova terra?

Parece que não foi senão para prolongar ainda, quanto possível, o mistério de uma costa em que o pau-brasil abundava.

Se houvesse mandado aos reis católicos uma cópia da carta de Caminha, eles veriam que a frota, rumando para sudoeste, podia muito bem ter arribado nalguma terra sita além do meridiano de Tordesilhas.

Diz-se na carta: «E assim seguimos nosso caminho por êste mar de longo...». E a doutora Michaelis de Vasconcelos explica o trecho: «Velejando ao ocidente através do oceano Atlântico».

Nem Caminha, nem Mestre João, nem o Piloto Anônimo, tratam da longitude de Porto Seguro, que não foi estimada, nem mesmo pelo processo imperfeito das singraduras. Mestre João tomou sòmente a latitude atingida, recorrendo a um pequeno astrolábio.

Se a viagem fôsse mais curta, o cálculo por singraduras poderia certificar não se ter atingido um meridiano distante 370 léguas das ilhas de Cabo Verde.

Mas, com o rumo que tomara e o tempo da derrota, não podia haver certeza de que a frota não passara além do meridiano.

Dizia-se no tratado de Tordesilhas: «E se os navios do dito Senhor de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, etc., que tudo tal seja e f'que para os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, etc., e para seus herdeiros para todo o sempre, e que o dito senhor Rei de Portugal o haja logo de mandar dar e entregar».

Pedro Álvares Cabral, assim como os outros capitães, conhecia o tratado de Tordesilhas, assinado seis anos antes. Além disso ia na frota o célebre Duarte Pacheco Pereira, que figurou como testemunha entre as que assinaram o ato. Era de certo um assistente técnico da embaixada portuguesa.

Cabral não tomaria posse da terra em que arribou, para el-rei de Portugal, se não soubesse que ela estava aquém do meridiano estipulado em Tordesilhas.

Se não teve dúvida a êsse respeito, é que as longitudes da costa a que aportara já se sabia que não chegavam ao meridiano, porque as singraduras de sua viagem para o ocidente não lhe podiam dar certeza quanto à posição de Porto Seguro.

A resolução de tomar posse da terra explica-se pelo conhecimento do ponto por onde passava o meridiano, deixando a leste um litoral com pau-brasil em suas florestas.

Navegações e estudos anteriores tinham determinado a direção geral da costa e assinalado nela o monte Pascoal como ótima balisa para os navegantes; mas tudo isso era segredo de Estado. Necessariamente.

Mas as viagens de Colombo mostravam que se tornava impossível guardar por mais tempo o mistério do Brasil e do pau-brasil, convindo tomar-se quanto antes posse da terra.

O mistério da terra do pau-brasil e o seu anterior conhecimento secreto pelo govêrno português não deviam ser reve-

lados, nem mesmo depois da expedição de Cabral, porque, dado o caráter aleatório do que caberia às partes contratantes no tratado de Tordesilhas, não ficava bem a Portugal mostrar que já sabia o que no tratado se tinha como incerto.

Forçado a comunicar o descobrimento, D. Manuel o deu como fato recente e passou logo a contar outras coisas aos reis católicos.

Nota — Encerro com este artigo as minhas publicações relativas ao descobrimento do Brasil, que se lêem nesta *Revista*, volumes 199, 200, 206 e 219.

NÓBREGA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 1554 (*)

SERAFIM LEITE, S. J.

A narrativa de Simão de Vasconcelos e o que diz sôbre os pródromos e fundação de São Paulo de Piratininga — que os irmãos foram mandados debaixo da obediência do Padre Manuel de Paiva — tem feito fê; e houve tempo em que também lha demos neste ponto secundário, que deixa íntegro o fato de ser o Padre Manuel da Nóbrega fundador da Aldeia de Piratininga no dia 29 de agosto de 1553 e da Casa de São Paulo a 25 de janeiro de 1554. Sôbre esta verdade substancial são concordes todos os testemunhos autênticos e coevos, a saber, as cartas do próprio fundador, as do seu sucessor no provincialado Padre Luís da Grã e as do Irmão (depois padre) José de Anchieta. E todos já hoje conhecidos (1).

Nóbrega, «primeiro e principal fundador», escrevemos na *História* (1938), numa fórmula discreta, que permitia por um lado não esquecer, à roda do fundador, os seus auxiliares, nem todos então bem deslindados, e afastava por outro a hipótese de colocar, na fundação de São Paulo algum dos súditos e auxiliares em vez dêle ou acima dêle, o que não se compaginaria com os termos daquela fórmula, medida pelos documentos e — digamos — também pelo Evangelho por aquilo de que «non est discipulus super magistrum» (2).

Mas, por ter o Padre Paiva ficado superior local, nomeado por Nóbrega, não faltou quem tirasse esta consequência: «Logo o fundador da Casa e Colégio (que deu o nome à povoação) foi o Padre Manuel de Paiva» (3).

(1) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I (Lisboa-Rio de Janeiro, 1938), 270, 277; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* (Lisboa, 1953) 31, 47, 52, 56, 79-91, 112; *Particularidades referentes à Nóbrega*, «Brotéria» 57 (1853) 428-440; *Nóbrega e a sua herança em São Paulo de Piratininga*, «Brotéria», 58 (1954) 5-25.

(2) Mat. 10, 24; Luc. 6, 40.

(3) Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A Igreja na História de São Paulo (1530-1624)* I (São Paulo, 1952) 44.

(*) *Jornal do Comércio*, Rio, 12 de outubro de 1954.

Já, a propósito do presente Centenário da nobilíssima Cidade de São Paulo, se esmerilaram outros pontos miúdos, uns porque não eram claros em si mesmos, outros porque se tinham corrompido em autores de segunda ou terceira mão. Parece que terá algum interesse, ao menos relativo, proceder também a uma breve pesquisa sobre a origem daquela referência inicial de Simão de Vasconcelos ao Padre Paiva, e sobre o lugar em que Nóbrega estava ou não estava no dia 25 de janeiro de 1554; o que dizem os documentos do século XVI e com que olhos os viu o cronista do século XVII.

* * *

Na carta de 15 de junho de 1553 escreve Nóbrega, de São Vicente ao Padre Luís Gonçalves da Câmara:

«Ajuntamo-nos quatro padres e alguns irmãos e, depois de feitas muitas orações a Nosso Senhor, com jejuns e disciplinas, nos determinamos em Nosso Senhor entrar pela terra dentro, porque esta Capitania é a mais conveniente que tôdas as outras» (4).

Nóbrega era então vice-provincial do Brasil. Umas três semanas depois, foi nomeado provincial, por ato de Roma de 9 de julho de 1553, e só o soube, no segundo semestre de 1554, quando já morava na sua Casa de São Paulo. Donde se segue que a junta ou consulta de São Vicente não obedecia às normas que regem os provinciais e vinham expressas nas cartas de nomeação. Regeu-se pela prudência natural a todo o homem de govêrno, que deseja proceder com segurança (5).

Os quatro padres, presentes a esta consulta anterior a 15 de junho de 1553, foram Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Manuel de Paiva e Francisco Pires, que eram todos os que residiam na Capitania de São Vicente. Dos irmãos o número é inde-

(4) *Novas Cartas Jesuíticas — de Nóbrega a Vieira* (São Paulo, 1940) 40.

(5) A patente do Padre Manuel da Nóbrega para provincial do Brasil é de 9 de julho de 1553 e foi acompanhada duma carta de Santo Inácio da mesma data, em que lhe dizia: «Y porque en las Provincias comúnmente se pone un colateral del Prepósito, parece que debía ser el Pe. Luys de Grana, y así se lo diréys de mi parte; y el officio del uno para con el otra yrá aquí scrito para maior claridad». E, como se praticava na Europa, também Nóbrega devia escolher «algunos de los más inteligentes y de mayor confianza por consejeros». E lhe mandava que fizesse profissão, condição requerida para ser provincial (*Epp. NN.* 50, f. 69rê *Mon. Ign.* 1^a s. V [Matriti 1907] 182-183; reproduzida pelo anotador de Varnhagen, Rodolfo Garcia, na *História Geral do Brasil*, I, 4 ed. [São Paulo S. d.] 364-465.

A patente e faculdade para Nóbrega fazer a profissão só chegaram à São Vicente depois da partida do Padre Leonardo Nunes para a Europa,

terminado. Foram com certeza os dois sertanistas Pero Correia e Manuel de Chaves, e poderia ter assistido mais algum irmão, em particular Diogo Jácome e Mateus Nogueira. O parecer de maior influência, entre os irmãos, era o de Pero Correia, que «obrigava a isso a vida», como de fato a obrigou — e deu.

O Governador Tomé de Sousa a princípio achou bem a entrada, mas «desde que soube que levávamos capela e cantores, e que havíamos de fazer casa, o estorvou por tôdas as vias, dizendo que se acolheriam lá os malfetores, e outros homens devedores fugiriam para lá, e quando os índios fizessem alguma coisa mal feita, que não poderia vingar-se dêles pelo perigo em que nos púnhamos» (6).

A razão principal — e também no mesmo lugar a indica Nóbrega — era que o governador tinha fechado o caminho do Paraguai e o queria conservar fechado.

Não pode, pois, Nóbrega estabelecer-se tão longe como pensara e lhe rogavam os daquelas partes. Caso semelhante tinha sucedido nove anos antes a São Francisco Xavier, na Ilha de Socotora, na costa oriental da África (nordeste), quando ia a caminho da Índia. Queria Francisco Xavier e o pediu ao Governador Martim Afonso de Sousa (exatamente o mesmo que esteve em Piratininga em 1532) ficar nessa ilha e não o consentiu o governador português, dando razões equivalentes às de Tomé de Sousa a Nóbrega. Escreve Xavier: Os da terra «rogáronme mucho que quedase con ellos, y que todos, grandes y pequeños, se bautizarian. Dixe al Señor Governador que me diese licencia, que yo queria quedar ay, pues allava *messem tam paratam*. Y porque a esta ysla vienen turcos, y no es abitada de portugueses, y por no me dexar en peligro que me levasen preso los turcos, no quiso el Señor Governador que quedase en aquella ynsula de Çocotorá, diziéndome que me avia d'enbiar a outros cristianos, que tienen tanta o más necesidad de dotrina que los de Cocotorá, donde haria más servicio a Dios nuestro Señor» (7).

portanto depois de junho de 1554, comunica Nóbrega ao padre geral em carta de 25 de março de 1555 (*Novas Cartas Jesuíticas*, 55, 61).

O Padre Luis da Grã tinha saído de Lisboa a 8 de maio, com os seus companheiros, e aportou à Bahia a 13 de julho de 1553. Ao chegar, já estava nomeado colateral, mas ainda o ignorava; e, «por causa das monções», só teve recado de Nóbrega em outubro de 1554, segundo diz o mesmo Padre Grã em carta de 27 de dezembro de 1554 (*Novas Cartas Jesuíticas*, 161; cf. Manuel da Nóbrega, *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio* [Lisboa, 1954] 109).

(6) *Novas Cartas Jesuíticas*, 41.

(7) Georg Schurhammer — Iosef Vicki, *Edsitolae S. Francisci Xaverii*, I (Roma, 1944) 124.

Os homens apostólicos como Francisco Xavier, Manuel da Nóbrega e tantos outros, têm impulsos de coração, realizáveis uns, irrealizáveis outros, pela contingência das coisas do mundo; nem por isso deixa de ser seu o que as circunstâncias lhes permitem executar. E seria gracejo desconfortante e menos digno da memória de São Francisco Xavier, dizer que êle só foi apóstolo da Índia, porque lho não deixaram ser de Socotorá.

Na mesma data de 15 de junho de 1553, tencionava Nóbrega mandar à Bahia o Padre Leonardo Nunes e o irmão Pero Correia a fim de trazer para a Capitania de São Vicente os mais irmãos que pudessem. Acrescenta: «E pelo Campo, daqui doze léguas, se querem ajuntar três povoações numa, para melhor aprenderem a doutrina cristã e mostram grande fervor e desejo de aprender e de que lhes preguem. Com êles gastarmos o tempo até vir o irmão Correia da Bahia para entrarmos» (8). No evolver dêstes projetos nova resolução tomou Nóbrega depois disso, porque só mandou à Bahia o Padre Leonardo Nunes.

A carta seguinte, do último de agosto de 1553, também de Nóbrega, é já de Piratininga, a seguir à fundação da Aldeia. Advoga a causa de João Ramalho, que se revelou ser parente do Padre Manuel de Paiva e então se conheceram; faz os primeiros catecúmenos de Piratininga, e deixa aí dois irmãos para os doutrinar; anuncia que Pero Correia seguiu adiante como precursor, e que êle Nóbrega está prestes a ir também avante: «Lá andarei até ter novas da Bahia, dos padres que creio serão vindos» (9).

Por esta ocasião (setembro de 1553) deve de ter escrito a El-Rei D. João III. Fala do colégio da povoação de São Vicente, do ajuntamento das aldeias em Piratininga e ainda não de Maniçoba; mas a carta não adianta nada à precedente sôbre o lugar em que se encontrava o Padre Manuel da Nóbrega.

Depois não há carta alguma da Capitania de São Vicente até 18 de julho de 1554, em que Pero Correia conta o que se passou desde a ida de Leonardo Nunes para as Capitanias do norte até a Bahia; e nela retoma as coisas no ponto em que as deixara Nóbrega na carta do último de agosto de 1553 (quase um ano). Segundo Pero Correia, tôda a atividade de Nóbrega se desenvolve serra acima e já com duas casas, Piratininga e Maniçoba. E no fim da carta (18 de julho de 1554): «O nosso Padre Nóbrega veio a êste São Vicente negociar certas coisas de im-

(8) *Novas Cartas Jesuíticas*, 44.

(9) *Ib.*, 52.

portância e eu após êle, e agora estamos de caminho para nos tornarmos para o Campo» (10).

Nóbrega residia no Campo e baixara a São Vicente a despachar os negócios que o Padre Leonardo Nunes ia tratar na Europa, para onde partira em junho.

A Quadrimestre de maio a setembro de 1554, não dá por menores sôbre os passos do fundador. Diz que ao Padre Nóbrega pareceu melhor mudarem-se os irmãos e os meninos para a Aldeia de Piratininga; e, quando fala do lugar, em que êsse se encontra, é para dizer que está em São Paulo: «Aqui, pois moramos presentemente, como Reverendo em Cristo Padre Manuel da Nóbrega, sete irmãos» (11).

Leonardo Nunes, que tinha ido à Bahia buscar os padres e irmãos, que pudesse, chegara à vila de São Vicente no dia 24 de dezembro de 1553. Passado o indispensável tempo de repouso e de férias, foram mandados alguns irmãos para Piratininga. Naquela Quadrimestre, escrita por ordem de Nóbrega, conta o irmão José de Anchieta, um dos recém-vindos:

«Para sustento dêstes meninos (do Colégio da Vila de São Vicente), a farinha de pau era trazida do interior, da distância de 30 milhas. Como era muito trabalhoso e difícil, por causa da grande aspereza do caminho, ao nosso Padre (Nóbrega), pareceu melhor no Senhor mudar-nos para esta povoação de índios, que se chama Piratininga. Isto por muitas razões: primeiro por causa dos mantimentos; depois, porque se fazia nos portugueses menos fruto do que se devia, ainda que, logo ao princípio o trato do padre lhes trouxe a maior vantagem, como será fácil entender do Padre Leonardo, que foi o primeiro da Companhia a vir para cá; e especialmente porque se abriu por aqui a entrada para inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão. Por isso, alguns dos irmãos mandados para esta Aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a ela a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa numa casa pobrezinha e muito pequena no dia da Conversão de São Paulo, e por isso dedicamos ao mesmo esta nossa Casa (12).

A Quadrimestre enuncia as razões, que moveram Nóbrega a mudar os meninos e os irmãos para a Aldeia dos Índios e a fundar a Casa de São Paulo de Piratininga. Reproduz as razões: não diz que Nóbrega as deu em consequência de qualquer con-

(10) *Ib.*, 171-176.

(11) *Cartas de Anchieta* (Rio de Janeiro, 1933) 38, 42.

(12) Tradução direta do apógrafo latino, *Bras.*, 3, I, f. 115r; of *Cartas de Anchieta*, 38.

sulta de padres e irmãos que êle reunisse imediatamente antes. Porque nem êsse documento, nem nenhum outro coevo, se refere à estada de Nóbrega na vila de São Vicente. É possível que estivesse, falta documento que o justifique. Dado o caráter de Nóbrega, é mais natural que baixasse, logo que recebeu aviso da chegada; mas é igualmente natural que subisse para a inauguração da casa por êle «feita» e em que tanto se empenhava, não havia necessidade de ficar em São Vicente, pois tinha na vila superior local, o Padre Leonardo Nunes, diminuindo-se ali tudo, e indo ser a Casa de Piratininga a principal para os meninos e para os irmãos, que era preciso organizar e governar e em que a sua presença mais que em parte alguma se requeria, e onde de fato residia quando baixou ao mar para despachar o Padre Leonardo Nunes. Baixou com alguma demora, porque primeiro foi êle e depois mandou chamar o irmão Pero Correia que tinha doado os bens aos meninos e o seu parecer era útil em assunto que deveria ser regulamentado em Lisboa e Roma, através do Padre Leonardo Nunes. A 18 de julho estavam já prestes ambos a voltar para São Paulo, onde a Quadrimestre, concluída em setembro assinala de novo a presença de Nóbrega. A nossa opinião é que baixando o Padre Nóbrega a despachar os negócios de São Vicente deixasse em Piratininga superior dos irmãos o Padre Paiva; e partindo o Padre Nunes, Nóbrega mandasse para São Vicente o mesmo Padre Paiva como de fato aí estava em março de 1555.

O Padre Manuel de Paiva, dado o seu parentesco com João Ramalho, devia ser um dos que Nóbrega deixou na Aldeia de Piratininga, quando a fundou a 29 de agosto de 1553, nem há incompatibilidade em que algum tempo estivessem juntos, Paiva como superior local e Nóbrega como superior maior, quer numa casa quer noutra, e mesmo em Piratininga em 25 de janeiro de 1554, mas dentro dos limites da carta de 25 de março de 1555 de Nóbrega a Santo Inácio quando já tinha partido o Padre Leonardo e ainda não chegara o Padre Grã: «E saiba V. Paternidade que até agora não tenho a quem encomende êstes irmãos para que possa ir visitar as outras Capitanias» (13); dentro dos limites ainda mais claramente expressos noutra carta de 1561 ao Padre Diogo Laynez, em que Nóbrega diz que as coisas do Brasil, tocantes ao seu govêrno, não eram apenas objeto de iniciativa e ordem sua, e se realizavam de qualquer maneira ao arbítrio de outros, mas tôdas lhe passaram pela mão, «assim no entendimento como na execução delas» (14).

(13) *Novas Cartas Jesuíticas*, 58.

(14) *Ib.*, 103.

Sem discrepância, todos os documentos convergem para a presença de Nóbrega na sua Casa de São Paulo de Piratininga no dia 25 de janeiro de 1554.

Agora, do terreno da documentação coeva e direta, passa-se a outro, o de Simão de Vasconcelos, que narra êstes mesmos fatos um século mais tarde.

Diz êle que o navio, onde vinha da Bahia o Padre Leonardo Nunes e os irmãos, encalhou na costa (Nunes não encalhou, porque não vinha no mesmo navio que transportava os irmãos), e que ao chegarem à vila de São Vicente estava ali o Padre Nóbrega a abraçá-los a todos. E acrescenta que a «primeira coisa que intentou o Padre Manuel da Nóbrega, depois do novo título de provincial, e da chegada de tão bom socorro, foi a fundação de um Colégio nos campos de Piratininga para onde tinha já feito mudar alguns índios principais com suas aldeias, deixando o lugar das antigas. Pôs em consulta seus intentos (...). Contentarão as razões: e logo em conformidade d'ellas no principio de Janeiro do anno seguinte de 1554 (deixando na villa os que parecerão necesarios para os ministerios dos Portugueses), forão mandados treze ou quatorze sujeitos Padres, e Irmãos debaixo da obediencia do Padre Manuel de Paiva fundar o Collegio já ditto nos campos de Piratininga» (15).

Na sua narrativa introduziu Simão de Vasconcelos alguns elementos parasitários ou transformantes alheios à história documental. Viu que a patente de Nóbrega, como provincial do Brasil, era de 9 de julho de 1553, e faz derivar, dessa nomeação de provincial, a Casa de Piratininga, que Nóbrega já tinha fundado, antes de ter conhecimento dessa nomeação: viu que houve uma consulta em São Vicente, narrada na carta de 15 de junho de 1553, e, como vinha bem à sua arquitetura, colocou-a em fins de dezembro ou começos de janeiro, antes da subida dos irmãos; viu na biografia, do Padre Manuel de Paiva, escrita trinta ou quarenta anos depois, esta frase: «no principio, que começou o estudo em Piratininga, onde êle era superior dos irmãos» (16). O estudo começara no ano de 1554, mas Vasconcelos, transformando a expressão «no principio» (17) em coincidência material anexou-a ao verbo «foram mandados» da Quadrimestre. Feito isto, tudo se lhe tornou evidente: «Foram mandados debaixo da obediência do Padre Manuel de Paiva».

(15) *Crônica*, I, §§ 144-149.

(16) *Cartas de Anchieta*, 485.

(17) Cf. Nóbrega, *Diálogo*, 112.

É a maneira. Elementos dispersos, cada um de *per si exacto*, une-os e coloca-os em dependência uns dos outros, como no caso clássico do colibri ou pica-flor, que ilustra todo o seu sistema critico. Simão de Vasconcelos sabia que existiam larvas, mosquitos, lagartas, borboletas e pica-flores. Viu cada um dêstes seres de per si; e unindo depois tudo, com a evidência das coisas vistas: «Vi eu mesmo *com os meus olhos* — escreve — vi uns Bichinhos brancos, nascidos á Tona da Agoa, fazerem-se em Mosquitos; estes fazerem-se em Lagartas; estas Lagartas fazerem-se em Borboletas, estas Borboletas transformarem-se em Passarinhos de certa casta a que chamam os Indios Inhambig & os Portuguezes Picaflor; e outra espécie de bicho chamado Sigarra vi convertido em Arvore Espinheiro; y de todas estas transformações tenho testemunhas fidedignas» (18).

Admirável vista a de Simão de Vasconcelos! Se lhe pedissem certidão jurada dá-la-ia pois via *com os seus próprios olhos*. E as suas testemunhas fidedignas, para conseguirem ver o mesmo que êle, usavam os mesmos óculos, muito comuns ao século XVII, e de que se serviu aquêlê excelente esculápio de Guimarães aduzido pelo Doutor Sanfins, médico do Padre Antônio Vieira em Coimbra, e que recorda o próprio Vieira numa das suas cartas: «Em Guimarães vomitou um doente um dragão quase dois côvados de comprimento [=1m. e 30 cts.], com duas asas... Disse-me Sanfins que o vira pintado e com *certidão de médico jurado ao pé*» (19).

(18) Simão de Vasconcelos, *Vida do Padre Joam d'Almeida* (Lisboa, 1658) 112-113.

(19) *Cartas de Vieira*, II (Coimbra, 1929) 160; cf. «Archivum Historicum Societatis Iesu», 23 (Roma, 1954) 164.

APRECIACÃO DE PUBLICAÇÕES

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, 1949 (*).

Não há muitos anos, os estudos históricos professados nas Faculdades de Letras portuguesas comportavam, como conhecimento prévio, o exame das bases conceituais da história e o estudo da metódica historiográfica, pois com êsse fim existia um curso semestral intitulado *Propedêutica Histórica*; porém, quando tudo indicava que, a exemplo do praticado em países estrangeiros dos mais progressivos, se alargasse o tempo letivo destinado a essa cadeira, foi ela extinta pela legislação universitária de 1930. Desde então, só fragmentariamente e só ocasionalmente se tratam, quer como lições introdutórias em algumas cadeiras que constituem o Grupo de Ciências Históricas, quer, mais diretamente, sob certos aspectos, nas chamadas ciências auxiliares da História, e individualmente se esclarecem, quando ocorre algum caso pessoal de interesse por tais assuntos, mas sempre sem o caráter de ordenada exaustão, que a existência de uma cadeira própria asseguraria.

No Brasil, onde também o plano escolar das Faculdades de Filosofia e Letras se não acha dotado de um tal ensino, ocorreu a essa carência o Professor José Honório Rodrigues publicando a *Teoria da História do Brasil*, que representa o remate da sua ação docente relativa aos referidos temas e exercida no curso de aperfeiçoamento de diplomatas, do Instituto Rio Branco, escola de altos estudos integrada no Ministério das Relações Exteriores.

A primeira parte dêste valioso livro é consagrada a estudos gerais, tais como o do conceito de história, seu conteúdo e sua periodização, seguindo-se os das várias modalidades da crítica historiográfica e das diversas ciências históricas, tudo acompanhado de vasta e selecionada bibliografia.

Entre os muitos aspectos que o notabilizam, merece particular destaque a circunstância de revelar um teorizador que, considerando verdadeiramente histórica só a obra que esclareça

(*) *Transcrição*. Sociedade de Geografia de Lisboa. Boletim. Janeiro a março de 1954. 72ª série, ns. 1-3, págs. 130-131.

«o sentido da ação do homem, superando a instância documental», cuidadosamente exclui dessa superior visão da história as sínteses, quando superficiais, ou as atrevidas generalizações e nem por um momento esquece o primordial valor do documento, como insubstituível base de toda a construção histórica valiosamente séria.

Dotado de uma clara vocação e de uma adequada preparação para tais estudos — vocação e preparação patenteadas na sua atividade de diretor da Divisão de Manuscritos e Obras Raras da Biblioteca Nacional, traduzidas em obras de bibliografia histórica de sério valor, e refletidas, ainda bem recentemente, quer no seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil* (Rio de Janeiro, 1952), quer no seu volume *Brasil*, da série *Programa de História da América* (México, 1953) — o Professor José Honório Rodrigues pôde escrever uma *Teoria da História do Brasil* múltiplamente louvável. Ela é, com efeito, não só apreciável como primeira publicação no seu gênero em língua portuguesa, e de intrínseca utilidade pois os temas nela tratados o foram com adequada grandeza, mas também importante no sentido de que, reconhecendo o autor ser a história do Brasil, relativamente a um tri-secular período, inseparável da de Portugal, deu à bibliografia historiográfica portuguesa uma larga e justificada representação.

Sob este último aspecto, a *Teoria Histórica do Brasil* pode mesmo considerar-se uma impressionante expressão da solidariedade cultural luso-brasileira, que dia a dia se intensifica e renova, tanto no intercâmbio e na comunicação dos progressos científicos do Brasil e de Portugal, como no estreitamento de relações pessoais dos estudiosos que os criam, ou os estimulam, ou os divulgam.

Damião Peres

Prof. da Universidade de Coimbra

CARLOS DA SILVA ARAUJO — *Figuras e fatos na história da Farmácia no Brasil português*

Acabam de editar — *Figuras e Fatos na História da Farmácia no Brasil Português* — trabalho apresentado no 3º Congresso Luso Espanhol de Farmácia em Santiago de Compostela, realizado em 1954, e tese histórica do Dr. Carlos da Silva Araujo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

História da Farmácia: o tema é dos mais curiosos pelas ramificações que apresenta.

A farmácia é elemento útil às populações urbanas que se desenvolvem. Mas é preciso essas populações atingirem uma densidade maior e que venham ter comércio local : neste caso a história econômica entra em jôgo.

«No século XV começam as farmácias leigas a surgir, fora dos conventos», acentua Silva Araújo. É no século XV que há o grande desenvolvimento mercantil, desenvolvimento que provoca a grande navegação, desenvolvimento que, como cita Silva Araújo, leva Afonso V a conceder privilégios a boticários com êle vindos de Ceuta».

Eis a história de Portugal ! Mas um quadro em que se por-menoriza a vida portuguesa na sua grande expansão através das cidades.

Com o boticário vem a prática «discreta» da medicina, ou melhor, começa a clínica de cidade, na informação do remédio dada aos que vão comprar ao farmacêutico.

As coisas vão tomando lugar à medida que as vão apontando e classificando. Classificar é então compreender êsses aspectos particulares que se relacionam entre si. É conjugá-los ao que é o grande todo, para formar-se uma unidade organizada em que essas particularidades postas a descoberto se prendem às grandes causas, às causas gerais que, neste caso, estão no entrelaçamento do conjunto de uma complexidade, com o decorrer dos tempos, cada vez maior da vida humana. Compreender a história é compreender essa complexidade em que ficam nítidos os elementos particulares que a compõem.

Em Portugal as coisas seguem o seu destino histórico. Farmácia ! Certo os conventos a meszinharem : êles eram os centros urbanos, e às suas portas batiam as populações urbanas. A história das farmácias fortalece a história dos conventos, relacionando as duas coisas.

Os hospitais, de começo casas de saúde da pobreza, recurso do indigente e das multidões sem economia própria, classe dos servidores das cidades. De começo êles eram nos conventos. Mas depois secularizaram-se: «o Hospital de Todos-os-Santos (1479); o Hospital das Caldas (1495), criado pela Rainha Dona Leonor; e a primeira Misericórdia (1498), a bela concepção de Frei Miguel Contreiras». Com os hospitais o círculo das várias atividades da cidade se alarga. Vinha a farmácia também, com sua disciplina e sua ética; o Hospital de Todos-os-Santos, carta régia de Dom Manuel, o Venturoso, nomeou boticário.

Eis que o rei aparece nesse quadro. Mas com o rei a história do Estado, Estado êsse que se amplia. Os aspectos sociais particulares não são o efeito, são a causa final. Aparecem porque tinham de aparecer motivados pelo que se chama modernamente a razão social. Mas ficam sendo a infra estrutura para sôbre ela vir a superestrutura. É assim que dizem agora. Outrora diziam que êsses aspectos eram a causa final, como queria a moda na linguagem filosófica. Mas é que essa visão que Carlos da Silva Araújo vai tendo do assunto, traveja, serve de apôio, firma a concepção do Estado que se vai formando sôbre isso.

Dá gôsto ler a sua monografia.

Feijó Bittencourt

BIBLIOGRAFIA

Aspectos da Formação e Evolução do Brasil. Estudos publicados em 1952, no *Jornal do Comércio*, em comemoração ao seu 125º aniversário. Rio de Janeiro, 1953; 586 páginas.

Comemorando a passagem do 125º aniversário de sua fundação, publicou o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em números sucessivos dos fins de 1952, «uma série de estudos sôbre a vida brasileira, nos seus diferentes aspectos, de forma a fixar, desde os primórdios da evolução do país, o sentido de sua formação, as suas raízes étnicas, as forças espirituais que influíram no seu crescimento, a continuidade do seu progresso material, o esforço dos grandes construtores da nacionalidade, as enormes possibilidades que se deparam ao seu futuro, os principais aspectos, enfim, do passado e do presente» do Brasil. No ano seguinte foi êsse vasto material reunido em grosso volume a duas colunas.

Como não poderia deixar de ocorrer, são de preferência de caráter histórico muitos dêsses ensaios, ou mesmo sua maioria, como veremos. Abre o volume o intitulado *O Brasil no Mundo*, do Sr. Pedro Calmon. De autoria de quem redige esta nota é *A Unidade Nacional e a Administração Brasileira, da Colônia à República*. Outros, colocam-se na mesma classificação, tais como: *O Brasil como cabeça do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves — Política Nacional Brasileira de D. João VI*, do Sr. A. Teixeira Soares; *O Império Brasileiro*, do Professor Américo Jacobina Lacombe; *Panorama da República*, do Sr. José Maria Belo.

Apesar do título, também é de História o trabalho do Cel. J. B. Magalhães — *As Forças Armadas e a Construção Nacional*.

Treze estudos de História Econômica estão contidos nos quatro e sete recolhidos ao volume: *Os fatores naturais no desenvolvimento do Brasil*, do geógrafo S. Fróis de Abreu; *Principais realizações da Engenharia Brasileira*, do Engenheiro Hildebrando de Góis; *O desenvolvimento econômico do Brasil*, do Sr. Pierre van der Meiren; a *Obra precursora de Mauá e os primórdios do capital estrangeiro no Brasil*, pelo Sr. Heitor Ferreira Lima; *Primórdios do comércio do pau-brasil*, pelo Sr. Luís Leite de Vasconcelos; *O café e a economia brasileira*, do Sr. Afonso de E. Taunay, autor da maior obra sobre o assunto; *A borracha na História da Civilização Brasileira*, do Sr. Sócrates Bomfim; *O ferro e o carvão na História, na Economia e na Civilização do Brasil*, pelo General Edmundo de Macedo Soares e Silva; *A Pecuária na História, na Civilização e na Economia do Brasil*, pelo agrônomo Rômulo Cavina; *Evolução Ferroviária do Brasil*, pelo Sr. Virgílio Corrêa Filho; *Início da era da industrialização nacional*, pelo Sr. Humberto Bastos; *A existência do petróleo no Brasil e sua influência em nossos destinos políticos e econômicos e na projeção histórica da nacionalidade*, pelo Sr. Glycon de Paiva; *A renda nacional do Brasil*, do Sr. Pompeu Accioly Borges.

Questões demográficas e etnológicas também foram incluídas nos *Aspectos da Formação e Evolução do Brasil*, muitas delas de interesse principalmente histórico e firmadas pelos Srs. Castro Barreto, Giorgio Mortara, Artur César Ferreira Reis (*A contribuição portuguesa na formação da nacionalidade brasileira*), Edison Carneiro, Prof. Delgado de Carvalho (*Brasil-França. Contatos e Confrontos*); G. S. de Clercq Jr., Manuel Diégues Júnior, Heloisa Alberto Tôrres, Prof. Djacir Menezes.

Quanto à História Cultural figuram trabalhos dos professores Raul Bittencourt, Anísio Teixeira, Haroldo Valadão, Maurício de Medeiros, Adel da Silveira, Ernesto de Sousa Campos e A. Carneiro Leão.

Questões internacionais foram abordadas em estudos dos Srs. Embaixador Hildebrando Accioly (*Raízes ou causas históricas do Panamericanismo e cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América*); Luís Viana Filho (*A obra de Rio Branco como supremo integrador do território do Brasil*); Sérgio Corrêa da Costa (*A intervenção na Guerra de 1914-1918 inaugura a política mundial do Brasil*).

Sobre pintores, escultores, arquitetos e músicos brasileiros escreveram os professores Flexa Ribeiro, Mário Barata e Andrade Muricy.

Para a história da literatura brasileira apareceram contribuições dos Srs. Múcio Leão e Hêlio Jaguaribe. A parte de folclore brasileiro foi confiada a um de seus mais reputados especialistas, o Sr. Renato de Almeida.

Helio Vianna

MAGALHÃES BASTO, A. de — *Alguns documentos de interesse para a História do Brasil*. — Apostila ao *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos* da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. Coimbra, separata da revista *Brasília*, vol. VII, Coimbra Editôra Limitada, 1953; 42 págs.

Tendo preparado, para o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, reunido em Lisboa, 1937, utilíssimo *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto*, fêz-lhe interessantes aditamentos, na revista *Brasília*, vol. VII, do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 1952, o Sr. A. de Magalhães Basto, antigo professor da Faculdade de Letras do Pôrto e diretor dos Serviços Culturais da municipalidade portuense.

Vê-se, pela respectiva separata, que são principalmente papéis referentes às negociações diplomáticas entre Portugal e Holanda, no século XVII, os que se contêm nos dois códices examinados pelo Sr. A. de Magalhães Basto. Encerram, também, alguns documentos relativos à administração brasileira na mesma centúria. e curioso manuscrito, anônimo e sem data, aí integralmente transcrito, intitulado *Breve Manifesto de Noticiosas Utilidades pertencentes a este Estado do Brasil*.

Helio Vianna

FRANÇA, Mário Ferreira — *Eduardo Ferreira França* — Médico e parlamentar do Império. Tese apresentada ao II Congresso Brasileiro de História da Medicina, reunido em julho de 1953, no Recife. Rio de Janeiro, separata dos *Arquivos Brasileiros de Medicina Naval*, ns. 47 e 48, de janeiro a junho de 1953; págs. 69-121, 103-143, retr.

A família Ferreira França, da Bahia, teve, no Império, vários representantes ilustres na política como na medicina, entre os quais Eduardo Ferreira França, professor da Faculdade de Me-

dicina do Salvador e deputado em várias legislaturas, filho do excêntrico parlamentar, também médico, Antônio Ferreira França.

A Eduardo Ferreira França, aos seus trabalhos científicos e às suas atividades no parlamento imperial dedicou minuciosa tese seu parente o Capitão de Fragata médico Mário Ferreira França, apresentando-a ao II Congresso Brasileiro de História da Medicina, reunido no Recife, em julho de 1953, e publicando-a nos *Arquivos Brasileiros de Medicina Naval*, da Diretoria de Saúde da Marinha, números de janeiro a junho do mesmo ano.

Helio Vianna

PILOTTO, Osvaldo — *A criação da Província do Paraná*. Curitiba, 1953; 24 págs., 2 fac-similes.

A comemoração, em 1953, do primeiro centenário da elevação da antiga comarca de Curitiba à categoria de província do Império do Brasil, com a denominação de Paraná, determinou o aparecimento de várias publicações a respeito, dentre as quais *A criação da Província do Paraná*, do Sr. Osvaldo Pilotto, professor catedrático das Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia da Universidade do Paraná.

Sob três aspectos examinou o autor o magno acontecimento: a propaganda pública, o movimento político e a ação legislativa. Fazendo-o, embora em síntese, deixou bem esclarecidos os pormenores de tão importante movimento de opinião.

Helio Vianna

CORREIA DE AZEVEDO, Luís Heitor (com a colaboração de Cleofe Person de Matos e Mercedes de Moura Reis) — *Bibliografia Musical Brasileira (1820-1950)*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952; 256 págs., ils. (Coleção B 1, Bibliografia, vol. IX).

Notável serviço prestou o Sr. Luís Heitor Correia de Azevedo à Bibliografia especializada do Brasil, arrolando, com a colaboração de Cleofe Person de Matos e Mercedes de Moura Reis, nada menos de 1639 obras de interesse da música em nosso país. Distribui-se, êsse material nas seguintes seções: Bibliografia e Fonografia, Etnografia e Folclore, História (com 245 obras), Estética, Pedagogia e Crítica, Os Músicos (A persona-

lidade e a obra), Os instrumentos de música (história, construção, execução), A voz e o canto, Orfeão e canto escolar, Música Religiosa, Musicoterapia, Compêndios e Tratados, Dicionários e Enciclopédias, Miscelânea.

Helio Vianna

VAT, Frei Odulfo van der. (O.F.M.) — *Princípios da Igreja no Brasil*. Editôra Vozes — Petrópolis, 1952 — 414 págs.

Estudo criterioso e bem documentado sôbre os primeiros períodos da História Religiosa do Brasil. Compreende três partes: 1) Os primeiros franciscanos no Brasil, 2) As primeiras paróquias do Brasil e os seus administradores, 3) Dom Pedro Fernandes Sardinha primeiro Bispo do Brasil. As fontes bibliográficas são abundantes e adequadamente aproveitadas e citadas. Sistematização do que foi publicado anteriormente sem nenhum espírito particularista, exposição clara e metódica, fazem dêsse livro um elemento utilíssimo para o seu tema. Além disso apresenta o ponto de vista ortodoxo das questões baseado nas mais fidedignas autoridades. Bons índices e boa revisão.

Américo Jacobina Lacombe

VIRGÍLIO Corrêa Filho — *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus*. Instituto Panamericano de Geografia e História, Comisión de História, 1952; 59 págs.

A convite do Instituto Panamericano de Geografia e História o Sr. Virgílio Corrêa Filho fez um balanço da evolução da pesquisa histórica no Brasil, acentuando o papel do Instituto Histórico na colheita de documentos relativos ao Brasil existentes nos Arquivos estrangeiros. Os anexos, relação de documentos, plantas e mapas são de grande utilidade. O trabalho é bem feito, e muito útil; faz parte da coleção *Misiones de Americanos en los Archivos Europeus*.

José Honorio Rodrigues

NOTICIÁRIO

O INSTITUTO HISTÓRICO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Na sessão semanal realizada na Academia Brasileira de Letras, em 30 de setembro de 1954, sob a presidência do Secretário Geral o acadêmico Rodrigo Otávio Filho foi lido o seguinte ofício dirigido àquela ilustre corporação:

«O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovou por unanimidade a proposta do Almirante Jorge Dodsworth Martins, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, para que as associações culturais prestem expressiva homenagem ao *Jornal do Comércio* por ocasião do seu aniversário, a 1 de outubro.

Por ser essa uma das instituições beneficiadas pelo órgão máximo da cultura nacional, na difusão dos seus comentários, transmito a V. Excia. o convite para assinar o pergaminho indicativo da sua gratidão, como sucederá a quantos se beneficiam igualmente das colunas prestigiosas, sempre franqueadas aos assuntos de alta significação moral e intelectual.

Em dia a fixar-se, depois do terceiro de outubro, verificar-se-á a entrega da placa de bronze e do respectivo diploma, na presença dos subscritores, que desejarem comparecer.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos da minha elevada estima e distinta consideração. —
(a) *Virgílio Corrêa Filho*, 1º secretário.

Também fez parte do expediente a seguinte proposta:

Quero, também, fazer ciente que a Academia Paulista de Letras acaba de prestar ao nosso eminente confrade José Carlos de Macedo Soares a mais justa das homenagens. Considerando os altos e relevantes serviços que o Embaixador Macedo Soares

tem prestado à cultura nacional, resolveu, por unanimidade, e por proposta do seu presidente, Sr. Altino Arantes, dar o nome de José Carlos de Macedo Soares, à biblioteca que enriquecerá o grande prédio que será a sua sede na cidade de São Paulo. Congratulo-me, em nome da Academia Brasileira de Letras, com a homenagem que acaba de ser prestada ao nosso eminente confrade, e creio ser êsse o sentimento de todos os acadêmicos, devendo ser consignado em ata».

A aprovação geral se fez ouvir com o muito bem proferido.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JANEIRO DE 1955

- La Guerra. Libertadora Cubana de los Treinta Años* — Emilio Roig de Leuchsenring — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1952.
- Felix Varella y Morales Ideário Cubano* — Emilio Roig de Leuchsenring — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1953.
- La Lucha Cubana por la Republica. contra la Anexión y la Enmienda Platt. 1899-1902* — Emilio Roig de Leuchsenring — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1952.
- Homenaje a Víctor Hugo en el Sesquicentenario de su nacimiento* — La Habana, 1952.
- Homenaje a los Martires de 1851* — Emilio Roig de Leuchsenring — Impressora Modelo S.A. — La Habana, 1951.
- Homenaje al ilustre habanero Domingo Figarola* — Caneda en el centenario de su nacimiento.
- Hispanismo y Coloniaje* — Enrique Gay-Calbo — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1953.
- El Capitán Chino* — Oswaldo Moralez Patiño — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1953.
- En el cincuentenario de la Republica* — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1953.
- Acerca de «La Mejorana» y «Dos Ríos»* — M. Isidoro Mendez — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1954.
- Diario de Campaña del Comandante Luis Rodolfo Miranda* — Manuel I. Mesa Rodríguez — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1954.
- La Sociedad de Conferencias de la Habana y su Epoca* — Max Henriquez Ureña — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1954.
- La Habana en 1841* — Francisco González del Valle — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1953.
- Estudios Históricos-Militares sobre la Guerra de Independencia de Cuba* — Rene E. Reyna Cossio — Impressora Modelo, S.A. — La Habana, 1954.
- The Rockefeller Foundation* — Annual Report, 1953 — New York, 1953.
- Vaidade nacional ou monomania?* (separata) — Thomaz O. Marcendes de Souza — Seção Gráfica — São Paulo, 1954.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1955

- Negociações* — tomo I — Jaime Cortesão — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1953.
- Interpretación del Codice Gomez de Orozco* — Alfonso Caso — México, D.F. 1954.

- Bibliotecas do Centro-Oeste do Brasil* — Humberto Soares da Costa — Empresa Gráfica — Rio de Janeiro, 1953.
- História da Conquista do Perú*, trad. — William H. Prescott — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro, 1946.
- À margem da primeira observação astronômica em terra do Brasil*. (Separata) — Cel. Joaquim Francisco Duarte — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1954.
- História do Comércio do Maranhão 1612-1895* — Jerônimo de Viveiros — J. do Brasil — São Luís, 1954 — 2 vols.
- Vultos e Fatos de Diamantina* — Soter Couto — Imprensa Oficial — Belo Horizonte, 1954.
- Fronteiras Flutuantes* — Gal. Antônio de Souza Junior — Gráf. Laemert Ltda. — Rio de Janeiro, 1954.
- Sentido e Espírito da Regra de São Bento* — traduc. — Dom Ildefonso Herwegen O.S.B. «Lumen Christi» — Rio de Janeiro, 1953.
- A Questão Açucareira Nacional* — Gileno Dé Carli — Gráf. Olímpica Editora — Rio de Janeiro, 1954.
- Relatório do Sr. Gileno de Carli*, como presidente da Comissão executiva, apresentado ao Sr. Presidente da República — Rio de Janeiro, 1954.
- História e Tradições da Cidade de São Paulo* — vols. I, II, III — Ernani Silva Bruno — José Olimpio Editora — São Paulo, 1954.
- A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em 1953* (Relatório) — Rio de Janeiro — Ariosto Pinto — Gráf. Olímpica Edit. Rio de Janeiro, 1954.
- Moratórias e Reajustamentos (Pecuaristas e Agricultores)* — Eduardo Corrêa — Gráf. Delta Ltda. — Rio de Janeiro, 1954.
- A Ansia de Glória de Balzac e outros estudos* — Abelardo F. Montenegro — Tip. Minerva — Fortaleza, 1954.
- Código Americano de Normas Mínimas de Ética Profissional* (Tese apresentada à 8ª Conferência Interamericana de Advogados) — Rui de Azevedo Sodré — Gráf. Schmidt — São Paulo, 1954.
- Bréviaire* (poêmas) — Armand Godoy — Grasset — Paris, 1954.
- Índice de Traduciones Ecuatorianas* — Rafael Alvarado — Casa de la Cultura — Quito, 1954.
- A Declinação Magnética no Brasil na época da Descoberta* — Guilherme Wendel — São Paulo, 1953.
- As Elites de Cór* (Um estudo de ascensão social) (Adquirido por compra) — Thales de Azevedo — Editora Nacional — São Paulo, 1955.
- Dados genealógicos da Família Rocha* — Sebastião M. de Araujo Costa — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1954.
- Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Elucidário Etimológico Crítico* — vol. I — 1875-1888. — Dr. Antônio Joaquim de Macedo Soares — *Revista dos Tribunais* — Rio de Janeiro, 1954.
- El Reconocimiento de la Independencia del Paraguay por el Brasil* — R. Antonio Ramos — El Arte S.A. — Paraguai, 1953.
- A Descoberta do Piauí* — Sebastião Martins de Araújo Costa — Pap. Piauiense — Piauí, 1953.
- Comemorações de Osório* — Cel. J. Batista Magalhães — Livr. S. José Edit. — Rio de Janeiro, 1954.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1955

- Colombia — *Monumentos históricos y arqueológicos* — I-II — Luiz Duque Gomez — Editorial Fournier S.A. — México, D.F., 1955.
- O *Tratado de Petrópolis* — vols. I-II — Cassiano Ricardo — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1954.
- Gobierno del Coronel Lucio Mansilla — Beatriz Bosch — Imprenta Lopez — Buenos Aires, 1942.
- Lírica — Antônio Garcia Rosa — Gráf. Olímpica Edit. — Rio de Janeiro, 1954.
- Paulo Afonso — Antônio José Alves de Sousa — Lio-Tipo Guanabara — Rio de Janeiro, 1954.
- A *Epopéia de Montese* — Maj. Newton C. de Andrade Melo — Paraná, 1954.
- A *Federação Mundial* — José Augusto — Editor Borsoi — Rio de Janeiro, 1954.
- A *La Memoria del Sr. Dr. Luis Felipe Borja* — Quito, 1952.
- Un Cofre de Guayaquil* — Tucuman, 1953.
- El Colegio del Uruguay — sus origenes — su edad de oro* — Beatriz Bosch — Impresores, Peuser — Buenos Aires, 1949.
- Exposição Comemorativa — Iconografia do Recife — século XIX*. Coleção — Gilberto Ferrez — Pernambuco, 1954.
- Dicionário Etimológico da Lingua Latina* — Humberto Soares da Costa — «Rev. dos Tribunais» — São Paulo, 1953.
- Bibliotecas do Centro-Oeste do Brasil* — Humberto Soares da Costa — «Rev. dos Tribunais» — São Paulo, 1953.
- La Confederación Argentina* — Thomas J. Page — «Nueva Impresora» — Entre Rios, 1954.
- Documentos Historicos — Revolução de 1817* — vol. CI — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro, 1953.
- Joscelyn I, Prince of Edossa* — Robert Lawrence Nickolson — Illinois Press. — Urbana, 1954.
- Lista do Corpo Consular Estrangeiro até 30-6-954* — M.R.E. — Rio de Janeiro, 1954.
- A *Conquiya* — 2ª edición — N. Rodriguez del Busto — Imp. de la Univ. — Tucuman, 1951.
- Esquisse de mes Voyages au Brésil et Paraguay* — Auguste de Saint-Hilaire, 1946.
- Conceptos filosóficos y morales de Jueces y Magistrados (Un ciclo de Conferencias)* — Edit. Lex — La Habana, 1945.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JANEIRO DE 1955

- Subsidios para a História Marítima do Brasil* — volume XII. Rio de Janeiro. Dháranã — nº 4 — setembro-outubro de 1954 — ano XXIX. São Paulo.
- Agronomia* — vol. 13 — nº 1 — janeiro-março de 1954. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — New Books Macmillan — july-december 1954. New York.
- Boletim Bibliográfico* — 2º semestre de 1953. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — october-november — 1954 — number 10-11 — volume 58. New York.
- Divulgaciones Etnológicas* — junio 1954 — vol. III — nº 5. Colombia.

- Revista del Instituto Nacional Sanmartiniano* — mayo-agosto de 1954. Buenos Aires.
- Revue de l'Institut de Démophilocratie pour la Paix Universelle* — 1954. São Paulo.
- Revista Shell* — nº 69 — outubro-novembro-dezembro 1954. Rio de Janeiro.
- Bollettino della Società Geografica Italiana* — serie VIII — vol. VII — maggio-luglio 1954 — fascicolo nº 5-7-. Roma.
- Cadeira de História do Brasil* — Boletim nº 1 — junho de 1954. Bahia.
- Revista Brasileira de Estatística* — julho-setembro de 1954 — nº 59 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Maroc 54* — número spécial. *Encyclopedia mensuelle d'outre-mer* — Paris.
- Nação Brasileira* — ns. 375-376 — novembro e dezembro de 1954 — ano XXXI. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — ns. 174-175 — agosto-setembro de 1954 — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — outubro de 1954 — nº 4 — vol. XLIV — ano XXII. Rio de Janeiro.
- Revista da Liga Marítima Brasileira* — setembro-outubro de 1954 — nº 562 — ano XLVIII. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XIII — vol. XIII — novembro de 1954 — nº 144. São Paulo.
- Revista do Professor* — novembro, 1954 — nº 22 — ano XII. São Paulo.
- Polônia de hoje* — nº 11 — novembro de 1954 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Veritas* (jornal) — ns. 28-29 — ano III — 24 de setembro e 24 de outubro de 1954. São Lourenço.
- O Puritano* — 10 de novembro e 25 de dezembro de 1954 — nº 2.067 — 2.069-70 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Noticias da Indonésia* — 17 de novembro de 1954 — nº 10 — vol. I. Rio de Janeiro.
- Rodriguésia* — ano XV — nº 27 — dezembro de 1952 (separata). Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — de 1 a 30 de novembro e 8 a 16 de dezembro de 1954. — ano XVII. Minas Gerais.
- Folclore Americano* — año II — nº 2 — octubre, 1954. Lima.
- Universitas* — nº 7 — 1954. Colombia.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie nº 110 — 20 november 1954. Bruxelles.
- Endeavour* — número 52 — volumen XIII — octubre 1954. Londres.
- Revista Equatoriana de Educacion* — ns. 32-33 — julio-agosto-setiembre-octubre de 1954 — vol. VII. Quito.
- Boletin de Informaciones Cientificas Nacionales* — nº 64 — setiembre y octubre de 1954 — vol. VII. Quito.
- Triângulo* — 20 de novembro de 1954 — año V — nº 5 e 20 de octubre — nº 2. La Habana.
- Catalogue nº 749 (Military History)* — 1954-55. London.
- Indústria Britânica* — dezembro 1954 — nº 133 — tomo 22. Londres.
- Letras del Ecuador* — ns. 96-99 — año X — julio-octubre 1954. Quito.
- Moçambique* — junho 1954 — nº 78. Lourenço Marques.

Catalogue — Biblioteca Navarro. México.

Revista Nacional de Cultura — julio-agosto 1954 — nº 105 — año XVI. Venezuela.

I Congresso Paulista de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores — setembro, 22 a 26-1946. Limeira.

Boletín del Archivo General de la Nación — tomo XXV — nº 3 — septiembre 1954. México.

O Concelho de Santo Tirso (Boletim Cultural) — vol. III — nº 3. Santo Tirso.

Revista Meteorológica — junio de 1954 — nº 46 — año III. Montevideo.

Huellas Historicas — septiembre de 1954 — nº 11 — año III. Bogotá.

Antropologia e História de Guatemala — enero de 1953 — vol. V. Guatemala.

Casa de la Cultura Ecuatoriana (Revista) — julio-diciembre de 1953 — nº 14 — vol. VI. Quito.

Boletín de informaciones científicas nacionales — nº 63 — agosto de 1954 — vol. VII. Quito.

Letras del Ecuador — ns. 93-95 — abril-junio de 1954 — año X. Quito.

Ocidente — nº 193 — vol. XLVI — maio, 1954. Lisboa.

Revista de Portugal — nº 129 — vol. XIX — novembro de 1954. Lisboa.

III Congresso Paulista de Escritores — 3 a 6 de julho de 1954. São Paulo.

Catálogo de libros antiguos y modernos nacionales y extranjeros — nº 4 — 1954. Sevilla.

Lista Diplomática — novembro de 1954. Rio de Janeiro.

The Catholic Historical Review — vol. XL — number 3 — october, 1954. Washinton.

Katalog — Antiquariats — ns. 141.

A.E.C. — dezembro de 1954 — nº 108 — ano IX. Rio de Janeiro.

Anais da Academia Brasileira de Ciências — vol. 26 — nº 2 — 30 de junho de 1954. Rio de Janeiro.

Engenharia — ano XIII — vol. XIII — dezembro de 1954 — nº 154. São Paulo.

O Puritano — 25 de novembro de 1954 — nº 2.068 — ano LVI. Rio de Janeiro.

Noticias da Indonésia — 17 de dezembro de 1954 — nº 11 — vol. I. Rio de Janeiro.

Boletim Bibliográfico Brasileiro — setembro-outubro de 1954 — nº 5 — vol. II. Rio de Janeiro.

Relação dos Discos Gravados no Estado do Ceará — janeiro e fevereiro de 1943. Rio de Janeiro.

Catálogo — Das Deutsche Buch — heft 4 — 1954. Frankfurt'm.

Atti — anno accademico — CXVI — 1953-54 — tomo CXXI. Venezia.

Catalogue number 50. Copenhagen — Danmark.

Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Província — ns. 4 e 5 — abril e maio de 1954 — ano XXI. Lourenço Marques.

Catalogue nº 747 — 1954 — (A Miscellaneous Catalogue of Books). London.

Foldrazzi Kozlemények 1954 — vol. 78 — nº 3-4. Hongrie.

Bulletin of the Institute of Historical Research — vol. XXVII — nº 76 — november 1954. London.

- Catalogue* — 199 (Ludwig Rosenthal's Antiquariaat. Holland.
Indice de la Revista de Historia de America — ns. 33 y 34 — junio y diciembre de 1952.
Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — outubro a dezembro de 1954 — n° 52 — ano XV. Rio de Janeiro.
Revista Nacional — tomo LX — año XVII — enero de 1954 — n° 181. Uruguay.
Boletín de la Unesco para las Bibliotecas — vol. VIII — n° 11-12 — noviembre-diciembre 1954. Cuba.
Écos Marianos da Basílica Nacional de N. S. Aparecida — ano XXIX — 1955. São Paulo.
Newsweek — january 3, 1955 — vol. XLV — n° 1. New York.
Revista Interamericana de Bibliografía — vol. III e vol. IV — ns. 1-2 — 1954. Washington, D.C.
Catalogue n° 748 — 1954. Books Ancient and Modern. England.
Catalogo Brill's News — n° 7 — Autum 1954. Leiden.
Bulletin de la Commission Internationale de Juristes — octobre 1954. La Haye.
Revista de História — vol. IX — 1954 — julho-setembro — ano V. São Paulo.
America Indígena — octubre, 1954 — n° 4 — vol. XIV. Mexico.
Boletín Indigenista — septiembre, 1954 — n° 3 — vol. XIV. Mexico.
Acta Final del Tercer Congreso Indigenista Interamericano celebrado en La Paz, Bolivia — 2-13 agosto de 1954 (suplemento del Boletín Indigenista). México.
Estatística Agrícola — 1949. Lourenço Marques.
Anuário Estatístico — ano XXV. Lourenço Marques.
Revista de Portugal — n° 130 — vol. XIX — dezembro, 1954. Lisboa.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1955

- B.B.A.A.* — vols. XV y XVI — 1952-1953 — parte primeira y segunda. Mexico, 1954.
Saúde — dezembro, 1954 — n° 84 — ano VII. Rio de Janeiro.
Catalogue — 1954 — les moisson de l'esprit. France.
Temas Economicos — agosto-septiembre de 1954 — ns. 43-44 — año IV. Caracas.
Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia.
Municipal e Institucional — n° 9 — junio de 1954. La Habana.
O Puritano — 10 de janeiro de 1955 — n° 2.071 — ano LVI. Rio de Janeiro.
Catalogue n° 89 — Nationalökonomie. Leipzig.
Catalogo — Munksgaard Books.
Contributions from the Museum of Paleontology — june 4, july 23-30 — 1954. Ann Arbor.
Boletín Cultural Mexicano — n° 26 — junio, n° 9 — septiembre n° 30 — octubre de 1954. Mexico, D.F.
Brazila Esperantisto — julio-agosto 1954 — n° 484-485. A. Jaro.
Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — dezembro 1954 — n° 138 — ano XI. Rio de Janeiro.

- A voz da América* — janeiro-fevereiro de 1953. Rio de Janeiro.
Acción Indigenista — julio-agosto de 1954 — ns. 13-14. Mexico.
A.E.C. — Boletim — janeiro de 1955 — nº 109 — ano IX. Rio de Janeiro.
Bulletin of The New York Public Library — december 1954 — volume 58 — number 12. New York.
Informação Agrícola — dezembro de 1954 — janeiro 1955 — ns. 110-111 — ano IX. Rio de Janeiro.
Unesco/LBA — List nº 285 — 15 novembre 1954. Paris.
Saúde — novembro, 1954 — nº 83 — ano VII. Rio de Janeiro.
Boletim Cultural Mexicano — noviembre, 1954 — nº 31. Mexico.
Bibliografia Brasileira de Educação — março, 1954 — nº 1 — vol. 2. Rio de Janeiro.
Belgique Amerique Latine — nº 111 — 20 december 1954. Bruxelles.
Brasil Açucareiro — ano XXII — vol. XLIV — novembro, 1954 — nº 5. Rio de Janeiro.
Correio do Senac — ns. 141 e 142 — novembro e dezembro de 1954 — ano VI. Rio de Janeiro.
Agronomia — nº 2 — abril-junho de 1954 — vol. 13. Rio de Janeiro.
Catálogo — Brill's Weekly — december, 18 — 1954. Leiden.
Correio de Uberlândia — novembro e dezembro de 1954. Minas Gerais.
Revista Brasileira de Geografia — janeiro-março de 1954 — nº 1 — ano XVI. Rio de Janeiro.
Boletim Geográfico — novembro-dezembro de 1953 — nº 117 — ano XI. Rio de Janeiro.

Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho:

- Anales de la Academia de la Historia de Cuba* — tomo XXVI — enero-diciembre de 1944. La Habana.
Archivo José Martí — ns. 1 a 4 — 7 a 10 — 12 — 14 — 15 e 17 — anos 1940-41-43-45 e 46-48 a 51. La Habana.
Boletín del Archivo Histórico de la Municipalidad de Valencia — diciembre de 1943. Valencia.
Boletín de la Junta Auxiliar Jalisciense de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística — ns. de 1 a 6. Guadalajara.
Boletín del Archivo General de la Nación — enero-febrero, 1946 — nº 132 — tomo XXXIII. Caracas.
Boletín del Archivo General del Gobierno — marzo de 1943 — nº 1 — tomo VIII. Guatemala.
Boletín del Centro de Investigaciones Historicas — tomos VI, VII, VIII — anos 941-947-950. Guayaquil.
Boletín del Centro Histórico Larense — 1945-46. Venezuela.
Revista de Historia de América — junio, septiembre, diciembre 1938 — abril de 1939 — diciembre 1946 e junho de 1947. México.
Revista del Departamento de Historia y Hemeroteca Nacional del Ministerio de Instrucción Pública — enero-junio de 1940. San Salvador.
Universidad — ns. 1 e 2 — 1949-1950. Bolivia.
Revista Bimestre Cubana — julio-diciembre 1951 — vol. LXVIII — nºº 1, 2 y 3. La Habana.

- Revista de Estudios Políticos* — vol. XVIII — ano VII — ns. 33-34 — 1947. Madrid.
- Clio* — ns. 55 — 61 a 77 — 80-81 — 83-84 — 86-87. Republica Dominicana.
- Revista de Historia de America* — abril de 1940-41 — diciembre de 1943 — junio y diciembre de 1944 — junio de 1946. México.
- The Canadian Historical Review* — september e december de 1942 — march e september de 1943 — march, june, september e december de 1945 — march, june e september de 1946 e march de 1947. Toronto.
- Revista do Arquivo Publico* — 1º e 2º semestre 1946. Recife.
- Revista de las Indias* — 1944-45-46. Bogotá.
- Revista de Historia de America* — diciembre, 1939 — junio-diciembre de 1942 — junio 1945 — junio-diciembre de 1948 — diciembre de 1949-1950. México.
- Divulgacion Histórica* — vol. I — ns. 2 e 5 a 12 — vol. II — ns. 1 a 12 — vol. III — ns. 1 a 12 — menos o 7 — vol. IV — ns. 1 a 12. México.
- Memorias del Museo de Entre Rios* — ns. 23-24-27 — 1945-1947. Paraná.
- Cuadernos de Estudio* — tomo I — ns. 1, 2 e 3 — nº 4 — 1939-40-41-42. Lima.
- Boletin del Archivo General de la Nacion* — ns. 1 a 4 — 8 a 12 — 30 a 41 — 44 a 57 — 59 a 71 — 73 a 74. Trujillo. Rep. Dominicana.
- Boletim de Aeronautica Civil* — nº 10 — año 10 — 1942. Rep. Argentina.
- Anales de la Sociedad Científica Argentina* — 1941 a 1952. 120 vols.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — março 1954 — nº 1 — vol. 1. Rio de Janeiro.
- Revista da Faculdade de Letras* — tomo XIX — série — nº 3. Lisboa.

-
- Geographical Review* — january 1955 — number 1 — vol. XLV. New York.
- Temas Económicos* — nº 45-46 — octubre-noviembre, 1954 — año IV. Caracas.
- Estudios Americanos* — nº 37 — vol. VIII — octubre 1954. Sevilla.
- Triangulo* — 20 de diciembre de 1954 — nº 4 — año V. La Habana.
- Anais* — 25 a 29 de novembro de 1953 — 2º Cong. Bras. de Teatro. São Paulo.
- Kriterion* — 29-30 julho a dezembro 1954 — vol. VII. Minas Gerais.
- Revista de História de América* — ns. 35-36 — enero-diciembre de 1953. México.
- B.B.A.A.* — *Boletín Bibliográfico de Antrologia* — vols. XV y XVI — 1952-1953 — partes primeira e segunda. México, 1954.
- El Instituto Nacional de Antropologia e Historia - su contribucion editorial, científica y de cultura.* Mexico, D.F. 1954
- Catalogo* — 79 — 1955. Revistas Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal* — december 1954 — vol. CXX — part. 4 — London.
- Douro-Litoral* — sexta série — V-VI. Porto, 1954.
- Nação Brasileira* — ano XXXII — nº 377 — janeiro de 1955. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM MARÇO DE 1955

- Revista Geográfica de Chile* — septiembre de 1954 — nº 12. Chile.
- Cultura Universitária* — XLV — septiembre-octubre de 1954 — Caracas.

- Bulletin trimestriel des Press Universitaires — de France — Les Missions de l'esprit*, 1954. Paris.
- Da Índia Distante* — 26 de janeiro de 1955 (nº especial). Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — dezembro de 1954. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — ano XVI — novembro de 1954 — nº 177. Rio de Janeiro.
- Notícias da Indonésia* — nº 1 — vol. II — 17 de janeiro de 1955. Rio de Janeiro.
- San Martin* — setiembre-diciembre de 1954 — nº 35. Buenos Aires.
- Boletín Cultural — O Concelho de Santo Tirso* — vol. III — nº 3. Santo Tirso.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — nº 65 — noviembre de 1954 — vol. VII. Quito.
- Lista Diplomática* — janeiro de 1955. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de janeiro de 1955 — nº 2.072 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Saúde* nº 85 — janeiro de 1955 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 3, 4, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 24, 26, 27, 29 e 31 de janeiro de 1955. Minas Gerais.
- Catalogue* nº 750 — 1955. London.
- Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* — nº 2 — 1938. Rio de Janeiro.
- Revista Shell* — nº 68 — setembro de 1954. Rio de Janeiro.
- Dinamarca saúda o Brasil* — 1954. Copenhagen.
- Errando por Museos Daneses*. Copenhagen.
- Boletín de la Real Sociedad Geográfica* — tomo XC — ns. 7 e 9 — julio-septiembre de 1954. Madrid.
- Przegląd Geograficzny* — tomo XXVI — zeszyt 3, 1954. Warszawa.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — nº 10. La Habana.
- Publications périodiques* — 1955. France.
- Libros Argentinos para el mundo* — Boletín nº 161 bis-julio-diciembre de 1954. Buenos Aires.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — nº 65 — noviembre de 1954 — vol. VII. Quito.
- Liga Marítima Brasileira* — nº 364 — dezembro de 1954 — vol. XLVIII. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XIII — vol. XIII — janeiro de 1955 — nº 146. São Paulo.
- América Indígena* — enero de 1955 — nº 1 — vol. XV. México.
- Boletín Indigenista* — diciembre de 1954 — nº 4 — vol. XIV. México.
- Bulletin of The New York Public Library* — january 1955 — number 1 — vol. 59. New York.
- A Fátima Brasileira* — dezembro de 1954 — nº 4 — ano I. Rio de Janeiro.
- Das Deutsche Buch* — heft 5 — 1954. Frankfurt/m.
- Resoluções de Assembléia Geral — XIV Sessão Ordinária* — 1954 — ns. 429 e 446. Rio de Janeiro.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — ns. 29 e 30 — octubre e diciembre de 1954 — vol. V. Washington.
- Revista de História* — outubro e dezembro de 1954 — nº 20 — ano V. São Paulo.

- Boletín del Archivo General de la Nación* — ns. 164-165 — abril e julio-septiembre de 1954 — tomo XLI. Caracas.
- Geologia e Metalurgia* — nº 12 — 1954. São Paulo.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — março de 1954 — tomo 52 — fascículo 1. Rio de Janeiro.
- Anuário de Estudios Americanos* — tomo X — 1952. Sevilla.
- Boletim Bibliográfico* — vol. IV — 1954 — tomo I. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — ano XXXII — nº 378 — fevereiro de 1958. Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C.* — ano IX — fevereiro de 1955 — nº 110. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 de fevereiro de 1955 — nº 2.073 — ano LVI. Rio de Janeiro.
- Exposição Documentária da Fundação Definitiva da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* — Prefeito Engenheiro Alim Pedro — Secretário Geral Professor Haroldo Lisboa da Cunha, Diretor do D.H.D. Dr. Othon Ferreira de Barros — Catálogo de 20-1-1957 — 20-1-1955.
- Índice Cultural da Cidade do Rio de Janeiro* — ns. de 31 a 34 — de junho a setembro de 1954. Rio de Janeiro.
- Bollettino Civico Istituto Colombiano* — nº 3 — luglio-settembre de 1954 — ano I. Genova.
- Boletim Bibliográfico Brasileiro* — novembro e dezembro de 1954 — nº 6 — vol. II. Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

OBRAS	1º TRIMESTRE			
	Janº	Feverº	Março	Total
Obras oferecidas	15	44	20	79
Revistas nacionais e estrangeiras	83	377	80	540
Catálogos recebidos	11	5	5	21
Documentos recebidos	—	—	—	—
Jornais recebidos	32	6	22	60
Mapas oferecidos	—	—	—	—
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	3.058	2.006	2.139	7.203
<i>Museu</i>				
Visitantes	18	31	15	64
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	6.268	5.138	5.834	17.240
Jornais.....	1.280	1.113	1.253	3.646
Revistas	2.082	1.843	1.893	5.818
Mapas	1.097	987	1.027	3.111
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos .	49	55	57	161
Ofícios, cartas e telegramas expedidos .	128	89	120	337

ÍNDICE

JANEIRO A MARÇO DE 1955

	PÁGS.
I — TRABALHOS ORIGINAIS.	
1 — <i>Vida e obra de Varnhagen</i> , por Clado Ribeiro de Lessa ..	3
2 — <i>O Rio Grande do Norte na cartografia dos séculos XVIII a XX (Século XVIII)</i> — por José Moreira Brandão Castelo Branco	169
3 — <i>A Bahia nas Côrtes de Lisboa de 1821</i> — por Antônio de Araújo de Araqão Bulcão Sobrinho	231
4 — <i>Joaquim Caetano da Silva</i> — por Paulino José Soares de Sousa Neto	261
5 — <i>Poesias de Além Mar — Uma desconhecida glória do Brasil</i> — por Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança ..	267
6 — <i>Colaboração internacional em tôrno da História da América</i> — por Sílvio Zavala	270
7 — <i>Baianos de Antanho (Biografias) Série a</i> — por Afonso Costa	289
II — TRANSCRIÇÃO	
8 — <i>Descobrimento do Brasil (A comunicação aos Reis Católicos)</i> — pelo Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira	350
9 — <i>Nóbrega no dia 25 de janeiro de 1554</i> — pelo Padre Serafim Leite, S. J.	354
III — APRECIACÃO DE PUBLICAÇÕES	
10 — Damião Peres <i>Teoria da História do Brasil</i> , de José Honório Rodrigues ..	362
11 — Feijó Bittencourt <i>Figuras e Fatos na História da Farmácia no Brasil português</i> , de Carlos da Silva Araujo	363
12 — Hélio Viana a) <i>Bibliografia — Aspectos da Formação e Evolução do Brasil. Estudos publicados em 1952 no Jornal do Comércio</i>	365

	PÁGS.
b) <i>Alguns documentos de interesse para a História do Brasil</i> , de Magalhães Bastos	367
c) <i>Eduardo Ferreira França</i> , de Mário Ferreira França .	367
d) <i>A Criação da Província do Paraná</i> , de Osvaldo Piloto	368
e) <i>Bibliografia Musical Brasileira</i> , de Luís Heitor Correia de Azevedo, Cleofe Person de Matos e Mercedes de Moura Reis	368
13 — Américo Jacobina Lacombe	
<i>Princípios da Igreja do Brasil</i> , de Frei Ovulfo van der Vat (O.F.M.)	369
14 — José Honório Rodrigues	
<i>Missões Brasileiras nos arquivos Europeus</i> — Virgílio Corrêa Filho	369
IV — NOTICIÁRIO	
<i>O Instituto Histórico na Academia Brasileira de Letras</i>	370
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	372
ESTATÍSTICA DO INSTITUTO	382